SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 19 de Junho de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3562

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE: Anteomar Pereira da Silva - Ex- Prefeito de São Tomé/ RN

1º Vice-Presidente: JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN

Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI - AMSO-TR
PORTARIA Nº 014, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre o ponto facultativo na sexta-feira, dia 20 de junho de 2025.

O Presidente da Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi – AMSO-TR, no uso das atribuições legais e estatutárias, e ainda:
CONSIDERANDO que no dia 20 de junho do corrente ano (sexta-feira) foi decretado ponto facultativo pelo poder público municipal de Currais Novos, município sede desta instituição, de acordo com o Decreto nº 6.021, de 16 de junho de 2025;
CONSIDERANDO ainda, que a não realização de expediente no referido dia, em nada prejudicará o desenvolvimento dos trabalhos e as atividades da AMSO-TR, resolve**:**

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo ao expediente de trabalho da Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi – AMSO-TR, na sexta-feira, dia 20 de junho de 2025.

Art. 2º O expediente de trabalho regular da AMSO-TR será restabelecido no dia 23 de junho de 2025 (segunda-feira).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Currais Novos, 18 de junho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Presidente

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:D22072A3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL
PORTARIA Nº 11/2024, DE 02 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE SERIDÓ -CIS/SERIDÓ, no uso de suas atribuições estatutárias

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao funcionário abaixo informado, o pagamento da diária de viagem para custear despesas por ocasião do seu deslocamento até o município de Natal/RN, de acordo com a Resolução CIS nº 2/2021, conforme instruções vigentes:

Nome: Verônica Juliana Garcia Geraldo	
Cargo: Secretária Executiva	**CPF:** ***.516.284-**
Origem da viagem: Currais Novos/RN	**Destino da viagem:** Natal/RN
Quantidade de diárias: 3	**Valor unitário:** R$ 300,00
Valor total a ser pago: R$ 900,00	**Meio de transporte:** Próprio
Dia/hora da saída: 05/06/2025, 5h	**Dia/hora da chegada:** 07/06/2025, 17h
Motivo da viagem: Participação no 8º Congresso da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, realizado durante os dias 5, 6 e 7 de junho de 2025, no Centro de Convenções, em Natal/RN.	

Parágrafo primeiro. Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou parcial.
Parágrafo segundo. Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:2B8F2FD8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL
PORTARIA Nº 12/2024, DE 02 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE SERIDÓ -CIS/SERIDÓ, no uso de suas atribuições estatutárias

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao funcionário abaixo informado, o pagamento da diária de viagem, de acordo com a Resolução CIS nº 2/2021, conforme instruções vigentes:

Nome: Hemetério Gameleira do Rego Sobrinho	
Cargo: Diretor Adm. e Financeiro	**CPF:** ***.043.214-**
Origem da viagem: Acari/RN	**Destino da viagem:** Natal/RN
Quantidade de diárias: 3	**Valor unitário:** R$ 275,00
Valor total a ser pago: R$ 825,00	**Meio de transporte:** Próprio
Dia/hora da saída: 05/06/2025, 5h	**Dia/hora da chegada:** 07/06/2025, 17h
Motivo da viagem: Participação no 8º Congresso da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, realizado durante os dias 5, 6 e 7 de junho de 2025, no Centro de Convenções, em Natal/RN.	

Parágrafo primeiro. Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou parcial.
Parágrafo segundo. Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:DC4B5E78

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL PORTARIA Nº 13/2024, DE 02 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE SERIDÓ -CIS/SERIDÓ, no uso de suas atribuições estatutárias

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao funcionário abaixo informado, o pagamento da diária de viagem, de acordo com a Resolução CIS nº 2/2021, conforme instruções vigentes:

Nome: Thereza de Fátima Dantas Galvão de Medeiros	
Cargo: Auditoria em Saúde	**CPF:** ***.524.134-**
Origem da viagem: Acari/RN	**Destino da viagem:** Natal/RN
Quantidade de diárias: 2	**Valor unitário:** R$ 275,00
Valor total a ser pago: R$ 550,00	**Meio de transporte:** Próprio
Dia/hora da saída: 05/06/2025, 5h	**Dia/hora da chegada:** 07/06/2025, 17h
Motivo da viagem: Participação no 8º Congresso da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, realizado durante os dias 5 e 6 de junho de 2025, no Centro de Convenções, em Natal/RN.	

Parágrafo primeiro. Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou parcial.
Parágrafo segundo. Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:70654241

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL PORTARIA Nº 14/2025, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025 no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó – CIS/SERIDÓ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social do CIS/SERIDÓ,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, no dia 20 de junho de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas expressa e tacitamente as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se ciência.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:FBC0987E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 28/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: GONÇALVES E VILARIM SERVIÇOS MEDICOS LTDA; CNPJ: 41.824.859/0001-00

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do

despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:6FD1C1F5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 29/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: CENTRO DE ANALISES CLINICAS DE PARELHAS EIRELI; CNPJ: 04.583.708/0001-73

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:5D18F96A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 30/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDÓ LTDA; CNPJ: 37.352.251/0001-45

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:DADA4C73

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 32/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;

Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: CLÍNICA DR. BEZERRA S/C; CNPJ: 04.488.690/0001-20

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 12 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:D1B24C46

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 33/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: SABRINA KAREN GOMES DE SOUZA; CNPJ: 44.959.675/0001-38

Currais Novos, em 16 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 16 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:DF6E850C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 34/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: EMPREENDIMENTOS 3L LTDA; CNPJ: 24.526.221/0001-66

Currais Novos, em 17 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 17 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:776A2B82

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 35/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: CEMED LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA; CNPJ: 02.266.905/0001-33

Currais Novos, em 18 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 18 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:3C98F885

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 35/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: CEMED LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA; CNPJ: 02.266.905/0001-33

Currais Novos, em 18 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 18 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:63C07650

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 36/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS

DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: CLÍNICA DE TRATAMENTO DE FERIDAS E CURATIVOS ESPECIAIS LTDA; CNPJ: 52.592.153/0001-79

Currais Novos, em 18 de junho de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 18 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:22614320

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 49ª ETAPA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 49ª ETAPA, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE NATAL LTDA – TIROL - CNPJ**:08.419.947/0001-43 (**Natal, 7ª Região**)**

INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE NATAL LTDA – LAGOA NOVA -CNPJ:**08.419.947/0003-05 (Natal, 7ª Região)**

INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE NATAL LTDA – PARNAMIRIM -CNPJ:**08.419.947/0004-96 (Parnamirim, 7ª Região)**

Natal, 18 de junho de 2025.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente
CPF/MF nº 393.411.194-72

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:D04FACB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO A ARP Nº 092/2024 - PE Nº 034/2024

MUNICÍPIO DE ACARI/RN
EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO A ARP Nº 092/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
CNPJ (MF) Nº 08.097.008/0001-20
CONTRATADO: JANAINA G. DA SILVA – ME
CNPJ/MF SOB O Nº 17.252.037/0001-00,
OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R$ 46.527,75 (QUARENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) A ATA DE REGISTRO DE PREÇO – ARP Nº 092/2024, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 E DO ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2024, CORRESPONDENTE AO ACRÉSCIMO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), PASSANDO AO VALOR TOTAL DA ARP PARA 404.941,75 (QUATROCENTOS E QUATRO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2035 E 2117; ELEMENTO DE DESPESA: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; FONTE: 1500.
LUCIANO LOPES DE MEDEIROS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
JANAINA GOMES DA SILVA – SÓCIO ADMINISTRADOR/CONTRATADA.
ACARI/RN, EM 18 DE JUNHO DE 2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:23D81AFE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL - PP Nº 032/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
CNPJ Nº 08.097.008/0001-20.
CONTRATADO: RESERV INTERNET LTDA-ME
CNPJ Nº 11.316.979/0001-28
OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET COM FIBRA ÓPTICA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.
VIGÊNCIA: PRORROGADA ATÉ 18 DE JUNHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.
ACARI/RN, 18 DE JUNHO DE 2025.

RAIMUNDO NONATO DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração - Contratante

RAMON BENTO DE OLIVEIRA
Sócio Administrador - Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:1DB4C4C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 015/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 (REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

MUNICÍPIO DE ACARI/RN
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 015/2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
CNPJ Nº08.097.008/0001-20
CONTRATADO: CERTA CONSTRUÇÕES CIVIS E INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ Nº 08.210.031/0001-89
OBJETO: CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA "CIDADE DA MODA" NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN
VIGÊNCIA: PRORROGADA ATÉ 18 DE JANEIRO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93
ACARI/RN, EM 17 DE JUNHO DE 2025.
EWERTTON SALES DE MEDEIROS - SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN – CONTRATANTE
JOSÉ WALTER DE CARVALHO - CPF nº ***.132.894-** - SÓCIO ADMINISTRADOR – CONTRATADO
OBS: SUBSTITUINDO A MATÉRIA PUBLICADA NO DIA 18/06/2025, EDIÇÃO 3561.

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:710F65A3

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 1.376 , DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Reconhece de utilidade pública a Associação Cultural Desportiva Acariense - ACDA, com sede no Município de Acari-RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI–RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a ser Reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA ACARIENSE - ACDA, com sede no Município de Acari-RN.
Art. 2º. A Associação Cultural Desportiva Acariense - ACDA foi fundada em 25 de março de 2021, conforme ata de Assembleia Geral de Constituição, situando-se na Rua Antenor Cabral, nº 865, bairro Major Ary de Pinho, no Município de Acari/RN, Protocolada no Cartório Único de Notas e Registros de Acari, no Livro "01" (Protocolo de Pessoas Jurídicas), às fls. 032, sob o nº 187, e Registrada no Livro "A-9" (Registro Civil das Pessoas Jurídicas), às fls. 126 a 132, sob o nº 516.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari-RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:4406A0B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 009/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Tatimara da Guia Medeiros**	
CARGO/FUNÇÃO:	**Coordenadora Pedagógica**	
MATRÍCULA:	10.467	
DOCUMENTOS:	CPF: 010.843.274-22	RG: 1.688.987
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial	
OBJETIVO DA VIAGEM:		
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.		

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	173,00	86,50

Importa a quantia de R$ 86,50 (Oitenta e seis reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:3B667E20

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 010/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Beatriz Cecília Silva Oliveira**	
CARGO/FUNÇÃO:	**Vice-Gestora Escolar**	
MATRÍCULA:	5375	
DOCUMENTOS:	CPF: 073.165.584-23	RG: 2.928.329
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial	
OBJETIVO DA VIAGEM:		
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.		

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:D7732DD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 011/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Emmanuelle de Fátima Dantas Bezerra de Moura**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Vice-Gestora Escolar**			
MATRÍCULA:	6709			
DOCUMENTOS:	CPF: 080.958.184-10	RG: 2.366.258		
LOTADO (A):	Escola Municipal Cantídia Auda Pires			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:EBC0E318

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 012/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Leandra Carla Azevedo dos Santos**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Vice-Gestora Escolar**			
MATRÍCULA:	5069			
DOCUMENTOS:	CPF: 068.992.124-12	RG: 2.519.853		
LOTADO (A):	Escola Municipal Professora Porfíria Pires			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:1DBFEFAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 013/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Andreza Aldaliana da Silva**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Vice-Gestora Escolar**			
MATRÍCULA:	808			
DOCUMENTOS:	CPF: 052.581.814-64	RG: 2.110.136		
LOTADO (A):	Escola Municipal Cipriano Santa Rosa			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:7DB58AC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 014/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Saulo Francisco de Figueiredo Santos**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Gestor Escolar**			
MATRÍCULA:	6575			
DOCUMENTOS:	CPF: 103.957.284-79	RG: 2.833.988		
LOTADO (A):	Escola Municipal Major Hortêncio de Brito			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:CB61CB4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 015/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Clébio Eduardo Barreto de Medeiros**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Gestor Escolar**			
MATRÍCULA:	5060			
DOCUMENTOS:	CPF: 088.535.644-66	RG: 002.635.265		
LOTADO (A):	Escola Municipal Cantídia Auda Pires			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:EA7CAABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 016/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Sterffani Michaella Oliveira de Medeiros Galvão**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Gestora Escolar**			
MATRÍCULA:	4476			
DOCUMENTOS:	CPF: 061.232.094-42	RG: 1.969.566		
LOTADO (A):	Escola Municipal Professora Porfíria Pires			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:D69B3AAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 017/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Maria de Fátima Muniz de Medeiros**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Gestora Escolar**			
MATRÍCULA:	6184			
DOCUMENTOS:	CPF: 966.345.704-00	RG: 1.390.446		
LOTADO (A):	Escola Municipal Cipriano Santa Rosa			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:2744D944

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 018/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Maria Emília Cavalcante Silva**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Gestora Escolar**			
MATRÍCULA:	6196			
DOCUMENTOS:	CPF: 110.643.684-92	RG: 3.021.368		
LOTADO (A):	Escola Municipal Terezinha de Lourdes Galvão			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:7934CAC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 019/2025 – SEMECE

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 147/2025 de 14 de maio de 2025, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 1/2 (meia) diária, à:

SERVIDOR (A):	**Amélia Nadja Bezerra Dantas de Medeiros**			
CARGO/FUNÇÃO:	**Professora**			
MATRÍCULA:	10.303			
DOCUMENTOS:	CPF: 406.932.444-53	RG: 662.395		
LOTADO (A):	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes			
HORÁRIO E DATAS:	**Saída:** Data: 17/06/2025 Hora: 05h30	**Volta:** Data: 17/06/2025 Hora: 14h		
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar de um encontro que tem como objetivo a apresentação do Plano de Ação Intensiva na Educação, que será desenvolvido no município de Acari, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de ações estratégicas alinhadas às diretrizes do SESI-SP. O encontro será realizado no dia 17 de junho de 2025, às 09h, na Casa da Indústria, localizada na Av. Sen. Salgado Filho, 2860 - 1º andar - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-900.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	17/06/2025	115,00	57,50

Importa a quantia de R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

Acari/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 004/2025

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:0D382120

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
EDXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49-2025

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 49/2025 – DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 08.294.688/0001-71
CONTRATADA: MELO COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 28.804.832/0001-80, com sede a Av. Jundiaí nº 395 – Tavares de Lira – Macaíba – UF: RN – CEP: 59.285-563.
OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 49-2025, nos termos da sua Cláusula Segunda.
DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de 09 (nove) meses, conforme previsto no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.
DO VALOR: Fica mantido os preços unitários a serem pagos conforme medição.
JUSTIFICATIVA: A prorrogação do presente contrato emergencial, se faz necessário, com base na previsão de conclusão do processo licitatório, configura-se, portanto, a medida mais adequada e necessária para garantir a continuidade dos serviços essenciais, evitar a interrupção das atividades e mitigar os riscos de prejuízos ao erário e à sociedade. Ressaltamos que a prorrogação ora solicitada está em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos na legislação vigente.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
02.006 - SEC. MUN. DE SAUDE
02.007 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02.008 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E REC NATURAIS
02.010 - SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
Vigência: inicio em 25.05.2025 e termino previsto para 25.02.2026.
Fundamentação: Inciso VIII, § 6º do Art. 75 da Lei 14.133/2021.
Afonso Bezerra-RN, em 23 de maio de 2025.

Pela Contratante:
HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ,
CPF nº. 049.*.*-00.

Pela Contratada:
RIVAEL MARTINS DA FONSECA -
CPF: 046.***.***-04.

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:CE2994D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 02/2025 - SÃO JOÃO DA BARRIGUDA - ALTERA DATA DAS APRESENTAÇÕES E REABRE PARA NOVAS INSCRIÇÕES

EDITAL 02/2025 - SÃO JOÃO DA BARRIGUDA - ALTERA DATA DAS APRESENTAÇÕES E REABRE PARA NOVAS INSCRIÇÕES
III FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS ESTILIZADAS

R E G U LA M E N T O

CAPÍTULO I DO CONCURSO
A Secretaria Municipal de Cultura junto a Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público o edital do II FESTIVAL DE QUADRILHA JUNINA ESTILIZADA DE ALEXANDRIA – realizado no Espaço Cultural Antônio Bento Sobrinho (Pátio da Folia), no dia 03 de Julho 2025, como parte da programação alusiva aos festejos Juninos, – 'SÃO JOÃO DA BARRIGUDA'
CAPÍTULO II DAS FINALIDADES
O referido festival tem como finalidade divulgar a cultura popular e promover a integração entre as agremiações de quadrilhas juninas.
CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO
Art. 1º - Poderá participar do festival, qualquer grupo de "Quadrilha junina estilizada" desde que atenda as exigências deste regulamento e que se inscreva no prazo pré- estabelecido, pela organização do evento.
Art. 2º - As inscrições foram prolongadas para o período de 19/06/2025 a 22/06/2025. As fichas de inscrições deverão ser encaminhadas para o e-mail semcatuc@hotmail.com conforme ANEXO I.
2.1- As vagas serão preenchidas, se obedecerem os critérios estabelecidos e pela ordem de inscrição.

Art. 3º - A apresentação de cada "Quadrilha Junina" obedecerá à ordem determinada pela a organização do festival, através de um sorteio prévio, com o comparecimento no local que deverá acontecer 30 minutos antes do início da sua respectiva apresentação.
1º - Cada Quadrilha terá até quarenta (40) minutos para fazer a sua apresentação.
2º - As apresentações terão início às 18h, com dez (10) minutos de tolerância, para a 1ª Quadrilha, as demais não terão esta benesse.
3º - O não cumprimento do horário, bem como do tempo de apresentação estabelecido no 1º deste artigo, penalizará a Quadrilha infratora, com a perda de um (01) ponto, do total obtido.
4º- Não será tolerado sob hipótese alguma, justificativa por atrasos que venham comprometer o andamento do festival.
5º - Cada quadrilha obedecerá ao número mínimo de 16 pares.
Art. 4º - A escolha e a execução das músicas a serem dançadas são de inteira responsabilidade de cada Quadrilha participante.
1º - Poderão ser utilizados os sistemas de MD (Mídias Digitais) ou Forró Pé-de- Serra (regional).
2º - Para tanto, tem que haver uma comunicação prévia com à Comissão Organizadora e o responsável pela mesa de som do evento. A comissão organizadora não se responsabilizará por reproduções com má qualidade de mídias que venham comprometer a apresentação da junina. Portanto, se faz necessário testar na mesa de som a MD (Mídias Digitais) e Regional com antecedência.
Art. 5º - De acordo com o art. 18 da Lei 10.406 de 10 janeiro de 2002, cada grupo de quadrilha participante do festival, autoriza os organizadores do evento o uso de imagens e/ou nomes para fins divulgação, podendo para tanto reproduzi-las na internet e mídias digitais e etc, bem como todo e qualquer material e veículo de comunicação pública ou privada e parceiros, com finalidade informativa e de utilidade pública por tempo indeterminado, a título de direitos conexos referente ao uso das mesmas.
Parágrafo Único – As inscrições do concurso será aberto para preenchimento de vagas remanescentes.
CAPÍTULO IV DA PREMIAÇÃO
Art. 6º - Serão conferidos prêmios em troféus e numerários às Quadrilhas Estilizadas que obtiverem o maior número de pontos, no cômputo geral, conforme descrição a seguir: 1º Lugar = Comenda do festival + R$ 4.000,00 2º Lugar = Comenda do festival + R$ 2.000,00 3º Lugar = Comenda do festival + R$ 1.000,00.
CAPÍTULO V. DO JULGAMENTO
Art. 7º - A comissão julgadora será indicada pela Equipe de Coordenação do Festival que indicará também o Julgador Fiscalizador que terá a competência observar e aplicar as penalidades. Compete a Comissão Julgadora apreciar, analisar e julgar as apresentações de cada Quadrilha, de acordo com este Regulamento, atribuindo- lhes notas que variam de 5 (cinco) a 10 (dez) pontos, podendo estas pontuações serem fracionada.
Art. 8º - Cada jurado será responsável em avaliar todos os critérios
1º - Os critérios a serem julgados são os seguintes:
FIGURINO:
1.1. Harmonia das cores; desenho (convencional criativo... tem excessos?);
1.2. Efeitos em movimento (contrastes permitindo a visibilidade da coreografia, vibração);
1.3. Caracterização coerente com o tema da quadrilha;
1.4 Acabamento, detalhes, adereços;
COREOGRAFIA:
2.1. Abertura (apresentaram alguma novidade?... surpresa?... impacto?);
2.2. Nível de passos e evolução (emociona?... impressiona?... racionalidade?);
2.3. Marcação de acordo com a música (ritmo, agilidade, capacidade de improviso);
MARCADOR:
3.1. Liderança;
3.2. Clareza na voz, vibração, texto;
3.3. Comunicabilidade (postura de apresentação);
3.4. Figurino;
ANIMAÇÃO:
4.1. Entusiasmo de todos;
4.2. Envolvimento;
4.3. Pique durante a apresentação (alegria);
HARMONIA:
5.1. Desenvolvimento dos movimentos;
5.2. A passagem de um movimento para outro (bailado);
5.3. Ocupação dos espaços disponíveis para apresentação;
5.4. Movimentos novos;
5.5. Desenho coreográfico: Criativo, inovado;
5.6. Sincronia durante toda a evolução (apresentação uniforme);
Art. 9º - As decisões da Comissão Julgadora são soberanas e irrecorríveis. Não cabendo contestações verbais e nem jurídicas.
Art. 10º - Em caso de empate, vencerá a Quadrilha que:
O figurino obtiver o maior número de pontos;
A coreografia + harmonia somados obtiverem obtido o maior número de pontos; c) O marcador + animação somados obtiverem obtido o maior número de pontos.
CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES
Art. 11º - Não respeitar as marcas e os tempos estabelecidos. PENA: A Quadrilha perderá 01 (um) ponto.
Art. 12º - O não comparecimento da Quadrilha na data e horário préestabelecidos. PENA: A Quadrilha será desclassificada do evento. Único: Caso não justifique o motivo do não comparecimento: PENA: Não poderá concorrer no evento do ano subsequente.
Art. 13º - O não cumprimento deste Regulamento. PENA: A Quadrilha perderá 10 (dez) pontos, além de ficar suspensa de participar do festival, por prazo indeterminado, por determinação da Comissão Organizadora do evento.
Art. 14º - A tolerância de 10 (dez) minutos é para a primeira apresentação. Portanto, para a segunda apresentação este tempo não pode ser utilizado. PENA: A Quadrilha infratora perderá 01(um) ponto, por cada minuto de atraso.
Art. 15º - Não serão aceitas justificativas pelo atraso: PENA: A Quadrilha infratora perderá 01(um) ponto, por cada minuto de atraso.
Art. 16º - Cada Quadrilhas terá 10 (dez) minutos para arrumar o cenário: PENA: A "Quadrilha Junina" infratora será punida com a perda de 01 (um) ponto por cada minuto ultrapassado.
Art. 17º - É PROIBIDO a utilização de fogos de artifícios, animais ou qualquer similar, durante a apresentação da Quadrilha. PENA: A Quadrilha infratora perderá 01 (um) ponto.
Art. 18º - É PROIBIDO a utilização de adereços pontiagudos ou qualquer outro material cortante, que ponha em risco a integridade física dos participantes, durante a apresentação da Quadrilha. PENA: A Quadrilha infratora perderá 01 (um) ponto.
Art.19º - A Quadrilha terá que se apresentar com o número mínimo de pares estabelecidos pelo regulamento (16 pares). PENA: A Quadrilha infratora perderá 01 (um) ponto pela ausência de cada par.

Art. 20°- É proibido componentes das Quadrilhas Juninas perturbar a ordem dentro ou fora da área do Festival ou diante de outra concorrente, mediante o comportamento consubstanciado em atos de violência, grosserias, palavrões, gestos obscenos e uso de preconceito. Tal infração acarretará a perda da premiação, mesmo que o resultado do Festival já tenha sido divulgado.
Art. 21° – Se por um motivo ocorrer falhas por parte da organização do evento durante a apresentação da quadrilha, fica assegurado o seu direito a uma reapresentação imediata após a interrupção.
Art. 22º - A quadrilha deve estar vestida com trajes típicos juninos, o não cumprimento desta regra impedirá a quadrilha de se apresentar.
Art. 23º- É PROIBIDO à divulgação de patrocínio, apoio ou qualquer menção positiva ou negativa política partidária durante a apresentação da Quadrilha. PENA: A Quadrilha infratora perderá 05 (cinco) pontos.
Art. 24º- Cada Quadrilha terá até quarenta (40) minutos para fazer a sua apresentação. PENA: A Quadrilha infratora perderá 01 (um) ponto para cada minuto de atraso.
CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 25º - Os casos omissos e as lacunas serão resolvidos pela Comissão Organizadora, com a adoção dos princípios gerais de direito e dos princípios que regem este Regulamento, vedadas nas definições e qualificações de infrações, as decisões por analogia.
Art. 26º - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Alexandria, 18 de Junho de 2025

KATERINE KENE DE OLIVEIRA LACERDA FLAUSINO
Secretaria Municipal de Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Cidadania

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME GRUPO JUNINO:
QUANTIDADE DE COMPONENTES:
TEMA:
ENDEREÇO:_____N°_____CEP:_____
_____
BAIRRO:_____CIDADE:_____
MÚSICAS EM MÍDIAS DIGITAIS ( ) REGIONAL( )
Obs: Caso a sonoplastia seja executada ao vivo, identificar as necessidades técnicas como numero de microfones, entradas de áudio para instrumentos.

RESPONSAVEL: CPF:
CONTATO DO RESPONSAVEL :
EMAIL:
DADOS BANCÁRIOS DO RESPONSÁVEL:
BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA:
PIX:

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:64F6CABE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 619, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 619, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO JOAFRAN DE LIMA,** CPF nº 031.646.134-23, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 1.810, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 8933-8, referente a diária no período do dia **16 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 16 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:C7CD58CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 620, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 620, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao servidor **SINEZIO XAVIER DE OLIVEIRA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, Matrícula nº 1.455, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, a importância de R$ **120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditado no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 14.053-8, referente à diária no período do dia **18 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 17 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:67F42668

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 621, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 621, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **ANTONIO DECLECION DOURADO DA COSTA,** portador do CPF nº 031.149.833-75, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 1.994-3, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, a importância de R$ **120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 31.395-5, referente a diária no período do

dia **18 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 17 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:D00D2072

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 622, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 622, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **JOSE KALIONARIO GAMA TEIXEIRA,** portador do CPF nº 707.086.894-42, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº 2095, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Mossoró/RN**, a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 38.232-9, referente a diária no período do dia **18 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 17 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:F5B31F28

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 0011/2025-GC, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Decreta ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando de suas atribuições que lhe são conferidas no *caput* do Art. 57, IX da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo, no âmbito das repartições públicas da Administração Municipal, o dia 20 de junho de 2025.

Art. 2° O disposto no caput deste artigo não se estende as repartições cujas atividades não possam ser suspensas, por exigências técnicas ou por motivo de interesse público, deverão obedecer ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias, tais como: Saúde, Limpeza Pública, Fiscalização, dentre outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Antônio Martins-RN, 18 de junho de 2025.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:B38048AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02060001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02060001/2025

CONTRATO Nº: 02060001/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apodi
CONTRATADA: Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar - CONSOP(CNPJ – 15.185.079/0001-40
PROCESSO DE ORIGEM: 02060005/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, em regime de gestão associada parcial, visando atender as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), da Lei de Saneamento Básico (Lei nº11.445/2007).
VALOR TOTAL: R$832.719,60 (Oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos).
DOTAÇÃO:
301 - 2 . 2031 . 15 . 452 . 6 . 2.60 . 0 . 339039 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
302 - 2 . 2031 . 15 . 452 . 6 . 2.60 . 0 . 339039 17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
VIGÊNCIA: 02/06/2025 a 02/06/2026.
DATA DA ASSINATURA: 02 de junho de 2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:E76A56EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 798/2025

Dispõe sobre ponto facultativo no âmbito das atividades administrativas do poder público do município de Arez/RN, e dá outras providências.

BERGSON INDUINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando que dia 24 (terça-feira) de junho de 2025, é feriado Municipal de São João Batista;

Considerando, sobretudo, a manutenção das atividades administrativas de interesse público;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica decretado o dia 23 (segunda-feira) de junho de 2025, ponto facultativo no âmbito das atividades administrativas do poder público do município de Arez/RN.

Parágrafo único. O disposto nocaputdeste artigo não se aplica aos setores da administração pública municipal, que por sua natureza, sejam considerados essenciais, bem como exijam plantão permanente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arez/RN, 18 de junho de 2024.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Arez/RN

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:7092A950

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 166/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais reais), a servidora Jane Kelly da Silva Viana, com CPF nº 013.559.354-90, para cobrir despesas durante a participação na "Capacitação técnica de concessão de crédito AGN, a ser realizada no dia 17 junho de 2025 a ser realizado no município de Natal/RN, devendo ser adotadas as providências necessárias ao íntegro cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arez/RN, 17 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:4347C285

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110401/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124719/2024

Extrato do SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato nº 110401/2024, firmado em 11/04/2024, com a empresa **RG SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.073.477/0001-56;

Objeto: alterar o cronograma de execução e prorrogar a vigência do Contrato nº 110401/2024, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 001/2024, por mais **07 (sete) meses**, a contar do dia **11/06/2025,** encerrando-se no dia **11/01/2026;**

Fundamento Legal: Fundamentado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Concorrência Eletrônica nº 001/2024;

Cobertura Orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02 – PODER EXECUTIVO 02.006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Ação:	2182 – MANUTENÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS
Função:	15 - URBANISMO
Sub-Função:	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	17001001 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Arez

Signatários: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Raul Sales Silva de Oliveira.

Arez/RN, 11 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:87B7B57B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110602/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 009/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125425/2024

Extrato do SEXTO Termo Aditivo ao Contrato nº 110602/2024, firmado em 11/06/2024, com a empresa **LOSAN CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **52.263.822/0001-69**;

Objeto: alterar o cronograma de execução e prorrogar a vigência do Contrato nº 110602/2024, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 009/2024, por mais **03 (três) meses**, a contar do dia **11/06/2025,** encerrando-se no dia **11/09/2025;**

Fundamento Legal: fundamentado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Concorrência Eletrônica nº 009/2024;

Cobertura Orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02 – PODER EXECUTIVO 02.006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Ação:	2118 – URBANIZAÇÃO DE CANTEIROS, VIAS E LOGRADOUROS
Função:	15 - URBANISMO
Sub-Função:	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	17540000 – Recursos de Operação de Crédito 15001001 - Recursos não vinculados de Impostos
Região:	0001 - Arez

Signatários: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Lourival Pedro de Lima Filho.

Arez/RN, 11 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:084F8682

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180901/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2024 - PROCESSO Nº 127.221/2024

Extrato do TERCEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 180901/2024, firmado em 18/09/2024, com a empresa **LOSAN CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **52.263.822/0001-69**;

Objeto: alterar o cronograma de execução e prorrogar a vigência do Contrato nº 180901/2024, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 014/2024, por mais **03 (três) meses**, a contar do dia **18/06/2025,** encerrando-se no dia **18/09/2025;**

Fundamento Legal: fundamentado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Concorrência Eletrônica nº 014/2024;

Cobertura Orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02 – PODER EXECUTIVO 02.006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Ação:	2118 – URBANIZAÇÃO DE CANTEIROS, VIAS E LOGRADOUROS
Função:	15 - URBANISMO
Sub-Função:	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	17540000 – Recursos de Operação de Crédito 15001001 - Recursos não vinculados de Impostos
Região:	0001 - Arez

Signatários: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Lourival Pedro de Lima Filho.

Arez/RN, 18 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:8A16FD88

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 023/2025

O(a) Agente de Contratação da Prefeitura de Baía Formosa, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n° 023/2025**, correspondente ao **processo administrativo n.º 10060001/25**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei n.° 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MOTOCICLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL TRIBUTAÇÃO DE BAÍA FORMOSA/RN**, pelo valor de **R$ 25.491,69 (VINTE E CINCO MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E NOVE CETAVOS)**, em favor de **BR MOTO PECA E SERVICO LTDA** - CNPJ/CPF: **02.491.457/0001-71** .

Assim, nos termos da Lei n° 14.133/21, vem comunicar a(o) Excelentíssimo(a). Senhor(a). **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI**, Prefeita, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Baía Formosa – RN, 18 de junho de 2025.

HÁLISON DA COSTA SOUSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:4DD453DB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 024/2025

O(a) Agente de Contratação da Prefeitura de Baía Formosa, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n° 024/2025**, correspondente ao **processo administrativo n.º 12060007/25**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei n.° 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE KITS LEGO, PARA ATENDER AOS ALUNOS DO 1° AO 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, VISANDO A PARTICIPAÇÃO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA (OBR) E FIRST LEGO LEAGUE (FLL)**, pelo valor de **R$ 57.000,00 (CINQUENTA E SETE MIL REAIS)**, em favor de **LUIZ JERONIMO DE OLIVEIRA NETO**- CNPJ/CPF: **33.289.983/0001-87** .

Assim, nos termos da Lei n° 14.133/21, vem comunicar a(o) Excelentíssimo(a). Senhor(a). **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI**, Prefeita, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Baía Formosa – RN, 18 de junho de 2025.

HÁLISON DA COSTA SOUSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:9267203B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 023/2025

O(a) Agente de Contratação da Prefeitura de Baía Formosa/RN, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Senhor(a) **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI**, Prefeita, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa n.º 023/2025, a seguir:

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MOTOCICLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL TRIBUTAÇÃO DE BAÍA FORMOSA/RN.

CONTRATADO.....: BR MOTO PECA E SERVICO LTDA - CNPJ/CPF: 02.491.457/0001-71 .

VALOR.....: R$ 25.491,69 (VINTE E CINCO MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E NOVE CETAVOS).

FUNDAMENTO LEGAL.....: Art. 75, Inciso II, da Lei n° 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pelo(a) Agente de Contratação e ratificada pelo(a) Senhor(a) **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI**, Prefeita.

Baía Formosa – RN, 18 de junho de 2025.

HÁLISON DA COSTA SOUSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:63E43308

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 024/2025

O(a) Agente de Contratação da Prefeitura de Baía Formosa/RN, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Senhor(a) **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI**, Prefeita, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa n.º 024/2025, a seguir:

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE KITS LEGO, PARA ATENDER AOS ALUNOS DO 1° AO 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, VISANDO A PARTICIPAÇÃO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA (OBR) E FIRST LEGO LEAGUE (FLL).

CONTRATADO.....: LUIZ JERONIMO DE OLIVEIRA NETO- CNPJ/CPF: 33.289.983/0001-87 .

VALOR.....: R$ 57.000,00 (CINQUENTA E SETE MIL REAIS).

FUNDAMENTO LEGAL.....: Art. 75, Inciso II, da Lei n° 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pelo(a) Agente de Contratação e ratificada pelo(a) Senhor(a) **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI**, Prefeita.

Baía Formosa – RN, 18 de junho de 2025.

HÁLISON DA COSTA SOUSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:39FBC9BA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 023/2025

Ref.: Dispensa de Licitação n.º 023/2025 / Processo n.º 10060001/25
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MOTOCICLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL TRIBUTAÇÃO DE BAÍA FORMOSA/RN.

CONSIDERANDO a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do artigo 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, objetivando o(a) **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MOTOCICLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL TRIBUTAÇÃO DE BAÍA FORMOSA/RN.**

CREDOR: BR MOTO PECA E SERVICO LTDA - CNPJ/CPF: 02.491.457/0001-71 .

VALOR TOTAL: R$ 25.491,69 (VINTE E CINCO MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E NOVE CETAVOS)

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Baía Formosa/RN, 18 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeito(a) do Município de Baía Formosa/RN

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:583FC5D9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 024/2025

Ref.: Dispensa de Licitação n.º 024/2025 / Processo n.º 12060007/25
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE KITS LEGO, PARA ATENDER AOS ALUNOS DO 1° AO 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, VISANDO A PARTICIPAÇÃO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA (OBR) E FIRST LEGO LEAGUE (FLL).

CONSIDERANDO a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do artigo 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, objetivando o(a) **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE KITS LEGO, PARA ATENDER AOS ALUNOS DO 1° AO 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, VISANDO A PARTICIPAÇÃO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA (OBR) E FIRST LEGO LEAGUE (FLL).**

CREDOR: LUIZ JERONIMO DE OLIVEIRA NETO- CNPJ/CPF: 33.289.983/0001-87.

VALOR TOTAL: R$ 57.000,00 (CINQUENTA E SETE MIL REAIS)

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Baía Formosa/RN, 18 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeito(a) do Município de Baía Formosa/RN

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:9A207E3D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 10060001/25 - DISPENSA 023/2025

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, Inciso II, da Lei n°. 14.133 de 01 de abril de 2021, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de(a) **BR MOTO PECA E SERVICO LTDA - CNPJ/CPF: 02.491.457/0001-71 ,** referente à **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MOTOCICLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL TRIBUTAÇÃO DE BAÍA FORMOSA/RN**, no valor de **R$ 25.491,69 (VINTE E CINCO MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E NOVE CETAVOS)**.

R A T I F I C O, conforme prescreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) **HÁLISON DA COSTA SOUSA**, Agente de Contratação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Baía Formosa – RN, 18 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:63B7D5EF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 12060007/25 - DISPENSA 024/2025

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, Inciso II, da Lei n°. 14.133 de 01 de abril de 2021, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos

autos, para a contratação de(a) **LUIZ JERONIMO DE OLIVEIRA NETO**- **CNPJ/CPF: 33.289.983/0001-87,** referente à **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE KITS LEGO, PARA ATENDER AOS ALUNOS DO 1° AO 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, VISANDO A PARTICIPAÇÃO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA (OBR) E FIRST LEGO LEAGUE (FLL)**, no valor de **R$ 57.000,00 (CINQUENTA E SETE MIL REAIS)**.

R A T I F I C O, conforme prescreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) **HÁLISON DA COSTA SOUSA**, Agente de Contratação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Baía Formosa – RN, 18 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:17DC2598

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 314, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

Convoca a V Conferência Municipal das Cidades em Baía Formosa, no âmbito da VI Conferência Estadual das Cidades e da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, prevista na Lei Orgânica Municipal, artigo 49, inciso V,
DECRETA:
Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal das Cidades em Baía Formosa, etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da VI Conferência Estadual das Cidades do RN, a ser realizada no dia 23 de junho de 2025, no CRAS, na Rua Lucas Duarte Ribeiro, nº 34 - Bairro – Baía Fomosa/RN, com o tema "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".
Art. 2º A Conferência integra a etapa municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, considerando o disposto no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado por meio da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024, e o Regimento Interno da Etapa Estadual 6ª Conferência Estadual das Cidades.
Art. 3º A Conferência Municipal da Cidade será regida pelo Regimento Interno elaborado pela Comissão Organizadora, composta na forma do Decreto nº 314/2025.
Art. 4º A Conferência Municipal será pública e acessível a todos os cidadãos, devendo ser respeitado o Regimento da Conferência Municipal.
Parágrafo único. Mediante credenciamento, os participantes da conferência municipal deverão ser identificados por um segmento ou entidade.
Art. 5º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de sua assinatura.
Gabinete da Prefeita do Município de Baía Formosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, aos 16 dias do mês de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita do Município de Baía Formosa

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:CB0DD8E9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 315, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

Convoca a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Baía Formosa/RN

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e Considerando o disposto no Decreto nº 34.414 de 18 de março de 2025, que convoca a 6ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.
DECRETA:
Art. 1º - Fica convocada a **1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**, a ser realizada em 30 de junho de 2025, das 08h às 17h, na Escola Municipal João Batista de Mendonça em Baía Formosa/RN.
Art. 2º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como tema **"Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação"**, com os seguintes objetivos:
I - promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável;
II - identificar os desafios do envelhecimento plural no País, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa; e
III - propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação interfederativa.
Art. 3º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), que será substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pela Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.
Parágrafo único - Os trabalhos da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão coordenados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e por um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 4º - O Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, será elaborado pela Comissão Organizadora e disporá sobre sua organização e o seu funcionamento.
Art. 5º - As despesas decorrentes da realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita do Município de Baía Formosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, aos 16 dias do mês de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita do Município de Baía Formosa

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:05224E1F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0254/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 1,0 (uma) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, nos dias 17 e 18 de junho de 2025.
1. ISMENIA ALEXANDRE RIBEIRO – Professora, Matrícula 00327, Diária: R$125,00 (cento e vinte e cinco reais);
2. JOSIDALVA IRINEU DE BRITO – Professora. Matrícula 352-1, Diária: R$125,00 (cento e vinte e cinco reais);
3. SUZANA MAGALY DO NASCIMENTO – Coordenadora Pedagógica, Matrícula 565-1, R$125,00 (cento e vinte e cinco reais);
4. LARICIA GOMES SOARES – Professora, Matrícula 14001-2, R$125,00 (cento e vinte e cinco reais).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 16 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:B2706EBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E COMPRAS - AVISO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, em atendimento ao § 3° do Artigo 75 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso de cotação de preços, visando o interesse público de obter propostas adicionais de eventuais interessados, sendo selecionada a proposta mais vantajosa com critério de julgamento menor preço para a SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA/RN, INCLUINDO ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE ARTEFATOS COMO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E ANÁLISE DE RISCOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS NORMATIVOS APLICÁVEIS.
Dessa forma, todos os interessados deverão solicitar o Termo de Referência para análise e envio da proposta e documentação de habilitação, conforme prazos e condições estabelecidas neste Aviso de Cotação de preço, como também no Termo de Referência e seus anexos. Para maiores informações serão esclarecidas presencialmente na Sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, localizado na rua Largo Arcelino da Cruz, S/N - Centro - Baía Formosa/RN ou através do email: compras@baiaformosa.rn.gov.br. O Termo de referência ficará disponibilizado até a data de 18/06/2025 das 08H00M às 14H00M, e a proposta deverá ser encaminhada até as 14H00M do dia 24/06/2025.
Baía Formosa/RN, 18 de junho de 2025.

CLÁUDIO MANOEL CAVALCANTE
Chefe do Setor de Almoxarifado, Compras e Patrimônio
Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:BE7716C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 892/2025.

Denomina o Lar Sagrado Coração de Maria - Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Baraúna/RN, conforme as disposições da Lei nº 795/23, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Baraúna/RN, Maria **Divanize Alves de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:
Art. 1º Fica denominada Lar Sagrado Coração de Maria - Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Baraúna/RN, criada nos termos da Lei nº 795/23.
Art. 2º A denominação ora atribuída será utilizada em todas as referências oficiais, comunicações institucionais, placas de identificação e demais documentos administrativos relativos à referida unidade.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Baraúna/RN, 18 de junho de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:41EDC8A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 235, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe Sobre a Exoneração de Servidor Público Municipal Efetivo por Aposentadoria Compulsória e da Outras Providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 40, § 1º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, aposentar-se-ão compulsoriamente ao completarem 75 (setenta e cinco) anos de idade;

CONSIDERANDO que a Servidora Público Municipal **ELIZABETE MARIA DE PAIVA PEREIRA**, abaixo qualificado, lotada no quadro de servidores deste Município, ocupa o cargo efetivo de **Secretária Escolar**, completou a idade de 75 (setenta e cinco) anos em 15/06/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora público municipal **ELIZABETE MARIA DE PAIVA PEREIRA,** CPF Nº 522.942.774-49, do exercício do cargo de provimento efetivo de **SECRETÁRIA ESCOLAR**, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Parágrafo único - A exoneração de que trata este artigo é decorrente da aposentadoria compulsória do referido servidor, que extingue automaticamente seu vínculo de trabalho com a Prefeitura Municipal de Baraúna, como consequência imediata por completar a idade de 75 (setenta e cinco) anos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente exoneração serão suportadas por dotações próprias existentes no orçamento

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos solicitar a documentação pertinente, bem como realizar as anotações de estilo.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Baraúna, 18 de junho de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:31C997C6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - DISPENSA 024/2025 - LR LOCAÇÕES E SERVIÇOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 140301/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES E LR LOCACOES E SERVICOS LTDA - CNPJ - 20.242.482/0001-01, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO ABAIXO NA FORMA

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Bento Fernandes – Rua Tiradentes, 66 – Centro – Bento Fernandes - RN, CNPJ nº 08.110.884/0001-49, neste ato representada pelo Prefeito Jollemberg Soares Dantas, Brasileira, solteiro, Residente e domiciliado na Praça Frei Henrique de Coimbra 141 – a – Centro – Bento Fernandes, CPF nº ***.159.***-06 ,doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa LR LOCACOES E SERVICOS LTDA, CNPJ: 20.242.482/0001-01, com sede na Rua SABIA, 410, Bairro: Boa Vista – CEP: 59.550-000 neste ato representado pelo Sra. ROSELLEYA DE SOUZA BANDEIRA, Residente e domiciliado a Rua Sabia, 410 - A, Bairro: Boa Vista – João Câmara/RN - CEP: 59.550-000 CPF nº ***.643.***-85, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiramas partes contratantes assinar o presente TERMO ADITIVO o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:
O presente Aditivo tem como objetivo prorrogar por mais 3 (três) meses até o dia 14.09.2025, o prazo para Contratação em caráter emergencial de serviço de transporte escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas públicas do município de Bento Fernandes/RN, conforme Contrato celebrado em 14.03.2025, oriundo da DISPENSA EMERGENCIAL Nº 24/2025.

CLÁUSULA 2ª - DA BASE LEGAL:
A celebração deste Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços está prevista no Artigo 106, da Lei Federal nº 14.133/21

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada, até o dia 14.09.2025, a vigência do Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 13.01.2025, oriundo da DISPENSA EMERGENCIAL Nº 24/2025.

CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 14/03/2025, inclusive as condições de pagamento.

E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Bento Fernandes/RN, 14 de junho de 2025

Prefeitura de Bento Fernandes
CNPJ: 08.110.884/0001-49
JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal
Pela Contratante

LR Locacoes e Servicos LTDA
CNPJ: 20.242.482/0001-01
ROSELLEYA DE SOUZA BANDEIRA
Pela Contratante

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:A039D555

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 043/2025

DECRETO No 043/2025 Bento Fernandes/RN, 18 de Junho de 2025.

Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025 no âmbito da administração pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE BENTO FERNANDES/RN, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 70 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a Portaria nº 9.783, de 27 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2024, que declara ponto facultativo nas unidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional no dia 20 de junho de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 34.625, de 05 de junho de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte em 06 de junho de 2025, que declara ponto facultativo nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, no mesmo dia;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e a uniformização do funcionamento dos órgãos públicos em âmbito municipal, estadual e federal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025 (sexta-feira), no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto no artigo anterior os serviços essenciais que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos, como os de limpeza urbana e serviços de urgência e emergência.
Parágrafo único: Fica mantido o funcionamento regular das sessões públicas de licitação previamente agendadas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:4E9C9AD3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
ATO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025

ATO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025

O Prefeito Municipal de BOA SAÚDE /RN, no uso de suas atribuições legais, adjudica e homologa o resultado do Pregão Eletrônico 011/2025 com **OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA AQUISIÇÃO DE KIT CESTAS BÁSICAS, QUE SERÃO DISTRIBUÍDAS ÀS FAMÍLIAS CARENTES EM ATENDIMENTO E/OU ACOMPANHADOS PELOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, QUE NO MOMENTO PRECISAM SER ATENDIDAS POR BENEFÍCIOS EVENTUAIS – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL HABITAÇÃO TRABALHO E RENDA.** Realizado no dia 22 de Maio de 2025, às 09:00h, teve como vencedora a empresa: C J DE

ARAUJO PESSOA ME inscrita no CNPJ: 29.303.584/0001-56 no valor total de R$ R$ 398.580,00 (trezentos e noventa e oito mil quinhentos e oitenta reais),
CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para a assinatura do termo de contrato e/ou recebimento da ordem de compras e/ou serviços.

Boa Saúde/RN, 18 de Junho de 2025.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:3AC68E22

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
ATO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 015/2025

O Prefeito Municipal de BOA SAÚDE /RN, no uso de suas atribuições legais, adjudica e homologa o resultado do Pregão Eletrônico 015/2025 com **OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL NATALIDADE, PARA RECÉM-NASCIDO, PARA SEREM ENTREGUES ÀS GESTANTES ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E EMERGENCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, TRABALHO E RENDA DE BOA SAÚDE/RN.** Realizado no dia 06 de Junho de 2025, às 09:00h, teve como vencedora a empresa: RADIANY F MALHEIRO inscrita no CNPJ: 21.565.342/0001-29, dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11 e 12 no valor total de R$ R$ R$ 64.512,00 (sessenta e quatro mil quinhentos e doze reais), os itens 09 e 13 foram considerados FRACASSADOS.
CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para a assinatura do termo de contrato e/ou recebimento da ordem de compras e/ou serviços.
Boa Saúde/RN, 18 de Junho de 2025.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:E653A9CD

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 233, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Portaria nº 233, de 18 de junho de 2025.

Dispõe sobre a Transferência de Servidor Efetivo entre Secretarias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 23 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências
R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **FLÁVIO ZACARIAS DA SILVA**, matrícula: **120051-8**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO**, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, conforme Art. 23 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Bo Saúde/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia **01 de junho de 2025**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 18 de junho de 2025.
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:0A31071F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 234, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Portaria nº 234, de 18 de junho de 2025.

Torna sem efeitos a Portaria nº 232/2025 a qual dispõe sobre a exoneração de ocupante de cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITOS a Portaria de nº 232 de 16 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (DIÁRIO DA FEMURN) na edição nº 3560 de 17/06/2025, a qual dispõe sobre a exoneração da Srª. FRANCISCA RAFAEL TARGINO DE OLIVEIRA DA SILVA, inscrita no CPF nº 080.***.***-92, ocupante do Cargo Comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO – AC-CC4, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, no quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Boa Saúde/RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Saúde/RN, 18 de junho de 2025.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:1DB4CEBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE N° 0035/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1122/2025
INEXIGIBILIDADE N° 0035/2025
OBJETO: Contratação da empresa CELIO EMANUEL TAVARES DA SILVA, representante legal da atração musical Laecio Vaneirão, para apresentação de show artístico no Corredor Cultural, que será realizado no dia 20 de junho do ano corrente
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, com sede Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000, CNPJ: 01.612.374/0001-20.
CONTRATADO: Celio Emanuel Tavares DA SILVA 05116242471 – CNPJ: 45.005.173/0001-30, com sede na R Presidente Castelo Branco, 76, CEP 59.300-000, Paulo VI, Caicó/RN.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentaria: 11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO;
Ação: 1058 – Promoção de Eventos Sociais e Turísticos
Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica;
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos**.**
VALOR GLOBAL: R$ 7.000,00 (sete mil reais).
BASE LEGAL: *Artigo 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021*.
Bodó/RN, 17 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Bodó
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSE DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:CF3A9642

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE N° 036/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 963/2025
INEXIGIBILIDADE N° 36/2025
OBJETO: Aquisição de projeto pedagógico composto por materiais educativos, lúdicos e de apoio psicopedagógico
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, com sede Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000, CNPJ: 01.612.374/0001-20.
CONTRATADO: PAE Editora E Distribuidora De Livros LTDA, Inscrito no CNPJ Sob O Nº 01.146.871/0001-80, Com Endereço Na R Saguairu, 274, Andar 2, CEP 02.514-000,
Casa Verde, São Paulo/SP.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 05.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2016 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15001001

Ação: 2007 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental Financiados com Recursos Próprios
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15001001

Ação: 2017 - Manutenção do Salário Educação - QSE
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15500000

Ação: 2073 - Manutenção da Escola em Tempo Integral - EI
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15690000

Unidade Orçamentária: 05.002 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
Ação: 2009 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental Financiados com Recursos do FUNDEB 30%
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15400000, 15410000, 15420000

Unidade Orçamentária: 10.002 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2078 - Manutenção da Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 17040000, 15000000, 16610000

Ação: 2074 - Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15000000, 16600000

Ação: 2079 - Manutenção do Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - MAC
Natureza da Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 15000000, 16600000

VALOR GLOBAL: R$ 206.300,00 (duzentos e seis mil e trezentos reais).
BASE LEGAL: *art. 74, I, da Lei Federal n° 14.133/21*
Bodó/RN, 18 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Bodó
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSE DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:669756D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 056/2025

Processo nº 2.724/2025 – Adesão Nº 007/2025 - CPL

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS
Contratada: **IVG BRASIL LTDA – CNPJ: 36.519.422/0001-15**

Objeto: Eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar do tipo ORE 2, pelos Estados, Distrito Federal e municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, para atender as necessidades do município de Bom Jesus/RN.

Vigência: 16/06/2025 à 16/06/2026

Valor: R$421.971,65 (Quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Bom Jesus/RN, 16 de junho de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:722A4A43

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 2.558/2025

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 2.558/2025

Processo Nº 2.558/2025

Cedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN
Cessionário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO/RN

Objeto: Cessão da servidora JOYCE DA SILVA SANTOS, ocupante do cargo de psicóloga, pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, para prestar serviços junto ao Órgão Cessionário, a partir de 20 de Junho de 2025, com ônus sob a responsabilidade do Cessionário.

Vigência: 20/06/2025 a 19/06/2027

Bom Jesus/RN, 18 de Junho de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:FAE4A3C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. 293/2025 - SMG CONCEDER MUDANÇA DE NÍVEL EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL A SERVIDORA JOSINAIDE RODRIGUES DA SILVA SOUZA.

PORTARIA N. 293/2025 - SMG

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, inciso VII e art. 34, inciso II, alínea "g", todos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER mudança de nível da Letra "O" para a Letra "J", em cumprimento da decisão proferida no processo nº 0801398-50.2018.8.20.5121, a servidora JOSINAIDE RODRIGUES DA SILVA SOUZA, portadora do CPF: XXX. 575.714-XX, ocupante do cargo de Professora P-3, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Art. 2° - Esta portaria se refere ao período de 07 de julho de 2014 a 30 de agosto de 2018, a servidora fazia jus a referência ``O`` e, a partir de 01 de setembro de 2018, a referência ``J``, correspondente a última letra do plano de carreira.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir da competência de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, em 18 de junho de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:2AAA1974

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 038/2025

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a *Inexigibilidade* de licitação.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RNCONTRATADA: 53.656.706 MARIO DO NASCIMENTO SILVA, CNPJ: 53.656.706/0001-72, com endereço na Rua do Socorro, 623, Centro, Caiçara do Norte/RN - CEP: 59.592-000.OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS MUSICAIS DE "MARIO NASCIMENTO" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL ABERTO AO PÚBLICO, DURANTE O "ARRAIA DOS IDOSOS" NESTE MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE-RN, EM 19 DE JUNHO DE 2025.VALOR ESTIMADO: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).BASE LEGAL:Artigo 74, Lei Federal nº 14.133/2021.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
Caiçara do Norte/RN, 19 de junho de 2025.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Eudes Adrian Justino da Silva
Código Identificador:2B0AFA77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE COTAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIODO VENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.351.819/0001-05, com sede na Rua São Sebastião, nº 36, Centro, CEP 59540-000, Caiçara do Rio do Vento/RN, torna pública a realização da **Cotação de Preços** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN.**

A Pesquisa Mercadológica tem prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. As interessadas em participar da presente Cotação Prévia de Preço poderão solicitar as especificações do objeto e quaisquer informações através do email: pesquisa@caicaradoriodovento.rn.gov.br.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 16 de junho de 2025.

SETOR DE PESQUISA MERCADOLÓGICA
Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:4C05FF4E

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN.

A PREFEITURA MUNICIPAL CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, ATRAVÉS DE SUA PREFEITA CONSTITUCIONAL E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ADJUDICA E HOMOLOGA A PRESENTE LICITAÇÃO EM FAVOR DAS EMPRESAS: DOIS IRMAOS VIAGENS LTDA, CNPJ 23.233.421/0001-68, VENCEDORA DOS ITENS: 04, 06, 08 E 09, COM VALOR TOTAL DE R$ 1.147.700,00 (UM MILHÃO, CENTO E QUARENTA E SETE MIL E SETECENTOS REAIS); E GLOBALTHEC INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 70.323.134/0001-29, VENCEDORA DOS ITENS: 01, 02, 03, 05, 07, 10 E 12, COM VALOR TOTAL DE R$ 1.569.600,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS), PARA QUE ASSIM PRODUZA SEUS EFEITOS JURÍDICOS E LEGAIS NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 06/2024 E DA LEI FEDERA Nº 14.133/2021, E LEGISLAÇÕES POSTERIORES.

CAIÇARA DO RIO DO VENTO, 18 DE JUNHO DE 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:BC8F1D21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 039/2025

Ref. Processo Licitatório SMSC/RN nº 2025.06.03.0034

O **MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, através da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, designada por meio da Portaria nº 112/2025, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Licitatório SMSC/RN nº 2025.06.03.0034,** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 039/2025**, tipo

MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE ATENDIMENTO CLÍNICO (COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN.** Edital disponível no Endereço: Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Homero Alves, s/n, Conj. Vila do Príncipe, Caicó/RN, CEP: 59.300-000 – ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de incio das Propostas: a partir de 23/06/2025 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 03/07/2025 às 08h01. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Caicó/ RN, 18 de junho de 2025.

MARIA DAS VITORIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeiro / Presidente da CPL SMS

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:8D803DD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN PARA O VICE-PREFEITO DE CAICÓ/RN, DE 18/06/2025 À 25/06/2025.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho do execício de dois mil e vinte e cinco, às 10h00min., no Gabinete do Prefeito Municipal, sito Av. Cel. Martiniano, nº 993, Centro, CEP 59.300-000, Caicó/RN, houve a Transmissão de Cargo de Prefeito Municipal, **JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS,** portador do CPF/MF nº XXX.598.714-XX , para o Vice-Prefeito, **ANTÔNIO DANTAS NETO**, portador do CPF/MF nº XXX.983.854-XX, que regerá os destinos do **Município de Caicó/RN**, na plenitude das prerrogtivas inerentes ao cargo, durante o período de 18/06/2025 à 25/06/2025, período em que o Prefeito Municipal estará ausente desta municipalidade. E para que haja legalidde prevista na forma da lei, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas autoridades acima nominadas. Eu ____, **RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA**, CPF/MF nº XXX.803.704-XX, Secretaria Municipal de Administração, digitei o presente termo e subscrevo.

JUDAS TADEU ALVESDOS SANTOS	***ANTÔNIO DANTAS NETO***
Prefeito Municipal	Vice-Prefeito Municipal

Eu_____, **RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA**, CPF/MF nº XXX.803.704-XX, Secretária Municipal de Administração, certifico e dou fé, que o presente Ato foi registrado no mural eletrônico deste Município, conforme determina legislação vigente, na data supracitda.

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:16BB2C91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 1160 DE 17 DE JUNHO DE 2025.

Decreta PONTO FACULTATIVO nos Órgãos da Administração Municipal de Caicó/RN e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V,

D E C R E T A:

Art. 1º - É Declarado Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública Municipal de Caicó/RN, no dia 20 de junho do corrente ano, na sexta-feira, em decorrência ao feriado municipal na quinta-feira alusivo ao Corpus Christi.

Art. 2º - Os efeitos deste Decreto não se aplicam aos serviços de natureza essencial e de continuidade obrigatória, ou em regime de plantão, devendo permanecer em funcionamento os setores cujos serviços sejam considerados essenciais, notadamente da Secretaria Municipal de Saúde, o Pronto Atendimento Odontológico, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social e o Complexo Turístico Ilha de Sant'Ana, bem como outros setores, de Secretarias diversas, que tenham determinação de continuidade dos serviços consideradas imprescindíveis à população.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:AE1080A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 092/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) ao (à):

SERVIDOR (A):	José Cardoso de Araújo			
CARGO:	Motorista			
MATRÍCULA:	2005220-1			
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX 214 424 XX		**RG:** X.281.XXX-SSP/RN	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal do trabalho, Habitação e Assistencia Social			
HORÁRIO DE SAÍDA: **HORARIO DA VOLTA:**	07:00h 13:00h			
TIPO DE TRANSPORTE:	Palio WK, Placa OJX 4534			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Tratar de assuntos relacionados ao conselho tutelar de Caicó, dia 15 de junho de 2025, na cidade de São Rafel/RN. As referidas diárias será paga com recurso próprio do FMAS, conta nº 41.733-5				
Conforme solicitação da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistencia Social				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 diaria	São Rafael/RN	15/06/2025	S/Pernoite: R$80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 13 de junho de 2025

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:FA041D95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 093/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) ao (à):

SERVIDOR (A):	Manoel Neto da Silva		
CARGO:	Motorista		
MATRÍCULA:	9640		
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX 645 184 XX	**RG:** 903.XXX-SSP/RN	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
HORÁRIO DE SAÍDA: **HORARIO DA VOLTA:**	08:00h 19:00h		

TIPO DE TRANSPORTE:	Pikc UP Strada, Placa RQG7C39			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Conduzir o secretario municipal e a secretaria adjunta municipal do meio ambiente à Natal, para participar do seminário Preparatório para a COP 30.				
Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 diaria	Natal/RN	17/06/2025	S/Pernoite: R$80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2025

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:EE4808AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N º 036/2025

Proc. Adm. nº 2025.05.27.0071
INTERESSADOS: Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social e Aldeias Infantis SOS Brasil
OBJETO: Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de parceria por meio de Termo de Colaboração

Trata-se de justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de parceria via Termo de Colaboração com a Aldeias Infantis SOS Brasil.
Diante da análise técnica da Comissão de Seleção de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Jurídica deste Município,demonstrarem que a Parceria atende ao interesse público e recíproco, obedecendo ao que prevê a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 603/2018, e suas alterações posteriores, para a celebração do Termo de Colaboração, sendo Inexigível o Chamamento Público, visto que o serviço ofertado pela ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL apresenta natureza singular do objeto, sendo esta a única OSC, no Município de Caicó, apta para ofertar o Serviço na área da Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional – Casa Lar para crianças e adolescentes sob medida de proteção expedida pelo Poder Judiciário da Comarca de Caicó/RN.
DETERMINO que se proceda, com a**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, aoCredenciamento da Instituição: **ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL,** inscrita no **CNPJ nº 35.797.364/0009-86**, a fim de prestar Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional na modalidade de 01 (uma) Casa-lar para 10 (dez) Crianças e Adolescentes, perfazendo a importância global estimada de**R$ 361.526,16 (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos), a ser repassada em 12 (doze) parcelas**, todas no valor de R$ 30.127,18 (trinta mil cento e vinte e sete reais quinhentos e seis reais e vinte e cinco centavos), cada.
Em respeito ao disposto no art. 31, caput, da Lei nº 13.019/2014, alterado pela Lei nº 13.204/2015, **RATIFICO** a presente**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, realizada com fundamento na legislação supracitada, combinado com o art. 13, inciso I, do Decreto Municipal nº 603/2018, e alterações posteriores, em consequência, determino à Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social - SEMTHAS que solicite a emissão do EMPENHO em favor da supracitada Instituição, através da **Dotação Orçamentária:** RECURSO FEDERAL - **4.12000.12012.8.244.19.2.199; Despesa: 455; Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00; Fonte de Recursos: 16600000 – FNAS;** RECURSO PRÓPRIO - **4.12000.12012.8.244.19.2.199; Despesa: 454; Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos**, ficando a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por ocasião da liquidação da despesa**.** Devendo a presente justificativa ser Publicada, como forma de atender o previsto no art.32, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem que haja a impugnação desta decisão, providenciar assinatura do respectivo Termo de Colaboração.

Caicó/RN, 30 de maio de 2025.

JUDAS TADEUS ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:CC969F08

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000027/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Ante o exposto, nos termos da manifestação do despacho retro, adjudico e homologo o resultado da Dispensa de Licitação nº. 000027/2025, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAPOTARIA PARA RESTAURAÇÃO DE COLCHÕES HOSPITALARES E ASSENTOS DE VEÍCULOS**, em favor da Pessoa Física José Damião Neves, inscrito no CPF sob nº. 501.493.774-87, com valor global de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021.

Campo Redondo/RN, 18 de junho de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluisio Eloi Rodrigues Junior
Código Identificador:A2E430C4

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 662, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do município para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ELE, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONA a seguinte LEI:

CAPITULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal *(artigo 165, II, Parágrafo 2º)*, combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 *(artigo 4º)*, do Município de Campo Redondo/RN, para o ano de 2026, nela compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II
Das Definições

Art. 2º As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, eficiência, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal

SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2026 será assegurado o devido equilíbrio fiscal, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior ao valor das receitas previstas.

Art. 4º A avaliação dos resultados dos programas será realizada ao longo do período, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas**.**

Art. 5º A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2026 se dará através das seguintes peças:

I. projeto de lei do orçamento anual, constituído de texto e tabelas indicativas;e
II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:
a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde;
c) recursos destinados à promoção da assistência social, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
g) receitas e despesas por categorias econômicas;
h) evolução da receita e despesa orçamentária;
i) despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica e elemento;
j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, subfunção, programa, projetos e atividades;
k) consolidado por funções e programas;
l) despesas por órgãos e funções;
m) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
n) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
o) recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;
p) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, e outros Fundos; e
q) especificação da legislação da receita.

§ 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2025, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2026 e as disposições da presente Lei.

§ 2º - As receitas e as despesas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "superávit" corrente.

§ 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, à Câmara Municipal.

Art. 6º No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2026, conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares em até quarenta por cento da despesa geral.

Parágrafo Único. Quando a abertura de créditos adicionais suplementares adotar como fonte de anulação, o excesso de arrecadação, e ocorrer reforços para atender dotações vinculadas à despesa com pessoal e encargos sociais, bem como às despesas de convênios, programas, contratos de repasse, acordos, ajustes e/ou semelhantes, os créditos adicionais suplementares abertos com esta finalidade não serão computados no percentual fixado neste artigo.

Art. 7º A abertura de créditos adicionais depende da autorização legislativa.

Art. 8º Constará na proposta orçamentária a "Reserva de Contingência" para as ações emergenciais e não previstas no orçamento, como também para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a cinco por cento da Receita Corrente Líquida/RCL.

Art. 9º O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta.

Art. 10. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, *(artigo 166, Parágrafo 3º, II, "a", "b", "c", e Parágrafo 4º)*, devendo ser devolvida para sanção pelo Poder Executivo, devidamente consolidada, na forma de Lei.

Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 11. Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria econômica, indicando em seguida o grupo da natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

- Categoria Econômica:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo de Natureza de Despesa:
a) Pessoal e Encargos Sociais
b) Juros e Encargos da Dívida
c) Outras Despesas Correntes
- Categoria Econômica:

DESPESAS DE CAPITAL
- Grupo de Natureza de Despesa:
a) Investimentos
b) Inversões Financeiras
c) Transferências de Capital
d) Amortização da Dívida Interna

§ 1º - As categorias econômicas de que trata o *caput* deste artigo serão apresentadas, primeiramente, pelo grupo de natureza de despesa, seguida da função e subfunção programática, seguida por projeto e/ou atividade, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964.

§ 2º - As despesas de custeio programadas para o exercício de 2026 terão como prioridades as ações elencadas no anexo I a esta Lei.

§ 3º - As despesas de capital programadas para o exercício de 2026 terão como prioridades as ações elencadas no anexo II a esta Lei.

§ 4º - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 poderá contemplar despesas de capital não contidas no anexo II desta Lei, contanto que sejam voltadas a serviços essenciais, como à saúde, educação, assistência social, turismo, agricultura e infraestrutura urbana.

CAPITULO IV
Das Receitas

Art. 12. A execução da arrecadação da receita na proposta orçamentária, obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 *(Seções I e II, do Capitulo III, artigos 11 e 14)* e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2025.

Parágrafo Único. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026 serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:

I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
II. variações de índices de preços;
III. crescimento econômico;
IV. evolução da receita nos últimos três anos; e
V. indicativos da receita já arrecadada, até o primeiro semestre do ano em curso.

Art. 13. Não será permitida no exercício de 2026, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego, renda e arrecadação de impostos.

CAPÍTULO V
Das Despesas

Seção I
Das Despesas com Pessoal

Art. 14. Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, e compreendem:
a) o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos,
b) a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor,
c) a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais,
d) o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão, e
e) a realização de processo seletivo simplificado e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, o Relatório resumido da execução orçamentária/RREO, quando nele conterá os dados de receitas e despesas municipais bimestrais, com destaque para a Receita Corrente Líquida/RCL; e no quadrimestre ou semestre, a depender do limite de gasto com pessoal, o Relatório de gestão fiscal/RGF, quando nele conterá o gasto com pessoal, o controle das despesas com dívida e as garantias ofertadas.

§ 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizadas mês a mês, com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 2º - Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a realização promover a contratação temporária de servidores, quando promoverá processo seletivo simplificado; e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, bem como a conceder reajuste e/ou revisão nas remunerações dos servidores, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. Visando promover essas ações, o Poder Executivo Municipal avaliação as suas metas fiscais através de relatório de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei da Responsabilidade Fiscal, conhecendo o comprometimento dos seus limites fiscais com essas iniciativas.

Seção II
Do Repasse ao Poder Legislativo

Art. 17. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, adotando as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, combinada com a Emenda Constitucional nº 58/2009.

Parágrafo 1º. Esse repasse terá limites máximo e mínimo, conforme as disposições contidas nos Incisos I e II do Parágrafo 2º do artigo 29/A da Constituição.

Parágrafo 2º. Ao final do ano da execução orçamentária, havendo sobra de recursos a disposição do Legislativo, esse valor deverá retornar ao Poder Executivo Municipal.

Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Art. 18. Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados a isenção de licitação na contratação de compras e serviços, devidamente estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Seção IV
Das Despesas com Convênios, Acordos, Ajustes e Assemelhados

Art. 19. O ente municipal poderá firmar convênio, acordo, ajuste e assemelhados, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:
I. seja aprovado pelo órgão concedente, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, bem como o cronograma de desembolso;
II. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando e se tratando de investimentos, que esteja previsto no Plano plurianual;
III. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município, se existente;
IV. possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados;
V. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes; e
VI. atenda as diretrizes definidas pelo Tribunal de Contas do Estado, quanto aos elementos necessários para formalização do convênio, acordo, ajuste e assemelhados.

Seção V
Das Despesas com novos Projetos

Art. 20. O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (Oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos contemplado na proposta orçamentária para o ano de 2026.

CAPÍTULO VI
Dos Repasses à Instituições Públicas e Privadas

Art. 21. Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2026, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários às instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e/ou contribuições, e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda aos dispositivos seguintes:

I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de esportes, de assistência social, turismo, saúde, agricultura e educação, e estejam registradas nos órgãos competentes;
II. que possua lei específica para autorização do repasse;
III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, se houve, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao Setor Financeiro da Prefeitura Municipal, na conformidade do Parágrafo Único do artigo 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;
IV. que a entidade beneficiada faça a devida comprovação do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de sua constituição, até 31 de dezembro de 2025;
VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o FGTS, conforme artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante aos Débitos Trabalhistas, a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município, a Fazenda Estadual e a Fazenda Federal; e
VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO VII
Do Convênio, Acordo, Ajuste e Assemelhado com a Segurança Pública e outras áreas essenciais

Art. 22. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordo, ajuste e assemelhados, com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e suas secretarias, sendo o ente municipal o órgão beneficiado pela ação e/ou pelos possíveis repasses financeiros conveniados, visando o reforço da segurança pública.

Parágrafo Único. Também fica autorizada a celebração de convênios, acordos, ajustes e assemelhados, com outros órgãos públicos, visando ações em áreas essenciais da estrutura pública, tais como: educação, saúde, assistência social, turismo e agricultura.

CAPÍTULO VIII
Dos Créditos Adicionais, dos remanejamentos, das realocações e modificações do Projeto de lei do Orçamento

Art. 23. Os créditos adicionais especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.

Art. 24. Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do artigo anterior:
I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II. os provenientes do excesso de arrecadação;
III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei especifica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 25. Ao longo do ano, também está autorizada a realização de remanejamentos de valores, realocações ou transposições de dotações orçamentárias disponíveis de uma unidade orçamentária para outra, dentro ou não da mesma categoria econômica, cujo ato será gerado pelo Setor de Contabilidade do ente, o que será submetido ao Secretário Municipal de Administração.

Art. 26. As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão, no que couberem, as informações necessárias para esclarecimentos dos dados orçamentários pleiteados.

Art. 27. Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2025, poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Na hipótese de ter sido autorizado crédito na forma do *caput* deste artigo, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2025.

Art. 28. O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá receber e despachar com a Secretaria Municipal de Administração, os pedidos de abertura de novos créditos adicionais.

CAPÍTULO IX
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização

Seção I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 29. O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

Parágrafo Único. Em consonância com o posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, o ente poderá promover atualização das metas fiscais ora previstas nesta Lei, no momento da elaboração do Projeto de lei do orçamento para o exercício de 2026, como uma medida a reduzir o grau de incerteza das projeções de receitas anuais.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Art. 30. Se verificado ao final do período, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subsequentes limitações de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único. A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no *caput*, será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Art. 31. Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, tais como as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas com pessoal, encargos sociais e aquelas de caráter continuado, além de transferências constitucionais.

CAPÍTULO X
Das Vedações

Art. 32. Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 33. É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes e assemelhados, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor, ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Parágrafo Único. Além da vedação definida no *caput* não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:
I – atividades e propagandas político-partidárias;
II – objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;

III – obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
IV – auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO XI
Das Dívidas
Seção Única

Da Dívida Fundada Interna
Subseção I
Dos Precatórios

Art. 34. Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2026, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias, incluindo as despesas com precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 02 de abril de 2025, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

Subseção II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 35. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da dívida fundada interna.

CAPITULO XII
Do Plano Plurianual

Art. 36. Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2026, programas, projetos e metas constantes do Plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Art. 37. Os projetos imprecisos constantes do Plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2026.

Art. 38. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir novos projetos criados ao longo da execução orçamentária, na legislação que trata do Plano plurianual para o quadriênio 2026/2029.

Art. 39. Quando a abertura de crédito adicional especial implicar em alteração das metas e prioridades para o ano de 2026, constantes no Plano plurianual, fica o Executivo Municipal autorizado a promover as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

CAPITULO XIII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 40. A proposta orçamentária para o exercício de 2026 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único. Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no *caput*, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2025.

Art. 41. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2026, será entregue ao Poder Executivo até 15 de julho de 2025, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Art. 42. Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2026, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até dezembro de 2025, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

Art. 43. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:
Poder Executivo, nas audiências públicas realizadas com esse objetivo, ou até 1º de agosto de 2025, junto ao Gabinete do Prefeito; e
II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único. As emendas legislativas ao orçamento indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos já presentes na proposta orçamentária, que servirão como fonte de anulação aos novos projetos/atividade propostos, e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 44. A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e anexos previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 45. Se o Projeto de lei orçamentário do exercício de 2026 não for encaminhado à sanção do Executivo Municipal, até 31 de dezembro de 2025, a programação orçamentária constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.

Parágrafo Único. Excetuam-se do limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:
a) pessoal e encargos sociais;
b) pagamento do serviço da dívida;
c) projetos e execuções no ano de 2025 e que perdurem até 2026, ou mais;
d) pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais; e
e) despesas de natureza essencial ao bom funcionamento da estrutura pública municipal.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 18 de junho de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Nas áreas da Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

1.1.1 - Promover política de valorização do servidor público municipal;
1.1.2 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento e reciclagem do servidor;
1.1.3 - Aperfeiçoar os serviços de informatização;
1.1.4 - Modernizar a administração municipal;
1.1.5 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático;
1.1.6 – Incentivar, patrocinar e promover cursos que visem a capacitação e reciclagem do servidor público;

1.2 – Nas áreas de Finanças e Tributação

1.2.1 - Viabilizar as atribuições da área de administração e planejamento;
1.2.2 - Implantar ferramentas e procedimentos para controle orçamentário de receitas e despesas, inclusive reserva financeira para contrapartidas dos projetos contemplados no SICONV e futuros convênios em tramitação;
1.2.3 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
1.2.4 - Racionalizar os gastos do município;

1.2.5 – Estimular as receitas do município;
1.2.6 - Modernizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;
1.2.7 – Implementar meios de arrecadação e execução da dívida ativa municipal;
1.2.8 - Realizar o Recadastramento dos Imóveis;
1.2.9 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte da responsabilidade social com o pagamento do IPTU;
1.2.10 - Diminuir os níveis de inadimplência;

1.3 – Nas áreas de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos

1.3.1 – Garantir a contrapartida do Seguro Safra;
1.3.2 – Criar canais de comercialização adequados aos Produtores Rurais;
1.3.3 – Abastecimento de água através de carros pipas;
1.3.4 – Incentivar as atividades agrícolas e pecuárias;
1.3.5 – Distribuir ferramentas e instrumentos agrícolas aos pequenos agricultores;
1.3.6 – Ofertar veículos agrícolas para o corte e preparo de terras de pequenos agricultores;
1.3.7 – Implantar o Conselho Municipal de Agricultura;
1.3.8 – Manter o Sistema de Abastecimento de Água;
1.3.9 – Manter das Atividades da Secretaria;
1.3.10 – Incentivar o Corte de Terra e Distribuição de Sementes a Pequenos Agricultores;

1.4 - Na área da Educação

1.4.1 – Manter a integração das creches e pré-escola ao Sistema Municipal de Ensino;
1.4.2 - Manter o programa de alimentação escolar, com excelência;
1.4.3 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no Ensino Fundamental, no Ensino Especial e na Educação de Jovens e Adultos;
1.4.4 - Revisar o Plano de Carreira, de Cargos e Salários dos profissionais da Educação Básica pública Municipal;
1.4.5 – Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal, e através de veículos adequados;
1.4.6 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
1.4.7 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa e treinamento profissional dos servidores da educação;
1.4.8 - Promover melhorias na estrutura física e nos equipamentos das instituições de ensino, revitalizando o espaço escolar;
1.4.9 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
1.4.10 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
1.4.11 - Elaborar planos de ações dentro da escola, para desenvolvê-los em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, incluindo exames periódicos e atendimento odontológico aos educandos;
1.4.12 – Manter a avaliação de desempenho do magistério;
1.4.13 – Manter a informática a disposição da classe estudantil e sua família;
1.4.14 - Criar uma equipe multidisciplinar, para atender crianças e adolescentes com transtornos e dificuldades de aprendizagem;1.4.15 – Estimular a gestão plena administrativa na educação;
1.4.16 – Manter o sistema SIGEDUC (sistema integrado da gestão da educação) atualizado, dando apoio aos profissionais da educação, atualizando e dando suporte técnico aos seus usuários;
1.4.17 - Garantir e dar apoio a inclusão das crianças com necessidades especiais, assegurando a acessibilidade e equipamentos adequados, dando apoio aos profissionais para capacitação e formação continuada na área da Educação Especial;
1.4.18 - Garantir e dar apoio a inclusão das crianças com necessidades especiais, assegurando a acessibilidade e equipamentos adequados, dando apoio aos profissionais para capacitação e formação continuada na área da educação especial;
1.4.19 - Garantir anualmente o piso salarial da educação, com vantagens (promoção e progressão), provenientes da Lei Municipal n° 12/2009;
1.4.20 - Apoiar a realização das festas de formaturas das Escolas Municipais;
1.4.21 - Implantar projetos de políticas públicas, voltada à busca ativa a alunos desistentes ou faltosos, em parceria com a Secretaria de Assistência Social (Conselho Tutelar);
1.4.22 - Garantir o fardamento e material escolar para todos os alunos da rede municipal de ensino;

1.5 - Na área do Trabalho e Habitação

1.5.1 - Apoio a comunidade promovendo cursos de artesanato, bem como encontrando espaços para escoamento da produção;
1.5.2 - Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda, em especial aos programas de apoio aos artesãos local;
1.5.3 - Incentivar políticas de Habitação;

1.6 - Nas áreas de Infraestrutura e Serviços Urbanos

1.6.1 - Implantar projetos ambientais e urbanísticos nas áreas do município;
1.6.2 – Planejar os próximos investimentos, providenciando os respectivos projetos básico e executivo, com as especificações técnicas de cada empreendimento;
1.6.3 – Manter revitalizada a estrutura dos prédios já existentes;
1.6.4 – Garantir a manutenção dos prédios já existentes;
1.6.5 - Fiscalizar o sistema de iluminação pública, viabilizando sua manutenção e sua ampliação;
1.6.6 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
1.6.7 – Manter as unidades administrativas necessárias à gestão municipal, bem como os equipamentos públicos de uso comum;
1.6.8 - Promover a sinalização das ruas;
1.6.9 – Manter a Rede Pública de energia;
1.6.10 – Colher e remover o lixo, mantendo a limpeza na cidade, nos assentamentos e nas comunidades da Zona Rural;
1.6.11 – Capacitar os servidores;

1.7 - Nas áreas de Turismo e Meio Ambiente

1.7.1 - Desenvolver programas de educação ambiental;
1.7.2 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o turismo;
1.7.3 – Promover campanhas educativas voltadas ao turismo;
1.7.4 – Criar o balcão de informação turística nos principais pontos turísticos municipais.
1.7.5 - Implantar e implementar cursos de capacitação para atendimento na área de Turismo;
1.7.6 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;

1.8 - Na área do Transporte

1.8.1 – Manter a malha viária em boa condição de tráfego, em especial com a recuperação de bueiros nas estradas vicinais;
1.8.2 - Manter as Atividades da Secretaria;
1.8.3 – Sinalizar Ruas e Avenidas;

1.9 – Nas áreas do Esporte, Lazer e Juventude

1.9.1 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos;
1.9.2 - Implantar projetos esportivos e de lazer, sobretudo a valorização do esporte amador;
1.9.3 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o esporte;
1.9.4 – Promover campanhas educativas voltadas ao esporte;
1.9.5 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
1.9.6 – Realizar competições esportivas;
1.9.7 - Manter e recuperar os ginásios, as quadras e os campos de futebol;
1.9.8 - Manter e apoiar o Setor Desportivo;
1.9.9 – Manutenção do campo de futebol;

1.10 – Na área da Cultura

1.10.1 - Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato locais;

1.10.2 – Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
1.10.3 – Manter e equipar a banda de música municipal;
1.10.4 – Incentivar a criação e manutenção do coral municipal.
1.10.5 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços culturais;
1.10.6 - Implantação e implementação de projetos culturais, visando à valorização dos artistas locais nos diversos segmentos: música, literatura, dança, folclore, artesanato, teatro, etc.,
1.10.7 – Apoiar as ações da Lei Aldir Blanc;
1.10.8 – Comemorar as festividades alusivas a datas comemorativas;
1.10.9 – Apoiar as atividades culturais;
1.10.10 – Valorizar os artistas locais;
1.10.11 – Apoiar associações, grupos folclóricos, agremiações carnavalescas e quadrilhas juninas;

1.11 – Na área da Secretaria do Gabinete Civil

1.11.1 – Manter e estruturar o Gabinete do Prefeito;
1.11.2 – Manter as ações da Controladoria Municipal;
1.11.3 – Manter as ações da Procuradoria Municipal;
1.11.4 – Manter as ações da Ouvidoria;

1.12 - Na área da Previdência Social

1.12.1 – Manter e estruturar o Sistema de Previdência Social local;

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 – Na área da Saúde
2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
2.1.2 - Dar continuidade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
2.1.3 - Promover ações básicas de saúde;
2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as pandemias, epidemias e endemias;
2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
2.1.7 - Manter e recuperar a frota vincula à política pública de saúde;
2.1.8 - Garantir as condições materiais para os grupos de apoio a saúde da criança, do adolescente, do deficiente físico, da mulher e do idoso;
2.1.9 - Ampliar a assistência médica, através da Estratégia Saúde na Família;
2.1.10 - Ampliar a assistência odontológica, através da Estratégia Saúde Bucal;
2.1.11 – Manter as ações do programa de Agentes Comunitários de Saúde e combate às Endemias;
2.1.12 – Incentivar o programa de assistência à mulher e ao homem;
2.1.13 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência;
2.1.14 – Manter e reformar os postos e unidades básicas de saúde;
2.1.15 - Fiscalizar o serviço de coleta de resíduos hospitalares da saúde no município.
2.1.16 – Transportar pacientes para realização de exames;
2.1.17 – Implantar uma área de Fisioterapia Adulta e Infantil;
2.1.18 – Manter as atividades da Secretaria, do Fundo Municipal e do Conselho Municipal de Saúde;

2.2 – Na área da Assistência Social

2.2.1 - Promover ações de educação profissional para população de baixa renda, que viabilizem geração de emprego e renda;
2.2.2 – Implantação, manutenção e estruturação dos Projetos Sociais desenvolvidos no âmbito da Assistência Social;
2.2.3 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV para idosos, crianças e adolescentes, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
2.2.4 – Manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de média e alta complexidade;
2.2.5 – Manutenção da parceria com órgão que prestam Serviço de Acolhimento Institucional à criança e ao adolescente em situação de violência e risco social;
2.2.6 – Manutenção das ações do Cadastro Único e do Bolsa Família;
2.2.7 – Manutenção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
2.2.8 – Manutenção do Programa Primeira Infância;
2.2.9 – Manutenção das ações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
2.2.10 – Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
2.2.11 - Assistência emergencial no combate à fome e ao enfrentamento as vulnerabilidades temporárias, através dos benefícios Eventuais;
2.2.12 - Implementar o Plano de Capacitação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e das instâncias de controle do SUAS.
2.2.13 - Regulamentação e estruturação da Vigilância Socioassistencial;
2.2.14 - Manutenção do Programa BPC na Escola e BPC (benefício de prestação Continuada);
2.2.15 - Implantação e manutenção do setor para execução das políticas públicas direcionadas a idosos, população LGBT QIA+, negros, mulheres, pessoas com deficiência, juventude e Direitos Humanos;
2.2.16 – Manter as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 18 de junho de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito do Município de Campo Redondo/RN

ANEXO II - DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Nas áreas da Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico
1.1.1 - Ampliar o sistema de informatização do município;
1.1.2 – Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas;
1.1.3 – Adquirir novos imóveis para estrutura do Poder Público Municipal;
1.1.4 – Adquirir mobiliário para a sede da Secretaria, para melhor estruturar os serviços municipais;

1.2 – Nas áreas de Finanças e Tributação

1.2.1 – Reformar a sede da Secretaria Municipal, para melhor estruturar os serviços municipais;
1.2.2 – Adquirir equipamentos e softwares voltados à atividade tributária, para eficientizar a arrecadação;

1.3 – Nas áreas de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos

1.3.1 – Adquirir equipamentos e máquinas que propiciem assistência ao pequeno agricultor e ao pescador;
1.3.2 - Construir barreiros em terras de pequenos agricultores;
1.3.3 – Construir e instalar poços artesianos na zona rural;
1.3.4 – Construção de reservatório de água nas comunidades rurais;
1.3.5 – Construir pequenos barreiros;
1.3.6 – Ampliar o abastecimento de agua nas comunidades rurais;

1.4 - Na área da Educação
1.4.1 – Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino;
1.4.2 – Aquisição de novas unidades de transporte escolar;
1.4.3 – Edificar e estruturar áreas de prática esportiva nas escolas;
1.4.4 – Construir e equipar cozinhas e refeitórios em escolas;
1.4.5 – Construir acessibilidade nas escolas;

1.4.6 – Atualização dos projetos arquitetônicos e complementares das escolas municipais;

1.5 - Na área do Trabalho e Habitação

1.5.1 – Edificar novas unidades de habitação popular;
1.5.2 – Adquirir novas áreas urbanas de terrenos para programas de habitação popular;
1.6 - Nas áreas de Infraestrutura e Serviços Urbanos

1.6.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.6.2 – Ampliar e modernizar o sistema de iluminação pública;
1.6.3 – Ampliar e construir cemitério público;
1.6.4 – Construir e reformar praça pública;
1.6.5 – Construir novas unidades necessárias à administração do município, bem como os equipamentos públicos de uso comum;
1.6.6 – Pavimentar ruas da cidade e das comunidades do município;

1.7 - Nas áreas de Turismo e Meio Ambiente

1.7.1 – Restaurar, recuperar e construir espaços/equipamentos turísticos;
1.7.1 – Construir equipamentos que visem o desenvolvimento do turismo e do lazer;
1.7.2 - Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
1.7.3 - Construir unidades sanitárias nas áreas urbana e rural do município;

1.8 - Na área do Transporte

1.8.1 – Adquirir equipamentos/máquinas para efetuar o melhoramento das estradas do município;
1.8.2 – Adquirir veículos para equipar a frota municipal;

1.9 – Nas áreas do Esporte, Lazer e Juventude

1.9.1 – Construir quadras e espaços com equipamentos esportivos;
1.9.2 – Instalação de academias para a terceira idade;
1.9.3 – Construção de área de lazer para atividades desportivas diversas;

1.10 – Na área da Cultura

1.10.1 – Aquisição de instrumentos musicais para os programas com jovens;
1.10.2 – Criar e equipar o coral municipal;

1.11 – Na área da Secretaria do Gabinete Civil

1.11.1 – Aquisição de equipamentos ao Setor;

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Na área da Saúde

2.1.1 – Adquirir veículos e equipamentos do sistema de saúde pública, em especial ambulâncias;
2.1.2 – Ampliar o sistema de saúde pública local;
2.1.3 – Instalar academias de terceira idade em comunidades urbanas e rurais;
2.1.4 – Construir e instalar pontos de apoio ao atendimento à saúde;
2.1.5 – Aquisição de veículo com capacidade para 7 lugares, no mínimo, para transporte de pacientes;
2.1.6 – Melhorar as instalações físicas das UBS municipais;
2.1.7 – Ampliação e reforma de UBS, conforme a necessidade;

2.2 - Na área da Assistência Social

2.2.1 – Reforma da sede do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
2.2.2 – Aquisição de equipamentos para as unidades da assistência social, inclusive para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Convivência;
2.2.3 – Equipar e reformar os prédios da Assistência Social;
2.2.4 – Aquisição de veículos para a Politica Municipal de Assistência Social;

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo “Dr. José Alberany de Souza”, em 18 de junho de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito do Município de Campo Redondo/RN

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:3C0C3C45

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 663, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE INSTITUIR O MÊS “JUNHO VERMELHO”, DEDICADO À CAMPANHA DE INCENTIVO A DOAÇÃO DE SANGUE. E O “DIA MUNICIPAL DO DOADOR DE SANGUE” NO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO – RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, Estado do Rio Grande do Norte, Renam Luiz de Alencar Carvalho, no uso das suas atribuições legais, faz saber que, atendendo a projeto de lei de iniciativa do VEREADOR EDMILSON MORENO DA SILVA, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, aprovou e EU, nos termos da Lei Orgânica Municipal, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Município, o mês “Junho Vermelho”, dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue. a ser celebrado anualmente, no mês de junho, no Município de Campo Redondo -RN, em especial nas pastas das Secretarias de: Saúde e Educação, por meio das escolas públicas e privadas.

Art. 2º A Política Pública de Doação de Sangue terá os seguintes princípios norteadores:
I - Voluntariedade: A doação de sangue será um ato voluntário, consciente e sem qualquer tipo de remuneração ou vantagem pessoal ao doador.
II - Acesso universal: Todos os cidadãos aptos à doação de sangue terão acesso aos serviços de coleta, sem discriminação de gênero, raça, religião ou orientação sexual.
III - Reconhecimento aos doadores: Serão criados programas de reconhecimento e incentivo aos doadores regulares, como certificados e outras formas de estímulo.

Art. 3º Fica instituído no Calendário Oficial do Município, O “DIA MUNICIPAL DO DOADOR DE SANGUE”, a ser celebrado, anualmente, no dia 14 de junho, no Município de Campo Redondo - RN, em especial nas pasta das secretarias de: Saúde e Educação, por meio das escolas públicas e privadas.

Art. 4º A campanha de incentivo à doação de sangue de que trata o art. 1o desta lei será realizada por meio de ações e campanhas a cada mês de Junho e ficarão a cargo dos Órgãos Públicos. A Data objetiva a realização de eventos e atividades, voltada para a promoção e a conscientização da importância da campanha de doação de sangue.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com órgãos públicos, entidades privadas e organizações não governamentais, para fortalecer a Política Pública de Doação de Sangue e ampliar o alcance das ações.

Art. 6º Fica autorizada a criação de um cadastro municipal de doadores de sangue, com informações relevantes para facilitar a organização das campanhas e a convocação dos doadores em momentos de necessidade.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 18 de junho de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:C87DE750

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 003/2025

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CARAÚBAS/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa do Município de Caraúbas/RN, com a seguinte composição:

Presidente: Flavio Wagner de Oliveira
Técnico (a) de Referência: Cátia Maria da Rocha Fernandes
Conselheiro: Sheila Gurgel Guerra
Secretária Executiva: Rita Rosinária Marinho Silva

Art. 2º Compete à Comissão realizar o levantamento e a análise de dados sociais, demográficos, econômicos e institucionais relacionados à população idosa do município, de forma a subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da pessoa idosa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraúbas/RN, 17 de junho de 2025.

FLAVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:13C7B902

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 290/2025-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a PORTARIA SEG Nº 288/2025-GP de 18 junho de 2025.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito Municipal, Em Caraúbas, 18 de junho de 2025.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:EB8612BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 014/2025-GP, 18 DE JUNHO DE 2025

"Dispõe sobre luto oficial de três dias pelo falecimento de José Ronaldo Dantas".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS - RN, no uso de atribuições legais,
Considerando o falecimento do servidor, o Senhor **JOSÉ RONALDO DANTAS**, este que em vida prestou relevantes serviços ao município de Carnaúba dos Dantas/RN,
Considerando os relevantes serviços prestados por José Ronaldo Dantas ao Município de Carnaúba dos Dantas, durante os anos de sua dedicação como servidor público;
Considerando o profundo pesar da administração pública e da comunidade carnaubense diante da perda de um profissional comprometido e respeitado por todos;

DECRETA:
Art. 1.º - Luto oficial de 03 (três) dias no município de Carnaúba dos Dantas/RN, a partir desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do servidor José Ronaldo Dantas.
Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, 18 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:52251C0D

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3904/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador do serviço, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 75 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a Declaração de Dispensa da Comissão de Licitação prevê que a dispensa de Licitação está em conformidade ao disposto no seguinte art., Inciso e item da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2025, nos termos descritos abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE TAMPÃO CIRCULAR, EM FERRO DUCTIL, FABRICADO CONFORME NBR 10160 PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN

O D M MADEIRAS E FERRAGENS LTDA

Código	Descrição	Unid	Qtd	Valor unitario	Vlr Total
33427	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL ARTICULADO. DIÂMETRO NOMINAL DE 600 MM; CARGA PARA 40 TONELADAS.	un	25,0000	R$ 800,00	R$ 20.000,00
				Total:	R$ 20.000,00

Contratado: O D M MADEIRAS E FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ 81.702.599/0001-07.

Prazo de vigência: 12 meses

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Carnaúba Dos Dantas/RN, Quarta-feira, 18 de Junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:01E4D1AE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 077/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 077/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa Mapfre Seguros Gerais S A , inscrita no CNPJ sob o n.º 61.074.175/0001-38, estabelecida a Rua Das Nacoes Unidas, n.º 14261, Vila Gertrudes, cidade de São Paulo, São Paulo.
Do objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DO GABINETE DO PREFEITO, CONTRA DANOS PESSOAIS, MORAIS E MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.

Do valor total: R$ 4.269,34

Item	Unidade	Qtd	Valor unit.	Valor total
CONTRATAÇÃO DE SEGURO VW/NOVO GOL TL MCV ANO/MD. 2017/2018 PLACA QGL8619 – CHASSI: 9BWAG45U1JT043772 COBERTURA: 100% TABELA FIPE Uso: Administração COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO (compreensiva) DANO MATERIAL: R$ 200.000,00 DANO CORPORAL: R$ 200.000,00 DANO MORAL: R$ 100.000,00 APP/DMH: R$ 100.000,00 Franquia: (Reduzida) Assistência: ILIMITADA (guincho sinistro pane seca e elétrica)	Svç	1,00	R$ 677,24	R$ 677,24
CONTRATAÇÃO DE SEGURO T CROSS SENSE TSI ANO/MD. 2025 /2026 PLACA - – CHASSI: 9BWBH6BF4T4006876 COBERTURA: 100% TABELA FIPE Uso: Gabinete do Prefeito COLISÃO, INCENDIO, ROUBO E FURTO (compreensiva). DANO MATERIAL: R$ 200.000,00 DANO CORPORAL: R$ 200.000,00 DANO MORAL: R$ 100.000,00 APP/DMH: R$ 100.000,00 Franquia (Reduzida) Assistência: ILIMITADA (guincho, SINISTRO, pane seca e elétrica). Vidros: Completos (vidros, faróis; lanternas, para -brisa retrovisores) Pequenos reparos : para choque e funilaria	Svç	1,00	R$ 3.592,10	R$ 3.592,10

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Código reduzido	Código	Descrição
11	02.002.04.122.0002.2009.3.3.90.39.1.500.0000	GABINETE DO PREFEITO * TRANSPARENCIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL * MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Recursos não Vinculados de Impostos
51	02.004.04.122.0003.2002.3.3.90.39.1.500.0000	SEC. MUL. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO * REESTRUTURACAO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL * MANUTENCAO DA SEC. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Recursos não Vinculados de Impostos

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.
Da vigência: de 04/06/2025 a 04/06/2026

Carnaúba dos Dantas/RN, 04 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) P/ Contratante

ALEXANDRE PONCIANO SERRA
P/Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:78CCA938

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 607/2025 - GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **JOSE RONALDO DANTAS**, inscrito no CPF 047.***.***-69, Fiscal do **CONTRATO 78/2025**, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAGEM GEOTÉCNICA TIPO SPT COM OBJETIVO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS, com vigência de 11/06/2025 a 11/06/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 18 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:2CC93A41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 608/2025 - GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **MILLENA DANTAS DE MEDEIROS**, inscrito no CPF: 068.***.***-65, Fiscal do **CONTRATO 77/2025**, referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DO GABINETE DO PREFEITO, CONTRA DANOS PESSOAIS, MORAIS E MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES, com vigência de 04/06/2025 a 04/06/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 18 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:275C1CBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 609/2025 - GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **FRANCISCO ANDRE MEDEIROS DA CUNHA**, inscrito no CPF: 056.***.***-83, Fiscal do **CONTRATO 81/2025**, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, com vigência de 16/06/2025 a 16/06/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 18 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:187C9C15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 610/2025 - GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **SERGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA**, inscrito no CPF: 037.***.***-45, Fiscal do **CONTRATO 80/2025**, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE DENOMINAÇÃO DE RUAS CONFECCIONADAS EM AÇO GALVANIZADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES PUBLICOS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, com vigência de 12/06/2025 a 12/06/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 18 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:345DEE3F

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2024

REPUBLICAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2024
TERMO ADITIVO N° 001

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS NA FORMA QUE SEGUE.

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor KLEYTON MEDEIROS DANTAS, inscrito no CPF: 091.640.884-13, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, carnaúba dos Dantas/RN, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROSCPF/CNPJ: 09.482.343/0001-04 estabelecido(a) à Rua JUVENAL LAMARTINE 43 CENTRO - CRUZETA-RN representado(a) neste ato por Nickson Luciano Guerra Azevedo, portador do CPF nº 030.075.504-0, doravante denominada CONTRATADA, CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDIRAM AS PARTES CONTRATANTES celebrar o Termo Aditivo n° 001, da Ata de Registro De Preços N° 028/2024, celebrado em 26/02/2024, referente ao aditivo de prazo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E ACRESCIMO DE ITENS
O presente instrumento tem por objeto o aditivo de novos itens a Ata de Registro De Preços N° 028/2024 para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIÊNE PESSOAL E DESCARTAVÉIS, contratado através de Licitação pregão eletrônico 12/2024, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
Descrições dos serviços:

ITENS/FORNECEDOR CANCELADO	QUANTIDADE	NOVO CONVOCADO/MARCA E VALOR
CERA LÍQUIDA INCOLOR, BRILHO FÁCIL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 750ML.	200	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA MARILUX, VALOR UNITARIO R$ 4,40
COLHERES PLASTICAS DESCARTAVEIS PARA REFEIÇÃO PACOTE 50 UNIDADES, COM SELO DO INMETRO.	540	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA STRAW, VALOR UNITARIO R$ 2,97

DESODORIZADOR DE AMBIENTE (FRAGRANCIAS VARIADOS) - 400ML	1955	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA AR AGRADAVEL, VALOR UNITARIO R$ 8,25
FACAS DESCARTÁVEIS COM 50 UNIDADES PARA REFEIÇÕES	250	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA PRAFESTA, VALOR UNITARIO R$ 2,97
FLANELA- GRANDE (40 X 60CM)	1130	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA: FLANEMBERGUE, VALOR UNITARIO R$ 1,71
GARFOS PLÁSTICOS PARA REFEIÇÃO DESCÁRTAVEIS PACOTE COM 50 UNIDADES.	400	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA STRAW, VALOR UNITARIO R$ 2,97
GUARDANAPO C/ EXCELENTE ALVURA E MACIEZ, TAMANHO 20CM X 22,5 CM- PCT C/ 50 UNIDADES	1365	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA SOLIS, VALOR UNITARIO R$ 0,94
GUARDANAPO DESCARTÁVEL 23X20 (PACOTE COM 50 UND)	245	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA SERIDO, VALOR UNITARIO R$ 1,32
PAPEL ALUMÍNIO ROLO COM 7,5MTSX30CM.	315	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA TERMICA, VALOR UNITARIO R$ 3,96
PRATO DESCARTÁVEL PRF - 12 FUNDO PACOTE COM 10 UNID. NA COR BRANCA.	100	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA TOTALPLAST, VALOR UNITARIO R$ 1,10
PRATO DESCARTAVEL PRF - 15 FUNDO PACOTE COM 10 UNID.	100	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA TOTALPLAST, VALOR UNITARIO R$ 1,40
SABAO EM BARRA GLICERINADO NEUTRO COM 200G, EMBALAGEM C/ 5 UNIDADES	1952	NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, CNPJ: 09.482.343/0001-04, MARCA ABSOLUTE, VALOR UNITARIO R$ 7,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. Para custear as despesas com o presente termo aditivo, o Município utilizará recursos alocados na Dotação Orçamentária prevista para o ano de 2025 discriminados na Ata de Registro De Preços N° 028/2024.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. São mantidas as demais Cláusulas da Ata de Registro De Preços N° 028/2024, desde que não contrariadas pelo presente Termo.
3.2. Estando justos e acordados, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO
4.1. O Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com vistas a conferir eficácia ao presente ato.

Carnaúba dos Dantas/RN, 09 de maio de 2025.

KLEYTONMEDEIROSDANTAS
Prefeito Municipal
Contratante

NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS
Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:8814C397

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 130/2023
TERMO ADITIVO N° 004

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E CONSTRUTORA JUDSON LTDA NA FORMA QUE SEGUE.

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o KLEYTONMEDEIROSDANTAS,inscritonoCPF:091.640.884-13,brasileiro,casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, Carnaúba dos Dantas/RN**, doravante denominada CONTRATANTE,** e a Empresa **CONSTRUTORA JUDSON LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 08.838.881/0001-26, com sede na Rua Maria do Carmo Dantas, 46, Santa Rita - Carnaúba dos Dantas - RN, CEP: 59374-000, neste ato representado pelo senhor **Judson Gutierre da Silva**, inscrito no RG de número 002359306, CPF: 067.710.494-42, residente e domiciliado à Rua Manuel Clementino de Araújo, n° 57, primeiro andar, Bairro Santa Rita, Carnaúba dos Dantas/RN, doravante denominada **CONTRATADA, CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDIRAM celebrar o Termo Aditivo n° 004, ao Contrato Administrativo nº** 130/2023, celebrado em 28/08/2023**, referente ao aditivo de prazo e valor, mediante as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o aditivo de prazo ao contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CEMEI FRANCISCA NEUSA DANTAS,** contratado através de licitação na modalidade Tomada de Preços n° 003/2023 na forma da Lei 8.666/93**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VALOR

2.1. O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 130/2023, devendo o presente termo ter sua vigência a partir da data de 18 de junho de 2025 a 30 de dezembro de 2025.

2.2. O presente instrumento tem por objeto o aditivo de valor do contrato nº 130/2023, devendo o presente termo abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ADITIVADO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CEMEI FRANCISCA NEUSA DANTAS	R$ 279.726,27

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Para custear as despesas com o presente termo aditivo, o Município utilizará recursos alocados na Dotação Orçamentária prevista no contrato originário.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. São mantidas as demais Cláusulas do Contrato Nº 130/2023, desde que não contrariadas pelo presente Termo.
4.2. Estando justos e acordados, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. O Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o parágrafo único da lei 8.666/93, com vistas a conferir eficácia ao presente ato.
Carnaúba dos Dantas/RN, 18 de junho de 2025.

KLEYTONMEDEIROSDANTAS	*JUDSON GUTIERRE DA SILVA*
Prefeito Municipal	Construtora Judson LTDA
Contratante	Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:B8E48C33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 606/2025- GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 16/06/2025.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **SANDRA CUNHA DE AZEVEDO** matrícula 1123, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, da Unidade Básica de Saúde I "Nossa Senhora do Perpétuo Socorro", gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 23/06/2025 a 22/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 28/02/2024 a 28/02/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Valdemar Cândido de Medeiros de Carnaúba dos Dantas/RN, em 18 de junho de 2025

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Matrícula 1067

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:782F400D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.150 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.150 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AUTUAÇÃO E JULGAMENTOS, PARA PROSSEGUIMENTOS DAS AÇÕES DO ÓRGÃO PROCON NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como nos termos da Lei Federal nº 8.112/1990, no que couber, e demais legislações aplicáveis,
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Autuação e Julgamentos para prosseguimentos das ações do órgão PROCON, por parte dos servidores do Município de Ceará-Mirim/RN.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Kyara Salomé da Fonseca Moura (Presidente)
Alexandro Nascimento das Neves (Membro)
Francisco André de Lima Araujo (Membro)
Isis Cristine Bezerra(Membro)
José Maria Carvalho Ferreira (Membro)
Romildo Gomes Teixeira (Membro)
Darlyelson Carlos Dias B. dos Santos (Membro)
Art. 3º Compete à Comissão:
I – Proceder à apuração dos fatos de forma objetiva e imparcial;
II – Assegurar ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa;
III – Realizar as diligências necessárias à elucidação dos fatos;
IV – Lavrar os termos e relatórios pertinentes às fases do processo;
V – Emitir relatório final, opinando de forma motivada pela aplicação de penalidade ou pelo arquivamento do feito.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 18 de junho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B226BA1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.151 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.151 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, PARA PROSSEGUIMENTOS DAS AÇÕES DO ÓRGÃO PROCON NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como nos termos da Lei Federal nº 8.112/1990, no que couber, e demais legislações aplicáveis,
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Procedimentos Administrativos para prosseguimentos das ações do órgão PROCON, por parte dos servidores do Município de Ceará-Mirim/RN.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Kyara Salomé da Fonseca Moura (Presidente)
Isis Cristine Bezerra (Membro)
José Maria Carvalho Ferreira (Membro)
Johnatas Gomes da Cruz (Membro)
Francisco André de Lima Araújo (Membro)
Wilson Silva de Melo (Membro)
Art. 3º Compete à Comissão:
I – Proceder à apuração dos fatos de forma objetiva e imparcial;
II – Assegurar ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa;
III – Realizar as diligências necessárias à elucidação dos fatos;
IV – Lavrar os termos e relatórios pertinentes às fases do processo;
V – Emitir relatório final, opinando de forma motivada pela aplicação de penalidade ou pelo arquivamento do feito.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 18 de junho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C28C2BFA

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 2.027 DE 30 DE MAIO DE 2025.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 2.027 DE 30 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria da Conceição de Lima Lino, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Arquivo Médico, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 30 de maio de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8344143F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2025 – INEXIGIBILIDADE 025/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1421/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** HUGO SANTOS DA COSTA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.999.079/0001-62. **OBJETO:** contratação de show musical com "HUGO & HEITOR" no dia 14 de junho de 2025 (sábado), para a programação da "FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA 2025" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 025/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1421/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 12 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Hugo Santos da Costa – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:BD3282FA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2025 – INEXIGIBILIDADE 027/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1423/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** R L DA SILVA SERTAO LOCACOES E EVENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.659.771/0001-00. **OBJETO:** contratação de show musical com o artista "RODOLFO LOPES" no dia 23 de junho de 2025 (segunda-feira), para a programação da "FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA 2025" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 027/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1423/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 12 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Rodolfo Lopes da Silva – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:4DEA2FC1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADO:** SEVERINO PEDRO DE MEDEIROS NETO. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda do CONTRATADO que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 12 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.883,50 (dez mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Severino Pedro de Medeiros Neto – pelo Contratado.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:B50B155C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** JULLIA ISABELL DOS SANTOS. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 13 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.496,50 (dez mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Jullia Isabell dos Santos – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:F6515B0B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** MARIA ALZIANE ALBUQUERQUE DOS SANTOS. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 13 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.496,50 (dez mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Jullia Isabell dos Santos – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:52FDBDB7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADO:** JOAO BATISTA DOS SANTOS. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda do CONTRATADO que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 13 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.589,00 (dez mil, quinhentos e oitenta e nove reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Joao Batista dos Santos – pelo Contratado.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:8A181272

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** IVONETE CECILIA DE ALBUQUERQUE. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 13 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.496,50 (dez mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Ivonete Cecilia de Albuquerque – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:3F868AE9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADO:** MIGUEL CAMILO DOS SANTOS. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda do CONTRATADO que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 16 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 13.455,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Miguel Camilo dos Santos – pelo Contratado.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:CBE910FE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2025 – CHAMADA PÚBLICA 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1129/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADO:** FRANCIOMAR DAVI. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cerro Cora/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes no Projeto de Venda do CONTRATADO que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 11.947/2009. **PROCESSO:** Chamada Pública 004/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1129/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 16 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** o presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até de 31 de dezembro de 2025. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 9.267,00 (nove mil, duzentos e sessenta e sete reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Franciomar Davi – pelo Contratado.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:7A2A4823

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025.

Objeto: Contratação de uma empresa para prestação de serviços de gestão documental, guarda e tratamento arquivístico, digitalização de documentos, tratamento das imagens, reconhecimento dos caracteres, classificação de imagens digitalizadas, inserção em sistema eletrônico de informação de acesso web e/ou link para acesso em servidor com armazenamento do acervo em nuvem, com definição de rotinas de busca e recuperação dos documentos digitalizados e transferência de acervo para as instalações da contratada, ou seja, indexação em licença de software de aplicativo com armazenamento e gerenciamento eletrônico de documentos (ged); destruição segura dos documentos inservíveis com processo de fragmentação total, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, através de contrato sob a jurisdição da secretaria municipal de administração.

Contratante: Gabinete do Prefeito Secretaria Municipal de Administração. Demais Secretarias.

Contratado: CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITACOES LTDA ME - CNPJ: 52.213.375/0001-33.

Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITACOES LTDA ME - CNPJ: 52.213.375/0001-33, saiu vencedor no Lote único; com o valor total de R$ 131.876,00 (Cento e trinta e um mil oitocentos e setenta e seis reais).

Vigência do Contrato Administrativo: 18 de junho de 2025 a 17 de junho de 2026, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

Cerro Corá/RN, 18 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:870BCFB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

ADJUDICO, o vencedor do Pregão Eletrônico nº 028/2025, realizado em 10/06/2025, a saber:

Objeto:Contratação de uma empresa para prestação de serviços de gestão documental, guarda e tratamento arquivístico, digitalização de documentos, tratamento das imagens, reconhecimento dos caracteres, classificação de imagens digitalizadas, inserção em sistema eletrônico de informação de acesso web e/ou link para acesso em servidor com armazenamento do acervo em nuvem, com definição de rotinas de busca e recuperação dos documentos digitalizados e transferência de acervo para as instalações da contratada, ou seja, indexação em licença de software de aplicativo com armazenamento e gerenciamento eletrônico de documentos (ged); destruição segura dos documentos inservíveis com processo de fragmentação total, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, através de contrato sob a jurisdição da secretaria municipal de administração.

CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITACOES LTDA ME - CNPJ: 52.213.375/0001-33, saiu vencedor no Lote único; com o valor total de R$ 131.876,00 (Cento e trinta e um mil oitocentos e setenta e seis reais).

Cerro Corá/RN, 18 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:549AB26E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

Objeto:Contratação de uma empresa para prestação de serviços de gestão documental, guarda e tratamento arquivístico, digitalização de documentos, tratamento das imagens, reconhecimento dos caracteres, classificação de imagens digitalizadas, inserção em sistema eletrônico de informação de acesso web e/ou link para acesso em servidor com armazenamento do acervo em nuvem, com definição de rotinas de busca e recuperação dos documentos digitalizados e transferência de acervo para as instalações da contratada, ou seja, indexação em licença de software de aplicativo com armazenamento e gerenciamento eletrônico de documentos (ged); destruição segura dos documentos inservíveis com processo de fragmentação total, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, através de contrato sob a jurisdição da secretaria municipal de administração.

Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação do PE Nº 028/2025**,**com início em28 de maio de 2025, com sessão realizada em08 de maio de 2025 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa a seguir:

CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITACOES LTDA ME - CNPJ: 52.213.375/0001-33, saiu vencedor no Lote único; com o valor total de R$ 131.876,00 (Cento e trinta e um mil oitocentos e setenta e seis reais).

Cerro Corá/RN, 18 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:71126EB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Dispensa de Licitação nº 047/2025, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de tintas, toners e almofadas de impressoras, para atender as necessidades das secretarias do município de Coronel Ezequiel/RN, em favor de CONSTRUTECH SERVIÇOS & TECNOLOGIA LTDA, inscrito no CNPJ nº 55.369.970/0001-50, no valor global de R$ 46.675,00 (quarenta e seis mil e seiscentos e setenta e cinco reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 18 de junho de 2025.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:880CA49B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Dispensa de Licitação nº 048/2025, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de mesas e cadeiras plásticas para uso em eventos e reuniões promovidos pelas Secretarias e Programas do município de Coronel Ezequiel/RN, em favor de 42.923.351 MARIA VALDEILMA DE LIMA SILVA, inscrito no CNPJ nº 42.923.351/0001-14, no valor global de R$ 14.340,00 (catorze mil e trezentos e quarenta reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 18 de junho de 2025.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:F38D3A0B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 233/2025 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 231, DE 12 DE JUNHO DE 2025, QUE CONVOCAVA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de readequação das agendas institucionais e administrativas, em virtude de demandas prioritárias já consolidadas no âmbito municipal;
CONSIDERANDO questões operacionais, técnicas e de planejamento que impossibilitam a realização da 3ª Conferência Municipal da Cidade no corrente exercício;
CONSIDERANDO que, após análise técnica, identificou-se a necessidade de um maior tempo para planejamento, organização e mobilização social, de forma a assegurar a efetiva participação popular e a qualidade do evento;
DECRETA:
Art. 1º Fica **revogado,** em todos os seus termos, o Decreto Municipal nº 231, de 12 de junho de 2025, que dispunha sobre a convocação da 3ª Conferência Municipal da Cidade de Coronel João Pessoa/RN.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Coronel João Pessoa/RN, em 18 de junho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:15DFA35F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 014/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA EUTANÁSIA, INSETICIDAS E RATICIDAS.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Cruzeta
Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN
Registro de Preços Eletrônico - 014/2025
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - CLORIDRATO DE XILAZINA 2% 10ML - Valor Referência: 23,86					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Supramil Comercial Ltda - Epp (11.262.969/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 09:11:27 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	XILAZIN 2%/SYNTEC	XILAZIN 2%/SYNTEC	100	1.844,00
Item: 0002 - CLORIDRATO DE QUENTAMINA (CETAMINA) 10% 50ML - Valor Referência: 134,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Supramil Comercial Ltda - Epp (11.262.969/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 09:11:27 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	CETAMIN/SYNTEC	CETAMIN/SYNTEC	50	6.714,00
Item: 0004 - RATICIDA GRANULADO, TIPO ISCAS, SACHÊ DE 25G - Valor Referência: 1,28					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS LTDA (43.855.126/0001-50)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 09:11:27 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	RATICIDA GRANULADO, TIPO ISCAS, SACHÊ DE	KELDRIN	6.000	3.720,00
Item: 0005 - INSETICIDA PARA BARATAS, 1LT - Valor Referência: 109,20					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA (11.258.338/0001-64)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 09:11:27 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	CORETRINE 25 CE	DIPIL	100	8.389,00

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:E1D98240

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 018/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE ÁGUA POTÁVEL A GRANEL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Registro de Preços Eletrônico - 018/2025					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - FORNECIMENTO GRADATIVO DE ÁGUA POTÁVEL A GRANEL - Valor Referência: 0,26					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS (09.482.343/0001-04)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:05:48 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	Conforme Edital	Conforme Edital	400.000	44.000,00

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:6180C48B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 027/2025 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Cruzeta
Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN
Dispensa Eletrônica - 027/2025

Resultado da Homologação
0001 - PHMETRO - APARELHOMEDIDOR DE PHPORTÁTIL COM BATERIA RECARREGÁVEL, COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DETEMPERATURA, DISPLAY GRÁFICO DE CRISTAL LÍQUIDO E CALIBRAÇÃO EM TRÊS PONTOS. DEVE TER CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORESAS SEGUINTES: - CONSTRUÍDO EMPLÁSTICO ABS, COMPACTO E ROBUSTO; - BATERIA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE 10 HORAS ININTERRUPTAS DE USO; - INDICAÇÃO DIGITAL EM AMPLO DISPLAY GRÁFICO DE CRISTAL LÍQUIDO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, COM 128X64 PIXELS; - INDICAÇÃO DIGITAL SIMULTÂNEA DO VALOR DE PH, MV E TEMPERATURA; - INDICAÇÃO DO NÍVEL DE BATERIA; - FUNÇÕES DE STAND-BY,PH E MILIVOLTS; - FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0,00 PH A 14,00 PH E ±2000 MV ABSOLUTO; - COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DA TEMPERATURA ENTRE 0ºC E 100ºC, POR MEIO DE

SENSOR PT-100; - CALIBRAÇÃO EM TRÊS PONTOS; - PRECISÃO: ± 0,2°C, ±0,02PH E ±0,2MV; - REPRODUTIBILIDADEDE ± 0,01 PH E ± 0,1 MILIVOLTS; - LEGIBILIDADE: 0,01 PH, 0,1MV E 0,1°C; - SENSOR DE TEMPERATURA PT100 ENCAPSULADO EM AÇO INOX; - DEVE ACOMPANHAR FONTE DE ALIMENTAÇÃO; ELETRODO DE PLÁSTICO COMBINADO PARA PH,100 ML DE SOLUÇÃO TAMPÃO PH 9,18; 100 ML DE SOLUÇÃO TAMPÃO PH 6,86; 100ML DE SOLUÇÃO TAMPÃO PH 4,01; 100 ML DE SOLUÇÃO DE REPOUSO, SENSOR DE TEMPERATURA, E MANUAL DE INSTRUÇÕES; INDICAR MARCA E PRAZO DE GARANTIA. O LICITANTE ARREMATANTE DEVERÁ ENVIAR CATÁLOGO EM PORTUGUÊS. - PHMETRO - Valor Referência: 5.103,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EVENI DA SILVA BRITO	5.099,99	5.099,99	Homologado em 18/06/2025 09:22:00 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0002 - CENTRÍFUGA LABORATORIAL - PARA TUBOS – DE 30 AMOSTRAS / DIGITAL - CENTRÍFUGA LABORATORIAL - - Valor Referência: 4.267,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EVENI DA SILVA BRITO	4.200,00	4.200,00	Homologado em 18/06/2025 09:22:00 Por: Joaquim Jose de Medeiros

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:57CC5383

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 014/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA EUTANÁSIA, INSETICIDAS E RATICIDAS.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Registro de Preços Eletrônico - 014/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - CLORIDRATO DE XILAZINA 2% 10ML - XILAZIN 2%/SYNTEC - Valor Referência: 23,86			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Supramil Comercial Ltda - Epp	18,44	1.844,00	Homologado em 18/06/2025 09:11:33 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0002 - CLORIDRATO DE QUENTAMINA (CETAMINA) 10% 50ML - CETAMIN/SYNTEC - Valor Referência: 134,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Supramil Comercial Ltda - Epp	134,28	6.714,00	Homologado em 18/06/2025 09:11:33 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0004 - RATICIDA GRANULADO, TIPO ISCAS, SACHÊ DE 25G - RATICIDA GRANULADO, TIPO ISCAS, SACHÊ DE - Valor Referência: 1,28			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS LTDA	0,62	3.720,00	Homologado em 18/06/2025 09:11:33 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0005 - INSETICIDA PARA BARATAS, 1LT - CORETRINE 25 CE - Valor Referência: 109,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA	83,89	8.389,00	Homologado em 18/06/2025 09:11:33 Por: Joaquim Jose de Medeiros

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:339478EC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 018/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE ÁGUA POTÁVEL A GRANEL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Cruzeta			
Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN			
Registro de Preços Eletrônico - 018/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - FORNECIMENTO GRADATIVO DE ÁGUA POTÁVEL A GRANEL - Conforme Edital - Valor Referência: 0,26			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS	0,11	44.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:05:53 Por: Joaquim Jose de Medeiros
JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:E2B10408

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1380, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA-RN, usando da atribuição que lhe confere o artigo 57, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a lei municipal n.º 686 de 02 de outubro de 1996 que declara os feriados municipais;
CONSIDERANDO o feriado municipal do dia 24 junho de 2025 (terça-feira);
CONSIDERANDO ser conveniente não haver expediente nas repartições municipais na data de 23 de junho de 2025 (segunda-feira);

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições municipais, o expediente do dia 23 de junho de 2025 (segunda-feira), data que antecede o feriado municipal de 24 de junho.
Parágrafo Único - Ficam excetuadas do disposto no *caput*, os serviços considerados essenciais tais como, Saúde, Segurança e Limpeza pública.
Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se o presente ato.

Cruzeta/RN, em 18 de junho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:B3879D91

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1251, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Altera a redação do Art. 1º da Lei Municipal nº 1.218, de 22 de dezembro de 2023, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Cruzeta/RN para a legislatura de 2025-2028, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Art. 25, do Regimento Interno desta Casa Legislativa;
O prefeito de Cruzeta, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sanciono a presente Lei:
Art. 1º O Art. 1º da Lei Municipal nº 1.218, de 22 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Cruzeta/RN para o mandato correspondente ao período de 2025 a 2028 fica fixado, em parcela única, no valor de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), e o do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, também em parcela única, no valor de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)."
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.218, de 22 de dezembro de 2023.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2025.

Cruzeta/RN, 18 de junho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:92BBA6A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.021, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre o ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais Diretas e Indiretas, no dia 20 de junho de 2025.

O **Prefeito Municipal de Currais Novos**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MGI nº 9.783, de 27/12/2024, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que divulga os dias de feriado nacional e pontos facultativos no ano de 2025, para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providencias.

CONSIDERANDO ainda, o inciso IX da MGI nº 9.783, de 27/12/2024, que atribui a data de 20/06/2025, ponto facultativo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais Diretas e Indiretas do município de Currais Novos/RN, no dia 20 de junho de 2025.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica as atividades e/ou serviços considerados de natureza essenciais, os quais ficarão sujeitos ao horário de expediente estabelecido pelos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Currais Novos-RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 16 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:595BFB8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1059, DE 21 DE MAIO DE 2025.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 11.570/2025			
SERVIDOR: Joenia Karina Bezerra de Araujo Oliveira		MATRÍCULA: 33710	
CARGO: Assistente Social		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Jucurutu/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 21/05/2025	HORA: 08h	PREVISÃO DE RETORNO: 21/05/2025	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Participação de capacitação do território SUAS – Sertão do Jucurutu/RN promovido pelo Governo/RN por meio da secretaria de Assistência Social.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 21 de maio de 2025.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F79D13B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1060, DE 21 DE MAIO DE 2025.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 11.571/2025			
SERVIDOR: Maria Auxiliadora Almeida da Silva		MATRÍCULA: 33718	
CARGO: Assistente Social		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Jucurutu/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 21/05/2025	HORA: 07h	PREVISÃO DE RETORNO: 21/05/2025	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Participação de capacitação do território SUAS – Sertão do Jucurutu/RN promovido pelo Governo/RN por meio da secretaria de Assistência Social.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 21 de maio de 2025.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9EB8653A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1141, DE 30 DE MAIO DE 2025.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 12.385/2025			
SERVIDOR: Kátia Cristina da Silva Macêdo Medeiros	MATRÍCULA: 40037		
CARGO: Conselheira Tutelar	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Goianinha/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 30/05/2025	HORA: 05h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 30/05/2025	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Participação ao III Simpósio de acolhimento em Família Acolhedora em Goianinha/RN, evento teve como objetivo debates e reflexões sobre a importância do SFA no contexto da proteção a criança e adolescente.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de maio de 2025.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:41349C4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1142, DE 30 DE MAIO DE 2025.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/31/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 12.402/2025			
SERVIDOR: Maria Lúcia Lima Santos	MATRÍCULA: 40479		
CARGO: Conselheira Tutelar	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Goianinha/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 30/05/2025	HORA: 05h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 30/05/2025	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Participação ao III Simpósio de acolhimento em Família Acolhedora em Goianinha/RN, evento teve como objetivo promover debates e reflexões sobre a importância do SFA no contexto da proteção a criança e adolescente.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de maio de 2025.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:6323299F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1143, DE 30 DE MAIO DE 2025.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 12.403/2025			
SERVIDOR: Ana Cláudia Lima Garcia	MATRÍCULA: 33545		
CARGO: Conselheira Tutelar	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Goianinha/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 30/05/2025	HORA: 05h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 30/05/2025	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Participação ao III Simpósio de acolhimento em Família Acolhedora em Goianinha/RN, evento teve como objetivo promover debates e reflexões sobre a importância do SFA no Contexto da proteção à criança e adolescente.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de maio de 2025.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:75FC735A

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL SIMPLIFICADO 06/2025 – SECULT/PMCN

CHAMADA PÚBLICA PARA APOIO CULTURAL A QUADRILHAS JUNINAS

RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE

A Secretaria Municipal de Cultura de Currais Novos torna público o resultado preliminar da análise das inscrições das propostas de quadrilhas juninas, inscritas no Edital Simplificado 06/2025.

Propostas classificadas

Categoria Escolar:

Classificação	Proponente	Evento	Nota	Situação
1º	Loraine Ester de Almeida Pereira	Tradição Junina	95	Classificada
2º	Rodrigo de Menezes Lopes	Cia Junina Ô vai Ô racha	65	Classificada
3º	Hugo Mateus Santana Leite	Junina EJM	55	Classificada

Não houve inscrições nas categorias competitiva e interbairros.
A data para interposição de recursos é dia 23/06/25, que deve ser enviado através do e-mail secultcn@gmail.com.

Currais Novos/RN, 18 de junho de 2025

ADRIANO BEZERRA NUNES
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3CBF7EEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL SIMPLIFICADO 07/2025 – SECULT/PMCN -

CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO

RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE

A Secretaria Municipal de Cultura de Currais Novos torna público o resultado preliminar da análise das inscrições das propostas de eventos para compor o CIRCUITO JUNINO, inscritas no Edital Simplificado 07/2025.

Propostas classificadas

Eventos de PEQUENO PORTE:

Classificação	Proponente	Evento	Nota	Situação
1º	Juarez Firmino da Silva	São João do Bairro Sílvio Bezerra	80	Classificada
2º	Maria de Fátima da Nóbrega Santos Silva	São João da Rua Dix-sept Rosado	80	Classificada

Evento de MÉDIO PORTE

Classificação	Proponente	Evento	Nota	Situação
1º	Josiclênia Alves dos Santos Dantas	Arraiá da Brejuí	100	Classificada
2º	Gabriel Allan de Medeiros Soares	São João do Bairro Paizinho Maria	100	Classificada

As propostas de Juarez Firmino da Silva e Maria de Fátima da Nóbrega Santos Silva foram inscritas na categoria de médio porte, mas, pela insuficiência de vagas, foram remanejadas para a categoria de pequeno porte, mediante sua anuência prévia atestada no ato da inscrição através do Anexo 05 (Declaração de Remanejamento)
A data para interposição de recursos é dia 23/06/25, que deve ser enviado através do e-mail secultcn@gmail.com.

Currais Novos/RN, 18 de junho de 2025

ADRIANO BEZERRA NUNES
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3CD2091E

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: ÉDILLA JULIANA DE MACEDO DINIZ, CPF: 056.578.58*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria grande porte.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 18 junho de 2025 a 18 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 18 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:BA0EBC5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 280/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00
CONTRATADO(A): M E DE BRITO FEITOSA, CNPJ 06.126.417/0001-81
OBJETO: apresentação musical da banda Forrozão Baby Som, no dia 23 de julho de 2025, durante o "Pavilhão de Sant'Ana 2025", que integra a programação da 217° Festa de Sant'Ana de Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais)
VIGÊNCIA: 30 de maio de 2025 a 31 de agosto de 2025
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 30 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:15C7285C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00
CONTRATADO(A): 59.842.172 CIRO BATISTA DE ARAUJO NETO, CNPJ: 59.842.172/0001-55
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Servente.
VALOR: R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 17 (dezessete) diárias.
VIGÊNCIA: 19 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 19 de maio de 2025.

MILENA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal em Exercício

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:52E3FC31

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 284/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00
CONTRATADO(A): LEONARDO COSTA DOS SANTOS ME, CNPJ: 11.183.984/0001-00
OBJETO: aquisição de livros didáticos da Coleção Acerta Brasil – Mega, da Editora Ática, destinados aos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.
VALOR: pelo valor unitário de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) o livro didático Acerta Brasil – Mega – EF1 2º ano na quantidade de 348 unidades; pelo valor unitário de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) o livro didático Acerta Brasil – Mega – EF1 5º ano na quantidade de 336 unidades; pelo valor unitário de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) o livro didático Acerta Brasil – Mega – EF1 9º ano na quantidade de 342 unidades.
VIGÊNCIA: 19 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 19 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:5F10B2D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 221/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3.430/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 59.842.172 CIRO BATISTA DE ARAUJO NETO, CNPJ: 59.842.172/0001-55, para prestação de serviços de mão de obra de Servente, no período de 19 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025, com valor de R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 17 (dezessete) diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 11.408/2025. Currais Novos, 19 de maio de 2025.

MILENA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal em Exercício

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E4B5C8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 228/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3.565/2025

A Prefeita Municipal em Exercício de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 60.066.844 CARLOS VINICIUS SILVA ARAUJO, CNPJ: 60.066.844/0001-67, para prestação de serviços de mão de obra de eletricista, no período de 22 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025, com valor de R$ 139,51 (cento e trinta e nove e cinquenta e um centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 27 (vinte e sete) diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 11.682/2025.

Currais Novos, 22 de maio de 2025.

MILENA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal em Exercício

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E3C21000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2025 PROCESSO PMCN Nº 3.704/2025 PROTOCOLO Nº 12.279/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico inserto nos presentes autos, tornou dispensável, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da empresa **TCPAV – TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ 12.924.624/0001-84, com sede na RUA SANTA MARIA, Nº 22, BAIRRO MANGABEIRA, MACAÍBA/RN, CEP 59.281-455, com a finalidade de contratar:**

4.101,99 metros quadrados de limpeza de superfície com jato de alta pressão af 04/2019. Pelo valor unitário de R$ 2,30 (dois reais e trinta centavos).

01 unidade de mobilização e desmobilização de equipamentos e máquinas. Pelo valor unitário de R$ 10.413,92 (dez mil, quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos).

4.101,99 metros quadrados de execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento e transporte de ligantes (adaptado de orse 2593). Pelo valor unitário de R$ 0,28 (vinte e oito centavos).

123,05 metros cúbicos de execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento, inclusive concreto asfáltico carga e transporte (adaptador de sinapi 95955). Pelo valor unitário de R$ 148,01 (cento e quarenta e oito reais e um centavo).

A contratação visa suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos. Currais Novos, 10 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:C9CF4931

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN.
TERMO DE POSSE – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DE DOUTOR SEVERIANO – RN

TERMO DE POSSE – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DE DOUTOR SEVERIANO – RN

Nome Completo: Ângela Maria Fernandes Queiroz Andrade
Cargo no Conselho: Presidente
Número de Identidade: 2.080.743
CPF:009.141.724-41
Endereço: Rua Francisco Honorato Neto de Queiroz
Data da Posse: 28/03/2025
Local da Posse: Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Cláusula 1ª - Ângela Maria Fernandes Queiroz Andrade, devidamente identificada nos termos deste termo de posse, assume a função de Membro Titular do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Doutor Severiano/RN, conforme Portaria Municipal nº 126/2025.

Cláusula 2ª - A conselheira compromete-se a atuar em defesa dos direitos e interesses da população idosa, cumprindo suas atribuições de acordo com o Estatuto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e o Regimento Interno do Conselho.

Cláusula 3ª - Ângela Maria Fernandes Queiroz Andrade declara ter pleno conhecimento e aceitação das normas e diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Cláusula 4ª - O período de mandato de Ângela Maria Fernandes Queiroz Andrade é de 02 anos, a partir da data de posse.

ÂNGELA MARIA FERNANDES QUEIROZ ANDRADE
Presidente do Conselho

JANICE IRENE NETA FERNANDES
Tesoureira

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:BEB0FDB6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 160601/2025 PUBLICADO POR INCORREÇÃO

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 160601/2025

PUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 160601/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM BIOPSIA DE LESÃO RETROPERITONIAL, PARA O PACIENTE MANOEL JULHO SOBRINHO, RESIDENTE NO MUNICIPIO DE ENCANTO/RN. **pelo valor de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais),** em favor da empresa LIGA MOSSOROENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CÂNCER

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 17 de junho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 160601/2025

PUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16060001/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 160601/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: LIGA MOSSOROENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CÂNCER
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM BIOPSIA DE LESÃO RETROPERITONIAL, PARA O PACIENTE MANOEL JULHO SOBRINHO, RESIDENTE NO MUNICIPIO DE ENCANTO/RN.
VALOR TOTAL: R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 17 de junho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:98CD7EEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 180601/2025

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 180601/2025

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 180601/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM CIRURGIA DE BLEFAROPLASTIA SUPERIOR AMBOS OS OLHOS, PARA PACIENTE MARIA DE FATIMA CORDEIRO, RESIDENTE DO MUNICIPIO DE ENCANTO/RN. **pelo valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais),** em favor da empresa COELHO & AUGUSTO CLINICA MEDICA

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 18 de junho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 180601/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18060001/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 180601/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: COELHO & AUGUSTO CLINICA MEDICA
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM CIRURGIA DE BLEFAROPLASTIA SUPERIOR AMBOS OS OLHOS, PARA PACIENTE MARIA DE FATIMA CORDEIRO, RESIDENTE DO MUNICIPIO DE ENCANTO/RN.
VALOR TOTAL: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 18 de junho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:E84B2246

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
12° EXTRATO DE ADITIVO - CT Nº 1TP06/2022

OBJETO: EXECUTAR OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DE EVENTOS ZEQUINHA SANFONEIRO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE EQUADOR/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00006/2022. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1TP06/2022 - Jose Ivanildo de Sousa - 12º Aditivo - prorroga o prazo por mais 3 meses. ASSINATURA: 18.06.25

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:FA88A07C

GABINETE DO PREFEITO
3º EXTRATO DE ADITIVO - CT Nº 1CR01/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e construção para realização de pavimentação das ruas Djalma Ramos e Maria de Fátima de Oliveira no Município de Equador/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00001/2024. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1CR01/2024 - Lm2 Engenharia Ltda - 3º Aditivo - prorroga o prazo por mais 120 dias. ASSINATURA: 18.06.25

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:67992AD6

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2025

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2025, que objetiva: Contratação de empresa especializada em fornecimento de gás GLP, envasados em botijões de 13kg, de acordo com as normas estabelecidas pela ANP e os regramentos do INMETRO, para utilização em fogões e equipamentos de cozinha, com logística de distribuição nas unidades da Prefeitura Municipal de Equador/RN. (Será exigido do licitante a instalação e regularização no prazo de 7 (sete) dias de instalações no município de estocagem para abastecimento dos órgão municipais.); ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: PROGAS DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA - R$ 112.770,00.
Equador - RN, 18 de Junho de 2025

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:C4CB4461

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 3PE12/2025

Aos 02 dias do mês de Junho de 2025, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Jose Marcelino - Dinarte Mariz - Equador - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00012/2025 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene pessoal e descartável de forma parcelada, destinados às Secretarias Municipais, Hospitais e Programas do Município de Equador–RN, durante o ano de 2025; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR - CNPJ nº 08.086.225/0001-14.

VENCEDOR: 55.327.679 JEFFERSON REGO PEREIRA				
CNPJ: 55.327.679/0001-10				
TOTAL: 4.164,00				
8 - Inseticidas, venenos e afins.				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
110	CUPINICIDA PRONTO DE 500ML, EFICAZ NO COMBATE A CUPINS, BARATAS E FORMIGAS	KELLDRIN	UNIDADE	10
111	DEDETIZADOR COMPOSIÇÃO – DELTAMETRINA 2,5% P/P INERTES: ESTABILIZANTE, DILUENTE, TENSOATIVOS, SOLVENTE 97,5% P/P (K–OTHRINE CE 25). FRASCO 30 ML.	KELLDRIN	UNIDADE	100
112	INSETICIDA AEROSSOL 450ML QUE OFEREÇA PROTEÇÃO POR ATÉ 12 HORAS VIA SPRAY (BASEADO EM TESTE DE EFICÁCIA RESIDUAL), E QUE SEJA CAPAZ DE PROTEGER CRANÇAS E FUNCIONARIOS CONTRA INSETOS SEM CAUSAR DANOS À SAÚDE HUMANA, SENDO EFICAZ CONTRA MOSCAS, MOSQUITOS, BARATAS, ARANHAS, ETC.	KELLTHINE	UNIDADE	300
Total do Lote 8		4.164,00		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00012/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Equador, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na

ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00012/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- 55.327.679 JEFFERSON REGO PEREIRA.
55.327.679/0001-10
Lote(s): 8.
Valor: R$ 4.164,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Parelhas.

Equador - RN, 02 de Junho de 2025

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:66987F77

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

OBJETO: Credenciamento para Cantores Locais, Duplas de Músicos e Bandas Regionais para realização de apresentações nos eventos relacionados as Festividades do Município, de acordo com as condições e exigências do presente edital, realizadas pela Prefeitura Municipal de Equador/RN através Secretaria Municipal de Cultura. CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório: **ONDE LÊ-SE:** JANILSON PERERA DA SILVA; **LEIA-SE:** JANILSON PEREIRA FERREIRA. Informações: das 07:30 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN. E-mail: cplequador_rn@yahoo.com.br.

Equador - RN, 03 de Junho de 2025

NATALIA ROBETA DE SOUZA SILVA -
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:65309211

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - CT Nº 1PE10/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de gás GLP, envasados em botijões de 13kg, de acordo com as normas estabelecidas pela ANP e os regramentos do INMETRO, para utilização em fogões e equipamentos de cozinha, com logística de distribuição nas unidades da Prefeitura Municipal de Equador/RN. (Será exigido do licitante a instalação e regularização no prazo de 7 (sete) dias de instalações no município de estocagem para abastecimento dos órgão municipais.). FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00010/2025. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04.122.0002.2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390.30 Material de Consumo. 02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.361.0002.2007 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 1.552.0000 Transf. FNDE – PNAE 3390,30 Material de Consumo 12.365.0002.2020 MANUT. DAS ATIV. DO EDUCAÇÃO INFANTIL 1.552.0000 Transf. FNDE – PNAE 3390,30 Material de Consumo 12.122.0002.2005MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 1.500.000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 12.361.0002.2007 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos –MDE 3390,30 Material de Consumo 1.540.0000 Trans. do FUNDEB 3390,30 Material de Consumo 1.550.0000 Trans. do Salário–Educação 3390,30 Material de Consumo 12.365.0002.2020 MANUT. DAS ATIV. DO EDUCAÇÃO INFANTIL 1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos –MDE 3390,30 Material de Consumo 1.540.0000 Trans. do FUNDEB 3390,30 Material de Consumo 1.550.0000 Trans. do Salário–Educação 3390,30 Material de Consumo 02.040 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES 13.392.0002.2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390.30 Material de Consumo 27.812.0002.2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTOS 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390.30 Material de Consumo 02.050 SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 15.452.0002.2027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS URBANOS 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 02.060 SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO, AMBIENTE 20.606.0002.2030 MANUTENÇÃO AS ATIVIDADES DA SECRETARIA 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 02.070 SECRETARIA DE SAUDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0002.2031 MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BASICA 1.500,1002 Recursos do FUS (15%) 3390,30 Material de Consumo 1.600,0000 Recursos do SUS – Bloco Manutenção 3390,30 Material de Consumo 1.602,0000 Recursos do SUS – Bloco Manutenção – CONVID 19 3390,30 Material de Consumo 10.302.0002.2036 MANUTENÇAO DAS ATIV. DE ASS. HOSP. E AMBULATORIAL 1.500,1002 Recursos do FUS (15%) 3390,30 Material de Consumo 1.600,0000 Recursos do SUS – Bloco Manutenção 3390,30 Material de Consumo 10.304.0002.2038 MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE VIG. SANITÁRIA 1.500,1002 Recursos do FUS (15%) 3390,30 Material de Consumo 1.600,0000 Recursos do SUS – Bloco Manutenção 3390,30 Material de Consumo 10.305.0002.2039 MANUTENÇAO DAS

ATIVIDADES DE VIG. EPIDEMIOLÓGICA 1.500,1002 Recursos do FUS (15%) 3390,30 Material de Consumo 1.600,0000 Recursos do SUS – Bloco Manutenção 3390,30 Material de Consumo 02.010 SECRETARIA DE ASS. SOCIAL/FUNDO MUNIC. ASS. SOCIAL 08.244.0002.2092 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE SEC. DE ASS. SOCIAL 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 1.660,0000 Recursos do FNAS 3390,30 Material de Consumo 08.243.0002.2098 MANUT. DAS ATIVIDADE DO BLOCO PROGRAMAS – P INFANCIA 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 1.660,0000 Recursos do FNAS 3390,30 Material de Consumo 08.243.0002.2100 MANUT. DAS ATIVIDADE DO BLOCO PROT. SOCIAL BASICA (CRAS/SCFV/ETC) 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 1.660,0000 Recursos do FNAS 3390,30 Material de Consumo 08.243.0002.2101 MANUT. DAS ATIVIDADES DO BLOCO G. CONTROLE SOCIAL (CAD. ÚNICO– IGD/ TRASNF. RENDA) 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 1.660,0000 Recursos do FNAS 3390,30 Material de Consumo 08.243.0002.2102 MANUT. DAS ATIV. DO BLOCO DESC. E CONT. SOCIAL SUAS – IGD/SUAS 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390,30 Material de Consumo 1.660,0000 Recursos do FNAS 3390,30 Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PE10/2025 - 18.06.25 - PROGAS DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA - R$ 112.770,00.

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:26A59EB7

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2025

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de empresa especializada em fornecimento de gás GLP, envasados em botijões de 13kg, de acordo com as normas estabelecidas pela ANP e os regramentos do INMETRO, para utilização em fogões e equipamentos de cozinha, com logística de distribuição nas unidades da Prefeitura Municipal de Equador/RN. (Será exigido do licitante a instalação e regularização no prazo de 7 (sete) dias de instalações no município de estocagem para abastecimento dos órgão municipais.); DESIGNO os servidores Thiago Alves da Nobrega, Secretário de Administração e Planejamento, como Gestor; e Rayssa Medeiros dos Santos, Diretor de Departamento, para Fiscal, do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 00010/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.
Equador - RN, 18 de Junho de 2025

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA **-**
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:ECCE7FAE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 156/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a designação da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação -LAI no âmbito da Prefeitura Municipal de EQUDOR/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EQUDOR/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de EQUADOR – RN,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que dispõe sobre o acesso a informações públicas;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo Federal e serve como referência para os demais entes federativos;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento das normas de transparência e acesso à informação no âmbito da Prefeitura Municipal de Equador/RN.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o Prefeito Municipal de Equador/RN, o Sr. ***CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA***, como Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), responsável por assegurar a implementação e o cumprimento das disposições da referida lei no âmbito do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º - Compete à Autoridade de Monitoramento da LAI, entre outras atribuições:
I – Garantir o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação;
II – Monitorar a implementação da política de transparência e acesso à informação na Prefeitura Municipal;
III – Orientar e supervisionar os responsáveis pelo atendimento das demandas de acesso à informação;
IV – Elaborar e encaminhar relatórios periódicos sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação;
V – Adotar medidas para aprimorar a transparência ativa e passiva no âmbito da Prefeitura Municipal.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Equador-RN, 18 de junho de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:C205EDE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 157/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE EQUDOR/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de EQUADOR – RN,

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o Servidor, o Sr. RAFAEL FELIPE DINIZ, como responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC da Prefeitura Municipal de Equador.
Art. 2º - Designar o Servidor, o Sr. JOSÉ FÉLIX DA COSTA JÚNIOR Como substituto;
Art. 3º - Cabe ao Responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão providenciar condições apropriadas e infraestrutura tecnológica para:
I - Realizar atendimento presencial e/ou eletrônico na sede e nas unidades subordinadas, prestando orientação ao público sobre os direitos do requerente, o funcionamento do Serviço de informações ao Cidadão - SIC, a tramitação de documentos bem como sobre os serviços prestados pelas respectivas unidades do órgão ou entidade:
II - Protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações, bem como encaminhar os pedidos de informação aos setores produtores ou detentores de documentos, dados e informações;
III - Controlar o cumprimento de prazos por parte dos setores produtores ou detentores de documentos, dados e informações, previstos nos normativos específicos:

IV - Realizar o serviço de busca e fornecimento de documentos, dados e informações sob custódia do respectivo órgão ou entidade, ou fornecer ao requerente orientação sobre o local onde encontrá-los

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Equador-RN, 18 de junho de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:B5D87880

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, O COMITÊ GESTOR DE GOVERNANÇA DE DADOS E INFORMAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do Municipal,
RESOLVE:
Art.1° - Institui no âmbito do Município de Equador o comitê Gestor de Governança de Dados e informações;
Art.2° - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para integrarem o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações:
I – RAMON HENRIQUE NUNES - CONTROLADOR GERAL;
II – JAILSON SANTOS FILHO – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;
III - DANIEL ALVES DA NÓBREGA – ASSESSOR DE IMPRENSA;
§ 1° O presidente do Comitê será o servidor *RAMON HENRIQUE NUNES*;
§ 2° A duração da investidura dos membros do Comitê será de dois anos, contados a partir da publicação desta Portaria.
§ 3° As funções dos membros do Comitê designados conforme disposto no art. 2° serão:
I - Monitoramento de dados pessoais e de fluxos das respectivas operações de tratamento;
II – Análise de risco;
III – Elaboração e atualização da Política de Proteção de Dados Pessoais;
Art. 3° - Designa o servidor *RAMON HENRIQUE NUNES*, como encarregado pelo tratamento de Dados Pessoais no âmbito da Prefeitura Municipal de Equador, para o exercício dasseguintes atribuições:
I – Aceitar reclamações e comunicação dos titulares, prestar esclarecimento e adotar providências;
II – Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;
III – Orientar os funcionários e os contratos da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
IV – Executar as demais atribuições determinadas ou estabelecidas em normas complementares.
Parágrafo Único. O Encarregado poderá solicitar o apoio de qualquer área da Prefeitura Municipal para o desempenho de suas atribuições.
Equador-RN,18de junho de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:7CED792A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 023/2025. DE 17 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE FOGUEIRAS JUNINAS EM VIAS PAVIMENTADAS COM REVESTIMENTO ASFÁLTICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 30, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a tradição cultural das festividades juninas do município de Espírito Santo/RN;
CONSIDERANDO a necessidade de conciliar as manifestações populares com a preservação do patrimônio público e a segurança viária;
CONSIDERANDO que a queima de fogueiras diretamente sobre o patrimônio asfáltico provoca sua deterioração, com derretimento da capa asfáltica, gerando prejuízos ao erário e comprometendo a trafegabilidade das vias públicas;
RESOLVE:
Art. 1º. Recomendar à população, durante os festejos juninos, que a montagem de fogueiras em vias públicas pavimentadas com revestimento asfáltico seja precedida da colocação de uma base protetora composta por camada de areia, terra, argila ou outro material não inflamável que impeça o contato direto do fogo com o asfalto.
Art. 2º. A base protetora referida no artigo anterior deverá ter espessura suficiente para isolar termicamente o fogo do revestimento asfáltico, evitando danos à infraestrutura urbana.
Art. 3º. Fica vedada a queima direta de fogueiras sobre o pavimento asfáltico.
Art. 4º. A fiscalização do cumprimento deste Decreto será realizada pela Guarda Municipal.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Espírito Santo/RN, 17 de junho de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:3D86F50F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI DE N.º 607/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO MENSAL DE FUNÇÃO AOS AGENTES PÚBLICOS QUE DESEMPENHARÃO AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À EXECUÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, do Regimento Interno, faz saber a todos, que submete o seguinte Lei:
Art. 1º. Os agentes públicos que trabalharão diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos pela Lei Federal n. 14.133/2021, no âmbito do Poder Legislativo de Felipe Guerra, serão designados por Ato do Presidente.
Parágrafo único. Ficam criadas as funções gratificadas, com suas atribuições, estabelecidas.
Art. 2º. Os agentes públicos designados deverão preencher os seguintes requisitos:
I - Sejam servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
III - Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
Art. 3º. É imprescindível a realização de capacitação e de atualização periódica pelos servidores públicos designados para exercer as funções essenciais à execução de licitações que, o que será ofertado e custeado pelo Poder Legislativo.
Art. 4º Atendidas as disposições constantes nos artigos anteriores, serão pagas gratificações mensais a serem atribuídas aos integrantes designados para as seguintes funções:
I – Agente de Contratações;
II – Membros da Comissão de Contratações;
III – Gestor de Contratos;
IV – Fiscal de Contratos.
Art. 5º. O valor da Gratificação mensal a ser concedida ao servidor designado para exercer a função para execução dos trabalhos relativos as licitações será a seguinte:
I. Agente de Contratação - R$ 500,00 (quinhentos reais);
II. Membros da Comissão de Contratações - R$ 400,00 (duzentos e cinquenta reais);
III – Gestor de Contratos - R$ 400,00 (quatrocentos reais);
IV – Fiscal de Contratos - R$ 400,00 (quatrocentos reais).
§ 1º Caso o servidor seja nomeado ou designado simultaneamente para mais de uma função, deverá optar, expressamente, sob qual atividade pretende perceber a Gratificação referida na presente Lei, ficando vedada a percepção cumulativa da gratificação pela participação em mais de uma função.
§ 2º O valor da gratificação será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral anual dos servidores do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo Único - O pagamento da gratificação prevista no caput deste artigo será efetuado proporcionalmente ao período de efetiva atuação dos beneficiários.
Art. 6º. Compete ao Agente de Contratação ou Pregoeiro Titular informar, mensalmente, ao Departamento de Recursos Humanos, a participação efetiva dos respectivos servidores nas atividades com vistas à atribuição do valor da Gratificação a ser consignada em folha de pagamento mensal.
Art. 7º. O servidor nomeado como suplente quando designado para substituir seu respectivo titular fará jus a Gratificação proporcionalmente aos dias em que for nomeado para a substituição.
Parágrafo único. Não terá direito a percepção da gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o membro titular que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, como férias, licença-maternidade, licença para tratamento de saúde e outros, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula à sua efetiva participação na comissão de licitação.
Art. 8º. A gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese, nem tampouco incidirá nenhuma contribuição previdenciária.
Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes e futuras.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Felipe Guerra/RN, 18 de junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:1DB67DC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 456/2025-SEMARH EM, 11 DE JUNHO DE 2025
REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

Nomeia o Sr. Elisneto Silva de Oliveira no cargo de Coordenador de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Felipe Guerra/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Elisneto Silva de Oliveira** no cargo de **Coordenador de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer –SEL** do Município de Felipe Guerra/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra – RN, 11 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:7B965F41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº457/2025-SEMARH EM, 11 DE JUNHO DE 2025
REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

Nomeia a Sra. Eshily Everlly de Oliveira Leite no cargo de Subcoordenadora de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Felipe Guerra/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a **Sra. Eshily Everlly de Oliveira Leite** no cargo de **Subcoordenadora de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEL** do Município de Felipe Guerra/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 11 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:8C9B62C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº470/2025-SEMARH EM, 11 DE JUNHO DE 2025
REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

Nomeia o Sr. Anselmo Adriano Diógenes de Góis Júnior no cargo de Coordenador de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo da Secretaria

Municipal de Turismo e Eventos do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o**Sr. Anselmo Adriano Diógenes de Góis Júnior** no cargo de **Coordenador de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos- SEMUTE** do Município de Felipe Guerra RN

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 11 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:10F7D79A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0180060020/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0180060020/2025
Objeto:. Contratação de serviços prestados de confecção de lembrancinhas e ornamentos referentes ao Programa Criança Feliz
Contratado: MARIA ALTEICE DE OLIVEIRA (046.598.774-50)
Valor Total Julgado: R$ 2.947,36
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:A02E5E59

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0180060021/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0180060021/2025
Objeto:. Prestação de serviços de pequenas cirurgias no Hospital e Maternidade Severina Carlos de Andrade
Contratado: LUCÍDIO JÁCOME FERREIRA (175.499.574-87)
Valor Total Julgado: R$ 10.524,44
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:4E84398C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0180060022/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0180060022/2025
Objeto:. **Serviços prestados de manutenção e conserto de câmeras de monitoramento das escolas da rede municipal de ensino**
Contratado: JOSIVALDO FERNANDES DA SILVA (009.603.894-23)
Valor Total Julgado: R$ 3.157,89
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:3DAB2FB5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0180060023/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0180060023/2025
Objeto:. Contratação de serviços de provedor de internet referente a Secretaria Municipal de Saúde
Contratado: LUIZ GONZAGA JUNIOR SERVIÇOS DE INTERNET ME (10.960.804/0001-96)
Valor Total Julgado: R$ 639,00
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:883961C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0180060024/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0180060024/2025
Objeto:. **Contratação de serviços de provedor de internet referente a Secretaria Municipal de Administração**
Contratado: LUIZ GONZAGA JUNIOR SERVIÇOS DE INTERNET ME (10.960.804/0001-96)
Valor Total Julgado: R$ 1.504,00
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:8B58E71C

GABINETE CIVIL
DECRETO DE CREDITOS ADICIONAIS Nº 018/2025

SUPLEMENTAÇÃO Nº 015, 18 de junho de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES, no uso da atribuição que lhe confere a Lei nº 910/2024 do orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 910/2024 (LOA 2025) nos moldes e naquilo que for pertinente.

Art. 2º. A suplementação ocorrerá por tendência de excesso de arrecadação na fonte de recurso 1550 - Transferência do Salário-Educação, conforme anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Frutuoso Gomes/RN, 18 de junho de 2025.

ISMAEL SEVERINO JUVÊNCIO DE ARAÚJO
Prefeito

Anexo I

Total de Arrecadação até maio/2025	**+ R$ 134.187,01**
Tendência de arrecadaçãojunho a dezembro/2025	**+R$187.861,81**
Previsão da Fonte para 2025	**- R$ 241.925,00**
Total de Credito	**=R$ 90.753,82**

ANEXO II

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Ação: 2.103 - PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
Ficha: 1017 - 3.3.90.30 - Material de Consumo + 30.000,00
FR: 1550 - Transferência do Salário-Educação

Ficha: 1018 - 3.3.90.36 - Outros serviços de terceiros - PF + 30.000,00
FR: 1550 - Transferência do Salário-Educação

Ficha: 1019 - 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - PJ + 30.000,00
FR: 1550 - Transferência do Salário-Educação

Publicado por:
Helison de Oliveira
Código Identificador:CDA9DA6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 022, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Especial ao vigente orçamento, para criação de dotação orçamentária no Município de Galinhos, com inclusão de natureza de despesa e fonte de recursos para viabilizar a aplicação de recursos oriundos de transferência Fundo a Fundo do Governo Estadual, vinculados à Emenda Parlamentar nº 256/2025, e complementação com recursos próprios na ação orçamentária 1034 – Aquisição de Veículos, e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, **Prefeito Municipal de Galinhos,** no uso das suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem respectivamente a lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil, e:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 195.600,00 (cento e noventa e cinco mil e seiscentos reais), concedida pela Lei Ordinária Municipal nº 591, de 17 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição do dia 18 de junho de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial, no montante de R$ 195.600,00 (cento e noventa e cinco mil e seiscentos reais) nas dotações abaixo especificadas.

02 – PODER EXECUTIVO 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ----10------ Saúde ----301- Atenção Básica ----0009 – GESTÃO E SUPORTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ----10-301-0009-1054-0000 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
Categoria Econômica	Discriminação	Valor(R$)
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	150.000,00
Fonte de Recursos	1.621.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais – Fundo a Fundo	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	45.600,00
Fonte de Recursos	1.500.1002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL		**195.600,00**

Artigo 2º - Os recursos necessários para atender aos créditos de que trata o art. 1º ocorrerão por recursos provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

02 – PODER EXECUTIVO 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ----10------ Saúde ----301- Atenção Básica ----0009 – GESTÃO E SUPORTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ----10-301-0009-1054-0000 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
Categoria Econômica	Discriminação	Valor(R$)
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	135.000,00
Fonte de Recursos	1.710.3210 - Transferências Especial dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	60.600,00
Fonte de Recursos	1.601.0000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	
TOTAL DA ANULAÇÃO		**195.600,00**

Artigo 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 18 de junho de 2025.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:C0626D98

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 432/2025/PMG-GP

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal das Cidades – Galinhos/RN, no âmbito da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio Grande do Norte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Galinhos-RN - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte, convocada por meio DECRETO Nº 017/2025, nos termos estabelecidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado por meio da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024, e do Regimento Interno da Etapa Estadual homologado através da PORTARIA Nº 70, DE 14 DE ABRIL DE 2025/SEPLAN-RN.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta conforme disposto no anexo.

Art. 3º Cabe à Comissão Organizadora Municipal:

I - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do Regimento Interno da Etapa Estadual, contendo os seguintes critérios mínimos:

a) de definição da data, local e pauta da etapa municipal;
b) de participação de representantes dos diversos segmentos, em conformidade ao estabelecido no art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades; e
c) para a eleição de delegadas e delegados para a Conferência Estadual, em conformidade com o Regimento Interno da Etapa Estadual.

II - planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal, indicando a pauta e programação;

III - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV – aplicar a metodologia de sistematização para as propostas elaboradas na Conferência Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em especial com relação aos eixos e grupos temáticos e a quantidade de propostas;

V - coordenar, supervisionar e promover a realização da 1ª Conferência Municipal da Cidade, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos, garantindo sua forma pública e acessível a todos os cidadãos;

VI – credenciar os participantes da Conferência Municipal, identificando-os a um segmento ou entidade, conforme a classificação constante do art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades

VII - elaborar o relatório final da Conferência Municipal da Cidade, na forma do art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

VIII - preencher o formulário da Conferência Municipal da Cidade, conforme art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IX - efetivar o cumprimento das decisões da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação; e

X - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões, bem como das decisões da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades e, em especial, da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação, que tenham por objeto tema afeto à etapa municipal.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e realização da Etapa Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Galinhos (RN), 18 de junho de 2025.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

ANEXO

Composição da Comissão Organizadora da
Conferência Municipal das Cidades – Galinhos/RN

Nome do Representante	Entidade	Segmento
ALFREDO ANTÔNIO DE FRANÇA FILHO	PODER EXECUTIVO	PODER PÚBLICO
ELIANE PEREIRA DE LIMA	PODER EXECUTIVO	PODER PÚBLICO
VIVALDO RODRIGUES RIBEIRO NETO	PODER EXECUTIVO	PODER PÚBLICO
MARIA JEANE DA SILVA SALUSTINO	PODER LEGISLATIVO	PODER PÚBLICO
ANDRÉ WALLACE PINTO CAVALCANTE	PODER LEGISLATIVO	PODER PÚBLICO
RÚBIA DA SILVA PEREIRA LEÃO	PROFISSIONAIS	SOCIEDADE CIVIL
SUZANA DA SILVA STEVENS	EMPRESÁRIOS	SOCIEDADE CIVIL
ROSÂNGELA DA SILVA	COLÔNIA DE PESCADORES	SOCIEDADE CIVIL
LENIR SOUSA DE MATOS	COLÔNIA DE PESCADORES	SOCIEDADE CIVIL
AGUINALDO MORAIS DA SILVA	TRABALHADORES RURAIS	SOCIEDADE CIVIL

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:8DE8FFDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N.º 013/2025

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através do setor de licitações, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Aquisição de materiais e insumos para prótese dentária a ser realizada clinicamente no CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) e a parte laboratorial no LRPD (Laboratório Regional de Prótese dentária) do município de Goianinha RN – Início de acolhimento das propostas: 14h00 horas do dia **23/06/2025** – término: 14h00 horas do dia **03/07/2025** e Abertura das propostas: às 14h00 horas do dia **03/07/2025**, início da sessão de disputa de preços: às 14h01 horas do dia **03/07/2025**. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN 003, km 053, n° 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: cplgoianinha2022@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.
Goianinha/RN, 18 de junho de 2025

Setor de Licitação.

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:4A54E7DF

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 085/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN – CNPJ: 08.162.687/0001-73
CONTRATADA: TECHPROL SERVIÇOS COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELE - EPP, inscrita no CNPJ nº 20.399.316/0001-05.
Processo nº 112/2023 – **Adesão n°** 018/2023 CPL
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato n° 085/2023, Aditivo de prazo de 12 (doze) meses para aquisição de reagentes/testes para a realização de exames laboratoriais em analises clinicas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Goianinha-RN.

UNIDADE 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO 2037 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos- Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000-Transferênc. Fundo a Fundo de Rec. do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manut. das Ações e serviços Públicos de Saúde
ASSINADO: 29 de maio de 2025.
VIGÊNCIA: início em 31/05/2025 até 31/05/2026

Município de Goianinha/RN
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

Techprol Serviços Comercio e Locações EIRELE – EPP
CNPJ nº 20.399.316/0001-05
LUAN DOS SANTOS LAURINDO
CPF: 039.142.363-02
Contratada

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:40467781

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 114/2021 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 07.553.129/0001-76

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-SeEpt Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 2024141, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, CNP: 07.553.129/0001-76**, sediada na Avenida João Cirilo da Silva, 221, sala 602, bloco B, 6º andar, Altiplano Cabo Branco, CEP:58.046-005, João Pessoa/PB, neste ato representada pelo **Sr. MARCUS RONELLE MONTEIRO NUNES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob n° 001.663.167-SSP/PB e inscrito no CPF sob nº 927.577.584-20, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente termo tem por objeto a renovação contratual embasado no inciso II art 57 da Lei nº 8.666/93 referente à prestação de serviços para cessão de direito de uso, manutenção que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, atualização técnica e suporte técnico dos serviços constantes dos itens nº 005(sistema de folha de pagamento) e 006 (sistema de portal do servidor) integrantes do lote do Termo de Referência para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças de Governador Dix-Sept Rosado/RN.
CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
2. O termo aditivo em apreço tem vigência renovada a partir da data de 16 de junho de 2023, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 114/2021 ao Pregão Presencial SRP nº 008/2021 - Processo Administrativo n° 052/2021 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.1

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 10 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Governador Dix-sept Rosado/RN	Public Software Informática LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***MARCUS RONELLE MONTEIRO NUNES***
Prefeito Municipal	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:C13738C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 090001/2025 À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2024 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA M.S.L EMPREENDIMEN

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **M.S.L. EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 07.946.500/0001-60,** sediada na Rua Artur Paula 12, Nova Betania, Mossoró/RN, CEP 59.612-120, neste ato representada pelo **Sr. MOISES SOARES DE LIRA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Frei Miguelinho, 1137, Doze Anos, Mossoró/RN, portador da Cédula de Identidade sob n° 1697576-SESAP/RN, inscrito no CPF: sob n° 050.990.374-61, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque nos arts. 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 09010001/2025 embasada nos arts. 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021 referente à prestação dos serviços de locação de ônibus e vans em atendimento às necessidades do Fundo Municipal de Educação de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 6 (seis) meses, podendo ser renovado, conforme arts. 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE
3. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação da proposta.
3.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 090001/2025 à adesão à Ata de Registro de Preços nº 196/2024 2024 ao Pregão Eletrônico nº 42/2024 ao Processo Administrativo n° 012/2025 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 11 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	M.S.L Empreendimentos LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***MOISES SOARES DE LIRA***
Prefeito do Município de Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:1D34FB3D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 180/2023 À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23.11.001/2023 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-SeEpt Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **ENOVE ENGENHARIA, COMERCIO DE MATERIAS ELETRICOS E ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA, CNPJ: 19.795.706/0001-15,** sediada na Rua Evaristo da Veiga, 217, Casa Amarela, CEP: 59.070-100, Recife/PE, neste ato representada pelo **Sr. JOÃO CARLOS DE MENDONÇA**, Sócio Administrador, brasileiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação sob nº 04472978101 e inscrito no CPF sob nº 081.126.434-92, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à prorrogação de prazo com espeque no art 57, parágrafo primeiro, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente termo tem por objeto a prorrogação do Termo de Contrato nº 180/2023 embasada no art 57, parágrafo primeiro, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 referente à implantação de 400 quilowatt de potência de pico (kWp) relativa à sistema de geração de energia solar fotovoltaica on-grid - sistema conectado a rede, compreendendo atualização de projeto existente, com tecnologia mais recente, elaboração de novos projetos para instalação de usinas em locais indicados pelo contratante, elaboração de laudos com responsabilidade técnica, para cada unidade que a contratante optar por instalar, seja em coberta de prédios existentes ou em terrenos pertencentes ao contratante; solicitação de parecer de acesso junto à concessionária de energia local até sua efetiva homologação e realizar a instalação dessas usinas com acompanhamento até seu efetivo funcionamento incluindo análise de desempenho pós funcionamento em atendimento às demandas das Secretarias Municipais de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por até 6 (seis) meses, conforme art 57, parágrafo primeiro, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 180/2023 à adesão à Ata de Registro de Preços nº 23.11.001/2023 ao Pregão Eletrônico nº 009/2023 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 18 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal De Governador Dix-Sept Rosado/RN	Enove Engenharia Comercio De Materias Eletricos E Energias Renovaveis LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***JOÃO CARLOS DE MENDONÇA***
Prefeito Municipal	Representante Legal
(Contratante)	(Contratado)

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:DC82E252

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2025

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a **Contratação de Pessoa Jurídica destinada à aquisição de peças para a máquina de Raios-X do Pronto-Socorro, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN.**
In verbis:
Art. 75. É dispensável a licitação:
I – (...);
II – *para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.343/2024) Vigência*

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, este Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 021/2025 – Processo Administrativo nº 079/2025, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto a empresa: **ENGTEC ASSISTENCIA TECNICA EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 30.249.867/0001-46,** no valor total de R$ 27.043,33 (vinte sete mil quarenta e três reais e trinta e três centavos).

E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Governador Dix-sept Rosado/RN, 18 de junho de 2025.

Atenciosamente,

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Thalisson Bruno Lopes de Oliveira
Código Identificador:42B496DF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Física visando os serviços de locação de imóvel, destinado ao funcionamento do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
In verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, este Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a Inexigibilidade de Licitação nº 034/2025 – Processo Administrativo nº 062/2025, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Física: **ASCENDIMO FERREIRA DINIZ**, inscrita no CPF sob o 060.001.028-79, localizada na Rua Manoel Batista Neto, 710, , Bairro Alto Sumaré, CEP: 59.633-715, Mossoró-RN, no valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 18 de junho de 2025.
Atenciosamente,

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Thalisson Bruno Lopes de Oliveira
Código Identificador:CC02B4A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 781/2025

DISPÕE sobre a criação da Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Deficiência no âmbito do Município de Grossos/RN e dá outras providências.

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA, Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, FAZ saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Grossos/RN, a **Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Deficiência (CMIPcD)**, destinada a identificar e garantir o acesso prioritário e adequado das pessoas com deficiência aos serviços públicos e privados.
Art. 2º A Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Deficiência será expedida gratuitamente pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**, mediante requerimento do interessado ou de seu representante legal.

Art. 3º Para a solicitação da carteira, o requerente deverá apresentar os seguintes documentos:
– Documento oficial de identificação com foto (RG ou CNH);
– Cadastro de Pessoa Física (CPF);
– Comprovante de residência atualizado;
– Laudo médico que ateste a deficiência, emitido por profissional competente, conforme os critérios estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); V – Fotografia 3x4 recente.
Parágrafo único: No caso de menores de idade ou pessoas com deficiência que necessitem de acompanhamento, deverá ser apresentado também o documento de identificação do responsável legal.
Art. 4º A Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Deficiência terá validade de **5 (cinco) anos**, podendo ser renovada mediante a apresentação de novos documentos comprobatórios.
Art. 5º O documento servirá para facilitar o reconhecimento da condição da pessoa com deficiência e a garantia de seus direitos, especialmente nos seguintes casos:
– Atendimento prioritário em repartições públicas e estabelecimentos privados, conforme previsto na legislação vigente;
– Acesso aos benefícios municipais voltados à pessoa com deficiência;
– Outros serviços e atendimentos de competência municipal que beneficiem diretamente as pessoas com deficiência.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de **90 (noventa) dias** a partir da sua publicação, definindo o modelo, os critérios de emissão e a operacionalização do cadastro e distribuição das carteiras.
Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN
07 de ABRIL de 2025

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:714BC479

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 782/2025

DISPÕE sobre a reserva de espaço acessível para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em estabelecimentos e eventos públicos, e dá outras providências.

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA, Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, FAZ saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam os estabelecimentos e eventos públicos, tais como praças de eventos, casas de espetáculos, casas de shows, arenas, ginásios, auditórios e espaços similares, obrigados a disponibilizar espaços reservados, devidamente sinalizados e adaptados, para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida e com transtornos do neurodesenvolvimento que exijam condições especiais de acessibilidade e conforto.
§ 1º O espaço reservado deverá garantir a segurança, conforto, visibilidade e acessibilidade adequados, devendo atender às normas previstas nas Leis Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), bem como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a NBR 9050.

§ 2º A reserva dos espaços acessíveis deverá estar localizada em áreas que proporcionem plena fruição do evento, com rotas acessíveis de entrada e saída.
§ 3º Os organizadores dos eventos ou responsáveis pelos estabelecimentos deverão, no que for possível, garantir a presença de equipe capacitada para prestar atendimento prioritário e assistência às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
§ 4º Os espaços acessíveis deverão contemplar, sempre que possível, adaptações que garantam o conforto e a inclusão de pessoas com transtornos do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e outras condições que requeiram medidas específicas, como áreas de menor estímulo sensorial e sinalização adequada.

Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo advertência, multa e outras sanções administrativas cabíveis.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN
07 de ABRIL de 2025

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:281588F8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 784/2025

LEI MUNICIPAL Nº 784/2025
DE 02 DE JUNHO DE 2025

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Centro de Artes Miguel Erasmo da Silva – Camboar - de Grossos e dá outras providências.

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA, Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, FAZ saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação Centro de Artes Miguel Erasmo da Silva – Camboar -, inscrita no CNPJ sob o número 58.542.048/0001-01 ,com sede na Rua João Câncio de Castro, número 149, Bairro Centro, no Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59675-000.

Art. 2º - Associação Centro de Artes Miguel Erasmo da Silva – Camboar tem por finalidade apromoção e incentivo às manifestações culturais, artísticas e educativas, incluindo música, poesia,canto, artes plásticas e demais expressões que valorizem a identidade cultural do município.

Art. 3º - O reconhecimento de Utilidade Pública Municipal possibilita à Associação o acesso a incentivos e parcerias com o poder público, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, 02 de Junho de 2025.

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:121E228F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 785/2025

Altera a Lei Municipal nº 741/2023 que Instituiu a Câmara Mirim no município de Grossos/RN, e dá outras providências.

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA, Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, FAZ saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 9º da Lei Municipal nº 741 de 22 de maio de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º. A Mesa da Câmara Municipal estabelecerá, anualmente, o calendário das sessões da Câmara Mirim, assegurando, como primeiro ato, a realização de uma capacitação destinada a esclarecer o papel, as atribuições, os objetivos do projeto e os limites das funções dos vereadores mirins no exercício de seus mandatos. Essa capacitação também deverá abordar o objetivo e a forma de redação das Indicações, que deverão se restringir à discussão e apresentação de sugestões voltadas à melhoria e ao aprimoramento do ambiente escolar, em seus aspectos físicos e pedagógicos.
§2º. Para fins de elaboração das Indicações, os vereadores mirins deverão reunir a comunidade escolar — composta pela Direção, Coordenações, Professores, Pessoal Administrativo e de Apoio, e Estudantes — a fim de ouvir e discutir as demandas, as quais deverão, obrigatoriamente, estar conectadas com as necessidades da escola à qual o vereador mirim estiver vinculado.
§3º. As reuniões da Câmara Mirim serão previamente publicadas e terão duração de uma hora, com início às 18h e término às 19h, sempre na primeira terça-feira de cada mês.
§4º. Os vereadores mirins deverão comparecer trajando o uniforme de suas respectivas escolas, sendo as sessões limitadas a: Sessão de Posse, Sessão de Apresentação das Indicações e, por fim, a Grande Sessão, com a participação dos vereadores mirins e dos vereadores eleitos no último pleito municipal, para deliberação e encaminhamento das Indicações ao Poder Executivo Municipal.
§5º. Os suplentes deverão comparecer às sessões, a fim de substituir eventuais ausências dos vereadores titulares.
Art. 2. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN
16 de junho de 2025

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:19795678

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 786/2025

DECLARA COMO ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU) A AREA SITUADA NA COMUNIDADE DE AREIAS ALVAS, ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE GROSSOS/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPO DE GROSSOS– ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:
Art. 1°. Fica declarada como Zona de Expansão Urbana (ZEU) a área total de 245.446,42 m² (duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados) localizada na Comunidade de Areias Alvas, Zona rural do Município de Grossos/RN, pertencente à empresa Porcino Import's Automoveis LTDA, conforme levantamento topográfico georreferenciado, com base no Sistema Geodésico Brasileiro – DATUM SIRGAS2000, apresentado em anexo.
§ 1º A delimitação da área está representada por três polígonos distritos denominados como:

- Área 01: 24.627,15 m²
- Área 02: 113.768,24 m²
- Área 03: 107.051,03 m²

§ 2º As coordenadas geográficas e as descrições perimetrais de cada área estão detalhadas na prancha topográfica elaborada pelo responsável técnico Francisco Nélio da Silva Junior, que passa a integrar esta Lei como anexo I.

Art. 2°. A classificação da área como Zona de Expansão Urbana tem como finalidade permitir o parcelamento do solo para fins residenciais, comerciais, institucionais e industriais, mediante observância das diretrizes previstas na legislação municipais vigente.

Parágrafo único. A aprovação de projetos de loteamentos ou desmembramentos dependerá:
I – da compatibilidade com os sistemas viários e infraestrutura pública existentes ou projetados;
II – da execução das obras de infraestrutura urbana mínima, nos termos da legislação específica;
III – da apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), quando exigido.
Art. 3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN.

Grossos-RN, 16 de junho de 2025.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:D7076C6F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 787 / 2025

Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas com fibromialgia, endometriose e lúpus *no Município de Grossos/RN, institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia,* endometriose e lúpus*, e dá outras providências.*

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA, Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, FAZ saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica assegurado **atendimento prioritário** às pessoas com fibromialgia, endometriose e lúpus nos estabelecimentos públicos e privados localizados no Município de Grossos/RN, que prestem atendimento direto ao público, como:
Unidades de saúde;
Farmácias;
Casas lotéricas;
Estabelecimentos comerciais;
Supermercados;
Bares e restaurantes;
Praças esportivas e eventos organizados pelo poder público.
Art. 2º As pessoas com fibromialgia, endometriose e lúpus terão direito à utilização das **vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência**, devidamente sinalizadas, nos espaços públicos e privados do município.
Art. 3º Fica instituída a **Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, endometriose e lúpus** *(CIPFEL)*, a ser emitida gratuitamente pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com o objetivo de garantir o reconhecimento dos direitos previstos nesta Lei.
§ 1º – A emissão da carteira dependerá da apresentação de:
– Laudo médico contendo CID e descrição clínica compatível com fibromialgia, endometriose e lúpus emitido por profissional devidamente habilitado;
– Documento de identidade e comprovante de residência.
§ 2º – A carteira terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovada mediante reavaliação médica.
Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios com instituições públicas e privadas para viabilizar a implementação desta Lei, bem como promover ações de conscientização sobre a fibromialgia, endometriose e lúpus em especial nos meses de fevereiro (Mês de Conscientização do Lúpus), mês de março (Mês de Conscientização da Endometriose) e de maio (Mês de Conscientização da Fibromialgia).
Art. 5º O descumprimento desta Lei por parte dos estabelecimentos poderá ensejar advertência e, em caso de reincidência, sanções administrativas conforme regulamento a ser definido pelo Poder Executivo.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN
16 de junho de 2025

CINTIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:69D21CD2

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 788/2025

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Educação – CME, e revoga a Lei Municipal nº 352 de 30 de abril 2003, e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GROSSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis, faço saber que a Câmara Municipal de Grossos/RN, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art.1º. Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo,normativo, deliberativo, propositivo, mobilizador e de controle social do Sistema Municipal de Ensino, com finalidade de fazer cumprir a legislação pertinente no trato dos assuntos educacionais e no desenvolvimento da política educacional do Município de Grossos-RN.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação integra-se ao sistema orçamentário da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – Elaborar seu regimento e modificá-lo quando necessário;
II – Promover a discussão das políticas educacionais municipal, acompanhando sua implementação e avaliação;
III – participar da elaboração, aprovar e avaliar o Plano Municipal de Educação, acompanhando sua execução;
IV – Acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem a sua expansão e aperfeiçoamento;
V – Promover e divulgar estudos sobre o ensino no Município, propondo políticas e metas para a sua organização e melhoria;
VI – Exigir o cumprimento e dever do Poder Público para com o ensino, em conformidade com os artigos 208 e 134, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual e ementa Constitucional Federal 14/96, Lei Orgânica do Município de Grossos/RN.
VII – Acompanhar e avaliar a chamada anual de matrícula, o recenseamento escolar, o acesso à educação, as taxas de aprovação/reprovação e de evasão escolar;

VIII – Acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do magistério municipal, visando a melhoria das condições de trabalho, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;
IX – Analisar e, quando for o caso, propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, e quanto mais se refira ao desempenho do orçamento municipal para o ensino e a educação;
X – Analisar projetos ou planos para a contrapartida do município em convênios com a União, Estado, Universidades ou outros Órgãos de interesse de educação;
XI – manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza educativa e pedagógica propostos pelo Poder Executivo Municipal, Conselho Estadual de Educação ou outras instâncias administrativas municipais;
XII – Autorizar o funcionamento e decidir pelo reconhecimento das Escolas Públicas ou privadas que compõem o Sistema Municipal de Ensino deliberando, fiscalizando e assessorando a política educacional de Grossos-RN;
XIII – Manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito do Município, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de ensino;
XIV – Opinar e acompanhar o processo das ações, a pedido, de atividades escolares de estabelecimentos ligados à rede municipal;
XV – Participar de elaboração do calendário escolar dos estabelecimentos da rede municipal, antes de seu encaminhamento para aprovação do órgão competente;
XVI – Sugerir normas especiais para que o Ensino Fundamental atenda às características regionais e sociais locais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo e respeitando o caráter nacional da educação;
XVII – Pronunciar-se sobre a regularidade de funcionamento dos estabelecimentos de Ensino de qualquer nível, grau ou modalidade, no âmbito do Município;
XVIII – Acolher denúncia de irregularidade no âmbito da educação do Município, constituindo Comissão Especial para apuração dos fatos e encaminhamento às conclusões quando foro caso, às instâncias competentes;
XIX – Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos públicos destinados à Educação;
XX – Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e outros Conselhos Municipais de Educação;
XXI – Exercitar, no âmbito de sua jurisdição, funções delegadas pelo Conselho Estadual, além daquelas que lhes são inerentes e exclusivas;
XXII – Elaborar e publicar anualmente relatório de suas atividades;
XXIII – Participar da elaboração do orçamento público municipal relativo à educação;
XXIV – Aprovar o plano de aplicação e a prestação de contas dos recursos do salário educação, destinado ao Município, conforme determina a Lei Estadual nº 8.128/2001.
XXV – Manifestar-se no âmbito de sua competência sobre questões em que esta Lei for omissa.

CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 4º. O Conselho Municipal de Educação será constituído de 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal após eleição e/ ou indicação feita pelas instituições de que trata o Art. 5º.

Art. 5º. A nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação será feita obedecendo a seguinte formação:

I – Representantes da Administração Pública Municipal:

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SME, indicados pelo respectivo Secretário (a) de Educação Municipal;
01 (um) representante do Poder Executivo indicados pelo próprio Executivo deste município;
01 (um) representante do Magistério Público Municipal com atuação na Educação Infantil, eleito em reunião e quando não houver eleito, deverá ser indicado pelos gestores das escolas que possuem educação infantil;
01 (um) representante do Magistério Público Municipal com atuação na Ensino Fundamental, eleito em reunião e quando não houver eleito, deverá ser indicado pelos gestores das escolas que possuem professores que atuam no Ensino Fundamental;
01 representante dos Dirigentes de Escola da Rede Municipal de Ensino, indicados pelo respectivo Secretário (a) de Educação Municipal;
01 (um) representante de Técnicos de Secretarias das Escolares, eleito em reunião e quando não houver eleito, deverá ser indicado pelos gestores das escolas;

II – Representantes da Sociedade Civil:

01 (um) representante do Sistema Estadual de Ensino, indicado pelas escolas da rede estadual presentes no município;
01 (um) representante do Conselho Tutelar, indicado pela presidência do Conselho Tutelar;
01 (um) representante da Rede Privada de Ensino, indicado pelas escolas privadas presentes no município;
01 (um) representante da Rede Filantrópica de Ensino/Entidade Civil organizada, indicada pelas entidades civis;
01 (um) representante dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino, indicados pelos gestores escolares;
01 (um) representante do segmento de pais/responsável legal, por alunos matriculados regularmente na rede municipal de ensino, indicados pelos gestores escolares.

§1º Na ocasião em que ocorrer mais de um indicado para a mesma categoria de representatividade, deverá ocorrer uma assembleia com os respectivos indicados para que sejam realizados uma votação para escolha de titulares e suplentes.

§2º Para cada Conselheiro Titular será indicado, no âmbito das respectivas instituições, um Conselheiro Suplente que o substituirá em todas as ocasiões em que o titular estiver impedido de participar e, em caso de vacância ou desistência do titular, o conselheiro suplente assume a titularidade até o final do mandato.

§3º O mandato de cada Conselheiro assim como do respectivo suplente, terá duração de 04 (quatro) anos consecutivos, prorrogável por igual período, a ser contabilizado a partir do ano de publicação dessa lei.

Art. 6º- Ao Presidente do CME incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do conselho e especificamente:

I – Representar o CME nos atos que se fizerem necessários;
II – Convocar e presidir as reuniões ou suspendê-las quando necessário, bem como dar execuções as suas decisões;
III – Aprovar as pautas das reuniões e resolver as questões de ordem;
IV – Indicar entre os membros do CME os conselheiros para executar tarefas especificas;
V – Tomar as providências necessárias as substituições de conselheiros por seus suplentes, nas suas ausências e impedimentos, ou em virtude de desligamento;
VI – Assinar as atas das reuniões e, juntamente com os conselheiros, as resoluções do CME;
VII – Assinar e encaminhar as decisões do CME às instituições educacionais e promover suas ações, divulgação junto à população;
VIII – indicar membros para compor as subcomissões técnicas bem como designar e dar posse aos seus componentes;
IX – Indicar membros para a realização de estudos, levantamento e emissão de pareceres necessários a consecução da finalidade do CME;
X – Requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do CME.

Art. 7º- A cada membro do CME, deverá:

I – Examinar as matérias submetidas à sua análise e emitir parecer e relatórios necessários;
II – Realizar estudos com vistas a fornecer subsídios às decisões do CME;
III – Participar das reuniões e nelas votar;
IV – Propor as convocações de reuniões extraordinárias;

V – Realizar fiscalização das atividades do CME executadas nas escolas municipais e privadas; apresentar proposições, apreciar, emitir parecer e apresentar resultados das atividades que lhe forem atribuídas;
VI – Sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do CME;
VII – Propor e requerer esclarecimentos que lhe forem úteis à melhor apreciação da matéria;
VIII – Indicar pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir par esclarecimento das matérias ou desenvolvimento das atividades do CME;
IX – Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 8º- Ao Vice Presidente do CME compete substituir o Presidente nos seus impedimentos temporários e legais e assumir as atribuições previstas no artigo 6º desta Lei, além de assumir definitivamente o exercício do mandato do Presidente até seu término nos casos que ocorrer morte, renúncia ou perda do mandato nos termos desta Lei.

Art. 9º- Ao secretário compete secretariar as reuniões do CME, lavrar e registrar as respectivas atas e cuidar do expediente, dando toda assistência técnica aos membros.

Parágrafo Único: A renovação do Conselho Municipal de Educação, deverá acontecer uma semana antes da finalização do atual mandato. A Secretaria Geral do CME deverá encaminhar ofícios solicitando as indicações e os nomes dos eleitos nas respectivas representatividades, para se proceder com a nova composição do conselho. Após a nova composição, realizar-se-á a primeira reunião com os novos membros para escolha do Presidente e Vice presidente. Por último, A secretaria geral, encaminhará toda documentação para que sejam publicados no diário oficial do município.

SEÇÃO II – DO FUNCIONAMENTO

Art. 10º. Os membros do Conselho Municipal de Educação deverão residir no município de Grossos-RN.
Art. 11º. Os membros do Conselho Municipal de Educação não acarretarão ônus ao erário municipal em seu exercício.

Art. 12º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão direito ao recebimento das despesas de transportes e estadia, quando estas ocorrerem em instâncias fora da dominialidade do município.

Art. 13º.O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:

I – O Plenário;
II – A Presidência;
III – A Secretaria Geral;
IV – As Câmaras Setoriais.

Art. 14º. O Plenário compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seus
mandatos e é o órgão soberano de deliberação do Conselho Municipal.

Art. 15º. O Plenário só poderá funcionar com o número mínimo da maioria simples e as deliberações tomadas por maioria dos votos dos Conselheiros presentes à sessão.

Art. 16º. As sessões plenárias serão:

I – Ordinárias, quando realizadas uma vez por mês;
II – Extraordinárias, quando convocadas pela presidência ou a requerimento subscrito pela maioria simples, será assinada por todos os presentes a quaisquer momentos.

Art. 17º. A cada sessão plenária do Conselho Municipal será lavrada uma ata pela Secretaria Geral, assinada pelo Presidente e demais Conselheiros presentes contendo, em resumo, todos os assuntos tratados e as deliberações que foram tomadas.

Art. 18º. A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem.

Art. 19º. O Conselho Municipal de Educação é presidido por 01 (um) Presidente e 01 (um) vice-presidente, eleito por seus pares, em eleição aberta pelos membros do conselho, para mandato de quatro anos, permitida recondução consecutiva nos mesmos cargos, ao qual deverão, após processo de eleição, ser nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal.

§1º A eleição para presidente e vice, se realizará a cada quatro anos, em até uma semana, após a composição do novo conselho, como previsto no parágrafo único do artigo 7º, que deverá ser eleito logo na primeira reunião do conselho e posteriormente publicado no diário oficial do município, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§2º O vice-presidente substituirá o presidente nos casos de ausência ou impedimento e suceder-lhe-á nos casos de vacância.

Art. 20º. A Secretaria Geral do Conselho Municipal de Educação será exercida por 01(um) servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação e nomeado através de portaria municipal, ficando este profissional para dar apoio técnico a este conselho e aos demais conselhos do município, bem como: Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Cacs-Fundeb, etc., entre outros.

Art. 17º. A Secretaria Geral do CME manterá:

II – Livro de atas das sessões plenárias com as assinaturas dos presentes;

Art. 18º. Além das atividades do Plenário, o Conselho Municipal de Educação terá 03 (três) Câmaras para estudos e deliberações preliminares sobre os assuntos que lhes são pertinentes.

Parágrafo único. As Câmaras de que trata este artigo são:

a) Câmara de Educação Básica;
b) Câmara de Legislação e Normas;
c) Câmara de Planejamento.

Art. 19º. As Câmaras terão a competência de apresentar propostas, analisar questões e elaborar parecer sobre sua área de abrangência.

Art. 20º. Cada Câmara compõe-se de 03 (três) Conselheiros, designados pelo Presidente e ouvido o Plenário, observadas as suas áreas de formação.

§1º O Presidente de cada Câmara será eleito por seus pares, para um mandato de 04 (quatro) anos.

§2º Nenhum conselheiro poderá pertencer a mais de uma Câmara.

§3º O Conselho poderá, além das Câmaras constantes do Art. 18, criar comissões especiais, de caráter temporário e com finalidades específicas.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º. O Conselho Municipal de Educação contará com apoio técnico e administrativo necessários ao atendimento dos serviços prestados.

Art. 22º. As necessidades de local, pessoal técnico administrativo serão supridas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 23º. O Regimento Interno do CME deve ser criado e /ou atualizado e aprovado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, por no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 24º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com data retroativa a 06 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, Grossos/RN, 16 de junho de 2025

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:0ACBBC97

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 789/2025

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Educação – CME, e revoga a Lei Municipal nº 352 de 30 de abril 2003, e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GROSSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis, faço saber que a Câmara Municipal de Grossos/RN, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art.1º. Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo,normativo, deliberativo, propositivo, mobilizador e de controle social do Sistema Municipal de Ensino, com finalidade de fazer cumprir a legislação pertinente no trato dos assuntos educacionais e no desenvolvimento da política educacional do Município de Grossos-RN.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação integra-se ao sistema orçamentário da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – Elaborar seu regimento e modificá-lo quando necessário;
II – Promover a discussão das políticas educacionais municipal, acompanhando sua implementação e avaliação;
III – participar da elaboração, aprovar e avaliar o Plano Municipal de Educação, acompanhando sua execução;
IV – Acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem a sua expansão e aperfeiçoamento;
V – Promover e divulgar estudos sobre o ensino no Município, propondo políticas e metas para a sua organização e melhoria;
VI – Exigir o cumprimento e dever do Poder Público para com o ensino, em conformidade com os artigos 208 e 134, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual e ementa Constitucional Federal 14/96, Lei Orgânica do Município de Grossos/RN.
VII – Acompanhar e avaliar a chamada anual de matrícula, o recenseamento escolar, o acesso à educação, as taxas de aprovação/reprovação e de evasão escolar;
VIII – Acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do magistério municipal, visando a melhoria das condições de trabalho, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;
IX – Analisar e, quando for o caso, propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, e quanto mais se refira ao desempenho do orçamento municipal para o ensino e a educação;
X – Analisar projetos ou planos para a contrapartida do município em convênios com a União, Estado, Universidades ou outros Órgãos de interesse de educação;
XI – manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza educativa e pedagógica propostos pelo Poder Executivo Municipal, Conselho Estadual de Educação ou outras instâncias administrativas municipais;
XII – Autorizar o funcionamento e decidir pelo reconhecimento das Escolas Públicas ou privadas que compõem o Sistema Municipal de Ensino deliberando, fiscalizando e assessorando a política educacional de Grossos-RN;
XIII – Manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito do Município, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de ensino;
XIV – Opinar e acompanhar o processo das ações, a pedido, de atividades escolares de estabelecimentos ligados à rede municipal;
XV – Participar de elaboração do calendário escolar dos estabelecimentos da rede municipal, antes de seu encaminhamento para aprovação do órgão competente;
XVI – Sugerir normas especiais para que o Ensino Fundamental atenda às características regionais e sociais locais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo e respeitando o caráter nacional da educação;
XVII – Pronunciar-se sobre a regularidade de funcionamento dos estabelecimentos de Ensino de qualquer nível, grau ou modalidade, no âmbito do Município;
XVIII – Acolher denúncia de irregularidade no âmbito da educação do Município, constituindo Comissão Especial para apuração dos fatos e encaminhamento às conclusões quando foro caso, às instâncias competentes;
XIX – Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos públicos destinados à Educação;
XX – Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e outros Conselhos Municipais de Educação;
XXI – Exercitar, no âmbito de sua jurisdição, funções delegadas pelo Conselho Estadual, além daquelas que lhes são inerentes e exclusivas;
XXII – Elaborar e publicar anualmente relatório de suas atividades;
XXIII – Participar da elaboração do orçamento público municipal relativo à educação;
XXIV – Aprovar o plano de aplicação e a prestação de contas dos recursos do salário educação, destinado ao Município, conforme determina a Lei Estadual nº 8.128/2001.
XXV – Manifestar-se no âmbito de sua competência sobre questões em que esta Lei for omissa.

CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 4º. O Conselho Municipal de Educação será constituído de 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal após eleição e/ ou indicação feita pelas instituições de que trata o Art. 5º.

Art. 5º. A nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação será feita obedecendo a seguinte formação:

I – Representantes da Administração Pública Municipal:

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SME, indicados pelo respectivo Secretário (a) de Educação Municipal;
01 (um) representante do Poder Executivo indicados pelo próprio Executivo deste município;
01 (um) representante do Magistério Público Municipal com atuação na Educação Infantil, eleito em reunião e quando não houver eleito, deverá ser indicado pelos gestores das escolas que possuem educação infantil;
01 (um) representante do Magistério Público Municipal com atuação na Ensino Fundamental, eleito em reunião e quando não houver eleito, deverá ser indicado pelos gestores das escolas que possuem professores que atuam no Ensino Fundamental;
01 representante dos Dirigentes de Escola da Rede Municipal de Ensino, indicados pelo respectivo Secretário (a) de Educação Municipal;
01 (um) representante de Técnicos de Secretarias das Escolares, eleito em reunião e quando não houver eleito, deverá ser indicado pelos gestores das escolas;

II – Representantes da Sociedade Civil:

01 (um) representante do Sistema Estadual de Ensino, indicado pelas escolas da rede estadual presentes no município;
01 (um) representante do Conselho Tutelar, indicado pela presidência do Conselho Tutelar;
01 (um) representante da Rede Privada de Ensino, indicado pelas escolas privadas presentes no município;
01 (um) representante da Rede Filantrópica de Ensino/Entidade Civil organizada, indicada pelas entidades civis;
01 (um) representante dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino, indicados pelos gestores escolares;
01 (um) representante do segmento de pais/responsável legal, por alunos matriculados regularmente na rede municipal de ensino, indicados pelos gestores escolares.

§1º Na ocasião em que ocorrer mais de um indicado para a mesma categoria de representatividade, deverá ocorrer uma assembleia com os respectivos indicados para que sejam realizados uma votação para escolha de titulares e suplentes.

§2º Para cada Conselheiro Titular será indicado, no âmbito das respectivas instituições, um Conselheiro Suplente que o substituirá em todas as ocasiões em que o titular estiver impedido de participar e, em caso de vacância ou desistência do titular, o conselheiro suplente assume a titularidade até o final do mandato.

§3º O mandato de cada Conselheiro assim como do respectivo suplente, terá duração de 04 (quatro) anos consecutivos, prorrogável por igual período, a ser contabilizado a partir do ano de publicação dessa lei.

Art. 6º- Ao Presidente do CME incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do conselho e especificamente:

I – Representar o CME nos atos que se fizerem necessários;
II – Convocar e presidir as reuniões ou suspendê-las quando necessário, bem como dar execuções as suas decisões;
III – Aprovar as pautas das reuniões e resolver as questões de ordem;
IV – Indicar entre os membros do CME os conselheiros para executar tarefas especificas;
V – Tomar as providências necessárias as substituições de conselheiros por seus suplentes, nas suas ausências e impedimentos, ou em virtude de desligamento;
VI – Assinar as atas das reuniões e, juntamente com os conselheiros, as resoluções do CME;
VII – Assinar e encaminhar as decisões do CME às instituições educacionais e promover suas ações, divulgação junto à população;
VIII – indicar membros para compor as subcomissões técnicas bem como designar e dar posse aos seus componentes;
IX – Indicar membros para a realização de estudos, levantamento e emissão de pareceres necessários a consecução da finalidade do CME;
X – Requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do CME.

Art. 7º- A cada membro do CME, deverá:

I – Examinar as matérias submetidas à sua análise e emitir parecer e relatórios necessários;
II – Realizar estudos com vistas a fornecer subsídios às decisões do CME;
III – Participar das reuniões e nelas votar;
IV – Propor as convocações de reuniões extraordinárias;
V – Realizar fiscalização das atividades do CME executadas nas escolas municipais e privadas; apresentar proposições, apreciar, emitir parecer e apresentar resultados das atividades que lhe forem atribuídas;
VI – Sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do CME;
VII – Propor e requerer esclarecimentos que lhe forem úteis à melhor apreciação da matéria;
VIII – Indicar pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir par esclarecimento das matérias ou desenvolvimento das atividades do CME;
IX – Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 8º- Ao Vice Presidente do CME compete substituir o Presidente nos seus impedimentos temporários e legais e assumir as atribuições previstas no artigo 6º desta Lei, além de assumir definitivamente o exercício do mandato do Presidente até seu término nos casos que ocorrer morte, renúncia ou perda do mandato nos termos desta Lei.

Art. 9º- Ao secretário compete secretariar as reuniões do CME, lavrar e registrar as respectivas atas e cuidar do expediente, dando toda assistência técnica aos membros.

Parágrafo Único: A renovação do Conselho Municipal de Educação, deverá acontecer uma semana antes da finalização do atual mandato. A Secretaria Geral do CME deverá encaminhar ofícios solicitando as indicações e os nomes dos eleitos nas respectivas representatividades, para se proceder com a nova composição do conselho. Após a nova composição, realizar-se-á a primeira reunião com os novos membros para escolha do Presidente e Vice presidente. Por último, A secretaria geral, encaminhará toda documentação para que sejam publicados no diário oficial do município.

SEÇÃO II – DO FUNCIONAMENTO

Art. 10º. Os membros do Conselho Municipal de Educação deverão residir no município de Grossos-RN.
Art. 11º. Os membros do Conselho Municipal de Educação não acarretarão ônus ao erário municipal em seu exercício.

Art. 12º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão direito ao recebimento das despesas de transportes e estadia, quando estas ocorrerem em instâncias fora da dominialidade do município.

Art. 13º.O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:

I – O Plenário;
II – A Presidência;
III – A Secretaria Geral;
IV – As Câmaras Setoriais.

Art. 14º. O Plenário compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seus
mandatos e é o órgão soberano de deliberação do Conselho Municipal.

Art. 15º. O Plenário só poderá funcionar com o número mínimo da maioria simples e as deliberações tomadas por maioria dos votos dos Conselheiros presentes à sessão.

Art. 16º. As sessões plenárias serão:

I – Ordinárias, quando realizadas uma vez por mês;
II – Extraordinárias, quando convocadas pela presidência ou a requerimento subscrito pela maioria simples, será assinada por todos os presentes a quaisquer momentos.

Art. 17º. A cada sessão plenária do Conselho Municipal será lavrada uma ata pela Secretaria Geral, assinada pelo Presidente e demais Conselheiros presentes contendo, em resumo, todos os assuntos tratados e as deliberações que foram tomadas.

Art. 18º. A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem.

Art. 19º. O Conselho Municipal de Educação é presidido por 01 (um) Presidente e 01 (um) vice-presidente, eleito por seus pares, em eleição aberta pelos membros do conselho, para mandato de quatro anos, permitida recondução consecutiva nos mesmos cargos, ao qual deverão, após processo de eleição, ser nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal.

§1º A eleição para presidente e vice, se realizará a cada quatro anos, em até uma semana, após a composição do novo conselho, como previsto no parágrafo único do artigo 7º, que deverá ser eleito logo na primeira reunião do conselho e posteriormente publicado no diário oficial do município, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§2º O vice-presidente substituirá o presidente nos casos de ausência ou impedimento e suceder-lhe-á nos casos de vacância.

Art. 20º. A Secretaria Geral do Conselho Municipal de Educação será exercida por 01(um) servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação e nomeado através de portaria municipal, ficando este profissional para dar apoio técnico a este conselho e aos demais conselhos do município, bem como: Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Cacs-Fundeb, etc., entre outros.

Art. 17º. A Secretaria Geral do CME manterá:

II – Livro de atas das sessões plenárias com as assinaturas dos presentes;

Art. 18º. Além das atividades do Plenário, o Conselho Municipal de Educação terá 03 (três) Câmaras para estudos e deliberações preliminares sobre os assuntos que lhes são pertinentes.

Parágrafo único. As Câmaras de que trata este artigo são:

a) Câmara de Educação Básica;
b) Câmara de Legislação e Normas;
c) Câmara de Planejamento.

Art. 19º. As Câmaras terão a competência de apresentar propostas, analisar questões e elaborar parecer sobre sua área de abrangência.

Art. 20º. Cada Câmara compõe-se de 03 (três) Conselheiros, designados pelo Presidente e ouvido o Plenário, observadas as suas áreas de formação.

§1º O Presidente de cada Câmara será eleito por seus pares, para um mandato de 04 (quatro) anos.

§2º Nenhum conselheiro poderá pertencer a mais de uma Câmara.

§3º O Conselho poderá, além das Câmaras constantes do Art. 18, criar comissões especiais, de caráter temporário e com finalidades específicas.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º. O Conselho Municipal de Educação contará com apoio técnico e administrativo necessários ao atendimento dos serviços prestados.

Art. 22º. As necessidades de local, pessoal técnico administrativo serão supridas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 23º. O Regimento Interno do CME deve ser criado e /ou atualizado e aprovado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, por no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 24º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com data retroativa a 06 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, Grossos/RN, 16 de junho de 2025

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:0B30333B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 790/2025

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, e revoga a Lei Municipal nº 0321 de 12 de janeiro de 2001 e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GROSSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis, faço saber que a Câmara Municipal de Grossos/RN, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Grossos - RN, o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do Programa Nacional de alimentação Escolar-PNAE do Município Grossos/RN.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de alimentação Escolar:

I. Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos da merenda escolar;
II. Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
III. Orientar sua aquisição dos alimentos, assessorar a comissão de licitação no processo de aquisição da merenda escolar;
IV. Assessorar e orientar as escolas quando da recepção e armazenamento dos produtos, bem como orientar a coleta de amostras para serem submetidas à análise laboratorial nos casos de alteração das características do produto;
V. Divulgar todos os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em locais públicos;
VI. Apresentar relatório de entradas ao FNDE, sempre que solicitado;
VII. Comunicar à Entidade Executora a ocorrência e irregularidade em relação aos gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio, furtos, etc. para que sejam tomadas as devidas providências;
VIII. Noticiar qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Controladoria Geral da União ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União;
IX. Acompanhar a elaboração dos cardápios, opinando sua adequação à realidade local;
X. Orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região.
XI. Elaborar, alterar ou atualizar o Regimento Interno, observando o disposto na legislação atual;
XII. Elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início de cada ano letivo.

§1º O Presidente é o responsável pela assinatura do Parecer Conclusivo do CAE. No seu impedimento legal, o Vice-Presidente o fará.

§2º O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 3º. Os cardápios do Programa de Alimentação Escolar, deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 4º O CAE será constituído por 07 (sete) conselheiros titulares e 07 (sete) conselheiros suplentes, com a seguinte composição:

I - 01 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
II - 02 (dois) representantes dentre as entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, ou escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
III - 02 (dois) representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino a qual pertença a EEx, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e
IV - 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve pertencer à categoria de docentes.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção dos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer uma das entidades referidas no inciso.

§ 3º Fica vedada a participação do Secretário de Educação, Prefeito, Coordenador da Merenda Escolar e Nutricionista Técnica como membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

§ 4º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação deverão realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§5º Os membros do CAE terão mandato de quatro (4) anos, podendo ser reeleitos, de acordo com a indicação de seus respectivos segmentos.

Art. 5º- A nomeação dos conselheiros do CAE deverá ser feita por ato específico, ou seja, portaria ou decreto do chefe do Poder Executivo e terão mandato de quatro (4) anos.

Parágrafo único: As eleições do CAE deverão ocorrer no último ano de exercício do mandato.

SEÇÃO II – DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - Para a eleição do Presidente e Vice Presidente do CAE somente poderão participar membros titulares, excluído o representante escolhido pelo Poder Executivo.

Art. 7º - O CAE terá um (1) Presidente e um (1) Vice Presidente que serão eleitos ou destituídos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros presentes em assembleia geral especialmente convocada para tal fim sendo seus mandatos coincidentes com o conselho podendo ainda, serem reeleitos uma única vez.

Art. 8º- O CAE terá um (1) Secretário que será eleito entre os membros titulares ou destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros presentes em assembleia geral, podendo este ser representado por um secretário executivo, que poderá ser indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com conhecimentos técnicos e que possa auxiliar os conselheiros nos momentos de reunião.

Art. 9º - Durante o mandato, os conselheiros que faltarem sem justificativas, a quatro (4) reuniões consecutivas ou a oito (8) intercaladas serão excluídos do CAE e substituídos pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único: No caso de exclusão por falta ou a pedido do titular e ou de seu suplente, a categoria representada deverá indicar novo representante no prazo de trinta (30) dias cabendo ao Poder Executivo formalizar a substituição e comunicar as alterações ao FNDE no prazo de dez (10) dias.

§1º - Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão mediante:

I – renúncia expressa;
II – por deliberação do órgão que representa;
III – pela inobservância de quantidade de não comparecimento nas reuniões.

§2º - Cada membro titular do CAE será substituído em suas faltas ou impedimentos por seus suplentes já designados pelas respectivas categorias que representam.
§3º - No caso de substituição de conselheiro do CAE, o período do seu mandato será complementar ao tempo restante daquele que foi substituído.

Art. 10º - O CAE reunir-se-á ordinariamente uma (1) vez para avaliar a prestação de contas e extraordinariamente, (1) vez a cada dois meses ou a depender das necessidades do conselho, cuja a convocação será feita com no mínimo três (3) dias de antecedência; por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento de um quarto (1/4) de seus membros, com no mínimo, de vinte e quatro (24) horas de antecedência quantas vezes forem necessárias.

§1º - As convocações para Assembleia Geral serão feitas via e-mail, telefone, por carta ou entregue pessoalmente aos conselheiros sob protocolo simples.

§2º - As assembleias se instalarão com no mínimo de cinquenta e um por cento (51%) dos votos totais dos conselheiros.

§3º - As deliberações do CAE, observado quórum estabelecido, serão tomadas por maioria simples dos votos de seus membros presentes à reunião.

§4º - As reuniões e as resoluções do CAE serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 11º - Poderão ser convocados a participar das sessões, sem direito a voto, pessoas físicas ou jurídicas, que possam contribuir para esclarecimento das matérias abordadas, nutricionistas e técnicos da Secretaria de Educação, Diretores Escolares e Coordenadores da alimentação escolar.

Parágrafo único: Dentre as pessoas naturais poderão ser convidadas a título de ouvintes: a clientela, ou seja, os estudantes de ensino fundamental e médio ou seus respectivos responsáveis, para: opinar, responder questionários sobre cardápios, qualidade dos alimentos servidos, bem como aprenderem qual e a função do CAE e seus objetivos, e qualquer cidadão desde que aborde assuntos pertinentes às atribuições do CAE.

Art. 12º- Nas reuniões do CAE serão observados os seguintes procedimentos:

I – discussão e aprovação da ata de reunião anterior quando está não foi feita no término da reunião, a qual deverá ser assinada por todos os presentes;
II – apresentação e discussão da pauta prevista para a reunião conforme edital de convocação;
III – apresentação pelos conselheiros de outros materiais de relevância a serem discutidos na reunião, depois que finalizar ordem do dia do qual sempre será reservado quarenta (40) minutos para apreciação, obedecendo à ordem de inscrição;
IV – encerradas a discussão das matérias as mesmas serão submetidas a votação com base no voto da maioria simples dos conselheiros presentes;
V – O CAE poderá estabelecer ações em conjunto com outros conselhos.

SEÇÃO III – DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 13º- Ao Presidente do CAE incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do CAE e especificamente:

I – representar o CAE nos atos que se fizerem necessários;
II – convocar e presidir as reuniões ou suspendê-las quando necessário, bem como dar execuções as suas decisões;
III – aprovar as pautas das reuniões e resolver as questões de ordem;
IV – indicar entre os membros do CAE os conselheiros para executar tarefas especificas;
V – tomar as providências necessárias as substituições de conselheiros por seus suplentes, nas suas ausências e impedimentos, ou em virtude de desligamento;
VI – assinar as atas das reuniões e, juntamente com os conselheiros, as resoluções do CAE;
VII – assinar e encaminhar as decisões do CAE às instituições pertinentes e promover sua divulgação junto a população;
VIII – indicar membros para compor as subcomissões técnicas bem como designar e dar posse aos seus componentes;
IX – indicar membros para a realização de estudos, levantamento e emissão de pareceres necessários a consecução da finalidade do CAE;
X – requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do CAE.

Art. 14º- A cada membro do CAE deverá:

I – examinar as matérias submetidas à sua análise e emitir parecer e relatórios necessários;
II – realizar estudos com vistos a fornecer subsídios às decisões do CAE;
III – participar das reuniões e nelas votar;
IV – propor as convocações de reuniões extraordinárias;
V – realizar fiscalização das atividades do PNAE executadas nas escolas municipais; apresentar proposições, apreciar, emitir parecer e apresentar resultados das atividades que lhe forem atribuídas;
VI – sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do CAE;
VII – propor e requerer esclarecimentos que lhe forem úteis à melhor apreciação da matéria;
VIII – indicar pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir par esclarecimento das matérias ou desenvolvimento das atividades do CAE;
IX – desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 15º- Ao Vice Presidente do CAE compete substituir o Presidente nos seus impedimentos temporários e legais e assumir as atribuições previstas no artigo 13º deste Regimento, além de assumir definitivamente o exercício do mandato do Presidente até seu término nos casos que ocorrer morte, renúncia ou perda do mandato nos termos deste Regimento Interno.

Art. 16º- Ao secretário compete secretariar as reuniões do CAE, lavrar e registrar as respectivas atas e cuidar do expediente do CAE, dando toda assistência técnica aos membros.

SEÇÃO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS - RN

Art. 17º – A Secretaria de Educação do Município de Grossos/RN, deve:

I - Garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:
a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
b) disponibilidade de equipamento de informática;
c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e
d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, previstos no Plano de Ação do CAE, necessários às atividades inerentes as suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.
II - fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação e/ou chamada pública, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência;
III - realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa; e
IV - divulgar as atividades do CAE por meio de comunicação oficial da PMG/RN.
§1º O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.
§2º Quando do exercício das atividades do CAE, previstos noart. 19 da Lei nº 11.947/2009e Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de julho de 2013, recomenda- se a liberação dos servidores públicos para exercer as suas atividades no Conselho, de acordo com o Plano de Ação elaborado pelo CAE, sem prejuízo das suas funções profissionais.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18º- Esta Lei poderá ser revista e reformulada, sempre que houver necessidade de inclusão de aspectos essenciais, conforme legislação vigente do FNDE.

Art. 19º- O CAE, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos principalmente o que dispõe a Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de julho de 2013.

Art. 20º- Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta lei, serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes e conforme legislação vigente.

Art. 21º- A criação, e/ ou atualização do Regimento Interno, deverá acontecer no máximo 90 dias, após publicação desta lei e aprovada pelo Conselho, e posteriormente deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 22º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 0321 de 12 de janeiro de 2001.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal, 16 de junho de 2025

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:F808FEC6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.017/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90.017/2025, Processo Administrativo nº 1.903/2025 - Secretaria Municipal de Turismo que tem por objeto a aquisição de tendas, mesas e cadeiras, para atender as necessidades dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo de Guamaré/RN. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico

https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Sessão Inicial dia 03/07/2025, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 18 de junho de 2025

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:70DD5A8C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.018/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90.018/2025, Processo Administrativo nº 1.105/2025 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural que tem por objeto a Contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de equipamentos e afins indispensáveis ao funcionamento dos dessalinizadores, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Guamaré/RN. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Sessão Inicial dia 03/07/2025, às 10h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 18 de junho de 2025

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:B3BA65C7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL N° 34/2021*

PROCESSO Nº: 1938/2025.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: FRANCISCO TEIXEIRA NUNES
CPF: 026.022.024-87
OBJETO DO ADITIVO: Renovação de locação de imóvel para o funcionamento da Sede da Secretaria Municipal de Administração, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 02 de julho de 2025 e término em 01 de julho de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda sa Fonseca (Prefeito Municipal) – Contratante. Francisco Teixeira Nunes – Contratado.

Guamaré/RN, 11 de junho de 2025.

*Republicado por Incorreção.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:CB0FB91F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL N° 079/2022

PROCESSO Nº: 1918/2025.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADA: MARLENE DO NASCIMENTO ALVES
CPF: 501.228.004-00
OBJETO DO ADITIVO: Renovação de locação de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Patrimonial, para funcionamento da Sede da Defesa Civil, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 27 de julho de 2025 e término em 26 de julho de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito Municipal) – Contratante. Marlene do Nascimento Alves – Contratada.

Guamaré/RN, 11 de junho de 2025.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:3C32F5DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 735/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **FERNANDA PATRICIA FERNANDES BEZERRA DE PAIVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **Médica do Trabalho,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, 16 de junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:B66DC3A0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, I da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 53, do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: 1885/2025
Nome do credor: ZAGROS TECHNOLOGY LTDA.
CNPJ: 43.609.235/0001-98
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

Unidade orçamentária: 02.004 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Ação: 2010 – APOIAR AS ATIV. DA SEC. MUN. DESENV. RURAL
Natureza: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Região: 001 – GUAMARÉ
VALOR: R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
Objeto: Contratação da empresa especializada serviço de software especifico para gestão de ações e serviços oferecidos aos agricultores(as) do município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, atuando nas comunidades de Lagoa Doce, Mangue Seco e dos Projeto de Assentamento: Santa Maria III, Lagoa de Baixo, Umarizeiro e Santa Paz e fazendas, visando atender a demanda dos trabalhadores rurais das respectivas comunidades beneficiadas pelo projeto, sendo o software **PRONAPP** – PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.

Guamaré/RN, 04 de junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal de Guamaré

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:AFCFF5B7

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2025

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, II da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 53, do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: 2122/2025
Nome do credor: ALINE REIS PRODUCOES LTDA.
CNPJ: 27.019.000/0001-90
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
AÇÃO: 2242 – PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS
NATUREZA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – GUAMARÉ
Valor Global: R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
Objeto: Contratação do **show musical de Alinne Reis e Banda, para apresentação** nos Festejos Juninos de Guamaré dia 26 de junho de 2025, com 2:00hs de duração na Praça da Juventude, no Distrito de Baixa do Meio do Município de Guamaré.

Guamaré/RN, 18 de junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:B2BF6D8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

PROCESSO Nº: 1.785/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN –
CNPJ: 08.184.442/0001-47
CONTRATADA: ZETRASOFT LTDA –
CNPJ: 03.881.239/0001-06

DO OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A REVOGAÇÃO DE FORMA IRRESTRITA TODOS OS ATOS PRATICADOS NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.785/2025, COM A CONSEQUENTE ANULAÇÃO DA RESCISÃO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 001/2022;

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO: OBJETO DA CONTRATAÇÃO É A CESSÃO DO DIREITO DE USO DO LICENCIAMENTO DO ECONSIG – SISTEMA ELETRÔNICO, VIA INTERNET, DE RESERVA DE MARGEM E CONTROLE DE CONSIGNAÇÕES, COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE PROPRIEDADE DO COMODANTE, DESCRITO E CARACTERIZADO NO DESCRITIVO FUNCIONAL.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:AQUELAS FUNDAMENTADAS NOS AUTOS DO PROCESSO 1.785/2025.

ASSINATURA:

HELIO WILLAMY DA MIRANDA DA FONSECA – CONTRATANTE.

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:2537B1C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 001/2025 - FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DE GUAMARÉ 2025

FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DE GUAMARÉ 2025
Rastape de Guamare 2025

O **MUNICÍPIO DE GUAMARÉ**, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das inscrições para Concurso de Quadrilhas Juninas do Município de Guamaré.

DA FINALIDADE
O Edital do FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DE GUAMARÉ 2025 tem por objetivo identificar e difundir as tradições culturais voltadas para os festejos juninos da cidade de Guamaré em especial neste caso, as Quadrilhas Juninas, estando aberto no período de inscrição do dia 18 de junho ao dia 23 de junho do referido ano.
DA PREMIAÇÃO
A Premiação se dará conforme descrição abaixo:
Primeira melhor Quadrilha Junina – R$5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais)
Segunda melhor Quadrilha Junina – R$4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais)
Terceira melhor Quadrilha Junina – R$3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais)
O total de recurso previsto para o objeto do concurso é de R$13.400.00 (Treze mil e quatrocentos reais).

DA ESTRUTURA DO EVENTO
O FESTIVAL SERÁ REALIZADO NO DIA 27 DE JUNHO DE 2025 no Distrito de Baixa do Meio no município de Guamare, podendo participar todas as agremiações juninas do estado do Rio Grande do Norte e estados circunvizinhos. A inscrição poderá ser realizada por e-mail no endereço eletrônico: cultura@edu.guamare.rn.gov.br, as dúvidas poderão ser sanadas pelo o whatsapp da Coordenação de Cultura (84) 98682-2862.
– Poderão inscrever-se as agremiações juninas no FESTIVAL CULTURAL JUNINO DE GUAMARÉ/RN**.**
– Caso não haja o número suficiente de quadrilhas, fica facultada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a reorganização e adaptação do concurso de modo que não prejudique o evento, a administração pública ou a população.
As quadrilhas juninas se apresentarão no dia 27 de junho de 2025, como disputa Currículo , sendo premiadas as três quadrilhas que obtiverem a melhor pontuação. O resultado final será divulgado no dia 27 de junho após apresentação da última agremiação junina.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 No âmbito deste concurso serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R$ R$13.400.00 (treze mil e quatrocentos reais) oriundos da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	2000 – Poder Executivo
UNIDADE	2014 – Sec.Municipal Educação e Cultura
FUNÇÃO	13 – Cultura
SUBFUNÇÃO	695 – Turismo
PROGRMA	Lei Aldir Blanc
AÇÃO Guamaré Junino	2.65 – Realização de Eventos Culturais, Turísticos e Comemorativos
DESPESA	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e outras

Os recursos para os projetos apoiados serão liberados em parcela única, desembolsada em até 15 dias da realização do concurso, para efeito de instrução de processo e consequente recebimento da premiação os grupos e os destaques premiados deverão apresentar a seguinte documentação:

Pessoa Física: Ficha de inscrição; Documentação pessoal do representante (RG, CPF, comprovante de Endereço); Dados Bancários; Certidão municipal; Certidão estadual; Certidão federal; e Certidão trabalhista.

Pessoa Jurídica: Ficha de inscrição; Documentação pessoal do representante (RG, CPF, comprovante de Endereço); Contrato de Constituição da Empresa; Cartão do CNPJ; FGTS; Dados Bancários; Certidão municipal; Certidão estadual; Certidão federal e Certidão trabalhista.

Sobre os valores a serem pagos para as quadrilhas vencedoras incidirão os impostos estabelecidos pela legislação vigente, de acordo com o atendimento às exigências especificadas deste Edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições são direcionadas a quaisquer agremiações do Estado do Rio Grande do Norte e de suas imediações interestaduais desde que estas confirmem a validação da inscrição. As fichas de inscrição deverão ser encaminhadas por e-mail no endereço eletrônico: cultura@edu.guamare.rn.gov.br , no período de 18 de junho a 23 de junho de 2025.

– No ato da inscrição é IMPRESCINDÍVEL que a agremiação apresente os seguintes documentos:

Ficha de inscrição;

Carta de intenção com defesa do tema e sinopse da apresentação da agremiação;

Relação completa de participantes;

CÓPIA do CPF e RG do proponente (pessoa física);

CÓPIA do CNPJ (pessoa jurídica).

Não serão aceitas inscrições ou entrega de qualquer documento ou material fora do prazo, forma e demais condições estabelecidas neste Concurso;

Serão de responsabilidade do proponente ao se inscrever todas as despesas decorrentes de sua participação neste Concurso e a veracidade dos documentos apresentados.

DOS PARTICIPANTES

Poderão participar do festival, quadrilhas de todo o Estado do RN, estados vizinhos, desde que EFETUEM SUAS INSCRIÇÕES CONFORME AS PRESCRIÇÕES DESTE EDITAL;

No dia 25 de Junho de 2025, será publicada no Diário Oficial no portal da FERMURN a relação das quadrilhas juninas e escolas inscritas e classificadas para o Festival Cultural Junino de Guamaré;

As agremiações juninas devem ser constituídas de no mínimo 16 (dezesseis) pares, o não atendimento a este número acarretará perda de 03 (três) pontos;

As pessoas com deficiência que se apresentarem neste concurso enquanto dançarinos ou personagens poderão participar deste, sem prejuízo ao evento, sob a responsabilidade plena dos organizadores das respectivas agremiações e escolas devidamente comprovadas.

DAS EXIBIÇÕES

A organização das apresentações se dará por ordem de chegada da agremiação na cidade e apresentação da equipe organizadora na Praça da Juventude, no distrito de Baixa do Meio ficando decretado neste edital que o festival inicia no dia 27 de junho de 2025 a partir das 20h com apresentações das quadrilhas do município que foram contempladas com o **"auxílio quadrilhas juninas"** de Guamaré e logo após as apresentações das agremiações.

– As agremiações serão responsáveis pelas músicas durante as apresentações, utilizando-se de CD/Pendrive gravado ou de conjuntos regionais. As agremiações deverão comparecer ao local com meia hora de antecedência do início de sua apresentação, para os testes e ajustes de som.

– O não comparecimento da equipe responsável das agremiações para os ajustes conforme o estabelecido no item anterior, DESOBRIGA a Coordenação do evento de quaisquer falhas eventuais que venham a ocorrer com o material no momento da apresentação;

– Os atrasos terão tolerância de 10 (dez) minutos, após este tempo as penalidades são as seguintes:

Após 10 (dez) minutos de atraso: perda de 02 pontos;

15 (quinze) minutos de atraso: Perda de 05 pontos;

20 (vinte) minutos de atraso: Perda de 10 pontos;

Atrasos superiores a 20 (vinte) minutos acarretarão na DESCLASSIFICAÇÃO da agremiação.

– Cada agremiação terá até 30 minutos para realizar a sua apresentação. A agremiação que ultrapassar este tempo, perderá 02 (dois) pontos por cada minuto excedente. Caso ultrapasse 10 (dez) minutos esta será desclassificada;

– A agremiação junina que fizer a inscrição e faltar à disputa ESTARÁ VETADA da participação da Edição de 2025;

– Após a liberação para a entrada da agremiação na Praça da Juventude, a quadrilha terá até 05 (cinco) minutos para a produção da sua apresentação. Após esse prazo será dado o sinal, e se iniciará a contagem do tempo determinado para a apresentação da agremiação. O mesmo tempo (cinco minutos) também será aberto para a retirada do material utilizado para a apresentação da quadrilha.

- A escolha da música, bem como a sua execução é de inteira responsabilidade dos grupos participantes, podendo utilizar CD/Pendrive ou Conjunto Regional. Não haverá tema proposto pela organização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Festival de Quadrilhas Juninas de Guamaré, em comum acordo com a Comissão Julgadora, orientados pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Fica garantido o direito à livre expressão de qualquer um dos concorrentes, exceto o destrato público aos direitos humanos, ao evento ou a quaisquer integrantes da Comissão Organizadora, e demais pessoas envolvidas na Organização, caso em que ocorrerá a imediata desclassificação do concorrente e da Quadrilha Junina que participa.

É proibida a utilização de bombas e fogos de artifício dentro e fora da arena de apresentação, com exceção do uso de chumbinhos, estrelinhas e efeitos especiais. Também é proibido o uso de objetos perfurantes como facas, tesouras e outros, a utilização resultará na eliminação da quadrilha.

É proibido componente de Quadrilha Junina perturbar a ordem dentro ou fora da arena do Arraiá ou diante de outra concorrente, mediante o comportamento consubstanciado em atos de violência, grosserias, uso de palavrões, gestos obscenos e de preconceito. Como também danos ao patrimônio público.

9.5 A simples inscrição no Concurso das Quadrilhas Juninas 2025 pressupõe a aceitação e a concordância com todos os termos do presente Edital, valendo como contrato de adesão.

Fica eleito o foro da comarca de Macau/RN para dirimir quaisquer conflitos oriundos do cumprimento das normas deste Edital, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guamaré/RN, 18 de junho de 2025.

RENATO DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:C3DC48BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 012/2025. Processo Administrativo nº 140/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

O Prefeito do Município de Ielmo Marinho/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessar que está convocando o licitante vencedor do processo licitatório supracitado, a empresa **V H INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.623.886/0001-79, FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.191.550/0002-30**, para assinar a Ata de Registro de Preços, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), **no prazo máximo de 05 (cinco) dias** úteis, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s) caso haja, conforme a ordem de classificação.

Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:52452874

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2025

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa jurídica **FORRÓ DE GRIFF LTDA CNPJ n° 54.861.098/0001-09,** e o Município de Ielmo Marinho/RN.
Processo Administrativo nº 189/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07, representado pelo excelentíssimo senhor prefeito, **FERNANDO BATISTA DAMASCENO**, Brasileiro, Casado, inscrito no CPF sob n° 007.826.644-14, residente e domiciliado a Rua Poço, nº 44, Canto de Moça, Ielmo Marinho/RN – CEP: 59.490-000.
CONTRATADA: A EMPRESA FORRÓ DE GRIFF LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.861.098/0001-09**,** estabelecida a Rua Antonio Basílio, 1309, bairro Dix-Sept Rosado, Natal/RN – CEP. 59.052-475.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA FORRÓ DE GRIFF COM DURAÇÃO DE 1H30MIN PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2025 NA FESTA "IELMO JUNINO" A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE Nº 037/2025.**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme itens descritos abaixo e de acordo com a ordem de serviço emitida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT. R$
1	**CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA FORRÓ DE GRIFF COM DURAÇÃO DE 1H30MIN PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2025 NA FESTA "IELMO JUNINO" A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN,** Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	SERV.	01	40.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, CULTURA E JUVENTUDE
Und. Orçamentária 02.015 SECRETARUA MUN. DE TURISMO, CULTURA E JUVENTUDE
Ação 2181 Manutenção da Ações do Setor de Cultura
Natureza 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Sub Elemento 3.3.90.39:099 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte 1500000 Recurso não vinculados de Impostos
1720000 Transferência da União referente às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997
Região 001 Ielmo Marinho
VIGENCIA DO CONTRATO: O presente termo terá a vigência a partir de 13 de junho de 2025, com término previsto para 90 (noventa) dias, a partir da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 13 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
Contratante

Forró de Griff LTDA
CNPJ n° 54.861.098/0001-09
JOÃO RODRYGO CRUZ FERREIRA DO NASCIMENTO
CPF nº 700.651.674-90
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:9E891C84

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2025

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa jurídica 55.358.213 EWERTON LUIZ BASTOS SOARES CNPJ n° 55.358.213/0001-81, e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 193/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07, representado pelo excelentíssimo senhor prefeito, **FERNANDO BATISTA DAMASCENO**, Brasileiro, Casado, inscrito no CPF sob n° 007.826.644-14, residente e domiciliado a Rua Poço, nº 44, Canto de Moça, Ielmo Marinho/RN – CEP: 59.490-000.
CONTRATADA: 55.358.213 EWERTON LUIZ BASTOS SOARES, inscrita no CNPJ: 55.358.213/0001-81, estabelecida a Rua Ana Gomes do Rego, 10, centro, Várzea/RN – CEP. 59.185-0000
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO ARTISTA EWERTON LUIZ COM DURAÇÃO DE 1H30MIN PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2025 NA FESTA "IELMO JUNINO" A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE Nº 035/2025.**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme itens descritos abaixo e de acordo com a ordem de serviço emitida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT. R$
1	**CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO ARTISTA EWERTON LUIZ COM DURAÇÃO DE 1H30MIN PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2025 NA FESTA "IELMO JUNINO" A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**	SERV.	01	20.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, CULTURA E JUVENTUDE
Und. Orçamentária 02.015 SECRETARUA MUN. DE TURISMO, CULTURA E JUVENTUDE
Ação 2181 Manutenção da Ações do Setor de Cultura
Natureza 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Sub Elemento 3.3.90.39:099 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte 1500000 Recurso não vinculados de Impostos
1720000 Transferência da União referente às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997
Região 001 Ielmo Marinho
VIGENCIA DO CONTRATO: O presente termo terá a vigência a partir de 18 de junho de 2025, com término previsto para 90 (noventa) dias, a partir da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
Contratante

55.358.213 – Ewerton Luiz Bastos Soares
CNPJ n° 55.358.213/0001-81
EWERTON LUIZ BASTOS SOARES
CPF nº 707.443.584-85
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:31C0BB81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360/2025 - GP

Designar o Servidor para desenvolver a função de Fiscal dos Contratos vigentes e dá outras providências O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de das suas atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica datada em 23.03.1990 e o inciso I do art. 18 da Lei Complementar n. 002/2008 de 15.04.2008:

CONSIDERANDO, que a lei de licitações e contratos, Lei Federal n° 14.133/21, regulamenta as funções dos Agentes Públicos designados para a condução do processo licitatório;
CONSIDERANDO, o que determina a Lei Complementar nº 49/2022 que cria, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Ielmo Marinho/RN, a Central de Contratações Públicas (CCP) e dá outras providências.
R E S O LV E:
Art. 1° - Designar o Senhor **VINICIUS PINHEIRO ZUZA,** portador(a) do CPF XXX.393.994-XX, ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE SESSÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Município de Ielmo Marinho/RN, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATOS** vigentes referente aos Contratos vigentes entre a Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho e terceiros, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e outros a eles relacionados.
Art. 2° - A prestação dos serviços descritos no artigo 1° importará em ônus adicionais mensais para a Administração Pública Municipal, conforme o que determina o art. 13, II, da Lei Complementar 49/2022.
Art. 3° - As principais atribuições e funções do fiscal dos contratos celebrados são: § 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas coma execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.
§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.
§ 4º A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor que tenha preferencialmente experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços; III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato; IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
VI - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometamo bomandamento dos serviços;
X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódica sou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
XII - verificar a correta aplicação dos materiais;
XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XIV- realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133,de 1º de abril de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
XV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:
a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's doCREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físicofinanceiro e os demais elementos instrutores;
b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
XVII - outras atividades compatíveis coma função.
§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 2º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber: I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
II - os recursos humanos empregados, emfunção da quantidade e da formação profissional exigidas;
III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
VI - a satisfação do público usuário.
§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova aadequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:
a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição da República, sob pena de rescisão contratual;
b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
e) pagamento do 13º salário;
f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
j) cumprimento das obrigações contidas emconvenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
II - No caso de cooperativas:
a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
d) comprovante da aplicação do FATES - Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
e) comprovante da aplicação emfundo de reserva;
f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13ºsalário e férias; e g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
§ 8º Além do cumprimento do § 7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em, CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.
Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° - Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Ielmo Marinho/RN, em 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito do Município de Ielmo Marinho/RN

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:F7965E6D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 141, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

O plenário do Conselho Municipal de Saúde de Ielmo Marinho, em Assembleia de Eleição para escolha do Presidente e Vice-presidente, datada de 10 de junho de 2025, no uso de suas Competências Regimentais e Legais, conferidas pela Lei Federal 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal 8.142, de 28/12/1990 e Lei Municipal 011 de 30/09/1993;
RESOLVE:
Art.1º - Aprovar por unanimidade, a nova presidência do Conselho Municipal de Saúde de Ielmo Marinho/RN, Gestão 2025-2027, eleitos em Assembleia de Eleição realizada no dia 10 de junho de 2025, por segmento, conforme abaixo apresentados:
Presidente: João Maria da Silva, Segmento Profissionais de Saúde;
Vice-presidente: Kerginaldo Nunes Cabral, Segmento Usuários, representante da Igreja Evangélica Ministério Cristão Peniel;
Art. 2º - A decisão foi tomada em caráter excepcional, considerando a ausência de chapas inscritas e a necessidade de continuidade dos trabalhos do Conselho.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos 10 de junho de 2025.
Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

KATIUCIA TARGINO FREITAS DA SILVA.
Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde.

Homologo a Resolução n° 119/2023 nos termos das Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90.

BRUNO AUGUSTO FERNANDES DA CRUZ
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:62B3A584

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 530/2025-GC.

Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR, SEVERINO TAVARES DA SILVA** , CPF: *****029.784-20**-, do cargo de provimento político em comissão de COORDENADOR(A) NIVEL I, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transito e Serviços Urbanos.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa dia 16 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 18 de junho de 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:FFC3E04F

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 840/2025

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a Contratação de serviços especializados de dedetização, descupinização, desratificação, controle de pragas, higienização e desinfecção química dos prédios públicos, do Município de Ipanguaçu/RN. In verbis:
Art. 75. É dispensável a licitação:
I – (...);
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Vigência

Decreto nº 12.343, de 2024:
ANEXO - ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
Art. 75, caput, inciso II -
R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a Dispensa de Licitação nº 26/2025 – Processo Administrativo nº 840/2025, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: FRANCISCO N DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.402.111/0001-58, no valor total de R$ 60.488,34 (sessenta mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Ipanguaçu/RN, 23 de Maio de 2025.

Atenciosamente,

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B4865BFD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso V, do Art. 74 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, RATIFICAR e AUTORIZAR, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.
OBJETO: CONTRATAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN.
CONTRATADO: MICHELLE DE MEDEIROS FARIAS, CPF N.º 038.xxx.xxx-82.
VALOR GLOBAL: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: 12 MESES, a partir de 03 de janeiro de 2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.003.04.122.0004.2017 – Manutenção das atividades da secretaria de administração. Elemento de despesa: 33.90.36.00 - outros serv. de terceiros – pessoa física; fonte: 1.500.0000 – recursos não vinculados de impostos.

Ipueira/RN, 03 de janeiro de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:2CB3B7AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 008/2025
CONTRATANTE: Município de Ipueira/RN – CNPJ (MF) n.º 08.094.708/0001-60.
CONTRATADA: MICHELLE DE MEDEIROS FARIAS, CPF N.º 038.xxx.xxx-82.
OBJETO: A contratação, por Inexigibilidade de licitação nos termos do art. 74, inciso V da Lei Federal n.º 14.133/2021, para CONTRATAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
MODALIDADE LICITATÓRIA: Inexigibilidade de licitação (Processo/MI/RN n.º 0017/2025).
DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2025.
VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará até 03 de janeiro de 2026, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, prorrogável conforme art. 107 da lei 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS – pelo Contratante, e MICHELLE DE MEDEIROS FARIAS – pela Contratada.

Ipueira/RN, 03 de janeiro de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:FA396178

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010/2025

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso V, do Art. 74 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, RATIFICAR e AUTORIZAR, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.
OBJETO: CONTRATAÇÃO VISANDO LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM PISCINA PARA ATENDER A DEMANDA DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN.
CONTRATADO: MARIA JEANE GOMES OLIVEIRA, CPF N.º 041.xxx.xxx-20.
VALOR GLOBAL: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

VIGÊNCIA: 12 MESES, a partir de 03 de janeiro de 2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.001.08.244.0033.2045 – Manutenção das atividades da secretaria de assistência social. Elemento de despesa: 33.90.36.00 - outros serv. de terceiros – pessoa física; fonte: 1.669.0000 – outros recursos vinculados a assistência social.

Ipueira/RN, 03 de janeiro de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:7B97D399

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 0010/2025
CONTRATANTE: Município de Ipueira/RN – CNPJ (MF) n.º 08.094.708/0001-60.
CONTRATADA: MARIA JEANE GOMES OLIVEIRA, CPF N.º 041.xxx.xxx-20.
OBJETO: A contratação, por Inexigibilidade de licitação nos termos do art. 74, inciso V da Lei Federal n.º 14.133/2021, para CONTRATAÇÃO VISANDO LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM PISCINA PARA ATENDER A DEMANDA DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
MODALIDADE LICITATÓRIA: Inexigibilidade de licitação (Processo/MI/RN n.º 0063/2025).
DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2025.
VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará até 03 de janeiro de 2026, a contar da data da assinatura do instrumento contratual na imprensa oficial, prorrogável conforme art. 107 da lei 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS – pelo Contratante, e MARIA JEANE GOMES OLIVEIRA – pela Contratada.

Ipueira/RN, 03 de janeiro de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:256CA3F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 0056/2025
CONTRATANTE: Município de Ipueira/RN – CNPJ (MF) n.º 08.094.708/0001-60. CONTRATADA: MONTALVÃO & SOUZA LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ n° 49.306.842/0001-65. OBJETO: A contratação, por Inexigibilidade de licitação nos termos do art. 74, inciso III, §1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, para serviços técnicos voltados à recuperação de receitas públicas de natureza tributária, previdenciária e transferências constitucionais para atender a demanda do Município de Ipueira/RN. VALOR GLOBAL DO CONTRATO: 20% (vinte por cento) sobre os valores efetivamente recuperados e ingressados nos cofres do Município. MODALIDADE LICITATÓRIA: Inexigibilidade de licitação nº 0043/2025 (Processo/MI/RN nº 3000/2025). DATA DE ASSINATURA: 18 de junho de 2025. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato terá início na data de 18 de junho de 2025 e encerramento em 17 de junho de 2026, podendo ainda, ser prorrogado a critério do município, caso ainda haja valores a serem recuperados. SIGNATÁRIOS: Ademir José de Medeiros – pelo Contratante, e Diogo Montalvão Souza Lima – pela Contratada.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:C62ADAB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0043/2025

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível, com fundamento no art. 74, inciso III, §1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, a contratação de MONTALVÃO & SOUZA LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ n° 49.306.842/0001-65, para serviços técnicos voltados à recuperação de receitas públicas de natureza tributária, previdenciária e transferências constitucionais para atender a demanda do Município de Ipueira/RN, no valor de 20% (vinte por cento) sobre os valores efetivamente recuperados e ingressados nos cofres do Município.

Ipueira/RN, 18 de junho de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:E9956D9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 198/2025

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º - DECLARAR A VACÂNCIA do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVICOS ADMINIST. (NIVEL MEDIO) exercido pela servidora, ***MARIA NEIDE MEDEIROS DE VASCONCELOS***, do município de Ipueira RN.

Art. 2º - A vacância do cargo é resultado da APOSENTADORIA da servidora mencionada.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 03 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 18 de Junho de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:C1C703B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 191223001
Processo Administrativo: 191223/2023
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÚ-RN
Contratada: C. L. CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA
Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do Contrato Nº 191223001
Até 19 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e seus adendos.
Vigência: 19 de junho de 2025 à 19 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:C7BF2631

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 0135/2025

Dispõe sobre a Nomeação do Sr. Francisco Edigleison Rezende Bezerra**e**dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ,Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, consoante com a Lei Complementar nº 00508/2021, publicada em 16 de junho de 2021:

RESOLVE:
Art. 1° - **NOMEAR FRANCISCO EDIGLEISON REZENDE BEZERRA,** para o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Veículos Transportes Água Potável, lotadona Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 18de junhode 2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:F15D265F

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÚ
TERMO DE REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL - 001/2025

Processo Administrativo Nº 0520001/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR DO TIPO NOTBOOK E SCANNER PARA ATENDER À PREVIDÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN.

A presidente do Regime Próprio de Previdência Social de Itaú, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, resolve: REVOGAR, o processo licitatório **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL- 001/2025.** Dê ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Com efeito, necessário fundamentar no posicionamento da Jurisprudência pátria e pela análise da previsão do art. 71 da Lei 14.133/2021 a possibilidade da revogação do Procedimento Licitatório, com razão no interesse público, conveniência e oportunidade, por ato da própria administração.

O art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe: Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

Ademais a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473, senão vejamos:

A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963). A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969).

As empresas classificadas foram convocadas, a enviarem os documentos de habilitação solicitados no Edital de Dispensa de Licitação DL-001/2025, sob pena de desclassificação no processo. Transcorrido o prazo de 3 (três) dias, não recebemos a documentação solicitada.

Tendo em vista a inviabilidade de dar continuidade à licitação da forma acima aludida, apresentamos a justa causa, acima fundamentada, condição sine qua non para a revogação do certame licitatório, faz-se presente de forma inconteste.

Diante do exposto, revogo processo licitatório, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Itaú/RN, 20 de junho de 2025.

THALIA CRISTINA DA SILVA FIGUEIREDO
Presidente do Regime Próprio de Previdência Social de Itaú/RN.

Publicado por:
Thalia Cristina da Silva Figueiredo
Código Identificador:8A00527B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº019/2025.

Convoca a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUIS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 49, IV, da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 24 de junho de 2025, em Janduís/RN, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana, situado a Rua Adrião Fernandes, 27, Bairro 12 de junho com o tema "Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação".
Art. 2º A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será coordenada pela Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e presidida pela Secretária Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana.
Parágrafo único. Em suas ausências e seus impedimentos, a Secretária de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana será substituída pela Diretora Técnica Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana.
Art. 3º São objetivos da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:
I - Promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável;
II - Identificar os desafios do envelhecimento plural no município, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
III - Propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação Inter federativa.

Art. 4º O regimento interno da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será elaborado pela Comissão Organizadora constituída por esse Decreto.
Parágrafo Único: O regimento interno da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa disporá sobre a sua organização e o seu funcionamento.
Art. 5º A Secretária Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, dará publicidade aos resultados da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Art. 6º As despesas com a organização e a realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão à conta de recursos orçamentários da Prefeitura Municipal e das dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em, 17 de junho de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:CAC64C2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº389/2025-GP.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICIPIO DE JANDUÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº353/2009, datada de 09 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Idoso do Município de Janduís,

CONSIDERANDO os termos do Oficio nº046/2025, datado de 17 de junho de 2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana solicitando a nomeação dos Conselheiros do Conselho Municipal do Idoso.

R E S O L V E:

Art. 1º. Ficam nomeados para constituir e compor o Conselho Municipal do Idoso, no município de Janduís, os seguintes cidadãos e representantes dos seguimentos abaixo nomeados e especificados.

1. DAS INSTITUIÇÔES GOVERNAMENTAIS:

1.1 - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO:
TITULAR: Marcia Teciana de Brito Alves
CPF: 036.079.734-23
SUPLENTE: Andreza Dantas Pereira
CPF: 121.610.354-28

1.2- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:
TITULAR: Aída Maria Paula Régis
CPF: 663.990.924-34
SUPLENTE: Wilton Abrantes Sarmento
CPF: 447.134.284-34

1.3- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA:

TITULAR: Milene Daphila de Souza Alves
CPF: 062.079.194-24
SUPLENTE: Andrielly Marques Pereira
CPF: 158.139.824-77

1.4 - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS:

TITULAR: Djnan Charley Ferreira de Oliveira
CPF: 009.972.904-04
SUPLENTE: João Gustavo de Oliveira Moura
CPF: 137.999.564-76

2. DAS INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

1.1 - REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA SANTA TERESINHA:
TITULAR: Cristina Maria Paula Régis
CPF: 663.991.064-00
SUPLENTE: Antônia Darc Vieira Dantas
CPF: 447.134.284-34

1.2 - REPRESENTANTES DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS:
TITULAR: Damiana Pereira de Brito Gomes
CPF: 023.954.734-99
SUPLENTE: Paulo Silvano Gomes
CPF: 550.556.304-00

1.3 - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JANDUIS:
TITULAR: Raimundo Canuto de Brito
CPF: 313.523.444-20
SUPLENTE: Maria Lúcia de Oliveira
CPF: 021.056.984-09

1.4 - REPRESENTANTES DA COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS :
TITULAR: Regiana Regina de Araújo
CPF: 086.045.014-79
SUPLENTE: Leonardo Pereira
CPF: 017.060.524-80

Art 2º. Compete aos Conselheiros nomeados, elegerem entre si, o Presidente e os demais membros que comporão a direção do Conselho Municipal do Idoso, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período.
Art 3º. As funções de Conselheiro do Conselho Municipal do Idoso são consideradas prestação de serviço de relevante interesse público, não podendo ser remuneradas a qualquer titulo pelo desempenho de seus cargos de conselheiros e deverão ter idade superior a 18 anos.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 24 de setembro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em, 17 de junho de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:8EED7892

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº400/2025-GP.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO NO ÂMBITO DA

VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais vigentes,
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a efetiva atuação da Vigilância Sanitária Municipal nas ações de fiscalização, controle e orientação em saúde pública;
CONSIDERANDO as competências atribuídas ao ente municipal para organizar os serviços públicos de interesse local, inclusive os de saúde, conforme o disposto no art. 30, inciso I e VII, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a atuação da Vigilância Sanitária no município de Janduís/RN, promovendo o controle de riscos sanitários e a proteção da saúde da população.

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a servidora Raviele Marques Araújo de Almeida, inscrita no CPF nº 016.654.934-70, ocupante do cargo público de Nutricionista da Atenção Primária à Saúde, sob regime contratual e regularmente registrada no CRN sob o nº 34095, para exercer a função de Fiscal Sanitária Municipal, no âmbito do Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Art. 2º Compete ao Fiscal Sanitário Municipal:
I - Realizar ações de inspeção, fiscalização, autuação e orientação em estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, nos termos das legislações sanitárias federal, estadual e municipal;
II - Lavrar autos de infração e notificações, quando constatadas irregularidades, conforme normativas vigentes;
III - Realizar diligências, emitir relatórios e pareceres técnicos sobre situações de risco sanitário;
IV - Atuar em conjunto com outras equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, sempre que necessário;
V - Zelar pelo cumprimento das normas de saúde pública e pela proteção da saúde da população de Janduís/RN.
Art. 3º O exercício da função de Fiscal Sanitário será considerado de relevante interesse público e poderá ser acrescido ao rol de atribuições do cargo exercido, sem prejuízo das demais responsabilidades do servidor, nos termos da legislação municipal vigente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em, 17 de junho de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:A989B5BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2384/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2025

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2384/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2025

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
ASSUNTO:
contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento e operação de brinquedos recreativos (do tipo parque de diversões), bem como o fornecimento de sorvete, crepe e algodão doce, visando atender às demandas de festividades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.
O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, Dispensa para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento e operação de brinquedos recreativos (do tipo parque de diversões), bem como o fornecimento de sorvete, crepe e algodão doce, visando atender às demandas de festividades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.
RESOLVE:

Adjudicar o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica: **26.907.026 Antonio Diego Tavares da Costa, com endereço na Rua Minervino Matias, 28 – 12 de Junho - Janduís/RN - CEP: 59.690-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.907.026/001-01, com o valor global de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).**

A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2025;
A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa com emissão de fatura de prestação de serviços.

Janduís/RN, 04 de junho de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:049777DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2384/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2384/2025.

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

1 - OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento e operação de brinquedos recreativos (do tipo parque de diversões), bem como o fornecimento de sorvete, crepe e algodão doce, visando atender às demandas de festividades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.

2 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os preços referenciais foram coletados mediante pesquisa mercadológica aferidos no mercado local e atestam a conformidade com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado e detalhado em relatório do setor de compras deste município, em consonância com o artigo 23 da lei nº 14.133/21. Já a escolha da proposta mais vantajosa, conforme decisão do setor demandante, se deu observando o disposto no inciso III do artigo 15 do decreto 04/2024 - *valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas*, que regulamenta a Lei

Federal nº 14.133/21 no âmbito do município de Janduís/RN. Verifica-se, que mediante análise das propostas de preços que deram base a construção da pesquisa mercadológica, foi escolhida a proposta mais vantajosa, levando-se em consideração o critério de menor preço global, ficando demonstrado a vantajosidade para esta administração no tocante a esta contratação.
Neste giro, entendendo que o setor demandande, junto ao setor de compras e serviços, responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, demonstrou em relatório que a administração já conseguiu o melhor preço, pode-se assegurar que este município estará contratando com a proposta mais vantajosa. Destarte, fica neste termo de dispensa, justificada a não publicação de aviso de dispensa a fim de se conseguir outras propostas adicionais, uma vez que o setor demandante assumiu ter aferido os preços de mercado e, dentre estes preços, foi identificada a proposta mais vantajosa para o objeto em tela. Todavia, o município deve publicar extrato de dispensa, bem como seu contrato em tempo hábil consoante a Lei Federal nº 14.133/21.
Vale ressaltar ainda, que a Pessoa Jurídica selecionada: **26.907.026 Antonio Diego Tavares da Costa, com endereço na Rua Minervino Matias, 28 – 12 de Junho - Janduís/RN - CEP: 59.690-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.907.026/001-01, com o valor global de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais),** apresentou todos os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto em tela. Ademais, o processo tramitou com sua instrução legal, observando o artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como foram observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 do mesmo diploma legal e também que foram adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa de licitação, no caso em epígrafe, expomos adiante:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;

Assim, configura-se a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento e operação de brinquedos recreativos (do tipo parque de diversões), bem como o fornecimento de sorvete, crepe e algodão doce, visando atender às demandas de festividades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.

4 - DECISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assim, preenchidos os requisitos legais do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, justifica-se a dispensa de licitação para contratação direta da pessoa jurídica: **26.907.026 Antonio Diego Tavares da Costa, com endereço na Rua Minervino Matias, 28 – 12 de Junho - Janduís/RN - CEP: 59.690-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.907.026/001-01, com o valor global de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais**

Janduis-RN, 04 de junho 2025.

MARCOSUEL VIEIRA DE ARRUDA
Agente de Contratação
CPF: 030.520.694-03 , Port. 305/2025

ISABELLA FREIRE GURGEL
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
CPF: 095.090.124-59 - Port. Nº 265/2025-GP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:EE8625ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 105/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6583/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024.

EXTRATO DO CONTRATO 105/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6583/2024.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de locação de Retroescavadeira e Caminhão Basculante (toco – 6m3) com operador, manutenção, motorista e combustível de responsabilidade da contratada, para as demandas de construção, recuperação e ampliação de pequenos açudes e barreiros, assim atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos, e órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Janduis/RN..

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura até o dia 27 de agosto de 2025.

Valor global do contrato: R$ 76.800,00, (setenta e seis mil e oitocentos reais).

Dotação orçamentária: **3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS / PESSOA JURÍDICA**.

Janduís, 27 de miao de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Ntc Construções e Serviços LTDA
CNPJ: 35.858.155/0001-48
TAYRONE CORTEZ DE LIMA
Representante Legal Contratada

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:3A5FD7CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 226/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6583/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024.

EXTRATO DO CONTRATO 226/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6583/2024.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: **A A DUARTE EMPREENDIMENTOS LTDA.**

Objeto: Pregão Eletrônico, Registro de Preços, inerente à Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de locação de Retroescavadeira e Caminhão Basculante (toco – 6m3) com operador, manutenção, motorista e combustível de responsabilidade da contratada, para as demandas de construção, recuperação e ampliação de pequenos açudes e barreiros, assim atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos, e órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Janduis/RN.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura até o dia 27 de agosto de 2025.

Valor global do contrato: R$ **53.550,00, (cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais).**

Dotação orçamentária: **33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.**

Janduís, 27 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

A A Duarte Empreendimentos LTDA
CNPJ: 28.897.241/0001-02
ANTONIO ALDIMAR DUARTE DA SILVA
Representante legal
Contratada

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:04138A2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 228/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6583/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024.

EXTRATO DO CONTRATO 228/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6583/2024.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: **MADEIREIRA PAI & FILHO LTDA.**

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de locação de Retroescavadeira e Caminhão Basculante (toco – 6m3) com operador, manutenção, motorista e combustível de responsabilidade da contratada, para as demandas de construção, recuperação e ampliação de pequenos açudes e barreiros, assim atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos, e órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Janduis/RN.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura até o dia 27 de agosto de 2025.

Valor global do contrato: R$ **115.470,00, (cento e quinze mil, quatrocentos e setenta reais).**

Dotação orçamentária: **3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS / PESSOA JURÍDICA.**

Janduís, 27 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Madeireira Pai & Filho LTDA
CNPJ: 55.540.882/0001-70
JACQUES CARTIER GOMES DANTAS
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:9A8FCF14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2384/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2025

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2384/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2025

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ASSUNTO:
contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento e operação de brinquedos recreativos (do tipo parque de diversões), bem como o fornecimento de sorvete, crepe e algodão doce, visando atender às demandas de festividades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO a necessidade da Dispensa para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento e operação de brinquedos recreativos (do tipo parque de diversões), bem como o fornecimento de sorvete, crepe e algodão doce, visando atender às demandas de festividades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica: **26.907.026 Antonio Diego Tavares da Costa, com endereço na Rua Minervino Matias, 28 – 12 de Junho - Janduís/RN - CEP: 59.690-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.907.026/001-01, com o valor global de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).**

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da dispensa de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 04 de junho de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:C356D0F3

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA- CMDPI- JANDUIS/RN 01/2025

No dia dezessete do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, as onze horas e meia, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana -SEMASPH, localizada na Rua

Adrião Fernandes, nº 27, Bairro 12 de junho. Realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa-CMDPI. Iniciando a reunião a coordenadora de Politicas Publicas Stephany Rayane, deu boas vindas e procedeu a eleição da nova composição/mesa diretora para o referente conselho entrar em vigência. Em seguida foi feita a verificação do quórum e aprovada a mesa diretora instituiu-se como; Milene Daphila de Souza, como presidente; Andreza Dantas Pereira como vice-presidente; Andrielly Marques Pereira como secretária. Ademais, no momento ocorreu a criação da comissão organizadora e a convocação para a 1 Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e logo em seguida aprovada a comissão organizadora. A conferência tem por objetivo discutir temas de interesse público e contará com a participação da sociedade civil, representantes de órgãos públicos e demais convidados. Sem mais para o momento, eu Andrielly Marques Pereira, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros do conselho.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:DBE2CE48

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

RESOLUÇÃO Nº 001/2025

Dispõe sobre criação da comissão organizadora do CMDPI para a 1ª Conferência Municipal do Direito da Pessoa Idosa e a designação dos membros que a constituirão.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE JANDUÍS/RN - CMDI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno do CMDI, especialmente com o disposto no Art. 9º, inciso V,
RESOLVE:
Art. 1º Fica criada a Comissão Temporária do CMDPI para a 1ª Conferência Municipal do Direito da Pessoa Idosa, com a finalidade de organizar e coordenar os trabalhos preparatórios, executivos e de avaliação da referida conferência, a ser realizada no município de Janduis/RN, conforme as diretrizes estabelecidas pelo CMDPI e a Política Nacional do Idoso.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Milene Daphila de Souza Alves (Secretaria Municipal de Assistência Social)
Andrielly Marques Pereira
(Secretaria Municipal de Assistência Social)
Regiana Regina de Araujo (Companhia Cultural Ciranduís)
Art. 3º A Comissão terá a responsabilidade de:
I- Planejar e coordenar as atividades relativas à 1ª Conferência Municipal do Direito da Pessoa Idosa;
II- Organizar a logística do evento, incluindo local, materiais, palestrantes e participantes;
III- Elaborar o regulamento e as temáticas a serem discutidas durante a conferência;
IV- Encaminhar as propostas de ações que visem a melhoria dos direitos da pessoa idosa no município;
V- Realizar reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas.
Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Em, 17 de junho de 2025.

MILENE DAPHILA DE SOUZA ALVES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:4803A9F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 016/2025 - CONCESSÃO DE DIÁRIA - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O Prefeito do Município de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 108/2025, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução no 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.

R E S O L V E:

Art. 1º -Conceder 2 (duas), ½(meia) diárias ao valor total de R$476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais), para a Servidora, a Senhorita ELAIDE CRISTINA CÂMARA DOS SANTOS, Matricula: 2666, portadora do CPF Nº 072.***.***-40, ocupante do Cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Lotada na Secretaria de Assistência Social deste Município, para se deslocar à cidade de SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN, nos dias 17/06/2025 e 18/06/2025, onde a mesma irá participar do Evento Território SUAS – REGIÃO DO MATO GRANDE, localizado no Centro de Cultura, em SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN.

Art. 2º- Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, 18 de junho de 2025.

ELAIDE CRISTINA CÂMARA DOS SANTOS
Secretária de Assistência Social

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito do Município de Jardim de Angicos

Publicado por:
José Yure Morais Dos Santos
Código Identificador:939BD22B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 221/2025

"O prefeito Carlos André Câmara Bezerra, exonerar no cargo de COORDENADOR DE APOIO E LOGISTICA AOS EVENTOS MUNICIPAIS o senhor DIEGO RAMON BARRETO DE LIMA"

O senhor Carlos André Câmara Bezerra, através do Setor Municipal de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica deste Município,

R E S O L V E:
Art. 1° - EXONERAR o Sr. DIEGO RAMON BARRETO DE LIMA, portador do CPF n° 016.XXX.XXX-50 para o cargo comissionado de COORDENADOR DE APOIO E LOGISTICA AOS EVENTOS MUNICIPAIS – LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Jardim de Angicos, 12 de Junho de 2025.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Yure Morais Dos Santos
Código Identificador:0EFDF65A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 385/2025 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 385/2025 – GP/PMJP

Dispõe sobre a constituição da Comissão Central Organizadora do Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Jardim de Piranhas - RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com as disposições da Lei Municipal nº 797/2016, de 23 de junho de 2016, e alterações promovidas pela Lei Municipal nº 894/2019, de 09 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a Comissão Central Organizadora responsável pela organização, coordenação, acompanhamento e fiscalização do Processo de Consulta Pública para escolha dos Diretores e, quando cabível, dos Vice-Diretores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Jardim de Piranhas/RN.

Art. 2º – A Comissão Central será composta pelos seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEM):

JORGE EDUARDO BESSA FIGUEIREDO (PRESIDENTE)
Endereço: Rua 15 de Novembro, 664, Centro
Jardim de Piranhas - RN
CPF: 090.547.984-08
Telefone: (84)9.9424-8143
E-mail: jeduardobessa2@gmail.com

PAULA CRISTINA ALVES DANTAS
Endereço: Rua Antônio Dantas Filho, 92, Novo Jardim
Jardim de Piranhas - RN
CPF: 074.657.584.08
Telefone: (84)9.8869-6120
E-mail: paulinha17x@hotmail.com

II - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

BIANCA FERREIRA DO NASCIMENTO
Endereço: Rua Leosino Saraiva, 235, Nova Floresta
Jardim de Piranhas - RN
CPF: 114.395.754-79
Telefone: (84)9.9996-3366
E-mail: biancageburtbianca05@gmail.com

III - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Município de Jardim de Piranhas/RN:

FRANCISCA APARECIDA DE ARAÚJO FERNANDES
Endereço: Rua Padre João Maria, 42
Jardim de Piranhas - RN
CPF: 010.058.214-10
Telefone: (84)9.9660-5555
E-mail: faraujojp@hotmail.com

MARIA RELVA DE OLIVEIRA SANTOS
Endereço: Rua Prof. Amaro Soares, 210, São José
Jardim de Piranhas - RN
CPF: 50.673.934-91
Telefone: (84)9.9901-8008
E-mail: relvaoliveirajp@gmail.com

Parágrafo único: Os membros referidos no caput deste artigo foram indicados formalmente pelo Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jardim de Piranhas/RN e pela Lei Municipal nº 797/2016.

Art. 3º – Compete à Comissão Central:

I – Elaborar, divulgar e zelar pelo cumprimento do cronograma do processo de consulta pública;
II – Elaborar os editais, regulamentos e normativas necessárias;
III – Acompanhar e homologar a constituição das **Comissões Escolares**, conforme os critérios legais;
IV – Dirimir dúvidas e resolver eventuais situações omissas ou controvérsias que surjam durante o processo, observando sempre a legislação vigente;
V – Homologar as candidaturas, validar a aptidão dos candidatos e divulgar os resultados das etapas;
VI – Supervisionar e garantir a lisura e a transparência de todo o processo;
VII – Aplicar, se necessário, sanções de competência da Comissão, previstas no edital e na legislação.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

HIGOR EDUARDO DANTAS ALVES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:8F6E9B43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 025/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN N° 520.006/2025

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Contratação Direta, informa que estará realizando Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.893, de 28 de fevereiro de 2023, Decreto Municipal nº 2.020, de 21 de março de 2024 e demais legislações aplicáveis, tendo como objeto: **"Contratação de empresa especializada em mapeamento, redesenho de processos e disponibilização de sistema informatizado de processo digital para todas as secretarias e demais órgãos do poder executivo municipal e disponibilização de sistema de recepção de pacientes para atender as necessidades das Unidades de Saúde de Jardim do Seridó/RN, incluindo integração com o cadastro territorial multifinalitário, suporte técnico contínuo, manutenção corretiva e evolutiva, treinamento dos usuários e hospedagem em infraestrutura de Data Center".** O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublica.com.br. As propostas, assim como os documentos de habilitação deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados. **INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 23 de junho de 2025, às 08h00. **TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 27 de junho de 2025, às 08h00. **DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES:** 27

de junho de 2025, das 08h01 às 10h01. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de Licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 48h antes do início da sessão pública para lances.

Jardim do Seridó/RN, 23 de junho de 2025.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Contratação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:DC20A03A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 032/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 206.004/2025

O Pregoeiro Municipal, juntamente com os Membros da Equipe de Apoio, no uso das prerrogativas que lhes confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico de nº 032/2025, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN,** a prorrogação decorre em razão do Decreto de nº 2.124 de 16 de junho de 2025, que declarou ponto facultativo nas repartições e órgãos públicos municipais, o expediente do dia 20 de junho de 2025 (sexta-feira), face ao Feriado Municipal de*Corpus Christi*.
Dessa forma, o novo prazo para abertura das propostas ocorrerá no dia 25/06/2025, às 08h01min, por meio do Portal de Compras Públicas.

Jardim do Seridó/RN, em 18 de junho de 2025.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:76B6CCC9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 098/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 425.208/2025

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN **,** Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA: 58.684.737 JAILTON DE MEDEIROS MENEZES** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **58.684.737/0001-50,** ; **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE EVENTOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS E PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, **DATA DA ASSINATURA:** 18 de junho de 2025; **VIGÊNCIA**: 18 de junho de 2025 e termo final em 18 de junho de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 154.324,00 (CENTO E CINQUENTA E QUATRO MIL E TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS)**, SUBSCRITORES:** ALANI PEREIRA DIAS, inscrita no CPF/MF sob o n° 095.***.***-31 pelo Contratante e JAILTON DE MEDEIROS MENEZES, inscrito no CPF/MF sob o nº 100. ***. ***-90 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 18 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:05F1B854

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 099/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 425.208/2025

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN **,** Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA: CHRISTIAN MATHEUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA 11086841492** inscrito no CNPJ/MF sob o nº **46.762.356/0001-63** ; **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE EVENTOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS E PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, **DATA DA ASSINATURA:** 18 de junho de 2025; **VIGÊNCIA**: 18 de junho de 2025 e termo final em 18 de junho de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 65.183,20 (SESSENTA E CINCO MIL E CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS)**, SUBSCRITORES:** ALANI PEREIRA DIAS, inscrita no CPF/MF sob o n° 095.***.***-31 pelo Contratante e CHRISTIAN MATHEUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 110. ***. ***-92 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 18 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:9B6CA5E9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso III, "c", da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa WALBA ALVES ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.593.701/0001-66, com o valor total de R$ R$ 33.600,00 (Trinta e três mil e seiscentos reais), referente à Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria técnica em gestão habitacional para o município de Jardim do Seridó/RN.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Jardim do Seridó/RN, 18 de junho de 2025.

JAIDEÉ ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:DA1206D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 357, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 593/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar a servidora pública **LENYELLE DO NASCIMENTO FERNANDES**, matrícula nº 1922, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, aprovada em concurso público municipal, submetido a processo de avaliação de estágio probatório e promoção horizontal e aprovada conforme o parecer da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, instituída através da Portaria nº 127, de 28 de janeiro de 2025, por preencher os requisitos previstos no Decreto n° 989, de 28 de fevereiro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, sendo seus efeitos retroativos a 10 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 18 de Junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:C062AE61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 358, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;

CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 033/2025 e o Parecer da Junta Médica Pericial deste município, emitido em 29 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária o Senhor **WASHINGTON LUIZ PAIVA** inscrito no CPF/MF sob o nº 147.601.344-68, matrícula 0436, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, pelo período de 30 de abril de 2025 a 26 de outubro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 30 de abril de 2025, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 18 de junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:EB54B8DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 359, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;

CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 121/2025 e o Parecer da Junta Médica Pericial deste município, emitido em 29 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária à Senhora **MARIA FRANCINEIDE BRITO i**nscrita no CPF/MF sob o nº 049.700.894-77, matrícula 1713, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, pelo período de 06 de maio de 2025 a 04 de Julho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 06 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 18 de junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:5750C1C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pela Sra. **SILVANA AZEVEDO DA COSTA**, Prefeita Constitucional, inscrita no CPF sob o n.º 007.455.564-26, residente e domiciliado na Avenida Doutor Fernandes, n.º 347, Centro, nesta cidade de Jardim do Seridó/RN, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.341.171/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Secretário **JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR**, portador CPF sob n.º 051.219.664-82, residente e domiciliado à Rua Carlos Fernandes de Medeiros, n.º 720, Bela Vista, Jardim do Seridó-RN**.**
CONTRATADO: ROGER MANOEL MEDEIROS GOMES, inscrito no CPF sob o n.º 111.756.944-60, portador do RG n.º 2.991.491SSP/RN, brasileira, residente e domiciliado na Rua Meira Brandão, nº 634, Ap - 402, Resid. Maria Godeiro Fernandes, Barro Vermelho, Natal/RN.
CONSIDERANDO o Despacho n.º 135/2025 da Secretaria do Gabinete da Prefeita, bem como o Ofício n.º 393/2025, de 11 de junho de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a renovação do referido contrato;
CONSIDERANDO, o pedido de exoneração da servidora efetiva **Larissa Araújo de Lucena,** matrícula n.º 2052, pela Portaria nº 357, de 26 de agosto de 2024;
CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo n.º 138/2025, que trata do Processo Admissional do candidato RUBENS DA SILVA DUARTE, bem como o Edital de Convocação n.º 022/2024;
CONSIDERANDO que a interrupção da função executada por este profissional contratado temporariamente, põe em risco o bom funcionamento dos serviços públicos, na Secretaria Municipal de Saúde.
RESOLVEM:
Os contratantes celebram entre si o presente termo aditivo ao Contrato por Tempo Determinado n.º **020/2025,** pactuado em **19 de março de 2025,** com fulcro no inciso V do art. 2° e § 1° do art. 4º da Lei Municipal n.º 743 de 22 de abril de 2005 e a Lei Municipal de nº 1.105/2018 sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado até **17 de agosto de 2025,** o Contrato por Tempo Determinado nº 020/2025, podendo ser rescindido ou renovado face posse do candidato aprovado no Concurso Público n.º 001/2023.
Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 18 de junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ROGER MANOEL MEDEIROS GOMES
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. ---_____ CPF:_____

2. ---_____ CPF:_____

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:61D56C02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 18/06/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **INÁCIO ANTÔNIO DOS SANTOS,** matrícula n.º 0754, ocupante do cargo de Guarda Municipal PA.III, da Secretaria Municipal de Gabinete Civil, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 09/06/2025 à 23/06/2025, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus retrativos à 09 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 18 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096.

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:A81A7AF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N. º 035, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar as Portarias Municipais 032, 033 e 034 de 13 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Rua Otávio Lamartine, 423, Centro, em Jardim do Seridó/RN, 16 de junho de 2025.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula n° 2097

Publicado por:
Miliane de Souza Medeiros
Código Identificador:7521EE3A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 080 DE 18 DE JUNHO DE 2025

DECRETO N° 080 DE 18 DE JUNHO DE 2025

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO EM VIGOR NA PREFEITURA DE JOSÉ DA PENHA - RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento em vigor no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias.

Art. 2° - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto, serão obtidos na forma do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

I – R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso I, do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320/64, conforme discriminações constantes no Anexo I, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José da Penha - RN, 18 de junho de 2025.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Anexo I do Decreto nº 080 de 18 de junho de 2025.

SUPLEMENTAÇÃO:

2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA-
4000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-
4.1 – Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)-
82 – 3.1.90.91.00 – Sentenças judiciais - Fonte: 100-R$ 230.000,00
Total da Ação: R$ 230.000,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 230.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTADO: R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)

REDUÇÃO:

2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
4000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2.10 – Manutenção das atividades e serviços administrativos
42 - 3.3.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte: 100-R$ 230.000,00
Total da Ação: R$ 230.000,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 230.000,00

TOTAL DA REDUÇÃO: R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:35B80C5E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº13060001/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2025
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA a dispensa de licitação nº 13060001/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO
RILTON RAND PEREIRA DA COSTA, CPF sob o n.º 009.341.464-11

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
01	Serviço de manutenção no sistema hidráulico e manutenção do gramado no estádio municipal Jedaias de Oliveira Araújo Maia.	Mês	12	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
Total Geral					**R$ 24.000,00**

Serviço de manutenção no sistema hidráulico e manutenção do gramado no estádio municipal Jedaías de Oliveira Araújo Maia

RILTON RAND PEREIRA DA COSTA, CPF sob o n.º 009.341.464-11 - pelo valor de R$ 24.000,00 em 18/06//2025

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:11BB52EE

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO 18060001/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 13060001/2025

TERMO DE CONTRATO 18060001/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 13060001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 879/2025

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DO JOSÉ DA PENHA/RN, E A RILTON RAND PEREIRA DA COSTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, com sede no(a) R PREF
FRANCISCO FONTES, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Jairo de Souza Mafaldo, doravante denominado CONTRATANTE, e **RILTON RAND PEREIRA DA COSTA**, inscrito(a) no CPF sob o **009.341.464-11**, residente na Rua Pedro Simplício, Centro, CEP 59980-000, José da Penha/RN, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo 879/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação 13060001/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação de Serviço de manutenção no sistema hidráulica e manutenção do gramado no estádio municipal Jedaias de oliveira Araújo Maia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
01	Serviço de manutenção no sistema hidráulico e manutenção do gramado no estádio municipal Jedaias de Oliveira Araújo Maia.	Mês	12	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
Total Geral					**R$ 24.000,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da assinatura na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
OU
2.2.O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim
como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
OU
É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições especificadas no Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
5.1.O valor total da contratação é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais),
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a

aplicação, pelo contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. As cláusulas referentes as obrigações do contratante constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. As cláusulas referentes as obrigações do contratado constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
OU
A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
10.1. As cláusulas referentes as infrações e sanções administrativas constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
OU
O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
OU
O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

747 - 2 . 15001 . 27 . 812 . 1 . 2.164 . 0 . 339036 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)
17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Luís Gomes, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

José da Penha/RN, 18 de junho de 2025.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Representante Legal Do Contratante

RILTON RAND PEREIRA DA COSTA
Representante Legal Do Contratado

TESTEMUNHAS:
1-
2-

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:3F2E57E8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO Nº 13060001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 13060001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 801/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA E PAMPANINI FONTES DE QUEIROZ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, com sede no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22 – Centro – CEP 59.980-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Jairo de Souza Mafaldo, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **PAMPANINI FONTES DE QUEIROZ**, inscrito(a) no **CPF 260.981.994-34**, residente na RUA PEDRO SIMPLICIO, 244, CENTRO, CEP - 59980000, JOSÉ DA PENHA/RN , doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 801/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1. O objeto do presente instrumento é Locação de imóvel destinado ao funcionamento do Museu Cultural no município de José da Penha/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	Locação de imóvel destinado ao funcionamento do Museu Cultural no município de José da Penha/RN. Locação de imóvel destinado ao funcionamento do Museu Cultural no município de José da Penha/RN.	12	Mês	R$ 600,00	R$ 7.200,00
TOTAL: R$ 7.200,00					

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4 A prorrogação do prazo de vigência dependerá da comprovação pelo LOCATÁRIO de que o imóvel satisfaz os interesses estatais, da compatibilidade do valor de mercado e da anuência expressa do LOCADOR, mediante assinatura do termo aditivo.
2.5. Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias (sugestão) da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
5.1. O valor total da contratação é de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1 Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (sugestão) , desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.
7.2 Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação do município em que se situa o imóvel.
7.3 Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, na pactuação do termo aditivo, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.
7.4 O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO. (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. Os deveres e as responsabilidades do LOCATÁRIO encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR. (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. Os deveres e as responsabilidades do LOCADOR encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

10.1 O LOCATÁRIO poderá realizar todas as obras, modificações ou benfeitorias sem prévia autorização ou conhecimento do LOCADOR, sempre que a utilização do imóvel estiver comprometida ou na iminência de qualquer dano que comprometa a continuação do presente contrato;
10.1.1 As benfeitorias necessárias que forem executadas nessas situações serão posteriormente indenizadas pelo LOCADOR;
10.2 As benfeitorias úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção;
10.2.1 Na impossibilidade da obtenção da prévia anuência do LOCADOR, é facultado ao LOCATÁRIO a realização da benfeitoria útil sempre que assim determinar o interesse público devidamente motivado;
10.2.2 As benfeitorias úteis não autorizadas pelo LOCADOR poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.
10.3 As benfeitorias voluptuárias serão indenizáveis caso haja prévia concordância do LOCADOR;
10.3.1 Caso não haja concordância da indenização, poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.
10.4 O valor de toda e qualquer indenização poderá ser abatido dos aluguéis, até integral ressarcimento, no limite estabelecido pelas partes, mediante termo aditivo.
10.5 Caso as modificações ou adaptações feitas pelo LOCATÁRIO venham a causar algum dano ao imóvel durante o período de locação, este dano deve ser sanado às expensas do LOCATÁRIO.
10.6. Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pelo LOCATÁRIO, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV) Multa:
1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.
4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.
6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.531.. Indenizações e multas.
13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, na dotação: 173 - 2 . 9101 . 4 . 122 . 1 . 2.35 . 0 . 339036 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2. Caso, por razões de interesse público devidamente justificadas, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; (sugestão)
16.2.1. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, o LOCATÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa equivalente a 02 (dois) aluguéis, segundo proporção prevista no art. 4º da Lei 8.245, de 1991 e no art. 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato;
16.3. Se, durante a locação, a coisa locada se deteriorar, sem culpa do LOCATÁRIO e o imóvel ainda servir para o fim a que se disponha, a este caberá pedir redução proporcional do valor da locação;
16.4. Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o LOCADOR reaver o imóvel locado (art. 4º da Lei Federal n. 8.245/1991)

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

JOSÉ DA PENHA/RN, 13 de junho de 2025

Prefeitura Municipal de Jose da Penha
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Responsável Legal da Contratante

PAMPANINI FONTES DE QUEIROZ
Contratada
Responsável Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

1._____

2._____

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:D90D7171

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO Nº 16060001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 16060001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 892/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA E GEOVANE FERREIRA ROCHA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, com sede no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22 – Centro – CEP 59.980-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Jairo de Souza Mafaldo, doravante

denominada CONTRATANTE, e **GEOVANE FERREIRA ROCHA**, inscrito(a) no CPF N° **009.807.954-94**, residente na Rua Antônio José da Rocha, 84, Bairro do Amor/Área Urbana, CEP 59945-000, Major Sales/RN, doravante designada CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº 892/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1. O objeto do presente instrumento é Locação de imóvel residencial, Vila Major Felipe, no município de José da Penha/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	15898 - Locação de imóvel residencial, Vila Major Felipe, no município de José da Penha/RN.	12	Serviço	R$ 300,00	R$ 3.600,00
Locação de imóvel residencial, Vila Major Felipe, no município de José da Penha/RN.				TOTAL GERAL	R$ 3.600,00

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4 A prorrogação do prazo de vigência dependerá da comprovação pelo LOCATÁRIO de que o imóvel satisfaz os interesses estatais, da compatibilidade do valor de mercado e da anuência expressa do LOCADOR, mediante assinatura do termo aditivo.
2.5. Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias (sugestão) da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
5.1. O valor total da contratação é de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1 Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (sugestão) , desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.
7.2 Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação do município em que se situa o imóvel.
7.3 Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, na pactuação do termo aditivo, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.
7.4 O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO. (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. Os deveres e as responsabilidades do LOCATÁRIO encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR. (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. Os deveres e as responsabilidades do LOCADOR encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO
10.1 O LOCATÁRIO poderá realizar todas as obras, modificações ou benfeitorias sem prévia autorização ou conhecimento do LOCADOR, sempre que a utilização do imóvel estiver comprometida ou na iminência de qualquer dano que comprometa a continuação do presente contrato;
10.1.1 As benfeitorias necessárias que forem executadas nessas situações serão posteriormente indenizadas pelo LOCADOR;
10.2 As benfeitorias úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção;
10.2.1 Na impossibilidade da obtenção da prévia anuência do LOCADOR, é facultado ao LOCATÁRIO a realização da benfeitoria útil sempre que assim determinar o interesse público devidamente motivado;
10.2.2 As benfeitorias úteis não autorizadas pelo LOCADOR poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.
10.3 As benfeitorias voluptuárias serão indenizáveis caso haja prévia concordância do LOCADOR;
10.3.1 Caso não haja concordância da indenização, poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.
10.4 O valor de toda e qualquer indenização poderá ser abatido dos aluguéis, até integral ressarcimento, no limite estabelecido pelas partes, mediante termo aditivo.
10.5 Caso as modificações ou adaptações feitas pelo LOCATÁRIO venham a causar algum dano ao imóvel durante o período de locação, este dano deve ser sanado às expensas do LOCATÁRIO.

10.6. Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pelo LOCATÁRIO, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos

previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.531.. Indenizações e multas.
13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, na dotação: 248 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.50 . 0 . 339036 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2. Caso, por razões de interesse público devidamente justificadas, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; (sugestão)
16.2.1. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, o LOCATÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa equivalente a 02 (dois) aluguéis, segundo proporção prevista no art. 4º da Lei 8.245, de 1991 e no art. 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato;
16.3. Se, durante a locação, a coisa locada se deteriorar, sem culpa do LOCATÁRIO e o imóvel ainda servir para o fim a que se disponha, a este caberá pedir redução proporcional do valor da locação;
16.4. Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o LOCADOR reaver o imóvel locado (art. 4º da Lei Federal n. 8.245/1991)

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

JOSÉ DA PENHA/RN, 16 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Jose da Penha
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Responsável Legal da Contratante

GEOVANE FERREIRA ROCHA
Contratado
Responsável Legal da Contratado

TESTEMUNHAS:

1._____

2._____

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:F34D078D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO Nº 17060001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 17060001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 762/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA E EDILTON FONTES SOBRINHO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, com sede no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22 – Centro – CEP 59.980-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Jairo de Souza Mafaldo, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **EDILTON FONTES SOBRINHO**, inscrito(a) no **CPF 084.202.288-00**, residente na RUA PEDRO SIMPLICIO, 244, CENTRO, CEP - 59980000, JOSÉ DA PENHA/RN , doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 801/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1. O objeto do presente instrumento é Local de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	15883 - Local de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.	12	Mês	R$ 840,00	R$ 10.080,00
TOTAL: R$ 10.080,00					

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente

ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4 A prorrogação do prazo de vigência dependerá da comprovação pelo LOCATÁRIO de que o imóvel satisfaz os interesses estatais, da compatibilidade do valor de mercado e da anuência expressa do LOCADOR, mediante assinatura do termo aditivo.
2.5. Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias (sugestão) da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
5.1. O valor total da contratação é de R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1 Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (sugestão) , desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.
7.2 Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação do município em que se situa o imóvel.
7.3 Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, na pactuação do termo aditivo, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.
7.4 O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO. (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. Os deveres e as responsabilidades do LOCATÁRIO encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR. (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. Os deveres e as responsabilidades do LOCADOR encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO
10.1 O LOCATÁRIO poderá realizar todas as obras, modificações ou benfeitorias sem prévia autorização ou conhecimento do LOCADOR, sempre que a utilização do imóvel estiver comprometida ou na iminência de qualquer dano que comprometa a continuação do presente contrato;
10.1.1 As benfeitorias necessárias que forem executadas nessas situações serão posteriormente indenizadas pelo LOCADOR;
10.2 As benfeitorias úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção;
10.2.1 Na impossibilidade da obtenção da prévia anuência do LOCADOR, é facultado ao LOCATÁRIO a realização da benfeitoria útil sempre que assim determinar o interesse público devidamente motivado;
10.2.2 As benfeitorias úteis não autorizadas pelo LOCADOR poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.
10.3 As benfeitorias voluptuárias serão indenizáveis caso haja prévia concordância do LOCADOR;
10.3.1 Caso não haja concordância da indenização, poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.
10.4 O valor de toda e qualquer indenização poderá ser abatido dos aluguéis, até integral ressarcimento, no limite estabelecido pelas partes, mediante termo aditivo.
10.5 Caso as modificações ou adaptações feitas pelo LOCATÁRIO venham a causar algum dano ao imóvel durante o período de locação, este dano deve ser sanado às expensas do LOCATÁRIO.
10.6. Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pelo LOCATÁRIO, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV) Multa:
1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.
4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.
6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.531.. Indenizações e multas.
13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, na dotação: 764 - 4 . 14101 . 4 .

122 . 1 .2.168 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2. Caso, por razões de interesse público devidamente justificadas, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; (sugestão)
16.2.1. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, o LOCATÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa equivalente a 02 (dois) aluguéis, segundo proporção prevista no art. 4º da Lei 8.245, de 1991 e no art. 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato;
16.3. Se, durante a locação, a coisa locada se deteriorar, sem culpa do LOCATÁRIO e o imóvel ainda servir para o fim a que se disponha, a este caberá pedir redução proporcional do valor da locação;
16.4. Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o LOCADOR reaver o imóvel locado (art. 4º da Lei Federal n. 8.245/1991)

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

JOSÉ DA PENHA/RN, 17 de junho de 2025

Prefeitura Municipal De Jose Da Penha
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Responsável Legal Da Contratante

EDILTON FONTES SOBRINHO
Contratado
Responsável Legal Da Contratada

TESTEMUNHAS:

1._____

2._____

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:78296407

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº13060001/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2025

Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a dispensa de licitação nº 13060001/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

RILTON RAND PEREIRA DA COSTA, CPF sob o n.º 009.341.464-11

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
01	Serviço de manutenção no sistema hidráulico e manutenção do gramado no estádio municipal Jedaias de Oliveira Araújo Maia.	Mês	12	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
Total Geral					**R$ 24.000,00**

Serviço de manutenção no sistema hidráulico e manutenção do gramado no estádio municipal Jedaías de Oliveira Araújo Maia

RILTON RAND PEREIRA DA COSTA, CPF sob o n.º 009.341.464-11 - pelo valor de R$ 24.000,00 em 18/06//2025

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:D0B0A2EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1.459, DE 2 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO Nº 1.459, DE 2 DE JUNHO DE 2025.

Declara situação de emergência nas áreas do Município de Jucurutu afetadas por Seca – COBRADE 1.4.1.2.0**,** conforme a Portaria federal n° 260/2022

O Senhor IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA, Prefeito do Município de Jucurutu, localizado no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei orgânica Municipal e pelo inciso VII do Art. 7° / Inciso VI do artigo 8° da Lei Federal n° 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:
CONSIDERANDO:
I – Que em decorrência do período de Seca conforme o monitor das secas, reconhecido pela EMPARN, que vem atingindo diretamente a população rural do município de Jucurutu – RN, tem ocasionado perdas na agricultura e pecuária;
II- Que em decorrência do aumento de altas temperaturas que deixa a população da zona rural com dificuldade de desenvolver atividades na área rural deixando-os ainda mais em estado de vulnerabilidade social que requer a intervenção e mobilização das três esferas de governo;
III – Que em virtude da irregularidade de precipitações pluviométricas no município, ocasionando a necessidade de adesão da operação carro pipa do governo federal, para o fornecimento de água potável para a população da zona rural deste município.
IV – A fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em parecer técnico da coordenação municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Jucurutu – RN favorável a declaração

da situação de anormalidade, conforme disposto no § 2° do Art. 2° da Portaria Federal n° 260, 02 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de seca nas áreas do município de Jucurutu registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Seca – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme o anexo V da Portaria Federal n° 260, 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilidade do agente da defesa civil ou autoridade administrativa que agir de acordo com suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

Art. 6º. Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontratação de empresas e a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito, em 2 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito (a) Municipal

* Matéria republicada por incorreção

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:3399D972

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ORDEM DE COMPRAS/SERVIÇOS PROC. ADMINISTRATIVO Nº 13060001/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

CONTRATANTE: Município de JUCURUTU/RN; CONTRATADA: UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNDIME (CNPJ: 00.596.662/0001-76); OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA 20º FÓRUM NACIONAL ORDINÁRIO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, PROMOVIDO PELA UNDIME/RN, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JULHO DE 2025, EM SALVADOR/BA; LOCAL E PERÍODO PARA EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados nos dias 27, 28, 29 e 30 de julho de 2025, no Centro de Convenções Salvador/BA, localizado a Av. Octávio Mangabeira 5.490- Boca do Rio em Salvador/BA, CEP. 59.090-002. VALOR GLOBAL: R$ 14.670,00 (quatorze mil, seiscentos e setenta reais); GESTÃO/UNIDADE: Gestão/Unidade: I - Gestão/Unidade: 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II - Fontes de Recursos: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. III - Programa de Trabalho: 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS. IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; V – Projeto/Atividade: 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, III, f, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Jucurutu/RN, 18 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:82C14BEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 084/2025 DISPENSA N° 032/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 27050001/2025

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA; DESAFIO JOVEM EBENEZER – CNPJ: 50.456.870/0012-09; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA DE REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS PARA ADULTOS. VIGÊNCIA: O prazo de vigência inicial da contratação é de 06 (seis) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços de necessidade contínua, diante disso o contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos. VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 09.009 – Fundo Municipal de Saúde; II - Fontes de Recursos: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; III - Programa de Trabalho: 0010 - SAUDE PARA TODOS. IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. V – Plano Interno:2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL. FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Jenivan Moura de Oliveira – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 18 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:FCFB2F9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 055.210.054 DOMICIO ANTONIO DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.210.054/0001-73; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e

Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Domicio Antonio Da Silva – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:4EE21B55

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 53.589.474 JAILDO PEREIRA DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 53.589.474/0001-87; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%;

2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Jaildo Pereira Da Silva – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:2D284184

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.167.005 DAVID DENISON CONSTANTINO PEREIRA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.167.005/0001-03; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e David Denison Constantino Pereira – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:60A58E5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: JOSEIR ARAUJO FERNANDES 04237840484-, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.116.642/0001-60; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás

Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Joseir Araújo Fernandes – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:56EC3BEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: MANOEL PEREIRA DUTRA JUNIOR08258256440, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 47.587.641/0001-58; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102

CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Manoel Pereira Dutra Junior – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:F2EE4ED0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 48.907.757 GILVAN DOS SANTOS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 48.907-757/0001-90; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Gilvan Dos Santos – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:A444344E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.099.049 JOANDERSON EDUARDO ARAUJO SILVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.099.049/0001-35; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a

Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Joanderson Eduardo Araújo Silva – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:6501C87B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.132.504 DEYWSON DA SILVA DANTAS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.132.504/0001-57; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Deywson da Silva Dantas – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:2167376C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.116.462 FLAVIO RODRIGUES BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.116.462.0001-60; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Flavio Rodrigues Batista – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:A9D21CEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.099.509 RAFAEL MORAIS DE ARAÚJO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.099.509/0001-25; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E

PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Rafael Morais de Araújo – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C344967B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.227.285 JONATA JARDEL MENEZES COSME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.227.285/0001-90; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. b. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. c. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. d. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e. Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Jonata Jardel Menezes Cosme – Contratado

Jucurutu/ RN, 12 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:E944AE1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº ¬¬015/2023 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº 19040001/2023

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS E SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL – COOPSUAS, inscrita no CNPJ nº 42.717.812/0001-00; OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do período vigencial, por mais 12 (doze) meses, do Contrato Administrativo 129/2024 referente a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E DE APOIO PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo inicia-se dia 14 de junho de 2025 e termo final do dia 13 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, conforme rt. 57 da lei 8.666 de 1993; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Valéria Lopes de Medeiros Santos - pela Contratada.

Jucurutu/RN, 13 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:0FF98BB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13060001/2025 – INEXIGIBILIDADE N° 018/2025 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Assunto: Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no **inciso III, f do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.**
Objeto: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA 20º FÓRUM NACIONAL ORDINÁRIO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, PROMOVIDO PELA UNDIME/RN, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JULHO DE 2025, EM SALVADOR/BA.
Decisão: Autorização para inexigibilidade de licitação

Trata-se de pretensão para inexigibilidade de licitação, com fulcro no **inciso III, f, do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021**, para **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA 20º FÓRUM NACIONAL ORDINÁRIO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, PROMOVIDO PELA UNDIME/RN, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JULHO DE 2025, EM SALVADOR/BA**.
A aludida contratação visa ao atendimento da demanda formalizada pela **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.
Foram elaborados o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência - TR.
O pesquisador oficial do Município realizou o levantamento de preços, conhecendo-se o preço praticado pela empresa **UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNDIME (CNPJ: 00.596.662/0001-76)**.
O Termo de Referência foi aprovado pela Exm. Sr. Prefeito Municipal.
A Assessoria Jurídica deste Município analisou os aspectos legais e regulamentares da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente com recomendações por meio de Parecer Jurídico.
Foi informado pela **Secretaria Municipal de Finanças** que há disponibilidade orçamentária no exercício de **2025** para custear a despesa.
Eis o que cumpre relatar.
Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro no inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, à luz da legislação e do interesse público.
Ab initio, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, que dispõe sobre o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**. São requisitos formais para o processo sob análise:
Formalização da demanda: o inciso I do artigo 72 da NLL determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD).
Estudo Técnico Preliminar: conforme a ordem dos elementos indicados no § 1º e § 2 no Art. 18 Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).
Termo de Referência: todos os processos de contratação direta necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do art. 72 da NLL.
Valor estimado da contratação: exigência legal do inciso II do art. 72 da Nova Lei de Licitações.
Parecer jurídico: previsto no inciso III do art. 72 da NLL.
Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários: o inciso IV do art. 72 da NLL requer a "demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido".
Requisitos de habilitação e qualificação: a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme previsão do inciso V do art. 72 da NLL.
Razão de escolha do contratado: a razão de escolha do contratado, para atendimento ao disposto no inciso VI do art. 72 da Nova Lei de Licitações.
Justificativa de preço: o preço estará devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da NLL.
Autorização da autoridade competente: a autorização da autoridade competente para a contratação direta, prevista no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
Divulgação da autorização de contratação direta: em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da NLL, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, **todos os requisitos formais estabelecidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram cumpridos – ou serão cumpridos oportunamente.**
***Conclusio*, não vislumbra qualquer pendência a ser sanada neste momento da instrução processual.**
Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.
A equipe de planejamento, no Termo de Referência, assim caracterizou o objeto da contratação:
*Constitui objeto deste Termo de Referência a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA 20º FÓRUM NACIONAL ORDINÁRIO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, PROMOVIDO PELA UNDIME/RN, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JULHO DE 2025, EM SALVADOR/BA**, nos termos da tabela abaixo de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência.*

No mesmo documento, a necessidade da contratação foi assim justificada:

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF. A UNDIME está inserida na educação infantil, de jovens e adultos, campo, indígena, quilombola, ensino fundamental, alfabetização, educação inclusiva ou na educação para a paz. Temas como carreira e formação dos trabalhadores em educação, gestão democrática, políticas públicas sociais, articulação com os governos, a sociedade, a família, a criança e o jovem estão constantemente em pauta. A União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Norte (UNDIME/RN), encaminhou um convite direcionado à Secretaria Municipal de Educação de Jucurutu/RN para participar do 20º Fórum Nacional Ordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, com o tema, Gestão Educacional: Caminhos para o Desenvolvimento da Educação Municipal, que será realizado 27, 28, 29 e 30 de julho de 2025, no Centro de Convenções Salvador/BA, localizado á Av Octávio Mangabeira 5.490- Boca do Rio em Salvador/BA. Este evento será uma oportunidade para discussão de temas relevantes e estratégicos para o fortalecimento da gestão educacional nos municípios, além de promover a troca de experiências e a consolidação de parcerias para a melhoria da educação pública. Diante disso, a instituição reiterou no convite a importância da participação do(a) Dirigente Municipal de Educação e de sua Equipe

Técnica, considerando que os temas abordados serão essenciais para o planejamento e a execução de políticas públicas educacionais em nossos territórios. Assim, considerando as informações explanadas, a Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN considera importante a presença no Fórum, tendo em vista que a ampliação de conhecimentos pode atribuir melhorias no gerenciamento das ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, fortalecendo e qualificando a educação dos estudantes da rede municipal de ensino. Dessa forma, se faz necessário o pagamento de 03 (três) inscrições para confirmar a participação no referido evento.

Importa ressaltar, ainda, que a referida equipe de planejamento registrou no Estudo Técnico Preliminar a seguinte justificativa para a quantidade solicitada:

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES
6.1 A quantidade de inscrições abrange a quantidade de servidores que irão participar da capacitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Aquisição de 03 (três) inscrições para para participação no 20º Fórum Nacional Ordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, promovido pela UNDIME/RN, nos dias 27, 28, 29 e 30 de julho de 2025, no município de Salvador/BA.	Und	3	4.890,00	**14.670,00**
VALOR TOTAL					**14.670,00**

O processo veio à Autoridade Superior para aprovação e autorização da **contratação direta por inexigibilidade de licitação**.
Quanto à legislação aplicável, o **inciso III, f do art. 74 da Lei nº 14.133/2021** permite à Administração **inexigir** a licitação quando não houve possibilidade de competição para a **contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**.
Assim, no presente caso, entende-se possível a contratação direta conferida pelo legislador, visto que a execução dos serviços solicitados será executada **por empresa e profissionais de notória especialização**.
Ademais, por meio do Parecer Jurídico, a Assessoria Jurídica concluiu pela regularidade jurídica do procedimento de INEXIGIBILIDADE de licitação, com fulcro no inciso III, f do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
Ante todo o exposto, diante da manifestação jurídica, bem como da documentação carreada aos autos, **não se vislumbra óbice à presente contratação,** onde delibero nos seguintes termos:
AUTORIZO, com fulcro no inciso III, f do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE de licitação ora pretendida junto à empresa **UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNDIME (CNPJ: 00.596.662/0001-76)**;
ADJUDICO o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento;
Por conseguinte, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho em favor da referida empresa;
DESIGNO, os fiscais e gestores de contratos, conforme Portaria em anexo.

Encaminhem-se os autos à Agente de Contratação, para realização a continuidade da instrução processual.

Jucurutu/RN, 18 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:9536329D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040002/2025 CONVOCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **LIZARD SERVICOS LTDA –** CNPJ: 30.536.715/0001-24, visando à assinatura do Contrato Administrativo, referente a **Contratação para a aquisição de veículo automotivo ambulância zero KM, tipo A, Pick-UP, 4x4, para transporte de pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Jucurutu/RN.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato administrativo.

Jucurutu/RN, 18 de junho de 2025.

Atenciosamente,

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Secretária de Planejamento

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:9C9863DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2022

PROCESSO DE DESPESA: 115/2022
OBJETO: Contratação de consultoria jurídica fiscal e tributária.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: GUSTAVO GOMES DE LIMA
CPF: ***.373.524-**
ORIGEM: Pregão Presencial nº 013/2022.
BASE LEGAL: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO: 30 de maio de 2025.

Jundiá/RN, 30 de maio de 2025.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADA: Gustavo Gomes de Lima

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:3E4CE7D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA - Nº 057/2025

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) meio diária a Sra. MARIA DA GUIA DE LIMA, Agente de Desenvolvimento, CPF/MF nº 106.586.954-10, agência n° 1066-9, conta corrente n° 38768-1 no valor de R$ 200,00 (duzentos Reais), para custear despesas durante a capacitação do "**Ponto de Atendimento Virtual (PAV)"**, a ser realizado no dia 01 e 02 de julho do corrente ano no SEBRAE – Natal - RN

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 18 de junho de 2025

JOÃO ANDRÉ FERREIRA FILHO
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:D67BAB46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA - Nº 058/2025

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 3 (uma) diárias a Sra ADRINA ROMEICA ROCHA DA SILVA, funcionária público comissionado, CPF n° 052.319.444-75, agência n° 2256X e conta corrente n° 016172-1, no valor de R$ 2,700,00 (dois mil e setecentos reais), para custear despesas durante a participação na "**25º ENCONTRO CONGEMAS - NORDESTE"**, a ser realizado em Aracaju/SE - RN nos dias 07 e 08 julho de 2025.

.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 18 de junho de 2025.

JOÃO ANDRÉ FERREIRA FILHO
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:1797AEF6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025

PROCESSO Nº 1.066/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa para prestação de serviço de sondagem de solo a percussão para simples reconhecimento de solos SPT (Standard Penetration Test), para construção do CMEI – Centro Municipal De Educação Infantil padrão FNDE no município de Jundiá/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

RESOLVE:

1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto a empresa **C & L SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° **18.182.780/0001-01**, para procedermos com a contratação de empresa para prestação de serviço de sondagem de solo a percussão para simples reconhecimento de solos SPT (Standard Penetration Test), para construção do CMEI – Centro Municipal De Educação Infantil padrão FNDE no município de Jundiá/RN, perfazendo a quantia total de **R$ 4.750,00 (Quatro mil, setecentos e cinquenta reais)** a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2025;

3 – A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Jundiá/RN, 18 de junho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:55DD8FAB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

PROCESSO Nº 1099/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro automotivo, pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

RESOLVE:

1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, inscrita no CNPJ sob n° **61.074.175/0001-38**, para procedermos com a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro automotivo, pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, perfazendo a quantia total de **R$ 1.116,35 (um mil cento e dezesseis reais e trinta e cinco centavos),** a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2025;

3 – A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Jundiá/RN, 18 de junho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:7E6FC1AA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025

PROCESSO Nº 1.066/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa para prestação de serviço de sondagem de solo a percussão para simples reconhecimento de solos SPT (Standard Penetration Test), para construção do CMEI – Centro Municipal De Educação Infantil padrão FNDE no município de Jundiá/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade da referida contratação.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

I – Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa **EL SHAMAH SERVIÇOS ELETRICOS**

LTDA, inscrita no CNPJ sob n° **17.689.110/0001-05**, pelo valor estimado de **R$ 4.750,00 (Quatro mil, setecentos e cinquenta reais)** a ser pago de acordo com os serviços prestados.

II – Determino ao setor competente a publicação da presente Dispensa de Licitação.

Jundiá/RN, 18 de junho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:56063686

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

PROCESSO Nº 1099/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro automotivo, pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade da referida contratação.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

I – Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, inscrita no CNPJ sob n° **61.074.175/0001-38**, para procedermos com a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro automotivo, pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, perfazendo a quantia total de **R$ 1.116,35 (um mil cento e dezesseis reais e trinta e cinco centavos),** a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

II – Determino ao setor competente a publicação da presente Dispensa de Licitação.

Jundiá/RN, 18 de junho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:9DD7BB51

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2025

O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, através do Setor de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1.134/2025** da **Dispensa de Licitação nº 030/2025**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de consultoria de comunicação, clipping, media training, monitoramento de redes sociais, desenvolvimento de plano de comunicação institucional, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 23 de junho de 2025 até as 10h00min do dia 26 de junho de 2025**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 18 de junho de 2025.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:C45CA0FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 022/2025

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da empresa FREIRE & MOURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 15.230.289/0001-02, visando a contratação de serviço profissional por pessoa jurídica especializada em treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial, elaboração de plano de trabalho integrado voltado ao acompanhamento do programa susdigital no apoio da gestão da informatização em saúde municipal com soluções tecnológicas integradas, para atendimento das necessidades do Município, no importe global de R$ 44.832,20 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte centavos), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Lagoa D'Anta/RN, 11 de junho de 2025 – GABINETE DO PREFEITO.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:A0F41520

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 023/2025

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da empresa PEDVIDA SOLUÇOES EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 53.870.550/0001-28, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializado de medicina integrativa na área de Pediatria com disponibilização de ferramentas de coleta, tratamento e armazenamento de dados e suporte de Business Intelligence (BI), no importe global de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Lagoa D'Anta/RN, 13 de junho de 2025 – GABINETE DO PREFEITO.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:04008D95

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2025

OBJETO: Formação de Registro de Preços para aquisição futura e parceladas de equipamentos de informática destinado a atender as necessidades das Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN.
Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, e em consonância com a ata publicada, tendo passado*in albi*so prazo para interposição de recurso, ADJUDICO o resultado do processo supramencionado, em favor do seguinte participante: R M DE MELO INACIO, inscrito no CNPJ nº. 47.167.319/0001-70. Arrematante do Lote 01 e 02. E ainda, pelo presente termo, HOMOLOGO o certame, por terem sidos cumpridos os tramites legais do processo.

Lagoa de Pedras/RN, 18 de Junho de 2025.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:FDADA043

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2025

Define data e cria Comissão para Organização da XII Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA DE VELHOS/RN, reunido no dia 28 de maio de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º Definir a data de 30 de junho de 2025 para a realização da XII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: ***"20 anos do SUAS: Construção, proteção social e resistência".***
Art. 2º Constituir a Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Assistência Social.
§1º A Comissão Organizadora será formada pelos seguintes Conselheiros:

I – Edijânia Oliveira de Lira
II – Layza Fernanda Gomes
III –Eliziane Rose de Souza Moura

§2º A Comissão de avaliação das propostas e deliberações da Conferência 2025 será formada pelos seguintes Conselheiros:
I – Layza Fernanda Gomes
II – Franciele André de Lira Machado
III – Eliziane Rose de Souza Moura

§3º Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social designar no mínimo 02 (dois) técnicos para dar apoio logístico, operacional e administrativo às ações deste Colegiado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lagoa de Velhos/RN, 17 de junho de 2025.

EDIJÂNIA OLIVEIRA DE LIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:AC500E1A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N º 016/2025

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 20 de junho de 2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Lagoa de Velhos/RN, o expediente do dia 20 de junho do ano em curso, em alusão ao pós feriado do "Dia de Corpus Christi".

Parágrafo Único: O "caput" deste artigo, não se aplica ás atividade essenciais e indispensáveis ao setor público, tais como hospitais que atenderá em regime de plantão, limpeza pública, prazos das licitações e outras assim consideradas.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Lagoa de Velhos/RN, 17 de junho de 2025.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:11E4E457

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 001/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, pessoa jurídica de direito público, considerando o disposto, nos termos das Leis Federais nº 9.637/1998, 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 1916, de 24 de abril de 2025, torna público o presente Edital, visando a Qualificação, no âmbito deste Município, de entidades sem fins lucrativos como Organização Social, para, eventualmente, celebrar parcerias por meio de Contrato de Gestão nos termos e condições estabelecidas neste instrumento através da Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais na área da Assistência Social, nomeada conforme Portaria nº 268/2025.

Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços na área de Assistência Social desenvolvidos no âmbito do Município de Lagoa Nova/RN, conforme condições constantes neste instrumento.

Neste primeiro momento, a fim de realizar provável pactuação, diante da necessidade premente do Município, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da publicação deste instrumento, para recebimento do requerimento de qualificação e demais documentos das entidades interessadas em firmar a supracitada pactuação.

Decorrido o prazo anterior, o presente Edital de Qualificação de Organização Social fica aberto por o prazo 01 (um) ano, sendo

permitida a apresentação de requerimento de qualificação das entidades interessadas a qualquer tempo durante o período de sua validade, observadas as disposições legais pertinentes e as condições constantes neste instrumento.

Anexo deste edital:
Anexo I: Modelo de Requerimento de Qualificação
Anexo II: Modelo de Declaração

A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada na qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Direta do Município de LAGOA NOVA/ RN, deverá apresentar requerimento dirigido a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital, acompanhado dos seguintes documentos:

Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
composição e atribuições da diretoria executiva;
obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do instrumento celebrado;

no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

Cópia autenticada da Relação dos membros atuais da Diretoria Executiva da entidade requerente, assinada pelo(a) atual representante da entidade requerente com firma reconhecida, com Cópia do RG ou CPF dos representantes legais.
Documentação que comprove sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, com a apresentação mínima das seguintes certidões:
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
Certidão Negativa dos Tributos Estadual;
Certidão Negativa dos Tributos Municipal.

Documentação que comprove qualificação técnica adequada, na forma seguinte:
Comprovar, por meio de no minimo de 03 (três) atestado expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que já operacionalizou a gestão e execução de projetos e/ou contratos ou congenere na área da Assistência Social;
Comprovação que possui em seus quadros, profissional de nível superior ou equivalente, detentor de qualificação na área de Assistência Social, e/ou contratos na área da Assistência Social;
Cópia do Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município onde a Organização da Sociedade Civil for sediada ou outra comprovação juridicamente aceita de que a mesma funciona no endereço por ela declarado.
Lei de Utilidade Publica Municipal e a Lei de Utilidade Publica Estadual onde a Organização da Sociedade Civil for sediada.
Cópia do Comprovante da entidade de inscrição no CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social.
Cópia da inscrição da Organização da Sociedade Civil no Conselho Regional de Administração – CRA, do estado sede da OSC.

Comprovação Técnica

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL (Último Exercício vigente), juntando-se cópia dos termos de abertura e encerramento do referido livro, apresentados na forma da lei, especialmente as disposições do art. 1.184, § 2º, do Código Civil e Resoluções do CFC. Em qualquer das situações, devidamente autenticado e registrado no Cartório competente, vedada a sua substituição.

O vínculo do(a) responsável técnico, com a Entidade, deve ser comprovado, por meio de: Atestados; contratos de prestação de serviços; CTPS; Certidão de responsabilidade técnica.
Não serão qualificadas como Organizações Sociais, sob qualquer hipótese, as seguintes entidades:
as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados, sócios ou instituidores;
os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
as organizações partidárias, inclusive suas fundações;
as entidades que operam planos de Assistência Social e assemelhados com finalidade lucrativa;
as cooperativas;
as entidades que tiveram suas contas reprovadas pelos órgãos de controle federal, estadual e municipal;
as entidades que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública ou punidas com suspensão do direito de firmar parcerias e/ou outros ajustes com a Administração Pública.
as entidades que possuam em seus quadros estatutários integrantes do sistema público do SUS;

2.8 O requerimento, devidamente acompanhado da documentação de que trata este instrumento, deverá ser dirigido e protocoloado junto a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**.

2.9 A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais atuará em conjunto com a **Secretaria Municipal de Assistência Social,** sendo responsáveis pela análise do requerimento e, ao final, emitirão relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá com base nesse documento.
A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais poderá solicitar a complementação da documentação prevista neste instrumento, sendo concedido prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para a apresentação dos documentos faltantes.
O interessado deverá estar apto a apresentar a atualização de todos os documentos que vencerem, mantendo-os atualizados junto aos órgãos responsáveis.
O requerimento de qualificação importa total ciência das entidades interessadas nas disposições legais pertinentes e das condições deste Edital.

O requerimento de qualificação, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital, dirigido a Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, será autuado no presente processo administrativo.

A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, observará se a entidade requerente atende aos requisitos de qualificação constantes na legislação municipal, se atende às condições deste Edital, bem como se não incide nas causas de impedimento aqui previstas, realizando análise da documentação apresentada pela entidade, devendo, ao final, proferir parecer fundamentado quanto à qualificação, opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido.

Em seguida encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e assinatura do Termo de Qualificação.

A qualificação da entidade como Organização Social, será formalizada através de Termo de Qualificação, expedido no prazo estabelecido na legislação municipal e deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município.

O pedido de qualificação será indeferido quando:
a requerente não atender os requisitos das áreas constantes no seu Estatuto;

a requerente não atender ao disposto na legislação municipal e as condições deste Edital, inclusive no que tange à experiência;
a documentação apresentada estiver incompleta ou não for apresentada no prazo concedido;
a requerente incorrer em uma das hipóteses de impedimento previstas neste Edital.

A requerente incorrer em uma das hipóteses de impedimento previstas neste Edital. Indeferido o pedido, após a ciência da entidade, esta terá o prazo de até 72 horas, para interpor recursos e solicitar reapreciação do pedido, nos moldes estabelecidos na legislação municipal. Após este prazo, considerado apto o deferimento, será observado o disposto no item 3.2.

Restando inerte o requerente quanto ao prazo para interposição de recurso e solicitação de reapreciação do pedido ou, ainda, permanecendo o indeferimento, após reanálise, extrato da decisão deverá ser publicado no Diário Oficial.

Permanecendo a decisão de indeferimento, após a interposição de recursos, não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto no item 3.5, publicando-se extrato nos termos do item anterior.

A entidade cujo pedido for indeferido poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da legislação municipal e das disposições deste Edital

Será dada ciência à entidade de todo o resultado referente à solicitação do pedido de qualificação como Organização Social, da forma que trata este Edital.

A qualificação de entidade como Organização Social não obriga a Administração
Pública Municipal a firmar Contrato de Gestão com quaisquer das entidades qualificadas, as quais não têm direito subjetivo a qualquer tipo de repasse financeiro.

As entidades qualificadas como Organização Social poderão participar de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público específico, nos termos da legislação municipal vigente, para escolha da Organização Social apta a celebrar eventual Contrato de Gestão.

Caso qualifique-se apenas uma Organização Social, nos termos deste Edital, esta será convocada a apresentar o plano de trabalho no prazo estabelecido, sem necessidade de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público no prazo de até 10 (Dez) dias corridos.

As entidades interessadas assumem todos os custos do requerimento de qualificação, sendo que o Município de Lagoa Nova/RN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da qualificação.

Qualquer pessoa poderá solicitar à Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais esclarecimentos acerca do presente Edital, por meio do seguinte endereço eletrônico: prefeitura_lagoanova@outlook.com, ou protocolizar petição presencialmente no setor de Administração da prefeitura municipal de Lagoa Nova/RN, sito Av. Dr. Silvio Bezerra deMelo, 363, Centro, Lagoa Nova/RN.

Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Município de Lagoa Nova/RN, ouvida a assessoria jurídica e/ou outros órgãos técnicos a seu critério, observando-se a legislação aplicável.

4.7 O edital completo poderá ser obtido através do e-mail: prefeitura_lagoanova@outlook.com ou presencialmente no setor de Licitação da Administração da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

TIAGO FELIPE ACIOLE DA SILVA
Presidente da Comissão

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

R E Q U E R I M E N T O D E Q U A L I F I C A Ç Ã O

Local e data.

ASSUNTO: Requerimento de Qualificação como Organização Social.

Excelentíssim(a) Senhor(a) Presidende da Comissão de Publicização/Qualificação, XXXXXXXXXXXX,

(NOME DA ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX, com sede no Município de XXXXXXXXXX, sita(o) no (ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO, BAIRRO, CEP), neste ato representada(o) por seu(sua) (CARGO DO(A) REPRESENTANTE), (NOME COMPLETO DO(A) REPRESENTANTE), portador(a) do RG nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, com fulcro no disposto no Decreto Municipal nº 1.916/2025 e nos termos do Edital de Qualificação de Organização Social nº 001/2025, vem requerer a Vossa Excelência a aprovação para aqualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Lagoa Nova/RN, para o que apresenta a documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Nome Completo - Cargo
RG e CPF
Nome da Entidade
Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 001/2025 CHAMADA PÚBLICA PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL XXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade:

( ) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

( ) Que inexiste impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

( ) Que Seus diretores não possuem grau de parentesco até terceiro grau com agentes públicos da administração direta ou indireta Municipal, bem como, que não exercem cargo público junto a esta Administração.

Cidade/UF, xx de xxxxxx de 2025.

Nome e Assinatura do Representante Legal/ Procurador

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:AE9C557C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 002/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, pessoa jurídica de direito público, considerando o disposto, nos termos das Leis Federais nº 9.637/1998, 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 1.916, de 24 de abril de 2025, torna público o presente Edital, visando a Qualificação, no âmbito deste Município, de entidades sem fins lucrativos como Organização Social, para, eventualmente, celebrar parcerias por meio de Contrato de Gestão nos termos e condições estabelecidas neste instrumento através da Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais na area de Educação, nomeada conforme Portaria nº 268/2025.

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços na área da Educação desenvolvidos no âmbito do Município de Lagoa Nova/RN, conforme condições constantes neste instrumento.

Neste primeiro momento, a fim de realizar provável pactuação, diante da necessidade premente do Município, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste instrumento, para recebimento do requerimento de qualificação e demais documentos das entidades interessadas em firmar a supracitada pactuação.

Decorrido o prazo anterior, o presente Edital de Qualificação de Organização Social fica aberto por o prazo 01 (um) ano, sendo permitida a apresentação de requerimento de qualificação das entidades interessadas a qualquer tempo durante o período de sua validade, observadas as disposições legais pertinentes e as condições constantes neste instrumento.

Anexo deste edital:
Anexo I: Modelo de Requerimento de Qualificação

2. DO REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO

Anexo II: Modelo de Declaração

A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada na qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Direta do Município de Lagoa Nova/RN, deverá apresentar requerimento dirigido a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital, acompanhado dos seguintes documentos:

Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
composição e atribuições da diretoria executiva;
obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do instrumento celebrado;
no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

Obrigatoriedade de, em caso de extinção ou desqualificação, o patrimônio, legados ou doações que lhe forem destinados por esta municipalidade, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou, na sua falta, ao patrimônio do Município;

Cópia autenticada da Relação dos membros atuais da Diretoria Executiva da entidade requerente, assinada pelo(a) atual representante da entidade requerente com firma reconhecida, com Cópia do RG ou CPF dos representantes legais.
Documentação que comprove sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, com a apresentação mínima das seguintes certidões:
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
Certidão Negativa dos Tributos Estadual;
Certidão Negativa dos Tributos Municipal.
Documentação que comprove qualificação técnica adequada, na forma seguinte:
Comprovar, por meio de no mínimo de 03 (três) atestado expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que já operacionalizou a gestão e execução de projetos e/ou contratos ou congenere na área da Educação a mais de 03 (três) meses;
Comprovação que possui em seus quadros, profissional de nível superior ou equivalente, detentor de qualificação na área de Educação, e/ou contratos na área da Educação;
Cópia do Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município onde a Organização da Sociedade Civil for sediada ou outra comprovação juridicamente aceita de que a mesma funciona no endereço por ela declarado.
Lei de Utilidade Publica Municipal e a Lei de Utilidade Publica Estadual onde a Organização da Sociedade Civil for sediada.
Cópia da inscrição da Organização da Sociedade Civil no Conselho Regional de Administração – CRA, do estado sede da OSC.

COMPROVAÇÃO TÉCNICA

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE (Último Exercício Vigente), juntando-se cópia dos termos de abertura e encerramento do referido livro, apresentados na forma da Lei, especialmente as disposições do art. 1.184, § 2º, do Código Civil e Resoluções do CFC. Em qualquer das situações, devidamente autenticado e registrado no Cartório competente, vedada a sua substituição.

O vínculo do(a) responsável técnico, com a Entidade, deve ser comprovado, por meio de: Atestados; contratos de prestação de serviços; CTPS; Certidão de responsabilidade técnica.
Não serão qualificadas como Organizações Sociais, sob qualquer hipótese, as seguintes entidades:
as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados, sócios ou instituidores;
os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
as organizações partidárias, inclusive suas fundações;
as entidades que operam planos de Educação e assemelhados com finalidade lucrativa;
as cooperativas;
as entidades que tiveram suas contas reprovadas pelos órgãos de controle federal, estadual e municipal;
as entidades que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública ou punidas com suspensão do direito de firmar parcerias e/ou outros ajustes com a Administração Pública;
as entidades que possuam em seus quadros estatutários integrantes do sistema público do SUS;

2.7 O requerimento, devidamente acompanhado da documentação de que trata este instrumento, deverá ser dirigido e protocoloado junto a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**.

2.8 A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais atuará em conjunto com a **Secretaria Municipal de Educação,** sendo responsáveis pela análise do requerimento e, ao final, emitirão relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá com base nesse documento.

2.9 A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais poderá solicitar a complementação da documentação prevista neste instrumento, sendo concedido prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para a apresentação dos documentos faltantes.

2.10 O interessado deverá estar apto a apresentar a atualização de todos os documentos que vencerem, mantendo-os atualizados junto aos órgãos responsáveis.

2.11 O requerimento de qualificação importa total ciência das entidades interessadas nas disposições legais pertinentes e das condições deste Edital.

3. DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO

O requerimento de qualificação, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital,
dirigido a Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, será autuado no presente processo administrativo.
A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, observará se a entidade requerente atende aos requisitos de qualificação constantes na legislação municipal, se atende às condições deste Edital, bem como se não incide nas causas de impedimento aqui previstas, realizando análise da documentação apresentada pela entidade, devendo, ao final, proferir parecer fundamentado quanto à qualificação, opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido. Em seguida encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e assinatura do Termo de Qualificação e/ou Contrato de Gestão.
A qualificação da entidade como Organização Social, será formalizada através de Termo de Qualificação, expedido no prazo estabelecido na legislação municipal e deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município.
O pedido de qualificação será indeferido quando:
a requerente não atender os requisitos das áreas constantes no seu Estatuto;
a requerente não atender ao disposto na legislação municipal e as condições deste Edital, inclusive no que tange à experiência;
a documentação apresentada estiver incompleta ou não for apresentada no prazo concedido;
a requerente incorrer em uma das hipóteses de impedimento previstas neste Edital. Indeferido o pedido, após a ciência da entidade, esta terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para interpor recursos e solicitar reapreciação do pedido, nos moldes estabelecidos na legislação municipal. Após este prazo, considerado apto o deferimento, será observado o disposto no item 3.3.
Indeferido o pedido, após a ciência da entidade, esta terá o prazo, para interpor recursos e solicitar reapreciação do pedido, nos moldes estabelecidos na legislação municipal. Após este prazo, considerado apto o deferimento, será observado o disposto no item 3.3.
Restando inerte o requerente quanto ao prazo para interposição de recurso e solicitação de reapreciação do pedido ou, ainda, permanecendo o indeferimento, após reanálise, extrato da decisão deverá ser publicado no Diário Oficial.
Permanecendo a decisão de indeferimento, após a interposição de recursos, não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto no item 3.5, publicando-se extrato nos termos do item anterior.
A entidade cujo pedido for indeferido poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da legislação municipal e das disposições deste Edital.
Será dada ciência à entidade de todo o resultado referente à solicitação do pedido de qualificação como Organização Social, da forma que trata este Edital.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A qualificação de entidade como Organização Social não obriga a Administração
Pública Municipal a firmar Contrato de Gestão com quaisquer das entidades qualificadas, as quais não têm direito subjetivo a qualquer tipo de repasse financeiro.
As entidades qualificadas como Organização Social poderão participar de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público específico, nos termos da legislação municipal vigente, para escolha da Organização Social apta a celebrar eventual Contrato de Gestão.
Caso qualifique-se apenas uma Organização Social, nos termos deste Edital, esta será convocada a apresentar o plano de trabalho no prazo estabelecido, sem necessidade de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público no prazo de ate 10 (Dez) dias corridos.
As entidades interessadas assumem todos os custos do requerimento de qualificação, sendo que o Município de Lagoa Nova/RN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da qualificação.
Qualquer pessoa poderá solicitar à Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais esclarecimentos acerca do presente Edital, por meio do seguinte endereço eletrônico: prefeitura_lagoanova@outlook.com, ou protocolizar petição presencialmente no setor de Administração da prefeitura municipal de Lagoa Nova/RN, sito Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 363, Centro, Lagoa Nova/RN.

Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Município de Lagoa Nova/RN, ouvida a assessoria jurídica e/ou outros órgãos técnicos a seu critério, observando-se a legislação aplicável.

4.7 O edital completo poderá ser obtido através do e-mail: prefeitura_lagoanova@outlook.com ou presencialmente no setor de Licitação da Administração da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

TIAGO FELIPE ACIOLE DA SILVA
Presidente da Comissão

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

R E Q U E R I M E N T O D E Q U A L I F I C A Ç Ã O

Local e data.

ASSUNTO: Requerimento de Qualificação como Organização Social.

Excelentíssima Senhor(a) Presidende da Comissão de Publicização/Qualificação, XXXXXXXXXXXX,

(NOME DA ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX, com sede no Município de XXXXXXXXXX, sita(o) na (ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO, BAIRRO, CEP), neste ato representada(o) pelo seu(sua) (CARGO DO(A) REPRESENTANTE), (NOME COMPLETO DO(A) REPRESENTANTE), portador (a) do RG nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, com fulcro no disposto no Decreto Municipal nº 1.916/2025 e nos termos do Edital de Qualificação de Organização Social nº 002/2025, vem requerer a Vossa Excelência a aprovação para aqualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Lagoa Nova/RN, para o que apresenta a documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Nome Completo - Cargo
RG e CPF
Nome da Entidade
Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 002/2025 CHAMADA PÚBLICA PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº

XXXXXXXXXX, DECLARA, sob as penas da Lei e por ser a expressão da verdade:

( ) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

( ) Que inexiste impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

( ) Que Seus diretores não possuem grau de parentesco até terceiro grau com agentes públicos da administração direta ou indireta Municipal, bem como, que não exercem cargo público junto a esta Administração.

Cidade/UF, xx de xxxxxx de 2025.

Nome e assinatura do representante legal/procurador

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:62A845B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 003/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, pessoa jurídica de direito público, considerando o disposto, nos termos das Leis Federais nº 9.637/1998, 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 1.916, de 24 de abril de 2025, torna público o presente Edital, visando a Qualificação, no âmbito deste Município, de entidades sem fins lucrativos como Organização Social, para, eventualmente, celebrar parcerias por meio de Contrato de Gestão nos termos e condições estabelecidas neste instrumento através da Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais na area de Meio Ambiente, nomeada conforme Portaria nº 268/2025.

Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para qualificação de
pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços na área de Meio Ambiente desenvolvidos no âmbito do Município de Lagoa Nova/RN, conforme condições constantes neste instrumento.

Neste primeiro momento, a fim de realizar provável pactuação, diante da necessidade premente do Município, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste instrumento, para recebimento do requerimento de qualificação e demais documentos das entidades interessadas em firmar a supracitada pactuação.

Decorrido o prazo anterior, o presente Edital de Qualificação de Organização Social fica aberto por o prazo 01 (um) ano, sendo permitida a apresentação de requerimento de qualificação das entidades interessadas a qualquer tempo durante o período de sua validade, observadas as disposições legais pertinentes e as condições constantes neste instrumento.

Anexo deste edital:
Anexo I: Modelo de Requerimento de Qualificação
Anexo II: Modelo de Declaração

A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada na qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Direta do Município de Lagoa Nova/RN, deverá apresentar requerimento dirigido a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital, acompanhado dos seguintes documentos:

Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
composição e atribuições da diretoria executiva;
obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do instrumento celebrado;
no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

Obrigatoriedade de, em caso de extinção ou desqualificação, o patrimônio, legados ou doações que lhe forem destinados por esta municipalidade, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou, na sua falta, ao patrimônio do Município;

Cópia autenticada da Relação dos membros atuais da Diretoria Executiva da entidade requerente, assinada pelo(a) atual representante da entidade requerente com firma reconhecida, com Cópia do RG ou CPF dos representantes legais.

Documentação que comprove sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, com a apresentação mínima das seguintes certidões:
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
Certidão Negativa dos Tributos Estadual;
Certidão Negativa dos Tributos Municipal.
Documentação que comprove qualificação técnica adequada, na forma seguinte:
Comprovar, por meio de atestado expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que já operacionalizou a gestão e execução de projetos e/ou contratos ou congenere na área de Meio Ambiente a mais de 03 (três) meses;
Comprovação que possui em seus quadros, profissional de nível superior ou equivalente, detentor de qualificação na área de Meio Ambiente, e/ou contratos na área da Meio Ambiente;
Cópia do Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município onde a Organização da Sociedade Civil for sediada ou outra comprovação juridicamente aceita de que a mesma funciona no endereço por ela declarado.
Lei de Utilidade Publica Municipal e a Lei de Utilidade Publica Estadual onde a Organização da Sociedade Civil for sediada.
Cópia da inscrição da Organização da Sociedade Civil no Conselho Regional de Administração – CRA, do estado sede da OSC.

COMPROVAÇÃO TÉCNICA

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE (Último Exercício Vigente), juntando-se cópia dos termos de abertura e encerramento do referido livro, apresentados na forma da lei, especialmente as disposições do art. 1.184, § 2º, do Código Civil e Resoluções do CFC. Em qualquer das situações, devidamente autenticado e registrado no Cartório competente, vedada a sua substituição.

O vínculo do(a) responsável técnico, com a Entidade, deve ser comprovado, por meio de: Atestados; contratos de prestação de serviços; CTPS; Certidão de responsabilidade técnica.
Não serão qualificadas como Organizações Sociais, sob qualquer hipótese, as seguintes entidades:
as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados, sócios ou instituidores;
os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
as organizações partidárias, inclusive suas fundações;
as entidades que operam planos de meio ambientes e assemelhados com finalidade lucrativa;
as cooperativas;

as entidades que tiveram suas contas reprovadas pelos órgãos de controle federal, estadual e municipal;
as entidades que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública ou punidas com suspensão do direito de firmar parcerias e/ou outros ajustes com a Administração Pública;
as entidades que possuam em seus quadros estatutários integrantes do sistema público do SUS.

O requerimento, devidamente acompanhado da documentação de que trata este instrumento, deverá ser dirigido e protocoloado junto a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**.
A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais atuará em conjunto com a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente,** sendo responsáveis pela análise do requerimento e, ao final, emitirão relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá com base nesse documento.
A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais poderá solicitar a complementação da documentação prevista neste instrumento, sendo concedido prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para a apresentação dos documentos faltantes.
O interessado deverá estar apto a apresentar a atualização de todos os documentos que vencerem, mantendo-os atualizados junto aos órgãos responsáveis.
O requerimento de qualificação importa total ciência das entidades interessadas nas disposições legais pertinentes e das condições deste Edital.

O requerimento de qualificação, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital,
dirigido a Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, será autuado no presente processo administrativo.
A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observará se a entidade requerente atende aos requisitos de qualificação constantes na legislação municipal, se atende às condições deste Edital, bem como se não incide nas causas de impedimento aqui previstas, realizando análise da documentação apresentada pela entidade, devendo, ao final, proferir parecer fundamentado quanto à qualificação, opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido. Em seguida encaminhará a Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e assinatura do Termo de Qualificação e/ou Contrato de Gestão.
A qualificação da entidade como Organização Social, será formalizada através de Termo de Qualificação, expedido no prazo estabelecido na legislação municipal e deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município.
O pedido de qualificação será indeferido quando:
a requerente não atender os requisitos das áreas constantes no seu Estatuto;
a requerente não atender ao disposto na legislação municipal e as condições deste Edital, inclusive no que tange à experiência;
a documentação apresentada estiver incompleta ou não for apresentada no prazo concedido;
a requerente incorrer em uma das hipóteses de impedimento previstas neste Edital.
Indeferido o pedido, após a ciência da entidade, esta terá o prazo, para interpor recursos e solicitar reapreciação do pedido, nos moldes estabelecidos na legislação municipal. Após este prazo, considerado apto o deferimento, será observado o disposto no item 3.3.
Restando inerte o requerente quanto ao prazo para interposição de recurso e solicitação de reapreciação do pedido ou, ainda, permanecendo o indeferimento, após reanálise, extrato da decisão deverá ser publicado no Diário Oficial.
Permanecendo a decisão de indeferimento, após a interposição de recursos, não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto no item 3.5, publicando-se extrato nos termos do item anterior.
A entidade cujo pedido for indeferido poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da legislação municipal e das disposições deste Edital.
Será dada ciência à entidade de todo o resultado referente à solicitação do pedido de qualificação como Organização Social, da forma que trata este Edital.

A qualificação de entidade como Organização Social não obriga a Administração
Pública Municipal a firmar Contrato de Gestão com quaisquer das entidades qualificadas, as quais não têm direito subjetivo a qualquer tipo de repasse financeiro.
As entidades qualificadas como Organização Social poderão participar de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público específico, nos termos da legislação municipal vigente, para escolha da Organização Social apta a celebrar eventual Contrato de Gestão.
Caso qualifique-se apenas uma Organização Social, nos termos deste Edital, esta será convocada a apresentar o plano de trabalho no prazo estabelecido, sem necessidade de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público no prazo de ate 10 (Dez) dias corridos.
As entidades interessadas assumem todos os custos do requerimento de qualificação, sendo que o Município de Lagoa Nova/RN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da qualificação.
Qualquer pessoa poderá solicitar à Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais esclarecimentos acerca do presente Edital, por meio do seguinte endereço eletrônico: prefeitura_lagoanova@outlook.com, ou protocolizar petição presencialmente no setor de Administração da prefeitura municipal de Lagoa Nova/RN, sito Av. Dr. Silvio Bezerra deMelo, 363, Centro, Lagoa Nova/RN.
Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Município de Lagoa Nova/RN, ouvida a assessoria jurídica e/ou outros órgãos técnicos a seu critério, observando-se a legislação aplicável.
O edital completo poderá ser obtido através do site: prefeitura_lagoanova@outlook.com ou presencialmente no setor de Licitação da Administração da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

TIAGO FELIPE ACIOLE DA SILVA
Presidente da Comissão

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

R E Q U E R I M E N T O D E Q U A L I F I C A Ç Ã O

Local e data.

ASSUNTO: Requerimento de Qualificação como Organização Social.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidende da Comissão de Publicização/Qualificação, XXXXXXXXXXX,

(NOME DA ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX, com sede no Município de XXXXXXXXX, sita(o) na (ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO, BAIRRO, CEP), neste ato representada(o) pelo seu(sua) (CARGO DO(A) REPRESENTANTE), (NOME COMPLETO DO(A) REPRESENTANTE), portador(a) do RG nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, com fulcro no disposto no Decreto Municipal nº 1.916/2025 e nos termos do Edital de Qualificação de Organização Social nº 003/2025, vem requerer a Vossa Excelência a aprovação para a qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Lagoa Nova/RN, para o que apresenta a documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Nome Completo - Cargo
RG e CPF
Nome da Entidade
Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 003/2025 CHAMADA PÚBLICA PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade:

( ) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

( ) Que inexiste impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

( ) Que Seus diretores não possuem grau de parentesco até terceiro grau com agentes públicos da administração direta ou indireta Municipal, bem como, que não exercem cargo público junto a esta Administração.

Lagoa Nova/RN, xx de xxxxxx de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal/procurador

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:08AC5394

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 004/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE SAÚDE

O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, pessoa jurídica de direito público, considerando o disposto, nos termos das Leis Federais nº 9.637/1998, 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 1.916, de 24 de abril de 2025, torna público o presente Edital, visando a Qualificação, no âmbito deste Município, de entidades sem fins lucrativos como Organização Social, para, eventualmente, celebrar parcerias por meio de Contrato de Gestão nos termos e condições estabelecidas neste instrumento atraves da Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais na área da saúde, nomeada conforme Portaria nº 268/2025.

Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços na área da saúde desenvolvidos no âmbito do Município de Lagoa Nova/RN, conforme condições constantes neste instrumento.

Neste primeiro momento, a fim de realizar provável pactuação, diante da necessidade premente do Município, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste instrumento, para recebimento do requerimento de qualificação e demais documentos das entidades interessadas em firmar a supracitada pactuação.

Decorrido o prazo anterior, o presente Edital de Qualificação de Organização Social fica aberto por o prazo de 01 (um) ano, sendo permitida a apresentação de requerimento de qualificação das entidades interessadas a qualquer tempo durante o período de sua validade, observadas as disposições legais pertinentes e as condições constantes neste instrumento.

Anexo deste edital:
Anexo I: Modelo de Requerimento de Qualificação
Anexo II: Modelo de Declaração

A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada na qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Direta do Município de Lagoa Nova/RN, deverá apresentar requerimento dirigido a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital, acompanhado dos seguintes documentos:

2.2. Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
composição e atribuições da diretoria executiva;
obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do instrumento celebrado;
no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual.
Obrigatoriedade de, em caso de extinção ou desqualificação, o patrimônio, legados ou doações que lhe forem destinados por esta municipalidade, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou, na sua falta, ao patrimônio do Município;

Cópia autenticada da Relação dos membros atuais da Diretoria Executiva da entidade requerente, assinada pelo(a) atual representante da entidade requerente com firma reconhecida, com Cópia do RG ou CPF dos representantes legais.
Documentação que comprove sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, com a apresentação mínima das seguintes certidões:
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
Certidão Negativa dos Tributos Estadual;
Certidão Negativa dos Tributos Municipal.
Documentação que comprove qualificação técnica adequada, na forma seguinte:
Comprovar, por meio de no mínimo 03 (três) atestados expedido por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que já operacionalizou a gestão e execução de projetos e/ou contratos ou congenere na área da Saúde a mais de 06 (seis) meses;
Comprovação que possui em seus quadros, profissional de nível superior ou equivalente, detentor de qualificação na área de Saúde;
Certidão de Falência e Concordata da entidade com expedição mínima de 30 dias.
Alvará de funcionamento da sede da entidade vigente.
Lei de Utilidade Pública Municipal e a Lei de Utilidade Pública Estadual onde a Organização da Sociedade Civil for sediada.
Cópia da inscrição da Organização da Sociedade Civil no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
Cópia da inscrição da Organização da Sociedade Civil no Conselho Regional de Administração – CRA, do estado sede da OSC.
Cópia da inscrição da Organização da Sociedade Civil no Conselho Regional de Enfermagem – COREN, do estado sede da OSC.

COMPROVAÇÃO TÉCNICA

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE (Último Exercício Vigente), juntando-se cópia dos termos de abertura e encerramento do referido livro, apresentados na forma da lei, especialmente as disposições do art. 1.184, § 2º, do Código Civil e Resoluções do CFC. Em qualquer das situações, devidamente autenticado e registrado no Cartório competente, vedada a sua substituição.

O vínculo do(a) responsável técnico, com a Entidade, deve ser comprovado, por meio de: Atestados; contratos de prestação de serviços; CTPS; Certidão de responsabilidade técnica.
Não serão qualificadas como Organizações Sociais, sob qualquer hipótese, as seguintes entidades:
as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados, sócios ou instituidores;
os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
as organizações partidárias, inclusive suas fundações;
as entidades que operam planos de saúde e assemelhados com finalidade lucrativa;
as cooperativas;
as entidades que tiveram suas contas reprovadas pelos órgãos de controle federal, estadual e municipal;
as entidades que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública ou punidas com suspensão do direito de firmar parcerias e/ou outros ajustes com a Administração Pública;
as entidades que possuam em seus quadros estatutários integrantes do sistema público do SUS.

O requerimento, devidamente acompanhado da documentação de que trata este instrumento, deverá ser dirigido e protocoloado junto a **Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais**.

A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais atuará em conjunto com a **Secretaria Municipal de Saúde,** sendo responsáveis pela análise do requerimento e, ao final, emitirão relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá com base nesse documento.

A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais poderá solicitar a complementação da documentação prevista neste instrumento, sendo concedido prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para a apresentação dos documentos faltantes.

O interessado deverá estar apto a apresentar a atualização de todos os documentos que vencerem, mantendo-os atualizados junto aos órgãos responsáveis.

O requerimento de qualificação importa total ciência das entidades interessadas nas disposições legais pertinentes e das condições deste Edital.

O requerimento de qualificação, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital,
dirigido a Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, será autuado no presente processo administrativo.
A Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, observará se a entidade requerente atende aos requisitos de qualificação constantes na legislação municipal, se atende às condições deste Edital, bem como se não incide nas causas de impedimento aqui previstas, realizando análise da documentação apresentada pela entidade, devendo, ao final, proferir parecer fundamentado quanto à qualificação, opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido. Em seguida encaminhará a Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e assinatura do Termo de Qualificação e/ou Contrato de Gestão.
A qualificação da entidade como Organização Social, será formalizada através de Termo de Qualificação, expedido no prazo estabelecido na legislação municipal e o deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município.
O pedido de qualificação será indeferido quando:
a requerente não atender os requisitos das áreas constantes no seu Estatuto;
a requerente não atender ao disposto na legislação municipal e as condições deste Edital, inclusive no que tange à experiência;
a documentação apresentada estiver incompleta ou não for apresentada no prazo concedido;
a requerente incorrer em uma das hipóteses de impedimento previstas neste Edital.
Indeferido o pedido, após a ciência da entidade, esta terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para interpor recursos e solicitar reapreciação do pedido, nos moldes estabelecidos na legislação municipal. Após este prazo, considerado apto o deferimento, será observado o disposto no item 3.3.
Restando inerte o requerente quanto ao prazo para interposição de recurso e solicitação de reapreciação do pedido ou, ainda, permanecendo o indeferimento, apósreanálise, extrato da decisão deverá ser publicado no Diário Oficial.
Permanecendo a decisão de indeferimento, após a interposição de recursos, não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto no item 3.5, publicando-se extrato nos termos do item anterior.
A entidade cujo pedido for indeferido poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da legislação municipal e das disposições deste Edital.
Será dada ciência à entidade de todo o resultado referente à solicitação do pedido de qualificação como Organização Social, da forma que trata este Edital.

A qualificação de entidade como Organização Social não obriga a Administração
Pública Municipal a firmar Contrato de Gestão com quaisquer das entidades qualificadas, as quais não têm direito subjetivo a qualquer tipo de repasse financeiro.
As entidades qualificadas como Organização Social poderão participar de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público específico, nos termos da legislação municipal vigente, para escolha da Organização Social apta a celebrar eventual Contrato de Gestão.
Caso qualifique-se apenas uma Organização Social, nos termos deste Edital, esta será convocada a apresentar o plano de trabalho no prazo estabelecido, sem necessidade de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público no prazo de até 10 (Dez) dias corridos.
As entidades interessadas assumem todos os custos do requerimento de qualificação, sendo que o Município de Lagoa Nova/RN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da qualificação.
Qualquer pessoa poderá solicitar à Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais esclarecimentos acerca do presente Edital, por meio do seguinte endereço eletrônico: prefeitura_lagoanova@outlook.com, ou protocolizar petição presencialmente no setor de Administração da prefeitura municipal de Lagoa Nova/RN, sito Av. Dr. Silvio Bezerra deMelo, 363, Centro, Lagoa Nova/RN.
Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Município de Lagoa Nova/RN, ouvida a assessoria jurídica e/ou outros órgãos técnicos a seu critério, observando-se a legislação aplicável.

4.7 O edital completo poderá ser obtido através do e-mail: prefeitura_lagoanova@outlook.com ou presencialmente no setor de Licitação da Administração da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

TIAGO FELIPE ACIOLE DA SILVA
Presidente da Comissão

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

R E Q U E R I M E N T O D E Q U A L I F I C A Ç Ã O

Local e data.

ASSUNTO: Requerimento de Qualificação como Organização Social.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidende da Comissão de Publicização/Qualificação, XXXXXXXXXXXX,

(NOME DA ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX, com

sede no Município de XXXXXXXXXX, sita(o) na (ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO, BAIRRO, CEP), neste ato representada(o) pelo seu(sua) (CARGO DO(A) REPRESENTANTE), (NOME COMPLETO DO(A) REPRESENTANTE), portador(a) do RG nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, com fulcro no disposto no Decreto Municipal nº 1.916/2025 e nos termos do Edital de Qualificação de Organização Social nº 004/2025, vem requerer a Vossa Excelência a aprovação para a qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Lagoa Nova/RN, para o que apresenta a documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Nome Completo - Cargo
RG e CPF
Nome da Entidade
Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 004/2025 CHAMADA PÚBLICA PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE SAÚDE

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXX, DECLARA, sob as penas da Lei e por ser a expressão da verdade:

( ) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

( ) Que inexiste impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

( ) Que Seus diretores não possuem grau de parentesco até terceiro grau com agentes públicos da administração direta ou indireta Municipal, bem como, que não exercem cargo público junto a esta Administração.

Cidade/UF, XX de XXXXXX de 2025.

Nome e Assinatura do Representante Legal/ Procurador

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:C6FABF2F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.945/2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.945/2025 Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

> "Decreta ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Lagoa Nova/RN no dia 20 de junho de 2025, e dá outras providências."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito Constitucional do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto do Estado do Rio Grande do Norte nº 34.625/2025, de 05 de junho de 2025, que estabelece ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Lagoa Nova/RN, o dia 20 de junho de 2025, sexta-feira.

Art. 2º - Excetuam-se da facultatividade a que se refere o art. 1º os serviços essenciais de atendimento à população, que funcionarão de acordo com as orientações das Secretarias Municipais a que estejam vinculados.

Parágrafo único - Para fins do que trata o *caput*, constituem serviços essenciais:

I - Serviços de Saúde no Hospital Municipal Garibaldi Alves Filho, que deverão funcionar em Regime de Plantão;

II - Serviços de Limpeza Urbana essencial e/ou eventual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;
Publique-se e,
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN

Publicado por:
Alissom Kennedy Santos de Oliveira
Código Identificador:54084083

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0340/2025 - GP

Portaria nº 0340/2025 - GP Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

> "Concede férias ao servidor e Converte 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário e da outras providencias".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **RAMON ANDERSON GUIMARÃES DOS SANTOS ASSIS,** matrícula nº: **3737**; Cargo de **Agente Administrativo,** lotado no **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º Considerando o período aquisitivo de Férias é de: **2024/2025** com período de gozo: **01.07.2025 a 30.07.2025.**

Art. 3º Considerando o **Memorando nº 1063/2025** da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, informando a necessidade do servidor, devido ao alto fluxo de demanda, para que o setor não fique sem funcionários suficiente para dá continuidade aos processos. Visando também que a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e o Município não sejam prejudicados em virtude de honrar em dia com seus compromissos, tendo em vista que no quadro de funcionários não dispõe de nenhum servidor que possa substitui-lo de forma imediata.

Art. 4º Converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, nos termos do disposto no art. 101, Parágrafo Único, da Lei Complementar n° 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, "O servidor, a critério da administração, poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia, gozando o restante" e em comum acordo entre as partes, será convertido 1/3 das férias não gozadas, referente ao período de **21 de julho de 2025 a 30 de julho de 2025,** em pecúnia.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:8421DBA2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0341/2025 - GP

Portaria nº 0341/2025 - GP Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

"Concede férias ao servidor e Converte 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário e da outras providencias".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **DAILTON ALAN DOS SANTOS SILVA,** matrícula nº: **3607**; Cargo de **Diretor Administrativo,** lotado no **Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana**, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º Considerando o período aquisitivo de Férias é de: **2024/2025** com período de gozo: **01.07.2025 a 30.07.2025.**

Art. 3º Considerando o **Memorando nº 887/2025** – da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana, informando a necessidade do servidor, devido ao alto fluxo de demanda, para que o setor não fique sem funcionários suficiente para dá continuidade aos processos. Visando também que a Secretaria Municipal de Obras, Serviço e Mobilidade Urbano e o Município não sejam prejudicados em virtude de honrar em dia com seus compromissos, tendo em vista que no quadro de funcionários não dispõe de nenhum servidor que possa substitui-lo de forma imediata.

Art. 4º Converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, nos termos do disposto no art. 101, Parágrafo Único, da Lei Complementar n° 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, "O servidor, a critério da administração, poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia, gozando o restante" e em comum acordo entre as partes, será convertido 1/3 das férias não gozadas, referente ao período de **21 de julho de 2025 a 30 de julho de 2025,** em pecúnia.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se; Publique-se; Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:0A330F19

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0342/2025 - GP

Portaria nº 0342/2025 - GP Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

"Concede férias ao servidor e Converte 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário e da outras providencias".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **TEÓFILO DANIEL DA SILVA,** matrícula nº: **121**; Cargo de **Coveiro,** lotado no **Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana**, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º Considerando o período aquisitivo de Férias é de: **2024/2025** com período de gozo: **01.07.2025 a 30.07.2025.**

Art. 3º Considerando o **Memorando nº 0496/2025** – da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana, informando que o servidor é responsável pela área de manutenção dos cemitérios, visando a continuidade do serviço público, solicitamos que o mesmo retorne a desempenhar suas funções no setor de manutenção dos cemitérios do Município. Visando também que a Secretaria Municipal de Obras, Serviço e Mobilidade Urbano e o Município não sejam prejudicados em virtude de honrar em dia com seus compromissos.

Art. 4º Converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, nos termos do disposto no art. 101, Parágrafo Único, da Lei Complementar n° 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, "O servidor, a critério da administração, poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia, gozando o restante" e em comum acordo entre as partes, será convertido 1/3 das férias não gozadas, referente ao período de **21 de julho de 2025 a 30 de julho de 2025,** em pecúnia.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se; Publique-se; Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:01F864B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0343/2025 – GP

Portaria nº 0343/2025 – GP Lagoa Nova / RN, 18 de junho de 2025.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO/ALTERAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TÍTULOS AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE LAGOA NOVA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas na Lei Municipal nº 409/2009, de 29 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1° - A presente Portaria dispõe acerca da implantação/alteração das gratificações aos profissionais do Magistério Público do Município de Lagoa Nova/RN, mediante lista em anexo, conforme previsão estabelecida no artigo 39 da Lei Municipal nº 409/2009 (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Lagoa Nova/RN).

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO PORTARIA Nº 343/2025 – GP, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TÍTULOS AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE LAGOA NOVA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ORDEM	NOME	CARGO	MAT	PORCENTAGEM
01	COSME RAFAEL PENHA	PROFESSOR	0214	05%
02	NOÊMIA PAULINO DE ARAUJO	PROFESSORA	0230	05%

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:24BAF4B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0344/2025 – GP

Portaria nº 0344/2025 – GP Lagoa Nova / RN, 18 de junho de 2025.

"NOMEIA A SENHORA MARTA JUSSARA SEVERIANO DA SILVA, NO CARGO COMISSIONADO DE VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR PAULO HERÔNCIO DE MELO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica e Lei Municipal nº 837/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a senhora **MARTA JUSSARA SEVERIANO DA SILVA**, no Cargo Comissionado de **VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR PAULO HERÔNCIO DE MELO** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:58573069

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0345/2025 - GP

Portaria nº 0345/2025 - GP Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

"Concede férias ao servidor e Converte 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário e da outras providencias".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Senhora **Maria Luana Souza da Silva,** matrícula nº: **1509**; Cargo de **Assessora Administrativa,** lotada no **Gabinete do Prefeito**, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º Considerando o período aquisitivo de Férias é de: **2023/2024** com período de gozo: **01.07.2025 a 30.07.2025.**

Art. 3º Considerando o **Despacho nº 1 1.150/2025** do Gabinete do Prefeito, ressaltando a necessidade da servidora que exerce atividades de relevante importância junto à Administração Municipal, prestando assistência direta ao Prefeito no trato e apreciação de assuntos relacionados aos Recursos Humanos de todas as Secretarias Municipais. Visando também que Gabinete do Prefeito e o Município não sejam prejudicados em virtude de honrar em dia com seus compromissos, tendo em vista que no quadro de funcionários não dispõe de nenhum servidor que possa substitui-la de forma imediata.

Art. 4º Converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, nos termos do disposto no art. 101, Parágrafo Único, da Lei Complementar n° 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, "O servidor, a critério da administração, poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia, gozando o restante" e em comum acordo entre as partes, será convertido 1/3 das férias não gozadas, referente ao período de **21 de julho de 2025 a 30 de julho de 2025,** em pecúnia.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:28C2E1C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0346/2025 - GP

Portaria nº 0346/2025 - GP Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

"Concede férias ao servidor e Converte 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário e da outras providencias".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Senhora **JARLENE GUILHERME DA SILVA MEDEIROS,** matrícula nº: **341**; Cargo de **Coordenadora do Arquivo Municipal,** lotada no **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º Considerando o período aquisitivo de Férias é de: **2024/2025** com período de gozo: **07.07.2025 a 05.08.2025.**

Art. 3º Considerando o **Protocolo nº 1987/2025** da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, informando a necessidade da servidora que a responsável pela supervisão e acompanhamento técnico das atividades do Arquivo Municipal. Visando também que a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e o Município não sejam prejudicados em virtude de honrar em dia com seus compromissos, tendo em vista que no

quadro de funcionários não dispõe de nenhum servidor que possa substitui-lo de forma imediata.

Art. 4º Converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, nos termos do disposto no art. 101, Parágrafo Único, da Lei Complementar n° 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, "O servidor, a critério da administração, poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia, gozando o restante" e em comum acordo entre as partes, será convertido 1/3 das férias não gozadas, referente ao período de **27 de julho de 2025 a 05 de agosto de 2025,** em pecúnia.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:EDA97B6B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0347/2025 – GP

Portaria nº 0347/2025 – GP Lagoa Nova / RN, 18 de junho de 2025

"EXONERA A SENHORA GENOVEVA ANTÃO BEZERRA NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIZ, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a senhora **GENOVEVA ANTÃO BEZERRA**, do Cargo Comissionado de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIZ**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:E05FD9B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2023

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2023

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA - SME**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **08.182.313/0001-10.**

CONTRATADO (A): **MARIA FRANCIMARA FARIAS DE SOUZA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 028.XXX.11 - SSP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 066.XXX.XXX-47, DOMICILIADA NA RUA JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO, Nº 66, MARACUJÁ – SANTA CRUZ/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSORA PEADGOGA** DECORRENTE DO **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023**, FIRMADO EM 10 DE MARÇO DE 2025 PELO CONTRATANTE.

JUSTIFICATIVA: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DEU-SE EM VIRTUDE DE MOTIVOS PESSOAIS DO CONTRATADO. PORTANTO, EMBASAMOS O DESLIGAMENTO DIANTE DO QUE REGE O ITEM 3 DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE VERSA SOBRE O CONSENSO DE AMBAS AS PARTES SOBRE O DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL CONTRATADO.

PARÁGRADO ÚNICO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA E PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS AO DIA 28 DE MAIO DE 2025.

BASE LEGAL: ARTIGOS 78, INCISO XII E 79, INCISO II DA LEI Nº. 8.666/93

LAGOA NOVA/RN, 18 DE JUNHO DE 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:C483317E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 073/2025 – SMADMRH

Portaria nº 073/2025 – SMADMRH Lagoa Nova/RN, 18 de junho de 2025.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN. Segue tabela abaixo o (a) servidor (a) que irã gozar férias no período de julho de 2025.

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERIODO AQUISITIVO	CARGO	PERIODO DE GOZO
Nº 345	JOSÉ DE ARIMATEIA LOPES GUIMARÃES	SMS	2023/2024	MOTORISTA	01.07.2025 A 15.07.2025

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:EEDF896A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PONTO FACULTATIVO

DECRETO N° 012 DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a conceção de ponto facultativo nos dias 20 e 24 de junho de 2025, no âmbito do município de Lajes Pintadas/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS,no exercício de suas atribuições legais, nos moldes da Lei Orgânica Municipal, resolve.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica Decretado aos Servidores Públicos Municipais e órgãos integrantes da Administração Direta deste Município, ***Ponto Facultativo,*** nos dias 20 e 24 de junho de 2025.
Art. 2° - O disposto nesta portaria não se aplica as repartições e serviços que tem por sua natureza à prestação de serviço permanente e essencial (Saúde e Serviços Urbanos), devendo seus secretários e diretores/coordenadores elaborem escala de funcionamento que atenda de forma mais harmônica possível o interesse da repartição e de seus servidores sem prejudicar o serviço correspondente.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, 18 de junho de 2025.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:65CE405D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 2025079

ORIGEM.....: PROCESSO Nº 11060225

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN

CONTRATADA(O).....: JOSÉ MARIA LEÃO

CPF:.....: 423.341.874-53

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PIPA COM 9.000,00 LT, INCLUINDO MOTORISTA, DESTINADO AO TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS ZONAS RURAL E URBANA DESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL.....: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: EXERCICIO 2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.55 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA no valor de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

VIGÊNCIA.....: 16 DE JUNHO DE 2025 À 16 DE JULHO DE 2025

DATA DA ASSINATURA.....: 16 DE JUNHO DE 2025

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:59C14D57

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É DISPENSÁVEL LICITAÇÃO PARA A DESPESA ABAIXO ESPECIFICADA, DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, COM FUNDAMENTO NO ART. 75, VIII, DA LEI 14.133/21, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E EM CONFORMIDADE COM O PARECER JURÍDICO ACOSTADO AOS AUTOS.

PROCESSO: 11060225

NOME DO CREDOR: JOSÉ MARIA LEÃO

CPF: 423.341.874-53

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PIPA COM 9.000,00 LT, INCLUINDO MOTORISTA, DESTINADO AO TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS ZONAS RURAL E URBANA DESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 16 DE JUNHO DE 2025.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:138903C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 244/2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros, titulares e suplentes, abaixo relacionados para composição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Lucrécia/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o disposto no art. 26, parágrafo 8º da Resolução FNDE nº 38, de 16/07/2009 e na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros, titulares e suplentes, abaixo relacionados para composição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Lucrécia/RN, eleitos pelos respectivos segmentos, para cumprimento de mandato de quatro anos (2022 à 2026) contados a partir da data de publicação desta portaria.

Segmento	Representante	
Poder Executivo	Maria Cleia Alves	Titular
	Francisco Lidiano da Cunha	Suplente
Docentes	Edna Marcia Rezende Reges	Titular
	Ferdinanda Cristina Pimenta de Almeida Dantas	Suplente

	Maria José de Oliveira Suassuna	Titular
	Meirelle Alves da Costa	Suplente
Pais de Alunos	Raimunda Nonata de Oliveira Neta	Titular
	Josivânia Dias de Queiroz	Suplente
	Rita Wigna Begna de Oliveira	Titular
	Antônia Josileide de Oliveira	Suplente
Sociedade Civil Organizada	Maria Alexandra Costa de Alencar	Titular
	Maria Francisca de Melo e Silva	Suplente
	Ana Maria de Oliveira Dias	Titular
	Vagner Cavalcante Soares	Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:4FC380D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 245/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 1 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), ao servidor Pedro Wemerson Alves Dias, CPF nº 061.009.144-17, RG 3.885.195-4 SSP/RN, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de Assessor de Transporte Hospitalar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas relacionadas ao transporte de pacientes para assistência médica na cidade de Natal/RN, no dia 17 de junho de 2025. O objetivo da viagem é viabilizar o deslocamento para realizar consultas nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Brasileiro da Visão e Hospital Universitário Onofre Lopes, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:FED86D5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 246/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), ao servidor Pedro Wemerson Alves Dias, CPF nº 061.009.144-17, RG 3.885.195-4 SSP/RN, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de Assessor de Transporte Hospitalar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas relacionadas ao transporte de pacientes para assistência médica na cidade de Mossoró/RN, nos dias 16, 19 e 20 de junho de 2025. O objetivo da viagem é viabilizar o deslocamento para realizar consultas nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Santa Luzia, Hospital da Solidariedade, West Clínica, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:E7B7E0C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 247/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), ao servidor Cleomar Benigno de Oliveira, RG/CPF nº 722.428.094-15, Matrícula 120718-0, ocupante do cargo de Assessor de Apoio às Ações de Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas relacionadas ao transporte de pacientes para assistência médica na cidade de Mossoró/RN, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2025. O objetivo da viagem é viabilizar o deslocamento para realizar consultas nos seguintes estabelecimentos de saúde: Clínica Dona Derm, Hospital Santa Luzia, West Home And Business, Hospital Wilson Rosado, Angioped e Nossa Clínica, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:7C139B8C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 248/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 02 (duas) diárias no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), ao servidor Thompson de Oliveira, CPF nº 178.480.768-06, RG 2.783.757 ITEP/RN, ocupante do cargo de Assessor de Transporte Hospitalar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas relacionadas ao transporte de paciente para assistência médica na cidade de Natal/RN, nos dias 16 e 17 de junho de 2025. O objetivo da viagem é viabilizar o deslocamento para uma consulta no Hospital Universitário Onofre Lopes, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:CE72E423

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 249/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 1 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), ao servidor Allyson Simone do Nascimento, CPF nº 034.982.684-65, RG 333.093.987 SSP/SP, ocupante do cargo de Assessor de Transporte Hospitalar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Natal/RN, nos dias 16 e 17 de junho de 2025, com o objetivo de transportar paciente para consulta no Hospital Brasileiro da Visão, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:928B446C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 250/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), ao servidor José Adson Costa da Cunha, CPF nº 021.399.164-09, RG 1.487.498 SSP/RN, Matrícula 090072-9, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Natal/RN, nos dias 18 e 19 de junho de 2025. O objetivo da viagem é realizar o transporte de pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Universitário Onofre Lopes, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:3CAC43AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - IMÓVEL EMULTI

Processo: Inexigibilidade nº 013/2024
Número de Contrato original: 2024.06.06-0001
Número do termo: 1º Aditivo
Objeto do aditivo: O presente Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 2024.06.06.0001, com o objetivo de dar continuidade ao Contrato de Locação de imóvel para funcionamento das atividades SESB (Serviço especializado em saúde bucal) e Emulti (Equipes Multiprofissionais na APS) centro odontológico no Município de Marcelino Vieira-RN;
Fundamentação: Artigos 105 e 107 DA LEI N. 14.133/2021.
Locador/CPF: Carlos Abraão De Paiva Dantas, 851.535.674-00
Data da Assinatura do aditivo: 30/05/2025.
Vigência: 01/06/2025 a 01/06/2026.

Publicado por:
Hugo José Adelino
Código Identificador:944176DB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - VEÍCULO GAB PREFEITO

Processo: Pregão Eletrônico nº 014/2022
Número de Contrato original: 2022.06.07-0001
Número do termo: 3º Aditivo
Objeto do aditivo: O presente Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 2022.06.07-0001, com o objetivo de dar continuidade ao Contrato de Prestação de Serviços de Locação de veículo para o gabinete do Prefeito, bem como reajustar o valor do contrato em 25%;
Fundamentação: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
Contratada/CNPJ: LN RENT CAR, 07.776.199/0001-93.
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Signatários: Hindemberg Pontes de Lima, pela prefeitura, e Luciano Alexandre Da Silva, pela empresa.
Data da Assinatura do aditivo: 05/06/2025.
Vigência: 07/06/2025 a 07/06/2026.

Publicado por:
Hugo José Adelino
Código Identificador:D73D5DA4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - CRED CDT

Processo: Credenciamento 002/2024
Número de Contrato: 2025.06.18.0001
Objeto: CREDENCIAMENTO da CREDENCIADA para a prestação de serviços, conforme especificações e descrição na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", disponível por meio do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) no seguinte endereço http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp.
Contratado/CNPJ: POLI & SARMENTO LTDA, 09.240.822/0001-14
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Valor: R$ 606.500,00 (seiscentos e seis mil e quinhentos reais).
Data da Assinatura do contrato: 18/06/2025.
Vigência: 19/06/2025 a 19/06/2026.

Publicado por:
Hugo José Adelino
Código Identificador:A3463CD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001 -2025 - PNAB - PREMIAÇÃO QUADRILHAS JUNINAS - 2º RETIFICAÇÃO

SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE MARTINS (RN), por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no exercício de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a alteração dos seguintes itens do edital supramencionado, passando o referido edital a ser retificado com a seguinte redação:

Onde se lê:

ANEXO X
CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Período de inscrições.	30/05/2025 a 06/06/2025
Divulgação do Resultado provisório dos Classificados na fase de seleção.	10/06/2025
Interposição de Recursos	11/06/2025 a 13/06/2025
Divulgação do Resultado do Recurso (quando houver) e do Resultado Final da fase de Classificação.	16/06/2025
Período de Habilitação	15/06/2025
Divulgação do Resultado provisório da fase de habilitação	16/06/2025
Interposição de Recursos.	17/06/2025 a 20/06/2025
Divulgação do resultado dos Recursos (quando houver), do Resultado Final da fase de Habilitação e da Homologação do Edital.	23/06/2025
Assinatura do termo e período de pagamento	24/06/2025 a 30/06/2025

Leia-se:

ANEXO X
CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Período de inscrições.	30/05/2025 a 06/06/2025
Divulgação do Resultado provisório dos Classificados na fase de seleção.	10/06/2025
Interposição de Recursos	11/06/2025 a 13/06/2025
Divulgação do Resultado do Recurso (quando houver) e do Resultado Final da fase de Classificação.	18/06/2025
Período de Habilitação	19/06/2025 a 22/06/2025
Divulgação do Resultado provisório da fase de habilitação	23/06/2025
Interposição de Recursos.	24/06/2025 a 26/06/2025
Divulgação do resultado dos Recursos (quando houver), do Resultado Final da fase de Habilitação e da Homologação do Edital.	27/06/2025
Assinatura do termo e período de pagamento	27/06/2025 a 30/06/2025

Martins/RN 18 de junho de 2025

ALICE BRUNNA LOBATO RIBEIRO TEIXEIRA BARRETO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:23F3D58F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002 -2025 - PNAB - PROJETOS CULTURAIS - 2º RETIFICAÇÃO

SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

O MUNICÍPIO DE MARTINS (RN), por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no exercício de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a alteração dos seguintes itens do edital supramencionado, passando o referido edital a ser retificado com a seguinte redação:

Onde se lê:

ANEXO XI CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Período de inscrições.	30/05/2025 a 06/06/2025
Divulgação do Resultado provisório dos Classificados na fase de seleção.	09/06/2025
Interposição de Recursos	10/06/2025 a 12/06/2025
Divulgação do Resultado do Recurso (quando houver) e do Resultado Final da fase de Classificação.	13/06/2025
Período de Habilitação	14/06/2025 e 15/06/2025
Divulgação do Resultado provisório da fase de habilitação	16/06/2025
Interposição de Recursos.	17/06/2025 a 20/06/2025
Divulgação do resultado dos Recursos (quando houver), do Resultado Final da fase de Habilitação e da Homologação do Edital.	23/06/2025
Assinatura do termo e período de pagamento	24/06/2025 a 30/06/2025

Leia-se:

ANEXO XI CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Período de inscrições.	30/05/2025 a 06/06/2025
Divulgação do Resultado provisório dos Classificados na fase de seleção.	10/06/2025
Interposição de Recursos	11/06/2025 a 13/06/2025
Divulgação do Resultado do Recurso (quando houver) e do Resultado Final da fase de Classificação.	18/06/2025
Período de Habilitação	19/06/2025 a 22/06/2025
Divulgação do Resultado provisório da fase de habilitação	23/06/2025
Interposição de Recursos.	24/06/2025 a 26/06/2025
Divulgação do resultado dos Recursos (quando houver), do Resultado Final da fase de Habilitação e da Homologação do Edital.	27/06/2025
Assinatura do termo e período de pagamento	27/06/2025 a 30/06/2025

Martins/RN 18 de junho de 2025

ALICE BRUNNA LOBATO RIBEIRO TEIXEIRA BARRETO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:5053C300

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228 -2025 - DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

"Dispõe sobre a substituição e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação."

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, considerando o disposto na Lei Municipal n° 296, de 05 de abril de 1998;

RESOLVE:

Art. 1º. **SUBSTITUIR** e **NOMEAR** os membros para compor o Conselho Municipal de Educação, para o período complementar (12 de março de 2024 a 12 de março de 2026), em virtude da alternância do poder governamental:

Representantes do Poder Executivo Municipal:
Titular: Edivânia Fernandes de Souza – **substituída por**:
Alan Clístenes da Silva Alves

Suplente: Maria Cláudia Costa de Queiroz Oliveira **– substituída por:**
Marcos Danilo Carvalho Gurgel

Representantes dos Professores e Diretores das Escolas Públicas Municipais:
Titular: Rita de Cássia de Oliveira Cardoso
Suplente: Liduína Freitas de Paiva Cunha

Representantes dos Pais dos Alunos das Escolas Públicas Municipais:
Titular: Leide Daiane Dantas Santos
Suplente: Kezia Bareto de Queiroz Silva

Representantes dos Servidores das Escolas Públicas Municipais
Titular: Simone Maria Bezerra Gurgel
Suplente: Elissandra Rodrigues dos Santos

Represantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Danilba Francisca da Conceição Silva Oliveira - **substituída por**:
Sanelly Luany de Oliveira Cardoso Sousa

Suplente: Hélia de Oliveira Silva - **substituída por**:
Evódia Magda Costa de Queiroz

Representantes de Associações
Titular: Aurineide Liberato da Silva
Suplente: Maria Marly de Paiva Holanda

Representantes do Sindicato dos Servidores Municipais
Titular: Regina de Fátima Ribeiro Teixeira
Suplente: Tânia Maria de Andrade

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2025.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS, em 18 de junho de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:2394E3AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE SRP Nº 005/2025

O Município de Maxaranguape torna público que no dia 02/07/2025, às 10h01min, realizará licitação na modalidade PE SRP nº 005/2025 – Menor Preço Por Item Objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, LIMPEZAS E CONSERTOS EM TUBULAÇÕES, CANOS INTERNOS E EXTERNOS DE DRENAGEM, ACESSÓRIOS E COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA DE MARANGUAPE/RN. Edital e anexos em: https://site.maxaranguape.rn.gov.br, www.bnc.org.br e cplmaxaranguape@gmail.com ou na sala de licitações na Rua 15 de Novembro – 45 – Centro – Maxaranguape/RN.

Maxaranguape/RN, 18 de junho de 2025.

KEDSON JOSE DE LIMA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Kedson Jose de Lima
Código Identificador:E9E457D8

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL NO 019/2025, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2025, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre o Ponto Facultativo nas repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Maxaranguape e dá outras providências.

A Senhora **MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA**, Prefeita do Município de Maxaranguape, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela art. 101, I, *i*, Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

***Art. 1º.** Fica decretado ponto facultativo no dia 19 de junho de 2025, alusivo ao dia de Corpus Christi e no dia 20 de junho de 2025 posterior ao dia alusivo a Corpus Christi, nos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Maxaranguape - RN.

Art. 2º. O disposto no caput do artigo não se aplica às atividades consideradas como essenciais ao funcionamento do serviço público municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
*republicado por incorreção.
Gabinete da Prefeita do município de Maxaranguape/RN, em 17 de junho de 2025.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal de Maxaranguape – RN

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:624FCE2E

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº043/2025 DISPENSA Nº 011/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE - CNPJ: 08.170.540/0001-25
CONTRATADA: HRFX EFEITOS LTDA, inscrito no CNPJ: 49.704.021/0001-87

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de fogos de artifício para serem utilizados em atividades festivas ou

eventos alusivos a comemorações a serem realizados pela Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN.
.
VIGÊNCIA: Início: 28/02/2025 - Término: 31/12/2025, prorrogável conforme Lei 14.133/21 e alterações posteriores

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.001 Sec. Mun. de Administração
2078 Manut. da Sec. Mun. de Administração
3.3.90.30 Material de consumo
15000000 Recursos Não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 56.740,00 (Cinquenta e seis mil e setecentos e quarenta reais)

Maxaranguape /RN, 28 de fevereiro de 2025

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita
CPF: 025.XXX.XX4-81
P/Contratante

FELIPE REIS DE ALMEIDA SILVA
CPF: 017.XXX.XX4-64
P/Contratada

Republicado por incorreção

Publicado por:
Meire Nadia Cardoso de Oliveira
Código Identificador:5F6B8045

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº062/2025 CHAMADA PUBLICA Nº 002/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE - CNPJ: 08.170.540/0001-25
CONTRATADA:GEILZA CRUZ,INSCRITO NO CPF N° 010.XXX.XX4-57

OBJETO: É objeto desta contratação a Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar de alunos do município de Maxaranguape-RN, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE 2025, conforme prevêaLeinº11.947de16dejunhode 2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, a serem entregues semanalmente, diretamente nas unidades educacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e conforme o Edital de Chamada Pública n.º002/2025, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

VIGÊNCIA: Início: 11/06/2025 - Término: 11/06/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

AçãoOrçamentária:

2022 - Prog. Nac. de Alim. Escolar Fundamental;
2024- Prog.Nac.deAlim.EscolarPNAE-Creche;
2026 - Prog. Nac. de Alim. Escolar Pré-Escola;
2034 - Prog. Nac. de Alim. Escolar EJA;
2036 - Prog. Nac. de Alim. Escolar Ed.Especial;
Natureza daDespesa:
3.3.90.30 – Material deConsumo;
Fontes deRecursos:
15520000-
TransferênciasdeRecursosdoFNDEreferentesaoProgramaNacionalde Alimentação Escolar (PNAE).

Valor:R$ 15.367,50 (Quinze mil trezentos e sessenta e sete e cinquenta centavos)

Maxaranguape /RN, 11 de junho de 2025

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita
CPF: 025.XXX.XX4-81
P/Contratante

GEILZA CRUZ
CPF: 010.XXX.XX4-57
P/Contratada

Republicado por incorreção

Publicado por:
Meire Nadia Cardoso de Oliveira
Código Identificador:08050266

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 059/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE - CNPJ: 08.170.540/0001-25
CONTRATADA: FLAY INVESTIMENTOS & ENTRETENIMENTOS LTDA - CNPJ: 58.898.002/0001-20
OBJETO: Contratação da Banda " FLAY" para o evento “Maxaranguape Junino 2025 – Maracajuão” para01apresentação (show), em Maracajaú, Maxaranguape/RN. o valor de 1 (Uma) apresentação será de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais**)**, cujo os valores supracitados já estão incluídos todos os custos referentes ao transporte, hospedagem e alimentação para a prestação do serviço por conta da CONTRATADA.
Discriminação dos locais: A apresentação será na praia de Maracajaú no dia 21/06/2025 das 23:30hrs das 01:30hrs em praça pública, e no que trata da contratação, será por meio de sua empresa FLAY INVESTIMENTOS & ENTRETENIMENTOS LTDA CNPJ 58.898.002/0001-20.
VIGÊNCIA: Início: 18/06/2025 - Término: 31/12/2025
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Dotação Orçamentária:
Unidade: 08.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e Turismo.
Ação: 2059 - Atrações e Eventos Diversos
2070 - Realização de Ev.Turis. e promoção do Potencial Turist. Maxaranguape
Natureza da despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica.
Fonte: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos

Maxaranguape/RN, 18 de junho de 2025

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita
CPF: 025.XXX.XX4-81
P/Contratante

PEDRO GOMES DA SILVA NETO
Empresário
CPF: 132.XXX.XX4-06
P/Contratada

Publicado por:
Camila Dayana Ferreira do Nascimento
Código Identificador:E7FB402D

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 059/2025

A Ordenadora de Despesas da(o) Prefeitura Municipal de MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133 de 01 abril de 2021 e suas atualizações posteriores, **RECONHECE** no que segue abaixo:
Objeto: Contratação da Banda " FLAY" para o evento “Maxaranguape Junino 2025 – Maracajuão” para01apresentação (show), em Maracajaú, Maxaranguape/RN. o valor de 1 (Uma) apresentação será

de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais**)**, cujo os valores supracitados já estão incluídos todos os custos referentes ao transporte, hospedagem e alimentação para a prestação do serviço por conta da CONTRATADA.
Discriminação dos locais: A apresentação será na praia de Maracajaú no dia 21/06/2025 das 23:30hrs das 01:30hrs em praça pública, e no que trata da contratação, será por meio de sua empresa FLAY INVESTIMENTOS & ENTRETENIMENTOS LTDA CNPJ 58.898.002/0001-20, portanto vem RATIFICAR a presente declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Maxaranguape/RN, 18 de junho de 2025.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Camila Dayana Ferreira do Nascimento
Código Identificador:ED9E57E0

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 060/2025

A Ordenadora de Despesas da(o) Prefeitura Municipal de MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133 de 01 abril de 2021 e suas atualizações posteriores, **RECONHECE** no que segue abaixo:
Objeto: Contratação da Banda " PADRE CARLLOS AGUIAR" para o evento "Maxaranguape Junino 2025 – Maracajuão" para01apresentação (show), em Maracajaú, Maxaranguape/RN. o valor de 1 (Uma) apresentação será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais**)**, cujo os valores supracitados já estão incluídos todos os custos referentes ao transporte, hospedagem e alimentação para a prestação do serviço por conta da CONTRATADA.
Discriminação dos locais: A apresentação será na praia de Maracajaú no dia 21/06/2025 das 19:00hrs das 21:00hrs em praça pública, e no que trata da contratação, será por meio de sua empresa ORLANDO BEZERRA PEIXOTO 07501749434 CNPJ 22.835.074/0001-80, portanto vem RATIFICAR a presente declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Maxaranguape/RN, 18 de junho de 2025.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Camila Dayana Ferreira do Nascimento
Código Identificador:CE14B33B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 180/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 180/2025

Concede Licença Especial a servidor(a) público(a) do município de Maxaranguape/RN.

O Secretário de Administração da Prefeitura de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais na melhor forma da Lei Orgânica do Município e em atendimento a Portaria nº. 010/2020.

Considerando a solicitação do servidor **JOÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NETO, CPF: 704.XXX.XXX-68,** como também os pareceres acostados aos autos do Protocolo nº **479/2025** de 16 de junho de 2025;

RESOLVE:

Art.1°. Conceder licença especial ao servidor **JOÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NETO, CPF: 704.XXX.XXX-68,** pelo período de 16/06/2025 a 16/09/2025.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 16 de junho de 2025.

Maxaranguape/RN, 18 de junho de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura de Maxaranguape/RN

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:FAB06667

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO ADESÃO N° 05/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO
Adesão N° 05/2025

Processo Administrativo Nº 079/2025

O Sr. Prefeito do Município de Montanhas/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, e com fulcro no Parecer da Assessoria Jurídica do município:

RESOLVE:

RATIFICAR, *a ADESÃO Nº 05/2025 às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nº 29, 30 e 31 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL MONTE ALEGRE-RN, objetivando a Aquisição de tecidos e aviamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, conferida nos autos do processo, tendo como detentora as empresas* ***49504924 MATHEUS HENRIQUE FERNANDES DE OLIVEIRA CNPJ: 49.504.924/0001-14,*** *no valor total de R$ R$ 65.472,25 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte cinco centavos),* ***RCM COMERCIO VAREJISTA RAMON COELHO LTDA, CNPJ: 50.507.469/0001-90*** *no valor total de R$ R$ R$ 43.143,33 (quarenta e três mil, cento e quarenta e três reais e trinta e três centavos)* ***e S. R. B. COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 05.048.763/0002-07****, no valor total de R$ R$ R$ 366.977,23 (trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos).*

Montanhas/RN, em 20 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:2D2295FD

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025

PROCESSO Nº 77/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: X3 BEST LTDA
CNPJ: 27.490.097/0001-14
OBJETO: Contratação de atração musical do setor artístico cultural, consagrada pela crítica regional (RYANZINHO LIMA) para

apresentação no dia 23 de junho de 2025, na tradicional evento Junino no Município de Montanhas/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais),
ORIGEM DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; AÇÃO: 2083 – Apoio aos Eventos Culturais e Festivos do Município; NATUREZA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; FONTE: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; REGIÃO: 0001 – Montanhas.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

Montanhas/RN, 18 de junho de 2025.

ASSINAM PELAS PARTES:

CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
CONTRATADA: Pedro Gomes da Silva Junior

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:BEF6F326

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2024

OBJETO:O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo junto ao Contrato Administrativo nº 002/2024, o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada para pavimentação em paralelepípedo pelo método convencional com drenagem superficial em diversas ruas no município de Montanhas/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ:08.354.383/0001-08
CONTRATADO:DNS SERVICOS E LOCACOES EIRELI
CNPJ:32.301.940/0001-07
ORIGEM: Tomada de Preços nº 003/2023
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 29 de maio à 25 de novembro de 2025.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, § 1º, Inciso II,da Lei nº 8.666/93.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Montanhas/RN, 29 de maio de 2025.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
PELA CONTRATADA:Diuana Nunes da Silva

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:7DAE851E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2023

OBJETO: Prorrogação de prazo junto ao Contrato nº 083/2023, o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada na aquisição de licença anual para uso do cesta de preços, software especializado no auxílio da elaboração de orçamento estimativo/pesquisa de preços para processos de contratação pública, a partir do fornecimento de preços praticados por entes e instituições de todo o brasil, com especial atenção à nossa região, uma vez que dispõe de dados da Femurn e Central de Compras da Paraíba, entre outros.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
CONTRATADO:CESTA DE PREÇOS - SOLUCOES TECNOLOGIAS E CAPACITACOES LTDA
CNPJ:26.776.175/0001-89
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 025/2023
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 19 de junho de 2025 à 19 de junho de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Montanhas/RN, 18 de junho de 2025.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
PELA CONTRATADA:Fabyana Rafaella Nogueira Harper Cox

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:1001E595

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTANHAS RN E O SENHOR ARTHUR FELLYPE SILVA DOS SANTOS.

O **MUNICÍPIO DE MONTANHAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, 04, Centro, Montanhas, RN, na qualidade de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **ANTONIO MARCOLINO NETO** e do outro lado o Senhor **ARTHUR FELLYPE SILVA DOS SANTOS** inscrito no CPF/MF sob o nº **XXX.595.104-XX**, encerram o Contrato, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o encerramento do Contrato Administrativo de Serviço Temporário, conforme o pedido de exoneração do servidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força do presente encerramento, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, ficando o município de Montanhas obrigado a pagar os valores dos serviços já prestados até a data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o fórum do município de Nova Cruz/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Montanhas RN, 21 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

ARTHUR FELLYPE SILVA DOS SANTOS
CPF: XXX.595.104-XX

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:D34C5870

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTANHAS RN E A SENHORA IZAURA ELOIZA DO NASCIMENTO DE MENDONÇA.

O **MUNICÍPIO DE MONTANHAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, 04, Centro, Montanhas, RN, na qualidade de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **ANTONIO MARCOLINO NETO** e do outro lado o Senhora **IZAURA ELOIZA DO NASCIMENTO DE MENDONÇA** inscrito no CPF/MF sob o nº **XXX.329.197-XX**, encerram o Contrato, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o encerramento do Contrato Administrativo de Serviço Temporário, conforme o pedido de exoneração do servidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força do presente encerramento, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, ficando o município de Montanhas obrigado a pagar os valores dos serviços já prestados até a data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o fórum do município de Nova Cruz/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.
Montanhas RN, 25 de março de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

IZAURA ELOIZA DO NASCIMENTO DE MENDONÇA
CPF: XXX.329.197-XX

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:EBCEDCEA

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTANHAS RN E O SENHOR REUEL FELIPE NUNES FERRAZ.

O **MUNICÍPIO DE MONTANHAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, 04, Centro, Montanhas, RN, na qualidade de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **ANTONIO MARCOLINO NETO** e do outro lado o Senhor **REUEL FELIPE NUNES FERRAZ** inscrito no CPF/MF sob o nº **XXX.228.624-XX**, encerram o Contrato, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o encerramento do Contrato Administrativo de Serviço Temporário, conforme o pedido de exoneração do servidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força do presente encerramento, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, ficando o município de Montanhas obrigado a pagar os valores dos serviços já prestados até a data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o fórum do município de Nova Cruz/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.
Montanhas RN, 06 de junho de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

REUEL FELIPE NUNES FERRAZ
CPF: XXX.228.624-XX

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:3B18019E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTANHAS RN E A SENHORA RAYDANIRA DYANNE SOUSA DE MELO.

O **MUNICÍPIO DE MONTANHAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, 04, Centro, Montanhas, RN, na qualidade de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **ANTONIO MARCOLINO NETO** e do outro lado o Senhora **RAYDANIRA DYANNE SOUSA DE MELO** inscrito no CPF/MF sob o nº **XXX.099.874-XX**, encerram o Contrato, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o encerramento do Contrato Administrativo de Serviço Temporário, conforme o pedido de exoneração do servidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força do presente encerramento, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, ficando o município de Montanhas obrigado a pagar os valores dos serviços já prestados até a data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o fórum do município de Nova Cruz/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Montanhas RN, 04 de junho de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

RAYDANIRA DYANNE SOUSA DE MELO
CPF: XXX.099.874-XX

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:E526EB6C

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 042/2025

PROCESSO Nº 78/2025
OBJETO: Locação de campo de futebol destinado à partidas e treinamento, localizado no sítio Serrote, zona rural do município de Montanhas/RN.

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso V, da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a locação do imóvel do Senhor **MARCOS BELMIRO DA ROCHA - CPF nº 035.688.057-58**, com o valor global de **R$ 2.541,60 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).**, referente à locação de campo de

futebol destinado à partidas e treinamento, localizado no sítio Serrote, zona rural do município de Montanhas/RN.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 09 de junho de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:A462B993

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LEVANTAMENTO DE PREÇOS MERCADOLÓGICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN,
CONSIDERANDO Princípios fundamentais de legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência pública, e competitividade, objetivando a realização melhor contratação possível para o objeto pretenso;
CONSIDERANDO a necessidade de obediência e observação aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021.
TORNA PÚBLICO o interesse em adquirir o objeto abaixo detalhado e solicita aos eventuais interessados que apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE BOMBEIRO CIVIL E BRIGADISTA DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PÂNICO, COM A FINALIDADE DE REALIZAR O ACOMPANHAMENTO, PREVENÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO "MONTE ALEGRE VILA SÃO JOÃO 2025", PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS, EM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS DE SEGURANÇA PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
DESCRIÇÃO DE QUANTIDADES:

Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quantidade	Valor Unit.
1	Contratação dos serviços profissionais técnicos de BOMBEIRO CIVIL para acompanhamento e fiscalização de eventos do Monte Alegre Vila São João 2025.	UND	9,000000	0,00
2	Contratação dos serviços profissionais técnicos de BOMBEIRO CIVIL e Brigadista para acompanhamento e fiscalização de eventos do Monte Alegre Vila São João 2025.	UND	37,000000	0,00

OBSERVAÇÕES: As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível; Somente serão aceitas propostas de empresas do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação pretendida; os pedidos de esclarecimentos, informações complementares, e o envio das Propostas de Preços requeridas deverão ser encaminhados para o e-mail **compras@montealegre.rn.gov.br** ou entregues na sede da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN das 8h às 16h, em atenção ao Agente de Contratações, no formato portátil de documento eletrônico; as propostas encaminhadas deverão estar no formato PDF (Portable Document Format), devidamente assinadas, contendo no mínimo:
a) Descrição do Objeto;
b) Valor unitário e total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente e/ou CPF;
d) Certidões Fiscais,
e) Endereços físicos, eletrônicos, contatos de e-mail e telefone de contato;
f) Data de emissão; e
g) Nome completo e identificação do responsável pela emissão.
Considerando ainda que o prazo de validade da proposta, não inferir a 60 (sessenta) dias.
As propostas deverão ser encaminhadas por e-mail ou entregues fisicamente até às 12h do dia 20/06/2025.

Publique-se.

Monte Alegre/RN, em 18 de Junho de 2025.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação
Matrícula nº 000316

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:FCAA81D2

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LEVANTAMENTO DE PREÇOS MERCADOLÓGICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN,
CONSIDERANDO Princípios fundamentais de legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência pública, e competitividade, objetivando a realização melhor contratação possível para o objeto pretenso;
CONSIDERANDO a necessidade de obediência e observação aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021.
TORNA PÚBLICO o interesse em adquirir o objeto abaixo detalhado e solicita aos eventuais interessados que apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENADOR TÉCNICO PARA O FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DO MONTE ALEGRE VILA SÃO JOÃO 2025, O QUAL SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DE 24 A 27 DE JUNHO DE 2025, NO GINÁSIO POLIESPORTIVO OSMUNDO FARIAS, CENTRO DE MONTE ALEGRE/RN.
DESCRIÇÃO DE QUANTIDADES:

Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quantidade	Valor Unit.
1	Contratação de serviço de Coordenador Técnico para o Festival de Quadrilhas Juninas do Monte Alegre Vila São João 2025, o qual será realizado no período de 24 a 27 de Junho de 2025, no Ginásio Poliesportivo Osmundo Farias, Centro de Monte Alegre/RN.	UNID.	1,000000	0,00

OBSERVAÇÕES: As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível; Somente serão aceitas propostas de empresas do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação pretendida; os pedidos de esclarecimentos, informações complementares, e o envio das Propostas de Preços requeridas deverão ser encaminhados para o e-mail **compras@montealegre.rn.gov.br** ou entregues na sede da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN das 8h às 16h, em atenção ao Agente de Contratações, no formato portátil de documento eletrônico; as propostas encaminhadas deverão estar no formato PDF (Portable Document Format), devidamente assinadas, contendo no mínimo:
a) Descrição do Objeto;
b) Valor unitário e total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente e/ou CPF;
d) Certidões Fiscais,
e) Endereços físicos, eletrônicos, contatos de e-mail e telefone de contato;
f) Data de emissão; e
g) Nome completo e identificação do responsável pela emissão.
Considerando ainda que o prazo de validade da proposta, não inferir a 60 (sessenta) dias.
As propostas deverão ser encaminhadas por e-mail ou entregues fisicamente até às 12h do dia 23/06/2025.

Publique-se.

Monte Alegre/RN, em 18 de Junho de 2025.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação
Matrícula nº 000316

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:32BFA0B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°501/2025 – GABINETE DO PREFEITO

Exonera Servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas em Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1° - EXONERAR, a pedido, a Sra. **ALVANA MAGALY ALVES DE SOUZA LINO**, inscrita no CPF nº 829.***.***-91 do cargo de ***Professora***, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, junto ao município de Monte Alegre/RN.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de junho de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Alegre/RN, em 18 de junho de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:297C435F

MONTEPREV
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 009/2025
PROC. ADMIN. MMA Nº 02016.000013/2025

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso III, "f", da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa **LEMA TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 35.826.836/0001-24, com o valor total de R$ 2.280,99 (dois mil, duzentos e oitenta reais e noventa e nove centavos), referente à **"Inscrição de servidores no curso preparatório para certificação profissional do comitê de investimentos do Monteprev".**

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Monte Alegre/RN, 18 de junho de 2025

VÂNIA MACIEL FAUSTINO
Diretora Presidente

Publicado por:
Dary Herbert Vieira de Aguiar
Código Identificador:E3C90F20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 048 DE 18 DE JUNHO DE 2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 048 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

Considerando a celebração religiosa e regional alusiva ao período junino;

Considerando a adoção de medidas que visam à economicidade dos recursos públicos, especialmente no que se refere ao consumo de energia elétrica, água e outros insumos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo do dia **23/06/2025 a 30/06/2025**, nas repartições internas e externas da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único – Os atos administrativos de caráter continuado, a serem realizados neste período, ficarão mantidos (Serviços Contábeis, Financeiros, Compras, Licitações, RH, Controle Interno, e aqueles que existam à Necessidade Pública de atendimento à população), mesmo que funcionando em horário reduzido ou de prontidão, apenas para atender aos anseios da Administração Pública bem como de possíveis emergências da população.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais e/ou que não possam sofrer descontinuidade, especialmente na área da Saúde e coleta de lixo urbano, serão mantidos.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte das Gameleiras/RN, 18 de junho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:D03F80F1

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 483 DE 18 DE JUNHO DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº 483 DE 18 DE JUNHO DE 2025

Revoga o § 1º do art. 106 da Lei Municipal nº 138/1998 – Regime Jurídico Único dos servidores municipais.

JEFERSON RODRIGUES FÉLIX, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS – RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica revogado, *§ 1º do art. 106 da Lei Municipal nº 138/1998, passando o artigo 106 a ter a seguinte redação*:

Art. 106 - O servidor pode ser cedido para exercício em unidade administrativa de outro poder ou órgão equivalente do município, da união, de outro município, do Distrito Federal ou de Território federal, ou de entidade da administração indireta:

I - A fim de exercer cargo em comissão ou função de direção, chefia ou Assessoramento:

II - Nos casos previstos em leis específicas.

***§1°** - REVOGADO*

Artigo 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte das Gameleiras, 18 de junho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:81B888E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195 DE 11 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA Nº 195 DE 11 DE JUNHO DE 2025

NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO VI FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS - RN

Nomeia a Comissão de Organização do Festival de Quadrilhas Juninas do Municipio de Monte das Gameleiras/RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 013/2024.

CONSIDERANDO a retomada da tradição da realização do Festival de Quadrilhas Juninas de Monte das Gameleiras, onde será realizada a sua VI edição, busca valorizar, difundir e incentivar uma das maiores manifestações culturais brasileira da Região Nordeste;

CONSIDERANDO; Que tais eventos são de suma importância para o municipio, pois além de aquecer o mercado local, também oferecem momentos únicos de lazer e cultura para todos os municipes;

CONSIDERANDO; que para a realização de festivvidades dessa magnitude se faz necessário a criação de comissão em caráter transitório, com a finalidade de compartilhamento de conhecimento de prática organizacional e divisão de tarefas.

RESOVE;

Art. 1º - NOMEAR os servidores abaixo, com a Presidência do Primeiro, para compor a Comissão de Organização do VI Festival de Quadrilhas Juninas do ano de 2025 do Municipio de Monte das Gameleiras/RN:

1)Nome: LINDOLFO DO NASCIMENTO LIMA
CPF: 132.XXX.XXX-32
2)Nome: JOSÉ IVANILSON GOMES DA SILVA
CPF: 706.XXX.XXX-51
3)Nome: ERNANDES DA SILVA LEMOS
CPF: 121.XXX.XXX-57
4)Nome: JOSÉ WILLIAM SOARES DE OLIVEIRA
CPF: 109.XXX.XXX-47

Art. 2º - A comissão deverá criar o regulamento levando em consideração os fatores culturais do município.

Art. 3º - Fica a Cargo da Comissão organizadora, estabelecer e executar no ato da inscrição, os critérios de pontuação.

Art. 4º - Encerrando-se as festividades juninas, encerra-se a vigência desta comissão.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Publique-se e cumpra-se.

Monte das Gameleiras/RN, 11 de junho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FÉLIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:346EEAFB

GABINETE DO PREFEITO
VI FESTIVAL DE QUADRILHAS DE MONTE DAS GAMELEIRAS – RN

REGULAMENTO DO FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINA CATEGORIA ESTILIZADA.

A Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras/RN, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Desportos, com o objetivo de difundir as tradições e a cultura popular, valorizar as expressões culturais e artísticas e proporcionar aos munícipes e visitantes opções de lazer, realizará o VIº Festival de Quadrilhas Juninas na Categoria Estilizada.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Festival de quadrilhas juninas na categoria estilizada tem por finalidade valorizar, difundir e incentivar uma das manifestações culturais brasileira mais popular na região do nordeste.

Art. 2º - As quadrilhas juninas estilizadas inscritas deverão cumprir estritamente as normas constantes neste Regulamento.

Parágrafo único – O não cumprimento deste regulamento por parte das quadrilhas devidamente inscritas e credenciadas pela comissão organizadora acarretará nas penalidades previstas neste regulamento.

Art. 3º - Mediante a Portaria nº 195 de 11 de junho de 2025 ficam instituidos os membros abaixo relacionados para compor a comissão organizadora do deste evento.

Lindolfo do Nascimento Lima
José Ivanilson Gomes da Silva
Ernandes da Silva Lemos
José William Soares de Oliveira

CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º - As inscrições para o Festival de Quadrilhas Juninas serão realizadas **de 15 a 20 de junho de 2025**, na sede da Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras/RN ou através do e-mail: secultmonte@gmail.com.

Art. 5º - O (s) representante (s) deverá (ão) apresentar a ficha de inscrição (anexo I deste regulamento) bem como as cópias legíveis dos documentos do responsável pela quadrilha **junina: RG, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO.**

Art. 6º - Deverá ser entregue junto à ficha de inscrição uma declaração conforme anexo II deste regulamento, assinado de no mínimo 10(dez) integrantes da quadrilha junina, informando o representante legal para fins de recebimento da premiação. Junto com a documentação do representante delegado, qual seja cópia do RG, CPF, Comprovante de residência e dados bancários.

CAPITULO III - DA REALIZAÇÃO.

Art. 7º - O Festival de Quadrilhas Juninas do Município de Monte das Gameleiras será realizado no dia 29 de junho de 2025, no Ginásio Poliesportivo Iberê Ferreira de Souza, situado na Praça São Sebastião, Centro de Monte das Gameleiras.

PROGRAMAÇÃO DO FESTIVAL DE QUADRILHAS 2025:

Dia: 29/06/2025: (Domingo) Festival de Quadrilhas juninas estilizada.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º - Poderão participar do festival de quadrilhas quaisquer quadrilhas estilizadas do Rio Grande do Norte assim como de outros

estados da região nordeste desde que cumpram as normas deste regulamento.

Art. 9º - É de responsabilidade das quadrilhas juninas a utilização de música ao vivo ou mecânica (**CD/PEN DRIVE**) ficando a organização do evento responsável pelo equipamento sonoro.

Parágrafo Único – A quadrilha que optar por música ao vivo (regional) deverá informar a
comissão organizadora, na ficha de inscrição nas informações adicionais, o número de
integrante do conjunto e os instrumentos a serem utilizados. No caso da escolha do som
mecânico (CD/PEN DRIVE), as quadrilhas deverão passar o material da apresentação para a comissão organizadora no dia do evento antes da apresentação e designar 01 integrante do grupo para acompanhar durante toda a apresentação junto ao mesário do som.

CAPÍTULO V - DA APRESENTAÇÃO

Art. 10° – As quadrilhas estilizadas e tradicionais apresentar-se-ão nos dias, 29 de Junho de 2025, seguindo a ordem de chegada no dia de sua apresentação no local de concentração e recepção das quadrilhas. **(ESCOLA MUNICIPAL VIRTUOSA BERNARDINA DA COSTA)**. A devida escola ficará aberta até as 22h00 do dia de sua apresentação, para acolhida das juninas.

Art. **11°** - As quadrilhas terão até as 21h00min do dia de sua apresentação para se fazerem presentes no local de concentração e acolhida das juninas, citado no art.10°. Os grupos que chegarem após as 21h00min não serão pontuados no quesito **Pontualidade**.

Art. 12° – As quadrilhas terão 25 (vinte cinco) minutos para sua apresentação + 10 (dez) minutos para montagem dos seus equipamentos.

Art. 13° – É vetada a utilização de fogos de artifícios e similares, dentro do arraial, antes, durante ou após a apresentação.

CAPÍTULO VI - DO JULGAMENTO

Art. 14°– A Comissão Julgadora será constituída de 05 (CINCO) membros indicados pela Secretaria Municipal de Cultura e Desporto e Comissão Organizadora do evento, cuja escolha será fundamentada no entendimento e na capacidade de discernimento cultural dos critérios estabelecidos para efeito de julgamento.

Art. 15° – A comissão julgadora é soberana em sua decisão. Portanto, somente ela poderá opinar e decidir sobre as notas, classificação e resultado final do Festival.

Parágrafo único - Ao término da apresentação o representante de cada quadrilha poderá se dirigir ao palco e solicitar o mapa de notas impressas e assinado por um representante da comissão organizadora do VI festival de Quadrilhas Juninas de Monte das Gameleiras.

CAPÍTULO VII – DAS AVALIAÇÕES

Art. 16° – Os itens submetidos a julgamento para categoria estilizada e tradicional serão:
COREOGRAFIA – [Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)].
Inovação nos Movimentos: A coreografia deve apresentar movimentos novos ou com uma interpretação única, destacando a criatividade do coreógrafo.
Adaptação ao Tema: Se houver um tema específico, a coreografia deve ser capaz de transmiti-lo de forma inovadora.
Qualidade do Movimento: Os movimentos devem ser executados com precisão, controle e fluidez.
Ritmo e Sincronia: A coreografia precisa ser bem sincronizada, com todos os dançarinos executando os movimentos de forma harmônica e no ritmo certo da música ou do tempo.

FIGURINO – [Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)].
Harmonia com o Estilo da Dança: Cada estilo de dança tem características próprias e o figurino deve estar em sintonia com isso.
Visibilidade e Impacto Visual: O figurino deve se destacar, seja pela cor, brilho ou detalhes.
Contraste e Harmonia: As cores do figurino devem complementar os outros elementos visuais, como a iluminação, o cenário e os dançarinos em si.

EVOLUÇÃO – [Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)].
Criatividade: Inovação nas evoluções e dinamicidade na execução.
Continuidade e manutenção da intencionalidade dos movimentos alinhamento do conjunto nas suas determinadas evoluções
Elegância: beleza do conjunto e dança dos dançarinos, e

ANIMAÇÃO – [(Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)).].
Vibração: Entusiasmo durante a execução da coreografia
Animação contangiante com o público
Garra, determinação, força de vontade.

HARMONIA – [Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)].
Entrosamento entre o ritmo e a dança
Empolgação do grupo
Adereços e cenários estão de acordo com o tema.

MARCADOR – [Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)].
Clareza da voz e narração do tema
Liderança quanto a condução do desenvolvimento da quadrilha
Entrosamento e animação com a quadrilha e o público

PONTUALIDADE – [Conceito de 05 (cinco) a 10 (dez)].
A pontualidade como quesito de julgamento não se limita apenas a chegar a tempo, mas envolve o cumprimento rigoroso dos tempos estabelecidos para todas as fases do evento
Chegada no Local: O tempo de chegada da quadrilha ao evento é um reflexo do
compromisso e organização. Chegar no horário estipulado para o evento significa que a quadrilha está preparada, comprometida e respeitando a programação do evento. Se a quadrilha se atrasar, pode afetar negativamente o evento como um todo.

Art. 17° – Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais quadrilhas o critério de desempate fica sendo o quesito **HARMONIA**, a quadrilha que obtiver nota maior nesse quesito será a campeã

CAPITULO VIII – DO RESULTADO FINAL

Art. 18° - O resultado final do concurso de quadrilhas juninas da VI Festival de Quadrilhas na categoria estilizadas será divulgado nas redes sociais da Prefeitura Municipal
de Monte das Gameleiras e no site https://montedasgameleiras.rn.gov.br/ no dia **01/07/2025**, os representantes das 03 (três) primeiras colocadas também receberão o resultado via whattsapp, e- mail e ligação telefônica.

CAPÍTULO IX - DA PREMIAÇÃO

Art. 19° – Das participantes apenas as 03 (três) quadrilhas mais pontuadas receberão prêmio em troféu e dinheiro o 1º, 2° e 3º lugar, conforme a classificação seguinte.

CATEGORIA ESTILIZADA

1º lugar – R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
2º lugar – R$ 1.000,00 (mil reais)
3º lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais

Art. 20° - As quadrilhas campeãs terão que direcionar um representante legal ao município de Monte das Gameleiras, conforme indicado na declaração do responsável pela quadrilha, para receber o troféu e a premiação no dia: **10/07/2025 (Quinta-feira) das 10h00min as 16h00min** portando dos seguintes documentos: RG, CPF e comprovante de residência, na sede da Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras, Rua Justiniano da Costa, 118, Centro.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21° – As quadrilhas deverão manter o compromisso de sua participação no evento, na data
previamente marcada. Caso a participante deixe de comparecer, pedimos que exista a
comunicação com a comissão organizadora do evento, 24 (vinte e quatro) horas antes da realização de sua apresentação, pelos fones (84) – (99638-4976) (84) – (99619-0284) ou pelo e-
mail: secultmonte@gmail.com, sob pena de ficar impossibilitada de participar da VII^{a}
edição do concurso de quadrilhas juninas de Monte das Gameleiras se assim não houver comunicação com a comissão organizadora.

Art. 22° – Se por algum motivo ocorrer falhas por parte da organização do evento durante a apresentação da quadrilha, fica assegurado o seu direito a uma reapresentação imediata após a interrupção.

Art. 23° – Serão desclassificadas as quadrilhas que causarem desordem ou prejuízo moral e material bem como, quaisquer atos que sejam interpretados como ofensa, desrespeito ou agressão a comissão do evento ou ao patrimônio publico.

Monte das Gameleiras/RN 13 de junho de 2025.

Presidente da Comissão

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:62A06183

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 04/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Recapeamento asfáltico sobre pavimento em paralelepípedo em diversas ruas do Município de Nísia Floresta/RN. O recapeamento será executado nas ruas: Avenida Clóvis Ferreira (trechos 01,02, 03 e 04), Avenida Isabel Gondim (trechos 01, 02, 03 e 04), Rua José Antônio de Barros (Conjunto Carlos Gondim), e Rua Terezinha Francelino Mendes (Conjunto Carlos Gondim). O Agente de Contratação da PMNF torna público o reaprazamento para o dia 08 de julho de 2025, às 09h00, licitação na modalidade concorrência em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital alterado com seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura http://nisiafloresta.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br, Nísia Floresta/RN, 18 de junho de 2025.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:B867C7A4

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 020/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN – CNPJ nº. 08.167.306/0001-49. **CONTRATADA: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A** – CNPJ nº**. 33.608.308/0001-73**. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS,** CONFORME EXIGÊNCIA DA **LEI FEDERAL Nº 11.788/2008**, VISANDO GARANTIR A COBERTURA SECURITÁRIA DOS ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR VINCULADOS AO **MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN**. Vigência de 03 de junho de 2025 a 03 de junho de 2026. Fundamento Legal: Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/21. Nísia Floresta/RN, em 03 de junho de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:7174ECCB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061801

PROCESSOADMNISTRATIVO Nº 0617014/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061801

EXTRATO DE DISPENSA

OAgente de Contratação do município, designado pela Portaria nº 024/2025, em cumprimento à ratificação procedida pelo Excelentíssimo Senhor**ANTONIMAR AMORIM CARLOS**, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Contratante:MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN - CNPJ: 08.349.029/0001-95.

Contratado(a): ANTONIA FERREIRA XAVIER 01340038455 inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº **20.671.212/0001-08.**

Objeto.....:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, COM FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS CAMARINS DOS ARTISTAS E EQUIPES TÉCNICAS DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.

Valor.....:R$ 15.020,00(*Quinze mil e vinte reais*).

Fundamento Legal...: Art. 75, II, Lei 14.133/2021,Decreto Municipal nº 002/2023 e Decreto Federal nº 12.383/24.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D'água do Borges/RN, em 18 de junho de 2025.

WALMIR ARAÚJO NETO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lazaro da Silva Almeida
Código Identificador:A13C562C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 020/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO Nº. 020/2025, de 18 de junho de 2025.

Decreta Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Olho d'Água do Borges/RN no dia 20 de junho de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 01º – Fica instituído Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta no dia 20 (sexta-feira) de junho de 2025.

Parágrafo Único – O disposto no caput deste artigo não se estende aos setores e aos serviços considerados essenciais pelos titulares dos

órgãos e entidades que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos.

Art. 02º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 18 de junho de 2025.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:846ADD81

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061801

PROCESSOADMNISTRATIVO Nº 0617014/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061801

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentadanoArt. 75, II, da Lei 14.133/2021, no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 eno Decreto Municipal nº 002/2023e suas alterações suas atualizações posteriores, para a contrataçãoda empresa: **ANTONIA FERREIRA XAVIER 01340038455**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº **20.671.212/0001-08**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, COM FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS CAMARINS DOS ARTISTAS E EQUIPES TÉCNICAS DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN**, no valor total de**R$ 15.020,00(*Quinze mil e vinte reais*).**

RATIFICO, conforme prescreve o art. 72 da lei 14.133 de 01 de abril de 2021, o Despachodo IlustríssimoSr. **WALMIR ARAÚJO NETO**, Agente de Contratação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato da dispensa de licitação

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D'água do Borges/RN, em 18 de junho de 2025.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro da Silva Almeida
Código Identificador:80AE4149

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104.01021/2025-01

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco/RN, por meio de sua Pregoeira, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico n° 021/2025, objetivando o Registro de Preço para aquisição parcelada de **Serviços Gráficos (itens fracassados em processo licitatório anterior)**, visando atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Ouro Branco/RN. A abertura do certame acontecerá no dia 03 de julho de 2025, às 08h31min, no Portal de Compras Públicas. O Edital contendo maiores informações está à disposição dos interessados nos sites: https://ourobranco.rn.gov.br/ e https://portaldecompraspublicas.com.br/.

Ouro Branco/RN, 18 de junho de 2025.

JUCIARA ALVES FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:9317CE5F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2023 – PROC. ADMINISTRATIVO OB/RN Nº 174/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – CNPJ 08.095.473/0001-21; CONTRATADO: EMPRESA L.F COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS-LTDA-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 04.983.895/0001-82; OBJETO: ACRÉSCIMO DE 25% AO ONTRATO N° 011/2024, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DE MARCAS DIVERSAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL (PRÓPRIOS, LOCADOS OU CEDIDOS) E OUTROS QUE VIEREM A SER ADQUIRIDOS DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/RN
VALOR TOTAL: R$ 3.293.750,00 (Três milhões, duzentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO: conforme dispõe o item 6.1.1 do instrumento contratual original.

ASSINATURAS:
SIGNATÁRIOS: SAMUEL OLIVEIRA DE SOUTO– CONTRATANTE; EMPRESA L.F COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS-LTDA-EPP – CONTRATADA.
OURO BRANCO/RN, 31 DE MARÇO DE 2025.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:7B604414

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001.001.2024.01.060.002 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS VISANDO ATENDER A CONTINUIDADE DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE OURO BRANCO/RN.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/RN através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ: 14.785.629/0001-07, situado na Rua Manoel Correia nº 204, Centro, Ouro Branco-RN.
CONTRATADO: FRANCISCO DE ASSIS NOBREGA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.254.655/0001-72, sediado(a) na Manoel Correia, 360 – CEP: 59.347.000
VALOR: R$ 67.717,65 (SESSENTA E SETE MIL E SETECENTOS E DEZESSETE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 11/06/2025 e encerramento em 31/12/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08001 Fonte 1500000– Elemento de Despesas 3390320000 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.
BASE LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
Ouro Branco/RN, 11 de junho de 2025.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:8AE6E4F9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 009, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre o Ponto Facultativo de Corpus Christi, no âmbito do Município de Ouro Branco/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no inciso VI do art. 57 da Lei Orgânica do Município e demais fundamentos,

CONSIDERANDO o Ponto Facultativo de Corpus Christi em 19 de junho de 2025 (quinta-feira);

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública Municipal de Ouro Branco/RN, nos dias 19 e 20 de junho de 2025.

Art. 2º Estabelece que os efeitos deste Decreto não se aplicam aos serviços considerados essenciais, incluindo-se aqui, entre outros, os serviços de saúde, limpeza pública e vigilância em todos os prédios do Governo Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 18 de junho de 2025.

SAMUEL OLIVEIRA DE SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:FCE9F791

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1063, DE 18 DE JUNHO 2025

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de Ouro Branco/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de Ouro Branco/RN, ocupantes de cargos efetivos e comissionados, a partir de 1º de maio de 2025.

Parágrafo único. O reajuste de que trata o caput visa à preservação do valor real da remuneração dos servidores públicos, observando os fundamentos estabelecidos no art. 37, inciso X, da Constituição Federal; nos artigos 16, 17 e 20, Inciso III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); no art. 29-A, §1, da Constituição Federal; e na compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA do Município de Ouro Branco/RN.

Art. 2º O impacto financeiro estimado decorrente do reajuste é de R$ 21.557,96 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos) para o exercício de 2025, correspondente a 1% da receita orçamentária do duodécimo da Câmara Municipal, conforme estudo técnico elaborado pelo Setor de Contabilidade e anexado ao processo legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal de Ouro Branco/RN para o exercício de 2025.

Art. 4º Integra esta Lei o Anexo I, que apresenta a estimativa de impacto orçamentário e financeiro do reajuste previsto no art. 1º, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2025.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 18 de junho de 2025.

SAMUEL OLIVEIRA DE SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:B762D2D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00027/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00027/2025, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: locação de estrutura para as festividades do X Arraiá de Seu Chico Paulino na Vila Caiçara neste Município de Paraná/RN no dia 24 de junho de 2025; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: DANILSON HOLANDA DE OLIVEIRA - R$ 28.500,00.
Paraná - RN, 18 de Junho de 2025

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE -
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:42C2EEC9

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Show Musical da Banda Édson Cantor, no X Arraia Seu Chico Paulino, em Praça pública, no distrito de Caiçara, município de Paraná/RN no dia 24 de junho de 2025. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00011/2025, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 13.392.8.2.231 – Suporte aos festejos populares e tradicionais 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Paraná e: CT Nº 06180/2025 - 18.06.25 - EDUARDO WAGNER FONTES DA SILVA - R$ 25.000,00.

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:CE01BD30

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00027/2025. OBJETO: locação de estrutura para as festividades do X Arraiá de Seu Chico Paulino na Vila Caiçara neste Município de Paraná/RN no dia 24 de junho de 2025. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeita, em 18/06/2025.

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:3012E2A9

GABINETE DA PREFEITA
LEI COMPLEMENTAR Nº 020, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 5º E 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2008, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 39, inciso II da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 5º da Lei Complementar nº 001, de 10 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. .....

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – SECULT
10.1. Nível de Nível Superior
10.1.1. Secretário Municipal de Cultura e Turismo
10.2. Nível de Aconselhamento
10.2.1. Conselho Municipal de Cultura
10.3. Nível de Execução
10.3.1. Departamento de Cultura e Turismo
10.3.2. Divisão de Cultura e Turismo
10.3.3. Departamento Administrativo de Cultura e Turismo
10.4. Nível de Aconselhamento
10.4.1. Conselho Municipal de Turismo

Art. 9º. O art. 9º da Lei Complementar nº 001, de 10 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. .....

X – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – SECULT

I - formular, coordenar e executar a política municipal de cultura e turismo, em articulação com os demais órgãos da Administração e com os entes federativos;

II - formular e implementar com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

III - implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do município, estruturado e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e ação.

IV - promover, fomentar e valorizar as manifestações culturais, artísticas, históricas e folclóricas locais;

V - proteger e difundir o patrimônio cultural material e imaterial do Município;

VI - elaborar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao turismo sustentável e ao desenvolvimento do setor turístico local;

VII - gerir os equipamentos públicos culturais e turísticos do Município;

VII - apoiar e organizar eventos culturais, artísticos e turísticos que valorizem a identidade local e estimulem a economia criativa;

IX - manter o cadastro atualizado de artistas, agentes culturais, grupos folclóricos e atrativos turísticos do Município;

X - promover a capacitação de profissionais das áreas de cultura e turismo;

XI - buscar parcerias com entidades públicas e privadas para viabilização de projetos e captação de recursos, independentemente de autorização legislativa posterior;

XII - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural e de Turismo – CMPCT e dos Fóruns de Cultura e de Turismo do município;

XIII - realizar a Conferência Municipal de Cultura e Turismo – CMCT e colaborar na realização e participação das Conferências Estadual e Federal de Cultura e Turismo;

XIV - exercer outras atividades correlatas ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica alterada a denominação do cargo em comissão de Secretário Municipal de Cultura para Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Símbolo - SM-1.

§ 1º. O Secretário Municipal de Cultura e Turismo é a autoridade superior da Secretaria, competindo-lhe:

I - coordenar, supervisionar e avaliar a execução das políticas públicas de cultura e turismo no âmbito municipal;

II - propor diretrizes, normas e regulamentos que orientem a atuação da Secretaria;

III - representar o Município em assuntos de interesse cultural e turístico, em eventos oficiais e junto a órgãos públicos e privados;

IV - articular ações intersetoriais com outras Secretarias e entidades para promoção de políticas integradas;

V - apresentar, quando solicitado, relatórios de gestão ao Chefe do Poder Executivo;

VI - exercer outras atribuições previstas em regulamento ou que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. A remuneração do cargo criado será fixada em legislação específica que trate sobre os subsídios dos agentes políticos vinculados ao Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, em 18 de junho de 2025.

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE
(Prefeita Municipal)

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:F32383B2

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 492, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 39, inciso II da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo segundo, da Constituição federal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do

município de Paraná - Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - As metas fiscais;
II - As prioridades da Administração Municipal;
III - A Estrutura do Orçamento;
IV - As Diretrizes para elaboração do Orçamento do Município;
V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;
VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
VIII - As Disposições Gerais.

CAPÍTULO I
Das Metas Fiscais

Art. 2º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos demonstrativos, em conformidade com as Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundos Municipais e Empresas Públicas que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º. O Anexo de Riscos Fiscais, §3º do Art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (14ª edição).

Art. 5º. Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos arts. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS

Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV- Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º. Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentarias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º. Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo 1 - Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os dois seguintes.

§ 1º. Os valores correntes dos exercícios de 2026 e para os dois seguintes deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

§ 2º. Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º. Atendendo ao disposto no § 2º, inciso 1, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º. De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Liquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10. Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelecem a obtenção dos recursos e onde foram aplicados.

AVALIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12. O § 2º, Inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo das Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentarias — LDO, deverá conter a avaliação da situação e atuarial do regime próprio dos servidores municipais nos três últimos exercícios, estabelecendo comparativo de receitas e despesas previdenciárias, terminando por apurar o resultado previdenciário e a disponibilidade financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13. Conforme estabelecido no §2º, inciso V, do Art. 4, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique

e estabeleça a determinada natureza da renúncia fiscal da receita, tal qual, sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º. A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º. A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 14. O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 15. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com as Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos dois exercícios anteriores e das previsões para 2026, e os dois exercícios seguintes.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 16. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 17. O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 18. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, e os dois exercícios seguintes.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual Aprovado para vigorar de 2026/2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual Aprovado para vigorar de 2026/2029, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas,

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20. O Projeto de Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21. O Projeto de Lei Orçamentária Anual evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias expedidas pelo Secretaria do Tesouro Nacional - STN (SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores), relativas a normas de contabilidade pública, conforme anexos próprios.

Art. 22. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de:

I - Mensagem;
II - Texto do Projeto de Lei;
III - Tabelas explicativas das estimativas da receita e previsão da despesa;
IV - Orçamento fiscal e da seguridade social;
V - Orçamento de investimento.

§ 1º. Deverão acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - Evolução da receita e da despesa de que trata o art. 22, inciso III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;
II - Receita por fonte de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social;
III - Sumário geral da receita por fonte de recursos e da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social por funções e órgãos do governo;
IV - Demonstrativo das despesas por poder e órgão, esfera orçamentária, fonte de recursos e grupos de despesas;

V - Demonstrativo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por órgão e função;
VI - Resumo Geral das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
VII - Resumo geral das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente por fonte de recursos;
VIII - Demonstrativo das receitas e despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente segundo as categorias econômicas, conforme preceitua o anexo I da Lei Federal no. 4.320/1964, e suas alterações;
IX - Recursos destinados a investimentos por poder e órgão; "x programa de trabalho dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por funções, subfunções, programas e agrupamentos de despesas;
X - Demonstrativo dos projetos/atividades por órgão e unidade;
XI - Demonstrativo da despesa por função;
XII - Demonstrativo da despesa por subfunção;
XIII - Demonstrativo da despesa por programa;
XIV - Compatibilização do Plano Plurianual - PPA a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 2º. As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, serão apresentadas de forma sintética e evidenciando o total de cada um dos orçamentos.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23. O Orçamento para exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art. 1º, § 1º, 4º, "a" e 48 LRF), bem como os princípios da unidade, universalidade, anualidade, conforme o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 24. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 25. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira (art. 9º da LRF).

§ 1º. As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

I - Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
II - Despesas a título de ajuda de custo;
III - Despesas com locação de mão de obra;
IV - Despesas com locação de veículos;
V - Despesas com combustíveis;
VI - Despesas com treinamento;
VII - Transferências voluntárias a instituições privadas;
VIII - Outras despesas de custeio;
IX - Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
X - Despesas com comissionados;
XI - Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XII - Serviços de buffet e alimentação em restaurantes.

§ 2º. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2026, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2026 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 27. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, §3º da LRF).

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se houver, do excesso de arrecadação, em último caso com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28. O Orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até cinco por cento (5%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2026, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do art. 167, §3º, da Constituição Federal, e conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/200], art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso este não se concretize, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa, dotando o Executivo Municipal de autorização para alteração orçamentária e sua respectiva adequação para execução. (Art. 8º, § parágrafo único e art.50, inciso I da LRF).

Art. 32. À renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, de saúde e direcionadas para proteção, promoção e direitos na infância e adolescência (art. 4º, I, "f'' e 26 da LRF).

Parágrafo Único - Às entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que

trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro 2026, em cada evento, não exceda ao valor limite fixado para dispensa de licitação (art. 24, Inciso I e II, da Lei nº 8.666/93), devidamente atualizado (art. 16, §3º da LRF).

Art. 35. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37. À previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

Art. 38. A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por Categoria de Programação (CP) e, quanto a sua natureza, por Categoria Econômica (CE), Grupo de Natureza de Despesa (GND), até a Modalidade de Aplicação (MA), com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de despesas de que tratam as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativas às normas de contabilidade pública.

Art. 39. O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Suplementar as dotações orçamentárias das Categoria de Programação que necessitem de reforço orçamentário ao percentual de 35% (trinta e cinco por cento), utilizando-se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo 1º, Art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas e em créditos adicionais, recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, como estabelece o art. 167, VI, da Constituição Federal.

§ 1º. A licença antevista no inciso I deste artigo é cingida a percentagem de trinta e cinco pontos percentuais do valor fixado para as despesas do exercício de 2026, não cumulativo na circulação da despesa de mesma categoria de programação, conforme dispõe o §8º do artigo 165 da Constituição Federal, e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964.

§ 2º. Categoria de Programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, no âmbito da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

§ 3º. O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios, auxílios, contribuições, emendas parlamentares em geral ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2026, não serão computados no limite de que trata o § 1º e 2º, deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 4º. O Poder Executivo e Legislativo, poderão alterar, por decreto, a classificação da natureza da despesa prevista para uma determinada Fonte de Recursos de um Projeto/Atividade constante do seu Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD, inserindo novos elementos.

Art. 40. Durante a execução orçamentária de 2026, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2026 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único - A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2026 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2022/2025 e com esta Lei.

Art. 41. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.
Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 42. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual 2026/2029, que integrarem a Lei Orçamentaria de 2026 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento de metas físicas estabelecidas (art. 4º, 1, "e" da LRF).

DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO

Art. 43. O Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições constantes desta lei.

Art. 44. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, os definidos pelo art. 29-A da Constituição da República.

Parágrafo único - Para efeitos do média de cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até 30 de junho de 2025.

Art. 45. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2024.

§ 1º. Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.

§ 2º. Ao final de cada mês, a Câmara Municipal recolherá, na Tesouraria da Prefeitura, a parcela das retenções do Imposto de Renda e do Imposto sobre Serviços, entre outros valores transitórios que sejam considerados tributos municipais.

Art. 46. A Execução orçamentária do legislativo será independente, devendo a Câmara Municipal enviar a até o Décimo Quinto dia do mês subsequente ao encerramento do Bimestre, as demonstrações da execução orçamentária e contábil para fins de integração à contabilidade geral do Município, em atendimento ao que determina o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47. A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 48. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 49. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, U da LRF).

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 50. O Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa específica, poderá em 2026 criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, por meio de aprovação de certame de concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da CF/88).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2026.

Art. 51. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 52. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 53. O orçamento do Município para o exercício de 2026 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal.

§ 1º. O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade e deverá ser processada com observância ao art. 100 da Constituição Federal, bem como às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle de constitucionalidade.

§ 2º. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2026, para o pagamento de precatórios, será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal e com o disposto no art. 78 e 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT),

Art. 54. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - Redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;

II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 55. De acordo com o artigo 167-A da EC nº. 109/21 desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão proibir:

I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesas;

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
a) a reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;
c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 56. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 57. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 58. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual
§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "*caput*" deste artigo.

§ 2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e remanejamento para reforço de dotação, em caos que, incorrer o reconhecimento da necessidade e considerar inadiável a execução da despesa.
§ 3º. Não se incluem no limite previsto no § 2º, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Serviços da dívida;

III - Pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - Categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias, Convênios, Emendas Parlamentares, da União e do Estado;

V - Categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 60. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, §3º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

Art. 61. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

I - Poder Executivo, até 1º de julho de 2025, junto ao Gabinete do Prefeito, e;

II - Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 62. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 63. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, de saúde e direcionadas para proteção, promoção e direitos na infância e adolescência.

Art. 64. No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD para o exercício de 2026, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 65. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração do Orçamento as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e despesas, por alteração na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 ao Poder Legislativo.

Art. 66. As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do município, desde que não altere o valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo e, no caso do Poder Legislativo, por portaria do Presidente da Casa.

Art. 67. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2026, deverão ser observadas as alterações promovidas na legislação federal aplicável, em especial na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 68. O Poder Executivo fica autorizado a firmar consórcio público nas áreas de Saúde e Meio Ambiente.

Art. 69. Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:

I - Vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4,.320/1964;

II - Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão, ou;

III - Referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depender de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.

§ 1º. Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.

§ 2º. Fica vedada, no exercício de 2026, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2024 que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2024, ressalvado o disposto no inciso II do caput deste artigo.
§ 3º. A Controladoria Geral do Município, como órgão de controle interno, verificará o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 74. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, em 18 de junho de 2025.

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE
(Prefeita Municipal)

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:AA4EE689

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 493, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIAS DE FONTES DE RECURSOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA LEI Nº 486/2024, QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 39, inciso II da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e ainda de uma fonte de recurso para outra até o limite de 30% (Trinta por cento), do orçamento de acordo com o art. 167, inciso VI da Constituição Federal e art. 66 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único - Para ocorrer à cobertura as suplementações utilizar-se-ão, como fonte de recursos a anulação de dotação.

Art. 2º. Para os fins desta lei, entende-se como:

I - **Transposição:** as realocações no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão compreendendo os projetos e ou atividades;

II - **Remanejamento:** as realocações com destinação de recursos de um órgão para outro.

III - **Transferência:** as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 3°. A autorização contida no *caput* do art. 1° desta Lei permitirá ao(a) Prefeito(a) Municipal, respeitadas as normas constitucionais que o(a) mesmo(a) possa efetuar:
I - Remanejamento e supíementação de dotações orçamentárias com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso III, do § 1°. do art. 43 da Lei n° 4.320/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados;

II - Remanejamento e supíementação de dotações orçamentárias em caso de movimentação de pessoal de uma unidade orçamentária para outra;

III - Transferência de dotações, por decreto e resolução, respectivamente, às dotações atribuídas ao Executivo e ao Legislativo;

IV - Transposição de recursos de uma unidade orçamentária para outra, ou de uma categoria de programação para outra.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2025.

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, em 18 de junho de 2025.

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE
(Prefeita Municipal)

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:D2F3919A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 019/2025

DECRETO EXECUTIVO Nº 019/2025
DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre os procedimentos para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos do Município de Paraú/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos relativos às consignações em folha de pagamento dos servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO a importância de estabelecer critérios claros e objetivos para a autorização e o controle dos descontos facultativos e obrigatórios na remuneração dos servidores;
CONSIDERANDO o princípio da legalidade e da proteção à margem consignável, de forma a garantir a segurança jurídica e a proteção financeira dos servidores;

DECRETA:

Art. lº - Os procedimentos para consignação em folha de pagamento dos servidores públicos municipais, pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Paraú/RN, deverão observar as normas contidas neste Decreto.
Art. 2º - Para fins deste Decreto consideram-se:
I- Consignante: órgão vinculados à administração pública municipal, que procede ao desconto relativo às consignações;
II - Consignado: servidor público pertencente ao quadro de servidores, admitidos há mais de 06 (seis) meses, que autorize o desconto de consignações em folha de pagamento de valores devidos a terceiros, com base nos convênios e credenciamentos autorizados;
III - Consignatária: a entidade credenciada na forma deste Decreto, destinatária dos créditos resultantes das consignações;
IV - Consignação compulsória: o desconto em folha de pagamento efetuado por força de Lei ou determinação judicial;
V - Consignação facultativa: o desconto previamente autorizado pelo Servidor, em folha de pagamento, nas modalidades previstas neste Decreto e com anuência da administração municipal;
VI - Consignação voluntária representativa: é o desconto facultativo em folha de pagamento, de natureza contributiva, autorizado pelo servidor em razão de filiação às entidades sindicais ou às associações representativas dos servidores públicos do âmbito do Poder Público Municipal;
VII - Sistema digital de consignações: aplicativo que suporta o processo de registro on-line de consignações, via internet.

Art. 3º - São consideradas consignações compulsórias:
I- Contribuição previdenciária obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social ou ao regime próprio de previdência dos servidores públicos;
II - Imposto de renda retido na fonte; III - Pensão alimentícia judicial;
IV - Obrigações decorrentes de decisão judicial ou administrativa;
V - Outros descontos compulsórios instituídos por lei ou decorrentes de legislação estatutária.

Art. 4º - São consideradas consignações facultativas:
I- Pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste dos assentamentos funcionais do consignado;
II- Contrapartida de bolsas de estudo e mensalidades escolares;
III- Contribuição para os planos de saúde e odontológicos contratados de entidades previamente credenciadas;
IV- Despesas com medicamentos;
V- Prestações referentes a empréstimo em dinheiro obtido em instituições bancárias ou financeiras conveniadas;
VI- Prestações e amortizações referentes a financiamento de imóvel residencial obtido junto a instituições bancárias ou financeiras conveniadas;
VII- Amortização de cartões de crédito para aquisição de bens e serviços, emitidos por instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, legalmente autorizadas;
VIII - Outros descontos desde que legais e aprovados pelo Consignante.

Art.5º - Consideram-se consignações voluntárias representativas:
I - Contribuições destinadas à entidade sindical ou a associação representativa de classe.

Art. 6º - O credenciamento ou convênio para operar com consignação deverá ocorrer para cada espécie prevista nos artigos 4º e 5º deste Decreto.

§ lº - Somente será formalizado o convênio ou o credenciamento quando as consignatárias estiverem autorizadas a operar por Lei e ou por estatuto, exigindo-se das entidades a comprovação de sua habilitação jurídica e de regularidade fiscal e contábil, nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável.

§ 2º - No credenciamento ou convênio de espécies de consignações que depender de autorização de órgão regulador e fiscalizador, observar-se-á a legislação própria.

§ 3º - No convênio da espécie mensalidade associativa observar-se-á as disposições legais.
Art. 7º - A soma das consignações voluntárias representativas e demais facultativas de cada consignado, previstas nos artigos 4º e 5º deste Decreto, não poderá ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do salário ou vencimento líquido do servidor após a dedução das consignações compulsórias, constituindo assim a margem consignável da remuneração.
§ lº - O servidor poderá autorizar a reserva de até 40% (quarenta por cento) de margem consignável de que trata o caput deste artigo para

empréstimos junto ás instituições bancárias e financeiras e demais descontos facultativos.

§ 2º - O servidor poderá autorizar a reserva de até 40% (quarenta por cento) de margem consignável de que trata o caput deste artigo para financiamento habitacional junto às instituições financeiras e bancárias.

§ 3º - O servidor poderá autorizar a reserva de até 10% de margem para amortização de cartão de crédito. Esta margem consignável de 10% da remuneração líquida do servidor é exclusiva para amortizações de cartão de crédito, porém poderá ser utilizada também financiamento de casa própria, caso seja a opção. Estes descontos, porém, devem estar contidos no limite de 40% da somatória das consignações facultativa da margem consignável.

§ 4º - Ocorrendo excesso de limite estabelecido no caput deste artigo serão suspensas as consignações conforme a prioridade estabelecida no artigo 8º, suspendendo em ordem crescente da menor prioridade para a maior.

§ 5º - Caso não sejam efetivadas as consignações de que trata este Decreto, em função de limites, caberá ao Servidor (consignado) o recolhimento das importâncias por ele devidas diretamente à consignatária, não se responsabilizando o Ente, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes.

Art. 8º - As consignações compulsórias e as voluntárias concernentes às entidades representativas dos servidores terão prioridades de descontos sobre as demais facultativas, na seguinte ordem:

I- Compulsórias;

II- Voluntárias representativas; III - Facultativas.

§ 1º - Dentre as consignações facultativas, haverá a seguinte ordem de prioridade da maior para o menor:

a) Prestações referentes a financiamento de imóvel residencial, obtidos junto a instituições financeiras.

b) Prestações referentes a empréstimos pessoal ou amortizações de cartão de crédito com instituições financeiras.

c) Contribuições para os planos de saúde, odontológicos e despesas com medicamentos.

d) Pensão alimentícia voluntária em favor do dependente.

e) Prestações de previdência complementar.

f) Outras.

§ 2º - Havendo necessidade de aplicar prioridade dentro de consignações da mesma natureza, prevalecerão às contratadas há mais tempo.

§ 3º - As consignações facultativas para empréstimos financeiros não poderão ultrapassar o limite máximo a ser estabelecido pelo Ente, exceto o referente ao financiamento habitacional, para o qual serão observados os parâmetros da lei federal própria que regulamenta a matéria.

Art. 9º - O pedido para a formalização de convênio entre a Prefeitura de Paraú/RN e as consignatárias deverá ser dirigido à Administração da Prefeitura na forma de requerimento, com a indicação das espécies de consignações pretendidas e acompanhado de cópia autenticada ou cópia simples, desde que apresentada com os respectivos originais dos seguintes documentos.

I- Inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ

II- Certidões negativas de tributos estaduais, federais e municipais;

III- Certidões negativas de débitos para com o INSS e FGTS; IV - Autorização de funcionamento expedida pelo órgão regulador e fiscalizador, quando obrigatória;

V- Contrato ou estatuto social vigente;

VI- Atas de assembleias atuais e daquelas na qual constem as nomeações dos diretores;

VII- Procuração com cláusula específica para assinatura do convênio;

VIII- Documentos pessoais (CPF e RG) dos diretores ou procuradores, com autorização para assinatura do convênio.

Parágrafo único - Fica a Administração da Paraú autorizada a solicitar novos documentos, sempre que necessário.

Art. 10 - A margem consignável prevista no art.7° deste Decreto será informada pelo Setor de Pessoal do Poder Executivo Municipal, mediante solicitação do consignado ou da consignatária.

Art. 11 - O registro das consignações voluntárias e/ou facultativas será disponibilizado pela consignatária ao consignante, por meio digital (gerenciador financeiro), todo dia 15 de cada mês.

§ lº - Fica, sob responsabilidade da consignatária, na condição de fiel depositária, a guarda do documento mencionado no caput deste artigo desde o início da consignação e pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da data do término da consignação, a prova do ajuste celebrado com o servidor (consignado).

§ 2º - O documento físico ou eletrônico mencionado no caput deste artigo deve ser apresentado à Administração da Prefeitura e ou ao departamento gestor da folha de pagamento, sempre que requisitado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

Art. 12 - As consignações facultativas poderão ser canceladas:

I - Por interesse do órgão consignante observado os critérios de conveniência e oportunidade após comunicação as consignatárias não alcançando situações pretéritas, no caso de consignações provenientes de contrato financeiro;

II- Por interesse das consignatárias expressa por meio solicitação formal encaminhada ao órgão consignante;

III- Por interesse do servidor (consignado) expresso por meio de solicitação formal encaminhada ao órgão consignante. A solicitação da exclusão da consignação por parte do servidor deverá ter a anuência da entidade consignatária no que se refere ao art. 4º, inciso V e VII. Contudo, independentemente de solicitação do servidor (consignado), uma vez quitado antecipadamente o compromisso assumido, fica a consignatária obrigada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do adimplemento das obrigações, a excluir a respectiva consignação do sistema eletrônico de consignações.

Art. 13 - Descumprindo quaisquer das obrigações previstas nos artigos ll e 12 deste Decreto, será aplicada à consignatária a pena de advertência prevista no inciso I, do artigo 19 deste Decreto e, ocorrendo o desconto indevido, deverá restituir ao consignado os valores correspondentes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do desconto.

Art. 14 - Sempre que solicitadas pelo consignado quaisquer informações de seu interesse, inclusive o saldo devedor para liquidação antecipada de empréstimo pessoal, a entidade consignatária terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para fornecê-las, sob pena de aplicação de advertência prevista no inciso I do artigo 19 deste Decreto.

Art. 15 - As consignatárias deverão ressarcir as despesas com o processamento da consignação em folha de pagamento.

§ 1º - Estão isentos do ressarcimento previsto no caput deste artigo os sindicatos e as associações de classe representativas de servidores públicos do âmbito do Poder Municipal de Paraú/RN.

Art. 16 - Nos financiamentos e empréstimos pessoais, a entidade consignatária deverá, sem prejuízo de outras informações a serem prestadas na forma do artigo 52 da Lei Federal n° 8.078/90, dar ciência aos consignados das seguintes informações:

I- Valor total financiado;

II- Taxa efetiva mensal e anual de juros;

III- Todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que incidam sobre o valor financiado;

IV- Valor, número e periodicidade das prestações.

Art. 17 - A consignação em folha de pagamento não implicará, em hipótese alguma, na responsabilidade do Ente de Prefeitura de Paraú/RN por compromisso assumido pelos consignados junto às consignatárias. Em caso de revogação total ou parcial deste Decreto ou introdução de qualquer ato administrativo que impeça o lançamento de novas consignações, as consignações relativas a amortizações de empréstimos consignados serão mantidas pelo órgão consignante previsto no art.1° deste decreto até o vencimento das obrigações pactuadas entre consignatário e consignado.

Art. 18 - A consignatária que proceder ao desconto não autorizado pelo consignado ficará responsável pelo imediato ressarcimento no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º - Decorrido o prazo mencionado no caput deste artigo e não havendo o ressarcimento, a consignatária será suspensa em conformidade com o art.19, inciso IV, alínea "a" deste decreto.

§ 2º - O ressarcimento previsto no caput deste artigo não isenta a consignatária da aplicação de outras penalidades previstas neste decreto, especialmente se houver reincidência.

Art. 19 - A inserção de consignação em folha de pagamento em desacordo com o disposto neste decreto ou em instruções expedidas pelos gestores de folhas de pagamento importará na aplicação das seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em leis específicas:

I - Advertência escrita quando:

a) não forem atendidas as solicitações do consignado e do consignante, se do fato não resultar pena mais grave;
b) as consignações forem processadas em desacordo com as normas estabelecidas neste decreto, se do fato não resultar pena mais grave;
c) For infringido o disposto nos parágrafos do art. 11 e nos art. 12, 13 e 14 deste Decreto.
II – Suspensão temporária pelo prazo de 30 (trinta) dias do convênio para operar com consignação, na reincidência do descumprimento do disposto nos §§ 1o, 2o e 3o do art. 11, e nos art. 12, 13 e 14 deste Decreto;
III – Suspensão preventiva do código de consignação, enquanto perdurar procedimento instaurado para verificação indevida da folha de pagamento em hipóteses do inciso IV deste artigo;
IV - Suspensão do convênio para operar com consignação
d) quando:
a) Utilizar indevidamente as consignações em folha de pagamento ou processá-las em desacordo com o disposto neste Decreto, mediante simulação, fraude, culpa, dolo ou conluio;
b) Ceder, a qualquer título, códigos de consignação a terceiros ou permitir que em seus códigos sejam efetuadas consignações por parte de terceiros;
c) Utilizar códigos para descontos não previstos nos art. 4o e 5o deste Decreto.
§ 1o - A aplicação das penalidades descritas nos incisos II, III e IV do caput deste artigo, abrangerá as novas consignações.
§ 2o - As consignações averbadas anteriormente a aplicação das respectivas penalidades continuarão sendo descontadas do servidor e repassadas às consignatárias até o seu efetivo vencimento, com exceção dos casos de fraude ou comprovada ilegalidade.
Art. 20 – A aplicação das sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 19, será precedida de apuração dos fatos pela
Administração da Prefeitura e observará o seguinte procedimento:
I – A consignatária será notificada da infração a ela imputada para oferecimento de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
II – O indeferimento da defesa ou ausência desta no prazo previsto no inciso anterior deste artigo, importará na aplicação da penalidade cabível, que será comunicada diretamente à consignatária.
III – Da decisão que aplicar a penalidade caberá recurso único ao Prefeito no prazo de 15 (quinze) dias;
IV – Quando aplicada a pena de suspensão prevista no inciso IV do art. 19 deste Decreto, a consignatária não poderá solicitar novo convênio pelo período de 06 (seis) meses.
Parágrafo único. Para a aplicação das penalidades previstas
neste Decreto, é competente o(a) Administração da Cãmara, ou alguém por ele designado através de ato legal de sua competência, cabendo recurso único, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Prefeito Municipal.
Art. 21 – Estará sujeita à denúncia do convênio a exclusão no sistema digital de consignações a consignatária que, no decurso de 1 (um) ano, for suspensa temporariamente por 3 (três) vezes, sendo-lhe vedada a solicitação de novo convênio pelo período de 2 (dois) anos.
Art. 22 – As consignatárias ficam obrigadas a promover no sistema digital de consignações os registros e as atualizações dos encargos financeiros de empréstimos praticados diariamente.
Parágrafo único. A vigência dos encargos financeiros de empréstimo terá efeito a partir do 1o dia útil após a data dos registros efetuados no sistema digital de consignações.
Art. 23 – As consignatárias deverão efetuar pedido de renovação do convênio no prazo de 90 (noventa) dias, antecedentes a data de seu vencimento, tendo como fundamento as normas contidas neste Decreto.
Art. 24 – A Secretaria Municipal de Tributação e Administração fica autorizada a editar atos complementares, caso necessário ao fiel cumprimento desde Decreto.
Art. 25 – Ficam os gestores de folha de pagamento autorizados, no âmbito de suas atribuições, a expedirem instruções necessárias à execução de procedimentos para a inserção de consignações em folha de pagamento.
Art. 26 – Fica proibida a comercialização, publicidade, propaganda e distribuição de material de campanha das instituições financeiras dentro das repartições públicas municipais, devendo qualquer tipo de campanha se realizada
fora dos prédios públicos.
Art. 27 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 18 de junho de 2025.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:5939B79D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 020/2025

DECRETO EXECUTIVO Nº 020/2025
DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Estabelece ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO que o dia 20 de junho de 2025 corresponde à celebração de Corpus Christi, data tradicionalmente dedicada a manifestações religiosas e de reunião familiar;
CONSIDERANDO a conveniência de disciplinar o funcionamento dos órgãos públicos municipais nesse período;
CONSIDERANDO o princípio da legalidade e da proteção à margem consignável, de forma a garantir a segurança jurídica e a proteção financeira dos servidores;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal no dia **20 de junho de 2025**.
§1º O disposto no caput deste artigo não se aplica às unidades e aos serviços considerados essenciais, que, por sua natureza, não possam sofrer paralisação ou interrupção.
§2º As unidades e serviços essenciais terão seu funcionamento regulamentado por normas internas específicas, a serem editadas e publicadas por seus respectivos dirigentes.
Art. 2º Compete aos dirigentes máximos das entidades da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional do Município deliberar sobre a **adesão ao ponto facultativo** instituído por este Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 18 de junho de 2025.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:8AB89119

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2025

A Prefeita Municipal de Parazinho/RN, no uso das atribuições legais, tendo em vista que o procedimento em epígrafe, conduzido pelo Setor de Licitação e Contratos desta edilidade, transcorreu dentro dos parâmetros da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade

dos atos administrativos, tendo sido observado o procedimento legal aplicável à espécie, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a hipótese de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com base no Art. 75, Inciso II, como consta no parecer técnico acostado aos autos, determina a contratação dos serviços junto à empresa "**LRM SANITIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME,** CNPJ. 41.172.699/0001-54, pelo valor total de **R$ 57.504,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e quatro reais)**, referente à contratação de empresa do ramo para execução dos serviços técnicos especializados de controle de pragas e vetores urbanos, compreendendo os serviços de dedetização, desinsetização, desratização, descupinização em todo madeiramento, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos nas áreas internas e externas dos prédios pertencentes a Prefeitura Municipal de Parazinho-RN.

Publique-se o extrato da presente despesa por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com vistas ao conhecimento geral, e de conformidade com o art. 72, Parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Parazinho/RN, 17 de junho de 2025.

RITA DE LUZIER DER SOUZA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Geovanderson Soares Gomes
Código Identificador:BD0454E9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2025

Circunstanciado pelo Parecer técnico exarado pelo setor de licitações, datado de 17/06/2025, favorável a contratação;

Considerando os tramites legais das etapas processuais em comento, respaldados nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021; e

Considerando a necessidade de atendimento à administração do município de Parazinho/RN com o objeto licitado: "Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços técnicos especializados de controle de pragas e vetores urbanos, compreendendo os serviços de dedetização, desinsetização, desratização descupinização em todo madeiramento, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos, nas áreas internas e externas dos prédios pertencentes a Prefeitura Municipal de Parazinho-RN".

RESOLVE:

RATIFICAR o processo de dispensa de licitação, em favor da empresa **LRM SANITIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME,** CNPJ. 41.172.699/0001-54, vencedora do objeto acima citado, com o valor total de **R$ 57.504,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e quatro reais)**, amparada no art. 75, inciso II da Lei federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal Nº 060/2025 de 09 de janeiro de 2025.

Assim, **AUTORIZO** a realização da despesa nos moldes de celebração de contrato, acordo ou ajuste, com a emissão da ordem de compras/serviços e notas de empenhos.

Parazinho/RN, 17 de junho de 2025.

RITA DE LUZIER DER SOUZA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Geovanderson Soares Gomes
Código Identificador:B93E74C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO/RN**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.631/0001-29, localizada na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a aquisição de cestas básicas para distribuição à população em situação de vulnerabilidade social do Município de Parazinho/RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação em tela, devendo ser observadas as seguintes disposições: **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 14h00min do dia 23/06/2025. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 14h00min do dia 03/07/2025. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 14h15min do dia 03/07/2025. **PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO:** Às 23h59min do dia 30/06/2025. **PRAZO PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** Às 23h59min do dia 30/06/2025. **LOCAL/SITE:** www.bnc.org.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. **DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 23/06/2025, no sítio www.bnc.org.br. **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS**: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Agente de Contratação, através do sítio www.bnc.org.br. **AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** Geovanderson Soares Gomes. Parazinho/RN, em 18 de junho de 2025.

Publicado por:
Geovanderson Soares Gomes
Código Identificador:012AA728

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº. 197/2025/GP/PMP *

Parazinho/RN, 15 de abril de 2025.

Substitui, nomeia representantes do segmento governo na composição do Conselho Municipal de Saúde de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARAZINHO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, Orgânica do Município e Lei Municipal nº 373/2013,

Resolve:

Art. 1º Nomear os membros a seguir para comporem o Conselho Municipal de Saúde de Parazinho, para o biênio nas seguintes funções:
Substituindo Regina Poliana Andrade Pereira Confessor.
Marcos Santos da Costa – Presidente do Conselho Municipal de Saúde;
Substituindo Regina Poliana Andrade Pereira Confessor.
Marcos Paulo Silveira de Souza – Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Substituindo Marcos Santos da Costa
Eva Sabino Vital – Membro representante do segmento dos trabalhadores da saúde, suplente de João Batista da Costa Santos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL*

RITA DE LUZIER DE SOUZA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana da Silva Soares
Código Identificador:C12C6350

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE N° 014/2025 – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, do Município de Parelhas, no uso de suas atribuições,

Considerando as disposições contidas no Decreto de n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,

SERVIDOR (A): Maria do Socorro Oliveira de Souza			
CARGO: Coordenadora			
MATRÍCULA: 100080-2			
DI: CPF: 618.158.884-15/ RG: 1067927			
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e da Habitação			
DADOS BANCÁRIOS:	Agência: 1845-7 /Banco do Brasil		Conta: 58571-8
HORÁRIO DE SAÍDA: 06:00 horas da manhã			
TIPO DE TRANSPORTE: Veículo da Secretaria Municipal Assistência Social			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: PARTICIPAR DA CONTINUAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO, NA SEDE DO MINITÉRIO PÚBLICO DO RN, COM O TEMA "SINASE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – A LEI 12.594/2021 E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS", QUE ACONTECERÁ NO DIA 21 DE MAIO DE 2025 EM CAICÓ/RN			
PERÍODO: 21/05/2025			
DESTINO: CAICÓ/RN			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	40,00	40,00
TOTAL			40,00

Parelhas/RN, 18 de junho de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EMANUEL WILLIAN SANTOS DE SOUZA
Secretário Municipal de Assistência Social, do Trabalho, da Habitação e do Esporte
Portaria Nº 007/2025

Publicado por:
Yvanna do Carmo Almeida Araújo
Código Identificador:D7D24E2E

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE N° 015/2025 – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, do Município de Parelhas, no uso de suas atribuições,

Considerando as disposições contidas no Decreto de n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,

SERVIDOR (A): Naizete de Oliveira Castro			
CARGO: Assistente Social			
MATRÍCULA: 122019-5			
DI: CPF: 061.760.234-40/ RG: 2354121			
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e da Habitação			
DADOS BANCÁRIOS:	Agência: 1845-7 /Banco do Brasil		Conta: 58571-8
HORÁRIO DE SAÍDA: 06:00 horas da manhã			
TIPO DE TRANSPORTE: Veículo da Secretaria Municipal Assistência Social			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: PARTICIPAR DA CONTINUAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO, NA SEDE DO MINITÉRIO PÚBLICO DO RN, COM O TEMA "SINASE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – A LEI 12.594/2021 E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS", QUE ACONTECERÁ NO DIA 21 DE MAIO DE 2025 EM CAICÓ/RN			
PERÍODO: 21/05/2025			
DESTINO: CAICÓ/RN			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	35,00	35,00
TOTAL			35,00

Parelhas/RN, 18 de junho de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EMANUEL WILLIAN SANTOS DE SOUZA
Secretário Municipal de Assistência Social, do Trabalho, da Habitação e do Esporte
Portaria Nº 007/2025

Publicado por:
Yvanna do Carmo Almeida Araújo
Código Identificador:EAA66A65

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
RESOLUÇÃO 04/2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2025

Aprova Emenda Parlamentar para Organização da Sociedade Civil inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARELHAS/RN, reunido no dia 18 de junho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2675/2022.
CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1044/2024.
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a destinação de Emenda Parlamentar nº 202544740007, de autoria do Deputado Federal Sargento Gonçalves, destinada para a Associação de Artes Marciais Jovens Samurais, no valor de RS 200.000,00 (duzentos mil reais).
Parágrafo único. A Entidade deverá utilizar os recursos financeiros oriundos da Emenda, para despesas de custeio, em atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parelhas/RN, 18 de junho de 2025.

JUCIARA BEZERRA DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Juciara Bezerra de Lima
Código Identificador:A38B0637

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
RESOLUÇÃO 05/2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2025

Aprova o Relatório Final da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARELHAS/RN, reunido no dia 18 de junho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2675/2022.
CONSIDERANDO a necessidade de avaliar o produto final da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 12 de junho de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar o Relatório Final da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social e encaminha-lo ao Conselho Estadual de Assistência Social.
Parágrafo único. As deliberações não prioritárias e aquelas não atingidas da 14ª Conferência realizada em 2023, deverão constar das metas do Plano Municipal de Assistência Social 2026/2029.
Art. 2º. Referendar a avaliação final da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parelhas/RN, 18 de junho de 2025.

JUCIARA BEZERRA DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Juciara Bezerra de Lima
Código Identificador:51E3B4A1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
RESOLUÇÃO 06/2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2025

Aprova Emenda Parlamentar para Organização da Sociedade Civil inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARELHAS/RN, reunido no dia 18 de junho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2675/2022.
CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1044/2024.
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a destinação de Emenda Parlamentar nº 202540910013, de autoria da Senadora Zenaide Maia, destinada para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Parelhas (APAE Parelhas), no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Parágrafo único. A Entidade deverá utilizar os recursos financeiros oriundos da Emenda, para despesas de capital, através da aquisição de veículo(s) e/ou equipamentos classificados pela Portaria MDS nº 47/2024.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parelhas/RN, 18 de junho de 2025.

JUCIARA BEZERRA DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Juciara Bezerra de Lima
Código Identificador:0A25BD69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 2.073/2025 DISPENSA: 17/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 126/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2.073/2025
DISPENSA: 17/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 126/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA MEDIÇÃO DE CLORO LIVRE**.

Data da Assinatura: 13/06/2025.

Vigência: 13/06/2025 até 13/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Fornecedor: **P.F MEOTTI LICITACOES LTDA**
CNPJ: n° 34.133.591/0001-97
Representante: Pedro Felipe Meotti
CPF: 106.***.***-29.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
01	0026519-MEDIDOR DE CLORO LIVRE E TOTAL-AK40 - CLORO TESTE - FAIXA DE MEDIÇÃO: 0.00 a 3.50 ppm; RESOLUÇÃO: 0.01 ppm; EXATIDÃO: +- (0.05ppm + 3% Leitura); TEMPERATURA DA AMOSTRA: 15 a 35 °C; VOLUME DE AMOSTRA: 10ml; FONTE DE LUZ: Diodo Emissor de Luz; COMPRIMENTO DE ONDA: 525nm; CÉLULA DE MEDIÇÃO: Cubeta de Vidro; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: Após 2 minutos; IDIOMAS: Inglês, Espanhol e Português; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 a 50 °C; UMIDADE DE OPERAÇÃO: 10 a 90%UR (Sem Condensação); ALIMENTAÇÃO: 9Vdc (1 Bateria 9V); DIMENSÕES (LxAxP): 73 x 77 x 40 mm; PESO: 120g (Com Bateria). ITENS INCLUSOS: 02 Cubetas de Vidro com Tampa (18.8mm x 68mm); 01 Flanela; 01 Estojo Plástico para Transporte; 01 Manual de Instrução.	UNID	02	528,22	R$ 1.056,44
Valor Total(R$): R$ 1.056,44					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:12629AE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 2.073/2025 DISPENSA: 17/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 127/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2.073/2025
DISPENSA: 17/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 127/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA MEDIÇÃO DE CLORO LIVRE**.

Data da Assinatura: 13/06/2025.

Vigência: 13/06/2025 até 13/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Fornecedor: **SANCOMAR COMERCIAL LTDA ME**
CNPJ: n° 03.220.288/0001-06
Representante: Paulo Cesar Ferreira
CPF: 063.***.***-31.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
02	0026520-KIT DE REAGENTE LIQUIDO PARA CLORO LIVRE (300 TESTES - AK4004 - ITENS INCLUSO: 02 FRASCOS DPD1; 02 FRASCOS DPD2.	kit	10	R$ 207,50	R$ 2.075,00
Valor Total(R$): R$ 2.075,00					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:28F54E3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 2.646/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 15/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 129/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2.646/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 15/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 129/2025

Objeto: **SERVIÇO DE TRANSPORTE DE EQUIPES**.

Data da Assinatura: 17/06/2025.

Vigência: 17/06/2025 até 17/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS

Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Fornecedor: **DIEGO RAPHAEL DE AZEVEDO MACEDO**
CNPJ: n° **42.206.077/0001-62**
Representante: **Diego Raphael de Azevedo Macedo**
CPF: **113.***.***-00**.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
001	0002572 - Transporte de pessoal em visita domiciliar na zona urbana, com duração mínima de até 30 minutos, em veículo de passeio. especificação: capacidade mínima de 5 passageiros, tempo máximo de uso de 5 anos, ar condicionado e 4 portas..	Unidade	6.010	5,00	30.050,00
Valor Total (R$)					30.050,00

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:73DEEA5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2025 PROCESSO: 8.485/2024 PREGÃO ELETRÔNICO: 73/2024

TERMO DE CANCELAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2025
PROCESSO: 8.485/2024 PREGÃO ELETRÔNICO: 73/2024

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN** E A EMPRESA **IVANI BATISTA NETO.**

O **MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 08.087.561/0001-81, com sede social a Av. Mauro Medeiros, nº 97, Bairro Centro, Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000, neste ato representado pelo seu Prefeito o Senhor Tiago de Medeiros Almeida, brasileiro, casado, médico, DI nº 1.614.915-SSP/RN, CPF nº 030.335.144-64, residente e domiciliado a Rua São Cristóvão, nº 42, Bairro Ivan Bezerra, Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa a **IVANI BATISTA NETO** inscrita no CNPJ n° 42.241.189/0001-54, com sede na rua Ivo Furtado, Nº 251, bairro Cidade Nova, Natal/RN, CEP: 59.072-580, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo senhor Ivani Batista Neto, inscrito no CPF N° ° 012.***.***- 98, resolvem celebrar o presente Termo de Cancelamento, que reciprocamente outorgam, cujo objeto foi previsto na cláusula sexta da Ata de Registro de Preços originária, e que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes, que passam a fazer parte integrante do processo original:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 74/2025, celebrada em 14 de março de 2025, cujo objeto se refere a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS".**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO

2.1. Em razão do pedido de rescisão contratual amigável da empresa **IVANI BATISTA NETO** inscrita no CNPJ n° 42.241.189/0001-54, junto a este município, conforme carta de desistência anexa a esse processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO E DA FUNDAMNETAÇÃO LEGAL

3.1. Fica cancelada a Ata de Registro de Preços nº 74/2025, a contar da assinatura deste Termo, com fundamento, na Cláusula 6 da Ata de Registro de Preços mencionada.
3.2. Portanto, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente as obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Parelhas/RN, como competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo.

Parelhas/RN, 9 de junho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

REPUBLICADO POR CORREÇÃO NO NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:8353E1B6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE PARELHAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE PARELHAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE PARELHAS**, pessoa jurídica de direito público interno, abrangendo todos os órgãos da Administração Direta, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 08.087.561/0001-81, neste ato representado por sua Excelentíssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a), TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, brasileiro, inscrito(a) no CPF sob nº 030.335.144-64, e seu(s) anuente(s): o **FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS – RN** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.447.568/0001-71, representado por Tiago Tiberio Dos Santos, brasileiro, inscrito(a) no CPF sob nº 065.292.054-38, o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.844.491/0001-10, representado por Emanuel Willian Santos De Souza, brasileiro, inscrito(a) no CPF sob nº 063.174.454-19 e a **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO DA CULTURA E DOS DESPORTOS,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.074.386/0001-62, representado por Antonia Zelia De Assis Dantas, brasileira, inscrito(a) no CPF sob nº 412.602.874-91, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19/01/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945 de 27/12/2016, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, doravante denominada **CAIXA**, neste ato representada pelo Superintendente de Rede, Tiago Pereira da Silva Neto, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.980.990 expedida pelo SSP/PI e CPF n.º 987.504.883-68, pelo Superintendente Executivo de Governo, Welter Santana de Oliveira Melo, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 02607946768 DETRAN/RN e CPF nº 010.711.284-18 e pelo Gerente Geral de Rede, Gustavo Sullivan Silva De Lima, portador da Carteira de Identidade nº 02581031715 DETRAN/RN e CPF nº 038.030.324-82, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, doravante CONTRATO, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CAIXA às normas disciplinares da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, à Resolução CMN nº 5.058/2022 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação, pela CAIXA, dos seguintes serviços à CONTRATANTE:

I – Em caráter de exclusividade:

Folha de Pagamento: processamento de 100% (cem por cento) dos créditos provenientes da folha de pagamento do CONTRATANTE, representados, na data da celebração deste contrato, por **941 servidores**, abrangendo os servidores ativos, inativos e pensionistas, lançados em contas salário individuais na CAIXA, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com o CONTRATANTE, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do Ente Público.

Parágrafo único – As contas de livre movimentação decorrentes do relacionamento entre a CAIXA e os servidores, somente serão abertas com a anuência destes.

Arrecadação de IPTU: manutenção na CAIXA da Arrecadação do IPTU cobrado pelo CONTRATANTE mediante a utilização de guias de recebimento.

Movimentações Financeiras:

Contas Correntes: centralização e processamento da receita municipal, e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da Conta Única do CONTRATANTE (sistema de caixa único), se houver, excetuando-se os casos em que exista previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos decorrentes de contratos ou convênios em outras Instituições Financeiras;

Manutenção dos recursos financeiros destinados ao cumprimento de obrigações assumidas perante credores e fornecedores, a qualquer título, excetuando-se os casos em que exista previsão legal, contratual ou judicial para manutenção da movimentação desses recursos em outras instituições financeiras;

Transferências Legais e Constitucionais: centralização e movimentação financeira do CONTRATANTE, referente aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do Governo Federal e Estadual, excetuando-se os casos em que exista previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras Instituições Financeiras;

Fundos Municipais: centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo, a qualquer título, exceto os recursos oriundos de convênios e/ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição financeira, por força de lei ou exigência do órgão repassador.

Pagamento de Credores e Fornecedores: centralização e processamento do pagamento a credores, fornecedores e de outros pagamentos ou transferências de recursos financeiros a entes públicos ou privados.

Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do CONTRATANTE, bem como dos recursos dos Fundos a que alude o item “iv” da alínea “c”.

II – Sem caráter de exclusividade:

Crédito Consignado: concessão de crédito aos servidores ativos, inativos e pensionistas do CONTRATANTE, órgãos e entidades vinculadas, mediante consignação em folha de pagamento, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CAIXA.

Depósitos Judiciais: centralização na CAIXA dos depósitos judiciais decorrentes de processos de qualquer natureza, nos casos em que o CONTRATANTE possua autonomia na definição do banco depositário.

Parágrafo Primeiro – O presente CONTRATO tem âmbito nacional, abrangendo toda a rede da CAIXA, composta por Agências e Postos de Atendimento, dedicados aos servidores/empregados do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – Fica designada pela CAIXA a Agência Parelhas (nº 7853), localizada em R Padre Bento, 316 - Parelhas/RN, como a estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento ao CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela CAIXA neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REGULARIDADE DA TRANSAÇÃO

A prestação dos serviços consubstanciados no presente instrumento foi objeto de dispensa de licitação embasada no artigo 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, e Processo de Dispensa nº 10/2025/2025, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 22/04/2025, vinculado a este CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CAIXA

São competências e responsabilidades da CAIXA:

Prestar os serviços listados na Cláusula Primeira;

Oferecer atendimento aos servidores/empregados públicos do CONTRATANTE;

Entregar ao servidor/empregado público no momento da abertura da sua conta bancária, documento que registre os códigos numéricos do banco, agência e a conta de sua titularidade, para que o servidor/empregado público informe ao CONTRATANTE (Fonte Pagadora) o destino bancário para o crédito de sua remuneração;

Manter sistemas operacionais e de tecnologia capazes de prover os serviços contratados;

Efetivar os créditos de salário dos servidores/empregados públicos do CONTRATANTE, por meio de Conta Salário, garantindo as condições e isenções de tarifas previstas na Resolução CMN nº 5.058/2022 e Resolução BCB nº 284/2023.

Parágrafo Único – A CAIXA ratifica o cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e para aprendizes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São competências e responsabilidades do CONTRATANTE:

Demandar à CAIXA a abertura de Conta Salário (Conta de Registro de Controle de Fluxo de Recursos) para os servidores/empregados públicos vinculados, de forma a permitir a efetivação dos créditos de salário, conforme previsto na Resolução CMN nº 5.058/2022;

Encaminhar para processamento na CAIXA arquivo de pagamento de salários, com a antecedência necessária para o processamento dos arquivos e respectivos pagamentos, conforme os prazos previstos em contrato específico para esse objeto;

Disponibilizar os recursos financeiros necessários ao crédito de salário dos servidores/empregados públicos vinculados, observando os aspectos negociais consignados em instrumento específico da prestação do serviço de pagamento de salários;

Disponibilizar informações atualizadas referentes à margem consignável dos servidores/empregados públicos vinculados, sempre que houver convênio de Crédito Consignado com a CAIXA, independentemente da situação do convênio, de acordo com as condições negociais estabelecidas em instrumento específico;

Dar preferência à CAIXA na prestação de serviços não previstos neste instrumento, em termos específicos a serem pactuados;

Permitir o acesso de empregados, prestadores de serviços ou prepostos da CAIXA às suas dependências, para execução de atividades relativas ao objeto da contratação, observando-se as diretrizes de segurança do CONTRATANTE;

Promover no prazo de 15 (quinze dias) dias contados do início da vigência deste contrato, a completa transferência para a CAIXA dos serviços previstos em caráter de exclusividade e que estejam sendo prestados por outras Instituições Financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso;

Assegurar à CAIXA o direito prioritário de instalar Agências, postos ou terminais de autoatendimento em espaços próprios ou de seus órgãos e entidades vinculadas, podendo o CONTRATANTE indicar e colocar à disposição da CAIXA áreas adequadas para tanto, mediante celebração de contrato específico;

Não permitir a substituição de unidades e/ou máquinas de autoatendimento da CAIXA que tenham sido instaladas em áreas cedidas pelo CONTRATANTE em decorrência do contrato firmado, por unidades de outras instituições financeiras;

Atuar junto ao Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social para a centralização preferencial na CAIXA da aplicação dos recursos do Regime Próprio de
Previdência Social, em cumprimento ao disposto na Cláusula Primeira, inciso "I", alínea "e";

Assumir integral responsabilidade na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela observância às regras aplicáveis ao presente CONTRATO no tocante aos aspectos formais, orçamentários e contábeis, e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela CAIXA;

Quando for verificada a impossibilidade de cumprimento das obrigações estabelecidas no presente CONTRATO, apresentar proposta de substituição de contrapartida, cuja avaliação e definição de sua suficiência serão analisadas pela CAIXA, podendo ser revistas e/ou extintas as obrigações das partes aqui descritas, com a consequente restituição dos desembolsos à CAIXA e formalização dos respectivos instrumentos contratuais.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS

O CONTRATANTE e a CAIXA comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, observando os leiautes FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) padrão CNAB 150 ou 240, para o fiel cumprimento do objeto deste contrato, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a manutenção dos controles, de modo a permitir que as partes possam, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO À CAIXA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os serviços descritos na Cláusula Primeira são regidos por contratos específicos e, pela sua prestação, o CONTRATANTE paga à CAIXA as tarifas constantes na tabela abaixo:

Convênio	**Tipo de Serviço**	**Tarifa Negociada (R$)**
Folha de Pagamento	Crédito em Conta	R$ 2,00 por linha de transmissão
Arrecadação	**Canal**	**Tarifa Negociada (R$)**
	Internet Banking CAIXA	R$ 2,79 por documento recebido
	Lotérico	R$ 4,74 por documento recebido
	Correspondente CCA	R$ 4,74 por documento recebido
	Autoatendimento	R$ 3,45 por documento recebido

Parágrafo Primeiro – As tarifas estabelecidas no *caput* serão anualmente atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), do
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Segundo – As despesas com a execução destes serviços, para o exercício corrente, serão previstas em dotação orçamentária própria do CONTRATANTE, autorizadas na Lei Orçamentária anual; as despesas a serem executadas nos exercícios seguintes, serão supridas nos orçamentos de exercícios futuros.

Parágrafo Terceiro – As remunerações a que se refere esta Cláusula serão pagas pelo CONTRATANTE no mês subsequente à prestação desses serviços, conforme condições negociais estabelecidas em contrato específico de cada serviço contratado.

Parágrafo Quarto – Os demais serviços que vierem a ser prestados seguirão os valores constantes na Tabela de Tarifas CAIXA, sendo firmado contrato específico para cada modalidade de prestação de serviço, fixando condições e valores, observando as normas bancárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REMUNERAÇÃO AO CONTRATANTE

DESEMBOLSO À VISTA

Pelo direito de exploração dos serviços objeto deste Contrato, é fixada a importância total e líquida de R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), em moeda corrente nacional, dividida da seguinte forma:

a) Desembolso nominal líquido, em favor do CONTRATANTE, no valor de R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), mediante crédito em conta corrente, de titularidade do
CONTRATANTE, na CAIXA: AG: 7853, OP: 006 , C/C: 71.005-5 ;

Parágrafo Primeiro – O crédito do desembolso nominal líquido será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a comprovação dos seguintes requisitos:

Processamento do crédito de salário na CAIXA, nos quantitativos previsos na alínea "a" da Cláusula Primeira, e:

Comprovação da publicação da dispensa de licitação e do extrato do presente CONTRATO no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Em qualquer hipótese, o referido pagamento constitui-se mero adiantamento do preço ora ajustado à CONTRATANTE, devendo ser restituído à CAIXA, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC, de forma proporcional ao tempo decorrido, na hipótese de rescisão contratual antecipada.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATANTE assume, perante os órgãos fiscalizadores, total responsabilidade pela adequada aplicação dos recursos, comprometendo-se a associar este investimento com as políticas públicas e as necessidades da sociedade, eximindo a CAIXA de toda e qualquer responsabilidade, neste particular.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro – Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Parágrafo Segundo – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto – A CONTRATANTE indicará o nome do fiscal do contrato, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA REPARAÇÃO DE DANOS

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste CONTRATO, até o limite do valor do dano material, atualizado pela variação da taxa SELIC, ou outro índice que venha a sucedê-la, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos à execução deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ATO ADMINISTRATIVO INJUSTIFICADO

O CONTRATANTE fica obrigado a ressarcir à CAIXA o equivalente *pro-rata temporis* aos valores desembolsados pela CAIXA referentes ao cumprimento da obrigação constante na Cláusula Sétima, atualizados pela variação da taxa SELIC ou outro índice que venha a sucedê-la, na hipótese de, por ato administrativo (ato de império), o presente CONTRATO perder seu objeto ou se, em decorrência da prática de tal ato administrativo, o objeto deste contrato se tornar de impossível cumprimento pela CAIXA.

Parágrafo Único – O ressarcimento previsto no caput desta Cláusula não elide os direitos da CAIXA previstos no parágrafo 2º, do artigo 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Cláusula Sétima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS

As Partes se comprometem a cumprir a legislação referente à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo-se a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Parágrafo Primeiro – A realização do tratamento dos dados pessoais deve seguir as seguintes instruções fornecidas pelo CONTRATANTE à CAIXA:

– A coleta, o armazenamento e o tratamento dos dados das partes integrantes desta relação jurídica serão realizados exclusivamente para as finalidades a que se destina o presente instrumento, não podendo utilizá-los para outros fins econômicos e/ou comerciais divergentes, nem os transferir a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE.
– Os dados pessoais serão armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço.

Parágrafo Segundo – As Partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento dos dados poderão ser revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e, portanto, se comprometem à informar uma a outra a respeito de eventuais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA está ciente de que, igualmente, deve se adequar à Lei – LGPD, cumprindo as suas determinações e aplicando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, protegendo desta forma o CONTRATANTE e a relação contratual.

Parágrafo Quarto – Na ocorrência de qualquer incidente, especialmente quando houver vazamento no tratamento dos dados que manuseia, a CAIXA fica obrigada a notificar imediatamente o CONTRATANTE e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme artigo 48 da Lei – LGPD.

Parágrafo Quinto – O CONTRATANTE se compromete a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, especialmente em relação à necessidade de obter consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO é firmado com prazo de vigência de 60 (sessenta meses) a contar da data de sua assinatura, observadas as diretrizes do artigo106, da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 107 da mesma Lei.

Parágrafo Único – A prorrogação do prazo de vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados e à manutenção da vantajosidade da contratação para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE obriga-se a providenciar a publicação do extrato deste CONTRATO e seus eventuais Termos de Aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento à exigência do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de validade e eficácia deste instrumento, observando-se o prazo previsto no inciso II do artigo em referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ADEQUAÇÃO E REPACTUAÇÃO

O presente CONTRATO é celebrado em caráter irretratável e irrevogável, devendo ser adequado mediante a celebração de Termo Aditivo, nas hipóteses previstas em lei, em especial, nos casos de desequilíbrio econômico-financeiro do pacto inicial gerado pelo não cumprimento, pelo CONTRATANTE, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Este CONTRATO é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvadas as hipóteses de rescisão previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber.

Parágrafo Primeiro – Além das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATANTE poderá promover a rescisão deste CONTRATO, sem ônus, se a CAIXA:

Descumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações ou prazos, observando o princípio da razoabilidade e da finalidade, sempre se atendo à finalidade da avença, em detrimento de falhas formais sanáveis;

Associar-se com outrem e a respectiva cessão, ou transferência total, ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou

incorporação que afetem a execução do CONTRATO, sem prévio conhecimento e autorização do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A rescisão de que trata o Parágrafo Primeiro desta Cláusula não poderá ocorrer sem que haja prévio aviso formal à CAIXA por parte do CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quanto ao atraso no cumprimento de prazos ou inobservância das situações descritas no referido Parágrafo, e sem que seja dado, anteriormente a esse aviso prévio, prazo razoável para que a CAIXA regularize as pendências.

Parágrafo Terceiro – Além da restituição de valores prevista na Cláusula Sétima deste CONTRATO, a sua denúncia ou a sua rescisão imotivada ou motivada por razões diversas daquelas indicadas nesta cláusula, implicará na aplicação, em favor da CAIXA, de multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da remuneração prevista na Cláusula Sétima deste pacto e desembolsada ao CONTRATADO, calculada de forma proporcional ao tempo transcorrido.

Parágrafo Quarto – Se a rescisão se operar por iniciativa da CAIXA, esta perderá o direito à restituição de valor e à multa mencionadas no parágrafo antecedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este CONTRATO representa todo o entendimento havido entre as partes sobre o seu objeto. Quaisquer alterações somente serão reconhecidas pelas partes se formalizadas por termo de aditamento específico escrito e firmado pelas partes.

Parágrafo Primeiro – As partes deverão envidar seus melhores esforços para resolver amigavelmente as questões e divergências surgidas na execução deste CONTRATO.

Parágrafo Segundo – Eventual tolerância de uma parte a infrações ou descumprimento das condições estipuladas neste CONTRATO, cometidas pela outra parte, será tida como ato de mera liberalidade, não se constituindo em perdão, precedente, novação ou renúncia a direitos que a legislação ou o CONTRATO assegurem às partes.

Parágrafo Terceiro – Se qualquer das disposições deste CONTRATO for considerada, por qualquer motivo, nula ou inexequível, tal nulidade ou inexequibilidade não afetará as demais cláusulas, que permanecerão válidas e em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste CONTRATO, não representará renúncia nem impedirá o exercício futuro do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes aceitam este instrumento tal como foi redigido e se obrigam ao seu fiel cumprimento, elegendo o foro da Justiça Federal de NATAL, com privilégio sobre qualquer outro, para a solução de questões decorrentes da execução deste CONTRATO que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja. Este CONTRATO obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título. E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam este CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos jurídicos e legais.

PARELHAS - RN, 04 de JUNHO de 2025

Assinatura do Superintendente de Rede da CAIXA	Assinatura da CONTRATANTE – **Prefeita de Parelhas/RN**
Nome: Tiago Pereira da Silva Neto	**Nome:** TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
CPF: 987.504.883-68	**CPF** 030.335.144-64

Assinatura do Superintendente Executivo de Governo da CAIXA	Assinatura da Gerente Geral de Rede - Agência Parelhas/RN
Nome: Welter Santana de Oliveira Melo	**Nome:** Gustavo Sullivan Silva De Lima
CPF: 010.711.284-18	**CPF:** 038.030.324-82

Assinatura Anuente: **FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS – RN** - CNPJ/MF nº 11.447.568/0001-71	Assinatura Anuente: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** - CNPJ/MF nº 01.844.491/0001-10
Nome: Tiago Tiberio Dos Santos	**Nome:** Emanuel Willian S. De Souza
CPF: 065.292.054-38	**CPF:** 063.174.454-19
Assinatura Anuente: **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO DA CULTURA E DOS DESPORTOS** - CNPJ/MF nº 06.074.386/0001-62	
Nome: Antonia Zelia De Assis Dantas	
CPF: 412.602.874-91	

Testemunhas:

Nome: Diogo Sávio Pereira de Azevedo	Nome: Renan Emanuel Alves Pinto
CPF: 008.443.614-02	CPF: 069.557.354-38

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474 **caixa.gov.br**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:44458976

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
2º AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA VOLTADOS À GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE FIRMADOS COM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Passagem/RN, através do Setor de Compras, avisa a todas as empresas interessadas, que nos 03 (três) dias subsequentes a esta publicação, **iniciando em 20 de junho de 2025 até as 18h00min do dia 25 de junho de 2025** estará recebendo Propostas de Preços, visando a obtenção de valores de referência para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica voltados à gestão de convênios e contratos de repasse firmados com órgãos da administração pública, a serem prestados à prefeitura municipal de passagem – RN. A relação dos itens, deverá ser solicitado através do endereço eletrônico de e-mail: compraspassagemrn@gmail.com, caso haja interesse em nos enviar a cotação de preços, a mesma também deverá ser respondida para o e-mail supracitado.

Passagem/RN, 18 de junho de 2025.

KEILA BENIZ DE LIMA
Responsável Pelo Setor de Compras

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:D5B9C107

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PUBLICA Nº 003/2025

OBJETO: Seleção de organização da sociedade civil - osc para celebração de parceria com a administração pública municipal, em regime de mútua cooperação, sob a égide da lei federal nº 13.019/2014 e suas alterações, através de termo de colaboração, para a execução das atividades em Saúde do Município de Passagem/RN.

Considerando, os atos praticados pela presidente da comissão e a equipe de apoio criada para este processo da Prefeitura Municipal de Passagem/RN.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado na Lei Federal nº 13.019/2014; **HOMOLOGO** em favor da organização de Sociedade Civil **INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE RN**, inscrita no **CNPJ nº 47.436.348/0001-90**, vencedora totalizando **R$ 3.955.530,00 (três milhões novecentos e cinquenta e cinco mil**

quinhentos e trinta reais), a seleção de organização da sociedade civil para celebração de parceria com a administração pública municipal, em regime de mutua cooperação, sob a égide da Lei federal 13.019/2014 e suas alterações, através de termo de colaboração, para a execução das atividades em Saúde do Município de Passagem/RN.

Convoque-se a vencedora acima mencionada para assinatura do referido Termo de Colaboração.

Passagem/RN, em 18 de junho de 2025.

WEDNA MARIA MENDONÇA DE ARÁÚJO
Prefeita Minicipal

LIANA KELLY SOUZA AGUIAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:4FD531AD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 015

DECRETO Nº 015/2025 –GP

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN E DA PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Passagem/RN, no uso de suas atribuições constitucionais legais que lhes são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e ainda...
CONSIDERANDO que no dia 20 (vinte) de junho "quinta-feira", será feriado nacional de Corpus Christi;
CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, divulgou ponto facultativo, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual por meio do decreto nº 34.625 de 5 de junho de 2025;
CONSIDERANDO a competência originária do Poder Executivo Municipal, quanto a decretação de Ponto Facultativo no âmbito da administração pública do Município de Passagem/RN.

DECRETA:
Art. 1º- Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas do município de Passagem/RN o dia 20 de Junho (sexta-feira) de 2025.
Parágrafo único – Excluem-se do ponto facultativo definido no caput deste artigo as atividades consideradas essências e indispensáveis do serviço público municipal, tais como: saúde (serviços de urgência e/ou emergência), coleta de lixo, coleta de efluentes, sepultamentos e, serviços, os quais por ato discricionário, o Chefe do Poder Executivo Municipal julgar necessário convocar.
Art. 2º- Ficam outorgados aos Secretários responsáveis, os ajustes indispensáveis ao regular funcionamento dos respectivos serviços essenciais, durante o período estipulado no artigo 1º deste decreto municipal.
Art. 3º- O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Passagem/RN, 18 de Junho de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:5EDE41EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: ADL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 31.097.402/0001-80.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 6.420,00(seis mil, quatrocentos e vinte reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
ADL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 31.097.402/0001-80 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:6B7B5F67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA - CNPJ: 09.182.725/0001-12.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 39.300,00(trinta e nove mil e trezentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA - CNPJ: 09.182.725/0001-12 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:C06EA8A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: BIOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 38.329.458/0001-61.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 5.000,00(cinco mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
BIOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 38.329.458/0001-61 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:1206A191

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 40.787.152/0001-09.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 24.700,00(vinte e quatro mil e setecentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 40.787.152/0001-09 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:40CE443B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: DISMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 10.538.476/0001-34.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 144.115,00(cento e quarenta e quatro mil, cento e quinze reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
DISMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 10.538.476/0001-34 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:38AC0C79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI - CNPJ: 07.055.280/0001-84.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 263.923,00(duzentos e sessenta e três mil, novecentos e vinte e três reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI - CNPJ: 07.055.280/0001-84 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:6A65C6BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: HOSP MEDICAL - COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES - CNPJ: 33.160.739/0001-10.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 492.481,00(quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
HOSP MEDICAL - COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES - CNPJ: 33.160.739/0001-10 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:1E32A885

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 34.707.920/0001-66.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 66.180,00(sessenta e seis mil, cento e oitenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 34.707.920/0001-66 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:0426CEAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: PHOSPODONT LTDA - CNPJ: 04.451.626/0001-75.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO

BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 28.105,00(vinte e oito mil, cento e cinco reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
PHOSPODONT LTDA - CNPJ: 04.451.626/0001-75 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:5A531A10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 44.554.219/0001-08.
Processo Administrativo nº 017/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: R$ 15.800,00(quinze mil e oitocentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2025
VIGENCIA: De 28/05/2025 à 27/05/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU - ASSINADO PELO CONTRATANTE
WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 44.554.219/0001-08 - ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:2931C893

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2025
PROCESSO N.º 028/2025

Adjudico e Homologo pelo presente termo, para que surta os efeitos legais, referente ao Pregão Eletrônico nº. 005/2025, tendo como objeto o **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN**", em favor do licitante relacionado abaixo, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração:

AUTO POSTO SERRANO LTDA, CNPJ: 06.699.131/0001-95, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 01 com 5% de desconto, ficando no valor de R$ 6,16; item 02 com 3% de desconto, ficando o valor de R$ 6,04 e o item 03 com 3% de desconto ficando no valor de R$ 6,00 totalizando o valor de **R$ 3.449.360,00(três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta reais).**

Vale ressaltar que o pregão se deu por maior desconto sobre a tabela da ANP-Mossoró/RN, e que o valor indicado corresponde ao preço dos combustíveis no período em que foi licitado.

Patu/RN, 03 de junho de 2025.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:86BE34B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
DISTRATO DE CONTRATO UNILATERAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/RN – pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF 08.113.995/0001-09, com sede na Rua Cel. José da Costa Alecrim, 164 – Centro, Pedra Preta, neste Estado, CEP 59.547-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Luiz Antônio Bandeira de Souza**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF 008.213.744-78, residente e domiciliado na Rua Santo Antônio, nº 500 – Centro, Pedra Preta/RN; do outro lado, a empresa NORTE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 24.581.449/0001-59 estabelecida à rua Jaguarari, n°1215, Barro Vermelho, na cidade de Natal-RN, doravante designado simplesmente, **CONTRATADA**, entre sim firmam o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, na forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente TERMO DE DISTRATO, ora firmado de forma amigável e em comum acordo entre as partes, tem por finalidade encerrar as obrigações contidas no contrato original, em anexo, datado de 07 de fevereiro de 2023, que teve como objetivo a contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação de paralelepípedo pelo método convencional, com 3240m2, na Rua vereador Manoel Teixeira de Souza, Rua Manoel Antunes de Souza e Rua vereador Júlio Francisco de Melo.
CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATANTE declara que os serviços encontram-se parados desde da última medição de serviços, que foi realizada no dia **19 de fevereiro de 2025**. Desde então, não houve continuidade nos serviços contratados, estando a obra paralisada, sem justificativa formal apresentada por parte desta empresa. Ressaltamos que ainda resta a execução das **calçadas**, conforme previsto no escopo contratado, que mesmo após notificações extrajudiciais feitas a empresa, os serviços não foram retomados, descumprindo todos os prazos ora contratados no instrumento inicial, restando a contratante encerra o contrato nº 009/2023, em 16 de junho de 2025.
CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATADA outorga a CONTRATANTE a plena, total e irrevogável quitação das obrigações oriundas do contrato ora encerrado, para nada mais reclamar quaisquer créditos presentes ou futuros, frutos do contrato que ora se encerra.
CLÁUSULA QUARTA: O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, conforme o Art. 137 inciso I da Lei 14.133/2021.
CLÁUSULA QUINTA: As partes elegem o Foro da Comarca de Lajes para dirimir eventuais litígios decorrentes do pacto ora acordado.

Pedra Preta/RN, em 16 de junho de 2025.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:5AB9D3A7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 012/2025-GP

Pedra Preta, 18 de junho de 2025.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra situada no Município de Pedra Preta/RN, destinada à construção uma

creche padrão FNDE, um galpão industrial e casas populares e dá outras providências.

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,**no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de área medindo 18.700,00 m² (dezoito mil e setecentos metros quadrados), localizada na cidade de Pedra Preta, neste Estado, de propriedade do espólio de Clóvis Alves da Cruz, com registro no Ofício Único Notarial e Registral de Pedra Preta, matrícula nº 259, Registro Geral – Livro 2, com a seguinte descrição: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-0001 de coordenadas S 820.926,25m e L 9.382.661,69m,situados nos limites da RN 129 Lajes/Pedra Preta, com os seguinte azimutes e distâncias 343°,12'53,21" e 115,45 m até o vértice V-0002 de coordenadas S 820.893,07m e L 9.382.771,69m, deste, segue confrontando Fazenda Santa Vinda - Nelson de Oliveira Paiva, com os seguintes azimutes e distâncias 89°,59'49,00" e 187,50 até o vértice V-0003 de coordenadas S 821.080,58m e L 9.382.771,69m, deste, segue confrontando Rede Ferroviária, com os seguinte azimutes e distâncias 179°,59'41,25" e 110,00 m até o vértice V-0004 de coordenadas S 821.080,58m e L 9.382.661,69m, segue confrontando a Rua Franscisco de Melo, com os seguintes azimutes e distâncias 269°,59'46,64" e 152,50m até o vértice V-0001, ponto inicial da descrição desse perímetro. As coordenadas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Estação SIRGAS200 representados no Sistema UTM 24S, Meridiano Central 33° W e referenciadas ao Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único: O Município pagará a importância de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) a título de indenização pela desapropriação.

Art. 2º A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se à construção uma creche padrão FNDE, um galpão industrial, casas populares e outros bens ou edificações no interesse do Município de Pedra Preta.

Art. 3º É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Estado-Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/RN, 18 de junho de 2025.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:D4728C49

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 224/2025

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao senhor **VITORIANO AMARO DE MELO**, Matricula: 60, inscrito(a) sob CPF nº 028.***.***.08, ocupante do cargo de GARI, na Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o gozo de sua LICENÇA PRÊMIO no período de 02 de junho até 31 de agosto de 2025.

Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Pedra Preta/RN, 18 de junho de 2025.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:E8BEBA90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 225/2025

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a senhora **MARIA DE FATIMA DE LIMA XAVIER**, Matricula: 031, inscrito(a) sob CPF nº 027.***.***.58, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, na Secretaria de Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o gozo de sua LICENÇA PRÊMIO no período de 09 de junho até 08 de setembro de 2025.

Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Pedra Preta/RN, 18 de junho de 2025.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:9760B3D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025(SEGUNDA CHAMADA);

Processo Administrativo Nº1.224/2025- **Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTROS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PELA FARMÁCIA MUNICIPAL DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO-RN.Maiores informações pelo correio eletrônico:pmpacpl2@gmail.com,https://www.gov.br/pncp/pt-brouwww.portaldecompraspublicas.com.br. Entrega das Propostas: a partir de 19/06/2025 às 08h00 no sitewww.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura das Propostas: 08/07/2025 às 11h01 no sitewww.portaldecompraspublicas.com.br.
Pedro Avelino–RN, 18 de junho de 2025.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA
Pregoeiro

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:434936A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-08 - PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250401001-08. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN,

CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 01.722.296/0001-17, estabelecida na AV PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 2382, BAIRRO MONDUBIM CEP: 60752-697, FORTALEZA-CE. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM ENTREGA PARCELADA, PARAATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE DE PILÕES/RN. RECURSOS: R$ 77.340,00 (setenta e sete mil, trezentos e quarenta reais). VIGÊNCIA: 08/05/2025 a 08/05/2026. DATA DEASSINATURA: 08/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA o Sr. José Sales Silveira de Almeida.

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:6E680FF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 042/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.311.904/0001-40, representada por Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira;
Contratado: MOTOK MOTOS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.527.130/0001-09, representada por Pablo Dantas Tavares;
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MOTOCICLETA ZERO QUILÔMETRO PARA SER DESTINADA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E AO SHOW DE PRÊMIOS NO EVENTO "IPTU PREMIADO";
Valor Global: R$ 39.780,00 (trinta e nove mil e setecentos e oitenta reais);
Vigência: 05 (CINCO) MESES, contados da data da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n°. 14.133/2021;
Data de Assinatura:16 de junho de 2025;

EDI CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:203043E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025

O Prefeito Municipal de Poço Branco/RN, considerando a documentação e informações colacionadas aos autos, conforme o art. 126 do Decreto Municipal nº 001/2024 e com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 **AUTORIZO** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025,** para a contratação da empresa **MOTOK MOTOS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ 60.527.130/0001-09**, no valor total de **R$ 39.780,00 (trinta e nove mil e setecentos e oitenta reais)**, visando a aquisição de motocicletas zero quilômetro para ser destinada a atendimento das demandas externas de locomoção, oriundas da Secretária Municipal de Finanças e Tributação, e ao show de prêmios no evento "IPTU premiado 2025", fundamentado na Lei Municipal nº. 557/2024.
Diante de todo o exposto, considerando que no processo de Contratação Direta foram observados os requisitos formais exigidos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 determino, por fim, a publicação deste ato na íntegra no diário oficial do município, em atendimento ao disposto no *parágrafo único* do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Poço Branco/RN, em 16 de junho de 2025.

EDI CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:C7690ED4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 425/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 425/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Marcio Marcolino Pinto**, matrícula nº **343**, ocupante do cargo de **Motorista**, **2,0(duas)**diária (s), ao preço unitário de **R$120,00**(**Cento e vinteReais**), perfazendo o total de **R$ 240,00 (Duzentos e quarenta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s) **17/06 à 19/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/cirúrgico oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 18de Junhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B777E083

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 426/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 426/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, matrícula nº **492**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessenta reais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **18/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como**

motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 18 de Junhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:3CDA2FB6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 427/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 427/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Onireves Elias de Paiva**, matrícula nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessentareais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **18/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 18 de Junhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:3EBE8E72

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 601, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 601, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR, POR MEIO DE LEILÃO, BEM MÓVEL INSERVÍVEL DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a alienação, na modalidade de leilão público, de bem móvel considerado inservível, pertencente ao patrimônio do Município de Portalegre, mediante avaliação prévia.

Parágrafo único. O bem objeto desta autorização encontra-se descrito no Anexo Único desta Lei, parte integrante e inseparável deste diploma legal.

Art. 2º Concluído o procedimento de alienação, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a correspondente baixa contábil e patrimonial do referido bem nos registros oficiais da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Bem móvel de propriedade do Município de Portalegre/RN a ser alienado:

Id. Patrimônio	Descrição
000090	RENAULT/KWID ZEN 10MT - ANO: 2019/2020 PLACA: QWC6G77 RENAVAM: 1218869574 CHASSI: 93YRBB005LJ293079 COMBUSTIVEL: FLEX CILINDRADA: 999 CAMBIO: MANUAL COR: BRANCA.

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:1717F973

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 602, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 602, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN, O MÊS DE CONSCIENTIZAÇÃO À SAÚDE MENTAL – JANEIRO BRANCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial do Município de Portalegre/RN, o mês da Conscientização à Saúde Mental e a campanha denominada "janeiro Branco", com objetivo de promover a conscientização sobre os cuidados com a saúde mental e emocional da população.

Art. 2º. A campanha "Janeiro Branco" será realizada anualmente no mês de janeiro, envolvendo a realização de eventos de divulgação e conscientização, como palestras, seminários e cursos, dentre outras ações educativas e preventivas, a serem promovidas pelo poder público local e/ou em parceria deste com entidades públicas e civis do Município.

Art. 3º. Os eventos e ações realizados no mês do "Janeiro Branco", serão fundados nas seguintes diretrizes:
I - Estimular a adesão de toda a sociedade ao compromisso de discussão a respeito da saúde mental e emocional;
II - Promover discussões, debates e iniciativas, convocando a sociedade a exercitar a cidadania em prol das questões relativas à saúde mental;
III - incluir nos eventos, calendários, ações e atividades que forem realizados no decorrer do mês, informações e mensagens educativas com foco na saúde mental, buscando a conscientização de toda sociedade.

Art. 4º. O símbolo da campanha "Janeiro Branco" será o laço na cor branca.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F3F4F090

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 603, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 603, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO BAIRRO JARDIM DA SERRA, LOCALIZADO NA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Bairro Jardim da Serra o setor urbano localizado na Zona Oeste do Município de Portalegre, com início a partir do final da Rua Maria Perpétua Soares.
Art. 2º Integram inicialmente o Bairro Jardim da Serra as vias públicas Avenida Hipólito Fialho e Rua dos Mirantes.
Art. 3º O Poder Executivo Municipal adotará as providências necessárias para a inclusão do Bairro Jardim da Serra nos cadastros oficiais e sua devida atualização junto aos órgãos competentes.
Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por ato do Chefe do Executivo.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6305C79F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 604, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 604, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO PAISAGENS, NA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam denominadas, para todos os efeitos legais, as seguintes vias públicas localizadas no setor urbano do Loteamento Paisagens, na Zona Oeste do Município de Portalegre/RN:
I – Rua Projetada 01 passa a ser denominada **Rua das Orquídeas;**
II – Rua Projetada 02 passa a ser denominada **Rua dos Girassóis;**
III – Rua Projetada 03 passa a ser denominada **Rua das Tulipas;**
IV – Rua Projetada 04 passa a ser denominada **Rua das Hortênsias;**
V – Rua Projetada 05 passa a ser denominada **Rua dos Lírios.**
Art. 2º O Poder Executivo Municipal adotará as providências necessárias para a atualização dos cadastros oficiais, bem como a comunicação aos órgãos competentes e concessionárias de serviços públicos.
Art. 3º As ruas de que trata o Art. 1º estão devidamente delimitadas no mapa constante do anexo à presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:893C4BC1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 605, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 605, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

RECONHECE A FESTIVIDADE "SÃO JOÃO DA VILA" COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL, HISTÓRICO, CULTURAL E TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica reconhecida a festividade "São João da Vila" como patrimônio imaterial, histórico, cultural e turístico do município de Portalegre/RN.

Art. 2º Integra oficialmente a programação do "São João da Vila" o evento denominado "Arrastalegre", tradicional passeio de carroças que percorre as ruas da cidade.

Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei tem como objetivos valorizar, preservar e incentivar a continuidade das tradições culturais associadas ao São João da Vila.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6092A8DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00038/2025. Objeto: Aquisição de utensílios de cozinha destinados a atender as demandas das diversas Secretarias deste Município de Rafael Fernandes–RN, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência. Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretária Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito em 18/06/2025.

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:B035AA0A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – DISPENSA Nº 00038/2025

Nos termos dos elementos constantes de respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de licitação nº DV00038/2025, que objetiva: Aquisição de utensílios de cozinha destinados a atender as demandas das diversas Secretarias deste Município de Rafael Fernandes–RN, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência. RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: **F L D BATISTA LTDA**. CNPJ: **47.950.070/0001-74**, com valor total de R$ R$ 33.025,68.

Rafael Fernandes - RN, 18 de junho de 2025.

BENILTON RODRIGUES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:97D8A23C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº 247 - 2025 (CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE RAFAEL GODEIRO)

DECRETO Nº 247/2025 - GP, DE 12 DE JUNHO DE 2025

Convoca a 2ª Conferência Municipal da Cidade de Rafael Godeiro/RN, no âmbito da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 68, da lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o Decreto nº 34.442 de 27 de março de 2025 que convoca a VI Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte - VI CONCIDADES-RN.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **2ª Conferência Municipal da Cidade de Rafael Godeiro/RN**, a ser realizada em **25 de junho de 2025**, das **08 às 12h** no Palácio Vereador Tomaz Ferreira (Câmara Municipal) no centro de Rafael Godeiro/RN, e terá como tema: "*Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social"*
Art. 2º A 2ª Conferência Municipal da Cidade de Rafael Godeiro/RN - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da VI Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte a ser realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2025 no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte Bairro Lagoa Nova Natal/RN.
Art. 3º A Conferência integra a etapa municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, considerando o disposto no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado por meio da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024, e o Regimento Interno da Etapa Estadual homologado pela Portaria nº 70, de 14 de abril de 2025.
Art. 4º As Conferências Municipais serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos, devendo ser respeitado o Regimento da respectiva Conferência Municipal.
Art. 5º A Conferência Municipal da Cidade será regida pelo Regimento Interno elaborado pela Comissão Organizadora que será instituída mediante Portaria expedida pelo Gabinete da Prefeita.
Parágrafo Único. À Comissão Organizadora Municipal caberá definir o Regimento Interno da Conferência Municipal, os critérios para a eleição de delegados para a etapa estadual, e demais atos referentes à organização da Conferência Municipal da Cidade, respeitados os dispositivos legais atinentes a este processo, em especial o Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades e o Regimento Interno da Etapa Estadual.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Palácio Severino Lopes dos Reis, em 12 de junho de 2025.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:145AD452

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº 248 - 2025 (PONTO FACULTATIVO - APÓS DIA DE CORPUS CHRISTI)

DECRETO MUNICIPAL Nº 248/2025 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita, 18 de junho de 2025

Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Rafael Godeiro/RN no dia 20 de junho de 2025, em razão do feriado de Corpus Christi, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o feriado nacional de Corpus Christi, celebrado no dia 19 de junho de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 34.625, de 5 de junho de 2025, que estabelece ponto facultativo nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Rio Grande do Norte nos dias 19 e 20 de junho de 2025, em virtude das comemorações de Corpus Christi;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Rafael Godeiro/RN na **sexta-feira, dia 20 de junho de 2025**, em razão do feriado de **Corpus Christi**.
Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica ao Hospital Maternidade Mãe Maria Seridó, cujas atividades deverão ser mantidas integralmente, garantindo-se o pleno atendimento à população nos casos de urgência e emergência.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Severino Lopes dos Reis, Rafael Godeiro/RN, 18 de junho de 2025.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:DE42C3AE

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº 249 - 2025 (SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA)

DECRETO MUNICIPAL Nº 249/2025-GP/PMRG
Gabinete da Prefeita em 18 de junho de 2025

Declara Situação de Emergência na zona rural do município de Rafael Godeiro/RN, afetadas por Seca – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme a Portaria Federa nº 260/2022.

A Senhora **Ludmila Carlos Amorim de Araújo Rosado** Prefeita do Município de Rafael Godeiro, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO, o disposto no art. 8º, VI, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);

CONSIDERANDO, que o município, devido às anomalias negativas de precipitação, temperaturas acima da média e os indicadores, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, por meio do Monitor de Secas, demonstrou seca moderada na região do município de Rafael Godeiro/RN nos últimos meses.
CONSIDERANDO, os procedimentos critérios para e para a declaração de situação de emergência, que classifica como desastres de Nível II ou de média intensidade: aqueles em que a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos, conforme disposto no inciso II do Art. 5º da Portaria Federal nº 260, alterado pela Portaria MDR nº 3.646 de 20 de dezembro de 2022;
CONSIDERANDO, que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município, em decisão unanime, reconhece a situação de anormalidade provocada pela seca que assola esta região;
CONSIDERANDO, que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC de Rafael Godeiro/RN, favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no inciso II do Art. 2º da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.

DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência na Zona Rural município de Rafael Godeiro, estado do Rio Grande do Norte, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Seca – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme o anexo da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC de Rafael Godeiro/RN, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC de Rafael Godeiro/RN.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
Adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.
Art. 7º. Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de junho de 2025.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:B0B71865

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 170601/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 170601/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17060001/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 170601/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO RIACHO DA CRUZ/RN.
CONTRATADO: SISTEMA INFORMATICA COMERCIO IMPORTACAO E EXP LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 22.204.648/0005-46.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDOR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PARA SUPORTE ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM A FINALIDADE DE MELHORIA NO DESEMPENHO DOS SISTEMAS, RAPIDEZ NO ACESSO A DADOS, ARMAZENAMENTO EM LARGA ESCALA DENTRE OUTROS.
VALOR TOTAL: 14.700,00 (QUATORZE MIL E SETECENTOS REAIS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Riacho da Cruz/RN, 17 de Junho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:F98B21D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 170601/2025

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 170601/2025

O Município de Riacho da Cruz/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 523/2021 – GP/PMRC, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 170601/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a AQUISIÇÃO DE SERVIDOR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PARA SUPORTE ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM A FINALIDADE DE MELHORIA NO DESEMPENHO DOS SISTEMAS, RAPIDEZ NO ACESSO A DADOS, ARMAZENAMENTO EM LARGA ESCALA DENTRE OUTROS, pelo valor de 14.700,00 (QUATORZE MIL E SETECENTOS REAIS), em favor de SISTEMA INFORMATICA COMERCIO

IMPORTACAO E EXP LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 22.204.648/0005-46.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz/RN, 17 de Junho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:9CF57050

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 015/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 17 DE JUNHO DE 2025

Decreto Nº. 015/2025 Riacho de Santana/RN, 17 de junho de 2025.

DECRETA PONTO FACULTATIVO, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS PRÓXIMOS DIAS 19, 20, 23 E 25 DE JUNHO DE 2025, EM VIRTUDE DO DIA DE CORPUS CHRISTI E FERIADO MUNICIPAL DO DIA 24 DE JUNHO ALUSIVO AO PADROEIRO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Exposição de Motivos

Considerando, as atribuições inerentes ao cargo de Prefeito Municipal, atribuídas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município;

Considerando, as disposições da Lei Federal 9.093/95;

Considerando, que o Ponto Facultativo é a designação de dia(s) útil(eis) em que os servidores públicos são dispensados do trabalho mediante ato administrativo baixado pela autoridade competente para tal;

Considerando, que a declaração de ponto facultativo constitui ato administrativo necessariamente motivado;

Considerando, a Portaria nº 9.783, de 27 de dezembro de 2024, com o cronograma de feriados e de pontos facultativos nacionais para o ano de 2025, a qual coloca a quinta e sexta-feira, dias 19 e 20 de junho de 2025, respectivamente, como dias de ponto facultativo, sendo o dia 19 de junho a data que marca o dia de Corpus Christi;

Considerando, os costumes da população;

Considerando, que há tradicional manifestação religiosa alusiva ao dia de Corpus Christi;

Considerando, que de 14 a 24 de junho de 2025 é o período de importantes eventos culturais para o município com a realização de festividades alusivas ao Arraia de Rua e a festa de São João Batista, Padroeiro do município;

Considerando, que no próximo dia 24 de junho de 2025, terça-feira, são comemorados com a realização de festa dançante o feriado municipal e o encerramento das festividades alusivas a São João Batista, padroeiro do município;

Considerando, que há tradicional manifestação religiosa alusiva ao padroeiro do município;

Considerando, portanto, todo o exposto O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DO RIACHO DE SANTANA/RN, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º. - **DECRETAR** ponto facultativo aos expedientes dos dias 19, 20, 23 e 25 de junho de 2025, nas repartições da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Art. 2°. - O art. 1º deste decreto não se aplica às atividades essenciais de urgência e emergência do setor público, tais como: Comissão Permanente de Licitação, Setor de Compras, Limpeza Pública e Saúde, esta que terá a Unidade Mista Alexandrina Cajé funcionando em escala de plantões;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/RN, ao 17° dia do mês de junho de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:DAD7EFC8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº160/20255 - CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Portaria 160/2025 Riachuelo/RN, 18 de junho de 2025

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade a Servidor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA MATERNIDADE de 120 (cento e vinte) dias a servidora LÍDIA MYRELLA DE QUEIROZ FERNANDES, FONOAUDIÓLOGA, inscrita no CPF sob o nº 072.860.634-60, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O período concedido será de 05 de maio a 02 setembro de 2025, conforme o Processo Administrativo n° 044/2025.

Art. 3º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos ao dia 05 de maio de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 18 de junho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:112A3A6A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2025 – PMR/RN

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2025 – PMR/RN
Processo Administrativo n° 058/2025

Á vista das manifestações anteriores e, com fundamento no Art. 75, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto Municipal n° 1024 de 19 de janeiro de 2022, bem como na informação da Secretaria Municipal de Finanças, que assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para suporte da despesa aqui tratada, além do Parecer da Assessoria Jurídica deste município, **AUTORIZO E RATIFICO** a dispensa de licitação para contratação da empresa: **RP - SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.255.075/0001-84, com sede na: RUA ANTÔNIO LUCAS DE ARAUJO, 21, ROSA DOS VENTOS, PARNAMIRIM/RN, que consistirá na: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SONDAGENS DE SOLO**, no valor global de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mediante contratação direta, conforme especificação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
01	Execução de sondagens a percussão para simples reconhecimento de solos SPT em terrenos localizado nas redondezas do Município de Riachuelo/RN	SERV	40	R$ 1.000,00	R$ 40.000,00

Riachuelo/RN, em 18 de junho de 2025

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:8EB3F021

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL 0162025 - GPMRF

DECRETO MUNICIPAL 0162025 - GPMRF

Estabelece Feriado nacional dia 19 de junho feriado de "Corpus Christi" na quinta-feira e ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025 (sexta-feira), pós feriado de Corpus Christi, âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Rio do Fogo, Marcio Luiz Pereira Barbosa do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere em conformidade ao disposto na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas Municipais no dia 20 de junho de 2025 (sexta-feira), pós feriado de "Corpus Christi", no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rio do Fogo-RN.
Parágrafo único – O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos ou entidades responsáveis por atividades ou serviços considerados essenciais, nos termos da legislação de regência.
Art. 2º - Fica decretado Feriado Municipal dia 19 de junho de 2025 "Corpus Christi" na quinta feira.
Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Publique-se, Cumpra-se. Dê–se Ciência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 18 de junho de 2025.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Francisca Kely Silva de Lira
Código Identificador:F185B73B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 948/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS 2025 - RELATIVO AOS DÉBITOS FISCAIS COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 10, I e II, 138, III, IV todos da Lei Orgânica do Município de Rodolfo Fernandes FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) do Município de Rodolfo Fernandes/RN destinado a promover a regularização de pagamentos de créditos municipais tributários e não tributários de pessoas físicas e jurídicas, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar com a exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de tributo declarado ou retido, dispensando o recolhimento de juros e multa, nos termos discriminados nesta Lei.

Seção I
Da Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal

Art. 2º Poderão aderir ao REFIS instituído por esta Lei, os contribuintes, pessoa física ou jurídica, que possuírem débitos com a Fazenda Municipal da Administração Pública de Rodolfo Fernandes/RN referentes a fatos geradores ocorridos até 31 de maio de 2024.

Parágrafo único. A adesão ao REFIS 2025 implicará na necessária inclusão da totalidade dos débitos do contribuinte por cadastro fiscal.

Art. 3º A adesão do contribuinte ao REFIS 2025 dar-se-á a partir de requerimento padrão com o preenchimento de formulário próprio decorrentes de obrigação própria junto ao Setor Tributação do Município.

Art. 4º A opção pelo REFIS 2025 sujeita o contribuinte:
I - A desistência automática das impugnações, defesas, recursos e requerimentos administrativos que discutam o débito;

II - A desistência automática das ações e exceções de pré-executividade e embargos à execução fiscal;

III - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos com a Fazenda Municipal;

IV - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no programa (REFIS);

V - Pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos e dívidas não tributárias vincendas após a data da opção;

VI - Suspensão da exigibilidade dos créditos ajuizados nos termos do art. 151, inciso IV do Código Tributário Nacional pelo prazo total estabelecido no acordo, independentemente de eventual cancelamento anterior.

Seção II
Da Forma de Quitação e Parcelamento dos Débitos

Art. 5º O contribuinte, independentemente de valor consolidado, poderá quitar seu débito:
I - À vista, dispensada a cobrança de 100% (cem por cento) de multa e juros de mora.

II - De 02 (duas) até 10 (dez) parcelas, dispensada a cobrança de 70% (setenta por cento) de multa e juros de mora.

III - De 11 (onze) até 36 (trinta e seis) parcelas, dispensada a cobrança de 50% (cinquenta por cento) de multa e juros de mora.
§1º No parcelamento dos débitos previstos no artigo anterior o valor da parcela para pessoa física não poderá ser inferior a R$ 30,00 (trinta reais) e para pessoa jurídica inferior a R$ 100,00 (cem reais), sendo reajustada anualmente pela aplicação do índice oficial do Município.

§2º Serão acrescidas as parcelas mensais previstas no presente artigo a taxa de serviços bancários inerentes a emissão da guia de recolhimento.

§3º Os débitos decorrentes de IPTU acima de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), inscritos até a data referida no art. 2º desta lei, terá desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o principal, podendo ser parcelado em até 24 (vinte e quatro parcelas).

Art. 6º O pedido de parcelamento será deferido com o efetivo pagamento da primeira parcela, que o contribuinte deverá recolher no ato da assinatura do termo de acordo e confissão de dívida, vencendo as demais prestações do parcelamento em até 30 (trinta) dias subsequentes.
Seção III
Dos débitos ajuizados

Art. 7º Os descontos previstos no artigo 5º da presente Lei não serão aplicados aos débitos ajuizados até a publicação da presente Lei.

Parágrafo único. Os débitos ajuizados poderão ser objeto de parcelamento em até 36 (trinta e seis) meses, cujos valores serão atualizados e terão desconto no percentual de 50% (cinquenta por cento) sob os juros e multas referente ao período compreendido entre a data do ajuizamento da execução fiscal e a data do pedido de parcelamento.

Art. 8º O contribuinte que possuir débitos ajuizados (distribuídos) contra si ou sua empresa, deverá quitar previamente eventuais encargos processuais, entendidos estes como despesas, custas processuais e honorários advocatícios.

§ 1º Os valores referentes aos encargos processuais, que deverão ser recolhidos à vista, serão previamente apurados pela Assessoria Jurídica do Município, que emitirá as respectivas guias para o pagamento, sendo que após a quitação das mesmas, autorizará a formalização do termo de adesão ao REFIS 2025.

§ 2º Nos débitos ajuizados contra si ou sua empresa, será devido pelo contribuinte, nos termos do art. 85, §§ 14 e 19 do Código de Processo Civil, honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor efetivamente alcançado, de acordo com a opção do parcelamento feita pelo contribuinte, em conformidade com o estabelecido nesta Lei.

§ 3º Os honorários advocatícios serão pagos ao advogado do Município que esteja devidamente habilitado nos autos por meio de transferência bancária ou depósito em favor do advogado.

§ 4º No caso de execução fiscal, os débitos que vierem a ser parcelados na forma desta Lei, terão requerida a suspensão temporária em juízo nos termos do artigo 151, inciso VI do Código Tributário Nacional, que será retomada nos próprios autos, no caso de descumprimento do acordo pelo devedor sem prévio aviso.

Seção IV
Da Rescisão do Parcelamento

Art. 9º A rescisão do acordo implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e não pago, além do cancelamento de todos os benefícios.
§ 1º Implicará rescisão do parcelamento, com remessa dos débitos para inscrição em dívida ativa, com prosseguimento ou ajuizamento da cobrança judicial conforme o caso, a hipótese de inadimplência de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas.

§ 2º A rescisão estipulada no caput deste artigo opera-se de forma automática, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

§ 3° Os débitos remanescentes poderão ser objeto de protesto extrajudicial, acrescidos dos encargos legais e honorários reduzidos de 5%.

§ 4º O não cumprimento do presente parcelamento, implica na impossibilidade de o contribuinte aderir aos futuros REFIS, pelo prazo de 12 (doze meses), a contar da data da rescisão apurada de acordo com o § 1° deste artigo.

Seção V
Dos Débitos Parcelados Anteriormente

Art. 10. Os contribuintes que possuírem débitos parcelados em acordo(s) anterior(es) nos termos da legislação municipal, atendendo aos demais requisitos desta Lei, poderão mediante nova consolidação aderir a este REFIS 2025.

Parágrafo único. O acordo de parcelamento anteriormente firmado deverá será cancelado exclusivamente pelo setor de Dívida Ativa, sendo que os débitos serão restabelecidos pelos valores originais com os acréscimos previstos na legislação municipal aplicável à ocorrência dos respectivos fatos geradores, tornando sem efeito eventuais benefícios anteriormente concedidos, compensando-se as parcelas já pagas, inclusive referente às custas, despesas processuais e honorários advocatícios, para possibilitar a adesão ao REFIS 2025.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A adesão ao REFIS 2025 instituído por esta Lei, deverá ser solicitada e formalizada através de formulário próprio e documentação específica no período da publicação desta lei até o dia 30 de setembro de 2025.

Art. 12. Caso haja necessidade, o Chefe do Poder Executivo fixará em regulamento eventuais normas à execução da presente Lei.

Art. 13. O REFIS 2025 será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tributação, podendo avocar a Assessoria Jurídica do Município sempre que necessário.

Art. 14. Os débitos fiscais consolidados pelo REFIS 2025 serão recolhidos ao tesouro municipal através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, emitido pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tributação, através do Departamento competente, após a assinatura do Termo de Adesão ao Programa, previamente disponibilizado pelo órgão responsável pelo programa.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução do Programa REFIS 2025 serão suportadas por dotações orçamentárias próprias do Município e suplementadas caso seja necessário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes-RN, 18 de junho de 2025.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:F7593BA7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 024/2025-GP

Decreta ponto facultativo nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o DECRETO ESTADUAL Nº 34.625, de 5 de junho de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

D e c r e t a:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Ruy Barbosa/RN no dia 20/06/2025, sexta-feira, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais.

Art. 2º - As repartições públicas que prestam serviços essenciais e de interesse público, cujo funcionamento é ininterrupto, terão expediente normal no dia mencionado no artigo 1º deste decreto.

Art. 3º - Ao funcionalismo público e repartições municipais, com exceção da matéria do Art. 2º, retornarão ao seu funcionamento normal no dia 23 de junho de 2025.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN em, 18 de junho de 2025.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:3C213031

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 093/2025 – GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **Maria Jaciara Possidônio Ribeiro Soares**, Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CPF sob o nº 792.xxx.024-xx, matrícula funcional de nº 282224, para o exercício do Cargo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, deste município.

Art. 2º. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de junho de 2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN, em 04 de junho de 2025.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito de Ruy Barbosa

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:10BBA1C1

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025 - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Ruy Barbosa/RN, através de seu Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação acima epigrafada, cujo objeto é a **formação de registro de preços para execução futura e parcelada de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos de pequeno e grande porte, com fornecimento e substituição de peças, destinadas a frota de veículos oficiais do município de Ruy Barbosa/RN**. O Edital e seus anexos podem ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sítio eletrônico oficial do município (https://ruybarbosa.rn.gov.br), através do e-mail cplruybarbosa@gmail.com, na sala da Comissão de Licitações, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, e através do sistema eletrônico **Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)**, no qual será conduzida a sessão pública e acompanhamento do processo. As propostas comerciais serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico já mencionado, até as 14:30 horas do dia 08/07/2025. A abertura das propostas e início da sessão de disputa de preços ocorrerá às **14:31** horas do dia **08/07/2025**.

Ruy Barbosa/RN, 18 de Junho de 2025.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:BA9ABD6D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 06.546/2025 - GC/PMSC

Nomeia Servidor (a) para exercer Cargo Comissionado na Prefeitura Municipal de Santa Cruz, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **PAULO RICARDO DANTAS,** CPF nº 092.XXX.XXX-58, para exercer o cargo de provimento em Comissão, símbolo CC-4, de Subcoordenador de Zoonozes, Endemias e Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **2 de junho de 2025**, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 18 de junho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:C2D68259

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 06.547/2025 - GC/PMSC

Nomeia Servidor (a) para exercer Cargo Comissionado na Prefeitura Municipal de Santa Cruz, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **SELMA MARIA DE LIMA,** CPF nº 625.XXX.XXX-10, para exercer o cargo de provimento em Comissão, símbolo CC-5, de Encarregada, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **10 de junho de 2025**, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 18 de junho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:577D198E

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 SRP

O**SAAE (SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO) DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN**, inscrita no**CNPJ/MF nº 08.520.389/0001-08**, localizada à Av. Rio Branco, 609 - Bairro Centro - Santa Cruz /RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade**PREGÃO**para Sistema de Registro de Preços, a se processar de**FORMA ELETRÔNICA**, do tipo**MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o registro de preços para a Contratação de empresa especializada para implantação de sistema de automação e telemetria integrado a plataforma supervisória, visando o monitoramento remoto e operação automatizada da estação de bombeamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Santa Cruz/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2060/2023 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições:**INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**Às 10h00min do dia 20/06/2025.**LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**Às 08h00min do dia 03/07/2025.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:**Às 08h20min do dia 03/07/2025.**ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 08h30min do dia 03/01/2025. **LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br.**REFERÊNCIA DE TEMPO:**Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.**DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:**O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 20/06/2025, no sítiowww.portaldecompraspublicas.com.br, na sede do SAAE do Município de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, 609 - Bairro Centro - Santa Cruz /RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal da Transparência – Licitações ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br.**FORMALIZAÇÃO DEPEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OUENCAMINHAMENTOS**: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente a Pregoeira, na sede do SAAE do Município de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, 609 - Bairro Centro - Santa Cruz /RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com ou ainda através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.
PREGOEIRA: Uliana Pinto de Assis Crisanto.
Santa Cruz/RN, em 18 de junho de 2025.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:5EA90B12

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2025

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, inscrito no CNPJ nº 08.520.389/0001-08
CONTRATADA: ENGMAQ LOCACAO E SERVICOS TECNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.831.917/0001-51
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de Retroescavadeira para atender as necessidades do SAAE (Serviços Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN, conforme o processo administrativo de adesão carona à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2024, oriunda da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024, tendo como órgão gerenciador O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN.
VALOR TOTAL R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS: As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista Orçamento Geral do SAAE para o presente exercício e exercícios subsequentes através do Elemento Orçamentário "3.3.90.39 – "Outros Seviços de Terceiros - PJ". A despesa poderá será paga com recursos ordinários.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A contratação foi autorizada através de processo administrativo de ADESÃO/CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2024, oriunda da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024, tendo como órgão gerenciador o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, com fulcro no Art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, ratificado em 17 de junho de 2025.
DATA: 17 de junho de 2025.
ASSINATURAS: Gilvan Pontes da Silva /Diretor/Pela Contratante e Harlington Luiz Avelino Pinheiro/ Representante legal/Pela Contratada.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:3AFFC4FE

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-SRP

ORIGEM:ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2024 ORIUNDA DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 -SRP (PARA REGISTRO DE PREÇOS). ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN. UNIDADE ADERENTE (CARONA): SAAE (SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO) DO MUNICÍO DE SANTA CRUZ/RN. Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica do SAAE do Município de Santa Cruz/RN e tendo em vista que os preços celebrados estão em consonância com os valores praticados no mercado, bem como as condições de execução se coadunam com as necessidades desta Autarquia, venho RATIFICAR a ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2024, oriunda da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-SRP (para Registro de Preços), tendo como órgão gerenciador o Município de Santa Cruz/RN, objetivando a Contratação de empresa especializada para locação de Retroescavadeira para atender as necessidades do SAAE (Serviços Autônomo de Água e Esgoto) do

Município de Santa Cruz/RN. Santa Cruz/RN, em 17 de junho de 2025.

GILVAN PONTES DA SILVA/
Diretor.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:7F6AB02F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025-SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para Sistema de Registro de Preços a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, objetivando o Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento futuro e parcelado de combustíveis, destinado à frota de veículos do Município de Santa Cruz/RN, O Edital disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 20 de junho de 2025 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 03 de julho de 2025 às 09h10. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.Santa Cruz/RN, em 18 de junho de 2025.

MARIA DAGMAR ALMEIDA DA CUNHA.
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:1800E04B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO N° 10/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95. ADJUDICATÁRIO: ENGMAQ LOCACAO E SERVICOS TECNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.831.917/0001-51. OBJETO: Autorizar o aditivo de prazo para Locação de equipamentos Retroescavadeira, Motoniveladora e Caminhão Basculante para apoio nos diversos serviços do Município de Santa Cruz/RN, de acordo com a Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024. DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência da ARP nº 083/2024, por mais 12 (doze) meses, com início em 19/06/2025 e término em 18/06/2026. RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da ARP permaneceminalteradas.Santa Cruz/RN, em 18 de junho de 2025. ASSINATURAS: Ana Fabricia de Araujo Silva Rodrigues de Souza/Prefeita/ Harlington Luiz Avelino Pinheiro/Sócio Administrador.

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:AA542ABF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 37.2025-DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DO 1° QUADRIMESTRE DE 2025.

RESOLUÇÃO N° 37 DE 17 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a Aprsentação do 1° Quadrimestre de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em 55º Reunião Ordinária realizada no dia 17 de Junho de 2025, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Apresentação do 1º Quadrimestre de 2025.

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 18 de Junho de 2025.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:8B51B573

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2025

Processo Administrativo 1599/2025

Considerando a suspensão do Pregão Eletrônico 005/2025, datado em 12 de junho de 2025;
Considerando a devida correção do edital assegurando plena conformidade com os princípios da publicidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, conforme dispõe o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

Informa aos interessados que a sessão pública do **Pregão Eletrônico 005/2025** visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, SOB REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EM CARÁTER CONTÍNUO, SEM EXCLUSIVIDADE DE DEDICAÇÃO PESSOAL **acontecerá no dia 04 de julho de 2025, às 10:01** no **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

As propostas poderão ser apresentadas a partir de 23/06/2024 às 10h00min, sendo recepcionadas até às 10h00min do dia 04/07/2025.

O Edital retificado está disponível no Portal de Compras Públicas (**www.portaldecompraspublicas.com.br**), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Santana do Matos/RN, 18 de junho de 2025

LUCAS IONALDO DA SILVA FERREIRA
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria 171/2025 - GP

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:98CC7D6A

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1697/2025

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art. 75 – É dispensável a Licitação:
II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; com alteração de valor (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) para R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

Considerando a demanda formalizada, a estimativa de despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via Dispensa de Licitação, posto que:

O valor está adequado ao teto estabelecido bem como também em conformidade com o que diz a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

Não foi despendido pela Prefeitura Municipal, neste exercício financeiro, nenhuma outra despesa desse mesmo objeto descartando assim qualquer possibilidade de fracionamento para a referida contratação conforme na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CRIAÇÃO DA **IDENTIDADE VISUAL** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS.		
FORNECEDORES	**CNPJ**	**DADOS DA EMPRESA**	**VALOR GLOBAL**
	40.620.245/0001-36	**RAPHAELA GANEM DE ALMEIDA 08218199411**, com sede à Rua Anibal, nº 3032, Candelária, Natal/RN – CEP: 59064-340	R$ 2.000,00

Considerando ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa mercadológica constante nos autos do processo;

RESOLVE:

Fica dispensado o procedimento licitatório e autorizado à contratação direta, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão;

A presente despesa correrá pela seguinte dotação:

02.003.04.122.0003.2008.3.3.90.39.1.500.0000 – Manutenção da Sec de Administração

O Presente Termo de Autorização de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial do Órgão, em cumprimento ao disposto no Art.72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 18 de junho de 2025.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:3F4C231F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO - PONTO FACULTATIVO NO DIA DE CORPUS CHRISTI

DECRETO N° 1082/2025

Dispõe sobre o ponto facultativo no âmbito do Município de Santana do Matos e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, **CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Santana do Matos;

CONSIDERANDO a autonomia do Município de Santana do Matos para suplementar a legislação federal e estadual, nos termos do art. 30, II da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a autonomia do Município de Santana do Matos para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, I da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o feriado nacional de Corpus Christi, celebrado no dia 19 de junho de 2025 (quinta-feira), e a tradição da concessão de ponto facultativo no dia subsequente;

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado **ponto facultativo**, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Santana do Matos, no dia **20 de junho de 2025 (sexta-feira)**.

Art. 2º O disposto no artigo anterior **não se aplica aos serviços públicos essenciais**, que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, tais como: saúde (atendimentos de urgência e emergência), segurança pública, entre outros definidos pelas respectivas secretarias.

Art. 3º As atividades escolares na rede pública municipal de ensino ocorrerão **normalmente**, sem prejuízo ao calendário letivo.

Art. 4° - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Santana do Matos, 18 de junho de 2025

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF: XXX.079.XXX-87
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:4BFB61BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE INDENIZAÇÃO

PORTARIA Nº 370/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de regularizar a situação financeira referente a despesas de diárias comprovadamente arcadas pelo servidor no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de pagamento, na modalidade de indenização/restituição, à servidora **Andriele Ranany Fernandes de Araújo**, matrícula nº 2996, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Dr. Clóvis Avelino, no valor de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**, referente ao acompanhamento do(a) paciente **J.M.S.**, na cidade de Natal/RN, no dia **10 de junho de 2025**, conforme documentação comprobatória constante no Processo Administrativo nº 1923/2025.

Art. 2º O pagamento será realizado por meio da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, mediante dotação específica.

Art. 3º A indenização/restituição será efetuada com base nas disposições contidas no Decreto nº 941/2023, que regulamenta a concessão de diárias e reembolsos a servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O servidor beneficiado deverá apresentar a devida prestação de contas e documentação comprobatória junto ao setor competente,

conforme as normas vigentes, no prazo máximo de 05 dias, em conformidade com o art. 9° do decreto 941/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 18 de junho de 2025

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:D01E2AB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE INDENIZAÇÃO

PORTARIA Nº 371/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de regularizar a situação financeira referente a despesas de diárias comprovadamente arcadas pelo servidor no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de pagamento, na modalidade de indenização/restituição, à servidora **Teonia Costa**, matrícula nº 136, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Dr. Clóvis Avelino, no valor de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**, referente ao acompanhamento do(a) paciente **F.R. da S.N.**, na cidade de Mossoró/RN, no dia **10 de junho de 2025**, conforme documentação comprobatória constante no Processo Administrativo nº 1924/2025.

Art. 2º O pagamento será realizado por meio da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, mediante dotação específica.

Art. 3º A indenização/restituição será efetuada com base nas disposições contidas no Decreto nº 941/2023, que regulamenta a concessão de diárias e reembolsos a servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O servidor beneficiado deverá apresentar a devida prestação de contas e documentação comprobatória junto ao setor competente, conforme as normas vigentes, no prazo máximo de 05 dias, em conformidade com o art. 9° do decreto 941/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 18 de junho de 2025

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:0D0FAD15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE INDENIZAÇÃO

PORTARIA Nº 372/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de regularizar a situação financeira referente a despesas de diárias comprovadamente arcadas pelo servidor no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de pagamento, na modalidade de indenização/restituição, à servidora **Alifran Barbosa de Macedo Melo**, matrícula nº 402, ocupante do cargo de Coordenadora de Educação no Campo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no valor de **R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)**, referente a participação no Encontro Presencial com os (as) Articuladores (as) do selo UNICEF, na cidade de Natal/RN, no dia **09 de junho de 2025**, conforme documentação comprobatória constante no Processo Administrativo nº 1911/2025.

Art. 2º O pagamento será realizado por meio da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, mediante dotação específica.

Art. 3º A indenização/restituição será efetuada com base nas disposições contidas no Decreto nº 941/2023, que regulamenta a concessão de diárias e reembolsos a servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O servidor beneficiado deverá apresentar a devida prestação de contas e documentação comprobatória junto ao setor competente, conforme as normas vigentes, no prazo máximo de 05 dias, em conformidade com o art. 9° do decreto 941/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 18 de junho de 2025

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana Do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:C202AA54

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 254/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 16 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 05 (cinco) meses, referente aos períodos aquisitivos de 25/03/2008 a 25/03/2013 (02 meses) e 25/03/2013 a 25/03/2018 (03 meses).

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância do secretário da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 05 (cinco) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **MARIA VANIA RIBEIRO,** ocupante do cargo de **PROFESSORA**, matrícula n°. 81 e CPF nº XXX.437.804.XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 16/06/2025 a 15/11/2025, reassumindo suas funções em 16 de novembro de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:FB0B8AAA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 255/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 16 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente aos períodos aquisitivos de 01/06/2017 a 01/06/2022;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância do secretário da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 01 (um) mês de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **FRANCISCA ANGELA DE CARVALHO,** ocupante do cargo de **MERENDEIRA**, matrícula n°. 399 e CPF nº XXX.022.204.XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 16/06/2025 a 15/07/2025, reassumindo suas funções em 16 de julho de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:C005E44E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PARA ASSINATURA DO RESPECTIVO TERMO DE ARP – PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2025

Convocamos as empresas: CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 36.839.023/0001-31, EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 04.471.402/0001-25, FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 31.070.939/0001-56, HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n° 16.847.666/0001-10, IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 10.402.061/0001-39, JAYE TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.542.527/0001-13, K2M MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 50.445.599/0001-45, MULTFORTE COMERCIO E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 14.402.647/0001- 54, PC INFOR COMERCIO VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.000.412/0001-50, PC41 COMERCIO DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 57.231.460/0001-48, SEVENTEC COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.784.976/0002-95, T. D. A. S., inscrita no CNPJ n° 49.264.057/0001-97 e a empresa TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 42.491.006/0001-59, adjudicadas e homologadas na licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2025 originária do PROCESSO de N° 4263/2025, tendo como objeto o registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de equipamentos de informática, destinadas a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, para a devida assinatura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a partir do dia 25 de junho de 2025. Em tempo registramos que as empresas supracitadas,deverá comparecer ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, no endereço AV. Zezé Aprígio, N° 173, Centro, Santana do Seridó/RN ou enviar o instrumento devidamente assinado para o e-mail:cpl_santanadoserido.rn@outlook.com, no prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da data desta publicação,sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

Prefeitura Municipal Santana do Seridó/RN, 18 de junho de 2025.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:6169A0F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0245/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 0245/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor efetivo, **DOUGLAS DE AZEVEDO CABRAL**, ocupante do cargo de Gari, matrícula nº 130204-6, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte, licença para o gozo de férias no período de 14/07/2025 à 12/08/2025, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 18 de junho de 2025.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:E81B679F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0246/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 0246/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder à servidora contratada, **RAFAELA ROQUE BATISTA,** Matrícula nº 130217-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Contrato, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, licença para o gozo de férias no período de 14/07/2025 à 12/08/2025, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó (RN), em 18 de junho de 2025.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:FF5CECDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

O Município de Santana do Seridó/RN, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, vem tornar público o resultado do processo administrativo nº 4263/2024, pregão eletrônico Nº 07/2025, tendo como objeto: registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de equipamentos de informática, destinadas a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, declaro como vencedores do certame as empresas: CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 36.839.023/0001-31, no item 08, perfazendo um valor global de R$ 4.319,84 (quatro mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), a empresa EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 04.471.402/0001-25, no item 09, perfazendo um valor global de R$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais), a empresa FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 31.070.939/0001-56, nos itens 04, 05, 06, 14, 15, 16 e 21, perfazendo um valor global de R$ 34.588,60 (trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), a empresa HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n° 16.847.666/0001-10, no item 02, perfazendo um valor global de R$ 14.565,12 (quatorze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), a empresa IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 10.402.061/0001-39, no item 20, perfazendo um valor global de R$ 797,28 (setecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), a empresa JAYE TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.542.527/0001-13, no item 07, perfazendo um valor global de R$ 4.290,00 (quatro mil, duzentos e noventa reais), a empresa K2M MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 50.445.599/0001-45, no item 18, perfazendo um valor global de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a empresa MULTFORTE COMERCIO E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 14.402.647/0001- 54, no item 11, perfazendo um valor global de R$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais), a empresa PC INFOR COMERCIO VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.000.412/0001-50, no item 10, perfazendo um valor global de R$ 23.089,00 (vinte e três mil e oitenta e nove reais), a empresa PC41 COMERCIO DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 57.231.460/0001-48, no item 19, perfazendo um valor global de R$ 42.450,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais), a empresa SEVENTEC COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.784.976/0002-95, no item 01, perfazendo um valor global de R$ 24.941,25 (vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos), a empresa T. D. A. S., inscrita no CNPJ n° 49.264.057/0001-97, no item 03, perfazendo um valor global de R$ 8.589,00 (oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais), e a empresa TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 42.491.006/0001-59, no item 13, perfazendo um valor global de R$ 12.360,00 (doze mil, trezentos e sessenta reais),
Os itens 12 e 17 foram cancelados.
O item 22 foi fracassado.

Santana do Seridó/RN, **17 de junho de 2025**

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:3686490F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
04º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2024.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Santana do Seridó/RN. CNPJ: 10.709.689/0001-81.

CONTRATADA: CAUASSU LOCACOES E SERVICOS LTDA – CNPJ: 28.676.712/0001-44.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA FACHADA DO HOSPITAL, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN.

PRORROGAÇÃO CONTRATUAL – VIGÊNCIA: 20/06/2025 à 21/10/2025.

Fundamentado pelo art. 124, inciso I alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/21.

Santana do Seridó/RN, 19 de junho de 2025

SIGNATÁRIOS: JOSILENE MARIA DOS SANTOS BARROS - Contratante. CAUASSU LOCACOES E SERVICOS LTDA - Contratada.

Publicado por:
Murielly Karla Diniz de Medeiros
Código Identificador:11381BA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

O Município de Santana do Seridó/RN, através de sua Agente de Contratação/Pregoeira, vem tornar público o resultado do processo administrativo nº 925/2025, pregão eletrônico Nº 020/2025, tendo como objeto: registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de medicamentos psicotrópicos, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Seridó/RN, declaro como vencedores do certame as empresas: CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n° 42.591.738/0001-10, nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55 e 56, perfazendo um valor global de R$ 70.136, 50 (setenta mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a empresa PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 01.722.296/0001-17, nos itens 12 e 34, perfazendo um valor global de R$ 3.570, 00 (três mil, quinhentos e setenta reais); a empresa PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ n° 03.817.043/0001-52, nos itens 23, 35, 37, 40, 41, 44, 50, 52, 57, 58 e 59, perfazendo um valor global de R$ 25.272, 00 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais), e a empresa PHOSPODONT LTDA, inscrita no CNPJ o 04.451.626/0001-75, nos itens 45 e 54, perfazendo um valor global de R$ 10.191, 00 (dez mil, cento e noventa e um reais).

O item 43 foi considerado FRACASSADO.

Santana do Seridó/RN, 12 de junho de 2025

JOELAINE CARLA ALVES DANTAS
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:FF336BBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 020/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN torna público a adjudicação do Pregão Eletrônico nº 020/2025, referente ao PROCESSO N° 925/2025, tendo como objeto o registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de medicamentos psicotrópicos, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Seridó/RN, em conformidade com o termo de referência anexo – I, do edital, que adjudicou como vencedores do certame as empresas: CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n° 42.591.738/0001-10, nos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,13,14,15,16,17,18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55 e 56, perfazendo um valor global de R$ 70.136, 50 (setenta mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a empresa PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 01.722.296/0001-17, nos itens 12 e 34, perfazendo um valor global de R$ 3.570, 00 (três mil, quinhentos e setenta reais); a empresa PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ n° 03.817.043/0001-52, nos itens 23, 35, 37, 40, 41, 44, 50, 52, 57, 58 e 59, perfazendo um valor global de R$ 25.272, 00 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais), e a empresa PHOSPODONT LTDA, inscrita no CNPJ o 04.451.626/0001-75, nos itens 45 e 54, perfazendo um valor global de R$ 10.191, 00 (dez mil, cento e noventa e um reais).

Santana do Seridó/RN, 18 de junho de 2025

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:0E4FDC58

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 020/2025

Homologo o resultado do procedimento licitatório supracitado, tendo como objeto registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de medicamentos psicotrópicos, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Seridó/RN, em favor das empresas: CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n° 42.591.738/0001-10, nos itens 1 ,2 ,3 ,4 ,5 ,6 ,7 ,8 ,9 ,10 ,11 ,13 ,14 ,15 ,16 ,17 ,18 ,19 ,20 ,21 ,22 ,24 ,25 ,26 ,27 ,28 ,29 ,30 ,31 ,32 ,33 ,36 ,38 ,39 ,42 ,46 ,47 ,48 ,49 ,51 ,53 ,55 e 56, perfazendo um valor global de R$ 70.136,50 (setenta mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a empresa PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 01.722.296/0001-17, nos itens 12 e 34, perfazendo um valor global de R$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais); a empresa PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ n° 03.817.043/0001-52, nos itens 23,35,37,40,41,44,50,52,57,58 e 59, perfazendo um valor global de R$ 25.272,00 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais), e a empresa PHOSPODONT LTDA, inscrita no CNPJ o 04.451.626/0001-75, nos itens 45 e 54, perfazendo um valor global de R$ 10.191,00 (dez mil, cento e noventa e um reais).

Santana do Seridó/RN, 18 de junho de 2025

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:94746753

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - MARCELO MÁRCIO SANTANA FERNANDES DE OLIVEIRA

Interessado: Marcelo Márcio Santana Fernandes de Oliveira
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pelo Servidor Público Efetivo do Município de Santo Antônio/RN, o Sr. **Marcelo Márcio Santana Fernandes de Oliveira**, ocupante do cargo público de Professor, lotado na Escola Municipal Dr. Hélio Barbosa de Oliveira, em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

O servidor supracitado requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido do servidor acima mencionado, a saber, **licença prêmio**, pelo período estabelecido entre **07 de julho de 2025 a 05 de outubro de 2025**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se o Servidor requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, em 18 de junho de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:2E170976

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - MÁRCIO LEMOS DA SILVA

Interessado: Márcio Lemos da Silva
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pelo Servidor Público Efetivo do Município de Santo Antônio/RN, o Sr. **Márcio Lemos da Silva**, ocupante do cargo público de Professor, lotado na Escola Municipal Maria Umbelino de Melo, em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

O servidor supracitado requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido do servidor acima mencionado, a saber, **licença prêmio**, pelo período estabelecido entre **07 de julho de 2025 a 05 de outubro de 2025**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se o Servidor requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, em 18 de junho de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:904935E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 392, DE 18 DE JUNHO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e da outras providências; e

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite, para o servidor **JOSÉ LUIZ BARBOSA DE SOUZA**, Assessor Jurídico do Gabinete Civil, Mat. 002291-8, CPF: 071.058.374-54, no valor de R$ 100,00 (cem reais) para participação em Audiência na Vara do Trabalho, a ser realizado na cidade de Macau/RN, no dia 23 de junho do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 18 de junho de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:7827BD11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 393, DE 18 DE JUNHO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e da outras providências; e

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite, para a servidora **YONARA TRAJANO PINHEIRO SILVA**, Assessora Jurídica da Controladoria, Mat. 002075-3, CPF: 010.471.984-28, no valor de R$ 100,00 (cem reais) para participação em Audiência na Vara do Trabalho, a ser realizado na cidade de Macau/RN no dia 23 de junho do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 18 de junho de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:4A3CBEC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL N° 01/2025- PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura de São Bento do Norte torna público o **RESULTADO PARCIAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO E MÉRITO CULTURAL** DO EDITAL **N° 001/2025** PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI N° 14.399/2022)
Confira abaixo o Resultado parcial da Etapa de **Habilitação e Mérito cultural**.
• Este resultado é **parcial**, cabendo recursos.
•Será aberta a fase de recursos após esse resultado entre os dias **17/06/2025 e 18/06/2025**

CATEGORIA: ARTESANATO

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Francisca Dorotéa Fernandes Dantas	10,00	Habilitado/selecionado
2°	Edileide Martins de Lima Dias	8,00	Habilitado/selecionado
3°	Santana Rosalina da Silva	6,00	Habilitado/selecionado
4°	Micarla Batista de Melo	6,00	Habilitado/selecionado
5°	Maria do Socorro Cabral de Araújo	6,00	Habilitado/selecionado
6°	Eloisa Maria Freitas da Silva	6,00	Habilitado/selecionado
7°	Reginaldo Cirilo da Silva	6,00	Habilitado/selecionado
8°	Maria Eduarda de Lima Gomes	6,00	Habilitado/selecionado
9°	Allan Jose Cabral Lemos	4,00	Habilitado/selecionado

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Lindomar Avelino de Freitas	8,00	Habilitado/selecionado
2°	José Demétrio da Silva filho	6,00	Habilitado/selecionado
3°	Talles Alves da Silva	4,00	Habilitado/selecionado

CATEGORIA: MÚSICO

CATEGORIA: CULTURA/ DANÇA POPULAR

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Companhia De Dança Login - CIA LOGIN	8,00	Habilitado/Selecionado
2°	Dara Gabrielle Vieira Aprigio	6,00	Habilitado/Selecionado
3°	Jarianderson Martins Dias	4,00	Habilitado/selecionado

CATEGORIA: PREMIAÇÃO A GRUPOS/FESTIVAIS JUNINOS

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Anderson Breno de Almeida Gomes	6,00	Habilitado/Selecionado
2°	Ana Carmelita Pereira Da Silva Augusto	4,00	Habilitado/Selecionado

Esse é o resultado **PARCIAL da ETAPA DE HABILITAÇÃO E MÉRITO CULTURAL do edital n° 001/2025, premiação** para agentes culturais com recursos da política nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Os recursos serão recebidos no período de **17/06/2025 a 18/06/2025**, através da plataforma, pelo link: **saobentodonorte.seletar.com.br.**

São Bento do Norte, 17 de junho de 2025

BÁRBARA BEATRIZ MONTENEGRO BEZERRA
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:E6F373A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 11/2025 - GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO Nº 11/2025 - GP, de 18 de junho de 2025.

Decreta ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal nos dias 20 e 24 de junho de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO que o dia 19 de junho é feriado nacional em comemoração ao Dia de Corpus Christi, e dia 24 em comemoração ao dia de São João;
CONSIDERANDO o Decreto do Governo do Estado do Rio Grande do Norte que estabelece ponto facultativo nas repartições públicas estaduais na sexta-feira dia 20 e terça-feira dia 24 de junho de 2025;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e a necessidade de organização das atividades públicas municipais;
DECRETA:
Art. 1º Fica decretado **ponto facultativo** no âmbito da Administração Pública Municipal de São Bento do Trairi/RN na **sexta-feira dia 20 e terça-feira 24 de junho de 2025**.
Art. 2º O disposto no artigo anterior **não se aplica** aos serviços considerados **essenciais**, que funcionarão normalmente em regime de plantão, especialmente os serviços de **saúde** e outros que, por sua natureza, não possam sofrer descontinuidade.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
São Bento do Trairi/RN, 18 de junho de 2025.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:8D2315E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATOS - 49 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS

EXTRATO DE CONTRATOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI – SEC. MUN. DE SAÚDE.
CONTRATADO (A): **MARIA CLARA FERNANDES XAVIER.**
OBJETO: O objetivo do presente contrato é a execução das atividades de Enfermeira, com carga horária de 40 horas semanais, para cumprir as necessidades momentâneas da administração pública municipal.
VALOR MENSAL CONTRADO: R$ **1.518,00 (Um mil e quinhentos e dezoito reais).**
DURAÇÃO: **01 (Um)** mês, a contar da presente assinatura.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
PROJETO: 2066 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de saúde 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos 3.1.90.04 – Contrato por tempo determinado
RESPONSÁVEIS: RAFAEL DOS SANTOS MATIAS - PELA CONTRATANTE/MARIA CLARA FERNANDES XAVIER – PELA CONTRATADA

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:6F8B25B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 144/2025
PROCESSO/PMSF/RN N.º 2025.06.0179

CONTRATANTE: Município de São Fernando/RN – Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana CNPJ (MF) n.º 08.096.612/0001-31.
CONTRATADA: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ N.º 08.334.385/0001-35, com endereço à AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 1155, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP 59015-000.
OBJETO: A contratação, por Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 74, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021, de empresa de serviço de fornecimento de água corrente, com fim de atender às necessidades básicas da Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

MODALIDADE LICITATÓRIA: Inexigibilidade de Licitação (Processo/PMSF/RN n.º 2025.06.0179).

DATA DA ASSINATURA: 17 de junho De 2025.

VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará até 31 de dezembro de 2025, a contar da data da assinatura e publicação do instrumento contratual na imprensa oficial.

SIGNATÁRIOS: Genilson Medeiros Maia – pelo Contratante, e COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN – pela Contratada.

São Fernando/RN, 17 de junho De 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:0CD00C23

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0185/2023 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2023.03.0076

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN – PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ N. º 08.096.612/0001-31.
CONTRATADO: QUININOS MÉDICOS LTDA, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS SOB O N. º 30.037.000/0001-27, RESIDENTE RUA DR. MANOEL DANTAS, N. º 856, CENTRO, CAICÓ/RN.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO EM EPÍGRAFE POR MAIS 30 DIAS A PARTIR DE SUA ASSINATURA, CONFORME PREVISTO NA SUA CLÁUSULA 15.ª E NO ARTIGO 107, FUNDAMENTO: LEI FEDERAL N. º 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES ULTERIORES. SIGNATÁRIOS: **GENILSON MEDEIROS MAIA** – PELO CONTRATANTE, E **QUININOS MÉDICOS LTDA** – PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 06 DE JUNHO 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

*****REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*****

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:DB928E79

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0480 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0480 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e

CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	180 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	16 DE JUNHO DE 2025		
Datas de afastamento	17 JUNHO DE 2025	Saída/origem	04H DO DIA 17 DE JUNHO DE 2025
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	00:30 DO DIA 18 DE JUNHO DE 2025
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE		

Finalidade: ACOMPANHAR O PACIENTE JOÃO ALEXANDRE NETO PARA REALIZAR UM PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL DR. LUIZ ANTÔNIO | LIGA CONTRA O CÂNCER, LOCALIZADO R. DR. MÁRIO NEGÓCIO, 2267 - QUINTAS, NATAL - RN, NO DIA 17 DE JUNHO DE 2025.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 16 DE JUNHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:D020DFCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0481 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0481 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS -RN		
Data da concessão	17 DE JUNHO DE 2025		
Datas de afastamento	18 DE JUNHO DE 2025	Saída/origem	12:00H DO DIA 18 DE JUNHO DE 2025
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	21:00 DO DIA 18 DE JUNHO DE 2025
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE		

Finalidade: ACOMPANHAR A PACIENTE IARA MARIA PATROCINIA DE MEDEIROS PARA REALIZAR CONSULTA E EXAMES MEDICOS NA CLINICA HUMANITARE, LOCALIZADO R. CIPRIANO PINHEIRO GALVÃO, 212 - MANOEL SALUSTINO, CURRAIS NOVOS - RN NO DIA 18 DE JUNHO DE 2025

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 17 DE JUNHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:B91A8653

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0482 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 482 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	MOSSORÓ RN		
Data da concessão	17 DE JUNHO 2025		
Datas de afastamento	18 DE JUNHO 2025	Saída/origem	**05HS DO DIA 18 DE JUNHO DE 2025.**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**16:30 H DO 18 DE JUNHO DE 2025**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE JULIETA ISABEL DE MEDEIROS SILVA PARA CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA NO INSTITUTO DE ENDOSCOPIA DE MOSSORÓ, LOCALIZADO R. FERREIRA ITAJUBÁ, 307 - SANTO ANTÔNIO, MOSSORÓ - RN, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2025.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 17 DE JUNHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:FBAE6830

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN N° 2025.03.0063

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇO, TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA;
CONTRATADA: K J DE M ANDRADE LTDA, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS CNPJ N. º 39.385.374/0001-61, COM ENDEREÇO RUA CORONEL GURGEL N. º 168 – SALA 106, CENTRO MOSSORÓ/RN.
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE COM O INTUITO DE SUPRIR AS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA ATÉ 31/12/2025; VALOR: R$ 4.490,00; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI N° 14.133/21; SUBSCRITORES: **KLEDY GARCIA BEZERRA –** PELO CONTRATANTE E **K J DE M ANDRADE LTDA** – PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 04 DE JUNHO DE 2025.

KLEDY GARCIA BEZERRA
Secretário Municipal de Obras, Serviço, Transportes e Mobilidade Urbana

*****REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*****

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:E481F4A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIAPAL PLANEJAMENTO E FAZENDA
PORTARIA DE DIARIAS Nº 036/2025. REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO*

O ORDENADOR DE DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.

RESOLVE

Art. 1º. FAZER CONCESSÃO de 2 (duas) diária (s), a:

SERVIDOR(A)	Séfora Maria Lucena de Medeiros Alencar	Mat.: 379-7
CARGO:	Assistente Administrativo	
LOTADO(A):	Secretaria Mun. de Trabalho, Habitação e Assistência Social	

OBJETIVO DA VIAGEM
* participar do Encontro Estadual dos Agente de Desenvolvimento que será realizado pelo SEBRAE/RN.

QUANT.	DESTINO	DATA	V. TOTAL (R$)
2	Natal/RN	15 e 16 de maio de 2025	440,00

Art. 2º. Determinar a Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, efetuar o pagamento de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), referente a 2 (duas) diária para a cidade de Natal/RN.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sabugi/RN, 14.05.2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
CPF: 150.558.254-72
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:C46D9DA1

SECRETARIA MUNICIAPAL PLANEJAMENTO E FAZENDA
PORTARIA DE DIARIAS Nº 037/2025. REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO*

O ORDENADOR DE DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.

RESOLVE

Art. 1º. FAZER CONCESSÃO de 2 (duas) diária (s), a:

SERVIDOR(A)	Aélia Tamara de Medeiros	Mat.: 427-3
CARGO:	Chefe de Setor	
LOTADO(A):	Secretaria Mun. de Planejamento e Fazenda	

OBJETIVO DA VIAGEM
* participar do Encontro Estadual dos Agentes de Desenvolvimento que será realizado pelo SEBRAE/RN.

QUANT.	DESTINO	DATA	V. TOTAL (R$)
2	Natal/RN	15 e 16 de maio de 2025	440,00

Art. 2º. Determinar a Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, efetuar o pagamento de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), referente a 2 (duas) diária(s) para a cidade de Natal/RN.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sabugi/RN, 14.05.2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
CPF: 150.558.254-72
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:B4835485

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 69, ART. 74, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

O processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi realizado através de Inexigibilidade de licitação, consoante art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR:
I F PRODUCOES MUSICAIS LTDA, CNPJ: 19.713.407/0001-94	Contratação de apresentação de Show Musical do Cantor "Fabinho Fernandes" nos dias 20 e 27 de junho de 2025, para o 35º São João de São José, no município de São José de Mipibu – RN.	R$50.000,00(cinquenta mil reais)

Fonte de Recursos: 15000000-Recursos não Vinculados de Impostos;

São José de Mipibu/RN, 18 de junho de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Valquiria Késsia do Nascimentos Silva
Código Identificador:C159DD79

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE N°69/2025

CONTRATANTE:Município de São José de Mipibu, situada à Rua 26 de Julho, 08 - Centro, São José de Mipibu/RN, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 08.365.850/0001-03, neste ato representada pelo seu**Secretário Geral,Senhor Maurício José Gomes de Melo, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF (MF) sob o nº 435.323.147-20 e portador do RG nº 1.697.761-SSP/RN, residente e domiciliado à Rua José Jorge, 220- Centro – São José de Mipibu/RN**.

CONTRATADA:I F PRODUCOES MUSICAIS LTDA, **inscrita no CNPJ sob o n° 19.713.407/0001-94, com endereço profissional na Rua Das Laelias, n° 80, Emaús, Parnamirim/RN, representado por Ivisson Lima de Paiva, inscrito no CPF sob o n° 014.110.594-17, residente e domiciliado em Parnamirim/RN**

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação do cantor **FABINHO FERNANDES**, para apresentação artística, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. O artista contratado deverá apresentar-se na data de 20.06.2025, às 22h e 30min e dia 27.06.2025 às 20hs 00min, o local para apresentação do show será na Praça Desembargador Celso Sales e Comunidade dos Mendes no Município de São José de Mipibu/RN. não sendo possível a apresentação neste local, a **Secretaria de Cultura** designará o local adequado, cumprindo um período de 02h e 00 min de Show de serviços profissionais.

VALOR:**R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);**

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses

FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.

São José de Mipibu/RN, 18 de junho de 2025

MAURICIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

IVISSON LIMA DE PAIVA
Contratada

Publicado por:
Valquiria Késsia do Nascimentos Silva
Código Identificador:3534F8AB

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO DO CONTRATO DE DISPENSA N° 33/2025

CONTRATANTE: Município de São José de Mipibu, situada à Rua 26 de Julho, 08 - Centro, São José de Mipibu/RN, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 08.365.850/0001-03,neste ato representada pelo seu Secretário Geral, Senhor Maurício José Gomes de Melo, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF (MF) sob o nº 435.323.147-20 e portador do RG nº 1.697.761-SSP/RN, residente e domiciliado à Rua José Jorge, 220- Centro – São José de Mipibu/RN.

CONTRATADA: 52.491.527 ANA KAROLINE DA SILVA CNPJ 52.491.527/0001-60, sediada à Rua dos Lírios n° 75-A, em São José de Mipibu /RN.

OBJETO: Contratação de agência/produtora para pré-produção, transmissão ao vivo, e pós-produção audiovisual com imagens terrestres e aéreas do XXXV São João em São José de Mipibu
VALOR:**R$ 40.000,00 (quarenta mil)**

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

FONTE DE RECURSO: 150000000 – Recurso Próprio.

São José de Mipibu/RN, 18 de junho de 2025

MAURICIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

ANA KAROLINE DA SILVA
Contratada

CONTRATANTE: Município de São José de Mipibu, situada à Rua 26 de Julho, 08 - Centro, São José de Mipibu/RN, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 08.365.850/0001-03,neste ato representada pelo seu Secretário Geral, Senhor Maurício José Gomes de Melo, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF (MF) sob o nº 435.323.147-20 e portador do RG nº 1.697.761-SSP/RN, residente e domiciliado à Rua José Jorge, 220- Centro – São José de Mipibu/RN.

CONTRATADA: 52.491.527 ANA KAROLINE DA SILVA CNPJ 52.491.527/0001-60, sediada à Rua dos Lírios n° 75-A, em São José de Mipibu /RN.

OBJETO: Contratação de agência/produtora para pré-produção, transmissão ao vivo, e pós-produção audiovisual com imagens terrestres e aéreas do XXXV São João em São José de Mipibu
VALOR:**R$ 40.000,00 (quarenta mil)**

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

FONTE DE RECURSO: 150000000 – Recurso Próprio.

São José de Mipibu/RN, 18 de junho de 2025

MAURICIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

ANA KAROLINE DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:8BEA54D1

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTHAS
RESOLUÇÃO CMAS Nº 07, DE 17 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação do relatório da XI Conferência Municipal de Assistência Social do Município de São José de Mipibu/RN.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 1062 de 26 de agosto de 2014, alterada pela Lei n.º 1.178/2018 e,

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº. 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social,

CONSIDERANDO a Resolução CEAS/RN nº. 07, de 02 de abril de 2025, que dispõe sobre a convocação da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte,

CONSIDERANDO a Resolução CMAS/SJM nº. 05, de 19 de março de 2025, que dispõe sobre a convocação da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de São José de Mipibu,

CONSIDERANDO ser atribuição deste Conselho, conforme o Artigo 23º, inciso II, da Lei 1.178/2018, convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e acompanhar a execução de suas deliberações,

RESOLVE:
Artigo 1º - Aprovar o Relatório da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São José de Mipibu/RN onde é apresentado um resumo das atividades realizadas bem como informa os dados e resultados coletados durante a conferência.
Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ANTONIA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:F2B494DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025

O Prefeito do Município de São José do Campestre/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos em especial na Lei Federal nº 14.133/21, torna público a quem interessar que a Licitação – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025foi ANULADA pela administração, diante dos fatos apresentados e apensos ao processo em questão. Estão desde já franqueados aos interessados os documentos que ensejaram nessa decisão. Fica concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para que os interessados, caso queiram, apresentem recurso administrativo, na forma do Art. 165, I, "d" da Lei Federal nº 14.133/21, a contar da intimação desse ato.

São José do Campestre/RN, em 18 de junho de 2025.

ERIBALDO LIMA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana do Nascimento Soares Silva
Código Identificador:18C32C91

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERÊNCIA: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025.

O Excelentíssimo Senhor Eribaldo Lima, Prefeito do Município de São José do Campestre/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos em especial na Lei Federal nº 14.133/21, e;

CONSIDERANDO a instauração do processo licitatório DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025, objetivando Aquisição de equipamentos de monitoramento, vigilância e segurança destinados a Secretaria Municipal de Saúde de São José do Campestre/RN, visando a melhoria da segurança dos espaços públicos de saúde;

CONSIDERANDO o relatório opinativo exarado pelo Agente de Contratação condutor do evidenciado certame;

CONSIDERANDO Após análise técnica minuciosa, constatou-se que as especificações dos itens constantes na solicitação apresentavam inconsistências e ausência de detalhamento adequado, comprometendo a definição precisa do objeto e a seleção eficiente de fornecedores. Considerando o princípio da supremacia do interesse público e os critérios de conveniência e oportunidade, optou-se pela revogação do procedimento, a fim de permitir a reavaliação e correção das especificações técnicas, assegurando a legalidade, eficiência e eficácia da futura contratação.

CONSIDERANDO que ouve um erro de digitação na formulação do Termo de Referência, onde os itens não estarem bem especificados.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no teor do Art. 71, III, da Lei Federal nº 14.133/21;

CONSIDERANDO que a Administração pode anular seus próprios atos por quando eivados de vícios que os tornam ilegais, conforme a Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal;

"Súmula STF 473
A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIAÇÃO JUDICIAL."

CONSIDERANDO que o ato administrativo de anulação é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

CONSIDERANDO que a anulação da DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025 tem por finalidade e necessidade a reformulação do instrumento convocatório, com vistas ao atendimento dos princípios da legalidade, da probidade administrativa, da motivação, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da isonomia, do interesse público e por conveniência administrativa;

CONSIDERANDO que nas licitações os princípios jurídicos funcionam como bússolas na concretização das regras jurídicas que disciplinam a matéria no plano constitucional e infraconstitucional, cabendo ao gestor público justamente empregar esses preceitos fundamentais para otimizar a seleção da melhor proposta e a preservação da garantia da isonomia;

CONSIDERANDO que nas licitações havendo violação a um princípio jurídico durante a sua formação ou seu desenvolvimento, a sua validade, bem como a juridicidade de seu resultado, deverá ser objeto de invalidação, seja pela própria Administração Pública, seja pelos órgãos de controle externo;

CONSIDERANDO a compulsoriedade da retificação do edital da licitação em tela, a fim de que sejam requestados refeito o termo de referência com os valores corrigidos.

CONSIDERANDO a necessidade da reformulação dos editais padronizados da Municipalidade, os quais deverão conter o

detalhamento necessário a fim de deixar claras os valores de mercado a serem atendidas pelos licitantes nas futuras licitações;

Resolve,

ANULAR a licitação **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025**instaurada, visando a Aquisição de equipamentos de monitoramento, vigilância e segurança destinados a Secretaria Municipal de Saúde de São José do Campestre/RN, visando a melhoria da segurança dos espaços públicos de saúde.

Determino, ainda, que o edital padrão da Prefeitura Municipal de São José do Campestre a compulsoriedade da retificação do edital da licitação em tela, a fim de que sejam requestados refeito o termo de referência com as especificações dos itens corrigidos.

Por fim, que seja concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para que os interessados, caso queiram, apresentem recurso administrativo, na forma do Art. 165, I, "d" da Lei Federal nº 14.133/21, a contar da intimação desse ato.

São José do Campestre (RN), em 18 de junho de 2025.

ERIBALDO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Geovana do Nascimento Soares Silva
Código Identificador:0E1DCF45

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15, DE 18 DE JUNHO DE 2025

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VIII, do art. 98, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o dia de "Corpus Christi" em 19 de junho de 2025 (quinta-feira);

CONSIDERANDO o dia de "Corpus Christi" não é feriado nacional, tampouco estadual ou municipal, mas sim ponto facultativo, nos termos da portaria MGI nº 9.783, de 27 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do funcionamento da Prefeitura Municipal de São José do Campestre no referido período;

CONSIDERANDO, que ao Poder Executivo cabe decidir sobre o expediente da Prefeitura Municipal e de seus Órgãos vinculados.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o tradicional ponto facultativo municipal alusivo ao dia de Corpus Christi do dia 19 de junho de 2025 (quinta-feira), para o dia 23 de junho de 2025 (segunda-feira).

Art. 2º - Ficam excluídos das disposições do artigo 1º deste Decreto, os serviços, cujas atividades não podem sofrer interrupção de continuidade, a exemplo do serviço de limpeza urbana e as atividades do Hospital Maternidade Maria Vicência de Souza.

Parágrafo Único - Ficam as demais secretarias municipais responsáveis pelas convocações que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Campestre/RN, 18 de junho de 2025.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:761E7507

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PROC. ADMINISTRATIVO Nº 201502833-1

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL**, por meio do setor responsável pelas contratações, convida empresas do ramo pertinente a apresentar proposta de preço para fins de pesquisa mercadológica, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, visando à futura **contratação de empresa especializada para a realização do procedimento cirúrgico de nefrolitotripsia percutânea, em caráter de urgência, destinado à paciente Rayssa Emanuely Nunes Andrade, conforme solicitação médica e documentação anexa, visando garantir o tratamento adequado de cálculo renal complexo**, conforme as especificações constantes ao termo de referência que, se encontra no endereço https://www.saomiguel.rn.gov.br/.

Os interessados deverão encaminhar sua Proposta de Preço em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (anexo deste ato) para o e-mail: cotacao.prefeiturasm@gmail.com ou apresentação de envelope no setor de protocolo no endereço: Rua Padre Tertuliano Fernandes, Nº 46, centro – São Miguel/RN, no horário das 07h às 13h, no prazo de 03 (três) dias úteis, excluindo-se da contagem o dia da publicação e incluindo-se o dia do vencimento.

Observações: Este aviso tem finalidade exclusiva de subsidiar a pesquisa de preços, não representando contratação imediata ou obrigação de contratação.

As empresas participantes poderão ser convidadas posteriormente para processo de contratação, nos termos legais.

A Proposta de Preços deverá conter as seguintes informações: razão social/nome, CNPJ e/ou CPF, endereço, CEP, Cidade/UF, telefone e e-mail.

São Miguel-RN, 18 de junho de 2025.

JESSIKA DAYANE DUARTE DE LIMA
Orçamentista

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:63332684

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 321 / 2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 19 de junho o de 2025 - (quinta-feira), alusivo a Corpus Christi.

Art. 2º - Excetuam-se do ponto facultativo o funcionamento dos serviços essenciais e emergenciais cabendo aos dirigentes dos órgãos estabelecer o cumprimento das respectivas escalas normais de trabalho.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 18 DE JUNHO DE 2025.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Jordao Lima Moreno
Código Identificador:24DF25AD

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 242 / 2025, DE 04 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, de conformidade com o Art. 53, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Miguel/RN,

RESOLVE:

Onde lê-se:

Art. 1º - Exonerar **todos os ocupantes de cargos comissionados** vinculados à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, incluindo os cargos de chefia, assessoramento, direção, coordenação e demais cargos de confiança.

Leia-se:

Art. 1º - Exonerar**todos os ocupantes de cargos comissionados** vinculados à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, incluindo os cargos de chefia, assessoramento, direção, coordenação e demais cargos de confiança, a exceção dos Diretores e Vice Diretores Escolares.

Art. 2º - Este ato visa promover a reorganização da equipe de gestão pública, buscando maior eficiência e alinhamento às novas diretrizes administrativas.

Art. 3º - Este Ato Administrativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2025.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 04 DE JUNHO DE 2025.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordao Lima Moreno
Código Identificador:F1F8A778

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 263 / 2025, DE 12 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE AS NOMEAÇÕES PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, de conformidade com o Art. 53, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Miguel/RN,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os titulares dos cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tributação, cujos nomes, cargos e siglas constam na relação abaixo, em conformidade com a Lei Complementar nº 005, de 26 de fevereiro de 2025,

Onde lê-se:

NOME COMPLETO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SIGLA
GRACIELLE RODRIGUES SILVA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	CC2
ADI HÉLDER ALVES DE SOUZA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	CC2
RAÍSSA DIANDRA ALVES DE OLIVEIRA	CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO	CC4
GILENO LUCENA DE ARAÚJO	CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO COMERCIAL	CC4
LADIJÂNIO LUIZ FRANCO FERNANDES	CHEDE DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO	CC4
FRANCISCO JUNIELY DANTAS DE FREITAS	CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONTRATAÇÕES	CC4

Leia-se:

NOME COMPLETO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SIGLA
VITÓRIA MARIANA DA SILVA	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	CC2
AMANDA BEATRIZ DA SILVA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CC2
GRACIELLE RODRIGUES SILVA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	CC2
ADI HÉLDER ALVES DE SOUZA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	CC2
RAÍSSA DIANDRA ALVES DE OLIVEIRA	CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO	CC4
GILENO LUCENA DE ARAÚJO	CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO COMERCIAL	CC4
LADIJÂNIO LUIZ FRANCO FERNANDES	CHEDE DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO	CC4
FRANCISCO JUNIELY DANTAS DE FREITAS	CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONTRATAÇÕES	CC4

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 12 DE JUNHO DE 2025.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordao Lima Moreno
Código Identificador:B7AECBD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1618/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.333/21.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, representado pelo(a) prefeito o(a) senhor(a) EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO, inscrito no CPF. 367.XXX.XXX-34, Brasileiro, Casado, Engenheiro, residente no Município de São Paulo do Potengi/RN.

CONTRATADA(O): MATHEWS KAWAN GALDINO DE CARVALHO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 59.336.346/0001-08, sediada a Avenida Capitão Dalmo Teixeira, 985, Centro – Juru/PB – CEP 58750-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em um sistema de monitoramento de notas fiscais eletrônicas se faz necessária para automatizar a captura, análise e acompanhamento das NFe's emitidas contra o CNPJ da instituição, com foco na melhoria da gestão fiscal, detecção de fraudes, conformidade tributária e eficiência operacional destinado a atender as necessidades do Município de São Paulo do Potengi/RN.

VALOR TOTAL: R$ 4.070,16 (quatro mil, setenta reais e dezesseis centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 03 .001 - Sec.Mun.de Administração e Rec. Humanos
Ação: 2009 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2025 a 17 de junho de 2026.

São Paulo do Potengi/RN, em 18 de junho de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal – Contratante

MATHEWS KAWAN GALDINO DE CARVALHO
Contratada

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:74AC667F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 276, DE 18 DE JUNHO DE 2025

CONVOCA A XXII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO DO POTENGI.

O Prefeito Municipal de São Paulo do Potengi/RN, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a XXII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 02 de julho de 2025, de 9:00h às 15:00h na Câmara Municipal, tendo como tema central: "**20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência** ".
Parágrafo único: tem como Eixos de discussão:
I – Eixo 1 - Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e respeito às diversidades;
II- Eixo 2 – Aperfeiçoamento continuo do SUAS: inovação, gestão descentralizada e valorização profissional;
III- Eixo 3- Integração de benefícios e serviços socioassistenciais: fortalecendo a proteção social, segurança de renda e a inclusão social no SUAS;
IV- Eixo 4- Gestão democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS;
V- Eixo 5- Sustentabilidade financeira e equidade no cofinanciamento do SUAS.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência de Assistência Social, ocorrerão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 18 de junho de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:C05770B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 348/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o(a) Sr(a). **LAELSON LEVI DA SILVA MELO**, do cargo de provimento comissionado de **Subcoordenador de Projetos Sociais Conveniados**, da **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania**, símbolo **CC5**, na data de 16 de junho de 2025.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 16 de junho de 2025.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 18 de junho de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:249DB905

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 349/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o(a) Sr(a). **LAELSON LEVI DA SILVA MELO**, para o cargo de provimento comissionado de **Coordenador de Proteção Social Especial**, da **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania**, símbolo **CC4**, na data de 17 de junho de 2025.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 17 de junho de 2025.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 18 de junho de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:19487E3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: AGIL CONSTRUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 19.657.875/0001-99. **OBJETO**: O presente instrumento tem como objeto a Contratação dos serviços de engenharia para execução das obras de Pavimentação com Drenagem Superficial e urbanismo do complemento da Rua José Pedro no Centro e Pavimentação com Drenagem Superficial da Rua Projeta 02 - Distrito Cabaço no Município de São Paulo do Potengi/RN. **DO VALOR:** O presente Termo Aditivo tem como objetivo o acréscimo no valor contratual de R$ 9.686,47 (nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), equivalente a 9,50% (nove vírgula cinquenta cento) do valor inicial contratado. O presente contrato passará a totalizar o valor de R$ 111.599,76 (cento e onze mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos). **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL** A celebração deste Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços está prevista no Art. 124, "I" da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

São Paulo do Potengi/RN, em 18 de junho de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO –
Prefeito Municipal – P/ Contratante
e

BRUNO RODRIGO FERREIRA DA ROCHA,
P /Contratada.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:7D0D05A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 005/2025, DE 12 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a Apreciação e Ratificação da Programação Anual de Saúde (PAS 2024) da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo do Potengi.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi, em sua 202ª (ducentésima Segunda) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi - RN, realizada no dia 11 de junho de 2025, ás 14:25 horas no CMS, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Complementar nº 349, de 1997 que cria o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi/RN e,

CONSIDERANDO:

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e a lei complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012;
A importância dos instrumentos de Gestão Fundamentais, para uma Gestão de resultados dentro dos princípios do SUS Fiscalização e análise pelos membros deste colegiado;
A apresentação realizada pela equipe da secretaria municipal de saúde e após apreciação realizada pelos membros deste conselho.

RESOLVE:

Art. 1º - aprovar a PAS 2024 (Programação Anual de Saúde) do Município de São Paulo do Potengi.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ELIELSON VIEIRA DA SILVA
Presidente do Cms de São Paulo do Potengi

Homologo a Resolução 005/2025 de 12 de Junho de 2025, nos termos da Lei Complementar nº 349/1997.

FLÁVIA ROBERTA DE ARAÚJO ALVES
Secretária Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi

São Paulo do Potengi/RN, 12 de junho de 2025.

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:A7C1A4A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 006/2025, DE 12 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a Apreciação e Ratificação da Programação Anual de Saúde (PAS 2025) da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo do Potengi.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi, em sua 202ª (ducentésima Segunda) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi - RN, realizada no dia 11 de junho de 2025, ás 14:25 horas no CMS, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Complementar nº 349, de 1997 que cria o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi/RN e,

CONSIDERANDO:

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e a lei complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012;
A importância dos instrumentos de Gestão Fundamentais, para uma Gestão de resultados dentro dos princípios do SUS Fiscalização e análise pelos membros deste colegiado;
A apresentação realizada pela equipe da secretaria municipal de saúde e após apreciação realizada pelos membros deste conselho.

RESOLVE:

Art. 1º - aprovar a PAS 2025 (Programação Anual de Saúde) do Município de São Paulo do Potengi.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ELIELSON VIEIRA DA SILVA
Presidente do Cms de São Paulo do Potengi

Homologo a Resolução 006/2025 de 12 de Junho de 2025, nos termos da Lei Complementar nº 349/1997.

FLÁVIA ROBERTA DE ARAÚJO ALVES
Secretária Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi

São Paulo do Potengi/RN, de 12 de Junho 2025.

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:89781FC3

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO N° 02/2025/CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÉNCIA SOCIAL — CMAS, do Município de São Paulo do Potengi/RN, criado pela Lei

n°252/1996 e suas alterações, a Lei nº1.021 de maio de 2021 no uso de suas atribuições estatutárias, em vigência,
CONSIDERANDO as prerrogativas da Lei Orgânica da Assistência Social n° 8.742, de 1993-LOAS, art.30, e demais que versa sobre a execução das diretrizes da Política da Assistência Social no âmbito do município;
CONSIDERANDO a Lei Federal no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e suas alterações posteriores, Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS, em especial, o inciso ll do art. 13;
CONSIDERANDO a Lei Estadual n° 6.844, de 27 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Estadual n° 6.885, de 26 de março de 1996 e a Lei Estadual n° 9.256, de 21 de outubro de 2009, em especial, o art. 12-A e 13-A;
CONSIDERANDO a Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Resolução n° 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS em especial, o inciso II do art. 15;
CONSIDERANDO a Portaria SEI nº 208, de 18 de maio de 2022, que regulamenta os prazos e procedimentos de repasse, de acompanhamento e prestação de contas de recursos estaduais para cofinanciamento aos municípios, na modalidade fundo a fundo, destinados aos Serviços de Proteção Social Especial da Média Complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Portaria nº 208/2022-SETHAS/FEAS referente à prestação de contas do exercício de 2024, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas dos Recursos do Cofinanciamento Estadual para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e de Assistência Social e Cidadania- SEMTHASC de São Paulo do Potengi /RN ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art.2°. O Cofinanciamento Estadual para os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, ano: 2024/Saldo Anterior: R$19.573,79; 12 Valor Recebido: R$21.125,00; Rendimentos de Aplic. Financeira: R$ 1.712,50; Valor Total das Receitas: R$42.411,29; Despesas Realizadas: R$ 32.801,43; Saldo a Reprogramar: R$9.609,86.

Art. 3. Esta Resolução de no 02/2025, entra em vigor na data de sua assinatura.

São Paulo do Potengi /RN, 09 de junho de 2025.

CAMILA BATISTA DA SILVA DE AZEVEDO
Presidente do CMAS de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:5F4BB7C6

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO N° 03/2025/CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÉNCIA SOCIAL — CMAS, do Município de São Paulo do Potengi /RN, criado pela Lei n°252/1996 e suas alterações, na Lei nº1.021 de maio de 2021 no uso de suas atribuições estatutárias, em vigéncia,
CONSIDERANDO as prerrogativas da Lei Orgânica da Assistência Social n° 8.742, de 1993-LOAS, art.30, e demais que versa sobre a execução das diretrizes da Política da Assistência Social no âmbito do município;
CONSIDERANDO a Lei Federal no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e suas alterações posteriores, Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS, em especial, o inciso ll do art. 13;
CONSIDERANDO a Lei Estadual n° 6.844, de 27 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Estadual n° 6.885, de 26 de março de 1996 e a Lei Estadual n° 9.256, de 21 de outubro de 2009, em especial, o art. 12-A e 13-A;
CONSIDERANDO a Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Resolução n° 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS em especial, o inciso II do art. 15;
CONSIDERANDO a Portaria SEI nº 208, de 18 de maio de 2022, que regulamenta os prazos e procedimentos de repasse, de acompanhamento e prestação de contas de recursos estaduais para cofinanciamento aos municípios, na modalidade fundo a fundo, destinados aos Serviços de Proteção Social Especial da Média Complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Portaria nº 208/2022-SETHAS/FEAS referente à prestação de contas do exercício de 2024, e dá outras providências;
CONSIDERANDO que caberá aos Conselhos de Assistência Social dos municípios, receber, analisar e manifestar-se sobre a prestação, reprogramação e devolução dos saldos existentes nas contas correntes;

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar a Reprogramação dos saldos de 2024, no valor total de R$ 9.609,86 dos recursos estaduais, referente ao cofinanciamento ao município na modalidade fundo a fundo, destinados aos Serviços da Proteção Social Especial da Média Complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); conforme documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo do Potengi /RN ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2°. Esta Resolução de n° 03/2025, entra em vigor na data de sua assinatura.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de junho de 2025

CAMILA BATISTA DA SILVA DE AZEVEDO
Presidente do CMAS de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:CED46AC5

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO N° 04/2025/CMAS

Dispõe sobre a XXII Conferência Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo do Potengi/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em Assembleia Extraordinária, de 09 de junho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar a XXII Conferência Municipal de Assistência Social de acordo com a Resolução de nº 180, de 26 de dezembro de 2024 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com o Tema: **“20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.**

Art. 2º. A 12ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de São Paulo do Potengi/RN será realizada no dia 02 de julho 2025.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de junho de 2025.

CAMILA BATISTA DA SILVA DE AZEVEDO
Presidente do CMAS de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:14B22970

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 18060003/2025 - ADESÃO Nº 009/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 18060003/2025

CONTRATO Nº.....: 18060003/2025

ORIGEM.....: ADESÃO Nº 009/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN
CNPJ: 08.079.915/0001-46

CONTRATADA(O).....: R M DE MELO INACIO – RAFAEL MATEUS DE MELO INACIO
CNPJ: 47.167.319/0001-70

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E GRADUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (POR MAIOR DESCONTO SOBRE OS PREÇOS DA TABELA SINAPI).

VALOR GLOBAL ESTOMADO.....: R$ 795.000,00 (Sessenta e um mil reais), PERCETUAL DE DESCONTO 5% (CINCO POR CENTO)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2025

SEC.MUN.DEADMINISTRAÇÃO E REL.HUMANAS
0412200011009-REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
0412200012003-MANUT.DASEC.MUN.DEAMINISTRAÇÃO
3.390.30-MATERIAL DE CONSUMO
1.500.0000

SEC. MUN. AGRICULTURA
2012200012006-MANUTENÇÃO DASEC.DEAGRICULTURA

SEC. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
1212200062007-MANUTENÇÃO DASEC.DEEDUCAÇÃO
1236100061019-CONST.AMPL.REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES
1236500061017-CONST.AMPL.E REFORMA DE UNIDADES DE ENS.INFANTIL
1236500062051-MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
1236800062032-MANUTENÇÃO DAS ATIV.DO QSE
1339200121021-CONST.REFORMA CENTRO DE CULTURA
1339200121070-CONST.E MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECA PÚBLICA
2781200121072-REFORMA CONST.E ADEQUAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL
1236100062009-MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% FUNDAMENTAL
1236500062008-MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% INFANTIL
3.3.90.30-MATERIAL DE CONSUMO
FONTES:1.500.000
1.550.000
1.541.000 30%
1.542.000 30%
1.543.000 30%

SEC. MUN. OBRAS TRANSPORTE E URBANISMO
1545100081032-CONST.REFORMA AMPL.REST.ECONSERV.DEPRÉDIOS
1545100081086-CONST.MELHORIAS E RESTAURAÇÕES DE PRAÇAS
1545100081088-CONST.REFORMA E AMPL.DO MERCADO PUBLICO
1545200012012-MANUTENÇÃO DASEC.DETRANSPORTE SERV.URBANOS
3.3.90.30-MATERIAL DECONSUMO
FONTE 1.500.000

SEC. MUN. SAÚDE
1012200042013-MANUTENÇÃO DAS ATIV.DO FUNDOMUN.DESAÚDE
3.3.90.30-MATERIAL DE CONSUMO
FONTE 1.500.000

SEC. MUN. TURISMO E MEIO AMBIENTE
2369500012063-MANUTENÇÃO DAS ATIV.DASEC.DETURISMO
3.3.90.30-MATERIAL DE CONSUMO
FONTE 1.500.000

SEC.MUN.DETRABALHO HAB.E ASSISTENCIA SOCIAL
0812200092020-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO FMAS
3.3.90.30-MATERIAL DE CONSUMO
FONTE 1.500.000

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 86, §2º e 3º da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 002/2025.

VIGÊNCIA.....: 18 de junho de 2025 a 17 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de junho de 2025.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:0420B755

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 18060004/2025

CONTRATO Nº.....: 18060004/2025

ORIGEM.....: ADESÃO 008/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN
CNPJ: 08.079.915/0001-46

CONTRATADA(O).....: I DA SILVA MATIAS COMERCIO LTDA
CNPJ: 34.310.563/0001-06

OBJETO.....: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAL PARA TRATAMENTO DE PISCINA, PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 145.486,15 (cento e quarenta a cinco mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quinte centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2025

Und. Orçamentária: 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES HUMANAS
Ação: 04.122.0001.2003.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Administração
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 08.122.0009.2020.0000 – Manutenção das atividades do FMAS
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 08.245.0009.2021.0000 – Manutenção das atividades do Serviço de Proteção Social Básica
Fonte: 1.660.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.122.0006.2007.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Educação
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.365.0006.2088.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE PRE-ESCOLAR
Fonte: 1.552.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.365.0006.2091.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE CRECHE
Fonte: 1.552.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.366.0006.2092.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE EJA
Fonte: 1.552.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.361.0006.2089.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE FUNDAMENTAL
Fonte: 1.552.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
Ação: 3 Despesas Correntes
Fonte: 1.500.1002 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação: 23.695.0001.2063.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Turismo
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 86, §2º, II.

VIGÊNCIA.....: 18 de junho de 2025 a 18 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de junho de 2025.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:65E395F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0141/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº. 0141/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação municipal vigente e, em especial, com base no que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO a necessidade de realocação de servidores para atender à demanda de serviço da Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitação em anexo;

CONSIDERANDO a concordância da Secretária Municipal de Saúde, conforme documento em anexo;

CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública em assegurar a eficiência no atendimento ao público;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o servidor JOSÉ ALEXANDRE LOPES SILVA, matrícula nº. 204, ocupante do cargo efetivo de Motorista, removido da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23 de junho de 2025.

Art. 2º. O servidor deverá se apresentar à Secretaria Municipal de Educação no dia 23 de junho de 2025, para cumprimento de suas atividades funcionais, conforme as necessidades da unidade administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Pedro/RN, 18 de Junho de 2025.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:029825DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 20379184-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Registro de Preços Eletrônico - 05/2025		
Resultado da Adjudicação		
Lote: 0001 - LOTE 01 - KIT DE ENXOVAL – Valor Referência: 123.500,00		
Fornecedor	Situação	Valor Total
RADIANY F MALHEIRO (21.565.342/0001-29)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 11:24:06 - Por: JOSINALDO AMARO DE LIMA	43.000,00

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Autoridade Competente

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6FE19066

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 20379184-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de São Tomé			
Prefeitura Municipal de São tome			
Registro de Preços Eletrônico - 05/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - LOTE 01 - KIT DE ENXOVAL - Valor Referência: 123.500,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RADIANY F MALHEIRO	43.000,00	43.000,00	Homologado em 18/06/2025 11:24:46 Por: JOSINALDO AMARO DE LIMA

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Autoridade Competente

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:52535629

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO - Nº 69/2025

EXTRATO DO CONTRATO - Nº 69/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - Nº 55879856/2025

CONTRATO Nº.....: 69/2025

ORIGEM.....: Dispensa de Licitação - Nº 021/2025

CONTRATANTE.....: Prefeitura Municipal de São Tomé/RN – CNPJ Nº 08.080.210/0001-49.

CONTRATADA(O).....: TELEVISÃO CABUGI LTDA, CNPJ nº 10.704.625/0001-98.

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE TELEVISÃO ABERTA PARA VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO COM DURAÇÃO DE 30 SEGUNDOS, PARA DIVULGAÇÃO DO EVENTO "IV FESTIVAL DE INVERNO NA COMUNIDADE SERRA VERDE 2025" PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 8.367,00 (oito mil, trezentos e sessenta e sete reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DO AGRICULTURA, RECURSOS HIDRICOS, MEIO AMBIENTE E TURISMO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DO AGRICULTURA, RECURSOS HIDRICOS, MEIO AMBIENTE E TURISMO
AÇÃO: 2020 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE TURISMO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 088 – SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: A vigência do presente contrato será determinada: 03 (meses) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114, da Lei Federal nº 14.133/21.

DATA DA ASSINATURA.....: 16 de junho de 2025.

ASSINANTES:

(assinado eletronicamente)
PREFEITURA DE SÃO TOMÉ/RN
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
PREFEITO
Pela/CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)
TELEVISÃO CABUGI LTDA
CNPJ Nº 10.704.625/0001-98
LUCIANO DA ROCHA
Pela/CONTRATADA

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6EBF9139

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 409, DE 05 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 15.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 409, DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**15.000,00**
	2021 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	15.000,00
Anexo II (Redução)					**15.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**15.000,00**
	2021 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:AF2F8325

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 415, DE 05 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 415, DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistêncial Social					**10.000,00**
	2101 Manutenção das Ações de Gestão Integrada com Criança Cadastrada em Proteção Social				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistêncial Social					**10.000,00**
	1056 Construção, Reforma, Instalação e Adaptação de Espaço Público				**10.000,00**

	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	10.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:3704F78A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 30/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 97306849-2025

CONTRATO Nº.....: 71/2025

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE Nº 30/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN

CONTRATADA(O).....: ELAINE FERREIRA DA COSTA 70328036447 - CNPJ Nº 48.759.770/0001-49

OBJETO.....: Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Elaine Costa " para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2052 – PROMOÇÃO E EVENTOS CULTURAIS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: A vigência inicial do contrato será na data de sua assinatura. Tendo sua vigência final á data posterior da apresentação do show, considerando que a banda cumpriu com todas as obrigações conforme proposta apresentada no processo de inexigibilidade e demais exigências exportas na legislação pertinente.

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de Junho de 2025

ASSINANTES:

MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

ELAINE FERREIRA DA COSTA 70328036447
CNPJ Nº 48.759.770/0001-49
ELAINE FERREIRA DA COSTA
CPF: 703.***.***-47

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:60DB4E1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 32/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 53223441-2025

CONTRATO Nº.....: 72/2025

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE Nº 32/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN

CONTRATADA(O).....: FORRO DOS 3 LTDA - CNPJ Nº 60.131.692/0001-39

OBJETO.....: Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Forró dos Três" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN

VALOR TOTAL.....: R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2052 – PROMOÇÃO E EVENTOS CULTURAIS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: A vigência inicial do contrato será na data de sua assinatura. Tendo sua vigência final á data posterior da apresentação do show, considerando que a banda cumpriu com todas as obrigações conforme proposta apresentada no processo de inexigibilidade e demais exigências exportas na legislação pertinente.

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de Junho de 2025

ASSINANTES:

MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

FORRO DOS 3 LTDA
CNPJ Nº 60.131.692/0001-39
JONAS QUEIROZ DA SILVA FERNANDES
CPF: 081.***.***-78

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:64BE76C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 33/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 94610695-2025

CONTRATO Nº.....: 73/2025

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE Nº 33/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN

CONTRATADA(O).....: NA PEGADO DO COYOTE - ME - CNPJ Nº 35.502.879/0001-54

OBJETO.....: Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "NA PEGADO DO COYOTE" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2052 – PROMOÇÃO E EVENTOS CULTURAIS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: A vigência inicial do contrato será na data de sua assinatura. Tendo sua vigência final á data posterior da apresentação do show, considerando que a banda cumpriu com todas as obrigações conforme proposta apresentada no processo de inexigibilidade e demais exigências exportas na legislação pertinente.

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de Junho de 2025

ASSINANTES:

MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

NA PEGADO DO COYOTE – ME
CNPJ Nº 35.502.879/0001-54
ALBERTO SALOMÃO CAVALCANTI SIMÕES
CPF: 061.072.744-30

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:8D4CAC14

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 34/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 46815062-2025

CONTRATO Nº.....: 74/2025

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE Nº 34/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN

CONTRATADA(O).....: GIANNINI ALENCAR – ME CNPJ Nº 26.918.460/0001-97

OBJETO.....: Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Giannini Alencar" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2052 – PROMOÇÃO E EVENTOS CULTURAIS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: A vigência inicial do contrato será na data de sua assinatura. Tendo sua vigência final á data posterior da apresentação do show, considerando que a banda cumpriu com todas as obrigações conforme proposta apresentada no processo de inexigibilidade e demais exigências exportas na legislação pertinente.

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de Junho de 2025

ASSINANTES:

MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

GIANNINI ALENCAR – ME
CNPJ Nº 26.918.460/0001-97
GIANNINI MARQUES DE ALENCAR FERNANDES
CPF: 083.***.***-39

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:C272B2D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 35914632-2025

CONTRATO Nº.....: 75/2025

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 25/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN

CONTRATADA(O).....: 49.296.503 SAMUEL PEREIRA DE SOUSA – ME, CNPJ Nº 49.296.503/0001-45

OBJETO.....: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria em marketing digital para gerenciamento e monitoramento das redes sociais institucionais da Prefeitura Municipal, assim atenderá as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos no Município de São Tomé/RN

.
VALOR TOTAL.....: R$ 44.160,00 (Quarenta e quatro mil cento e sessenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO: 2016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência deste Contrato é de 18 de Junho de 2025 até o dia 18 de Junho de 2026, com validade e

eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último

DATA DA ASSINATURA.....: 18 de Junho de 2025

ASSINANTES:

Município de São Tomé
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

49.296.503 Samuel Pereira de Sousa –ME
CNPJ Nº 49296.503/0001-45
SAMUEL PEREIRA DE SOUSA
CPF N° 018.***.***-51

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:DF1C0047

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 30/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 97306849-2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Elaine Costa" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN.

Contratação da empresa ELAINE FERREIRA DA COSTA 70328036447 – ME INSCRITO NO CNPJ Nº 48.759.770/0001-49, por meio de inexigibilidade de licitação, para para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025

VALOR TOTAL: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 18 de Junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:20F47881

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 32/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 53223441-2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Forró dos Três" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN

Contratação da empresa FORRO DOS 3 LTDA - INSCRITO NO CNPJ Nº 60.131.692/0001-39, por meio de inexigibilidade de licitação, para para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025

VALOR TOTAL: R$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 18 de Junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:23469B4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 33/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 94610695-2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Forró dos Três" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN

Contratação da empresa NA PEGADA DO COYOTE – ME INSCRITO NO CNPJ Nº 35.502.879/0001-54, por meio de inexigibilidade de licitação, para para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025

VALOR TOTAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 18 de Junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:5387FB2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 34/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 46815062-2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de serviços artísticos, objetivando a contratação da banda "Giannini Alencar" para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025, no município de São Tomé/RN.

Contratação da empresa GIANNINI ALENCAR – ME INSCRITO NO CNPJ Nº 26.918.460/0001-97, por meio de inexigibilidade de licitação, para para apresentação em show musical no SantoMè Junino Ano de 2025

VALOR TOTAL: R$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 18 de Junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:66380493

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025

Dispensa de Licitação nº 025-2025
Processo Administrativo nº 35914632/2025-DISP

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

AUTORIZOa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando:

CREDOR: VENCEDOR DO CERTAME,49.296.503 SAMUEL PEREIRA DE SOUSA – ME, CNPJ Nº 49.296.603/0001-46

VALOR TOTAL:R$44.160,00 (Quarenta e quatro mil cento e sessenta reais)

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN 18 de Junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:60CC2884

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO - Nº 70/2025

EXTRATO DO CONTRATO - Nº 70/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - Nº 66824363/2025

CONTRATO Nº.....: 70/2025

ORIGEM.....: Dispensa de Licitação - Nº 024/2025

CONTRATANTE.....: Prefeitura Municipal de São Tomé/RN – CNPJ Nº 08.080.210/0001-49.

CONTRATADA(O).....: HUGO AMORIM DA SILVA - ME, CNPJ nº 23.761.439/0001-32.

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO, MODELO RAIOCENTER 600 PLUS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR TOTAL.....: R$ 17.990,00 (dezessete mil, novecentos e noventa reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE:06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO:2060 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
NATUREZA DA DESPESA:3.3.90.39– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO:099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO:15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE DE RECURSO:16013110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
FONTE DE RECURSO:16210000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL
REGIÃO:0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE:06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO:2064 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMARIA/EAP
NATUREZA DA DESPESA:3.3.90.39– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO:099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO:15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE DE RECURSO:16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
REGIÃO:0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE:06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO:2076 – Manutenção Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC
NATUREZA DA DESPESA:3.3.90.39– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO:099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO:15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
FONTE DE RECURSO:16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE DE RECURSO:16013110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
REGIÃO:0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114, da Lei Federal nº 14.133/21.

DATA DA ASSINATURA.....: 17 de junho de 2025.

ASSINANTES:

(assinado eletronicamente)
PREFEITURA DE SÃO TOMÉ/RN
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
PREFEITO
Pela/CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)
HUGO AMORIM DA SILVA - ME
CNPJ Nº 23.761.439/0001-32
HUGO AMORIM DA SILVA
Pela/CONTRATADA

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:0F404564

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA CONVOCAÇÃO

Art. 1º A 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa foi convocada por meio da **RESOLUÇÃO Nº 001 DE 16 DE MAIO DE 2025**

Art. 2º A 2ª Conferência Municipal constitui-se em instância máxima de caráter deliberativo e democrático de participação social, com a finalidade de avaliar as políticas públicas de atendimento, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa e propor ações que garantam a proteção integral efetivas e o fortalecimento do controle social.

CAPÍTULO II
DO TEMÁRIO

Art. 3º A 2ª Conferência Municipal terá como tema "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação" e está organizada em 5 eixos, a serem discutidos nos Grupos de Trabalho, são eles:
I - Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais;
II - Fortalecimento de políticas para a proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa;
III - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa;
IV - Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices;
V - Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do estado brasileiro.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º A 2ª COMDIPI possui os seguintes objetivos:
I - Promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável;
II - Identificar os desafios do envelhecimento plural no País, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa; e
III - Propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação interfederativa.

CAPÍTULO IV
DA REALIZAÇÃO E SUAS ETAPAS

Art. 5º A 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa possui abrangência Municipal e será realizada no dia 26 de junho de 2025, no Centro de Convivência de Idosos, no horário das 07:30 horas às 17 horas.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E DESPESAS

Parágrafo Único. As despesas da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, ocorrerá com recursos do Fundo Municipal do Idoso e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º A 2ª COMDIPI será coordenada pela Presidência do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso juntamente com a Comissão Organizadora e presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art. 7º A 2ª COMDIPI será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, que será substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pela Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

CAPÍTULO VI
ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ORGANIZADORA
Das Atribuições

Art. 8º. Compete à Comissão Organizadora:
I - Realizar a 2ª COMDIPI, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros.
II - Coordenar as atividades de apoio logístico e administrativo para o evento.
III - Manter serviço de secretaria para apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.
IV - Articular e viabilizar a execução de tarefas específicas de cada atividade estabelecida pela Comissão Organizadora.
V - Apoiar os trabalhos operacionais da 2ª COMDIPI desde seu planejamento até conclusão do processo conferencial.
VI – Propor, organizar e coordenar as reuniões da Comissão Organizadora.
VII – Realizar a inscrição dos participantes, considerando os critérios estabelecidos previamente de acordo com os segmentos indicados, conforme definido da **RESOLUÇÃO Nº 001 DE 16 DE MAIO DE 2025**
VIII - Organizar e manter os arquivos referentes à 2ª COMDIPI.
IX - Encaminhar ofícios, informativos e documentos referentes à 2ª COMDIPI, bem como os documentos técnicos e textos de apoio, sempre que solicitados,
X – Aprovar a indicação do palestrante da conferência magna e dos facilitadores dos eixos temáticos a serem trabalhados nos grupos de trabalho;

XI - Elaborar e emitir certificado ou declaração de participação na 2ª COMDIPI

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora Municipal será responsável pela interlocução e troca de informações com a Comissão Organizadora Estadual.

CAPÍTULO VII

DOS PARTICIPANTES

Art. 9º Poderão se inscrever como participantes da 2ª COMDIPI as seguintes categorias:
I. Delegados: Representantes da Sociedade Civil e Governo com direito a voz e voto.
II. Convidados: Convidados com direito a voz;
Parágrafo Único. Dentre os convidados deverá ser priorizada a participação de:
I. Gestores de políticas públicas setoriais;
II. Trabalhadores de unidades públicas de atendimento à pessoa idosa de diversas políticas setoriais;
III. Representantes de entidades e organizações sociais;
V. Usuários de políticas setoriais;
VI. Representantes de organizações de usuários das políticas públicas;
VII. Representantes de conselhos de políticas públicas e defesa de direitos;
VIII. Representantes dos Poderes Legislativos, Judiciário e Ministério Público.

Art.10º Os Conselheiros Titulares e Suplentes do CMDI serão considerados Delegados natos da 2ª COMDIPI.

CAPÍTULO VIII
DO CREDENCIAMENTO

Art.11º O credenciamento dos participantes da 2ª COMDIPI será efetuado no dia 26 de agosto das 07:30 às 08:30 horas e tem como objetivo identificar os participantes e a sua condição de participação.

Art.12º O credenciamento dos candidatos a Delegados para a 6ª COEDIPI será realizado até às 12h do dia 26 de agosto de 2025.

§ 1° - Os candidatos a Delegados para 6ª COEDIPI, deverão participar do início ao término do evento.

CAPÍTULO IX
DAS PLENÁRIAS

Art. 13º A Plenária terá a competência de discutir, apreciar, aprovar ou rejeitar em parte ou na totalidade as conclusões e propostas dos grupos de trabalho; bem como de realizar a eleição dos Delegados para a 6ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, e de votar os encaminhamentos finais.

§ 1° - A manifestação e ou intervenção dos membros da Plenária ocorrerá mediante prévia inscrição na mesa coordenadora.
§ 2° - As decisões da Plenária serão todas por maioria simples.
§ 3° - Cada delegado terá direito a 1 (um) voto.
§ 4° - As votações na plenária serão feitas com a utilização do crachá de identificação.

Art. 14º Os destaques terão a intervenção de até dois participantes, sendo um para a defesa e um para encaminhamento em contrário.

§ 1º - Cada delegado terá até dois minutos para sua manifestação, sem direito a réplica;
§ 2º - Os pontos para os quais nenhum delegado solicitar destaque no momento da votação, serão considerados aprovados por unanimidade pela Plenária.

Art. 15º Haverá uma relatoria responsável pela sistematização do Relatório Final da Conferência, a ser encaminhado à Comissão de Relatoria da 6ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa até 11 de julho de 2025, através do endereço eletrônico cedepirn@gmail.com.

CAPÍTULO X
DOS GRUPOS DE TRABALHO POR EIXOS TEMÁTICOS

Art.16º Os grupos de Trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta cada um dos 5 Eixos da Conferência e terão por finalidade promover o aprofundamento do debate dos seus conteúdos.

Art. 17º Como forma de nortear e apoiar as discussões dos eixos temáticos cada Grupo de Trabalho contará com um Facilitador indicado pela Comissão Organizadora, que discorrerá de forma sucinta sobre o conteúdo a ser trabalhado e iniciará o debate entre os seus participantes fomentando a elaboração das propostas prioritárias para cada ente federativo a serem inseridas em formulário próprio.

Art.18º Cada Grupo de Trabalho deverá eleger um Relator que ficará responsável pelo registro e exposição das propostas deliberadas em cada eixo temático na plenária final.

Art.19º Cada Grupo de Trabalho deverá construir no mínimo 2 propostas prioritárias para cada ente federativo (Município, Estado e União) pertinente ao respectivo Eixo debatido.

CAPÍTULO XI
DA PLENÁRIA FINAL

Art.20º A plenária final é o momento de apresentação das propostas construídas nos 5 Grupos de Trabalho e que deverão ser apreciadas, deliberadas e encaminhadas para a Comissão Organizadora da 6ª COEDIPI.

Art. 21º Serão apresentadas pelos Relatores de cada eixo temático as propostas elaboradas e as prioritárias sugeridas pelos trabalhos de grupo, a mesa colocará em discussão e votação, sucessivamente, sendo possível nesta apresentação, a solicitação de destaques.

Art.22º As deliberações na plenária final serão definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos Grupos de Trabalho considerando os 5 Eixos temáticos da Conferência.

Art.23º As propostas de deliberação construídas pelos Grupos de Trabalho serão apreciadas e votadas pelos delegados, visando à definição das deliberações finais que serão encaminhadas para a sistematização pela COE.

Art.24º A plenária final deve resultar em um conjunto de no máximo 05 deliberações para o próprio município; 05 deliberações para o Estado e 05 deliberações para União.

CAPÍTULO XII
DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art.25º Na plenária final serão eleitos 02 Delegados para participar da 6ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 26º A escolha dos 02 delegados(as) para a 6ª COEDIPI será paritária na seguinte proporção:
01 vaga referente aos representantes da Sociedade Civil - usuários/pessoa idosa, entidades e organizações que atuam na defesa, promoção ou garantia dos direitos da pessoa idosa, e profissionais da área;
01 vaga referente aos representantes do governo - priorizar os servidores envolvidos nas políticas públicas relacionadas com a pessoa idosa, preferencialmente que atuem no seu território.
Parágrafo Único. A escolha dos Delegados (titulares e suplentes), paritariamente, para a 6ª COEDIPI se dará em conformidade com o número de vagas destinadas aos municípios pelo CEDEPI, previamente informada.

Art.27º A relação dos Delegados para a 6ª COEDIPI eleitos e seus respectivos suplentes deverá ser enviada ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa até o dia 11 de julho de 2025.

CAPÍTULO XIII
DAS MOÇÕES

Art.28º Cada moção será lida e em seguida proceder-se-á a apreciação e votação, sendo consideradas aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) Delegados(as) da 6ª COEDIPI.
Parágrafo Único. As Moções poderão ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.29º Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo Único. Em regime de votação, são vedados os levantamentos de questões de ordem.

Art.30º Os casos omissos serão resolvidos pela CO e apresentados para votação da Plenária.

Art. 31º Os casos omissão serão resolvidos pela Comissão Organizadora Municipal.

Art.32º O presente Regimento entrará em vigor após a apreciação da plenária da 2ª COMDIPI.

São Tomé/RN, 09 de junho de 2025.

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:8AE266E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2025

O agente de contratação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispões o Art. 75, INCISO II, da Lei n° 14.133/2021 de 01/04/2021, vêm tornar público o processo de "DISPENSA DE LICITAÇÃO", com base no valor da proposta apresentada, para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS; CONTRATADOS: JOSE OZORIO DE MEDEIROS MERCADINHO (CNPJ: 26.048.723/0001-54), VALOR GLOBAL DE R$ 29.650,65 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos) e ANA LUCIA MEDEIROS DA MATA SILVA (CNPJ: 47.015.778/0001-38) VALOR GLOBAL DE R$ 28.855,40 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), assim distribuídos por cada ordenador de despesas:

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN (CNPJ: 08.308.470/0001-29), com o valor global de: R$ 37.969,75 (Trinta e sete mil novecentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos);

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ 11.261.481/0001-05) com o valor global de:R$ 20.536,30 (Vinte mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta centavos).

RATIFICADO E HOMOLOGADO POR: JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS – PREFEITA e FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR – GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, em 09 de junho de 2025.

São Vicente/RN, em 09 de junho de 2025.

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BA449422

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2025

A Prefeita Constitucional de São Vicente/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, de acordo com o que determina o Inciso IV do art. 71 e Inciso VIII do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo Nº 072/2025, fundamentada de acordo com o que preceitua o Inciso II do Art. 75 do referido diploma legal, ADJUDICO, HOMOLOGO o objeto/processo que trata da AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, e AUTORIZO a contratação das empresas:
1 JOSE OZORIO DE MEDEIROS MERCADINHO (CNPJ: 26.048.723/0001-54), nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 27, 34, 35, 36, 37, 43, 46, 48, 51, 52, 55, 60, 64, 66, 68, 70 e 71, no VALOR GLOBAL DE R$ 19.394,75 (Dezenove mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).
2 ANA LUCIA MEDEIROS DA MATA SILVA (CNPJ: 47.015.778/0001-38), nos itens 17, 18, 19, 20, 21, 41 e 62, no VALOR GLOBAL DE R$ 18.575,00 (Dezoito mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

São Vicente – RN, 09 de junho de 2025.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C537F779

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2025 - CMDCA

Seleção de projeto social de Organização da Sociedade Civil (OSC) para o público infanto-juvenil, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a serem financiados por meio do Itaú Social com recursos direcionados ao Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA) de São Vicente/RN, conforme Edital Fundos da Infância e da Adolescência 2025 da Fundação Itaú.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Vicente/RN, torna de conhecimento público que, mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, **selecionará projeto social de Organização da Sociedade Civil (OSC)**, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com sede ou instalações no Município de São Vicente/RN, registradas no CMDCA, visando à celebração e execução de parcerias que tenham como destinatárias crianças e/ou adolescentes, nos termos do artigo 2º, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo objetivo é apoiar ações que contribuam para a garantia do direito de crianças e adolescentes à Educação, nos termos do Edital FIA 2025 – Itaú Social.

1. DO OBJETO:
1.1 A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com a organização da sociedade civil por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital, considerando o **Edital FIA 2025 – Itaú Social.**
1.2 Entende-se por propostas, os projetos que abranjam atividades ou ações a serem desenvolvidas por um período de tempo de até 12 (doze) meses, sendo que **os projetos deverão ter como princípio básico orientador a garantia dos direitos educacionais das**

crianças e dos adolescentes, apresentando um ou mais dos seguintes focos:
1.2.1 Alcance e atendimento de crianças e adolescentes com falta ou dificuldade de
acesso a escolas públicas e/ou a atividades de educação em tempo integral;
1.2.2 Alcance e atendimento de crianças e/ou adolescentes que estejam em situação de violação de direitos, tendo em vista a superação de problemas tais como violências domésticas, ruptura da convivência familiar, trabalho infantil, violência sexual, envolvimento com atividades ilícitas, evasão ou fragilização da vida escolar, criando condições para a restauração, manutenção e/ou melhoria da trajetória escolar do público atendido.
1.2.3 Oferta de atividades educativas e culturais que promovam o aprendizado, o desenvolvimento pessoal e a melhoria da vida escolar de crianças e adolescentes.
1.2.4 Oferta de orientação e apoio aos familiares para que protejam e apoiem o desenvolvimento pessoal e educacional de seus filhos.
1.2.5 Realização de diagnóstico local que identifique fatores de risco, dificuldades ou
violações que estejam limitando ou impedindo o acesso à escola ou a manutenção da vida escolar de crianças e adolescentes no município, e que gere informações, análises e recomendações que contribuam para o planejamento de políticas e ações locais voltadas à superação das violações e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes à educação.
1.2.6 Capacitação dos operadores locais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – educadores sociais, professores, técnicos e outros profissionais que atuam em serviços públicos locais (inclusive em escolas públicas) ou em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos da rede local – para reconhecimento e intervenção em fatores que estejam dificultando a trajetória escolar e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes.
1.2.7 Realização de campanha de comunicação junto à comunidade local, que tenha entre seus focos centrais a superação de fatores que limitam a garantia dos direitos educacionais de crianças e adolescentes, entre os quais o acesso à educação e a manutenção da trajetória escolar.
1.2.8 Articulação de ações conjuntas entre secretarias municipais e órgãos públicos (entre os quais a Secretaria Municipal de Educação e as escolas públicas), organizações da sociedade civil, Conselho Tutelar e outros Conselhos Municipais, tendo como foco a criação de condições que promovam a superação de violações dos direitos educacionais de crianças e adolescentes, bem como a restauração e fortalecimento de sua trajetória escolar e o desenvolvimento de suas capacidades.
1.3 As propostas que forem selecionadas no Edital FIA/2025 – Itaú Social serão apoiadas por meio da destinação de recursos financeiros para os respectivos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, orçamento solicitado não poderá exceder o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
2.1 Poderão participar da seleção as organizações da sociedade civil, doravante denominada tão somente OSCs, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a" e "c", da Lei Federal no 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei no 13.204, de 2015):
2.1.1 entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
2.1.2 as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; 2.1.3 as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.
2.2 As entidades precisam estar inscritas no CMDCA e mantendo o cadastro atualizado.
2.3 Estão habilitadas a participar do processo de seleção as organizações não governamentais de cunho social sem fins lucrativos e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, necessariamente de natureza social, habilitadas a trabalhar com o público infanto-juvenil que atendam aos seguintes requisitos:
2.3.1 Ter por objetivo beneficiar o público infanto-juvenil de baixa renda, em situação de risco e vulnerabilidade social, por meio de programas e projetos sociais que visem à promoção, proteção, defesa e melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes;
2.3.2. Estar com o cadastro ativo e em situação regular junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.
2.4 O edital do Itaú Social aceitará apenas inscrições efetuadas por Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente – órgãos responsáveis pela deliberação e controle da política de garantia de direitos da criança e do adolescente – e pela gestão dos seus respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.
2.5 Cada Conselho poderá inscrever uma única proposta no Edital FIA/2025 – Itaú Social, que poderá ser referente a uma ação em andamento ou que ainda não tenha sido iniciada.
2.6 **As inscrições no Edital FIA/2025 serão iniciadas às 9h do dia 28/05/2025 e irão até às 18h do dia 11/07/2025**, sempre tendo como referência o horário de Brasília, consideradas válidas apenas se forem efetuadas na Plataforma de Editais do Itaú Social (https://www.itausocial.org.br/editais).

3. DAS PROPOSTAS
3.1 Para inscrever a proposta, o Conselho deve acessar a Plataforma de Editais do Itaú Social (itausocial.org.br/editais) e o cadastro deverá ser efetuado em nome do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, informando o número do CNPJ do seu respectivo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.
3.2 A inscrição da proposta será efetivada mediante:
3.2.1 Preenchimento do Formulário de Inscrição, com a inclusão de todas as informações solicitadas sobre a proposta.
3.2.2 Envio dos seguintes Arquivos Complementares, a serem inseridos no Formulário de Inscrição:
3.2.2.1 Orçamento da Proposta (arquivo eletrônico "Orçamento.xls"): deverá ser enviado obrigatoriamente no modelo de planilha Excel disponível na Plataforma.
3.2.2.2 Cronograma das Ações (arquivo eletrônico "Cronograma.xls"): deverá ser enviado obrigatoriamente no modelo de planilha Excel disponível na plataforma.
3.2.2.3 Carta de Inscrição da Proposta (arquivo eletrônico "Carta.doc"): deverá ser digitalizada e enviada pelo(a) presidente do Conselho (ou, na ausência ou impossibilidade deste, por um conselheiro formalmente autorizado pelo presidente ou nomeado em reunião plenária do Conselho) e pelo gestor da secretaria ou do órgão público ao qual o Conselho está vinculado para fins administrativos.
3.2.3 Envio dos seguintes Documentos Administrativos, que devem ser digitalizados e inseridos no Formulário de Inscrição:
3.2.3.1 Cópia da Lei Municipal que criou o Conselho Municipal e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
3.2.3.2 Cópia do Decreto ou Portaria Municipal que nomeou os conselheiros em exercício.
3.2.3.3 Cópia da Ata do Conselho que estabeleceu a posse do presidente do Conselho.
3.2.3.4 Cópia da Ata de Reunião do Conselho que consagrou a decisão de inscrição da proposta no Edital FIA/2025 – Itaú Social.
3.2.3.5 Cópia do CPF do(a) presidente do Conselho.
3.2.3.6 Cópia do Decreto de Nomeação do(a) ordenador (a) de despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.
3.2.3.7 Cópia do CPF do(a) ordenador(a) de despesas do FMDCA.
3.2.3.8 Declaração atualizada do banco em que foi aberta a conta bancária do fundo ou cópia do contrato de abertura da conta bancária do fundo.
3.3 A organização não governamental que executará a proposta inscrita e selecionada no Edital FIA/2025 do Itaú Social deverá considerar as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), que define normas

para que parcerias possam ser estabelecidas entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil, entre as quais se incluem parcerias que venham a ser financiadas com recursos de Fundos Públicos, tais como o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

4. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS

4.1 O processo de **avaliação** das propostas será constituído em três etapas que irá de **14/07/2025 a 28/11/2025.**

4.2 Os critérios de avaliação e seleção de propostas são os seguintes:

4.2.1 **Efetividade na garantia dos Direitos Educacionais:** O projeto proposto demonstra de forma clara e objetiva como suas ações contribuem diretamente para a garantia dos direitos educacionais de crianças e adolescentes no seu território.

4.2.2 **Articulações intersetoriais:** O projeto proposto contribui com as articulações intersetoriais dentro do seu território, envolvendo áreas como Educação, Cultura, Assistência Social, entre outros, e apoia o fortalecimento da rede de proteção do município.

4.2.3 **Relação escola, família e comunidade:** O projeto proposto contribui para a melhoria da relação entre a escola, família e comunidade e o fortalecimento de vínculos das crianças e adolescentes com estes espaços.

4.2.4 **Contribuição para a redução das desigualdades:** O projeto proposto considera as desigualdades sociais e educacionais de crianças e adolescentes, como os diferentes contextos socioeconômico ou familiar e características étnico-raciais, gênero, deficiência entre outros aspectos

4.2.5 **Qualidade técnica das ações:** O projeto proposto descreve, de modo claro, explícito e coerente, as ações envolvidas sua implementação, os recursos necessários na planilha de orçamento e suas as ações de monitoramento e avaliação.

4.3 A lista das propostas apoiadas pelo Itaú Social será divulgada até o final de janeiro de 2026, a relação das propostas selecionadas estará disponível no site www.itausocial.org.br.

5. DO FINANCIAMENTO

5.1 O montante final dos recursos a serem destinados aos fundos dependerá do volume de recursos que estiver disponível para destinação por parte do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., ou seja, os recursos solicitados pelo Conselho selecionado poderão, ou não, ser integralmente contemplados.

5.2 Para a destinação dos recursos, o Itaú Social poderá solicitar aos Conselhos informações documentais complementares referentes à situação dos seus respectivos fundos.

5.3 Para que possam receber as destinações em seus respectivos fundos, os Conselhos deverão, obrigatoriamente, enviar ao Itaú Social o recibo original, devidamente assinado pelo ordenador de despesas do fundo e pelo presidente do Conselho, com os seguintes dados:

5.3.1 Número de ordem;

5.3.2 Nome, CNPJ e endereço do emitente;

5.3.3 Nome e CNPJ da empresa doadora indicada pelo Itaú Social;

5.3.4 Data da destinação e valor recebido;

5.3.5 Ano-calendário a que se refere a destinação.

5.4 Os Conselhos que tiverem suas propostas selecionadas assinarão um Acordo de Cooperação até o dia 19/12/2025, em que serão partes o próprio Conselho, a Fundação Itaú e um representante do Poder Executivo do respectivo município, selando uma relação ética de parceria entre os signatários.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A Fundação Itaú compromete-se a não utilizar, por si ou por terceiros, as informações fornecidas no Formulário de Inscrição pelos participantes.

6.2 A Fundação Itaú poderá tratar dados pessoais presentes nos Formulários de Inscrição e(ou) coletados em decorrência deste, incluindo demais documentos fornecidos pelos inscritos em razão da sua participação e monitoramento do Edital e quando necessário para cumprir as obrigações legais aplicáveis, entre outros, para fins de exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral. Os dados pessoais também serão utilizados para outras ações, programas e produtos promovidos pela Fundação Itaú.

6.3 Os dados pessoais coletados em razão deste Edital poderão ser compartilhados com fornecedores e parceiros da Fundação Itaú com quem estes tenham relação
em razão do Edital FIA 2025 – Itaú Social.

6.4 Qualquer forma de utilização contrária à legislação vigente dos recursos destinados ao Fundo pelas empresas ou entidades do Conglomerado Itaú Unibanco será comunicada ao Ministério Público, e os respectivos Conselhos ficarão impossibilitados de participar de edições posteriores do presente edital.

6.5 O Itaú Social poderá, a qualquer momento, desclassificar, suspender ou cancelar a participação de qualquer Conselho no edital, caso seja verificado o desatendimento de qualquer exigência deste instrumento ou de norma legal.

6.6 As situações não previstas neste instrumento serão analisadas e decididas pelo Itaú Social. As decisões do Itaú Social serão soberanas, não sendo admitida a interposição de recursos.

6.7 Na hipótese de desclassificação, suspensão ou cancelamento da participação no
Edital FIA/2025, ainda que após a divulgação dos classificados, os Conselhos poderão apresentar a sua defesa ao Itaú Social no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da desclassificação ou suspensão da participação. Nesse caso, o Itaú Social decidirá sobre a manutenção ou não da desclassificação ou suspensão da participação, não cabendo qualquer recurso acerca da decisão final.

São Vicente/RN, 18 de junho de 2025.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA – São Vicente/RN

ANEXO
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO EDITAL

ETAPAS	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital FIA 2025 ITAÚ SOCIAL	**27/005/2025**
2	Publicação do Edital CMDCA	**18/06/2025**
3	Inscrições na Plataforma de Editais do Itaú Social	**9h do dia 28/05/2025 e irão até às 18h do dia 11/07/2025 (horários de Brasília)**
4	Avaliação das Propostas pela Fundação Itaú	**14/07/2025 a 28/11/2025**
5	Assinatura do Acordo de Cooperação	**Até 19/12/2025**
6	Destinação dos recursos para os Fundos dos Conselhos que tiverem suas propostas selecionadas	**Até 30/12/2025**
7	Divulgação das propostas apoiadas	**Até o final de janeiro de 2026**

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:678A7083

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2025 – CMDCA SELEÇÃO PARA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO VICENTE/RN BIÊNIO 2025-2027

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de São Vicente/RN, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 538/2015 e suas alterações, torna público o Edital de **seleção dos membros representantes não governamentais para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, biênio 2025-2027.

1. DO OBJETO:

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Vicente/RN, representantes da sociedade civil, para o biênio 2025-2027, em data de **23 de junho de 2025.**

2. DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento de promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.2 As competências do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA estão estabelecidas no Art. 7º da Municipal Lei nº 538/2015.
2.3 A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

3. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
3.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA será composto de 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo representantes do poder público municipal e de organizações da sociedade civil, conforme Art. 6º da Lei municipal nº 538/2015.
3.2 Os conselheiros representantes do Poder Público Municipal serão designados por Secretários respectivos.
3.3 Os conselheiros representantes das organizações da sociedade civil, titulares e suplentes, são indicados pelas respectivas organizações, eleitas em processo de escolha regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, através deste Edital.
3.4 Para renovação dos mandados dos conselheiros indicados pelas entidades não-governamentais previstas no § 2º do Art. 6º desta Lei, poderão indicar representantes todas as entidades com reconhecida atuação no município de São Vicente/RN, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no âmbito deste município.
3.5 Os conselheiros representantes das entidades governamentais e não governamentais representativas do poder público e da sociedade civil, respectivamente, exercerão mandato de 02 (dois) anos, permitidas reconduções para mandatos mediante expressa anuência da respectiva entidade representativa.

4. DA ESCOLHA DOS MEMBROS INDICADOS PELAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS
4.1 A representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.
4.2 A escolha será feita por Assembleia Geral do CMDCA onde participarão, com direito a voto, 01 (um) titular ou 01 (um) suplente de cada uma das instituições não governamentais, regularmente inscritas no CMDCA.
4.3 A Assembleia Geral acontecerá no dia 23 de junho de 2025, às 09h30min, na Casa dos Conselhos, localizada na Travessa Duque de Caxias, s/n, centro, São Vicente/RN.

5. DA COMISSÃO ELEITORAL
5.1 A Comissão Eleitoral será composta pelos membros do CMDCA presentes na Assembleia Geral.
5.2. O CMDCA realizará reunião extraordinária, se for o caso, para decidir acerca da impugnação de candidatura(s), podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1 Os casos omissos serão resolvidos pela plenária do CMDCA, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 538/2015.
6.2 É de inteira responsabilidade do candidato e de sua instituição acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Eleição.
6.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão dos nomes indicados ao Processo de Eleição.

São Vicente/RN, 18 de junho de 2025.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA – São Vicente/RN

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9377C1A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº72/2025 – SMAS, DE 18 DE JUNHO DE 2025

NOMEIA FISCAL PARA A PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024, CONTRATO Nº 20250192.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO Nº 20250192, celebrado entre o *FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL*, e o Empresa: JOELMA DANTAS AUTO PECAS E SERVICOS LTDA, portador do(a) CNPJ nº 39.973.416/0001-21, o(s) seguinte(s) servidor(es): VILMA SOARES SANTANA DA SILVA, CPF: 072.619.107.83, matrícula nº 1086.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 18 de junho de 2025.

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0E9CAC72

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 149/2025 - SMS, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Nomeia Comissão de Planejamento de Contratações para atuar em processo específico e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Saúde de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;
CONSIDERANDO, que cabe ao município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO, a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, oDecreto Municipal nº 115/2023, que dispõe sobre o regime de transição para a plena aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecendo planejamento, com vistas à regulamentação do novo regime de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, embora o artigo 187, da Lei Federal nº 14.133/2021 permita o Município aplicar os regulamentos editados pela União, torna-se necessário que sejam baixados regulamentos municipais específicos, para atender as particularidades inerentes à sua realidade;

R E S O L V E

Art. 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituir a Equipe de Planejamento de Contratação referente à ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DOS FISIOTERAPEUTAS EM SEUS ATENDIMENTOS DIÁRIOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN OU OUTRA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA:***

Membro: Lucas Alves Balbino (Mat. 1085);
Membro: Nathan Lucio de Lima (Mat. 1073).

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 18 de junho de 2025.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula nº 1140

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C57FAD92

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11/2025 – GP/PMSES, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Decreta ponto facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Senador Elói de Souza/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA**, no Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 34.625, de 05 de junho de 2025, que estabeleceu ponto facultativo no dia 20 de junho de 2025, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Rio Grande do Norte;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Senador Elói de Souza/RN, excetuando-se as atividades ou serviços considerados essenciais, no dia 20 de junho de 2025.

Art. 2º. Aos dirigentes dos órgãos e entidades, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência nesse dia.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GP, Senador Elói de Souza/RN, em 18 de junho de 2025.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:AC95FFF4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 156/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas municipais, conforme especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município.

CONSIDERANDO a celebração religiosa alusiva a Corpus Christi.

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nos dias 19 e 20 de junho de 2025, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Serra de São Bento, para os servidores públicos municipais, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais e/ou que não possam sofrer descontinuidade, especialmente na área da Saúde, Assistência Social e coleta de lixo urbano, serão mantidos nos moldes já previstos em decretos anteriores.

Parágrafo Único - Os órgãos/setores referenciados no parágrafo anterior poderão utilizar sistema de escala de servidores para que não haja solução de continuidade quanto aos serviços essenciais.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Serra de São Bento -RN, 18 de junho de 2025.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:B06DE3C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 352/2025

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 352/2025
Processo nº 352/2025
(fundamento: art. nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021)

O Agente de Contratação do Município de Serra do Mel, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Inciso VI do Art. 72 da Lei

14.133/2021, vem através do presente, TORNAR PÚBLICO o resultado da Contratação Direta nos termos do artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza (e utensílios) para a manutenção das atividades e rotinas dos Postos e Unidades Básicas de Saúde do município de Serra do Mel/RN.

PROPOSTAS APRESENTADAS
RANKING POR PREÇO:

Não houveram empresas interessadas em apresentar proposta e documentação de habilitação, durante a abertura dos prazos, que corresponderam, inicialmente as 08 horas do dia 13 de junho de 2025, até as 09 horas do dia 17 de Junho de 2025, por tanto a presente dispensa declaramos "FRACASSADA".

Informamos ainda, que será verificado na cotação de preços a existência de um potencial fornecedor.

Serra do Mel/RN, 17 de Junho de 2025.

FRANCISCO NILDO DA SILVA
Agente de Contratação
Port: 033/2025

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:C6E9AB84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 653/2025

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 653/2025
Processo nº 653/2025
(fundamento: art. nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021)

O Agente de Contratação do Município de Serra do Mel, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Inciso VI do Art. 72 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, TORNAR PÚBLICO o resultado da Contratação Direta nos termos do artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES DE INFORMÁTICA para manutenção das atividades cotidianas das equipes de Estratégia de Saúde da Família vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel/RN.

PROPOSTAS APRESENTADAS
RANKING POR PREÇO:

1º - A EMPRESA, RIO PRETO DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 33.937.002/0001-60, estabelecida à Rua Sara Jubar, nº 500 BL 02 Ap 201 - Bairro: Higienópolis - São José do Rio Preto/SP - Fone: 17 99278-5529 - Email: inforp2019@gmail.com – valor global R$ 21.392,00 (vinte e um mil trezentos e noventa e dois reais) – DESCLASSIFICADA (não cotou todos os itens).

2º - A EMPRESA, VIVALDO BEZERRA DOS SANTOS JUNIOR, inscrita no CNPJ sob o nº 27.812.782/0001-10, - Santana do Matos/RN - Fone: 84 99615-3634 - Email: bezerrainfo@gmail.com – valor global R$ 36.316,80 (trinta e seis mil trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos) – DESCLASSIFICADA (não atendeu as exigências do itens 03, nas especificações como também no valor).

Obs:. Informamos ainda, que será verificado na cotação de preços a existência de um potencial fornecedor.

Serra do Mel/RN, 18 de Junho de 2025.

FRANCISCO NILDO DA SILVA
Agente de Contratação
Port: 033/2025

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:7F6B2FE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 1289/2025
PROCESSO Nº 1289/2025 (FUNDAMENTO: ART. Nº. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021)

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 1289/2025
Processo nº 1289/2025
(fundamento: art. nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021)

O Agente de Contratação do Município de Serra do Mel, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Inciso VI do Art. 72 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, TORNAR PÚBLICO o resultado da Contratação Direta nos termos do artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de mobiliário permanente para a Central de Compras e o Gabinete da Secretária Municipal, vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de Serra do Mel/RN, visando à adequação funcional dos ambientes.

PROPOSTAS APRESENTADAS
RANKING POR PREÇO:

1º - W P L B DA COSTA - CNPJ: 31.338.413/0001-04, Av. Getúlio Vargas, 143, Centro- Mossoró-RN - CEP 59.600-115 Telefone (84) 9 9463-0681/3065-7649 - email: sacmovtech@gmail.com valor global R$ 19.731,00 (Dezenove mil, setecentos e trinta e um reais). Classificada e Habilitada. Vencedor.

RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPOSTA: Restou determinado no TR do processo, pelo demandante da necessidade, a escolha da proposta por menor preço apresentado, pelo que, constatado o menor preço, verificou-se a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme preceitua o art. 72, Incisos V, VI e VII da NLL, ***razões de fato e de direito que determinaram a escolha.***

FUNDAMENTAÇÃO: Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021.

Serra do Mel/RN, 18 de junho de 2025.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Agente de Contratação
Port: 034/2025

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:167E810A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2024.

Termo de aditivo de prazo, referente a Concorrência Eletrônica Nº 008/2024. Contrato de prestação de serviços entre o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, doravante denominada contratante, e do outro lado, **PILAR EMPREENDIMENTOS** inscrito no CNPJ sob o n° 13.721.826/0001-91 , doravante denominada contratada.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato da construção de duas salas de aula, incluindo pátio intertravado e

muro de fechamento, na escola Antônia Vicente do Nascimento, localizada na Piauí, no município de Serra do Mel/RN.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira e prazo expresso na Cláusula Segunda será prorrogado mais **90 (noventa) dias**, a partir da data de encerramento do contrato.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:A3F0D4AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 097 - 2025

DECRETO Nº 097, DE 18 DE JUNHO DE 2025

DECRETA Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo "IV", do artigo 68 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos dias 19 e 20 de Junho (Quinta-feira e Sexta-Feira, respectivamente), em virtude da celebração de Corpus Christi, comemorado em 19 de junho.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Administração promoverá as medidas necessárias ao cumprimento deste decreto e à manutenção da prestação de serviços públicos essenciais que não admitam interrupções.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 18 de Junho de 2023.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:E7164F6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2025

Fica convocada a candidata abaixo relacionada, a comparecer à Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, sito à Rua Antônio Ferreira de Oliveira, 51, Serra do Mel/RN, e tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir desta publicação, devendo apresentar toda documentação indicada no item 2 do edital 001/2024.
O não comparecimento implicará no desinteresse do candidato, sendo assim considerado desistente ao cargo para o qual foi nomeado, ficando a Prefeitura Municipal de Serra do Mel no direito de considerar vago o cargo e nomear o próximo aprovado para o mesmo Concurso.

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024 – HOMOLOGADO: 24.12.2024
CARGO: PROFESSOR(A) ENSINO FUNDAMENTAL I
CLASSIFICAÇÃO/NOME: 38º/CARLIANE DA SILVA OLIVEIRA ALCANTARA

Serra do mel/RN, em 18 de junho de 2025

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:DC3955DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA DIVERSA Nº 022/2025

PORTARIA Nº 022, DE 04 DE JUNHO DE 2025

Concede Gratificação por encargos especiais aos servidores municipais que integraram a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2025, conforme determina o Art. 101 da Lei Municipal 373/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL-RN, No uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do município, observando as suas delegações de competência:

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede Gratificação por encargos especiais aos servidores municipais que integram a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2025, conforme determina o Art. 101 da Lei Municipal 373/2010 e Art. 168, §1 da Lei Municipal nº 757/2019.

Art. 2º - Será concedida aos servidores que compõe a Comissão de Processo Seletivo, gratificação nos seguintes valores:

Váleria Kellen Souza Silva Galvão (PRESIDENTE)	R$ 500,00 (Quinhentos reais)
Antonia Marilia de Freitas Macedo (Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento)	R$ 400,00 (Quatrocentos reais)
Ângela Bruna Lima Barreto (Representante da Secretaria Municipal de Educação)	R$ 400,00 (Quatrocentos reais)

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Serra do Mel/RN, 04 de junho de 2025.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:64BBF47F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 083 - 2/025 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA N° 083/2025

Designa Servidor (S) para a atuação na GESTÃO E FISCALIZAÇÃO de Contratos e instrumentos substitutos e orienta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO as exigências da Lei 14.133, de 2021, que determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, e, visando as adequações pertinentes às boas práticas para a transição de regimes licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores, abaixo relacionados, para atuar como GESTOR (A) E FISCAL de Contratos e instrumentos substitutos da

unidade demandante - Processo Administrativo Nº 31.897/2025, Pregão Eletrônico nº 13-2025.

NOME – GESTOR (A)	MATRICULA	UNIDADE DEMANDANTE
CRISTIANA MARIA DANTAS	7572-2	SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO, E ASSISTENCIA SOCIAL
NOME - FISCAL	**MATRICULA**	**UNIDADE DEMANDANTE**
DEBORA DO NASCIMENTO ARRUDA	7528-4	SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO, E ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 2°. Para o desenvolvimento das atribuições pertinentes, os servidores ora designados assinarão Termo de Ciência, recebendo a documentação necessária à execução das suas atribuições em cada contrato/instrumento substitutivo para o qual for designado como Gestor.
Art. 3°. Após assinado Termo de Ciência, o Gestor temporariamente impedido de exercer suas funções no processo específico, deverá protocolar nos autos Pedido de Substituição Temporária, informando as razões do seu afastamento e o tempo em que o Gestor substituto deverá atuar em seu lugar.
Art. 4°. Qualquer dos servidores relacionados poderá ser convocado a assinar Termo de Ciência como Gestor substituto de qualquer das unidades demandantes, passando a atuar imediatamente no processo pelo tempo necessário à substituição.

Art. 5°. Para melhor operacionalização dos contratos firmados por este município, orienta-se que enquanto não constituídos gestores de contratos, o setor de contratos execute as ações inerentes à gestão contratual.
Art. 6º. Recomenda-se a adoção dos procedimentos abaixo para o processo de Gestão:
Propor a contratação do saldo da Ata de Registro de Preço, quando for o caso; II – Sugerir a prorrogação ou não do contrato do eventual contrato;
Analisar os pedidos de repactuação, reajuste e revisão do eventual contrato.
Propor aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual.
Manter cópia do termo contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao Processo de Acompanhamento Contratual (que será disponibilizado ao gestor).
Sugerir eventuais modificações contratuais;
Registro formal das ocorrências relativas à execução do contrato recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.
IX– Gestão Documental

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Serra do Mel - RN, 18 de JUNHO de 2025.

ANDRÉ LIMA DE AZEVEDO
Secretário Municipal De Governo E Comunicação

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:8CB3CE6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
RESUMO DE EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

RESUMO DE EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Partícipes:

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte – SEBRAE/RN, CNPJ nº 08.060.774/0001-10, com sede na Av. Lima e Silva, nº 76, Lagoa Nova, Natal/RN, neste ato representado por José Ferreira de Melo Neto (Diretor Superintendente) e João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior (Diretor Técnico).

Município de Serra do Mel/RN, CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na Rua Antônio F. de Oliveira, nº 51, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, neste ato representado por Hudson Kênio de Moura Azevedo (Prefeito Municipal).

Objeto:
Conjugação de esforços para:

Modernização da Feira Livre;

Realização da Feira de Negócios da Serra do Mel;

Consultorias e mentorias visando à obtenção da Indicação Geográfica “Serra do Mel” (amêndoa de castanha de caju);

Revitalização da Cajucultura, mediante ações tecnológicas e de gestão.

Valor global: R$ 1.334.000,00 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil reais), sendo:

R$ 934.000,00 (novecentos e trinta e quatro mil reais) – aporte do SEBRAE/RN;

R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) – aporte do Município de Serra do Mel, em duas parcelas de R$ 200.000,00.

Vigência:
24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 26 de maio de 2025, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Data de assinatura: 18 de Junho de 2025.

Fundamentação legal:
Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN nº 493/2024 e alterações).

Foro:
Comarca de Mossoró/RN.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:347332E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº Dispensa 194/2025

Dispensa nº 194/2025
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Custeio para realização de consulta com hematologista urgente, para o paciente João Arthur Rodrigues Lourenço com urgência, paciente de 05 anos (DN:05/08/2019)
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 194/2025, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **INSTITUTO DE ENDOSCOPIA DE MOSSORÓ LTDA, inscrita no CNPJ 10.700.769/0001-76 no valor de R$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 18 de junho de 2025.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:B89F7C30

SETOR DE PREGÕES
PARECER PROCESSO CHAMAMENTO PUBLICO 01-2025 - QUALIFICAÇÃO OS

PARECER
PROCESSO Nº.: 001/2025 – CHAMAMENTO PÚBLICO
ASSUNTO: PARECER DA COMISSÃO DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SERRA DO MEL-RN, INSTITUÍDA PELA PORTARIA MUNICIPAL Nº 011 DE ABRIL DE 2025.
Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 11:00 horas, reuniu-se a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Serra do Mel-RN, nomeados pela PORTARIA Nº 011, DE 16 DE ABRIL DE 2025, composta pelos membros Fábio Francisco Viana – Matrícula 004324 – Diretor Executivo da Divisão de Licitações; Paulo Henrique Cirino – Matrícula 0097 – Agente de Contratação; Vanessa Karla Rebouças da Silva Lucena – Matrícula 007479 – Diretora Executiva de Planejamento Estratégico, na sala de licitação prédio sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Serra do Mel, para, em cumprimento ao estabelecido nos termos da Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, da Lei Municipal nº 1074, de 05 de julho de 2024, do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024 e no que couber, da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, e no Edital de Chamamento 001/2025, proferir, parecer acerca dos requerimentos de entidades interessadas na qualificação como Organização Social no âmbito do Município, na área da saúde, para eventual e futura celebração de Contrato de Gestão, mediante procedimento Administrativo de Chamamento Público.
Iniciados os trabalhos, primeiramente, foi escolhido o Diretor Executivo da Divisão de Licitações, Sr. Fábio Francisco Viana, para presidir os trabalhos desta Comissão.
Na sequência, foi constatado pela Comissão que, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 foram apresentados os requerimentos pelas seguintes Instituições: a) INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE DO NORDESTE-INGESNE – CNPJ: 31.379.106/0001-72; b) INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE CIDADANIA – CNPJ: 36.139.504/0001-34; c) INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE-ISSERN – CNPJ: 10.335.101/0001-77 e d) INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS-IPAS – CNPJ: 55.170.976/0001-02.
Procedida a análise dos documentos apresentados pelas Interessadas acima elencadas, a Comissão constatou o seguinte;
I) Que a Instituição denominada INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE DO NORDESTE-INGESNE – CNPJ: 31.379.106/0001-72, se enquadra, quanto ao seu objeto social, na área de saúde, sendo, portanto, compatível com a ação que se pretende desenvolver, atendendo com isso ao estabelecido na Lei Municipal nº 1074, de 05 de julho de 2024, do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024, bem como ao constante no Edital de Chamamento Público 001/2025, estando, portanto, apta a receber a qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE no âmbito do Município de SERRA DO MEL-RN;
II) Que a Instituição denominada INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE CIDADANIA – CNPJ: 36.139.504/0001-34, se enquadra, quanto ao seu objeto social, na área de saúde, sendo, portanto, compatível com a ação que se pretende desenvolver, atendendo com isso ao estabelecido na Lei Municipal nº 1074, de 05 de julho de 2024, do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024, bem como ao constante no Edital de Chamamento Público 001/2025, estando, portanto, apta a receber a qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE no âmbito do Município de SERRA DO MEL-RN;
III) Que a Instituição denominada INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE-ISSERN – CNPJ: 10.335.101/0001-77, se enquadra, quanto ao seu objeto social, na área de saúde, sendo, portanto, compatível com a ação que se pretende desenvolver, atendendo com isso ao estabelecido na Lei Municipal nº 1074, de 05 de julho de 2024, do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024, bem como ao constante no Edital de Chamamento Público 001/2025, estando, portanto, apta a receber a qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE no âmbito do Município de SERRA DO MEL-RN;
IV) Que a Instituição denominada INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS-IPAS – CNPJ: 55.170.976/0001-02, se enquadra, quanto ao seu objeto social, na área de saúde, sendo, portanto, compatível com a ação que se pretende desenvolver, atendendo com isso ao estabelecido na Lei Municipal nº 1074, de 05 de julho de 2024, do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024, bem como ao constante no Edital de Chamamento Público 001/2025, estando, portanto, apta a receber a qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE no âmbito do Município de SERRA DO MEL-RN;
Dessa forma, a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais do Município de Serra do Mel, emite parecer favorável à qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE no âmbito do Município de Serra do Mel das Instituições: a) INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE DO NORDESTE-INGESNE – CNPJ: 31.379.106/0001-72; b) INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE CIDADANIA – CNPJ: 36.139.504/0001-34; c) INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE-ISSERN – CNPJ: 10.335.101/0001-77 e d) INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS-IPAS – CNPJ: 55.170.976/0001-02, eis que se enquadraram quanto ao seu objeto social na área de saúde e atenderam todos os requisitos constantes na Lei Municipal nº 1074, de 05 de julho de 2024, do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024, bem como ao constante no Edital de Chamamento Público 001/2025, conforme já explicitado acima.
As qualificações acima deferidas são restritas para atuação da entidade somente na área de saúde do Município. Esta qualificação não gera direito à celebração de Contrato de Gestão com o Poder Público Municipal. As alterações de finalidade ou do regime de funcionamento da entidade, que implique em mudança das condições que instituíram sua qualificação deverão ser comunicadas formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de cancelamento desta qualificação.
Por fim, nos termos do Decreto Municipal nº 061, de 01 de abril de 2024, a Comissão deliberou pela publicação do presente parecer no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e no site da Prefeitura, com a finalidade de dar ciência às organizações sociais acerca do deferimento dos seus respectivos requerimentos.
Nada mais a tratar, e, para constar, eu, Fábio Francisco Viana, na qualidade de Presidente desta Reunião e desta Comissão, lavrei o presente parecer que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos demais membros da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais do Município de Serra do Mel.
Serra do Mel-RN, em 18 de junho de 2025.

FÁBIO FRANCISCO VIANA
Matrícula 004324
Diretor Executivo da Divisão de Licitações;

PAULO HENRIQUE CIRINO
Matrícula 0097
Agente de Contratação;

VANESSA KARLA REBOUÇAS DA SILVA LUCENA
Matrícula 007479
Diretora Executiva de Planejamento Estratégico

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:B53319C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24052/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75

CONTRATADO ZENIO SERGIO FERNANDES SOBRINHO-IMPÉRIO DAS ARTES, inscrita no CNPJ 13.371.889/0001-65.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR.
VALOR GLOBAL:R$ 62.030,00 (SESENTA E DOIS MIL E TRINTA REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 – SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA; AÇÃO:2138 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA – MDE;2031 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE; NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE DE RECURSOS:15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 16.JUNHO.2025 a 15 de JUNHO 2026, prorrogável na forma do art. 107,da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicável.

Serra Negra do Norte-RN, em 18 de junho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
*CPF N*º 626. ***. ***-20.
Prefeito Municipal.

ZENIO SERGIO FERNANDES SOBRINHO- IMPÉRIO DAS ARTES
CNPJ nº 13.371.889/0001-65.
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:4A5FDFD7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 008/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS - RN O DIA 20 DE JUNHO DE 2025.

A Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal no dia 20 de junho de 2025.

Art. 2º - O disposto no art. 1º não se aplica às áreas de Saúde e limpeza urbana, que deverão seguir as instruções das respectivas chefias.

Art. 3º - As unidades responsáveis por atendimentos essenciais aos cidadãos deverão manter escalas de modo a garantir a prestação ininterrupta dos serviços.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos - RN, em 18 de junho de 2025

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:D8E8E4B2

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR

EDITAL Nº 001/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS - RN, torna público a relação de vagas de Diretor de Escola/Diretor Escolar, a serem preenchidas mediante designação, nos termos do Decreto nº 007/2025 de 16 de junho de 2025 e Portaria nº 160/2025 de 18 de junho de 2025. O preenchimento das vagas serão realizados em conformidade com as normas e requisitos estabelecidos neste edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

O processo de habilitação dos diretores da rede municipal se dará por meio da seleção interna e será regulamentado pelo presente edital.
O processo seletivo terá em quatro fases: Inscrição, Prova escrita, entrevista e análises curriculares.
Encerra-se a competência desta Comissão Especial após a publicação da lista final de candidatos habilitados a integrarem o Banco de informações consultivo de Gestores escolares do Município.
É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a administração da referida base de dados durante o seu período de validade.

II- DAS VAGAS, FUNÇÕES GRATIFICADAS E ATRIBUIÇÕES

Os candidatos habilitados serão selecionados nos termos deste edital, para o preenchimento de 3 (três) vagas de gestores escolares em quaisquer das instituições de ensino municipais, sendo distribuídas da seguinte forma:
Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira com 383 (trezentos e oitenta e três) alunos;
Escolas Rurais total de 130 (cento e trinta) alunos.
Centro Municipal de Educação Infantil Passinhos da Aprendizagem com 194 (cento e noventa e quatro) alunos.
O diretor que for selecionado terá que trabalhar de acordo com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Educação e em comum acordo com a equipe multidisciplinar e o Conselho Escolar.
O Gestor Municipal terá plenos poderes, para remover ou exonerar da função o diretor que não cumprir o Plano de Metas.

III- DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos-RN.
Não haverá cobrança de taxa de inscrição.
A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, assim como ao Decreto Municipal nº 007-2025 nas quais não poderá alegar desconhecimento.
São documentos necessários a serem entregues no ato da inscrição: Ficha de inscrição, devidamente preenchida;
b. Cópia da carteira de Identidade (RG) e (CPF);
c. Cópia de comprovante de residência;
d. Declaração comprobatória de experiências mínima de 02 anos de exercício no Magistério. A ser fornecido pelo setor pessoal do Município de Serrinha dos Pintos-RN.
e. Certidão de regularidade funcional do candidato que não tenha sofrido sansões em processo administrativo disciplinar nos 2 (dois) anos que antecedem este processo seletivo, a ser fornecida pela Secretaria de Administração do Município.
f. Certidão negativa de Pendências Será excluído do processo o candidato que fizer declaração falsa ou inexata, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, incluindo os exigidos para a confirmação da inscrição.

IV- DA ANÁLISE CURRICULAR

A análise Curricular consiste na verificação da documentação apresentada pelos candidatos no ato da inscrição,

Serão considerados habilitados, todos os candidatos, que apresentarem documentação pessoal e comprobatória, dos critérios técnicos e desempenhos instituídos pelas normas do Município.
A ausência ou omissão de quaisquer dos requisitos indicados neste edital resultará na inabilitação do candidato nesse processo seletivo.
Para avaliação do mérito deverá ser apresentado:
I- Diploma reconhecido pelo MEC, que ateste a Graduação Plena em Pedagogia, Licenciatura em qualquer área ou especialização, mestrado ou doutorado em Gestão escolar, em cursos e instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação.
II- Perfil profissional de Gestão ou direção Escolar com base na dimensão política institucional, Dimensão pedagógica, dimensão administrativa-financeira, e na dimensão pessoal e relacional contidas na Base Nacional Comum de competências do diretor escolar.
III- Experiências em atividades educacionais ou pedagógicas, por mais de dois anos,
IV- Ter conhecimento da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).
V- Ter conhecimento da Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, do Ministério da Educação (MEC), institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Essa política visa promover a equidade na educação, especialmente no que se refere às relações étnico-raciais e à educação escolar quilombola, buscando superar desigualdades e fortalecer a identidade cultural e a autonomia dos povos quilombolas.
VI- Está informado (a) sobre as Políticas Educacionais de Equidade, do Compromisso da Criança Alfabetizada, das políticas de financiamento da Educação como FUNDEB e outras.
A comissão especial dará publicidade aos resultados conforme especificado no cronograma e os interessados poderão recorrer ou suscitar esclarecimentos por meio do formulário anexo a este edital.
Apresentação do Plano de Gestão Bienal;

V- DA ESCOLHA DOS GESTORES HABILITADOS

I - Concluídas as etapas anteriores, caberá à Secretaria Municipal de Educação, por decisão administrativa, juntamente com o chefe do poder executivo e a Comissão especial do processo, analisar os documentos e emitir parecer de forma conjunta aprovar os gestores habilitados.
II - Após a aprovação dos Gestores pela Secretaria Municipal de Educação e a comissão especial do processo, haverá nomeação pelo Chefe do Executivo.

VI- CRONOGRAMA

As etapas previstas para a execução do processo seletivo, serão realizadas nas datas descritas abaixo, podendo sofrer alterações, caso haja necessidade.

Etapa	Datas
Publicação do edital.	18/06/2025-
Período de inscrição	23/06/2025- 27/06 de 2025
Encaminhamento do Plano de Ação.	01/07 /2025
Prova e Entrevista	02/07/2025 Das 8h às 11h30min No Centro Administrativo “Renato Estevão de Freitas”.
Homologação final dos resultados	07/07/2025
Recursos	08/07/2025-09/07/2025
Publicação e Portaria dos resultados	11/07/2025.

É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao processo Seletivo e observar todos os prazos do edital, pois não haverá recursos para a perdas de prazos.

VII-DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as publicações indicadas no cronograma serão realizadas no Diário Oficial do Município, dando a mais ampla divulgação e transparência aos atos do processo.
O presente Edital integra o conjunto de normas municipais de forma complementar, por tanto os candidatos devem tomar ciência do decreto municipal 007/2025 de 16 de junho de 2025.
Os casos omissos serão resolvidos pela comissão especial do processo seletivo dos Gestores municipais, instituídos por meio da Portaria nº 160/2025 de 18 de junho de 2025.
Este edital entrará em vigor na data de sua publicação; Serrinha dos Pintos, em 18 de junho de 2025.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 18 de junho de 2025.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:AAE614F9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050011/2025 - ARP Nº 202506170001 - ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2025- ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - DETENTOR DA ARP).....: GRAFICA SERRINHENSE EIRELI

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050011/2025 - ARP Nº 202506170001 - ORIGEM: Pregão Eletrônico Nº 0011/2025- ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - DETENTOR DA ARP).....: GRAFICA SERRINHENSE EIRELI OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, ATENDER ÀS DEMANDAS RECORRENTES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. - VALOR TOTAL: R$ 292.420,40 (duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos) - VIGÊNCIA DA ARP: 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2025

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:802C2B18

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28050012/2025 - ARP Nº 202506170002 - ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00012- ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE - DETENTOR DA ARP).. FLOR E OLIVEIRA LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28050012/2025 - ARP Nº 202506170002 - ORIGEM: Pregão Eletrônico Nº 00012- ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE - DETENTOR DA ARP).. FLOR E OLIVEIRA LTDA OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TRANSPORTE RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, REALIZADAS NA CAPITAL DO ESTADO. - VALOR TOTAL: R$ 205.480,00 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais) - VIGÊNCIA DA ARP: 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2025

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:70C9A9F0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 525/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº 525/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

EMENTA: Dispõe sobre a criação de incentivo financeiro de desempenho aos profissionais de saúde

da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Equipe Multiprofissional (eMulti), em conformidade com a Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, em especial, no que competem os artigos 52 e 53 da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Prêmio de incentivo financeiro por desempenho e ser pago aos profissionais da Atenção Primária à Saúde - APS, com recursos previstos na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, que alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º O incentivo financeiro objeto desta Lei tem por base, exclusivamente, os repasses do Ministério da Saúde, de acordo com as metas e resultados previstos nas normativas do Programa, ficando o Município de Serrinha dos Pintos/RN desobrigado do pagamento da gratificação por desempenho, na hipótese de o Ministério da Saúde não efetuar o repasse dos recursos financeiros ou revogar a Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.

Art. 3º O incentivo financeiro por desempenho possui os seguintes objetivos:

I - Melhoria da Qualidade dos Serviços: Promover a avaliação contínua dos serviços prestados, visando identificar áreas de melhoria e garantir um atendimento de maior qualidade à população.
II - Estimular a Participação dos Profissionais: Encorajar os profissionais a se engajarem ativamente em processos de aprimoramento e inovação nas práticas de saúde, aumentando a motivação e o comprometimento com os resultados.
III - Foco em Resultados: Incentivar a busca por melhores indicadores de saúde e satisfação dos usuários, alinhando o trabalho dos profissionais com as metas de saúde pública. IV - Valorização do Trabalho: Reconhecer e recompensar o desempenho efetivo dos profissionais, contribuindo para a valorização da carreira e a retenção de talentos na APS. V - Promoção da Saúde da População: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, incentivando ações que previnam doenças e promovam a saúde.

CAPÍTULO II
DOS BENEFICIÁRIOS DO INCENTIVO

Art. 4º Fazem jus ao recebimento do Prêmio de incentivo financeiro por desempenho os profissionais que atuam nas seguintes áreas e equipes**:**
I - Estratégia Saúde da Família (ESF): Profissionais envolvidos nas atividades de promoção e prevenção da saúde, acompanhamento e atendimento às famílias cadastradas.
II - Equipe Multiprofissional (eMulti): Profissionais de diferentes áreas da saúde que atuam de forma integrada para atender às necessidades de saúde da comunidade.
III - Coordenadores: Profissionais responsáveis pela coordenação das ações e serviços nas unidades de saúde, que garantem a implementação das diretrizes e a articulação das equipes.

Parágrafo único: os profissionais das emulti, serão pagos com seus próprios recurso.

CAPÍTULO III
DOS VALORES DOS INCENTIVOS

Art. 5º Os valores dos incentivos financeiros por desempenho serão definidos com base nos seguintes critérios:
Desempenho Individual: Os profissionais serão avaliados segundo indicadores de desempenho previamente estabelecidos, com pesos diferentes para cada área de atuação.
Resultado das Metas: O valor do incentivo será proporcional ao alcance das metas estabelecidas em conjunto com as diretrizes do Ministério da Saúde e as especificidades locais.
Art. 6º Os valores repassados no componente de qualidade para as Equipes de Estratégia da Saúde da Família (ESF), serão distribuídos da seguinte forma:
Componente de qualidade ótimo: R$ 8.000,00 (oito mil reais);
Componente de qualidade bom: R$ 6.000,00 (seis mil reais);
Componente de qualidade suficiente: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
Componente de qualidade regular: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Art. 7º Os valores repassados no componente de qualidade para as Equipes Multiprofissionais (e Multi), serão distribuídos da seguinte forma:
Componente de qualidade ótimo: R$ 3.000,00 (Três mil reais);
Componente de qualidade bom: R$ 2.250,00 (Dois mil, duzentos e cinquenta reais);
Componente de qualidade suficiente: R$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais);
Componente de qualidade regular: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).
Art. 8º O Município de Serrinha dos Pintos/RN fará jus ao recebimento de 50% (cinquenta por cento) do montante recebido, que será aplicado para melhor estruturação da Atenção Primária, enquanto os outros 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos profissionais responsáveis pelas metas, em partes iguais e avaliado por equipe. Elencados nesta lei, sob a forma de incentivo financeiro, conforme percentuais de desempenho.
Parágrafo único: A parcela extra, será creditada em sua totalidade para o município, para manutenção da Estratégia de Saúde da família.
§1º Os valores definidos serão revisados anualmente, considerando a disponibilidade orçamentária e os resultados obtidos nas avaliações.
§2º O não cumprimento das metas estabelecidas poderá resultar em redução proporcional do valor do incentivo, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
CAPÍTULO IV
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 9º O monitoramento e a avaliação do Prêmio de incentivo financeiro por desempenho serão realizados com o objetivo de garantir a transparência, eficácia e melhorias contínuas nos serviços prestados.
Art. 10º A avaliação será baseada em indicadores definidos previamente, que incluirão, mas não se limitarão a:
Qualidade do Atendimento: Satisfação dos usuários, taxa de resolução de problemas e qualidade dos serviços prestados.
Atingimento de Metas: Avaliação do cumprimento das metas estabelecidas em relação ao atendimento, vacinação, prevenção de doenças, entre outros.
Desempenho dos Profissionais: Análise do desempenho individual e coletivo das equipes, levando em consideração as atividades realizadas e os resultados alcançados.
Art. 11º O monitoramento será realizado por meio de:
Relatórios Quadrimestrais: Produção de relatórios que compilarão dados sobre o desempenho das equipes e resultados das avaliações a cada quatro meses.
Reuniões de Acompanhamento: Encontros regulares entre a gestão da saúde e as equipes para discutir os resultados, compartilhar boas práticas e identificar oportunidades de melhoria.
Feedback Contínuo: Implementação de mecanismos de feedback que permitam aos profissionais expressar suas opiniões sobre o processo de avaliação e os incentivos.
Art. 12º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela coordenação do monitoramento e avaliação, garantindo a utilização de métodos e instrumentos adequados para a coleta de dados e análise dos resultados.
§1º Os resultados das avaliações e os relatórios de desempenho serão disponibilizados para consulta pública, assegurando a transparência do processo.
§2º A avaliação será revisada anualmente, possibilitando ajustes nas metas e nos critérios de desempenho, conforme a evolução das necessidades da comunidade e das diretrizes do Ministério da Saúde.
CAPÍTULO V
DAS CONDIÇÕES PARA NÃO RECEBIMENTO DO INCENTIVO

Art. 13º O servidor não terá direito a receber o Prêmio de incentivo financeiro por desempenho nas seguintes condições:
Inatividade: Quando o servidor estiver afastado de suas atividades por licença médica superior a 30 (trinta) dias, ou qualquer outra forma de inatividade não programada.
Descumprimento de Metas: Quando o servidor não atingir as metas estabelecidas no documento de indicadores superior a 50% (cinquenta porcento), conforme avaliação realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.
Desempenho Insatisfatório: Quando o desempenho do servidor for classificado como insatisfatório nas avaliações periódicas, de acordo com critérios previamente definidos.
IV - Violação de Normas: Quando houver violação das normas e condutas éticas estabelecidas pela instituição, incluindo, mas não se limitando a, faltas graves ou infrações disciplinares.
Não Comparecimento a Reuniões, capacitações e ações: Quando o servidor não comparecer às reuniões de acompanhamento e feedback, salvo justificativa aceita pela gestão.
Falta de Documentação: Quando não forem apresentados os documentos e relatórios exigidos para comprovação de desempenho, conforme o estabelecido na regulamentação.
§1º As condições de não recebimento do incentivo deverão ser comunicadas ao servidor de forma clara e objetiva, com a devida justificativa.
§2º O servidor poderá apresentar recursos ou justificativas em caso de não recebimento do incentivo, que serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VI
DO RECEBIMENTO DO INCENTIVO PELOS COORDENADORES

Art. 14º Os coordenadores terão direito ao recebimento do Prêmio de incentivo financeiro por desempenho, desde que atendam às seguintes condições:
Apresentação de Relatórios Quadrimestrais: Os coordenadores deverão apresentar relatórios quadrimestrais que evidenciem o cumprimento das metas estabelecidas no documento de indicadores, conforme a regulamentação.
Cumprimento das Metas: Os relatórios devem demonstrar que as metas estabelecidas em documento posterior a esta lei foram atingidas, refletindo o desempenho das equipes sob sua coordenação.
Participação em Atividades de Acompanhamento: Os coordenadores devem participar ativamente das reuniões de acompanhamento e feedback, contribuindo para a discussão dos resultados e a identificação de oportunidades de melhoria.
§1º Os relatórios apresentados pelos coordenadores serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde, que avaliará a conformidade e o atingimento das metas.
§2º Em caso de não apresentação dos relatórios ou de descumprimento das metas, os coordenadores poderão perder o direito ao incentivo, conforme as condições estabelecidas no capítulo anterior.

CAPÍTULO VII
DA NATUREZA DO INCENTIVO FINANCEIRO

Art. 15º O incentivo financeiro de desempenho previsto nesta lei, em conformidade com os recursos da **PORTARIA GM/MS Nº 3.493, DE 10 DE ABRIL DE 2024**, possui as seguintes características:
Vantagem Transitória: O incentivo é considerado uma vantagem transitória, não se incorporando à remuneração do servidor para quaisquer efeitos.
Caráter Indenizatório: O incentivo tem caráter meramente indenizatório, não sendo considerado como rendimento tributável.
Base de Cálculo: O incentivo não servirá de base para o cálculo de outros adicionais ou vantagens, nem constituirá base de incidência de contribuição previdenciária e/ou imposto de renda.
§1º A caracterização do incentivo como vantagem transitória deverá ser amplamente divulgada entre os servidores, garantindo a transparência e a compreensão sobre sua natureza.
§2º A Secretaria Municipal de Administração será responsável por esclarecer quaisquer dúvidas acerca da natureza do incentivo e de suas implicações financeiras e tributárias.

CAPÍTULO VIII
DOS PAGAMENTOS E REGULAMENTAÇÕES

Art. 16º Os pagamentos do Prêmio de incentivo financeiro variável por desempenho serão realizados mediante disponibilidade financeira, por transferência via fundo a fundo, por parte do Ministério da Saúde.
§ 1º O Município de Serrinha dos Pintos/RN fica desobrigado ao pagamento do incentivo financeiro variável por desempenho na hipótese da **Portaria GM/MS Nº 3.493, DE 10 DE ABRIL DE 2024**, for revogada.
§ 2º Na hipótese de ocorrerem alterações na legislação do Programa, o Município de Serrinha dos Pintos/RN ficará obrigado a efetuar a respectiva adequação e regulamentação, garantindo que as disposições da nova legislação sejam observadas em sua integralidade.

Art. 17º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Registre-se, Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos – RN, em 18 de junho de 2025.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:07A0F0A9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 160/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025. FICA DESIGNADO OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025, PARA SELEÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES MUNICIPAIS, PARA COORDENAR O PROCESSO POLÍTICO PEDAGÓGICO ADMINISTRATIVO:

PORTARIA Nº. 160/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e, em consonância com o Art. 25 da Lei Complementar nº 099/2002 de 20 de maio de 2002, regulamentada pelo Decreto Municipal 007/2025 de 16 de junho de 2025.

RESOLVE

Art. 1º- Fica designado os membros que constituirão a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2025, para seleção dos Gestores Escolares Municipais, para coordenar o processo Político Pedagógico Administrativo:
I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOSÉ ANACLETO DA SILVA FILHO, CPF, 030.XXX.XXX-XX
II - REPRESENTANTE DA COMUNIDADE ESCOLAR
MICHELE FERREIRA DA SILVA RODRIGUES, CPF, 018.XXX.XXX-XX
III - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
MARIA LUCÉLIA COSTA, CPF: 056,XXX.XXX-XX
IV - PSICOLOGA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
LUANA LARISSA DE FREITAS MARTINS, CPF 065.XXX.XXX-XX
V - ASSISTENTE SOCIAL
DANIELLE FERNANDA DE QUEIROZ, CPF 036.XXX.XXX-XX
Art. 2º - A atuação dos membros da referida comissão será considerada atividade de relevante interesse social não remunerada e será computada como dia de efetivo exercício, pelos servidores dela integrante.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 18 de junho de 2025.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:C7CF6DE2

GABINETE DO PREFEITO
PROMULGAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº 525/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

PROMULGAÇÃO

A Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos /RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 53, inciso III, da Lei Orgânica Municipal de Serrinha dos Pintos, PROMULGA nesta data, a Lei Municipal Nº 525/2025 de 18 de junho de 2025, Dispõe sobre a criação de incentivo financeiro de desempenho aos profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Equipe Multiprofissional (eMulti), em conformidade com a Portaria GM/MS nº 3.493, de 12 de abril de 2024, e dá outras providências.

Aprovada na sessão ordinária do dia 12 de junho de 2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 18 de junho de 2025.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:22675182

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 160601/2025
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de profissionais da saúde para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Credenciamento 01/2025CR
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde 14.231.159/0001-21
CONTRATADA(O): OESTE MAIS SAUDE LTDA 33.271.371/0001-67
VALOR TOTAL: R$ 3.151.851,00
VIGÊNCIA: 16/06/2025 a 16/06/2026
ORIGEM DOS RECURSOS: 510 - 3 . 3002 . 10 . 301 . 6000 . 2.100 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
468 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 6000 . 2.105 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 16 de junho de 2025

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:F60EFAF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU
EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: HENRIQUE BRITO DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.158.141/0001-93.
OBJETO: Prorrogar até o dia 31/12/2025, o prazo para Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria nos Sistemas da Atenção Primária à Saúde e na estratégia Previne Brasil com soluções tecnológicas integradas e suporte técnico, elaboração de relatórios técnicos para as prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Saúde e audiência pública, relatórios de gestão, elaboração de planos de trabalho para captação de recursos junto ao Ministério da Saúde e Governo do Estado do RN, subsidiar a Gestão Municipal de Saúde nos sistemas do Ministério da Saúde para atendimento das necessidades do município de TAIPU/RN, conforme Contrato celebrado em 03/09/2021, oriundo do Pregão Eletrônico Nº 21/2021.
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 03.09.2021, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 30/05/2025.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito – Henrique Brito de Oliveira/Empresa

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:6157AD20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 050/2024

EXTRATO DO 1º PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 050/2024
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tangará/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.089/0001-45
CONTRATADA: TINUS INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 35.408.525/0001-45.
OBJETO: O presente aditivo autoriza a prorrogação por mais de 12 (doze) meses, ou seja, até 21/02/2026 ao Contratação de empresa especializada para locação e manutenção mensal de sistema de administração tributária municipal, compreendendo as áreas imobiliária, mobiliária, nota fiscal de serviço eletrônica, declaração digital mensal de serviço, arrecadação, fiscalização, gerencial, geral e de segurança de sistemas para subsidiar a arrecadação dos tributos e taxas municipais para atenderem as necessidades da Prefeitura Municipal de Tangará, com também para suprir todos os órgãos de responsabilidade da Administração Municipal, celebrado entre as partes acima mencionadas, oriundo do processo – DISPENSA DE DISPENSA Nº 032/2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no Contrato 050/2024 celebrado entre as partes.
O presente termo aditivo, iniciará sua vigência no dia 14 de junho de 2025 e encerra-se em 13 de junho de 2026.
Tangará/RN 13 de junho de 2025.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal, de Tangará/RN

JOSE EDUARDO DE SOUZA BORGES
Pela Contratada

Publicado por:
Frankemberg Pereira Dantas
Código Identificador:08305664

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 147/2025-GP, DE 18 DE JUNHO DE 2025

"Torna sem efeito a Portaria nº 117/2025-GP, de 20 de março de 2025, que concede função gratificada à servidora pública municipal, e dá outras providências."

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso e gozo das atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Tornar **sem efeito** a PORTARIA n.º 117/2025-GP, de 20 de março de 2025, que concedeu à servidora **LUCIENE SANTOS**, Matrícula nº 1538, a Função Gratificada Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação - SEMEC.
Art. 2º Com o presente ato, ficam cessados todos os efeitos administrativos e financeiros decorrentes da Portaria n.º 117/2025-GP.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, 18 de junho de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA.
Prefeito do Município.

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:C2028B32

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 13/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz
Registro de Preços Eletrônico - 13/2025

Resultado da Homologação		
Lote 65705 - LOTE 01 - Valor Referência: R$: 308.900,050		
Fornecedor	Valor Total	Situação
MOVEPLAST INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	R$ 175.108,000	Homologado em 10/06/2025 13:02:31 Por:FRANCISCO MACEDO DA SILVA

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:776C33A7

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS - AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, através do Departamento de Compras, avisa a todas as empresas interessadas e do ramo que, **até o dia 25 de junho de 2025**, receberá Pesquisas de Preços, visando à obtenção de valores de referência para ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS E EXÓTICAS ORNAMENTAIS, INSUMOS PARA PLANTIO, MOBILIÁRIO URBANO (BANCOS DE PRAÇA ARTESANAIS) E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, VISANDO A IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PRAÇAS, CANTEIROS, VIAS PÚBLICAS E DEMAIS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN***. As descrições dos itens e suas especificações estão disponíveis na **Pesquisa Mercadológica nº 034/2025**, que pode ser acessada pelo link: ***https://drive.google.com/file/d/1b5tRsF7jQZUA6TddExCvjuXBi-zJGtq4/view?usp=sharing***

Sendo assim, as empresas que desejarem apresentar propostas de preços para os itens que compõem a referida Pesquisa Mercadológica, deverão baixá-la através do link mencionado, preenchê-la e enviá-la para o seguinte e-mail: **compras@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br**

Portanto, em caso de dúvidas e outros esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail do Departamento de Compras, mencionado anteriormente.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 18 de junho de 2025.

FILIPE DE SOUZA DANTAS
Coord. de Departamento de Compras

Publicado por:
Filipe de Souza Dantas
Código Identificador:B20173A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 191/2025 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 191/2025 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a(o) servidor(a) **MARIA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES**, portador do CPF nº **XXX.841.754-XX**, Matrícula: **0045/1,** ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **03 de Junho de 2025**, saindo as **23:45** e retornando as **19:45** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **18 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:9C72B485

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 192/2025 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 192/2025 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a(o) servidor(a) **SERAFIA ALDA MEDEIROS DE SOUZA**, portador do CPF nº **XXX.063.544-XX**. Matrícula: **0056/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **05 de Junho de 2025**, saindo as **12:30** e retornando as **00:40** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **18 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:3886D7FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 193/2025 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 193/2025 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a(o) servidor(a) **MARIA JUCILENE TAVARES DE MEDEIROS BARROS**, portador do CPF nº **XXX.859.224-XX**. Matrícula: **38/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **02 de Junho de 2025**, saindo as **21:15** e retornando as **01:00** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **18 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:2AF4FBC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 194/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 194/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a (o) servidor (a) **GERALDA DOMINGOS DA SILVA LIMA** portador (a) do CPF nº **XXX.245.214-XX**, Matrícula: **0018/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **04 de Junho de 2025**, saindo as **11:40** e retornando as **19:40** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **18 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:59AA34FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 195/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 195/2025 - FMS

Concede diária a (o) servidor (a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a(o) servidor(a) **MARIA JOSE FERREIRA DE ARAUJO** portador do CPF nº **XXX.111.584-XX**, Matrícula: **40/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **01 de Junho de 2025**, saindo de **13:00** e retornando as **23:20** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório

circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **18 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:493F28BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 196/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 196/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.-

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a(o) servidor (a) **MARCOS ANTONIO BRITO LEITE**, portador do CPF nº **XXX.660.448-XX**, ocupante da função de **Enfermeiro** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **15 de Junho de 2025**, saindo as **21:00** e retornando as **01:44** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **18 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:302F9FBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE TERMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 411137/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 5/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE TIBAU/RN,no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade do atendimento ao interesse público, quanto à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnico-jurídica altamente especializada na gestão de recursos captados por meio de financiamentos junto a entes federais e internacionais, direcionados exclusivamente a investimentos sustentáveis, abrangendo obras, serviços de engenharia e aquisição de equipamentos para implantação da Agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) no âmbito do Município de Tibau/RN.

Considerando, que a presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no inciso III, do art. 74, alínea C, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações subsequentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Portanto, a contratação está respaldada Art. 74, III, alínea C, da Lei Federal 14.133/21 de 01 de abril de 2021 e alterações subsequentes, que permite esse procedimento. Logo, em absoluta consonância com o preceito legal supracitado e de interesse público.

Determino o envio dos presentes autos para que sejam adotadas as providências necessárias.

Tibau-RN, 24 de Abril de 2025.

ANTÔNIO PAULO SOUZA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

REP. POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:034631A8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DO AUTO DE INFRAÇÃO 065/2025-DF/SEMURB

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EDITAL DO AUTO DE INFRAÇÃO 065/2025-DF/SEMURB

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL - SEMURB, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, FAZ SABER a todos quanto virem ou tomarem conhecimento do presente Edital, que os fiscais do município lavraram Auto de Infração (AI) em desfavor da pessoa jurídica relacionada abaixo; e dá ciência ao autuado sobre o PRAZO DE 15 (quinze) dias, a contar da data desta publicação, para que ofereça defesa ou impugnação do AI nos termos do Inciso III, §1º do Art.196 da Lei Municipal Nº382/2008, a contar da data desta publicação.

AI	PROCESSO ADMINISTRATIVO	NOTIFICADO	CNPJ/CPF
065/2025-DF/SEMURB	2025/002183-2	SPE EMPREENDIMENTOS IMOB. PIPA BOULEVARD LTDA	**.***.***/*001-26

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO	
INFRAÇÕES: Art. 181, Inciso II, da Lei 382/2008 (alterado pelo Art. 3ª da Lei Ordinária Municipal 629/2018). Art. 175, Incisos I e II da Lei Municipal 382/2008.	SANÇÕES: Multa pecuniária no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Embargo da obra.

Tibau do Sul/RN, 18 de junho de 2025

MATEUS TOMAZ F. SILVA
Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Costa de Lima
Código Identificador:5EB4554A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2025- DISPENSA Nº 47/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE BOMBONIERE DIVERSOS, TAIS COMO BALAS, DOCES, PIPOCAS, CHOCOLATES, BISCOITOS E PRODUTOS SIMILARES, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: E D COSTA LTDA, CNPJ: 04.846.726/0002-81 representada por EDSON DANTAS DE ARAUJO FILHO.
Valor Total: R$ 45.207,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e sete reais).
Vigência: 12 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e EDSON DANTAS DE ARAUJO FILHO.

Data da Assinatura: 18 de junho de 2025

Timbaúba dos Batistas, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:0719734B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2024 PROCESSO LICITATÓRIO MTB/ RN N° 618.001/2024 – DISPENSA N° 075/2024

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADA: **OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA**; OBJETO: prorrogação do período vigencial do Contrato. VIGÊNCIA: 18 de junho de 2025, por mais 12 (doze) meses; SUBSCRITORES: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – pelo Contratante e OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA – Contratado.

Timbaúba dos Batistas / RN, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:56B1DB75

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 416.001/2025– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Timbaúba dos Batistas/RN por meio de seu Agente de Contratação torna público o que a empresa licitante **ELETRO PECAS LTDA, na qualidade de quarto colocado**, manifestou interesse em **assumir a contratação do item** 0002 - 0010822 - PNEU NOVO 19.5X24 10 LONAS CERTIFICADO PELO IN METRO, **pelo valor de referência R$ 6.256,50**. Sendo ganhadora, com valor global, de R$ 12.513,00 (Doze mil, quinhentos e treze reais).

Timbaúba dos Batistas/RN, 18 de junho de 2025.

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:CF95E313

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 609.001/2025 DISPENSA Nº 47/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):E D COSTA LTDA, CNPJ/CPF nº04.846.726/0002-81
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:AQUISIÇÃO DE ITENS DE BOMBONIERE DIVERSOS, TAIS COMO BALAS, DOCES, PIPOCAS, CHOCOLATES, BISCOITOS E PRODUTOS SIMILARES, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$47.023,35 (quarenta e sete mil e vinte e três reais e trinta e cinco centavos)
VALOR CONTRATADO:R$45.207,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e sete reais)
ECONOMIA:R$1.816,35 (um mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos)
RATIFICAÇÃO EM:18 de junho de 2025

Timbaúba dos Batistas, 18 de junho de 2025

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:92EA456E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 009, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Convoca a 11ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de Timbaúba dos Batistas - RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a construção da Política de Assistência Social no Município de Timbaúba dos Batistas/RN, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/ Nº 8.742), de 07 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO que os Conselhos Municipais de Assistência Social são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social que têm suas competências definidas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/ Nº 8.742) de 07 de dezembro de 1993 e complementadas por legislação específica;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS Nº 100, de 20 de abril de 2023, em seu Art. 3º, Inciso I, que versa sobre a convocação de conferências de assistência social, na respectiva esfera governamental, em processo articulado com a Conferência Nacional;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS Nº 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO reunião do CMAS, realizada dia de 09 de junho de 2025, para tratar da convocação da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social – Timbaúba dos Batistas/RN.

RESOLVE:
Art. 1º Fica convocada a 11ª Conferência Municipal de Assistência Social, que será realizada no dia 03 de julho de 2025, na Casa de Cultura Popular Elino Julião, situada na Rua Rui Barbosa, s/n – Centro, Timbaúba dos Batistas/RN, tendo como tema central: "20 ANOS DO SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência".

Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal de Assistência Social, serão financiadas por dotação do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbaúba dos Batistas - RN, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:DEF686C5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 008, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Decreta Ponto Facultativo no Município de Timbaúba dos Batistas/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 53, V, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual 34.300, de 14 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual 34.625, de 05 de junho de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam estabelecidos **PONTOS FACULTATIVOS** nas repartições públicas no Município de Timbaúba dos Batistas – RN, nos dias 19 e 20 de junho de 2025.

Parágrafo único – A faculdade estabelecida no caput deste artigo não será extensiva aos serviços essenciais que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos.

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas – RN, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:291B3441

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 520, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a associação do Município de Timbaúba dos Batistas - RN à Associação Instância de Governança Regional do Seridó- IGR SERIDÓ e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei tem por objetivo formalizar a adesão do Município de Timbaúba dos Batistas - RN à Associação Instância de Governança Regional do Seridó - IGR SERIDÓ, promovendo o fortalecimento da cooperação intermunicipal, intersetorial e o desenvolvimento regional integrado do turismo.

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a execução desta lei:
I - A participação ativa do Município nas reuniões e decisões da instância de governança;
II - A cooperação técnica, financeira e administrativa em iniciativas de interesse comum;
III - A promoção do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade na região, especialmente relacionadas às políticas públicas de turismo.

Art. 3º Os órgãos competentes serão responsáveis pela fiscalização e execução desta lei, conforme normativas específicas, assumindo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo a gestão direta e assento na Assembleia com poderes de voz e voto, por intermédio do Secretário em exercício.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a mensalidade associativa decidida em assembleia, no valor e periodicidade constantes nos registros oficiais.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a atualização periódica do valor da contribuição para a referida Associação, desde que haja recursos financeiros disponíveis e o aumento seja decidido em assembleia e com o devido registro e solicitação formal.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal, para assegurar o cumprimento da presente lei, disporá dos recursos para esse fim constantes na LOA - Lei Orçamentária Anual e criará elemento de despesa exclusivo para essa finalidade.

Art. 7º O descumprimento das disposições desta lei acarretará as sanções previstas em legislação vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas-RN, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:68C2ABCC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 079/2025 - GPMTB

Dispõe sobre a exoneração e nomeação para ocupar cargos em comissão no Município de Timbaúba dos Batistas – RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

R E S O L V E:
Art. 1.° - Exonerar **VERUSKA ALINE DE MEDEIROS,** CPF 059.004.354-40, do cargo de provimento em comissão de **SUBCOORDENADORA DE EVENTOS DO GABINETE CC-I.**

Art. 2.° - Nomear **VERUSKA ALINE DE MEDEIROS,** CPF 059.004.354-40, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **SUBCOORDENADORA DE ENSINO INFANTIL CC-I.**
.

Art. 3.° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timbaúba dos Batistas/RN, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:A4BC8022

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 080/2025 - GPMTB

Dispõe sobre a renovação de servidora à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em atenção ao ofício n° 423/2025 – GP/AL.

R E S O L V E:
Art. 1.° - Renovar a cessão da servidora **MARIA ELIENE DE QUEIROZ GOMES,** CPF 066.937.974-15, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, pertencente ao Quadro de Servidores Públicos Efetivos do Município de Timbaúba dos Batistas – RN, para exercer suas atividades na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, desempenhando suas funções junto ao Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual FRANCISCO DO PT, com ônus ao Ente Público Cessionário.

Art. 2.° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timbaúba dos Batistas/RN, 18 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:02A89082

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2022;

Processo: 609/2021. **Pregão Presencial:** 07/2021. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Touros/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001 – 02 e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ, sob o nº 18.325.678/0001-00. **Contratado:** Valderes Moreira Analises Clinicas LTDA; CNPJ: 18.737.227/0001-80. **Objeto:** Quarto termo aditivo de prazo - Contratação de empresa especializada para realização de procedimento de diagnóstico de Laboratório de Citopatologia, para atendimento à Rede de Saúde de Atenção Primária. **Data de Assinatura:** 16/05/2025. **Vigência:** 17/05/2025 até 17/05/2026. **Fundamentação Legal:** Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Assinatura:** Contratante: Pedro Ferreira Farias Filho – Prefeito e Elisa Emanoely Bezerra Alves, Gestora do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Rodrigo Bezerra França Junior; CPF n° 094.xxx.994-78. **Testemunhas**: assinaturas no termo de contrato.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:0D32C835

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 574/2025 - GC

Concede Licença Maternidade a servidor público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 97, XVI, XXXVIII e XXXIX da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o Atestado Médico, datado de 10 de junho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora DANIELA JÉSSICA RODRIGUES DE FRANÇA, CPF/MF nº XXX.974.XXX-23, Diretora Geral Hospitalar do Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 10 de junho de 2025 e com término em 07 de outubro de 2025, nos termos do art. 88, II, "b", c/c o art. 94, da Lei Municipal nº 570/2007 (Regime Jurídico Único).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2025, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN e no site do Município de Touros/RN.

Touros/RN, 18 de junho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:C1254B3C

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 575/2025 - GC

Nomeia, por tempo determinado, ao cargo em comissão de Diretor Geral Hospitalar, a Sra. ANDREIA CRISTINA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 97, XVI, XXXVIII e XXXIX da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a Sra. ANDREIA CRISTINA DOS SANTOS, CPF/MF nº XXX.549.XXX-51, ao cargo em comissão de Diretor Geral Hospitalar, do Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a servidora que se encontra em Licença Maternidade, no período de 10 de junho de 2025 a 07 de outubro de 2025.

Parágrafo Único. A nomeação se dará por tempo determinado e terminará com o retorno da servidora pública regularmente nomeada.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2025, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN e no site do Município de Touros/RN.

Touros/RN, 18 de junho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:71E0DF55

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 576/2025 - GC

Designa servidores para exercerem a função de Gestor Municipal de Utilização de Praias e Fiscal de Utilização de Praias, e seus respectivos substitutos, no trecho de praia marítima urbana neste Município, em conformidade com o Processo Administrativo nº 04916.000116/2019-03, vinculado ao Ministério da Economia/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União/Superintendência no Rio Grande do Norte, com extrato publicado no Diário Oficial da União em 19/06/2019 | edição: 117 | seção: 3 | página: 35.

O Prefeito do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que cabe aos gestores municipais de utilização de praias planejar e executar atividades de gestão da zona costeira, e, por conseguinte, designar fiscais com poderes para lavrar notificação, auto de infração, determinação de desocupação imediata e aprazada e relatório de fiscalização, em conformidade com o art. 14, do Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC e Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo nº 04916.000116/2019-03, vinculado ao Ministério da Economia/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União/Superintendência no Rio Grande do Norte, transferiu ao Município de Touros, a gestão do trecho de praia marítima urbana, totalizando 3,970 quilômetros da orla atlântica do Município de Touros, com ponto inicial 05º10'48.14″Sul por 35º28'5.67″Oeste e ponto final 05º12'21.38″Sul por 35º26'45.60″ (documento SEI 8689230), inclusive bens de uso comum com exploração econômica, cujo o outorgante é UNIÃO e o outorgado é o Município de Touros/RN, CNPJ 08.234.155/0001-02, nos termos da Lei; e

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 691/2015, autoriza a União a transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores, abaixo mencionados, para atuarem como **GESTOR MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE PRAIAS**, e seu respectivo substituto, do perímetro de 3,970 quilômetros da orla atlântica do Município de Touros, com ponto inicial 05º10'48.14″ Sul por 35º28'5.67″ Oeste e ponto final 05º12'21.38″ Sul por 35º26'45.60″ (documento SEI 8689230), inclusive bens de uso comum com exploração econômica:

I – GESTOR TITULAR: SIMONE FEITOSA COUTINHO, inscrita no CPF/MF sob o nº XXX.126.XXX-15, Matrícula nº 22837-1;

II – GESTOR SUBSTITUTO: RODRIGO ALVES MACIEL, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.473.XXX-14, Matrícula nº 2136-1.

Art. 2º. O Gestor Municipal de Utilização de Praias é o agente público responsável pela interlocução entre o Município e a SPU/RN e a quem caberá dar cumprimento ao TERMO DE ADESÃO À GESTÃO DE PRAIAS.

§ 1º. O substituto do Gestor Municipal de Utilização de Praias atuará nos impedimentos e afastamentos do titular.

§ 2º. Na ausência dos gestores, titular e substituto, a representação do Município será feita pelo próprio prefeito.

Art. 3º. Designar os servidores, abaixo mencionados, para atuarem como **FISCAL MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE PRAIAS**, e seu respectivo substituto, do perímetro de 3,970 quilômetros da orla atlântica do Município de Touros, com ponto inicial 05º10'48.14″ Sul por 35º28'5.67″ Oeste e ponto final 05º12'21.38″ Sul por 35º26'45.60″ (documento SEI 8689230), inclusive bens de uso comum com exploração econômica:

I – FISCAL TITULAR: IDÉSIO PEDRO DE LIMA, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.379.XXX-74, Matrícula nº 18953-4;

II – FISCAL SUBSTITUTO: CARLOS ANTÔNIO CARIELO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.551.XXX-88, Matrícula nº 19313-2.

Art. 4º. Os fiscais designados por esta Portaria possuem poderes para fiscalizar a utilização das praias e bens de uso comum do povo, adotando medidas administrativas e judiciais cabíveis à sua manutenção, inclusive emitindo notificações, autos de infração e termos de embargo, cominando sanções pecuniárias e executando eventuais demolições e remoções, sempre que se fizerem necessárias, tudo nos termos do art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e do art. 10, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem assim apurando denúncias e reclamações atinentes às irregularidades no uso e ocupação das áreas, sempre cientificando os denunciantes das ações tomadas, conforme Termo de Adesão à Gestão de Praias.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 6º. Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN e no site do Município de Touros/RN.

Touros/RN, 18 de junho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:8B97BF21

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 577/2025 - GC

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Touros, no âmbito da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Touros - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Estado do Rio Grande do Norte, convocada por meio da Portaria nº 193, de 16 de junho de 2025, nos termos estabelecidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado por meio da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024, e do Regimento Interno da Etapa Estadual, publicado na Portaria nº 70, de 14 abril 2025.

Art. 2º. A Comissão Organizadora será composta conforme disposto no anexo.

Art. 3º. Cabe à Comissão Organizadora Municipal:

I - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do Regimento Interno da Etapa Estadual, contendo os seguintes critérios mínimos:

a) de definição da data, local e pauta da etapa municipal;

b) de participação de representantes dos diversos segmentos, em conformidade ao estabelecido no art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades; e

c) para a eleição de delegadas e delegados para a Conferência Estadual, em conformidade com o Regimento Interno da Etapa Estadual.

II - planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal, indicando a pauta e programação;

III - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV – aplicar a metodologia de sistematização para as propostas elaboradas na Conferência Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em especial com relação aos eixos e grupos temáticos e a quantidade de propostas;

V - coordenar, supervisionar e promover a realização da 1ª Conferência Municipal da Cidade, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos, garantindo sua forma pública e acessível a todos os cidadãos;

VI – credenciar os participantes da Conferência Municipal, identificando-os a um segmento ou entidade, conforme a classificação constante do art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

VII - elaborar o relatório final da Conferência Municipal da Cidade, na forma do art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

VIII - preencher o formulário da Conferência Municipal da Cidade, conforme art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IX - efetivar o cumprimento das decisões da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação; e

X - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões, bem como das decisões da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades e, em especial, da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação, que tenham por objeto tema afeto à etapa municipal.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e realização da Etapa Municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

ANEXO

Composição da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade

Petrônio José da Silva (SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA)	GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS
Damilza Ferreira dos Santos Lima (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA)	GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS
Fátima Lúcia Teixeira de Menezes (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS
Joermeson Silva de Sá (CÂMARA MUNICIPAL DE TOUROS)	GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS
Evangessica Barbosa da Costa (ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS ATUANTE DA BAIXA DO QUINQUIM)	MOVIMENTOS POPULARES
Maria do Socorro Dantas Alencar (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA – UNINTA)	ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA E CONSELHOS PROFISSIONAIS
Luis Cláudio Correia de Souza (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA – FETRAF/RN)	TRABALHADORES, POR SUAS ENTIDADES SINDICAIS

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:EA57EFA7

GABINETE CIVIL
RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº03/2025 PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final da etapa de habilitação jurídica do **Edital de Chamada Pública Nº03/2025** – Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB - Touros/RN.

CATEGORIA:**APOIO A PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO E APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E/OU CULTURAL.**
VALOR: R$ 8.000,00

Nº	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO
01	Maria da Paz da Costa	As Bandeirinhas de Touros	074.213.034-72	Habilitado (a)
02	Francisca Guedes da Silva	Pastoril Estrelas Vivas	091.505.668-22	Habilitado (a)
03	Luana Faustino Azevedo	Arraiá Caju na Roça	084.182.474-60	Habilitado (a)
04	Kamily Yasmin Costa Santos	Balé da Tia Vera	705.411.624-03	Habilitado (a)
05	Álcio Henry Chaves da Costa	Ginga, Ritmo e Tradição: Expressões Afro-Brasileiras em Touros	422.699.974-68	Habilitado (a)

CATEGORIA: **APOIO A CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM ARTE E CULTURA.**
VALOR: R$ 3.000,00

Nº	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO
01	Maria Augusta Amaral de Oliveira	Oficina de Labirinto	325.951.904-15	Habilitado (a)

CATEGORIA: APOIO A PROJETOS DE INTERVENÇÃO ARTÍSTICA URBANA EM ARTES VISUAIS.
VALOR: R$ 3.000,00

Nº	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO
01	Gerônimo Moura do Nascimento	Muros da Cultura (cotas)	010.322.894-22	Habilitado (a)
02	Joeberson Patrício da Silva	Cultura em Muros (cotas)	086.984.844-50	Habilitado (a)
03	José Pereira da Silva	José Pereira da Silva	703.726.914-047	Habilitado (a)
04	Rodrigo Guedes da Silva	Rodrigo Guedes da Silva	114.586.614-07	Habilitado (a)
05	Sheila Costa do Nascimento	Cultura em Muros (cotas)	102.360.384-51	Habilitado (a)

CATEGORIA: APOIO A PROJETOS AUDIOVISUAIS (PRÉ-PRODUÇÃO).
VALOR: R$ 10.000,00

Nº	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO
01	Francisco Sérgio Mafra	Infância Negada	010.329.574-76	Habilitado (a)
02	João Anderson Cruz Moreira	Entre Redes e Marés	153.772.134-83	Habilitado (a)
03	Jéssica Karoline Silva Borges de França	Vozes da Maré	104.453.944-55	Habilitado (a)
04	Joel da Silva Dias	Fé que atravessa gerações	28.901.537/0001-41	Habilitado (a)
05	Wiclyf Henrique Moreira da Silva	Sempre Alerta – a jornada dos escoteiros	702.516.354-65	Habilitado (a)

Touros/RN, 17 de junho de 2025

RICELY JERÔNIMO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:43611813

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal de Agricultura deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 056/2025** da Dispensa de Licitação **nº 028/2025**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a de **Contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável em caminhão pipa com capacidade mínima de 10 mil litros para abastecimento nas comunidades rurais deste município**, no valor de **R$ 52.500,00** (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 16 de junho de 2025.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:099C76B7

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

CONTRATO: Nº 096/2025

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 028/2025**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN.**

CONTRATADO: **EMERSON AMORIM LINO DANTAS - ME**

OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável em caminhão pipa com capacidade mínima de 10 mil litros para abastecimento nas comunidades rurais deste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 52.500,00** (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo, PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL, na dotação orçamentária Exercício 2025 Unidade 0020 SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA, Projeto 2163 Abastecimento de Água na Zona Urbana e Rural, Elemento 3390390000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

VIGÊNCIA: 16 de junho a 31 de dezembro de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 16 de junho de 2025.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:697D5627

CPL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal de Agricultura deste município de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável em caminhão pipa com capacidade mínima de 10 mil litros para abastecimento nas comunidades rurais deste município.**

CONTRATADO: **EMERSON AMORIM LINO DANTAS - ME**

VALOR TOTAL: **R$ 52.500,00** (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito.

Umarizal – RN, 16 de junho de 2025.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:7DA72EB6

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 028/2025**, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável em caminhão pipa com capacidade mínima de 10 mil litros para abastecimento nas comunidades rurais deste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 16 de junho de 2025.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal de Umarizal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:C1067BE1

GABINETE DO PREFEITO
***DECRETO Nº. 07/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025**

EMENTA: Decreta ponto facultativo e feriado no âmbito do município de Umarizal/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica Municipal,
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica decretado feriado no âmbito do município de Umarizal/RN no dia 19 de junho do corrente ano.
Art. 2°. Fica decretado ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Direta do município de Umarizal/RN no dia 20 de junho do corrente ano.
Parágrafo único. O disposto no caput do art. 2º deste decreto não se aplica aos serviços essenciais de urgência e emergência, além de outras atividades que não possam sofrer descontinuidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

**republicado por incorreção.*

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 17 de junho de 2025.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:DD5A25C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 0429, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GPMU.

PORTARIA N.º 0429, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE e tendo em vista a solicitação de diária do Servidor **AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO**,
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), totalizando R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), ao senhor **AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para fazer face às despesas com locomoção e pousada na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar de uma reunião Estadual de Coordenadores da COMPDEC.
Local de destino: Natal /RN;
Período do Afastamento: 26 de junho de 2025;

Art. 2º -O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:63E3116A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 058/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN, CNPJ: 08.168.940/0001-04.

CONTRATADA: AT GONDIM DE ALMEIDA, CNPJ: 07.276.398/0001-32.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN.
.

VALOR GLOBAL: R$ 18.990,00 (Dezoito mil novecentos e noventa reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

VÁRZEA/RN, 28 de maio de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:5F735177

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2025

PROCESSO Nº. 100/2025

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2025

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº 058/2025 fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e suas atualizações posteriores, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN.

RATIFICO, e Despacho ao Setor de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Várzea/RN, 27 de maio de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:6CE947CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 29, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Altera dispositivos das Leis Complementares Municipal nº 18, de 05 de abril de 2023 e 21, de 18 de janeiro de 2024, dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° - O Anexo I da Lei Complementar nº 21 de 18 de janeiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

A N E X O – I

QUANTIDADE DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ACARI/RN

Nº ORDEM	CARGO ESPECIFICIDADE	VAGAS	CH	SALÁRIO R$
001	Advogado	01	20	2.985,00
002	Agente administrativo	27	40	1.518,00
003	Agente comunitário de saúde	30	40	
004	Educador social	01	40	1.785,00
005	Agente de vigilância sanitária	02	40	1.518,00
006	Agente de combate às endemias	13	40	
007	Assistente social	05	30	1.785,00
008	Atendente de ambulatório	07	40	1.518,00
009	Atendente de Consultório Odontológico	06	40	1.518,00
010	Auxiliar de biblioteca	07	40	1.518,00
011	Auxiliar de enfermagem	10	40	1.518,00
012	Auxiliar de Farmácia	01	40	1.518,00
013	Auxiliar de serviços gerais	70	40	1.518,00
014	Bibliotecário	01	40	1.785,00
015	Bioquímico	01	40	1.785,00
016	Contador	01	40	1.785,00
017	Coveiro	02	40	1.518,00
018	Cuidador de crianças e adolescentes com necessidades especiais	04	40	1.785,00
019	Educador Físico	01	40	1.785,00
020	Eletricista	02	40	1.518,00
021	Enfermeiro	06	40	1.785,00
022	Farmacêutico	01	40	1.785,00
023	Fiscal de obras e postura municipal	02	40	1.518,00
024	Auditor Fiscal das Receitas Municipais	01	40	2.985,00
025	Fiscal de vigilância sanitária	02	40	1.518,00
026	Fisioterapeuta	02	40	1.785,00
027	Fonoaudiólogo	01	40	1.785,00
028	Gari	15	40	1.518,00
029	Médico clínico geral	03	40	2.625,00
		01	20	1.874,25
030	Médico veterinário	01	40	1.874,25
		01	20	1.518,00
031	Merendeira	08	40	1.518,00
032	Motorista	15	40	1.518,00
033	Nutricionista	02	40	1.785,00
034	Odontólogo/Cirurgião Dentista	05	40	1.785,00
035	Operador de máquinas pesadas	05	40	1.518,00
036	Orientador Social	04	40	1.518,00
037	Pedagogo	10	30	
038	Pedreiro	02	40	1.518,00
039	Professor – Nível I	100	30	
040	Professor - Nível II	15	30	
	Professor de Inglês	02		
	Professor de Português	02		
	Professor de Matemática	02		
	Professor de Ciências	02		
	Professor de Geografia	01		
	Professor de História	01		
	Professor de Educação Física	01		
	Professor de Educação Artística (Artes)	02		
	Professor de Informática	02		
041	Psicólogo	02	40	1.785,00
042	Psicopedagogo	01	40	1.785,00
043	Secretário escolar	06	40	1.518,00
044	Sociólogo	01	40	1.785,00
045	Técnico agrícola	01	40	1.627,50
046	Técnico de Enfermagem	07	40	1.518,00
047	Técnico de Laboratório	01	40	1.518,00
048	Terapeuta Ocupacional	01	40	1.785,00
049	Vigia	08	40	1.518,00
TOTAL		**422**	-	-

§ 1º - Os vencimentos dos cargos de Professor e Pedagogo estão dispostos na Lei Municipal nº 1.364, de 12 de março de 2025 (Dispõe sobre a concessão de reajuste salarial aos professores da rede de ensino municipal de Acari e dá outras providências);
§ 2º - Os vencimentos dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente Combate às Endemias estão dispostos na Lei Municipal nº 1.263, de 08 de julho de 2022 (Dispõe sobre o pagamento do Piso Salarial Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e de Agentes de Combate às

Endemias – ACE, vinculados ao Município de Acari-RN, na forma que dispõe os §§ 8º, 9º e 11 do Art. 198 da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências).
§ 3º - Nos termos da Lei Municipal nº 1.306, de 20 de setembro de 2023, a complementação remuneratória dos servidores municipais, ocupantes dos cargos de enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, abrangidos pelo Piso Nacional da Enfermagem, fica condicionada ao repasse da União, nos termos da Emenda Constitucional nº 127/2022, sem o qual o Município ficará desobrigado ao pagamento integral dos valores referentes ao Piso Nacional da Enfermagem.

Art. 2° - O item 24 do Anexo II da Lei Complementar nº 18, de 05 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

A N E X O – II

24 – AUDITOR FISCAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS:
Descrição detalhada:
Em caráter exclusivo, relativamente aos tributos de competência do Município de Acari/RN, das contribuições e tributos compartilhados ou delegados e sob a gestão da administração tributária municipal:
constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo, bem como das notificações em favor deste;
emitir notificações, lavrar autos de infração e demais documentos inerentes a procedimentos de Fiscalização de Tributos;
estimar e arbitrar a base de cálculo dos Tributos;
realizar atividades pertinentes à Fiscalização e Arrecadação Municipal, bem como dos tributos compartilhados pelos Entes Federados e aqueles decorrentes da delegação de competência, inexistindo, na legislação Tributária, quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como, sobre bens e direitos das atividades industriais, dos produtores, comerciantes, prestadores de serviços ou quaisquer pessoas sujeitas aos Tributos, nos termos da Legislação Tributária vigente;
controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de equipamentos, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis, no exercício de suas funções;
supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais Administrações Tributárias da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, mediante Lei ou convênio;
autorizar e supervisionar o credenciamento de usuários de sistemas tributários informatizados;
avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação/dados, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;
analisar, elaborar e emitir parecer em processos administrativo-fiscais de retificação, cancelamento de declaração, baixa, consulta, imunidade, isenção, não incidência, revisão, exclusão, extinção, restituição, compensação, prescrição, dentre outros inerentes aos créditos tributários previstos na Legislação vigente, e quaisquer formas de suspensão de tributos e contribuições, bem como, participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;
elaborar minutas de projetos de Lei, decretos, atos normativos e manifestar-se sobre matérias pertinentes à Administração Tributária;
prestar assistência aos órgãos encarregados da representação judicial do Município, em matérias de natureza tributária;
instruir processos de cobrança da dívida ativa;
supervisionar eventual celebração de convênio do Município com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para exercer as atribuições de fiscalização, lançamento de ofício e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
proceder a vistoria de bens imóveis para apuração da base de cálculo e lançamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), mediante regular processo administrativo;
planejar, coordenar, supervisionar e exercer observada a competência especifica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;
desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador de tributos ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;
examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, desde que, a quebra do sigilo bancário seja considerada indispensável para a conclusão da fiscalização, nos termos da legislação aplicável;
planejar, gerenciar e executar operações de monitoramento dos repasses e da movimentação contábil e fiscal relativas às atividades de competência, privativa ou delegada, inclusive as que se referem o artigo 6° da Lei Complementar no 63/90, podendo ainda verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias em operações de que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos no território do município, além dos outros documentos que possam influenciar os cálculos dos referidos repasses;
acompanhar apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) e demais critérios de participação do município no repasse estadual;
atuar como representante do órgão da administração tributária no cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional, nos termos da legislação aplicável;
realizar pesquisa e investigação relacionados às atividades de inteligência e contrainteligência fiscal;
realizar vistorias, pesquisas, levantamentos estatísticos e projeções de assuntos de natureza tributária;
acompanhar e informar sobre os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa antes do termo prescricional;
atuar de forma integrada com os Estados ou com a União, cooperando e realizando todas as atividades inerentes a fiscalização, os lançamentos e tudo mais relacionado ao IBS ou a CBS, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023, nos termos da Lei Complementar e do Comitê Gestor, previsto no artigo 156-B da Constituição Federal;
deliberar sobre a política de acesso e administração de banco de dados tributários, a especificação, homologação e uso de sistemas de tecnologia da informação e comunicação, bem como sobre o emprego de novas tecnologias, inclusive inteligência artificial, voltados às atividades de gestão, fiscalização, lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos.

Em caráter geral, sem prejuízo das demais atividades inerentes às atribuições da Secretaria Municipal de Planejamento, Tributação e Finanças:

assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, os superiores hierárquicos da Administração Municipal e prestar-lhes assistência especializada, com vistas à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;
analisar, assessorar e acompanhar contratos e convênios relativos à administração tributária;

supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos;
planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos tributos e contribuições;
analisar e supervisionar programas de fiscalização na área de sua competência, visando o cumprimento das normas derivadas do poder de polícia do Município;
apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;
participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores Fiscais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária;
desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;
exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais;
elaborar cartilhas, manuais, guias e assemelhados de natureza tributária;
atuar como instrutor em cursos de reciclagem a aperfeiçoamento em matéria fiscal e tributária, e como palestrante em eventos de mesma natureza;
como representante do órgão de administração tributária do Município de Acari/RN, participar em comitês gestores, grupos de trabalho ou órgãos equivalentes que tenham como escopo a regulamentação e à gestão de tributos de interesse do Município.
prestar, pessoalmente ou por telefone, ótimo atendimento ao público e aos colegas, fornecendo-lhes de forma cortês e educada, todas as informações de serviço que estiverem ao seu alcance e, quando for o caso, encaminhando-os aos órgãos ou pessoas competentes;
exercer outras atribuições correlatas que lhe forem cometidas pelas autoridades superiores, na esfera da administração tributária municipal, assim como as demais atribuições de fiscalização tributária previstas em Lei, convênio ou outros atos normativos;
deliberar sobre o conteúdo dos cursos de formação e de capacitação, em matéria tributária, dirigidos aos integrantes da carreira.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias consignados no orçamento vigente.

Art. 4º. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.331, de 06 de março de 2024.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:A6DEB334

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2283/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

Institui, no âmbito do Município de Apodi/RN, o Incentivo do componente de qualidade na Atenção Primária à Saúde - APS para as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Atenção Primária (EAP), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Equipes Multiprofissionais (Emulti) e dá outras providências no âmbito da atenção primária à saúde conforme Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.

Luís Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0063/2025, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN, o Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde – APS, a ser pago mensalmente aos profissionais das Equipes de Saúde da Família – ESF, Equipes de Atenção Primária – EAP, Equipes de Saúde Bucal – ESB, Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Equipe Multiprofissional na Atenção Primária (Emulti) de acordo com cada modalidade existente no Município, com recursos advindos do Componente de qualidade da Portaria GM/MS nº 3493 de 10 de abril de 2024, visando estimular o alcance dos indicadores pactuados tripartite, com o objetivo de incentivar a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços oferecidos na Atenção Primária à saúde (APS), buscando induzir as boas práticas e aperfeiçoar os resultados em saúde.

Parágrafo único. O pagamento do Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde – APS, fica condicionado aos repasses do Fundo Nacional de Saúde – FNS ao Fundo Municipal de Saúde de Apodi/RN – FMS.

Art. 2º. Fazendo *jus* o Município ao pagamento por qualidade instituído pelo Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde – APS, em decorrência do atingimento dos indicadores (Portaria a ser publicada) que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, conforme o anexo I da presente Lei, e de acordo com o alcance das metas individuais presente no anexo IV da presente Lei, tendo o valor aplicado da seguinte forma:

§1º. Para as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Atenção Primária (EAP) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 70% (setenta por cento) dos valores repassados serão pagos aos profissionais atuantes nas equipes em regime de contratos temporários, servidores públicos e terceirizados, lotados e cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), divididos em partes iguais entre os profissionais de uma mesma equipe, enquanto que 30% (trinta por cento) restantes serão utilizadas pelo Município no custeio das próprias equipes, mediante o alcance das metas, por cada Equipe que receberão o incentivo mensalmente, estabelecidas pelo alcance dos indicadores (Portaria a ser publicada) que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GMMS nº 3.493, de 10 de abril de 2024;

§2º. Para as Equipes de Saúde Bucal (ESB), 70% (setenta por cento) dos valores repassados serão pagos aos servidores em regime de contratos temporários, servidores públicos e terceirizados, lotados e cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), sendo 50% (cinquenta por cento) do valor divido em partes iguais entre os profissionais de saúde de nível médio/técnico e superior.

§3º. Para a equipe Multiprofissional na Atenção Primária (Emulti), 70% (setenta por cento) dos valores repassados serão pagos aos servidores públicos e terceirizados, lotados e cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), dividido em formato de rateio entre os profissionais integrantes da Emulti, proporcional a Carga horária semanal conforme cadastro do CNES, enquanto que os 30% (trinta por cento) restantes serão utilizadas pelo Município no custeio das próprias equipes, mediante alcance das metas, por cada Equipe que receber o incentivo mensalmente, estabelecidas pelo alcance dos indicadores (Portaria a ser publicada) que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024;

§4º. Para os profissionais designados para as coordenações da Atenção Básica, coordenação dos Agentes comunitários de Saúde, Coordenação das Equipes de Saúde Bucal e coordenação das equipes Emulti, com a seguinte divisão:

I - O saldo remanescente de 30% (trinta por cento) recolhido pelo município para o custeio das ações das equipes que é destinado ao Fundo Municipal de Saúde. Deste montante, 5% (cinco por cento) será repassado aos profissionais coordenadores da Atenção Básica, coordenação dos Agentes comunitários de Saúde, Coordenação das Equipes de Saúde Bucal e coordenação das equipes Emulti, de acordo com o valor repassado para cada modalidade de equipe respectivamente. Os 25% (vinte e cinco por cento) restantes de cada segmento serão destinados ao custeio, manutenção e monitoramento de todos os indicadores mencionados na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, conforme disposto no Anexo I desta lei.
II - De acordo com o incentivo "Componente de Qualidade" no âmbito da atenção primária à saúde, os profissionais das equipes receberão conforme metas atingidas na relação de indicadores apresentados pelo Ministério da Saúde que serão monitorados mensalmente pelos profissionais coordenadores das respectivas equipes.

Art. 3º. Os valores pagos aos profissionais atuantes nas equipes, serão proporcionais ao tamanho da equipe e divididos de acordo com os resultados obtidos através de avaliação quadrimestral do Ministério da Saúde, que terão as metas discriminadas na página do SISAB e passíveis de alterações de acordo com os indicadores oficiais do Ministério da Saúde, regulamentados por Portarias ministeriais.

Parágrafo Primeiro - Para receber os incentivos do pagamento por desempenho das Equipes, os profissionais descritos em anexo II deverão cumprir as metas individuais para cada categoria profissional fixadas no anexo IV desta Lei.

Parágrafo Segundo – Enquanto houver indisponibilidade do painel de monitoramento, será considerado como integralmente cumprido(s) o(s) indicador (es) cuja aferição restar impossibilitada, ficando desta forma o Município com classificação "Bom", conforme Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10 de abril de 2024, sendo o recurso repassado para os profissionais mensalmente.

Parágrafo Terceiro – As avaliações do componente qualidade serão realizadas por comissão especialmente designada para este fim, sendo esta composta por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes representantes dos servidores, e 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes representantes da gestão.

Art. 4º O rateio referente aos valores devidos aos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Atenção Primária (EAP), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (Emulti) será pago a partir da competência financeira de maio de 2024.

Parágrafo Único – No fim de cada ciclo anual, será devido, no mês subsequente ao último quadrimestre, a depender da data do repasse do incentivo financeiro feito pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Apodi/RN, pagamento de incentivo adicional do componente de qualidade, em parcela única, considerando a média do alcance dos resultados do ano, que deverá ser destinado, integralmente e rateado em partes iguais, aos integrantes das equipes.
Art. 5º. Os profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Atenção Primária (EAP), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (Emulti), só receberão o pagamento do Componente de Qualidade na Atenção Primária – APS, com base nos dias efetivamente trabalhados, cadastro no CNES, alcance das metas individuais para cada categoria presentes no Anexo IV, alcance dos indicadores (Portaria a ser publicada) que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.

Art. 6º. Em caso de suspensão provisória do repasse por parte do Ministério da Saúde, o Município suspenderá o pagamento do Incentivo e retomará o pagamento depois de efetuado o repasse Ministerial.

Art. 7º. Fica vedado o pagamento do Componente Qualidade na Atenção Primária à Saúde – APS a servidores que não compõem as Equipes de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Equipes de Atenção Primária (EAP) e Equipe Multiprofissional de Atenção Primária à Saúde (Emulti).

Art. 8º. Perderão o direito ao recebimento do incentivo nas seguintes situações:

I – Férias com duração superior a 15 (quinze) dias;
II – Licenças com duração superior a 15 (quinze) dias;
III – Tiverem menos de 80% de presença e participação das atividades de Educação Permanente em Saúde e reuniões referentes ao Programa, cuja frequência deverá ser verificada pela Gestão Municipal e Comissão de Avaliação, através da assinatura na lista de frequência dessas atividades, salvo se as justificativas forem aceitas pela Coordenação;
IV – Afastamento, com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias ou fundações, em níveis municipal, estadual ou federal;
V – Alcance de metas individuais com resultados inferiores a 30% no período avaliado.
VI - Deixem de registrar a produção e a entrega de suas atividades nos sistemas de informação da Atenção Primária à Saúde.

§1º. A gratificação prevista neste artigo não será devida aos servidores nos casos de exoneração, rescisão ou afastamento do serviço antes da data do pagamento do incentivo aos profissionais.

§2º. Em todos esses casos nos quais o servidor perderá o direito do Incentivo, o valor prêmio será dividido em partes iguais para os demais servidores da unidade a qual pertencia.

Art. 9º. De acordo com o incentivo "Componente de Qualidade" no âmbito da atenção primária à saúde, os profissionais receberão conforme metas atingidas na relação de indicadores apresentados pelo Ministério da Saúde que serão monitorados mensalmente pelos profissionais coordenadores da Atenção Básica, Equipes de Saúde Bucal, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Atenção Primária (EAP) e Equipe Multiprofissional de Atenção Primária à Saúde (Emulti).

Parágrafo Único - Os resultados dos indicadores alcançados serão classificados por equipe que definirão o incentivo financeiro de componente de qualidade, conforme estabelecido na Portaria nº 3.493/GM/MS, de 10 de abril de 2024, de acordo com sua modalidade em ótimo, bom, suficiente ou regular e seus respectivos valores conforme anexo I desta Lei.

Art. 10. O surgimento de novos indicadores e parâmetros relacionados ao Componente de qualidade definidos pela avaliação e pactuação na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e serão anexados posteriormente nesta Lei.

Art. 11. O valor do incentivo financeiro pago aos profissionais será repassado na folha de pagamento nos meses subsequentes ao do repasse dos programas.

§1º. O pagamento será efetuado somente diante da confirmação do repasse do incentivo do Programa do Governo Federal.

§2º. O pagamento dos valores aos profissionais do município de Apodi/RN fica condicionado ao repasse dos recursos vinculados ao Ministério da Saúde e somente será realizado após atesto do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde ou profissional por ele indicado, devendo constar a informação de que as referidas equipes cadastradas ao programa atenderam aos critérios qualitativos conforme resultado da avaliação.

Art. 12. A gratificação de que trata essa Lei está condicionada ao repasse dos recursos pela União, à avaliação periódica de desempenho e não gera direito adquirido à sua continuidade ou à incorporação aos vencimentos e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo a sua natureza estritamente indenizatória.

Art. 13. O valor destinado ao pagamento do Incentivo Financeiro por Desempenho será fixado em cada exercício financeiro, observada a existência de dotação orçamentária específica e saldo de recursos financeiros oriundos de transferências federais, nos termos da legislação aplicável.

Art. 14. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal, consignadas à Secretaria Municipal de Saúde, especificamente com recursos do Incentivo Financeiro dos Programas de saúde, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 18 de junho de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001

ANEXO I – REPASSE MINISTERIAL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE DE QUALIDADE E TIPO DE EQUIPE

TABELA 01: TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE PAGAMENTO DE ACORDO COM A PORTARIA GM/MS 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024

Equipe	Modalidade	Classificação no Componente de Qualidade			
		Ótimo	Bom	Suficiente	Regular
ESF	40h	R$ 8.000,00	R$ 6.000,00	R$ 4.000,00	R$ 2.000,00
EAP	30h	R$ 4.000,00	R$ 3.000,00	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00
EAP	20h	R$ 3.000,00	R$ 2.250,00	R$ 1.500,00	R$ 750,00
EMULTI	Ampliada	R$ 9.000,00	R$ 6.750,00	R$ 4.500,00	R$ 2.250,00
EMULTI	Complementar	R$ 6.000,00	R$ 4.500,00	R$ 3.000,00	R$ 1.500,00
EMULTI	Estratégica	R$ 3.000,00	R$ 2.250,00	R$ 1.500,00	R$ 750,00
ESB	I- Comum	R$ 2.449,00	R$ 1.836,75	R$ 1.224,50	R$ 612,25
ESB	II- Comum	R$ 3.267,00	R$ 2.450,25	R$ 1.633,50	R$ 816,75
ESB	I- Quil/Assent	R$ 3.673,50	R$ 2.755,13	R$ 1.836,75	R$ 918,38
ESB	II- Quil/Assent	R$ 4.900,50	R$ 3.675,38	R$ 2.450,25	R$ 1.225,13

FONTE: PORTARIA GM/MS 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024

Os profissionais receberão os valores estipulados conforme a Portaria de acordo com o desempenho mensal, sendo que o valor será rateado entre os profissionais que compõe cada segmento de equipe;
Os recursos alocados pelo Ministério da Saúde serão distribuídos de acordo com o formato e a composição de cada equipe, bem como com o desempenho alcançado. Para isso, 70% do total dos recursos serão destinados aos profissionais de saúde do respectivo segmento, no formato de rateio para a equipe.
Do valor total, a gestão ficará com o valor de 30% onde, 5% do valor total será destinado ao profissional designado para a coordenação das respectivas equipes e 25% serão utilizados para custeio das atividades da atenção primária através do fundo municipal de saúde.

ANEXO II – FORMATO DE EQUIPES ATUANTES NO MUNICÍPIO DE ACORDO COM O TIPO DE EQUIPE, CH E CBO APTOS PARA RECEBIMENTO;

TABELA 02: FORMATO DE EQUIPES EMULTI DE ACORDO COM A MODALIDADE DE EQUIPE, CH E CBO APTOS PARA RECEBIMENTO;

MODALIDADE DE EQUIPES EMULTI	CARGA HORÁRIA	CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO
EMULTI AMPLIADA - EMULTI COMPLEMENTAR - EMULTI ESTRATÉGICA	100 HORAS SEMANAIS; - 200 HORAS SEMANAIS; - 300 HORAS SEMANAIS;	ARTE EDUCADOR	5153-05
		ASSISTENTE SOCIAL	2516-05
		FARMACÊUTICO(A) CLÍNICO(A)	2234-45
		FISIOTERAPEUTA	2236-05
		FONOAUDIÓLOGO(A)	2238-10
		MÉDICO(A) ACUPUNTURISTA	2251-05
		MÉDICO(A) CARDIOLOGISTA	2251-20
		MÉDICO(A) DERMATOLOGISTA	2251-35
		MÉDICO(A) ENDOCRINOLOGISTA	2251-55
		MÉDICO(A) GERIATRA	2251-80
		MÉDICO(A) GINECOLOGISTA / OBSTETRA	2252-50
		MÉDICO(A) HANSENOLOGISTA	2251-35
		MÉDICO(A) HOMEOPATA	2251-95
		MÉDICO(A) INFECTOLOGISTA	2251-03
		MÉDICO(A) PEDIATRA	2251-24
		MÉDICO(A) PSIQUIATRA	2251-33
		MÉDICO(A) VETERINÁRIO(A)	2233-05
		NUTRICIONISTA	2237-10
		PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE	2241-40
		PSICÓLOGO(A)	2515-10
		SANITARISTA	1312-25
		TERAPEUTA OCUPACIONAL	2239-05
EQUIPE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)	40 HORAS SEMANAIS	ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	2235-65
		TECNICO DE ENFERMAGEM DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	3222-45
		AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	3222-50
		MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	2251-42
		AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	5151-05
		TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	3222-55
EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (EAP)	20 HORAS SEMANAIS - 30 HORAS SEMANAIS	ENFERMEIRO	223505
		TECNICO DE ENFERMAGEM	3222-05
		AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3222-30
		MEDICO CLINICO	225125
		CIRURGIAO DENTISTA CLINICO GERAL	223208
		AUXILIAR EM SAUDE BUCAL	322415
		TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	3224-05
		AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	5151-05
		TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	3222-55
EQUIPE DE SAÚDE BUCAL (ESB)	40 HORAS SEMANAIS	CIRURGIAODENTISTA DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	223293
		AUXILIAR EM SAUDE BUCAL DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	322430
		TECNICO EM SAUDE BUCAL DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	322425

ANEXO III - MÉTODO DE RATEIO REFERENTE AOS INDICADORES DE PRODUÇÃO
TABELA 03: MÉTODO DE RATEIO REFERENTE AOS INDICADORES DE PRODUÇÃO

N°	MEIO DE AVALIAÇÃO	MEDIÇÃO DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO FATOR (F)
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL TÉCNICO E NÍVEL AUXILIAR	Atendimentos/Procedimentos Individuais Realizados + Participação em atividades coletivas	N° DE ATENDIMENTOS, PROCEDIMENTOS, PARTICIPAÇÃO DE ATIVIDADES COLETIVAS REGISTRADOS /META DE ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS	70% OU MAIOR --> 100% do valor
			50% A 69% --> 70% do Valor
			De 30% a 49% --> 30% do Valor
			Menor ou igual a 29% --> 0% do valor
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	IMÓVEIS VISITADOS	% DE VISITAS DOMOCILIARES REALIZADAS NA COMPETÊNCIA + % DE CADASTROS ATUALIZADOS + % DE CADASTROS COMPLETOS/3	70% OU MAIOR --> 100% do valor
			50% A 69% --> 70% do Valor
			De 30% a 49% --> 30% do Valor
			Menor ou igual a 29% --> 0% do valor

ANEXO IV - META INDIVIDUAL POR CATEGORIA – CBO
TABELA 04: META INDIVIDUAL POR CATEGORIA – CBO

EQUIPE DE VINCULAÇÃO	CBO	CARGA HORARIA	META INDIVIDUAL
EQUIPE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)	2235-65, 3222-45, 3222-50, 2251-42	40 HORAS SEMANAIS	960 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL
	5151-05, 3222-55	40 HORAS SEMANAIS	% DE VISITAS DOMOCILIARES REALIZADAS NA COMPETÊNCIA + % DE CADASTROS ATUALIZADOS + % DE CADASTROS COMPLETOS/3
EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (EAP)	223505, 3222-05, 3222-30, 225125, 223208, 322415, 3224-05	30 HORAS SEMANAIS	720 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL
		20 HORAS SEMANAIS	480 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL
EQUIPE DE SAÚDE BUCAL (ESB)	223293, 322430, 322425	40 HORAS SEMANAIS	600 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL
EMULTI	2516-05, 2234-45, 2236-05, 2238-10, 2251-05, 2251-20, 2251-35, 2251-55, 2251-80, 2252-50, 2251-35,2251-95, 2251-03, 2251-24, 2251-33, 2237-10, 2515-10, 2239-05	40 HORAS SEMANAIS	500 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL.
		30 HORAS SEMANAIS	375 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL.
		20 HORAS SEMANAIS	250 CONSULTAS/ PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL. CONSULTAS/
	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE (CBO 2241-40), ARTE EDUCADOR (CBO 5153-05), SANITARISTA (CBO 1312-25), MÉDICO VETERINÁRIO (CBO 2233-05)	40 HORAS SEMANAIS	120 ATIVIDADES COLETIVAS
		30 HORAS SEMANAIS	90 ATIVIDADES COLETIVAS
		20 HORAS SEMANAIS	60 PROCEDIMENTOS QUADRIMESTRAL.

NOTAS:

• MEIO DE AVALIAÇÃO – Será individual e todos os dados coletados no PEC – Prontuário Eletrônico Cidadão ou no E - sus.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 18 de junho de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:DA1E0332

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 6/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS - SEMUTRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 6/2025

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos de Caicó, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, após esgotadas as tentativas de entrega via remessa postal, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no ANEXO do presente edital, com suas respectivas infrações constatadas.
Caso queiram, os interessados poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital, interpor DEFESA DA AUTUAÇÃO. A defesa deverá ser entregue na unidade administrativa da SEMUTRAN na Rua Vereador Severino Fernandes, 60, Penedo – Caicó/RN - CEP: 59300-000, ou enviada para o e-mail: semutran@caico.rn.gov.br.
A Defesa Prévia deverá ser apresentada junto com os seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.
Os dados em anexo são apresentados na seguinte sequência: placa do veículo, nº do auto de infração, data da infração, código da infração e desdobramento.

Caicó/RN, 17 de junho de 2025.

LUZINETE DE SOUZA DANTAS
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos.

Rua Vereador Severino Fernandes, 60, Penedo – Caicó/RN CNPJ (MF) 08.096.570/0001-39 | semutran@caico.rn.gov.br admsemutran@caico.rn.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS

Página : 1 / 10

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 6/2025

Placa	Nº Auto Infração	Data da Infração	Cód. da Infração	Desdobramento	Valor da Multa
BQQ4G25	216390 - A 30014556	23/04/2025 09:18	5541	7	195,23
FBQ5J93	216390 - R 00009903	24/04/2025 08:37	7455	0	130,16
FCR2G06	216390 - A 00005217	25/04/2025 08:15	5487	0	195,23
FHP0A56	216390 - R 00009614	18/04/2025 13:16	7463	0	195,23
GJW5B33	216390 - R 00009715	17/04/2025 15:12	7455	0	130,16
HHS3D56	216390 - A 30014413	24/04/2025 16:35	5487	0	195,23
HNZ9F71	216390 - R 00009496	13/04/2025 11:54	7455	0	130,16
KFF5700	216390 - R 00009658	19/04/2025 07:14	7455	0	130,16
KHE7D48	216390 - R 00010453	07/05/2025 09:17	7455	0	130,16
KHP6229	216390 - A 30014385	03/05/2025 10:54	5541	7	195,23
KHP6229	216390 - R 00009696	17/04/2025 17:05	7455	0	130,16
KIL3D07	216390 - A300013795	07/05/2025 10:40	5487	0	195,23
KIN9485	216390 - A 00005215	19/04/2025 11:00	5487	0	195,23
KIN9485	216390 - A300014095	19/04/2025 11:04	5231	2	130,16
KIN9485	216390 - A300014096	19/04/2025 11:04	6599	2	293,47
KIX2755	216390 - R 00009931	24/04/2025 16:45	7455	0	130,16
KJC2177	216390 - A 30014301	25/04/2025 16:45	6599	2	293,47

KJC2177	216390 - A 30014302	25/04/2025 16:46	5185	1	195,23
KJF5A53	216390 - A 30014553	23/04/2025 08:11	6599	2	293,47
KJJ5G50	216390 - R 00009549	14/04/2025 10:53	7455	0	130,16
KJJ5G50	216390 - R 00010136	30/04/2025 11:12	7455	0	130,16
LUP3E09	216390 - R 00009601	18/04/2025 10:43	7455	0	130,16
MJT1A75	216390 - R 00009749	16/04/2025 12:30	7463	0	195,23
MNB0D27	216390 - A300014014	02/05/2025 16:37	5487	0	195,23
MNM7876	216390 - A 30014902	14/05/2025 11:05	6084	1	195,23
MOH0622	216390 - R 00010252	03/05/2025 09:28	7455	0	130,16
MOR4815	216390 - A 30014374	24/04/2025 17:00	5819	7	880,41
MXJ1099	216390 - R 00009963	26/04/2025 13:26	7455	0	130,16
MXN6504	216390 - A300013998	22/04/2025 09:40	5819	7	880,41
MXP8J94	216390 - R 00009722	16/04/2025 09:44	7455	0	130,16
MYG2I53	216390 - R 00009958	25/04/2025 18:19	7455	0	130,16

MYH1265	216390 - A300013987	17/04/2025 17:30	5185	1	195,23
MYH1265	216390 - A300013988	17/04/2025 17:30	6599	2	293,47
MYL7F17	216390 - R 00009544	14/04/2025 11:56	7455	0	130,16
MYL7F17	216390 - R 00009883	23/04/2025 11:50	7463	0	195,23
MYL7F17	216390 - R 00009971	25/04/2025 06:47	7455	0	130,16
MYL7F17	216390 - R 00009995	24/04/2025 11:58	7463	0	195,23
MYM9503	216390 - R 00009962	26/04/2025 07:39	7455	0	130,16
MYN0F31	216390 - A300014012	02/05/2025 11:01	5541	3	195,23
MYP0D40	216390 - A 30014551	22/04/2025 10:55	5819	7	880,41
MYP1975	216390 - R 00009842	20/04/2025 11:31	7455	0	130,16
MYQ7C61	216390 - A300014016	06/05/2025 09:01	5487	0	195,23
MYR7530	216390 - R 00009475	14/04/2025 10:10	7455	0	130,16
MYR7530	216390 - R 00009547	15/04/2025 11:00	7455	0	130,16
MYS6623	216390 - R 00009695	17/04/2025 09:59	7455	0	130,16
MYT4048	216390 - R 00009851	22/04/2025 06:10	7455	0	130,16
MYT4048	216390 - R 00009984	25/04/2025 05:59	7455	0	130,16
MYT4048	216390 - R 00010093	27/04/2025 14:43	7455	0	130,16
MYV2849	216390 - R 00009543	13/04/2025 14:32	7455	0	130,16
MYX2B28	216390 - R 00009719	18/04/2025 07:43	7463	0	195,23
MYZ0A09	216390 - A300013996	22/04/2025 09:33	5819	7	880,41
MYZ1192	216390 - R 00009577	19/04/2025 20:38	7455	0	130,16
MYZ1192	216390 - R 00009720	17/04/2025 17:05	7455	0	130,16
MYZ4837	216390 - R 00010122	29/04/2025 16:32	7455	0	130,16
MYZ8787	216390 - A 30014359	16/04/2025 11:23	6050	1	293,47
MZB8111	216390 - A 30014563	25/04/2025 21:55	6599	2	293,47
MZB8111	216390 - A 30014564	25/04/2025 21:55	5010	0	880,41
MZC1352	216390 - A 30014402	16/04/2025 16:57	6599	2	293,47
MZC1352	216390 - A 30014403	16/04/2025 16:57	5010	0	880,41
MZE9C44	216390 - R 00010191	01/05/2025 15:48	7455	0	130,16
MZF3D52	216390 - R 00009852	20/04/2025 08:51	7455	0	130,16
MZG2224	216390 - R 00009812	20/04/2025 08:08	7455	0	130,16
MZH1G22	216390 - R 00009468	13/04/2025 10:56	7455	0	130,16
MZH1G22	216390 - R 00009517	13/04/2025 16:02	7455	0	130,16
MZH1G22	216390 - R 00009537	13/04/2025 10:43	7455	0	130,16
MZH4C74	216390 - R 00009816	20/04/2025 14:01	7455	0	130,16
MZH4C74	216390 - R 00009817	21/04/2025 11:24	7455	0	130,16
MZH4C74	216390 - R 00010224	03/05/2025 11:41	7455	0	130,16
MZI3877	216390 - R 00009768	21/04/2025 07:19	7455	0	130,16
MZJ8920	216390 - A 30014377	24/04/2025 17:16	5720	0	195,23
MZJ9D81	216390 - R 00009590	19/04/2025 07:05	7455	0	130,16
MZL5191	216390 - A 30011469	30/04/2025 23:20	7579	0	2.934,70
MZL8B79	216390 - A 30014762	15/05/2025 09:52	5525	0	130,16
NDI9E93	216390 - R 00009605	19/04/2025 09:58	7455	0	130,16
NMO3E90	216390 - R 00009746	18/04/2025 08:17	7455	0	130,16
NMW3A81	216390 - A300014088	19/04/2025 08:26	5495	0	195,23
NMW3A81	216390 - A300014089	19/04/2025 08:27	6599	2	293,47

NNK6383	216390 - A300014083	17/04/2025 17:44	6084	1	195,23
NNL9771	216390 - A300014148	08/05/2025 16:33	5525	0	130,16
NNM9F13	216390 - A 30014557	23/04/2025 09:35	5541	4	195,23
NNQ0159	216390 - R 00009885	22/04/2025 15:22	7455	0	130,16
NNQ3716	216390 - R 00009789	20/04/2025 15:30	7455	0	130,16
NNQ3716	216390 - R 00009964	26/04/2025 15:51	7455	0	130,16
NNQ5589	216390 - A 30014555	23/04/2025 09:12	5541	4	195,23
NNV3H83	216390 - A300014082	17/04/2025 17:28	7633	1	293,47
NNV6201	216390 - R 00009620	19/04/2025 06:09	7455	0	130,16
NNX0894	216390 - A 30014573	03/05/2025 09:52	5541	7	195,23
NNX4125	216390 - R 00010146	30/04/2025 11:38	7455	0	130,16
NNY1H14	216390 - A300014081	17/04/2025 10:20	5525	0	130,16
NNY5877	216390 - A300013593	22/04/2025 10:45	5819	7	880,41
NNZ4H37	216390 - R 00009519	14/04/2025 13:26	7455	0	130,16
NNZ8785	216390 - A 30014353	16/04/2025 08:20	5541	4	195,23
NOB2A85	216390 - R 00009829	20/04/2025 16:19	7455	0	130,16
NOB5D85	216390 - R 00009748	18/04/2025 07:42	7455	0	130,16
NOB5F64	216390 - R 00010186	01/05/2025 15:09	7455	0	130,16
NOB6008	216390 - R 00009628	18/04/2025 11:27	7455	0	130,16
NOD0684	216390 - A 30014371	24/04/2025 10:52	5541	7	195,23
NOE0G56	216390 - R 00010091	26/04/2025 16:09	7455	0	130,16
NOE0G56	216390 - R 00010171	01/05/2025 09:58	7455	0	130,16
NOE3019	216390 - R 00009755	18/04/2025 07:55	7455	0	130,16
NOE4666	216390 - A300013585	17/04/2025 16:57	5525	0	130,16
NOF5H03	216390 - R 00009747	17/04/2025 12:14	7463	0	195,23
NOF6673	216390 - A 30014665	14/05/2025 09:30	5380	0	130,16

NOH2J09	216390 - A300014146	05/05/2025 17:10	5495	0	195,23
NPU5G91	216390 - A 30014367	24/04/2025 08:27	5541	7	195,23
NPV9I52	216390 - R 00009655	18/04/2025 14:19	7455	0	130,16
NPV9I52	216390 - R 00009674	17/04/2025 14:21	7455	0	130,16
NPV9I52	216390 - R 00009733	17/04/2025 10:28	7455	0	130,16
NPV9I52	216390 - R 00009925	23/04/2025 11:40	7455	0	130,16
NPV9I52	216390 - R 00010267	02/05/2025 12:27	7455	0	130,16
NQB3G81	216390 - R 00009877	22/04/2025 16:25	7455	0	130,16
NQG1D46	216390 - R 00009936	24/04/2025 10:34	7455	0	130,16
NQH5735	216390 - R 00010035	27/04/2025 20:55	7455	0	130,16
NQK7F19	216390 - A300014141	30/04/2025 11:18	5630	0	130,16
NQK7F19	216390 - R 00009553	15/04/2025 11:22	7455	0	130,16
NQK7F19	216390 - R 00009702	16/04/2025 16:24	7455	0	130,16
NQK7F19	216390 - R 00009738	17/04/2025 18:09	7455	0	130,16
NQK7F19	216390 - R 00010139	30/04/2025 15:56	7455	0	130,16
NQK7F19	216390 - R 00010145	30/04/2025 10:16	7455	0	130,16
NVE7728	216390 - R 00010163	01/05/2025 12:31	7455	0	130,16
OBP1494	216390 - A300013999	22/04/2025 09:47	5967	0	1.467,35
OBP1494	216390 - A300014000	22/04/2025 09:47	6599	2	293,47
OBP1494	216390 - R 00010015	25/04/2025 10:59	7455	0	130,16
OBP1494	216390 - R 00010118	28/04/2025 14:51	7455	0	130,16
OCE4D43	216390 - R 00010101	29/04/2025 10:27	7455	0	130,16
OET1572	216390 - R 00009803	21/04/2025 08:47	7455	0	130,16
OEX6D15	216390 - R 00009712	16/04/2025 09:29	7455	0	130,16
OEX6D15	216390 - R 00009980	24/04/2025 16:23	7455	0	130,16
OEX6D15	216390 - R 00010038	30/04/2025 08:51	7455	0	130,16
OEX6D15	216390 - R 00010077	29/04/2025 12:23	7455	0	130,16
OFA2900	216390 - A300014133	16/04/2025 10:08	5460	0	130,16
OFZ2D72	216390 - R 00010000	25/04/2025 19:56	7455	0	130,16
OFZ6H23	216390 - A300013267	29/04/2025 08:56	5967	0	1.467,35
OGC1B15	216390 - R 00009791	21/04/2025 10:12	7455	0	130,16
OGC2E62	216390 - R 00010156	01/05/2025 14:19	7455	0	130,16
OHY2J86	216390 - R 00009677	16/04/2025 14:23	7455	0	130,16
OJS4C93	216390 - A300014079	17/04/2025 09:47	5509	0	130,16
OJS6H75	216390 - A 30014502	19/04/2025 06:51	5487	0	195,23
OJT3H97	216390 - R 00009841	22/04/2025 05:15	7455	0	130,16
OJV3049	216390 - A 30014580	05/05/2025 10:44	5541	7	195,23
OJV5258	216390 - R 00009753	16/04/2025 10:12	7455	0	130,16
OJV5G12	216390 - A 00005214	19/04/2025 09:25	5541	4	195,23
OJW3A51	216390 - R 00009900	23/04/2025 19:38	7455	0	130,16
OJX2173	216390 - R 00009613	18/04/2025 15:08	7455	0	130,16
OJX6G08	216390 - A 30014506	22/04/2025 13:08	5487	0	195,23
OJY0E46	216390 - A 30012119	17/04/2025 11:29	5541	1	195,23
OJY1D43	216390 - R 00009676	17/04/2025 13:18	7455	0	130,16
OJZ1F44	216390 - A 30014569	03/05/2025 08:42	5410	0	130,16
OKA1705	216390 - R 00009551	13/04/2025 12:28	7463	0	195,23
OKA1705	216390 - R 00009799	20/04/2025 15:02	7455	0	130,16
OKA1705	216390 - R 00010087	28/04/2025 09:06	7455	0	130,16
OKA2F91	216390 - R 00009744	16/04/2025 16:56	7455	0	130,16
OKB1F33	216390 - A 00005232	03/05/2025 11:37	5487	0	195,23
OKB6C50	216390 - R 00010074	28/04/2025 14:31	7455	0	130,16
OKB8668	216390 - R 00009707	16/04/2025 11:46	7455	0	130,16
ORL1A07	216390 - A300013787	19/04/2025 07:40	6050	1	293,47
OVZ5J36	216390 - A300013978	16/04/2025 22:40	5010	0	880,41
OVZ7A33	216390 - A300013237	25/04/2025 08:34	5487	0	195,23
OWA0D98	216390 - R 00009808	20/04/2025 23:31	7463	0	195,23
OWA4G19	216390 - A 30014408	16/04/2025 21:49	5010	0	880,41
OWB1578	216390 - R 00009492	14/04/2025 08:27	7455	0	130,16
OWB1578	216390 - R 00009596	19/04/2025 11:12	7455	0	130,16
OWB1578	216390 - R 00009775	20/04/2025 08:09	7455	0	130,16
OWB3D81	216390 - R 00010023	26/04/2025 07:35	7455	0	130,16
OWB6214	216390 - A300013274	06/05/2025 17:20	5541	7	195,23
OWC8J95	216390 - A 30014504	19/04/2025 09:45	5525	0	130,16
OWC9A07	216390 - R 00009491	13/04/2025 17:29	7455	0	130,16
OWD1066	216390 - R 00010243	02/05/2025 10:59	7455	0	130,16
OWE0299	216390 - A 30014381	03/05/2025 06:15	5487	0	195,23
OWE0299	216390 - A 30014382	03/05/2025 06:15	6599	2	293,47
OWE1365	216390 - R 00010069	29/04/2025 23:38	7455	0	130,16
OWE5205	216390 - R 00010379	05/05/2025 10:11	7455	0	130,16
OWE5998	216390 - A 30011467	30/04/2025 22:58	6599	2	293,47
OWE5998	216390 - A 30011468	30/04/2025 22:59	5010	0	880,41
OWG2I88	216390 - A300014076	17/04/2025 08:50	5541	7	195,23
OWG3H49	216390 - R 00010029	29/04/2025 10:16	7455	0	130,16
OWG8B50	216390 - R 00010098	26/04/2025 17:29	7455	0	130,16
OXO2F51	216390 - R 00009902	23/04/2025 10:27	7455	0	130,16
OXO9436	216390 - A 30014598	16/05/2025 10:11	6599	2	293,47
OXO9436	216390 - A300013799	12/05/2025 11:05	5487	0	195,23
OZE1839	216390 - A 30014476	25/04/2025 17:36	6599	2	293,47
PAT6D91	216390 - R 00010187	01/05/2025 14:47	7463	0	195,23
PCK7B91	216390 - A300014147	08/05/2025 09:31	5495	0	195,23
PCU0297	216390 - R 00009823	21/04/2025 19:56	7455	0	130,16
PCU0297	216390 - R 00009969	24/04/2025 09:40	7463	0	195,23
PDS8E56	216390 - A 30014855	16/05/2025 09:33	5380	0	130,16
PDU0E93	216390 - R 00010109	28/04/2025 10:36	7455	0	130,16
PDW3A83	216390 - R 00009638	20/04/2025 05:29	7455	0	130,16
PDW3A83	216390 - R 00010180	01/05/2025 18:13	7455	0	130,16

PFJ2910	216390 - A 30014663	03/05/2025 09:30	5487	0	195,23
POF7789	216390 - R 00010175	01/05/2025 07:54	7455	0	130,16
POH8695	216390 - A300013261	28/04/2025 16:18	5487	0	195,23
POK3E57	216390 - R 00009945	24/04/2025 13:15	7455	0	130,16
PPZ7D86	216390 - R 00010203	02/05/2025 07:39	7455	0	130,16
PUG4I23	216390 - R 00009983	25/04/2025 12:43	7455	0	130,16
PXX4D47	216390 - R 00010133	30/04/2025 14:42	7455	0	130,16
QFA1E24	216390 - A300013981	17/04/2025 09:02	5380	0	130,16
QFC2G12	216390 - R 00009947	24/04/2025 22:26	7455	0	130,16
QFC7B26	216390 - R 00009703	16/04/2025 16:29	7455	0	130,16
QFE8414	216390 - R 00010007	25/04/2025 23:08	7455	0	130,16
QFI5F05	216390 - R 00009784	21/04/2025 11:40	7455	0	130,16
QFJ1A86	216390 - R 00009786	21/04/2025 08:56	7455	0	130,16
QFK1679	216390 - R 00009985	26/04/2025 12:17	7455	0	130,16
QFK1679	216390 - R 00010214	02/05/2025 14:49	7455	0	130,16
QFP6714	216390 - A300014144	05/05/2025 10:50	5495	0	195,23
QFQ1A82	216390 - R 00009741	16/04/2025 11:36	7455	0	130,16
QFQ2623	216390 - R 00009612	19/04/2025 11:22	7455	0	130,16
QFS5A02	216390 - R 00009709	16/04/2025 10:09	7455	0	130,16
QFT9B58	216390 - A300013236	16/04/2025 17:20	5010	0	880,41
QFU4D50	216390 - R 00010346	04/05/2025 13:36	7455	0	130,16
QFU4F74	216390 - A300012698	24/04/2025 17:05	5487	0	195,23
QFW7I78	216390 - A300014004	24/04/2025 09:29	5487	0	195,23
QFY0A88	216390 - A 30014414	24/04/2025 16:59	5525	0	130,16
QGA3A41	216390 - R 00009514	15/04/2025 13:59	7455	0	130,16
QGB4477	216390 - R 00009504	14/04/2025 16:24	7455	0	130,16

QGB4477	216390 - R 00009859	23/04/2025 14:35	7455	0	130,16
QGB4843	216390 - R 00009915	23/04/2025 04:22	7455	0	130,16
QGB5080	216390 - A 00005240	10/05/2025 18:10	5525	0	130,16
QGB7237	216390 - R 00009641	20/04/2025 06:57	7455	0	130,16
QGB7237	216390 - R 00009809	22/04/2025 06:22	7455	0	130,16
QGC0D95	216390 - R 00010082	30/04/2025 08:25	7455	0	130,16
QGD2346	216390 - R 00009616	19/04/2025 15:19	7455	0	130,16
QGD3168	216390 - R 00009682	17/04/2025 12:53	7455	0	130,16
QGD3253	216390 - R 00010096	28/04/2025 09:57	7463	0	195,23
QGD9485	216390 - R 00009552	14/04/2025 12:31	7455	0	130,16
QGD9485	216390 - R 00009699	18/04/2025 07:25	7455	0	130,16
QGD9485	216390 - R 00009855	20/04/2025 08:49	7455	0	130,16
QGD9485	216390 - R 00009953	25/04/2025 13:06	7455	0	130,16
QGD9870	216390 - R 00009561	15/04/2025 11:36	7455	0	130,16
QGF3637	216390 - R 00009521	14/04/2025 13:06	7455	0	130,16
QGF5154	216390 - R 00009657	19/04/2025 13:39	7455	0	130,16
QGG0A76	216390 - A 30014586	06/05/2025 10:35	5819	7	880,41
QGG5I31	216390 - R 00009771	21/04/2025 12:41	7455	0	130,16
QGH3J68	216390 - A300014010	28/04/2025 11:08	6599	2	293,47
QGH4F08	216390 - A 30014558	23/04/2025 09:28	5541	4	195,23
QGH7C67	216390 - A300013271	06/05/2025 16:46	5495	0	195,23
QGH7F53	216390 - A 30014706	05/05/2025 16:15	5487	0	195,23
QGH8064	216390 - A300013989	17/04/2025 17:43	6599	2	293,47
QGH8064	216390 - A300013990	17/04/2025 17:43	6858	0	130,16
QGH8064	216390 - A300013991	17/04/2025 17:43	7048	1	293,47
QGJ3H25	216390 - A 30014576	03/05/2025 11:16	5541	1	195,23
QGK8J34	216390 - R 00010097	27/04/2025 11:31	7455	0	130,16
QGK9070	216390 - A 30009968	25/04/2025 22:40	5010	0	880,41
QGK9070	216390 - A 30009969	25/04/2025 22:40	6599	2	293,47
QGN0C10	216390 - A 30014370	24/04/2025 10:24	5410	0	130,16
QGN8I09	216390 - R 00009507	13/04/2025 17:04	7455	0	130,16
QGO1A77	216390 - R 00010132	30/04/2025 13:09	7455	0	130,16
QGO2J82	216390 - A300013243	28/04/2025 08:46	5487	0	195,23
QGO4736	216390 - R 00009516	14/04/2025 09:53	7455	0	130,16
QGO5D08	216390 - R 00010254	03/05/2025 15:39	7455	0	130,16
QGO7E36	216390 - R 00009886	22/04/2025 10:56	7455	0	130,16
QGO7E36	216390 - R 00009898	23/04/2025 16:45	7455	0	130,16
QGP2H87	216390 - R 00009982	24/04/2025 12:16	7455	0	130,16
QGQ4D33	216390 - R 00010049	26/04/2025 18:46	7455	0	130,16
QGR7C01	216390 - A 30014467	16/04/2025 22:35	5010	0	880,41
QGS0338	216390 - A 30014420	29/04/2025 17:06	5487	0	195,23
QGS6E82	216390 - R 00009758	18/04/2025 08:36	7455	0	130,16
QGS8D50	216390 - R 00009675	16/04/2025 14:36	7455	0	130,16
QGT0906	216390 - A300013979	17/04/2025 08:38	5525	0	130,16
QGU8B78	216390 - R 00009813	20/04/2025 14:25	7455	0	130,16
QGW1D34	216390 - A300014078	17/04/2025 09:37	5541	4	195,23

QGW4D35	216390 - R 00010169	01/05/2025 08:40	7455	0	130,16
QGW6293	216390 - R 00009694	18/04/2025 09:13	7455	0	130,16
QGX0C46	216390 - A 30014205	26/04/2025 09:25	5487	0	195,23
QGX6G70	216390 - R 00009554	15/04/2025 14:20	7455	0	130,16
QGY2C32	216390 - R 00009770	21/04/2025 06:24	7455	0	130,16
QGY2C32	216390 - R 00010001	25/04/2025 13:28	7455	0	130,16
QGY3E02	216390 - R 00009912	23/04/2025 09:26	7455	0	130,16
QGY8I01	216390 - R 00009761	17/04/2025 12:25	7455	0	130,16
QGZ3D24	216390 - R 00009745	17/04/2025 12:00	7455	0	130,16
QLE0A41	216390 - A 30014416	24/04/2025 17:09	5541	3	195,23
QLE6E69	216390 - R 00009656	18/04/2025 16:20	7455	0	130,16
QOA1E61	216390 - R 00009697	18/04/2025 08:31	7455	0	130,16
QPK5C84	216390 - R 00009970	25/04/2025 21:29	7455	0	130,16
QSA6J98	216390 - R 00009774	21/04/2025 13:20	7455	0	130,16

QSC8E62	216390 - R 00009853	20/04/2025 13:10	7455	0	130,16
QSD2G25	216390 - A300013623	29/04/2025 16:04	5525	0	130,16
QSD5026	216390 - R 00009607	19/04/2025 14:09	7455	0	130,16
QSE0C15	216390 - R 00010045	29/04/2025 20:18	7455	0	130,16
QSE2A00	216390 - R 00010084	26/04/2025 16:59	7455	0	130,16
QSE2A00	216390 - R 00010340	05/05/2025 11:30	7455	0	130,16
QSE2A00	216390 - R 00010427	09/05/2025 07:49	7455	0	130,16
QSE4D98	216390 - R 00009923	22/04/2025 12:04	7455	0	130,16
QSG5B86	216390 - R 00010347	05/05/2025 13:23	7455	0	130,16
QSK2A84	216390 - R 00009871	23/04/2025 09:50	7455	0	130,16
QSK3A62	216390 - A 30014380	25/04/2025 18:22	6050	2	293,47
QSK6B20	216390 - R 00010095	29/04/2025 13:26	7455	0	130,16
QSL1E90	216390 - R 00009735	18/04/2025 00:24	7455	0	130,16
QUL7C84	216390 - R 00009717	16/04/2025 11:23	7455	0	130,16
QWL8D88	216390 - R 00010113	28/04/2025 15:09	7455	0	130,16
QXD5E52	216390 - R 00009992	24/04/2025 15:25	7455	0	130,16
QYC9G00	216390 - A 30014712	19/05/2025 16:48	5487	0	195,23
QYQ1F98	216390 - R 00009669	17/04/2025 06:16	7455	0	130,16
RDK1B01	216390 - R 00009680	17/04/2025 12:44	7455	0	130,16
REV5F63	216390 - R 00010281	06/05/2025 16:34	7455	0	130,16
RGA3H94	216390 - A 30014577	03/05/2025 11:24	7625	1	293,47
RGE5I88	216390 - R 00010265	03/05/2025 13:38	7463	0	195,23
RGE9I72	216390 - R 00009672	17/04/2025 15:40	7455	0	130,16
RGF5J21	216390 - R 00009645	19/04/2025 15:23	7455	0	130,16
RGF5J21	216390 - R 00009648	19/04/2025 15:27	7455	0	130,16
RGF5J21	216390 - R 00010206	02/05/2025 15:23	7455	0	130,16
RGG9H40	216390 - A 30014708	05/05/2025 16:40	5541	4	195,23
RGH2A95	216390 - A 00005239	10/05/2025 12:05	5541	4	195,23
RGH2J37	216390 - R 00010155	01/05/2025 10:01	7455	0	130,16
RGH4G33	216390 - R 00009725	17/04/2025 14:13	7455	0	130,16
RGH5F92	216390 - R 00010102	30/04/2025 08:23	7455	0	130,16
RGH7E43	216390 - A300014142	30/04/2025 16:19	5509	0	130,16

RGH7E43	216390 - R 00009889	24/04/2025 08:01	7455	0	130,16
RGH8B38	216390 - R 00009728	17/04/2025 15:15	7455	0	130,16
RGI3G83	216390 - R 00010199	01/05/2025 17:10	7455	0	130,16
RGI5A62	216390 - A 30014366	17/04/2025 10:03	5487	0	195,23
RGI5H39	216390 - A 30014704	02/05/2025 10:55	5452	2	195,23
RGI6G24	216390 - R 00010026	26/04/2025 10:07	7455	0	130,16
RGJ3G75	216390 - R 00010067	27/04/2025 12:21	7455	0	130,16
RGJ6D24	216390 - R 00009710	17/04/2025 06:52	7455	0	130,16
RGJ8G65	216390 - R 00010204	01/05/2025 09:53	7455	0	130,16
RGK3C59	216390 - A300014092	19/04/2025 09:31	6050	1	293,47
RGK4B37	216390 - R 00009527	15/04/2025 09:22	7455	0	130,16
RGK4E19	216390 - A 30014303	30/04/2025 10:20	5908	0	1.467,35
RGL2D66	216390 - R 00009743	18/04/2025 06:20	7463	0	195,23
RGM1I54	216390 - R 00009550	13/04/2025 16:21	7455	0	130,16
RGM2C25	216390 - R 00009820	20/04/2025 11:26	7455	0	130,16
RGM3G21	216390 - R 00009797	21/04/2025 15:52	7455	0	130,16
RGM9H16	216390 - R 00009566	18/04/2025 13:23	7455	0	130,16
RGN4A77	216390 - R 00009595	19/04/2025 20:49	7455	0	130,16
RGN5I60	216390 - R 00009524	14/04/2025 15:21	7463	0	195,23
RGN9F70	216390 - A 30014373	24/04/2025 16:42	5185	1	195,23
RIF7C26	216390 - A 30014757	09/05/2025 09:40	5525	0	130,16
RII3C43	216390 - R 00010094	28/04/2025 07:36	7455	0	130,16
RLS5H42	216390 - A300014137	16/04/2025 16:18	5541	4	195,23
RLT4J63	216390 - R 00009864	23/04/2025 07:31	7455	0	130,16
RLU4A12	216390 - R 00010209	02/05/2025 15:35	7455	0	130,16
RLU7A62	216390 - R 00010179	02/05/2025 05:46	7455	0	130,16
RLW9C54	216390 - R 00009856	21/04/2025 18:02	7455	0	130,16
RLX9J16	216390 - A 30014589	06/05/2025 15:45	5967	0	1.467,35
RLY2E45	216390 - R 00010130	30/04/2025 22:09	7455	0	130,16
RLY4C28	216390 - R 00009556	14/04/2025 12:01	7455	0	130,16
RLY4H24	216390 - A 30014354	16/04/2025 08:13	6637	1	195,23
RLY8C06	216390 - A300013235	16/04/2025 16:50	5010	0	880,41
RLZ0I08	216390 - A 30014418	29/04/2025 17:06	5487	0	195,23
RLZ0I08	216390 - R 00010104	29/04/2025 16:41	7455	0	130,16
RMY7D38	216390 - A300013249	05/05/2025 11:20	5525	0	130,16
RQA2I38	216390 - R 00010100	28/04/2025 12:35	7455	0	130,16
RQA5E76	216390 - R 00009481	13/04/2025 11:04	7455	0	130,16
RQB1A76	216390 - R 00009884	22/04/2025 07:14	7455	0	130,16
RQC3A84	216390 - R 00009795	21/04/2025 05:27	7463	0	195,23
RQD5F20	216390 - R 00009534	14/04/2025 13:34	7455	0	130,16
RQD5H04	216390 - R 00010025	25/04/2025 14:45	7455	0	130,16
RQD7C90	216390 - R 00009794	20/04/2025 08:59	7455	0	130,16
RQD7D13	216390 - R 00009847	21/04/2025 07:13	7455	0	130,16
RQD7F16	216390 - A 30014209	26/04/2025 10:16	5487	0	195,23
RQD8B30	216390 - R 00009835	21/04/2025 07:17	7455	0	130,16
RQE1F63	216390 - R 00009939	25/04/2025 11:57	7455	0	130,16

RQE5B59	216390 - R 00010410	08/05/2025 20:18	7455	0	130,16
RQE7J48	216390 - R 00009910	23/04/2025 12:28	7455	0	130,16
RQG0C61	216390 - A 30014503	19/04/2025 08:34	5487	0	195,23
RQG6E05	216390 - A 30014505	19/04/2025 10:52	5495	0	195,23
RQG6J08	216390 - R 00009588	18/04/2025 15:30	7455	0	130,16
RQG8H71	216390 - R 00009727	16/04/2025 11:39	7455	0	130,16
RQH0D35	216390 - R 00009687	17/04/2025 12:22	7455	0	130,16
RQH7C23	216390 - A300013788	23/04/2025 08:54	5541	7	195,23

RQJ1F99	216390 - R 00010181	01/05/2025 13:39	7455	0	130,16
RQJ4C38	216390 - R 00009825	21/04/2025 07:24	7455	0	130,16
RQJ6C36	216390 - R 00010027	26/04/2025 12:45	7455	0	130,16
RQJ7B50	216390 - R 00010255	03/05/2025 14:26	7455	0	130,16
RQK0I45	216390 - R 00009740	18/04/2025 08:37	7455	0	130,16
RQK3D15	216390 - R 00009759	17/04/2025 15:23	7455	0	130,16
RQK4D38	216390 - R 00010121	30/04/2025 06:36	7455	0	130,16
RQL2G47	216390 - R 00009503	15/04/2025 11:13	7455	0	130,16
RQL5H58	216390 - A 30014468	19/04/2025 21:46	6408	0	130,16
RQL8B17	216390 - R 00009941	24/04/2025 12:53	7455	0	130,16
RTA4H46	216390 - R 00009997	26/04/2025 14:45	7455	0	130,16
RUB6C64	216390 - R 00010123	30/04/2025 08:32	7463	0	195,23
RZN9G70	216390 - R 00009917	22/04/2025 10:23	7455	0	130,16
RZS4J59	216390 - A 30014483	26/04/2025 23:28	5380	0	130,16
RZX7G70	216390 - A 30014365	16/04/2025 11:04	5720	0	195,23
RZZ8F25	216390 - R 00009684	17/04/2025 12:49	7455	0	130,16
SAO4D56	216390 - R 00009635	19/04/2025 16:44	7455	0	130,16
SAZ7D72	216390 - R 00010216	03/05/2025 15:23	7463	0	195,23
SIY0E56	216390 - R 00010086	26/04/2025 23:41	7455	0	130,16
SKU1G20	216390 - A300013982	17/04/2025 09:54	5525	0	130,16
SKU5G70	216390 - A 30014208	26/04/2025 10:10	5487	0	195,23
SKV0J73	216390 - R 00010361	06/05/2025 13:56	7455	0	130,16
SKV6C89	216390 - R 00009819	21/04/2025 23:32	7455	0	130,16
SKV6C89	216390 - R 00009833	21/04/2025 23:41	7455	0	130,16
SKW0A80	216390 - R 00009779	21/04/2025 13:59	7463	0	195,23
SKY3J98	216390 - R 00010006	25/04/2025 11:26	7455	0	130,16
SKY9B06	216390 - R 00010089	26/04/2025 23:09	7455	0	130,16
SKZ3H39	216390 - A 30014211	08/05/2025 18:04	5460	0	130,16
SKZ4H54	216390 - R 00010290	05/05/2025 08:13	7455	0	130,16
SLB2G84	216390 - R 00010072	28/04/2025 17:08	7463	0	195,23
SLD2I15	216390 - R 00009555	13/04/2025 12:48	7455	0	130,16
SLD4E32	216390 - A 30014516	21/05/2025 10:37	5541	4	195,23
SLD4E32	216390 - R 00010395	08/05/2025 10:47	7455	0	130,16
SLE3E96	216390 - R 00009987	24/04/2025 15:29	7463	0	195,23
SLE5J68	216390 - R 00009569	20/04/2025 04:33	7463	0	195,23
SNW6E98	216390 - R 00009622	18/04/2025 14:39	7455	0	130,16
SOH2C86	216390 - R 00009713	17/04/2025 12:05	7455	0	130,16
SOH9I86	216390 - R 00010207	03/05/2025 12:44	7455	0	130,16
SSI6F60	216390 - R 00009913	23/04/2025 08:41	7455	0	130,16
SZR4A33	216390 - R 00010287	04/05/2025 15:12	7455	0	130,16
TDE9C55	216390 - A 30014591	06/05/2025 17:13	5541	1	195,23
TIE0H88	216390 - R 00010014	26/04/2025 13:03	7455	0	130,16
TOT9G24	216390 - A 30014400	10/05/2025 11:37	5525	0	130,16
TPA0G40	216390 - R 00009633	19/04/2025 23:09	7455	0	130,16
TPA5I70	216390 - R 00009536	13/04/2025 13:38	7455	0	130,16
TPB9H00	216390 - A300013265	28/04/2025 17:30	5541	4	195,23

CAICO/RN, 17 DE JUNHO DE 2025

LUZINETE DE SOUZA DANTAS
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos SEMUTRAN - CAICO / RN

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:B31B484A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 6/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS - SEMUTRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 6/2025
A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos de Caicó, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação ou pedido de advertência por escrito dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, NOTIFICA DA PENALIDADE DE MULTA referente à infração de trânsito, os proprietários dos veículos ou infratores relacionados no ANEXO do presente edital, com suas respectivas penalidades.
O pagamento da multa poderá ser efetuado com um desconto de 20% do seu valor, até o vencimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital. Além disso, caso queiram, os interessados poderão, dentro do mesmo prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso em 1ª instância perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações. Para isso, é necessário apresentar um requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado.
Os Recursos poderão ser entregues na unidade administrativa da SEMUTRAN na Rua Vereador Severino Fernandes, n° 60, Penedo, Caicó/RN - CEP: 59300-000, ou enviados pelo e-mail: semutran@caico.rn.gov.br, e deverão ser acompanhados, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.
Os dados em anexo são apresentados na seguinte sequência: placa do veículo, nº do auto de infração, data da infração, código da infração, desdobramento, Valor da Multa.

Caicó/RN, 17 de junho de 2025.

LUZINETE DE SOUZA DANTAS
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos.

Rua Vereador Severino Fernandes, 60, Penedo – Caicó/RN CNPJ (MF) 08.096.570/0001-39 | semutran@caico.rn.gov.br admsemutran@caico.rn.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 6/2025

Página : 1 / 2

Placa	Nº Auto Infração	Data Infração	Cód. da Infração	Desdobramento	Valor da Multa
AJZ7924	216390 - R 00008236	11/03/2025 12:14	7455	0	130,16
EBY3875	216390 - R 00008096	21/02/2025 13:38	7455	0	130,16
MYZ1058	216390 - R 00007914	17/02/2025 14:02	7463	0	195,23
MZA3H15	216390 - R 00008081	25/02/2025 09:22	7455	0	130,16
MZB1468	216390 - R 00008135	27/02/2025 19:01	7455	0	130,16
MZK6672	216390 - A300013419	21/02/2025 17:05	5541	7	195,23
MZM2A21	216390 - A300012592	20/02/2025 10:22	5487	0	195,23
NOA2E41	216390 - A300013704	01/03/2025 00:35	7579	0	2.934,70
NOB6D77	216390 - A300013342	06/03/2025 16:49	5487	0	195,23
NOC9864	216390 - A300012468	01/03/2025 14:10	5550	0	130,16
NOD0H69	216390 - R 00008012	24/02/2025 16:37	7455	0	130,16
NOG1B84	216390 - R 00007935	16/02/2025 10:14	7455	0	130,16
OJS4E72	216390 - R 00008094	21/02/2025 06:59	7455	0	130,16
OJV2320	216390 - A300013329	25/02/2025 16:43	5541	7	195,23
OKB4544	216390 - R 00008258	09/03/2025 12:06	7455	0	130,16
OVZ0307	216390 - A300013252	11/03/2025 16:30	6599	2	293,47
OVZ0307	216390 - A300013253	11/03/2025 16:30	6408	0	130,16
OWB1578	216390 - R 00008025	22/02/2025 07:08	7455	0	130,16
OWB9H70	216390 - R 00007983	16/02/2025 09:56	7455	0	130,16
OYO6F96	216390 - R 00008004	18/02/2025 03:26	7455	0	130,16
PCH9F14	216390 - R 00008002	16/02/2025 13:21	7455	0	130,16
PCL4H90	216390 - R 00008154	03/03/2025 01:40	7463	0	195,23
PCU0297	216390 - A300013525	12/03/2025 10:06	6041	2	195,23
PCU0297	216390 - A300013526	12/03/2025 10:06	6599	2	293,47
PCU0297	216390 - R 00008225	12/03/2025 12:44	7455	0	130,16
PUR6I08	216390 - A300013327	23/02/2025 18:24	5525	0	130,16
QGB4952	216390 - R 00008011	26/02/2025 19:57	7455	0	130,16
QGF4F80	216390 - R 00008186	01/03/2025 06:26	7455	0	130,16
QGI2C47	216390 - R 00008197	09/03/2025 10:10	7455	0	130,16
QGK9H97	216390 - R 00008084	24/02/2025 02:07	7455	0	130,16
QGM7F53	216390 - A300013803	08/03/2025 10:47	5410	0	130,16
QGN3154	216390 - R 00008173	02/03/2025 00:31	7455	0	130,16
QGO6057	216390 - A300013323	22/02/2025 08:08	5541	7	195,23
QGR3348	216390 - R 00008062	27/02/2025 07:14	7455	0	130,16
QGS0054	216390 - R 00008059	26/02/2025 08:23	7455	0	130,16
QGT3J62	216390 - R 00008213	09/03/2025 15:29	7455	0	130,16
QGT3J62	216390 - R 00008246	09/03/2025 09:26	7455	0	130,16
QGT6D67	216390 - R 00008165	01/03/2025 19:27	7455	0	130,16
QGU3B17	216390 - A300013435	26/02/2025 10:35	5525	0	130,16
QGU3D69	216390 - R 00008018	25/02/2025 12:12	7455	0	130,16
QXD5E52	216390 - A300012591	20/02/2025 10:33	7633	1	293,47
QYN3F59	216390 - R 00008322	12/03/2025 08:39	7455	0	130,16
QYN3F59	216390 - R 00008440	14/03/2025 08:41	7455	0	130,16
RGF7H19	216390 - R 00007997	16/02/2025 11:37	7455	0	130,16
RGH8F99	216390 - R 00008136	02/03/2025 15:21	7455	0	130,16
RHO4F40	216390 - A300012456	26/02/2025 10:25	5541	7	195,23
RLW3I70	216390 - A 30010123	02/03/2025 15:53	5550	0	130,16
RQA0J39	216390 - A300013527	12/03/2025 16:59	7340	0	130,16
RQI2A24	216390 - R 00008484	14/03/2025 10:41	7463	0	195,23
RQI6C79	216390 - A 30009792	21/02/2025 16:12	5541	4	195,23
RQJ8J65	216390 - R 00008482	14/03/2025 11:09	7455	0	130,16
RVU1F25	216390 - R 00008171	04/03/2025 14:29	7455	0	130,16

CAICO/RN, 17 DE JUNHO DE 2025

LUZINETE DE SOUZA DANTAS
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos SEMUTRAN - CAICO / RN

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:8CC50EA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 078/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 078/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2025

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa SOLOLAB ENGENHARIA GEOTECNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º45.076.653/0001-92, estabelecida a Rua Espedito Abrantes De Lima, n.º 112, Areias, cidade de Sousa, Paraíba.
Do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAGEM GEOTÉCNICA TIPO SPT COM OBJETIVO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS.

Do valor total: R$ 17.311,00

Item	Unidade	Qtd	Valor unit.	Valor total
SONDAGEM SPT COM PROFUNDIDADE DE ATÉ 15 M (CONFORME NBR 6484:2020), POR FURO	Unidade	10,00	R$ 915,50	R$ 9.155,00
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE E EQUIPAMENTOS POR CAMPANHA	Unidade	4,00	R$ 1.350,00	R$ 5.400,00
ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO COM INTERPRETAÇÃO DOS DADOS POR CAMPANHA	Unidade	4,00	R$ 689,00	R$ 2.756,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Código reduzido	Código	Descrição
248	02.009.12.365.0008.2082.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * MELHORIA E ESTRUTURACAO DO DO ENSINO INFANTIL * MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
158	02.009.12.361.0024.2048.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * MELHORIA/ESTRUTURACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL * MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
130	02.009.12.122.0025.2081.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * REESTRUTURACAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS * MANUTENCAO FUNCIONAMENTO DA SEC EDUCACAO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.
Da vigência: de 11/06/2025 a 11/06/2026

Carnaúba dos Dantas/RN, 11 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) P/ Contratante

JOSE CLODOALDO BARBOSA DO NASCIMENTO SEGUNDO
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:8D78C4F5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 080/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 080/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2025

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa Concretiza Construtora E Servicos Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.953.104/0001-35, estabelecida a Rua Sit Sitio Torroes, n.º SN, Zona Rural, cidade de São José Do Egito, Pernambuco.
Do objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE DENOMINAÇÃO DE RUAS CONFECCIONADAS EM AÇO GALVANIZADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES PUBLICOS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.

Do valor total: R$ 40.260,00

Item	Unidade	Qtd	Valor unit.	Valor total
FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM CONJUNTO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS COM 2 PLACAS GALVANIZADAS NA CHAPA 20 MM NO TAMANHO 25X50 CM. ADESIVADA E APLICADO O VERNIZ AUTOMOTIVO COM 2 ABRAÇADEIRAS E PARAFUSOS GALVANIZADOS INSTALADA EM UM TUBO DE 3 METROS GALVANIZADO DE 2 POLEGADAS, DEPOIS CHUBADA COM CONCRETO EM CIMENTO NA ZONA URBANA DESTE MUNICÍPIO.	Unidade	122,00	R$ 330,00	R$ 40.260,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Código reduzido	Código	Descrição
348	02.011.15.452.0010.2066.3.3.90.39.1.500.0000	SEC. MUN. DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPOTES * MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS * MANUTENCAO DA SEC. OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPOR * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Recursos não Vinculados de Impostos

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.
Da vigência: de 12/06/2025 a 12/06/2026

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal)
P/ Contratante

MARIA EMANUELLE DE MEDEIROS ROCHA
P/Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:887298F5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 081/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 081/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2025

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa Its Servicos De Controle Patrimonial E Educacional Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.580.684/0001-00, estabelecida a Rua Jardelino Pinto Brandao, n.º 97, Catole, cidade de Campina Grande, Paraíba.
Do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.

Do valor total: R$ 15.950,00

Item	Unidade	Qtd	Valor unit.	Valor total
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS EXCETO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO PATRIMONIAL: catalogação, identificação e rastreamento de todos os bens móveis da Prefeitura municipal de INVENTÁRIO FÍSICO DOS BÉNS MÓVEIS: Consta de uma análise criteriosa e individual de cada bem e sua respectiva localização informando: Número de tombamento, posição em tempo real, marca, modelo, número de série, valor do bem, estado de conservação (avaliação de bem). FORNECIMENTO DAS PLACAS DE PATRIMONIO: Fabricada em alumínio ionizado com: com numeração de tombamento, logotipo da prefeitura municipal. AFIXAÇÃO DAS PLACAS DE PATRIMONIO: lançando mão de uma equipe especializada e ferramentas adequadas, afixamos as placas patrimoniais com arrebites ou colas especificamente em cada bem, possibilitando uma fácil visualização e padronização EMISSÃO DE UM RELATÓRIO: Entrega de um relatório de patrimônio de todos os bens móveis adquiridos e sob a guarda da prefeitura, resultante do processo de inventário, dentro das normas legais que regem o setor de patrimônio público da União e municípios, além de estar de acordo com a exigência do tribunal de contas do estado do RN. SANEAMENTO: final da análise patrimonial, gerando através do inventario físico de todos os bens móveis, subsídio para eliminar as sobras, sucatas e dar destino aos bens obsoletos e em desuso.	Svç	1,00	R$ 7.975,00	R$ 7.975,00
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DE TUDO QUE FAZ PARTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO PATRIMONIAL: catalogação, identificação e rastreamento de todos os bens móveis da Prefeitura municipal de INVENTÁRIO FÍSICO DOS BÉNS MÓVEIS: Consta de uma análise criteriosa e individual de cada bem e sua respectiva localização informando: Número de tombamento, posição em tempo real, marca, modelo, número de série, valor do bem, estado de conservação (avaliação de bem). FORNECIMENTO DAS PLACAS DE PATRIMONIO: Fabricada em alumínio ionizado com: com numeração de tombamento, logotipo da prefeitura municipal. AFIXAÇÃO DAS PLACAS DE PATRIMONIO: lançando mão de uma equipe especializada e ferramentas adequadas, afixamos as placas patrimoniais com arrebites ou colas especificamente em cada bem, possibilitando uma fácil visualização e padronização EMISSÃO DE UM RELATÓRIO: Entrega de um relatório de patrimônio de todos os bens móveis adquiridos e sob a guarda da prefeitura, resultante do processo de inventário, dentro das normas legais que regem o setor de patrimônio público da União e municípios, além de estar de acordo com a exigência do tribunal de contas do estado do RN. SANEAMENTO: final da análise patrimonial, gerando através do inventario físico de todos os bens móveis, subsídio para eliminar as sobras, sucatas e dar destino aos bens obsoletos e em desuso.	Svç	1,00	R$ 7.975,00	R$ 7.975,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Código reduzido	Código	Descrição
51	02.004.04.122.0003.2002.3.3.90.39.1.500.0000	SEC. MUL. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO * REESTRUTURACAO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL * MANUTENCAO DA SEC. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Recursos não Vinculados de Impostos
280	02.009.12.367.0025.2063.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * REESTRUTURACAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS * MANUTENCAO CENTRO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
248	02.009.12.365.0008.2082.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * MELHORIA E ESTRUTURACAO DO DO ENSINO INFANTIL * MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
158	02.009.12.361.0024.2048.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * MELHORIA/ESTRUTURACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL * MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
130	02.009.12.122.0025.2081.3.3.90.39.1.500.1001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO * REESTRUTURACAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS * MANUTENCAO FUNCIONAMENTO DA SEC EDUCACAO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.
Da vigência: de 16/06/2025 a 16/06/2026

Carnaúba dos Dantas/RN, 16 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) p/ Contratante

IVOMAR TAVARES BADU
P / Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:0B6AFB2B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DE SELEÇÃO PRELIMINAR EDITAL 001/2025 – PREMIOS CULTURAIS

HOMOLOGAÇÃO DE SELEÇÃO PRELIMINAR
EDITAL 001/2025 – PREMIOS CULTURAIS

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL 001/2025 – EDITAL DE PREMIAÇÃO - INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS - PROJETOS CULTURAIS – CORONEL EZEQUIEL/RN.

Fazemos saber a todos os interessados, que, nesta data, torna-se pública a Resultado de SELEÇÃO PRELIMINAR DE PROPOSTAS do EDITAL DE PREMIAÇÃO - INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS – PROJETOS CULTURAIS, tendo como participantes fazedores de cultura Pessoa Física, conforme critérios estabelecidos em Edital e na Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB, regulamentada pelo Decreto n° 11.740 de 18 de outubro de 2023, município de CORONEL EZEQUIEL/RN.
1 - Relação de Habilitados Selecionados:

Nº	PROPONETE	CPF	Modalidade	PONTOS
1º	Adailson Amaro de Lima	068.307.384-23	Musico	80
2º	Daikon Franciê Azevedo de Lima	087.108.714-64	Musico/cantor	75
3º	Iranilda Aparecida do Nascimento Mendes	459.489.414-34	Artesã	70
4º	Wilson Martins Araújo	077.040.224-07	Cantor/ compositor	70
5º	Janiely Caroline da Silva	017.473.274-09	Cantora	65
6º	Jurema Gednilsa Andrade de França	029.389.214-89	Artesã	65
7º	Lucileide Barbosa Casado	032.506.074-60	Artesã	65
8º	Nyedja Jaciara Mendes	039.206.454-56	Artesã	65
9º	Veronica Martins de Albuquerque	028.384.334-90	Artesã	65
10º	Wênia Lucia de Lima Costa	075.130.694-09	Artesã	65
11º	Wilson Bozano de Oliveira	017.952.134-93	Cantor	65
12º	Erivaldo Ferreira da Silva	071.397.024-38	Músico	60
13º	Fabio Macedo de Araujo	039.370.244-84	Locutor	60
14º	Jose Egberto da Silva	067.291.394-12	Músico	60
15º	José Renato de Lima	702.007.034-55	Coreógrafo	60
16º	Jucieryson Nathan Costa da Silva	018.126.474-92	Músico	60
17º	Kátia Luana Barbosa Casado	706.491.854-47	Artesã	60
18º	Valdécio Diogo da Silva	056.738.544-20	Músico/cantor	60
19º	Vitor Silva Alexandre	145.279.534-78	Músico	60
20º	Mirely Ismênia Macedo da Rocha Silva	124.617.044-22	Poetisa / cordelista	55
21º	Fabricio Souto da Silva (menor de 18)	708.356.724-76	Músico	55
22º	Gabriel Silva Vieira (menor de 18)	018.123.739-22	Artista plástico	55
23º	João Vitor Rufino das Chagas (menor de 18)	170.131.564-50	Músico	55
24º	Pedro Henrique Araujo Ferreira (menor de 18)	124.654.624-82	Músico	55
25º	Altino Teixeira de Lima	055.793.004-92	Músico	55

Coronel Ezequiel/RN,18 de junho de 2025.

Membros do Comitê Gestor de Cultura

JOSÉ ERISON DE SOUZA
Secretaria Municipal de Cultura

MACIEL DA COSTA SILVA
Secretaria Municipal de Turismo

JUREMA GENILSA ANDRADE DE FRANÇA
Representante do Seguimento Cultural

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:3C2D89E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETRIZES PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL-CORONEL EZEQUIEL/RN

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Educação em Transformação

DIRETRIZES PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

CORONEL EZEQUIEL/RN 2025

Equipe institucional

Thales Watson de Farias de Azevedo
Prefeito Municipal

Elizete Dantas da Silva de Farias
Secretária municipal de Educação

Maíris Sousa Pereira Freitas
Gestora Escolar

Maria Franciely Silva do Nascimento
Suporte pedagógico

Maria Aparecida de Almeida
Suporte pedagógico

Wenia Lúcia de Lima Costa
Coordenadora da educação em tempo integral- anos inicias- "Educação em transformação''

Josefa Barbosa Araújo da Silva
Técnica

1 – Introdução

A Educação vem sofrendo grandes transformações ao longo dos anos. As mudanças de paradigmas teóricos, didáticos e práticos vêm ocorrendo de maneira exponencial, então reconhecemos o papel da escola como formadora do indivíduo e que desempenha funções sociais, científicas, culturais e de aperfeiçoamento. Nesse contexto, a Educação Integral vem sendo refletida no que se refere ao tempo escolar dos estudantes, ou seja, ao período em que o estudante, diariamente, permanecerá efetivamente na escola constituindo uma política pública educacional que possibilita atender as diversas demandas da valorização da pessoa desenvolvendo uma cultura pedagógica voltada aos pressupostos do século XXI e alinhados aos pressupostos da BNCC.

Durante os últimos anos, uma série de abordagens teóricas discutem o tema e inúmeras concepções são elaboradas. Todavia, concordamos com a visão de Maurício (2009a, p. 54-55), o qual diz que a Educação Integral: *"reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstância. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente".*

Nesse sentido, percebemos que a concepção de Educação Integral, ancora-se nas em três bases epistemológicas principais:

ROLANDO TORO ARANEDA – (vivencial) – tudo tem que dar um sentido à vida;

PAULO FREIRE – (dialógico) – troca de saberes entre sujeitos;

EDGAR MORIN – (reflexivo) - pensamento complexo;

Diante disso, a Educação Integral é uma proposta atual de ensino e de aprendizagem que procura envolver os alunos num processo de estímulo das capacidades e inteligências tendo como método de aplicação das ações o reflexivo-dialógico-vivencial, com foco na apreensão do significado do que o sujeito está aprendendo, na construção do sentido bem como, na aplicação do que foi aprendido e no desenvolvimento da inteligência afetiva (através dos vínculos). Além disso, tal modalidade incentiva os estudantes a desenvolverem os seguintes aspectos: 1 - cognitivo (o saber educacional); 2 - social (o saber coletivo/comunitário); 3 – físico (o saber corporal/ movimentos); 4 – afetivo (o saber emocional); 5 - solidário (o saber fraterno/companheirismo).

É importante destacar que, ao elaborar os caminhos para a implantação da Educação em Tempo Integral, não se pense em preencher os espaços escolares e os tempos ociosos dos estudantes e não se intente segmentar a rotina escolar em turnos divididos. É preciso compreender que nessa proposta, as diversas ramificações de atividades educacionais (esportivas e de lazer, culturais, artísticas, educoemocionais, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras) devem ser compreendidas e praticadas de maneira una, integrada, transversal ao conteúdo tradicional para que sejam experienciadas pelos estudantes a fim de que as aprendizagens sejam significativas, prazerosas e calcadas em alguns princípios básicos:

– *integralidade:* é um princípio que busca desenvolver, aprimorar e valorizar o potencial cognitivo e intelectual do estudante, dando a devida atenção às dimensões humanas, num viés que equilibre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores, espirituais e sociais, integrando o processo de desenvolvimento humano a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras.

- *intersetorialidade:* interrelação entre setores administrativos e da sociedade civil organizada a fim de potencializar a oferta de serviços públicos para que haja melhoria na qualidade da educação de forma integrada.

- *transversalidade:* busca vincular a aprendizagem dos alunos aos interesses e aos problemas reais dos mesmos e da comunidade na qual eles estão inseridos.

- *diálogo escola-comunidade*: valoriza os saberes escolares e os saberes populares de forma integrativa, valorizando as culturas populares e o resgate das tradições locais.

- *territorialização:* propõe o rompimento das fronteiras escolares para que envolva a comunidade, incentivando as parcerias sociais e a criação de projetos socioculturais;

- *trabalho em rede e convivência escolar:* compreender a escola como uma rede de aprendizagens e de ensinamentos entre as diversas fases da vida estudantil, propondo uma troca de saberes entre as crianças, jovens e adolescentes.

No que se refere aos aspectos legais, a Educação Integral inscreve-se no campo das políticas sociais e suas ações, estão respaldadas por legislação consistente, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as quais mostram que o dever do Estado para a Educação Básica vai além da escola, incluindo, assim, o atendimento aos estudantes, em virtude de transformações sociais, econômicas e políticas, as quais exigem a ampliação do tempo de ensino obrigatório no Brasil.

A Lei n° 9.394/96 (LDB), em seus Arts. 34 e 87 prevê o aumento progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral, conforme segue:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

[...]

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.[…]

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, garante a oferta de Educação Integral em seus Objetivos e Metas:

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
Estratégia 6.1: promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

Desse modo, o município de Coronel Ezequiel-RN aponta a necessidade da implantação de Educação em Tempo Integral, identificando através de análise e estudos demandas de para elaboração de um projeto que impulsione e concretize a Educação em Tempo Integral na nossa Rede de Ensino.
Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação de Coronel Ezequiel-RN, implantou um currículo integralizado contínuo, que oferecerá possibilidades de ampliar tempos, espaços e oportunidades educacionais alinhado e concebido no Projeto **"Educação em Transformação".** A ideia do nome na concepção municipal nos remete à uma educação dinâmica e sempre em transformação que permeia a ideia de união, de parceria entre os atores sociais, envolvidos no processo educacional; e assim a partir do símbolo podemos identificar a diversidade e a integração como pressuposto do novo modelo educacional.

- Objetivos*:*
Objetivos Gerais:
✔ ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes da Rede Pública Municipal de Coronel Ezequiel-RN, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, técnico-científicas e esportivas relacionadas às áreas do conhecimento, concepções e eixos transversais do Currículo da Educação Básica;
✔ contribuir com a formação de cidadãos para o mundo do trabalho, na perspectiva da Educação Integral, em jornada ampliada de 7 horas de trabalho pedagógico efetivo.

Objetivos Específicos:
✔ promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante;

✔ fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar;
✔ estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida;
✔ estimular o vínculo da escola com a comunidade, com vistas às necessidades de desenvolvimento de habilidades procedimentais e socioemocionais dos estudantes, por meio de vivências teórico-práticas nos diversos segmentos que constituem a sua trajetória de vida;
✔ oferecer educação com qualidades humanística, democrática e inclusiva;
✔ contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança.

- Organização dos tempos e espaços nas Etapas e Modalidades
A organização do trabalho pedagógico precisa ter como núcleo a organização dos tempos, dos ambientes e dos materiais, sendo que, quando integrados, proporcionam uma rotina condizente com os interesses e as necessidades do estudante num contexto lúdico e prazeroso. Vale ressaltar que, a proposta de Educação em tempo integral não existe modelos pré-definidos, porém há a necessidade de fundamentar as práticas em um currículo capaz de integrar os diferentes campos de conhecimentos, bem como as várias dimensões formadoras dos estudantes.
Quanto à grade horária, cada Unidade Escolar deverá defini-la e registrá-la em sua proposta pedagógica. Sua composição deverá respeitar a Base Nacional Comum Curricular (Formação Geral) e os componentes curriculares da Parte Diversificada, adequando-se à perspectiva do tempo contínuo de ensino e aprendizagem, ampliando em 3 a 5 horas diárias de jornada escolar, conforme previsto pela Unidade Escolar.
Para garantir o sucesso e a participação ativa de todos dentro da escola, faz-se necessário o envolvimento da coordenação pedagógica local atuando como articuladora das atividades da matriz curricular, evitando que se formem dois turnos distintos. A coordenação pedagógica deve acompanhar o trabalho escolar, inclusive do voluntariado, realizando encontros periódicos, a fim
de orientar e dar suporte à implementação de atividades complementares que se relacionem com as da Base Nacional Comum, além de integrar áreas/conhecimentos da Base com temáticas que potencializam e enriqueçam os projetos pedagógicos da Parte Flexível da Matriz Curricular.

Todos os envolvidos no processo educacional são responsáveis pelos estudantes ao longo da jornada diária, por exemplo, em horários de refeição, nos quais é preciso o acompanhamento de profissionais, sejam professores, funcionários da cozinha, auxiliares de educação, coordenadores pedagógicos, gestores, educadores voluntários sociais, entre outros. Assim, cada Unidade Escolar deverá fazer sua escala, de forma que os estudantes tenham acesso à maior quantidade possível de oportunidades educacionais em diversos espaços e ambientes, dentro e fora da Unidade Escolar.
Com vistas à ressignificação dos espaços educativos, parcerias com outros órgãos ou instituições podem ser articuladas para a realização de atividades tanto na escola quanto fora dela. Para isso, é necessário:
✔ definir responsabilidade dos partícipes;
✔ desenvolver o trabalho em conjunto sem que as partes percam sua autonomia;
✔ garantir benefício e aprendizado a ambas as partes;
✔ avaliar o impacto deve ser esperado na parceria;
✔ documentar, formalmente, os termos que irão reger a parceria.
Diante dessas explanações e, analisando a situação local, a Secretaria Municipal de Educação de Coronel Ezequiel-RNoptou por adotar a **carga horária de 07 horas/aula diárias.**
Protagonismo:
O Ensino Integral tem como principal objetivo a formação de crianças e jovens, competentes e solidários. Neste sentido, o protagonismo é um processo no qual os estudantes são simultaneamente os sujeitos e objetos que desenvolvem as suas próprias potencialidades.
No modelo de Educação proposta para a Rede Municipal de Educação de Coronel Ezequiel-RNoportunizaremos que as crianças e jovens possam participar de situações cotidianas que estabeleçam a relação com espaços de vivências e autonomias estudantil.
Para as turmas do Ciclo de alfabetização propomos que as lideranças sejam estabelecidas pela estratégia de indicação de "Ajudantes do dia" tendo em vista que o público dessa etapa exige metodologias e ações que respeitem suas potencialidades pessoais e sociais.

Para o Ciclo complementar (turmas do ensino infantil e ensino fundamental I E II) propomos as eleições de líderes de turma. Neste caso, é importante que haja a interação dos sujeitos no processo, pois esse modelo sustenta a ideia do protagonismo juvenil e assim assegurará a formação para valores e a formação para o mundo do trabalho e social.

Nas duas situações o protagonismo será estabelecido conforme o nível de cada turma e deverá ser apresentado no Projeto Político Pedagógico as estratégias voltadas às escolhas destes "líderes estudantis".

Acolhimento:

O acolhimento é uma estratégia em que a equipe escolar acolhe os estudantes cotidianamente e o objetivo deste momento é sensibilizar através da empatia, da construção coletiva e atividades diferenciadas cada estudante. Além de ser um momento de recepção da gestão escolar, dos educadores e/ou funcionários.

No acolhimento diário, podem ocorrer as celebrações das conquistas de resultados alcançados tanto por estudantes como das equipes gestoras e docentes. Podem ser feitas dinâmicas, leituras de textos temáticos alusivos a períodos comemorativos, apresentações artísticas, músicas, etc. Enfim, acolher significa despertar os estudantes para o seu percurso diário na escola.

Para desenvolvermos esse conceito orientamos que o acolhimento dos estudantes acontece de forma coletiva pelo menos uma vez por semana observando a necessidade de temáticas semanais e para os demais dias é necessário que os docentes observem as orientações didáticas com ênfase na predição das atividades do material estruturado.

Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e anos finais

No Ensino Fundamental, é imprescindível ampliar as oportunidades educacionais, seja nas artes, cultura, esportes ou na vivência das demais experiências. Para isso, os momentos de formação configuraram-se como circunstâncias para compartilhar aprendizagens e experiências, favorecendo, assim, a formação integral do estudante.

O conhecimento sobre espaço, tempo, comunicação, expressão, a natureza e as pessoas devem estar articulados com os cuidados e a educação para a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia. Tudo isso deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso e lúdico.

Nessa perspectiva, as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, de expressão, de criação

e de movimento, o exercício de tarefas do cotidiano e as experiências dirigidas exigem que o conhecimento dos limites e alcances das ações das crianças e dos adultos estejam contemplados.

Ademais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apontam elementos importantes a serem considerados na revisão da Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, que incorporará as crianças, oriundas da Educação Infantil. Entre estes elementos destaca- se que "asestratégias pedagógicas devem evitar a monotonia, o exagero de atividades 'acadêmicas' ou de disciplinamento estéril" (Parecer CME). Ressalta-se que todas essas orientações vêm ao encontro das propostas previstas na Educação em Tempo Integral, a fim de tornar a aprendizagem significativa e transformadora.

Na proposta de Educação em Tempo Integral, não existem modelos pré-definidos. No entanto, é fundamental organizar um currículo capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento, bem como as várias dimensões formadoras dos estudantes, demandadas pela contemporaneidade. A ampliação do direito à educação, favorecida pela política de Educação em Tempo Integral da Secretaria Municipal de Educação, não deve ser executada apenas quantitativamente, mas, sobretudo, qualitativamente, buscando uma escola de qualidade, a qual respeite o estudante e os seus direitos.

Educação Inclusiva:

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal n° 13.146/2015) assegura que todos as pessoas com deficiência seja atendida de forma plena e estabelece os critérios de funcionalidade nos diferentes espaços sociais

Para tanto, o estudante com deficiência com sua identidade preservada na diferença, deve ser um sujeito protagonista que caminha para sua formação autônoma, solidária e competente em seu trajeto pela educação básica, como todos os demais estudantes da sua escola. Neste sentido, há a necessidade de alinhamento das ações e atitudes de todos que atuam no ambiente escolar na relação com a criança e/ou adolescente nas unidades de atendimento integral.

Tendo em vista que as práticas pedagógicas das escolas integrais ampliam o tempo de permanência dos estudantes, devemos observar e orientar os contextos de atendimento dentro e fora da escola e sejam comunicados a escola e que a mesma acompanhe o desenvolvimento integral com observância a dimensão cognitiva gerando um acompanhamento intersetorial fundamentada nas possibilidades de aprendizagem individual e coletiva.

Sendo assim, a prática pedagógica deve desenvolver três eixos que fundamentam a ação inclusiva no âmbito escolar

Promoção e exercício do autoconhecimento, do autodesenvolvimento, da auto- avaliação, da autodisciplina, do auto-didatismo, determinando uma postura de apoio qualificado, a partir do estudante para toda a estrutura organizacional;

Estabelecimento de centros de resultados em torno do estudante, visando seu desenvolvimento e a sua realização pessoal, social e produtiva e quando possível atendido na sala de recursos multifuncional com profissional habilitado;

Vivências e práticas educativas co-planejadas com os estudantes que deverão conduzi- las com o apoio qualificado dos quadros profissionais da escola e/ou da comunidade.

Função da escola:

Propiciar um processo de ensino e aprendizagem que envolva os aspectos cognitivo, social, físico e afetivo dos atores educacionais (comunidade escolar).

Os alunos serão estimulados a exercitarem outras capacidades e inteligências, de modo a terem mais possibilidades de amadurecerem suas mentes.

Diante de nossa realidade e dos critérios orientadores (vulnerabilidade social, baixa renda econômica; número de evasão elevado ou baixo rendimento escolar; carência de aparatos culturais, esportivos e/ou sociais na territorialidade em que a escola se situa e a estrutura da escola para receber a modalidade em pauta), a escola selecionada para a Educação em Tempo Integral ser iniciada no município de Coronel Ezequiel-rn: ***Escola Municipal Sebastião Constatino Dantas***, localizada na comunidade Gurjaú.

- Organização Funcional da Educação em Tempo Integral – Anos Iniciais e anos finais

- Componentes Curriculares

Regulares:

✔ Língua Portuguesa
✔ Arte
✔ Educação Física

✔ Ensino Religioso
✔ História
✔ Geografia
✔ Ciências
✔ Matemática

– Parte Diversificada:
✔ Estudos Orientados;
Conhecimento Matemático;
✔ Comunicação e Linguagens;
✔ Atividades Esportivas e Recreativas;
✔ Cultura e Saberes em Artes;
✔ Laboratório de Informática;
Projeto de vida e Educação para cidadania;
Educação ambiental e práticas de desenvolvimento sustentável;

Disciplinas eletivas
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 26, propõe ao currículo uma Parte Diversificada que fornece diretrizes para a concepção das Disciplinas no Ensino Integral que promovam o enriquecimento, a ampliação e a diversificação de conteúdos, temas e áreas. As disciplinas eletivas devem ser oferecidas aos alunos a cada semestre e cada professor desenvolve um projeto com tema livre e de desenvolvimento educativo pertinente a necessidade da comunidade escolar.
A formação de turmas para as eletivas é de critério livre para a matrícula e assim desenvolvem-se temas alinhados com as oportunidades educativas diferentes, mas vale lembrar que todos os estudantes devem estar matriculados em 1 disciplina eletiva por semestre. Propõe-se que as Unidades Escolares deixem expostas em quadro pedagógico todos projetos desenvolvidos e suas ementas
As eletivas devem ser planejadas de modo a culminar com a realização de um produto ou um evento a ser apresentado a toda a escola, incentivando assim a integração, a convivência e a troca de experiências.
- Distribuição do horário dos Anos Iniciais e anos finais:
✔ **07h00** – Acolhimento/acolhida/predição;
✔ **07h30 –** Início de turno matutino (1ª aula);
✔ **08h20 –** 2ª aula;
✔ **09h10** – Lanche
✔ **09h30 -** 3ª aula;
✔ **10h20** – 4ª aula;
✔ **11h10** – Almoço/ Higiene Bucal;
✔ **12h00** – Práticas de relaxamento;
✔ **12h30** – 5ª aula
✔ **13h20 -** 6ª aula;
✔ **14h10** – Lanche;
✔ **14h30–** 7ª aula;
✔ **15h20** –8ª aula;
✔ **16h10 –** Saída.
Formação de hábitos:
Em cada Unidade Escolar é importante que os estudantes realizem refeições coletivas. Dessa maneira, o intervalo entre os turnos matutino e vespertino é um momento de oportunizar ações que estabeleçam e desenvolvem os hábitos de alimentação saudável, de higiene, de boas atitudes, e socialização e interação.
Para o primeiro momento, faz-se necessário uma organização de um escalonamento para os banhos por turmas e por gênero com uma equipe de apoio em um ambiente organizado, tranquilo e limpo. Este momento é importante pois desenvolve noções do consumo consciente da água e de higiene pessoal contribuindo assim para formar cidadãos autônomos e responsáveis, incluindo também a higiene bucal e melhorias dos hábitos de higiene pessoal.
No segundo momento, os estudantes devem ser orientados a utilizar o refeitório e serem incentivados a fazer uma alimentação saudável. Neste momento, deve-se enfatizar a importância da nutrição alimentar e consumo de frutas e hortaliças. Também deve-se trabalhar o espírito colaborativo e amistoso entre os colegas.
O terceiro momento é voltado para o descanso e atividades de relaxamento. Cada estudante deve-se ser encaminhado para um ambiente organizado com atividades interativas relaxantes e de descanso. Momentos com músicas, jogos, acesso a internet e descontraídos favorecem a disposição estudantil para o início do turno vespertino.
4.4. Registro de aulas
O dia letivo é caracterizado por também haver controle de frequência discente em instrumento próprio, presença das equipes escolares habilitadas e intencionalidade pedagógica de planejamento e práticas. Então, a frequência será considerada a partir das atividades realizadas na sala de aula, como também em locais adequados quando houver as parcerias.
Neste sentido, as Unidades Escolares com atendimento da Educação em Tempo Integral, a frequência torna-se obrigatória nos dois turnos, não sendo permitido ao estudante ausentar-se em um dos períodos.
Todas as atividades de Educação em Tempo Integral devem ser registradas em diários de classe e em instrumentos específicos de acompanhamento didático - pedagógico de cada professor responsável tanto dos Componentes da Base Comum como da Parte diversificada, bem como a
gestão escolar deverá ter um instrumento próprio de frequência diárias de suas turmas obedecendo
os critérios propostos na nossa Rede de Ensino.

Conselho Escolar
O Conselho de Escola é um colegiado representativo que envolve todos os segmentos da comunidade escolar, é um espaço de diálogo, construção e compartilhamento de ideias e tem poder de decisão sobre as ações escolares. Eles são constituídos por pais/mães ou responsáveis, representantes de alunos(as), professores(as), funcionários(as), membros da comunidade e membros da administração da escola. Esse órgão age em três campos de ação indistintamente: pedagógico, administrativo e financeiro. Citamos cinco funções do Conselho que devem englobar TODOS esses campos:

Função deliberativa: tomar decisões que direcionam ações da escola; • Função consultiva: emitir pareceres;
Função fiscalizadora: acompanhar e fiscalizar toda a gestão, e monitorar a evasão escolar;
Função mobilizadora: apoiar e estimular a comunidade escolar e local, buscar parcerias, melhoria do ensino, estimular o protagonismo juvenil, apoiar o projeto de vida dos estudantes, estimular a permanência e a aprendizagem;
Função pedagógica: acompanhar as ações educativas desenvolvidas na escola, analisar os problemas e buscar soluções. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho por meio de seu regimento e todos devem ter sapiência delas.
É função do conselho a criação e a atualização do regimento escolar, sendo solicitado que na abertura do ano letivo, essa comissão seja formada, o regimento seja revisto ou criado por meio de um processo dialético envolvendo a máxima representatividade e aprovado em assembleia. Para as escolas integrais que ofertam ensino regular no turno da noite, é preferencial que o presidente do conselho seja um professor ligado ao turno integral, pela maior disponibilidade de acompanhamento das demandas escolares. É fundamental que todos os membros da escola e da comunidade saibam a importância deste instrumento, principalmente o trio gestor e os(as) professores(as), e todos(as) sejam replicadores(as) desse conceito dentro e fora do ambiente escolar. Deve-se compreender que esse órgão é vital para o bom funcionamento da escola, se ele não funcionar corretamente, dificilmente haverá uma gestão democrática e participativa. Sua boa atuação é preponderante para ajudar a escola a formar cidadãs(os) conscientes de seu papel na sociedade.

Plano de Ação

O plano de ação é o Instrumento de TGE que contém o planejamento geral das ações a serem desenvolvidas na escola durante o ano letivo, ele é inspirado no Plano de Ação da SME, dentro de cada premissa do Modelo e articulando objetivos, prioridades e estratégias, a fim de alcançar as metas pactuadas para cada indicador. Ele deve ser construído com a participação de todos da equipe, sob a liderança do(a) Gestor(a) Escolar. Sendo assim, ele deve contar toda a história da escola e da comunidade, e responder aos seguintes questionamentos: qual a missão da escola?, qual o seu legado?, onde ela se encontra?, e onde ela quer chegar? Após a elaboração, o Plano de Ação deve ser validado por toda a equipe escolar e exposto em lugar estratégico da escola onde possa estar sempre à vista, a fim de que a comunidade escolar tenha acesso imediato a ele e as suas atualizações. ***É dever da escola reconhecer sua intencionalidade, e que trata-se de um instrumento VIVO, monitorável e objetivo.*** Mesmo sendo uma ferramenta anual, as metas pactuadas devem ser analisadas semanalmente por toda equipe escolar, cada um(uma) especialista na sua área de atuação analisa os indicadores correspondentes, e ao fim de cada bimestre, deve ser revisada e atualizada por toda equipe, garantindo a construção e checagem do Quadro de Monitoramento, essa ação deve ser socializada com toda comunidade escolar, colocando em prática o PDCA.
Lembrem-se das três ações de monitoramento: acompanhar, avaliar e revisar. É responsabilidade do(a) Gestor(a) a garantia desse ciclo.

Quadro de Monitoramento

O Quadro de Monitoramento do Plano de Ação é um instrumento que complementar que visa ao monitoramento dos Indicadores de Processo. Ele deve ser alimentado constantemente, e ter preenchimento definitivo ao fim de cada bimestre e os resultados em nível de processo.
É de responsabilidade do(a) gestor(a) garantir a consolidação dos dados e, em seguida, transformar esses resultados em informações e decisões que devem nortear o planejamento das ações do bimestre seguinte pela equipe escolar, que articularão seus Programas de Ação de acordo com as necessidades de cumprimento das metas. Para que se chegue a essas consolidações em processo (bimestre a bimestre), é necessário compreender essa ferramenta como o fluxo de rotina presente em reuniões de fluxo com pauta bem definida, organizada e acontecendo de acordo com o cronograma semanal e no planejamento semanal. Essas ações ajudam a garantir o sucesso da escola perante o modelo. Para ficar claro, vamos a um exemplo: determinado professor de determinada disciplina consolida o Indicador "taxa de reprovação" para as turmas que ele ministra, posteriormente, o(a) Coordenador(a) da Área faz o consolidado de todas as disciplinas que fazem parte dessa área e repassa os dados dela para que o(a) Coordenador(a) Pedagógico consolide os

dados da escola e assim possa preencher o indicador no Quadro de Monitoramento do Plano de Ação e discuti-lo em nível da gestão escolar.

Quadro de resultados

O quadro de resultados é a parte do Plano de Ação, preenchida ao final do ano letivo, em que a equipe faz a consolidação dos resultados finais de cada um dos indicadores trabalhados ao longo do ano letivo. Portanto, é necessário observar o que segue:
A consolidação e o preenchimento devem se ser feitos a partir do Quadro de Monitoramento do Plano de Ação - por isso, é deveras importante que se tenha atenção contínua ao micro monitoramento;
Durante a consolidação e o preenchimento, podem surgir questões como: mas e se não batermos a meta? - Nesse caso, registra-se o resultado obtido, batendo, não batendo ou superando a meta. Novas Metas só serão estabelecidas no próximo Plano de Ação, a partir, exatamente, das impressões geradas por esses resultados. Isso se dá no campo de Análise do Resultado;
Na Análise do Resultado é que serão elencadas as impressões supracitadas (A meta foi alcançada? A meta foi superada? Não batemos a meta?). Após essas impressões, seguem os desafios e/ou fatores que influenciaram para se chegar a esse resultado (é importante ser sucinto, porém detalhista naquilo que é relevante para que se compreenda que desafios e/ ou fatores irão nortear as novas estratégias no ano seguinte, frente às novas metas estabelecidas no novo Plano de Ação);
Por fim, a equipe pactua a Nova Meta frente a cada um dos indicadores do Plano de Ação, sempre pautado na melhoria contínua das ações, das estratégias, dos resultados, levando em consideração, para esse estabelecimento de Nova Meta, aquilo que já está sendo pactuado no Plano de Ação da Secretaria municipal de Educação como parâmetro (que será referendado no Plano de Ação da SME) para não fugir da realidade da rede e sua expectativa. Após esse preenchimento, o Quadro de Resultados deverá ser socializado com todos da Comunidade Escolar.
Por fim, esse quadro preenchido deve ser retomado na elaboração do Plano de Ação do ano seguinte, bem como ser exposto nas paredes da escola durante todo o vindouro.
Gestão à vista Partindo do pressuposto de que no Modelo da Escola Integral o conceito de gestão permeia toda a escola, ao garantir o desenvolvimento da premissa da corresponsabilidade, que visa o comprometimento de todos(as) com os objetivos da comunidade, são designados "gestão à vista" aqueles instrumentos de que devem ser expostos na escola para toda a comunidade escolar, de modo a garantir o alinhamento e monitoramento das ações pedagógicas e administrativas.

5- Organograma Pedagógico - Administrativo da Escola em Tempo Integral

5.1– Coordenador(a) Municipal
O Coordenador Municipal é o agente técnico-educacional responsável por:
acompanhar a execução das diretrizes operacionais e articular, junto à Secretaria, as ações propostas pelos Plano Políticos Pedagógicos das escolas participantes do Programa;
administrar, direta ou indiretamente, os recursos de diversas naturezas: materiais, humanos e financeiros necessários à implantação do Programa;

coordenar o Programa "Educação em Transformação" com as interfaces da Secretaria;
avaliar e diagnosticar os resultados obtidos pelas Escolas participantes para auxiliar na revisão das estratégias de implantação e na orientação da política de manutenção do Programa.

5.2– Gestor(a)

O/A Gestor(a) é responsável pela orientação administrativa, pedagógica e financeira da escola, pelo plano de ação e pelo acompanhamento, desenvolvimento e análise dos processos de melhoria contínua dos resultados da escola.
*Observação: a gestão escolar será composta pelo diretor (gestor) e o Suporte Pedagógico (vice-diretor) que também dará suporte **pedagógico** às ações escolares.

5.3– Orientador (a) Pedagógico(a) –

O/A Orientador(a) pedagógico(a) é responsável por mediar a equipe docente e a gestão escolar. Além disso, seu labor se voltará para:
- auxiliar e implementar a execução dos planos de ação e do Plano Político Pedagógico;
- orientar o cumprimento do currículo escolar e dos tempos escolares;
- assistir o/a coordenador(a) pedagógico(a) da Educação Infantil e/ou outros níveis de ensino da escola não contemplados com o Programa "Educação em Transformação";
- orientar os docentes para as corretas ações pedagógicas;
- planejar com os/as docentes as ações semanais da escola, bem como as demais proposições escolares;
- acompanhar o processo avaliativo, bem como analisar os resultados obtidos e traçar estratégias para a manutenção e melhoria dos resultados.

5.4– Orientador(a) Administrativo-Financeiro(a)-Gestão

O/A Orientador Administrativo-financeiro (a) - gestor(a), sobretudo no que se refere a questões administrativas e financeiras, a exemplo das prestações de contas (juntamente com o Conselho Escolar), horários escolares, logística com a equipe docente e de apoio educacional.

Esse desenho ***tríplice*** de Gestão tem por objetivo dividir responsabilidades e somar forças para que não ocorra sobrecarga de tarefas em um único elo desse triângulo.
Por isso, é preciso que haja sintonia entre os atores da ***equipe gestora*** para que o trabalho flua.

6- Matriz Curricular da Escola em Tempo Integral nos Anos Iniciais

O Projeto "Educação em Transformação", que tem como base a Escola em Tempo Integral, terá a seguinte estrutura curricular:

FORMAÇÃO GERAL: composta pelos componentes curriculares obrigatórios (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História, Geografia, Ensino Religioso, Matemática e Ciências), totalizando **35horas/aulas** semanais (sendo no minimo 7 horas diária).
PARTE DIVERSIFICADA: formada por eixos transversais e interdisciplinares, a parte diversificada é composta pelos seguintes componentes curriculares: Conhecimento Matemático, Comunicação e Linguagens, Atividades Esportivas e Recreativas, Cultura e Saberes em Artes, Laboratório de Informática. - Os mesmos integram uma carga horária de **35 horas/aulas** semanais. (sendo no minimo 7 horas diária).

7- Formação Geral - Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC

Língua Portuguesa

De um modo geral, o componente curricular de Língua Portuguesa terá como aporte oficial a Base Nacional Comum Curricular e se estruturará nos quatro eixos estabelecidos:
– Oralidade: aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais;
– Análise Linguística/Semiótica: sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos;
– Leitura/Escuta: amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente;
– Produção de Textos: expande-se o letramento pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais.

Arte

O ensino de Arte deve assegurar aos alunos a possibilidade de se expressar criativamente em seu fazer investigativo, por meio da ludicidade, propiciando uma experiência de continuidade em relação à Educação Infantil. Dessa maneira, é importante que, nas quatro linguagens da Arte (Artes visuais, Dança, Música e Teatro) – integradas pelas seis dimensões do conhecimento artístico –, as experiências e vivências artísticas estejam centradas nos interesses das crianças e nas culturas infantis.

Educação Física

O objetivo da Educação Física, nos Anos Iniciais, é oferecer uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, permitindo o acesso delas a um vasto universo cultural que compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola. Experimentar e analisar as diferentes formas de expressão que não se alicerçam apenas nessa racionalidade é uma das potencialidades desse componente na Educação Básica. Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportuniza aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde.

Geografia

O estudo da Geografia deverá possibilitar às crianças atribuírem sentidos às dinâmicas das relações entre pessoas e grupos sociais, e desses com a natureza, nas atividades de trabalho e lazer. É importante, na faixa etária associada a essa fase do Ensino Fundamental, o desenvolvimento da capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações. Assim, os alunos desenvolvem a percepção e o domínio do espaço.

História

Dentro das grandes temáticas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o ensino de História despertará nas crianças, do 1º ao 5º ano, as habilidades trabalham com diferentes graus de complexidade, mas o objetivo primordial é o reconhecimento do "Eu", do "Outro" e do "Nós". Há uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em
seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o "Eu" do "Outro".
No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos.

No 5º ano, a ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos.

Ensino Religioso

Por ser, constitucionalmente, um país laico, o Ensino Religioso não deverá se fundamentar em uma doutrina religiosa específica (exceto quando a escola é de base religiosa), mas deverá se orientar em valores universais, a exemplo do respeito à vida e à dignidade humana, do tratamento igualitário das pessoas, da liberdade de consciência, crença e convicções, e dos direitos individuais e coletivos.

Ciências

Para a efetivação do ensino de Ciências, é preciso oferecer oportunidades para que as crianças, de fato, envolvam-se em processos de aprendizagem nos quais possam vivenciar momentos de investigação que lhes possibilitem exercitar e ampliar sua curiosidade, aperfeiçoar sua capacidade de observação, de raciocínio lógico e de criação, desenvolver posturas mais colaborativas e sistematizar suas primeiras explicações sobre o mundo natural e tecnológico, e sobre seu corpo, sua saúde e seu bem-estar, tendo como referência os conhecimentos.

Matemática

As habilidades matemáticas que os alunos devem desenvolver não podem ficar restritas à aprendizagem dos algoritmos das chamadas "quatro operações", apesar de sua importância. No que diz respeito ao cálculo, é necessário acrescentar, à realização dos algoritmos das operações, a habilidade de efetuar cálculos mentalmente, fazer estimativas, usar calculadora e, ainda, para decidir quando é apropriado usar um ou outro procedimento de cálculo. Portanto, a aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações.

OBS: A BNCC deverá ser consultada para a elaboração do PPP da Escola e dos Planos de Curso e dos Planos de Aula.

Parte Diversificada: Eixos Transversais e Interdisciplinares

Conhecimento em Matemático

O componente curricular Letramento em Matemática, além de potencializar nas crianças um olhar interpretativo para a compreensão e resolução de problemas matemáticos e sua inserção em situações cotidianas, será dividido em dois momentos:
– Recapitulação do conteúdo: tem por finalidade promover ações capazes de recuperar os déficits de aprendizagens identificados, promovendo habilidades básicas não desenvolvidas no ano anterior ao ano em curso;
– Prática financeira: tem por finalidade criar situações - problema que envolvam a matemática financeira de acordo com a faixa etária da criança e o ano escolar em curso.

Comunicação e Linguagens

O Letramento em Língua Portuguesa, terá como foco o desenvolvimento de ações baseadas principalmente nos **Eixos 2 e 4, de Língua Portuguesa**, passeando pelos diversos tipos e gêneros textuais, de acordo com a faixa etária da criança e o ano escolar em curso. Além disso, será pautado na **Recapitulação do conteúdo**, que visa promover ações capazes de recuperar os déficits de aprendizagem identificados, promovendo habilidades básicas não desenvolvidas no ano anterior ao ano em curso.

Letramento Literário

Para diversificar a metodologia tradicional de ensino e aumentar o engajamento dos alunos, a tecnologia ainda pode ser utilizada por meio de recursos multimídia comofilmes, vídeos, áudios, imagens, gráficos, animações, entre outras mídiasque contribuem para despertar os sentidos das crianças, Oferecem oportunidade de discutir temas atuais e também dão aos discentes oportunidades

Cultura e Saberes em Artes

Oferecem oportunidade de discutir temas atuais e também dão aos discentes oportunidades de criar – seja criação artística, científica, elaboração e realização de projetos sociais (de inclusão e discussão de variados temas) e neste sentido, há incontáveis oportunidades para promover o conhecimento e a promoção da cultura.
Este componente curricular primará pelo ensino da cultura local/regional, valorizando e resgatando elementos próprios da temática e aspectos tradicionais (linguagem, dança, História, arte/artesanato entre outros elementos). Neste sentido, esse espaço deverá desenvolver projetos e parcerias que incluam ações de interesse e necessidades das comunidades que as escolas estão inseridas.

Atividades Esportivas e Recreativas

Recreação e vivências esportivas, praticadas de forma lúdica, com objetivo de oportunizar a experimentação e o conhecimento do corpo e criatividade, por meio do jogo, das brincadeiras. Voltada para as vivencias física, esportivas, contribui para a formação da cidadania, convivência em grupos, esporte para a paz.

Por isso, visa desenvolver nas crianças as competências socioemocionais, incentivar e valorizar os sonhos, ajudar o estudante a acreditar no seu potencial e ao mesmo tempo em que reflete sobre suas responsabilidades sociais.

8- Perfil Docente

O perfil docente necessário para o Projeto "Educação em Transformação" é de um profissional que tenha as seguintes características básicas: seja dinâmico, aberto ao novo, inovador, hábil com as tecnologias, pesquisador e criativo. Além disso, é imprescindível que o mesmo tenha empatia, comprometimento e bom relacionamento com seus pares e com toda a comunidade escolar.

Será priorizado o docente efetivo com uma carga horária de 40 horas/aulas semanais e que se identifique com a proposta de Escola em Tempo Integral.

Observações:

Os docentes **T- 40h/a** terão a seguinte distribuição de carga horária semanal: **26** horas/aulas de atividades em sala de aula + **04** horas/aulas de planejamento didático-pedagógico na Unidade escolar + **10** horas de estudos docentes efetivos (Formações pedagógicas).

No caso da Educação em Tempo Integral, os professores de cada ano escolar dos Anos Iniciais será considerado como tempo pedagógico o período destinado ao intervalo entre o turno matutino e o turno vespertino voltado para a FORMAÇÃO DE HÁBITOS. Sendo assim, consideramos PROFESSOR 1 E PROFESSOR 2 responsáveis por todo o período de permanência dos alunos na rotina integrada de cada turma, e portanto devemos considerarque o planejamento também deve ser integrado.

MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

09– Matriz Curricular – Anos Iniciais

A Matriz Curricular dos Anos Iniciais da Educação em Tempo Integral da Rede Municipal de Educação de Coronel Ezequiel RN terá um total de 35 horas/aulas semanais, distribuídas entre os dois turnos, intercalando-se os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e os componentes curriculares da Parte Diversificada: eixos transversais e interdisciplinares.

MATRIZ CURRICULAR - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) – AULAS DE 50 MIN

	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TOTAL	CARGA HORÁRIA ANUAL	TOTAL
FORMAÇÃO GERAL: conforme a Base Nacional Comum Curricular - BNCC	Linguagens	Língua Portuguesa	05 h/a	21 h/a	200 h/a	840 h/a
		Arte	02 h/a		80h/a	
		Educação Física	02 h/a		80 h/a	
	Ciências Humanas	História	02 h/a		80h/a	
		Geografia	02 h/a		80h/a	
		Ensino Religioso	01 h/a		40 h/a	
	Ciências da Natureza	Ciências	02 h/a		80 h/a	
	Matemática	Matemáica	05 h/a		200 h/a	
PARTE DIVERSIFICADA	Eixos Transversais e Interdisciplinares	Letramento em Língua Portuguesa	02 h/a	14 h/a	80h/a	560h/a
		Letramento Literário	05 h/a		200h/a	
		Letramento em Matemática	02 h/a		80 h/a	
		Eletiva	03 h/a		80h/a	
		Letramento Científico	02 h/a		80 h/a	
		Caminhos dos Sonhos (Projeto de Vida)	01h/a		40 h/a	
35 h/a					1.400 h/a	

10. Distribuição dos componentes curriculares por docentes.

A distribuição dos componentes curriculares para os Anos Iniciais da Rede Municipal de Sousa, recomenda-se que haja uma observação específica na distribuição das aulas respeitando os ciclos de alfabetização e o ciclo complementar respeitando assim as particularidades de cada processo de aquisição do conhecimento.

É importante destacar que o acompanhamento pedagógico por ano escolar é fundamental termos um olhar dedicado ao desenvolvimento infantil tendo em vista que, cada fase escolar tem suas particularidades e desse modo o processo ensino-aprendizagem deve ter foco nas orientações pedagógicas pertinente a cada ano escolar.

Sendo assim, cada turma tem uma carga horária de 35 horas –aula semanal distribuída para 2 docentes que deverão se dividir entre os componentes curriculares (formação geral e parte diversificada) e o período de formação de hábitos apresentado nessa proposta como tempo pedagógico voltado para a formação de hábitos então, considerando o intervalo entre os turnos somado as horas-aula, o tempo de permanência das crianças será de 45 horas semanais.

11 – Processo avaliativo

Para a realização do processo avaliativo, cada escola deverá fazer uma análise de sua realidade e, conforme a orientação posta no Plano Político Pedagógico, elencar suas diretrizes metodológicas para a avaliação. Todavia, foi organizado um conjunto de premissas indispensáveis ao processo avaliativo. Tais premissas, entendem a avaliação como um contínuo processo que:

- deve ser contextualizado;
- é um instrumento que integra e cria sinergia nos diversos âmbitos responsáveis pela implementação da Educação Integral e pela aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças;
- é multidimensional, ou seja, todas as suas categorias e dimensões operam conjuntamente e não de maneira fragmentada;
- é caminho para aprendizagem e deve ser formativo para todas e todos que dela participam, construindo valores e uma linguagem comum para percepção de critérios de qualidade;
- entende a noção de qualidade como socialmente construída no tempo e no espaço e requer diálogo com a comunidade escolar para ser definida;
- tem na autoavaliação a potencialização da autonomia dos sujeitos nela envolvidos através do exercício da participação e reflexão sobre suas práticas;
- deve sempre ter um olhar para as competências sugeridas pela BNCC.

ANEXOS

MATRIZ CURRICULAR – EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO – ANOS INICIAIS – AULAS DE 50 MINUTOS.

MATRIZ CURRICULAR – EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO – ANOS FINAIS – AULAS DE 50 MINUTOS

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN. 9.394/96, Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394

. **Lei nº 13.415**, de 16 fev. 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2017/lei/L13415.htm>

. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário
e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/leis/L9608

. **Lei 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível Em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/ lei-10172-9-janeiro-2001-359024- normaatualizada-pl.html>.

. Parecer CNE nº 5/97 - CEB - Aprovado em 7 maio 1997. **Proposta de Regulamentação da Lei nº 9.394/96**. Disponível em: <http://www.crmariocovas. sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0291- 0305_c.pdf>

. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

. Fundo Nacional de Desenvolvimento Social. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Disponível em:

https://www.fnde.gov.br/fndelegis/ction/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=
LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI

MAURICIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). *Educação integral em tempo integral*: estudos e experiências em processo. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009a. p. 53-68.

MESQUITA, G.; SOBRAL, F. C.; MENEZES, I. **Adolescência na Escola**: o desafio do desenvolvimento integral. Um estudo sobre as opções pedagógicas e organizacionais e uma escolas kentenichiana. Interações. n. 5, v. 3, p. 82-109, 2007. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/ 10216/6930/2/83306.pdf

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:D56730A1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 027/2025 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Cruzeta
Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN
Dispensa Eletrônica - 027/2025

Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - PHMETRO - APARELHOMEDIDOR DE PHPORTÁTIL COM BATERIA RECARREGÁVEL, COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DETEMPERATURA, DISPLAY GRÁFICO DE CRISTAL LÍQUIDO E CALIBRAÇÃO EM TRÊS PONTOS. DEVE TER CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORESAS SEGUINTES: - CONSTRUÍDO EMPLÁSTICO ABS, COMPACTO E ROBUSTO; - BATERIA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE 10 HORAS ININTERRUPTAS DE USO; - INDICAÇÃO DIGITAL EM AMPLO DISPLAY GRÁFICO DE CRISTAL LÍQUIDO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, COM 128X64 PIXELS; - INDICAÇÃO DIGITAL SIMULTÂNEA DO VALOR DE PH, MV E TEMPERATURA; - INDICAÇÃO DO NÍVEL DE BATERIA; - FUNÇÕES DE STAND-BY,PH E MILIVOLTS; - FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0,00 PH A 14,00 PH E ±2000 MV ABSOLUTO; - COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DA TEMPERATURA ENTRE 0ºC E 100°C, POR MEIO DE SENSOR PT-100; - CALIBRAÇÃO EM TRÊS PONTOS; - PRECISÃO: ± 0,2°C, ±0,02PH E ±0,2MV; - REPRODUTIBILIDADEDE ± 0,01 PH E ± 0,1 MILIVOLTS; - LEGIBILIDADE: 0,01 PH, 0,1MV E 0,1°C; - SENSOR DE TEMPERATURA PT100 ENCAPSULADO EM AÇO INOX; - DEVE ACOMPANHAR FONTE DE ALIMENTAÇÃO; ELETRODO DE PLÁSTICO COMBINADO PARA PH,100 ML DE SOLUÇÃO TAMPÃO PH 9,18; 100 ML DE SOLUÇÃO TAMPÃO PH 6,86; 100ML DE SOLUÇÃO TAMPÃO PH 4,01; 100 ML DE SOLUÇÃO DE REPOUSO, SENSOR DE TEMPERATURA, E MANUAL DE INSTRUÇÕES; INDICAR MARCA E PRAZO DE GARANTIA. O LICITANTE ARREMATANTE DEVERÁ ENVIAR CATÁLOGO EM PORTUGUÊS. - Valor Referência: 5.103,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EVENI DA SILVA BRITO (08.086.600/0001-26)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 09:21:53 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	PHMETRO	QUIMIS	1	5.099,99
Item: 0002 - CENTRÍFUGA LABORATORIAL - PARA TUBOS – DE 30 AMOSTRAS / DIGITAL - Valor Referência: 4.267,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EVENI DA SILVA BRITO (08.086.600/0001-26)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 09:21:53 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	CENTRÍFUGA LABORATORIAL -	KASVI	1	4.200,00

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:21045843

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2024

Em 18 de junho de 2025, às 14h, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Coronel José Bezerra, nº 167, Bairro Centro, neste Município, reuniram-se os membros da Equipe I, designados pela Portaria nº 1.131, de 30 de maio de 2025, para dar início à sessão pública referente ao Credenciamento nº 06/2024, visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.** Dando início aos trabalhos o Agente de Contratação declarou aberta a sessão de julgamento.

A empresa COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE, inscrita no CNPJ sob o nº 49.221.084/0001-82, que foi diligenciada conforme Ata da Sessão de Julgamento divulgada em 06 de junho de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, apresentou por e-mail no dia 09 de junho de 2025 a referida documentação diligenciada em tempo hábil.
Após análise da referida documentação, a empresa foi considerada HABILITADA, conforme os requisitos estabelecidos no edital. Assim, a empresa COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE está devidamente credenciada.
.

EMPRESAS CREDENCIADAS:

Após a análise da documentação apresentada, a tabela a seguir foi atualizada com as empresas consideradas CREDENCIADAS, de acordo com os itens indicados, respeitada a ordem classificatória:

Item 1: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – CARDIOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	94,71	1200	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	1200	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	94,71	720	SV
4º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	94,71	1200	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	1200	SV

Item 2: ECOCARDIOGRAMA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	176,97	960	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	176,97	960	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	176,97	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	176,97	960	SV

Item 3: RISCO CIRURGICO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	101,67	320	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	101,67	320	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	101,67	320	SV
4º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	101,67	320	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	101,67	320	SV

Item 4: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – ORTOPEDIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	94,71	420	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	420	SV
3º	CLINICA FACIL LTDA	94,71	420	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	420	SV

Item 5: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – NEUROLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	420	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	94,71	420	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	420	SV

Item 6: CONSULTA ENDOCRINOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	109,71	360	UND
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	109,71	360	UND

Item 7: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	85,01	120	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	85,01	120	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	85,01	120	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDE CONTRA O CANCER	85,01	120	SV

5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	85,01	120	SV

Item 8: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATEAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	85,26	360	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	85,26	360	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	85,26	360	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	85,26	360	SV
5°	CLINICA FACIL LTDA	85,26	360	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	85,26	360	SV

Item 9: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – DERMATOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	94,71	960	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	960	SV
3º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	94,71	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	960	SV

Item 10: EXAME DE ESPIROMETRIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	126,17	180	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	126,17	180	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	126,17	180	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	126,17	180	SV
5°	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	126,17	180	SV
6º	CLINICA FACIL LTDA	126,17	180	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	126,17	180	SV

Item 11: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	82,68	600	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	82,68	600	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	82,68	600	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	82,68	600	SV
5°	CLINICA FACIL	82,68	600	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	82,68	600	SV

Item 12: ULTRA-SONOGRAFIA DAS VIAS URINARIAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	74,35	240	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	74,35	240	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	74,35	240	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	74,35	240	SV
5°	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	74,35	240	SV
6º	CLINICA FACIL	74,35	240	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	74,35	240	SV

Item 13: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	82,01	600	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	82,01	600	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	82,01	600	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	82,01	600	SV
5°	CLINICA FACIL	82,01	600	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	82,01	600	SV

Item 14: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	74,35	180	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	74,35	180	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	74,35	180	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	74,35	180	SV
5°	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	74,35	180	SV
6º	CLINICA FACIL	74,35	180	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	74,35	180	SV

Item 15: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	74,35	240	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	74,35	240	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	74,35	240	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	74,35	240	SV
5°	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	74,35	240	SV

6º	CLINICA FACIL	74,35	240	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	74,35	240	SV

Item 16: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA OU ABDOMÊN INFERIOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	86,26	180	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	86,26	180	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	86,26	180	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	86,26	180	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	86,26	180	SV
6º	CLINICA FACIL	86,26	180	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	86,26	180	SV

Item 17: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	83,26	600	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	83,26	600	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	83,26	600	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	83,26	600	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	83,26	600	SV
6º	CLINICA FACIL	83,26	600	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	83,26	600	SV

Item 18: EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA DA PRÓSTATA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	77,48	240	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	77,48	240	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	77,48	240	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	77,48	240	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	77,48	240	SV
6º	CLINICA FACIL	77,48	240	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	77,48	240	SV

Item 19: CONSULTA EM GINECOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	91,54	1440	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	91,54	1440	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	91,54	720	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	91,54	1440	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	91,54	1440	SV

Item 20: CONSULTA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	207,02	1920	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	207,02	1920	SV
3º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	207,02	1920	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	207,02	1920	SV

Item 21: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – UROLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	91,54	960	SV
2º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	91,54	960	SV
3º	UROGRUPO NATAL – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	91,54	960	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	91,54	960	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	91,54	960	SV

Item 22: CONSULTA EM GASTROENTEROLOGISTA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	136,75	360	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	136,75	360	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	136,75	360	SV
4º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	136,75	360	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	136,75	360	SV

Item 23: COLONOSCOPIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	600,00	360	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	600,00	360	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	600,00	360	SV
4º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	600,00	360	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	600,00	360	SV

Item 24: ENDOSCOPIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	316,67	360	UND
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	316,67	360	UND
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	316,67	360	UND
4º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	316,67	360	UND
5º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	316,67	360	UND
6º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	316,67	360	UND
7º	CLINICA FACIL	316,67	360	UND
8º	LUCIANO A LOPES & CIA LTDA	316,67	360	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	316,67	360	UND

Item 25: COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETRÓGRADA ENDOSCÓPICA TERAPÊUTICA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	2.023,53	600	SV
2º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	2.023,53	600	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	2.023,53	600	SV

Item 26: PEQUENAS CIRURGIAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	150,69	660	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	150,69	660	SV
3º	EDUARDO BASTOS DE PONTES LTDA	150,69	660	SV
4º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	150,69	660	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	150,69	660	SV

Item 27: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIÃO GERAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,69	1200	SV
2º	EDUARDO BASTOS DE PONTES LTDA	54,69	1200	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,69	1200	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	54,69	1200	SV
5º	LUCIANO A LOPES & CIA LTDA	54,69	1200	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,69	1200	SV

Item 28: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA ADULTO E PEDIÁTRICO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	92,29	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	92,29	360	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	92,29	1440	SV
4º	OFTALMODONTO CENTER LTDA	92,29	1440	SV
5º	CLINICA FACIL	92,29	1440	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	92,29	1440	SV

Item 29: REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	852,43	420	SV
2º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	852,43	420	SV
3º	OFTALMODONTO CENTER LTDA	852,43	420	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	852,43	420	SV

Item 30: CIRURGIA DE PTERIGIO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	313,04	120	SV
2º	OFTALMODONTO CENTER LTDA	313,04	120	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	313,04	120	SV

Item 31: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - NEUROLOGIA INFANTIL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	332,67	420	SV
2º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	332,67	420	SV
3º	CLINICA FACIL LTDA	332,67	420	SV
4º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	332,67	420	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	332,67	420	SV

Item 32: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – TERAPIA OCUPACIONAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	117,77	840	SV
2º	I. F. DE SOUZA SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA	117,77	840	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	117,77	840	SV

Item 33: CONSULTA MÉDICA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	185,00	420	SV
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO	185,00	420	SV

	MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE			

Item 34: CONSULTA CIRURGIÃO VASCULAR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	255,00	600	UND
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	255,00	600	UND
3º	WESLEY LEMOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA	255,00	600	UND
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	255,00	600	UND

Item 35: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA RESPIRATÓRIO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	55,67	720	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	55,67	720	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	55,67	720	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	55,67	720	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	55,67	720	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	55,67	720	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	55,67	720	SV

Item 36: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR NAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL OU PERIFÉRICO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,55	1.200	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	54,55	1.200	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	54,55	1.200	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	54,55	1.200	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,55	1.200	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	54,55	1.200	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	54,55	200	SV
8°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,55	1200	SV

Item 37: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA LOCOMOTOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	53,89	1200	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	53,89	1200	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	53,89	1200	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	53,89	1200	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	53,89	1200	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	53,89	1200	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	53,89	610	SV
8º	CLINICA FACIL LTDA	53,89	1200	SV
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	53,89	1200	SV

Item 38: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA CARDIOVASCULAR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,55	720	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	54,55	720	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	54,55	720	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	54,55	720	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,55	720	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	54,55	720	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	54,55	200	SV
8º	CLINICA FACIL LTDA	54,55	720	SV
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,55	720	SV

Item 39: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR NAS DISFUNÇÕES ONCOLÓGICAS.				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,55	720	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	54,55	720	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	54,55	720	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	54,55	720	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,55	720	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	54,55	720	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	54,55	200	SV
8º	CLINICA FACIL LTDA	54,55	720	SV
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,55	720	SV

Item 40: ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	315,41	240	UND
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	315,41	240	UND

Item 41: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – PEDIATRA.				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	109,71	960	SV

2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	109,71	960	SV
3º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	109,71	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	109,71	960	SV

Item 42: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – MASTOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	109,71	840	SV
2º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	109,71	840	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	109,71	840	SV

Item 43: CONSULTA MÉDICA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM GERIATRIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	117,38	720	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	117,38	720	SV
3º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	117,38	30	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	117,38	720	SV

Item 44: CONSULTA EM TRAUMATOLOGIA + RAIO X + GESSO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	168,33	960	SV
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	168,33	960	SV

Item 45: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – REUMATOLOGISTA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	321,67	960	SV
2º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	321,67	960	SV
3º	CLINICA FACIL LTDA	321,67	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	321,67	960	SV

Item 46: INSERÇÃO DE DIU				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	140,00	240	UND
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	140,00	240	UND
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	140,00	240	UND
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	140,00	240	UND

Item 47: VASECTOMIA PARCIAL OU COMPLETA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	461,75	120	SV
2º	EDUARDO BASTOS DE PONTES LTDA	461,75	120	SV
3º	UROGRUPO NATAL – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	461,75	120	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	461,75	120	SV

Item 48: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	22,86	1200	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	22,86	1200	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	22,86	1200	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	22,86	1200	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	22,86	1200	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	22,86	1200	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	22,86	1200	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	22,86	1200	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	22,86	1200	UND

Item 49: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	20,60	600	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	20,60	600	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	20,60	600	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	20,60	600	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	20,60	600	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	20,60	600	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	20,60	600	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	20,60	600	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	20,60	600	UND

Item 50: ATENDIMENTO FISIOTERATÊUTICO EM PACIENTE COM DISTÚRBIO NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**UND**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	21,00	600	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	21,00	600	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	21,00	600	UND

4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	21,00	600	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	21,00	600	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	21,00	600	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	21,00	600	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	21,00	600	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	21,00	600	UND

Item 51: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	20,03	720	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	20,03	720	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	20,03	720	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	20,03	720	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	20,03	720	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	20,03	720	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	20,03	720	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	20,03	720	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	20,03	720	UND

Item 52: ATENDIMENTO FISIOTERAOPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	31,61	720	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	31,61	720	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	31,61	720	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	31,61	720	UND
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	31,61	720	UND
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	31,61	720	UND
7º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	31,61	720	UND
8°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	31,61	720	UND

Item 53: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	23,25	720	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	23,25	720	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	23,25	720	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	23,25	720	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	23,25	720	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	23,25	720	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	23,25	720	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	23,25	720	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	23,25	720	UND

Item 54: ELETROENCEFALOGRAMA C/ MAPEAMENTO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	183,33	360	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	183,33	360	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	183,33	360	SV

Item 55: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	277,78	780	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	277,78	780	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	277,78	780	SV

Item 56: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PSICÓLOGO – ATENDIMENTO À ADULTO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	90,67	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	90,67	1440	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	90,67	1440	SV
4º	CLINICA FACIL	90,67	1440	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	90,67	1440	SV

Item 57: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PSICÓLOGO – ATENDIMENTO À CRIANÇA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	90,67	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	90,67	1440	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	90,67	1440	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	90,67	1440	SV

Item 58: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO FONOAUDIÓLOGO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	95,67	1440	SV

2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	95,67	1440	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	95,67	1440	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	95,67	1440	SV

Item 59: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMO ANGIOLOGISTA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	209,00	600	MÊS
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	209,00	600	MÊS

Item 60: REALIZAÇÃO DE EXAME DE DOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	233,10	1200	SV
2º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	233,10	1200	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	233,10	1200	SV

Item 61: EXAME DOPPLER ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	243,86	1200	SV
2º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	243,86	1200	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	243,86	1200	SV

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Fica estabelecido o prazo para interposição de recurso administrativo de 3 (três) dias úteis por meio de remessa digital enviada ao endereço eletrônico pregaopmcn02@gmail.com ou entregue diretamente no Protocolo Geral do Município, localizado na Avenida Coronel José Bezerra, nº 167, Bairro Centro, Currais Novos/RN, das 07h às 13h, a partir da publicação desta Ata.
Nada mais havendo a constar, a Equipe encerrou asessão com o fechamento da presente Ata, que vai assinada pelo Agente de Contratação e pelos demais Membros de apoio abaixo identificados.

Currais Novos/RN, 18 de junho de 2025.

Sônia Maria Medeiros de Pontes - Agente de Contratação

Alana Dantas André - Membro

Dolores Beatriz Romeu do Nascimento - Membro

Joyce Karoline da Silva Santos - Membro

Francisco Fernandes Dias de Medeiros - Membro

Pedro Emanuel Marques de Lima - Membro**ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2024**

Em 18 de junho de 2025, às 14h, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Coronel José Bezerra, nº 167, Bairro Centro, neste Município, reuniram-se os membros da Equipe I, designados pela Portaria nº 1.131, de 30 de maio de 2025, para dar início à sessão pública referente ao Credenciamento nº 06/2024, visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.** Dando início aos trabalhos o Agente de Contratação declarou aberta a sessão de julgamento.

A empresa COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE, inscrita no CNPJ sob o nº 49.221.084/0001-82, que foi diligenciada conforme Ata da Sessão de Julgamento divulgada em 06 de junho de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, apresentou por e-mail no dia 09 de junho de 2025 a referida documentação diligenciada em tempo hábil.
Após análise da referida documentação, a empresa foi considerada HABILITADA, conforme os requisitos estabelecidos no edital. Assim, a empresa COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE está devidamente credenciada.
.

EMPRESAS CREDENCIADAS:

Após a análise da documentação apresentada, a tabela a seguir foi atualizada com as empresas consideradas CREDENCIADAS, de acordo com os itens indicados, respeitada a ordem classificatória:

Item 1: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – CARDIOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	94,71	1200	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	1200	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	94,71	720	SV
4º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	94,71	1200	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	1200	SV

Item 2: ECOCARDIOGRAMA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E	176,97	960	SV

	ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA			
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	176,97	960	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	176,97	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	176,97	960	SV

Item 3: RISCO CIRURGICO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	101,67	320	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	101,67	320	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	101,67	320	SV
4º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	101,67	320	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	101,67	320	SV

Item 4: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – ORTOPEDIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	94,71	420	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	420	SV
3º	CLINICA FACIL LTDA	94,71	420	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	420	SV

Item 5: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – NEUROLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	420	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	94,71	420	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	420	SV

Item 6: CONSULTA ENDOCRINOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	109,71	360	UND
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	109,71	360	UND

Item 7: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	85,01	120	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	85,01	120	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	85,01	120	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDE CONTRA O CANCER	85,01	120	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	85,01	120	SV

Item 8: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATEAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	85,26	360	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	85,26	360	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	85,26	360	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	85,26	360	SV
5º	CLINICA FACIL LTDA	85,26	360	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	85,26	360	SV

Item 9: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – DERMATOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	94,71	960	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	94,71	960	SV
3º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	94,71	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	94,71	960	SV

Item 10: EXAME DE ESPIROMETRIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	126,17	180	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	126,17	180	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	126,17	180	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	126,17	180	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	126,17	180	SV
6º	CLINICA FACIL LTDA	126,17	180	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	126,17	180	SV

Item 11: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	82,68	600	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	82,68	600	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	82,68	600	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	82,68	600	SV
5º	CLINICA FACIL	82,68	600	SV

6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	82,68	600	SV

Item 12: ULTRA-SONOGRAFIA DAS VIAS URINARIAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	74,35	240	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	74,35	240	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	74,35	240	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	74,35	240	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	74,35	240	SV
6º	CLINICA FACIL	74,35	240	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	74,35	240	SV

Item 13: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	82,01	600	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	82,01	600	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	82,01	600	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	82,01	600	SV
5º	CLINICA FACIL	82,01	600	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	82,01	600	SV

Item 14: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	74,35	180	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	74,35	180	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	74,35	180	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	74,35	180	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	74,35	180	SV
6º	CLINICA FACIL	74,35	180	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	74,35	180	SV

Item 15: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	74,35	240	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	74,35	240	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	74,35	240	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	74,35	240	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	74,35	240	SV
6º	CLINICA FACIL	74,35	240	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	74,35	240	SV

Item 16: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA OU ABDOMÊN INFERIOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	86,26	180	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	86,26	180	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	86,26	180	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	86,26	180	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	86,26	180	SV
6º	CLINICA FACIL	86,26	180	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	86,26	180	SV

Item 17: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	83,26	600	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	83,26	600	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	83,26	600	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	83,26	600	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	83,26	600	SV
6º	CLINICA FACIL	83,26	600	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	83,26	600	SV

Item 18: EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA DA PRÓSTATA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	77,48	240	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	77,48	240	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	77,48	240	SV
4º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	77,48	240	SV
5º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	77,48	240	SV
6º	CLINICA FACIL	77,48	240	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	77,48	240	SV

Item 19: CONSULTA EM GINECOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**

1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	91,54	1440	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	91,54	1440	SV
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	91,54	720	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	91,54	1440	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	91,54	1440	SV

Item 20: CONSULTA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	207,02	1920	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	207,02	1920	SV
3º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	207,02	1920	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	207,02	1920	SV

Item 21: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – UROLOGIA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	91,54	960	SV
2º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	91,54	960	SV
3º	UROGRUPO NATAL – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	91,54	960	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	91,54	960	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	91,54	960	SV

Item 22: CONSULTA EM GASTROENTEROLOGISTA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	136,75	360	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	136,75	360	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	136,75	360	SV
4º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	136,75	360	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	136,75	360	SV

Item 23: COLONOSCOPIA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	600,00	360	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	600,00	360	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	600,00	360	SV
4º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	600,00	360	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	600,00	360	SV

Item 24: ENDOSCOPIA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	316,67	360	UND
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	316,67	360	UND
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	316,67	360	UND
4º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	316,67	360	UND
5º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	316,67	360	UND
6º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	316,67	360	UND
7º	CLINICA FACIL	316,67	360	UND
8º	LUCIANO A LOPES & CIA LTDA	316,67	360	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	316,67	360	UND

Item 25: COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETRÓGRADA ENDOSCÓPICA TERAPÊUTICA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	2.023,53	600	SV
2º	UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA	2.023,53	600	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	2.023,53	600	SV

Item 26: PEQUENAS CIRURGIAS

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	150,69	660	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	150,69	660	SV
3º	EDUARDO BASTOS DE PONTES LTDA	150,69	660	SV
4º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	150,69	660	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	150,69	660	SV

Item 27: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIÃO GERAL

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,69	1200	SV
2º	EDUARDO BASTOS DE PONTES LTDA	54,69	1200	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,69	1200	SV
4º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER	54,69	1200	SV
5º	LUCIANO A LOPES & CIA LTDA	54,69	1200	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,69	1200	SV

Item 28: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA ADULTO E PEDIÁTRICO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	92,29	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	92,29	360	SV
3º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	92,29	1440	SV
4º	OFTALMODONTO CENTER LTDA	92,29	1440	SV
5º	CLINICA FACIL	92,29	1440	SV
6°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	92,29	1440	SV

Item 29: REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	852,43	420	SV
2º	HOSPITAL DE OLHOS DO SERIDO LTDA	852,43	420	SV
3º	OFTALMODONTO CENTER LTDA	852,43	420	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	852,43	420	SV

Item 30: CIRURGIA DE PTERIGIO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	313,04	120	SV
2º	OFTALMODONTO CENTER LTDA	313,04	120	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	313,04	120	SV

Item 31: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - NEUROLOGIA INFANTIL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	332,67	420	SV
2º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	332,67	420	SV
3º	CLINICA FACIL LTDA	332,67	420	SV
4º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	332,67	420	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	332,67	420	SV

Item 32: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – TERAPIA OCUPACIONAL				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	117,77	840	SV
2º	I. F. DE SOUZA SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA	117,77	840	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	117,77	840	SV

Item 33: CONSULTA MÉDICA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	185,00	420	SV
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	185,00	420	SV

Item 34: CONSULTA CIRURGIÃO VASCULAR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	255,00	600	UND
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	255,00	600	UND
3º	WESLEY LEMOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA	255,00	600	UND
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	255,00	600	UND

Item 35: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA RESPIRATÓRIO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	55,67	720	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	55,67	720	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	55,67	720	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	55,67	720	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	55,67	720	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	55,67	720	SV
7°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	55,67	720	SV

Item 36: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR NAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL OU PERIFÉRICO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,55	1.200	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	54,55	1.200	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	54,55	1.200	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	54,55	1.200	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,55	1.200	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	54,55	1.200	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	54,55	200	SV
8°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,55	1200	SV

Item 37: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA LOCOMOTOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	53,89	1200	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	53,89	1200	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	53,89	1200	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	53,89	1200	SV

5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	53,89	1200	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	53,89	1200	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	53,89	610	SV
8º	CLINICA FACIL LTDA	53,89	1200	SV
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	53,89	1200	SV

Item 38: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA CARDIOVASCULAR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,55	720	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	54,55	720	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	54,55	720	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	54,55	720	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,55	720	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	54,55	720	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	54,55	200	SV
8º	CLINICA FACIL LTDA	54,55	720	SV
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,55	720	SV

Item 39: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA DOMICILIAR NAS DISFUNÇÕES ONCOLÓGICAS.				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	54,55	720	SV
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	54,55	720	SV
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	54,55	720	SV
4º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	54,55	720	SV
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	54,55	720	SV
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	54,55	720	SV
7º	JOEZIA SAID FREITAS FELINTO	54,55	200	SV
8º	CLINICA FACIL LTDA	54,55	720	SV
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	54,55	720	SV

Item 40: ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	315,41	240	UND
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	315,41	240	UND

Item 41: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – PEDIATRA.				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	109,71	960	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	109,71	960	SV
3º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	109,71	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	109,71	960	SV

Item 42: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – MASTOLOGIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	109,71	840	SV
2º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	109,71	840	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	109,71	840	SV

Item 43: CONSULTA MÉDICA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM GERIATRIA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	117,38	720	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	117,38	720	SV
3º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	117,38	30	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	117,38	720	SV

Item 44: CONSULTA EM TRAUMATOLOGIA + RAIO X + GESSO				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	168,33	960	SV
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	168,33	960	SV

Item 45: CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – REUMATOLOGISTA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	321,67	960	SV
2º	VINE - VIDA & NEGÓCIOS LTDA	321,67	960	SV
3º	CLINICA FACIL LTDA	321,67	960	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	321,67	960	SV

Item 46: INSERÇÃO DE DIU				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	140,00	240	UND
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	140,00	240	UND
3º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	140,00	240	UND

4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	140,00	240	UND

Item 47: VASECTOMIA PARCIAL OU COMPLETA				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	461,75	120	SV
2º	EDUARDO BASTOS DE PONTES LTDA	461,75	120	SV
3º	UROGRUPO NATAL – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	461,75	120	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	461,75	120	SV

Item 48: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	22,86	1200	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	22,86	1200	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	22,86	1200	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	22,86	1200	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	22,86	1200	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	22,86	1200	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	22,86	1200	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	22,86	1200	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	22,86	1200	UND

Item 49: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	20,60	600	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	20,60	600	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	20,60	600	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	20,60	600	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	20,60	600	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	20,60	600	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	20,60	600	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	20,60	600	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	20,60	600	UND

Item 50: ATENDIMENTO FISIOTERATÊUTICO EM PACIENTE COM DISTÚRBIO NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**UND**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	21,00	600	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	21,00	600	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	21,00	600	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	21,00	600	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	21,00	600	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	21,00	600	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	21,00	600	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	21,00	600	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	21,00	600	UND

Item 51: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	20,03	720	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	20,03	720	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	20,03	720	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	20,03	720	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	20,03	720	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	20,03	720	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	20,03	720	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	20,03	720	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	20,03	720	UND

Item 52: ATENDIMENTO FISIOTERAOPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	31,61	720	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	31,61	720	UND
3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	31,61	720	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	31,61	720	UND
5º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	31,61	720	UND
6º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	31,61	720	UND
7º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	31,61	720	UND
8°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	31,61	720	UND

Item 53: ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR				
Classificação	**Empresa**	**Valor Unitário**	**Quantidade**	**Und**
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	23,25	720	UND
2º	CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA	23,25	720	UND

3º	CLÍNICA DR. BEZERRA S/C	23,25	720	UND
4º	JARDIA AYLLANE DA SILVA LTDA	23,25	720	UND
5º	POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	23,25	720	UND
6º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	23,25	720	UND
7º	REVITALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	23,25	720	UND
8º	CLÍNICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA	23,25	720	UND
9°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	23,25	720	UND

Item 54: ELETROENCEFALOGRAMA C/ MAPEAMENTO

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	183,33	360	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	183,33	360	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	183,33	360	SV

Item 55: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA	277,78	780	SV
2º	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	277,78	780	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	277,78	780	SV

Item 56: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PSICÓLOGO – ATENDIMENTO À ADULTO

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	90,67	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	90,67	1440	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	90,67	1440	SV
4º	CLINICA FACIL	90,67	1440	SV
5°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	90,67	1440	SV

Item 57: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PSICÓLOGO – ATENDIMENTO À CRIANÇA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	90,67	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	90,67	1440	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	90,67	1440	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	90,67	1440	SV

Item 58: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO FONOAUDIÓLOGO

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	95,67	1440	SV
2º	CLÍNICA STELLA BARBARA FERNANDES LTDA	95,67	1440	SV
3º	LITORAL ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA	95,67	1440	SV
4°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	95,67	1440	SV

Item 59: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMO ANGIOLOGISTA

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	209,00	600	MÊS
2°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	209,00	600	MÊS

Item 60: REALIZAÇÃO DE EXAME DE DOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	233,10	1200	SV
2º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	233,10	1200	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	233,10	1200	SV

Item 61: EXAME DOPPLER ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR

Classificação	Empresa	Valor Unitário	Quantidade	Und
1°	JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	243,86	1200	SV
2º	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	243,86	1200	SV
3°	COOPHEALTH/RN - COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM SAUDE	243,86	1200	SV

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Fica estabelecido o prazo para interposição de recurso administrativo de 3 (três) dias úteis por meio de remessa digital enviada ao endereço eletrônico pregaopmcn02@gmail.com ou entregue diretamente no Protocolo Geral do Município, localizado na Avenida Coronel José Bezerra, nº 167, Bairro Centro, Currais Novos/RN, das 07h às 13h, a partir da publicação desta Ata.
Nada mais havendo a constar, a Equipe encerrou asessão com o fechamento da presente Ata, que vai assinada pelo Agente de Contratação e pelos demais Membros de apoio abaixo identificados.

Currais Novos/RN, 18 de junho de 2025.

SÔNIA MARIA MEDEIROS DE PONTES -
Agente de Contratação

ALANA DANTAS ANDRÉ -
Membro

DOLORES BEATRIZ ROMEU DO NASCIMENTO -
Membro

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS -
Membro

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS -
Membro

PEDRO EMANUEL MARQUES DE LIMA -
Membro

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:03178119

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 106 DE 21 DE MAIO DE 2025

Trata da publicação de projetos comtemplados pelo Edital 001/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com regramento disposto na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 3.409/2020.

RESOLVE:
Art. 1º PUBLICAR a relação de instituições que receberam recursos do Fundo da Infância e da Adolescência com recursos do Edital 001/2025 com recursos municipais fonte 100.

PROJETO ENTIDADE	OBJETO	VALOR	SITUAÇÃO
1. Associação Cultural e desportiva torcida jovem Potyguar seridoense – Projeto Lions Futebol para a vida	Escola de handebol para adolescentes e jovens	10.000,00	Classificado
2. CIAC – Projeto Monse- nhor Ausônio Música e vida	Coral infanto juvenil	10.000,00	Classificado
3. APADEVI – Projeto Atendimento a pessoa com deficiência visual	Laboratório inclusivo e oficinas digitais	10.000,00	Classificado
4. Bombeiro Militar – Projeto bombeiro Mirim educação socioe-ducativo	Aquisição de equipamentos para o programa bombeiro mirim	10.000,00	Classificado
5. AMBAPAM – Projeto esporte e cidadania – Transformando vidas no bairro paizinho maria e alto de santa Rita	Atividades esportiva futsal, jiu-jitsu	10.000,00	Classificado
6. LIONS CLUBE SHEELITA- Programa Socioemocional LIONS QUEST prevenção a drogas	Programa Socioemocional LIONS QUEST prevenção a drogas	5.000,00	Classificado
7. ASSOCIAÇÃO NEGROS DO RIACHO – Projeto Banda de percussão	Aulas de percussão e cinema na comunidade	5.000,00	Classificado
8. Associação desportiva Currais Novos de futsal – Futsal para a vida	Aquisição de uniformes e práticas esportivas de futsal	5.000,00	Classificado
9. Associação do bairro Dr. Jose Bezerra – Crianças e jovens em nova vida	Atividades de esporte e lazer no bairro	5.000,00	Classificado
10. UBS ANTONIA JUSTINO– Projeto passos para o futuro atividades físicas para futuro saudavel	Aquisição de equipamentos e brinquedos lúdicos para uso com crianças	5.000,00	Classificado
11. Projeto Faça Bonito	Campanha Acolhimento	30.000,00	Classificado
12. Seminário Família acolhedora	Capacitação Acolhimento	25.000,00	Classificado
13.Projecopa 2025	Copa de projetos sociais 10 anos	30.000,00	Classificado
14. Casa irmã Ananilia	Projeto acolher 2025	52.000,00	Classificado
15. Associação de moradores do sitio Cachoeira – Projeto esporte e inclusão transformando vidas na comunidade rural	Oportunizar práticas esportivas para crianças e adolescentes	10.000,00	Classificavel
16. Projeto Escolinha do Ninha	Escolinha de Futebol	10.000,00	Classificavel
17. LIGA DESPÓRTIVA –Projeto 2 Mine copa Natalina de Futsal	Mini copa de futsal	10.000,00	Classificavel
18. ONG AGENTES DA PAZ – Projeto uniformes polícia mirim	Aquisição de uniformes educação física	10.000,00	Classificavel
19. ADESCOTO – TOTORO –Projeto O esporte em sua vida Formando campeões	Atividades de atletismo e vôlei de dupla	5.000,00	Classificavel
20.Associação futuro das crianças – Projeto futuro das crianças	Ensinar futebol para crianças e adolescentes	10.000,00	Classificavel
21.Escola Municipal Professora Socorro do Amaral – Projeto banda Marcial Escolar	Fortalecimento da Banda Marcial da Escola	10.000,00	Desclassificado - Sem documentações/somente projeto e plano de trabalho
22.APAE CURRAIS NOVOS– Projeto entre tons e sons, a musicalidade	Desenvolvimento aos assistidos através da musica	10.000,00	Desclassificado – Não apresentou o Plano de trabalho conforme lei 13.019/2014
23.Escola Municipal Professor Francisco Rosa – Projeto jogos e recreação	Projeto de jogos e recreação	0,00	Desclassificado - Projeto incompleto, sem valor e sem documentação em anexo conforme lei 13.019/2014
24.UBS Expedito Araújo – Projeto pesquisa, acolhimento	Garantia de crescimento e desenvolvimento saudáveis através do cuidado integral e assistência qualificada	13.021,00	Desclassificado - Valor acima do permitido, sem documentações conforme lei 13.019/2014

Art. 2º A classificação não torna obrigatória o pagamento imediato dos projetos e os projetos classificáveis poderão receber recursos caso sejam captados.
Art. 3º - Os projetos serão executados no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2025 com a responsabilidade de prestação de contas conforme orientações do CMDCA.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Currais Novos/RN, 20 de maio de 2025.

LUZITÉRCIO DA SILVA ALBUQUERQUE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:34A5C7DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS - SAAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/002-001

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 SAAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/002-001

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO, E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICO, ELÉTRICO, E DE CONSTRUÇÃO PARA FAZER MANUTENÇÃO, REPARO E EXPANSÃO DOS SERVIÇOS PRESTADO PELO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS - SAAE, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS do Município de Doutor Severiano, **inscrita no CNPJ: 28.716.476/0001-42,** situado na Rua João Nogueira de Souza, 45A, Centro, Dr. Severiano/RN, CEP: 59910.000, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu Diretor Administrativo Francisco Edson da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Doutor Severiano – RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa A. DE P. MEDEIROS E SILVA - CNPJ: 19.551.568/0001-29, com sede na Rua Padre Tertuliano, 32, Centro, Doutor Severiano/RN, neste ato representada por seu Procurador/Sócio Administradora, Sra. Auricelia de Paula Medeiros e Silva portador do CPF nº 050.924.334-77, doravante, denominada e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2025 SAAE - SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais hidráulico, elétrico, e de construção para fazer manutenção, reparo e expansão dos serviços prestado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS DESCONTOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os descontos registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

259 - A. DE P. MEDEIROS E SILVA (19.551.568/0001-29)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
1	4710 - Abraçadeira Cano 50mm Rosca ½. Abraçadeira Cano 50mm Rosca ½. Marca: TIGRE	UND	100	23,30	2.330,00
2	4711 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 100 Mm Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 100 Mm Marca: TIGRE	UND	50	162,93	8.146,50
3	4712 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 150 Mm Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 150 Mm Marca: TIGRE	UND	50	147,49	7.374,50
4	4713 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 32 Mm Marca: TIGRE	UND	50	19,67	983,50
5	4714 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 40 Mm Marca: TIGRE	UND	50	13,48	674,00
6	4715 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 50 Mm Marca: TIGRE	UND	50	20,26	1.013,00
7	4716 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 60 Mm Marca: TIGRE	UND	100	9,99	999,00
8	4717 - Abraçadeira Colar de Tomada Para Cano de 85 Mm Marca: TIGRE	UND	100	10,99	1.099,00
9	4718 - Abraçadeira Colar de Tomada Pvc 60 X 3/4 . Marca: KRONA	UND	300	27,52	8.256,00
10	4719 - Adaptador Soldável Curto - 20 X 1/2" Mm Adaptador Soldável Curto Com Bolsa e Rosca Fabricado Na Cor Marrom, Unido Através de Junta Soldável, de Acordo Com A Nbr 5648 - Sistemas Prediais de água Fria - Tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável - Requisitos. Sistema Dimensionado Para Suportar Pressões de Serviço de 750 Kpa (75 M.c.a. Ou 7,5 Kgf/cm²). Modelo: Soldável, Referência: 10230, Cor: Marrom, Dimensões, Bitola: 20mm X 1/2", Peso: 200 Gramas, Garantia: 3 Meses. Marca: KRONA	PCT	40	1,44	57,60
11	4720 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 32mm Adaptador Soldável Bolsa Rosca 32mm- Marrom, Tamanhos e Medidas 32mm / 1". Composição Pvc, Formas de Utilização Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	130	1,46	189,80
12	4721 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 50mm-marrom Tamanhos e Medidas 50mm / 1 1/2". Composição Pvc, Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	150	5,49	823,50
13	4722 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 20 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 20mm / 2". Composição Pvc, Formas de Utilização Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	5,19	519,00
14	4723 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 25 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 25mm / 2". Composição Pvc, Formas de Utilização Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	8,99	899,00
15	4724 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 40 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 40mm / 1 1/4". Composição Pvc. Formas de Utilização Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	120	36,53	4.383,60
16	4725 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 60mm Marrom, Tamanhos e Medidas 60mm / 2". Composição Pvc, Formas de Utilização Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	12,49	1.249,00
17	4726 - Adaptador Soldável Bolsa Rosca 85 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 85mm / 2". Composição Pvc, Formas de Utilização Usado Na Transição de Pvc Para Registros e Válvula de Descarga, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	20,99	1.049,50
18	4728 - Adaptador Soldável Curto -25 X 3/4" Mm Adaptador Soldável Curto Com Bolsa e Rosca Fabricado Na Cor Marrom, Unido Através de Junta Soldável, de Acordo Com A Nbr 5648 - Sistemas Prediais de água Fria - Tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável - Requisitos. Sistema Dimensionado Para Suportar Pressões de Serviço de 750 Kpa (75 M.c.a. Ou 7,5 Kgf/cm²). Modelo: Soldável, Referência: 10231, Cor: Marrom. Dimensões Bitola: 25mm X 3/4"peso: 400 Gramas, Garantia: 3 Meses. Marca: KRONA	PCT	10	1,09	10,90
19	4729 - Adaptador Soldável Curto 20x ½ Mm-5 X 3/4" Mm Adaptador Soldável Curto Com Bolsa e Rosca Fabricado Na Cor Marrom, Unido Através de Junta Soldável, de Acordo Com A Nbr 5648 - Sistemas Prediais de água Fria - Tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável - Requisitos. Sistema Dimensionado Para Suportar Pressões de Serviço de 750 Kpa (75 M.c.a. Ou 7,5 Kgf/cm²). Modelo: Soldável, Referência: 10231, Cor: Marrom. Dimensões Bitola: 20mm X 3/4"peso: 400 Gramas, Garantia: 3 Meses. Marca: KRONA	UND	500	1,00	500,00

20	4730 - Adaptador Soldável Curto25x ¾ Mm-5 X 3/4" Mm Adaptador Soldável Curto Com Bolsa e Rosca Fabricado Na Cor Marrom, Unido Através de Junta Soldável, de Acordo Com A Nbr 5648 - Sistemas Prediais de água Fria - Tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável - Requisitos. Sistema Dimensionado Para Suportar Pressões de Serviço de 750 Kpa (75 M.c.a. Ou 7,5 Kgf/cm²). Modelo: Soldável, Referência: 10231, Cor: Marrom. Dimensões Bitola: 25mm X 3/4"peso: 400 Gramas, Garantia: 3 Meses. Marca: KRONA	UND	500	1,19	595,00
21	4731 - Alavanca Material: Aço, Tamanho: Grande Marca: Tramontina	UND	4	149,73	598,92
22	4732 - Areia Carrada Com 6m3 Marca: PRÓPRIA	UND	29	567,81	16.466,49
23	4734 - Barras de Cano de 100 Mm de Cor Azul Defofo tubo em Pvc 12 Com Diametro externo equivalente Ao Tubo de Ferro Fundido, Com 6 Metros de Com Primento. Marca: KRONA	UND	100	359,95	35.995,00
24	4735 - Barras de Cano de 150 Mm de Cor Azul Defofo São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 150 Mm. Marca: KRONA	UND	50	676,67	33.833,50
25	4736 - Barras de Cano de 20 Mm São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido. especificações Tubo Para esgosto Sanitário e Ventilação, Altamente Resistente. Dimensões: Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 20 Mm, Peso: 0,7 Kg. Marca: KRONA	UND	500	22,99	11.495,00
26	4737 - Barras de Cano de 25 Mm São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido. especificações: Tubo Para esgosto Sanitário e Ventilação. Altamente Resistente. Dimensões; Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 20 Mm, Peso: 1,1 Kg. Marca: KRONA	UND	500	26,97	13.485,00
27	4738 - Barras de Cano de 32 Mm São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Características; Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido, especificações: Tubo Para esgosto Sanitário e Ventilação, Altamente Resistente. Dimensões Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 32 Mm, Peso: 1,8 Kg. Marca: KRONA	UND	212	59,91	12.700,92
28	4739 - Barras de Cano de 50 Mm de Cor Azul São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Material: Pvc Rígido. Altamente Resistente, Dimensões; Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 50 Mm, Peso: 4 Kg. Marca: KRONA	UND	100	135,97	13.597,00
29	4740 - Barras de Cano de 60 Mm de Cor Marrom Marca: KRONA	UND	600	129,99	77.994,00
30	4741 - Barras de Cano de 85 Mm - Barras de Cano de 85 Mm Aplicado em Instalações Prediais de água Fria Permanentes, embutidas em Paredes Ou Aparentes em Locais Cobertos. A Principal Vantagem do Sistema é A Rapidez Na execução das Juntas Soldáveis. Linha: Soldável. Modelo: água Fria. especificações, Fabricados de Acordo Com A Nb 5648 Aplicação: Sistemas Prediais de água Fria. Dimensões : Bitola: 85 Mm Comprimento: 6 Metros, Peso: 11,15 Kg. Marca: KRONA	UND	300	390,94	117.282,00
31	4742 - Barras de Cano Decano de 40 Mm São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Material: Pvc Rígido, Altamente Resistente. Dimensões: Comprimento da Peça: 6 Metros, Diâmetro: 40 Mm, Peso: 2,5 Kg. Marca: KRONA	UND	50	49,49	2.474,50
32	4743 - Barras de Ferro 3/8 Marca: GERDAU	UND	45	56,58	2.546,10
34	4746 - Brita Marca: PRÓPRIA	M	26	137,05	3.563,30
35	4747 - Cabo de Fio 1x2,50 Azul Marca: CORFLEX	UND	20	2,38	47,60
36	4748 - Cabo de Fio 1x2,50 Vermelho Marca: CORFLEX	UND	20	2,57	51,40
37	4749 - Cadeado e35 Marca: Pado	UND	10	33,58	335,80
38	4750 - Cal (saco de 20 Kg) Marca: ITAU	UND	132	22,99	3.034,68
39	4751 - Cap de 40 Mm Cap Para Drenagem e extremidades de Tubulações de esgoto, São Bastante Resistentes e eficazes, Sua Casa Fica Protegida Contra Vazamentos e Desperdício de água.forma de Utilização Para Fechar A extremidade de Tubo de esgoto Ou Drenagem. Material Pvc, Medidas 4cm (comprimento), Peso0,012kg. Marca: KRONA	UND	20	6,00	120,00
40	4752 - Cap Soldàvel 85 Mm - de Cor Marron. Marca: KRONA	UND	50	79,99	3.999,50
41	4753 - Cap Soldável 20 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 20mm / 1/2". Composição Pvc, Formas de Utilização, Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	400	0,69	276,00
42	4754 - Cap Soldável 25 Mm Marron, Tamanhos e Medidas 25mm / 3/4", Composição Pvc, Formas de Utilização, Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	400	0,79	316,00
43	4755 - Cap Soldável 32 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 32mm / 1". Composição Pvc, Formas de Utilização Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	0,99	49,50
44	4756 - Cap Soldável 50 Mm Marron, Tamanhos e Medidas 50mm / 1 1/2". Composição: Pvc, Utilizada Para Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	2,49	124,50
45	4757 - Cap Soldável de 110 Mm Tamanhos e Medidas 110mm / 2", Composição: Pvc, Utilizados Para Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	49,99	2.499,50
46	4758 - Cap Soldável de 40 Mm Tamanhos e Medidas 40mm / 2", Composição: Pvc, Utilizados Para Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	4,99	249,50
47	4759 - Cap Soldável de 60 Mm Tamanhos e Medidas 60mm / 2", Composição: Pvc, Utilizados Para Fechamento de Pontos de espera Ou Finais de Rede, Bolsa Soldável, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	2,19	109,50
48	4760 - Cap Soldável Defofo de 100 Mm: Material Defofo , Cor Azul. Marca: KRONA	UND	50	29,99	1.499,50
49	4761 - Cap Soldável Defofo de 150 Mm: Material Defofo, Cor Azul. Marca: KRONA	UND	50	51,49	2.574,50
51	4763 - Chave 9/16 - Aço Gedore-vanadium. Niquelado e Cromado. Chave Combinada Com Um Lado Boca e Outro Com As Mesmas Medidas. Proporciona Uma Distribuição Uniforme da Força Aplicada Na Parte Central do Sextavado, Não Havendo Deformação dos Cantos das Porcas e Parafusos. A Inclinação em Relação Ao Corpo: Boca 15° e Unit Drive 10°. Parede Fina. Marca: Tramontina	UND	6	50,35	302,10
52	4764 - Chave Para Plug de Tubulação.tamanho 1,5 Metros de Comprimento Marca: Tramontina	UND	10	174,79	1.747,90
53	4765 - Chave Para Tubo (grifo) Ferramenta especial Para Trabalhos Pesados, Dimensões: Altura: 3.10 Cm, Largura: 7.20 Cm, Comprimento: 25.00 Cm, Peso: 0.70 Kg. Marca: Tramontina	UND	20	60,62	1.212,40
54	4766 - Chibanca Com Cabo Marca: Tramontina	UND	6	105,00	630,00
55	4767 - Cimento Acondicionado em Sacos de 50kg. Marca: MIZU	UND	600	31,04	18.624,00
58	4770 - Cola- Adesivo Plastico Para Tubos de Pvc Rigido 75g: Cola Para Tubos Pvc, Adesão extra Forte - Resistente A Alta Pressão – Incolor. Marca: POLYTUBES	UND	1.000	6,48	6.480,00
59	4771 - Colar de Tomada Pvc C/ Travas 85 Mm X ¾. Marca: TRIGRE	UND	100	11,99	1.199,00
60	4772 - Colher de Pedreiro de 10" Marca: Tramontina	UND	6	30,18	181,08
63	4775 - Enxada Com Cabo Marca: Tramontina	UND	5	84,99	424,95
64	4776 - Ferro 3/8 de Polegadas e 10 Mm Ultilizado Na Construção Civil de Casas e Outras Obras Marca: GERDAU	UND	100	81,50	8.150,00
65	4777 - Ferro Construção 1/2 12,5 Mm. Dimensões: Bitola:1/2. espessura 12,5". Peso 11,56 Kg. Marca: GERDAU	UND	64	137,59	8.805,76
66	4778 - Fita Isolante 20 Mts Marca: PRATIK	UND	10	14,00	140,00
67	4779 - Fita Veda Rosca 18 Mm X 25 Mm Ara Vedação de Roscas em Conexões. Marca: POLYFITA	UND	100	6,49	649,00
68	4780 - Graxa Lubrificante Base de Sabão de Cálcio Para Lubrificação econômica de Pinos e	UND	10	54,02	540,20

	Articulações de Chassis Automotivos. Apresenta elevada Adesividade e Resistência à Lavagem Por água Lata Com 18 Kg. Marca: TOP LUB				
69	4781 - Grosa Ferramenta essencial em Carpintarias, Marcenarias e Indústrias Moveleiras. Perfeita Para Desbastes em Moldes de Fundição. Chata - Uso Geral Para Superfícies Planas Ou Convexas. Marca: Tramontina	UND	10	55,42	554,20
71	4783 - Interrupitor Com Duas Teclas Marca: Ilumi	UND	2	15,39	30,78
72	4784 - Interrupitor Com Uma Tecla Marca: Ilumi	UND	2	8,34	16,68
73	4785 - Joelho de 100 Joelho Defofo de 90° e Diâmetro de 100 Mm. Marca: PLASTFRAN	UND	24	15,67	376,08
74	4786 - Joelho de 110 Joelho 90° Soldável é Aplicado em Instalações Prediais de água Fria Permanentes, embutidas em Paredes Ou Aparentes em Locais Cobertos. A Principal Vantagem do Sistema é A Rapidez Na execução das Juntas Soldáveis. Aplicação: Sistemas Prediais de água Fria. Tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável. Marca: TIGRE	UND	23	61,87	1.423,01
75	4787 - Joelho de 150 Joelho Defofo de 90° e Diâmetro 150 Mm. Marca: PLASTFRAN	UND	24	127,71	3.065,04
76	4788 - Joelho de 20 Mm Amanhos e Medidas 20mm / 1/2", Composição Pvc, Utilizado Para Mudança de Direção em Redes A 90 Graus, Resistente Ao Tempo e Feito Com Produtos de Qualidade. Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	PCT	1.000	2,05	2.050,00
77	4789 - Joelho de 25 Mm Produzido em Plástico Pvc Resistente, Com 90º e Uma Bitola de 25mm de Diâmetro. Indicado Para Instalação de Tubulações de Condução de água em Temperatura Ambiente Com Pressão Máxima de 75m.c.a. Forma de Utilização Para Mudança de Direção em Tubulações de água em ângulo de 90º. Cor Marrom. Marca: KRONA	PCT	1.000	2,07	2.070,00
78	4790 - Joelho de 32 Mm Tamanhos e Medidas 32mm / 1". Composição Pvc, Utilizado Para Mudança de Direção em Redes A 90 Graus, Resistente Ao Tempo e Feito Com Produtos de Qualidade, Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	2,18	218,00
79	4791 - Joelho de 40 Mm Joelho Soldável de 90° Com Bitola de 40mm. Ideal Para Instalações Hidráulicas Que Precisam de Desvio Na Tubulação. Fácil Instalação, Pode Ser Usada em Tubulações Horizontais Ou Verticais, Dispensa O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Fabricado em Material Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Marca: KRONA	UND	50	5,69	284,50
80	4793 - Joelho de 85 Mm Joelho 90° Soldável e Com Rosca é Aplicado em Instalações Prediais de água Fria Permanentes, embutidas em Paredes Ou Aparentes em Locais Cobertos. A Principal Vantagem do Sistema é A Rapidez Na execução das Juntas Soldáveis.modelo: água Fria, Cor: Marrom Aplicação: Sistemas Prediais de água Fria, Tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável, Requisitos. Sistema Dimensionado Para Suportar Pressões de Serviço de 750 Kpa (75 M.c.a. Ou 7,5 Kgf/cm²) Bitola: 85 Mm, Peso: 0,370 Kg. Marca: TIGRE	UND	49	109,99	5.389,51
81	4794 - Joelho de esgoto em Pvc de 100mm Marca: KRONA	UND	150	14,99	2.248,50
82	4795 - Joelho de Tubo de esgoto 100 Mm Marca: KRONA	UND	100	14,99	1.499,00
83	4796 - Joelho de Tubo de esgoto de 40 Mm Marca: KRONA	UND	100	4,19	419,00
84	4798 - Joelho de Tubo de esgoto de 50 Mm Marca: KRONA	UND	100	4,29	429,00
85	4799 - Joelho de Tubo de esgoto de 60 Mm Marca: KRONA	UND	100	6,02	602,00
86	4800 - Joelho esgoto 40mm Marca: KRONA	UND	100	5,09	509,00
87	4801 - Joelho esgoto 50mm Marca: KRONA	UND	100	5,20	520,00
88	4802 - Joelhos de 50 peso (kg)0,024, Uso Indicado: Fazer Curva em Tubulação, Dimensões Aproximadas do Produto Com embalagem (cm) - Axlxp:4,5x4,5 .tipo de Material: Pvc. Bitola em Polegadas: ¾. Cor: Marrom, espessura (mm):0,5. ângulo (graus):90°. Marca: KRONA	UND	50	6,94	347,00
89	4803 - Joelhos de Cano 60 Mm O Joelho 90° Soldável e Com Rosca é Aplicado em Instalações Prediais de água Fria Permanentes, embutidas em Paredes Ou Aparentes em Locais Cobertos.a Principal Vantagem do Sistema é A Rapidez Na execução das Juntas Soldáveis. Aplicação: Sistemas Prediais de água Fria tubos e Conexões de Pvc 6,3, Pn 750 Kpa, Com Junta Soldável requisitos. Sistema Dimensionado Para Suportar Pressões de Serviço de 750 Kpa (75 M.c.a. Ou 7,5 Kgf/cm²) Marca: KRONA	UND	50	12,67	633,50
90	4804 - Jogo de Chave de Fenda Utilizada Para Fixar Ou Soltar Parafusos Com Sextavados Internos. 3 Chaves de Fenda: 3.2 X 75mm 5 X 100mm 6 X 150mm3 Chaves Philips: 1 X 75mm 2 X 100mm 2 X 150mm, 6 Peças. Marca: Tramontina	UND	2	51,09	102,18
91	4805 - Luva de Correr 85 Mm Luva Pvc Com Medida de 85mm Para Junção de Conexões Hidráulicas Com Solda Fria. Ideal Para Locais Que Necessitam de Reparo Na Tubulação. Marca: AMANCO	UND	50	91,82	4.591,00
92	4807 - Luva de Correr 100 Mm - Defofo Azul. Marca: AMANCO	UND	50	181,43	9.071,50
93	4808 - Luva de Correr 150 Mm- Defofo Azul. Marca: AMANCO	UND	50	193,40	9.670,00
94	4809 - Luva de Correr de 110 Mm Tamanhos e Medidas 110mm / 2", Composição Pvc, Utilização em Reparos de Redes Danificadas, Vedação Feita Com Anéis de Borracha, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: Plastilit	UND	50	182,86	9.143,00
95	4810 - Luva de Correr de 32 Mm Tamanhos e Medidas 32mm / 1 ½, Composição Pvc, Utilizado Para Reparos em Redes Danificadas, Vedação Feita Com Anéis de Borracha, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: Plastilit	UND	50	34,99	1.749,50
96	4812 - Luva de Correr de 40 Mm Tamanhos e Medidas 40mm / 1 ½, Composição Pvc, Utilizado Para Reparos em Redes Danificadas, Vedação Feita Com Anéis de Borracha, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	50,99	2.549,50
97	4813 - Luva Lisa Soldável 20 Mm Marron, Tamanhos e Medidas 20mm / 1/2". Composição Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade Indeterminado. Marca: KRONA	UND	51	1,79	91,29
98	4814 - Luva Lisa Soldável 25 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 25mm / 3/4", Composição: Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	PCT	51	1,79	91,29
99	4815 - Luva Lisa Soldável de Pvc Com Medida de 32mm Para Junção de Conexões Hidráulicas Com Solda Fria. Ideal Para Locais Que Necessitam de Reparo Na Tubulação.fácil Instalação: As Juntas São Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Fabricado em Material Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Marca: KRONA	PCT	20	2,24	44,80
100	4817 - Luva Lisa Soldável de 110 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 110 Mm, Composição: Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	128,03	6.401,50
101	4818 - Luva Lisa Soldável de 150 Mm: Luva Defofo de 150 Mm, Cor Azul. Marca: TRIGRE	UND	50	119,99	5.999,50
102	4819 - Luva Lisa Soldável de 40 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 40 Mm ,composição: Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	8,99	899,00
103	4820 - Luva Lisa Soldável de 50 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 50 Mm /,composição: Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	9,41	941,00
104	4821 - Luva Lisa Soldável de 60 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 60 Mm /,composição: Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	12,29	1.229,00
105	4822 - Luva Lisa Soldável de 85 Mm Marrom, Tamanhos e Medidas 85 Mm Composição: Pvc, Junção de Duas Pontas Soldáveis, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	27,54	1.377,00
106	4824 - Luva Lisa Soldável Defofo de 100 Mm: Luva Defofo de 100mm, Cor Azul. Marca: TRIGRE	UND	42	101,53	4.264,26
107	4825 - Luva Soldável Liso Rosca 20 Mm Tamanhos e Medidas: 20 Mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	UND	326	4,56	1.486,56
108	4827 - Luva Soldável Liso Rosca de 110 Mm Tamanhos e Medidas: 110 Mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	UND	50	139,02	6.951,00
109	4828 - Luva Soldável Liso-rosca 25mm X 3/4" Marron Tamanhos e Medidas: 25mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	PCT	23	6,92	159,16
110	4829 - Luva Soldável Liso-rosca 32 Mm Tamanhos e Medidas: 32 Mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	UND	50	6,99	349,50
111	4830 - Luva Soldável Liso-rosca 40 Mm Tamanhos e Medidas: 40mm / ¾' Composição: Pvc,	UND	50	13,98	699,00

	Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA				
112	4831 - Luva Soldável Liso-rosca 50 Mm Tamanhos e Medidas: 50 Mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	UND	50	24,97	1.248,50
113	4833 - Luva Soldável Liso-rosca 60 Mm Tamanhos e Medidas: 60 Mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	UND	43	42,14	1.812,02
114	4834 - Luva Soldável Liso-rosca 85 Mm Tamanhos e Medidas: 85 Mm / ¾' Composição: Pvc, Utilização: Para Interligação de Tubos, Bolsa Soldável e Ponta Lista, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio, Prazo de Validade: Indeterminado. Garantia: Defeitos de Fabricação. Marca: KRONA	UND	50	45,22	2.261,00
115	4835 - Luva Soldável Lr 20 X 1/2 Formada Por Tubos e Conexões de Pvc Rígido, Na Cor Marrom, Desenvolvida especialmente Para A Condução de água em Temperatura Ambiente (20°c) Resistência A Produtos Químicos; excelente Durabilidade, Não Sofrendo Corrosão. Marca: KRONA	PCT	50	5,16	258,00
116	4837 - Luvas de Correr de 50 Mm Tamanhos e Medidas 50mm / 1 ½, Composição Pvc, Utilizado Para Reparos em Redes Danificadas, Vedação Feita Com Anéis de Borracha, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	50	5,21	260,50
117	4838 - Luvas de Correr de 60 Mm Tamanhos e Medidas 60mm / 2", Composição Pvc, Utilização em Reparos de Redes Danificadas, Vedação Feita Com Anéis de Borracha, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	100	61,94	6.194,00
118	4839 - Mangote Lonado de 50 Mm Marca: ELITE	M	200	335,74	67.148,00
121	4842 - Plugs Para Fechamento de Tubulações de água-ferramenta Para Instalação e Retirada do Vedante/obturador. Marca: KRONA	UND	1.000	88,10	88.100,00
122	4843 - Programador de Horário Instrumento Que Permite Ligar e Desligar Qualquer equipamento elétrico Com Intervalo Mínimo de 15 Minutos de Repetição Diária. Marca: TIMER COEL	UND	10	526,67	5.266,70
123	4844 - Pá de Bico C/ Cabo Madeira Marca: Tramontina	UND	6	61,82	370,92
124	4845 - Redução Soldável 25 X 20, Mm Marrom, Juntas Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Pressão Máxima de Serviço: 7,5 Kgf/crrf (750 Kpa) à Temperatura de 20°c. Dimensões Bitola: 25 X 20, D:25 Mm, D:20 Mm, A:18,5,peso: 0,010 Kg Marca: KRONA	UND	316	2,12	669,92
125	4846 - Redução Soldável de 32/25 Mm Marrom, Juntas Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Pressão Máxima de Serviço: 7,5 Kgf/crrf (750 Kpa) à Temperatura de 20°c. Dimensões Bitola: 32 X 25, D:32 Mm, D:205mm. Marca: KRONA	UND	50	2,14	107,00
126	4847 - Redução Soldável de 40/32 Mm Marrom, Juntas Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Pressão Máxima de Serviço: 7,5 Kgf/crrf (750 Kpa) à Temperatura de 20°c. Dimensões Bitola: 40x 32, D:40 Mm, D:32mm. Marca: KRONA	UND	50	3,34	167,00
127	4848 - Redução Soldável de 50/40 Mm Marrom, Juntas Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Pressão Máxima de Serviço: 7,5 Kgf/crrf (750 Kpa) à Temperatura de 20°c. Dimensões Bitola: 50 X 40, D:50 Mm, D:40 Mm. Marca: KRONA	UND	50	6,87	343,50
128	4849 - Redução Soldável de 60/50 Mm Marrom, Juntas Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Pressão Máxima de Serviço: 7,5 Kgf/crrf (750 Kpa) à Temperatura de 20°c. Dimensões Bitola: 60 X 50, D:60 Mm, D:50 Mm. Marca: KRONA	UND	50	8,01	400,50
129	4850 - Redução Soldável de 85/60 Mm Marrom, Juntas Soldadas A Frio, Dispensando O Uso de Ferramentas e equipamentos Sofisticados. Resistente A Produtos Químicos, Não Sofrendo Corrosão. Pressão Máxima de Serviço: 7,5 Kgf/crrf (750 Kpa) à Temperatura de 20°c. Dimensões Bitola: 85 X 60, D:85 Mm, D:60 Mm. Marca: KRONA	UND	50	13,57	678,50
130	4851 - Registro (água) Válvula Gaveta " Niagara " de Ferro Fundido, extremidades Flangeadas, Cunha Sólida, Cônica, Com Guias Laterais, Anéis Roscados No Corpo. Corpo/tampa-castelo : Ferro Fundido Astm.a-126-93 , Classe B, Haste: Não Ascendente, Latão Laminado Astm.b.124-86ª, Anéis : Latão, Cunha: Ferro Fundido, Com Superfícies de Latão, Gaxeta e Junta : Amianto Grafitado, Dimensões Face á Face Abnt-pb-37-79, Série Mc e Din-3202-84 - Nd 10 , C/faceamento Plano, Dimensões dos Flanges:dn's 6" Conforme Din.2532-73 - Nd.10. Pressão de Serviço, Fluídos Até 60'c, Sem Golpes Dn's 6",10,0 Bar, Fluídos Até 180'c Sem Golpes, Dn's 6" 10,0 Bar, Diâmetro Nominal : 6" Marca: METALURGICA	UND	5	902,81	4.514,05
131	4852 - Registro de esfera Soldável Defofo 100 Mm Marca: VIQUA	UND	10	734,54	7.345,40
132	4853 - Registro de esfera Vs Soldável 60 Mm-tamanhos e Medidas 60mm / 2". Composição Pvc. Formas de Utilização, Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Características Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Peso: 0,959 Kg. Cor: Marrom. Marca: KRONA	UND	15	81,69	1.225,35
133	4854 - Registro de esfera Vs Soldável 20 Mm- Marrom, Tamanhos e Medidas 20mm / 1/2". Composição: Pvc Formas de Utilização: Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Características Técnicas: Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Marca: KRONA	UND	304	11,14	3.386,56
134	4855 - Registro de esfera Vs Soldável 25 Mm-tamanhos e Medidas 25mm / 3/4". Composição: Pvc. Formas de Utilização: Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Características Técnicas: Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Cor: Marrom. Marca: KRONA	UND	306	11,25	3.442,50
135	4856 - Registro de esfera Vs Soldável 32 Mm-tamanhos e Medidas 32mm / 1". Composição Pvc. Formas de Utilização: Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Características Técnicas: Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Cor: Marrom. Marca: KRONA	UND	20	17,15	343,00
136	4857 - Registro de esfera Vs Soldável 40 Mm-tamanhos e Medidas 40mm / 1 1/4". Composição: Pvc. Formas de Utilização: Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Cor: Marrom. Marca: KRONA	UND	20	25,03	500,60
137	4858 - Registro de esfera Vs Soldável 50mm -tamanhos e Medidas 50mm / 1 1/2". Composição: Pvc. Formas de Utilização: Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite Características Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Cor: Marron. Marca: KRONA	UND	15	36,57	548,55
138	4859 - Registro de esfera Vs Soldável de 110 Mm: Tamanhos e Medidas 110mm / 2". Composição Pvc. Formas de Utilização, Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Características Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Peso: 0,959 Kg. Cor: Marrom. Marca: KRONA	UND	10	1.077,93	10.779,30
139	4860 - Registro de esfera Vs Soldável de 85 Mm: Tamanhos e Medidas 85mm / 2". Composição Pvc. Formas de Utilização, Interromper Ou Liberar Fluxo de água em Redes, Caso Necessite. Características Bolsas Soldáveis, Regular Na Montagem, Fechamento Rápido. Peso: 0,959 Kg. Cor: Marrom. Marca: KRONA	UND	10	730,58	7.305,80
140	4861 - Registro de esfera Vs Soldável Defofo de 150 Mm Marca: VIQUA	UND	20	737,96	14.759,20
141	4862 - Registro de Ferro de 150 Mm: Registro Para Ser Usado em Turbulação de Ferro de 150 Mm. Marca: JGS	UND	20	2.539,89	50.797,80
142	4863 - Registro de Ferro de 60mm Marca: JGS	UND	10	1.144,35	11.443,50
143	4864 - Registro Para Turbulação de Ferro de 100 Mm: Registro Para Ser Usado em Turbulação de Ferro de 100 Mm. Marca: JGS	UND	20	1.163,24	23.264,80
144	4865 - Rwt40hr (bwt40hr) Programador de Horário Compacto Com 40 Memorias, Uma Saída Rele e Leds de Alto Brilho Para Indicações de Instrumentos energizados e Saída Ligada. Marca: WEG	UND	10	270,78	2.707,80
145	4866 - Serra Starret Marca: Starret	UND	200	22,53	4.506,00
146	4867 - Supercal 5kg Marca: HIDRACOR	PCT	80	18,61	1.488,80
147	4869 - Tijolo Furado Material: Cerâmica; Tipo: Furado; Comprimento: 20cm; Largura: 20cm; espessura: 10cm; Quantidade de Furos:08 (oito). Marca: PRÓPRIA	Ml	25	953,50	23.837,50
148	4870 - Tinta Latex 18 Lt Marca: CORAL	UND	100	324,43	32.443,00

149	4872 - Tomadas 2p+t Simples Marca: Ilumi	UND	15	13,40	201,00
150	4873 - Torneira 1/2 Para Jardim Marca: KRONA	UND	150	6,32	948,00
151	4874 - Tubo de 110 Mm Barras de Cano de 110 Mm Indicados Para Sistemas enterrados de Distruição de Agua de Potável, Sistema Para Adução e Destribuição de água, Com Junta elástica , Sistema Perdiais de água Pluvial Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Caracterísiticas; Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido, especificações: Tubo Para esgoto Sanitário e Ventilação, Altamente Resistente. Dimensões Comprimento: 6 Metros, Diâmetro:110mm Marca: KRONA	UND	53	1.103,88	58.505,64
152	4875 - Tubo de 20- Barras de Cano de 20 Mm São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido. especificações Tubo Para esgoto Sanitário e Ventilação, Altamente Resistente. Dimensões: Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 20 Mm, Peso: 0,7 Kg. Marca: KRONA	UND	500	34,62	17.310,00
153	4876 - Tubo de 25 Barras de Cano de 25 Mm: São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido. especificações: Tubo Para esgoto Sanitário e Ventilação. Altamente Resistente. Dimensões; Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 20 Mm, Peso: 1,1 Kg. Marca: KRONA	UND	500	36,01	18.005,00
154	4877 - Tubo de 32 Barras de Cano de 32 Mm: São Indicados Para Sistemas enterrados de Distribuição de água Potável. Sistemas Para Adução e Distribuição de água, Com Junta elástica. Sistemas Prediais de água Pluvial, Como esgoto Sanitário e Ventilação. Utilização Para Condução de esgoto Doméstico. Caracterísiticas; Cor: Marrom, Material: Pvc Rígido, especificações: Tubo Para esgoto Sanitário e Ventilação, Altamente Resistente. Dimensões: Comprimento: 6 Metros, Diâmetro: 32 Mm, Peso: 1,8 Kg. Marca: KRONA	UND	200	45,48	9.096,00
155	4878 - Tubo de esgoto 100mm Marca: KRONA	UND	200	99,16	19.832,00
156	4879 - Tubo de esgoto 150mm Marca: KRONA	UND	200	160,17	32.034,00
157	4880 - Tubo de esgoto de 40 Mm C 6m, Cor Marrom. Marca: KRONA	UND	200	29,49	5.898,00
158	4881 - Tubo de esgoto de 50 Mm C 6m, Cor Marrom. Marca: KRONA	UND	200	41,19	8.238,00
159	4882 - Tubo de esgoto de 60 Mm Marca: KRONA	UND	200	55,95	11.190,00
160	4883 - Tubo Defofo Mpvc de 100mm de Cor Azul: Tubo Defofo Jei Dn 100mmx6mt. Marca: TIGRE	M	250	30,95	7.737,50
161	4884 - Tubo Defofo Mpvc de 150mm de Cor Azul Tubo Pvc Irrigação Defofo Azul De150mm Pn60 Cano Jei Mm Pn60 Cano Jei Marca: TIGRE	M	300	45,94	13.782,00
162	4885 - Tê 32 Mm- 90° Soldável 32 Mm Marrom Ideal Para Derivação de Redes Soldáveis Na Mesma Bitola. Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Material:pvc. Marca: KRONA	UND	100	9,56	956,00
163	4886 - Tê de 100 Mm de Cano Defofofo. Marca: KRONA	UND	50	59,03	2.951,50
164	4887 - Tê de 110 Mm Uso Indicado água Fria, Tipo Soldável, 90°,bitola de Canos e Conexões em Milímetros 110 Mm, Bitola de Canos e Conexões em Polegadas 2 ",material Pvc, Cor Marrom. Marca: KRONA	UND	50	59,63	2.981,50
165	4888 - Tê de 150 Mm de Cano Defofofo. Marca: VIQUA	UND	50	167,29	8.364,50
166	4889 - Tê de 20 Mm- 90° Soldável 20mm Marrom, Tamanhos e Medidas 20mm / 1/2". Composição: Pvc Formas de Utilização, Derivação de Redes Soldáveis Na Mesma Bitola, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	200	2,50	500,00
167	4890 - Tê de 25 Mm- 90° Soldável 25mm Marrom, Tamanhos e Medidas 25mm / 3/4". Composição Pvc. Formas de Utilização; Derivação de Redes Soldáveis Na Mesma Bitola, Prática Instalação, Rápida e de Fácil Manuseio. Marca: KRONA	UND	200	2,53	506,00
168	4891 - Tê de 40 Mm- 90° Soldável 40mm Marrom, Tamanhos e Medidas 40mm / 1 ¼, Composição Pvc Formas de Utilização Derivação de Redes Soldáveis Na Mesma Bitola. Marca: KRONA	UND	10	4,69	46,90
169	4892 - Tê de 50 Mm - 90° Soldável 50mm, Marrom. Material: Pvc. Bitola:50mm / 1 ½. Marca: KRONA	UND	50	20,52	1.026,00
170	4893 - Tê de 60 Mm Indicado água Fria, Tipo Soldável, 90°,bitola de Canos e Conexões em Milímetros 60 Mm, Bitola de Canos e Conexões em Polegadas 2 ",material Pvc, Cor Marrom. Marca: KRONA	UND	47	21,94	1.031,18
171	4894 - Tê de 85 Mm Utilizado em Todos Os Tipos Padrões de Obra: Residenciais, Comerciais e Industriais. Modelo: Soldável. Material: Pvc . Cor: Marron. Bitola: 85mm. Pressão de Serviço: 10,0kgf/cm² (100 M.c.a). Temperatura de Trabalho: 20ºc. Marca: KRONA	UND	50	66,33	3.316,50
172	4895 - Tê de Tubo de esgoto de 100 Mm. Marca: KRONA	UND	100	28,94	2.894,00
173	4896 - Tê de Tubo de esgoto de 40 Mm. Marca: KRONA	UND	100	5,81	581,00
174	4897 - Tê de Tubo de esgoto de 50 Mm. Marca: KRONA	UND	100	5,87	587,00
175	4898 - Tê de Tubo de esgoto de 60 Mm Marca: KRONA	UND	100	67,19	6.719,00
176	4899 - Ventosa de 20 Mm Com Pvc Marca: Tramontina	UND	100	46,74	4.674,00
177	4900 - Ventosas de 100 Mm de Ferro. Marca: Tramontina	UND	62	93,20	5.778,40
178	4901 - CHIBÁGUA CAPSULA 20MM PARA SUPRESSÃO EM TUBO PVC CHIBÁGUA Marca: MATALUGICA	UND	250	6,26	1.565,00
Total					1.165.284,53

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos descontos registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Doutor Severiano/RN, 18/06/2025

Órgão Gerenciador:
FRANCISCO EDSON DA SILVA
Serviço Autônomo De Água E Esgotos
CNPJ/MF Nº 28.716.476/0001-42
Contratante

Fornecedor (Es):
AURICELIA DE PAULA MEDEIROS E SILVA
CPF nº 050.924.334-77
A. De P. Medeiros E Silva
CNPJ: 19.551.568/0001-29
Contratada (O)

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:C9118786

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

Após analisado o resultado da licitação na modalidade Pregão nº 018/2025, referente ao Processo Administrativo nº 03060001/2025, oSr. ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA, Ordenador de Despesas do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, ADJUDICA ao(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns), conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

72.639.859/0001-56 - GUTANA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Brinquedo inflável do tipo Mult Park	Superi	1,00	1	8.910,00	8.890,00	8.890,00
2	Brinquedo inflável do tipo corrida de obstáculos	Superi	1,00	1	10.607,48	10.580,00	10.580,00
3	Brinquedo inflável do tipo centopeia gigante	Superi	1,00	1	10.613,67	10.590,00	10.590,00
4	Brinquedo inflável do tipo mini tobogã c/ piscina de	Superi	1,00	1	7.177,69	7.145,00	7.145,00

	bolinhas						
5	Brinquedo inflável do tipo Pula Pula inflável	Superi	1,00	1	4.499,04	4.494,00	4.494,00
6	Brinquedo inflável do tipo Pula Pula Inflável Borboleta	Superi	1,00	1	7.982,33	7.960,00	7.960,00
7	Brinquedo do tipo cama elástica	Superi	2,00	2	1.235,73	1.235,73	2.471,46
8	Brinquedo do tipo cama elástica	Superi	2,00	2	1.261,00	1.261,00	2.522,00
9	Brinquedo do tipo cama elástica	Superi	2,00	2	1.790,94	1.790,94	3.581,88
VALOR TOTAL							58.234,34

Adjudicado para GUTANA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA inscrita no CNPJ/MF: 72.639.859/0001-56, pelo melhor valor de R$ 58.234,34 (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos), em 18/06/2025.

_____

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal
Matrícula Nº 1632442

Publicado por:
Maria Josivânia Nato da Silva
Código Identificador:EA67AF38

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025
Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA, na qualidade de Ordenador(a) de Despesas do(a), PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA a adjudicação da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônico nº 018/2025, referente ao Processo Administrativo nº 03060001/2025.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

72.639.859/0001-56 - GUTANA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Brinquedo inflável do tipo Mult Park	Superi	1,00	1	8.910,00	8.890,00	8.890,00
2	Brinquedo inflável do tipo corrida de obstáculos	Superi	1,00	1	10.607,48	10.580,00	10.580,00
3	Brinquedo inflável do tipo centopeia gigante	Superi	1,00	1	10.613,67	10.590,00	10.590,00
4	Brinquedo inflável do tipo mini tobogã c/ piscina de bolinhas	Superi	1,00	1	7.177,69	7.145,00	7.145,00
5	Brinquedo inflável do tipo Pula Pula inflável	Superi	1,00	1	4.499,04	4.494,00	4.494,00
6	Brinquedo inflável do tipo Pula Pula Inflável Borboleta	Superi	1,00	1	7.982,33	7.960,00	7.960,00
7	Brinquedo do tipo cama elástica	Superi	2,00	2	1.235,73	1.235,73	2.471,46
8	Brinquedo do tipo cama elástica	Superi	2,00	2	1.261,00	1.261,00	2.522,00
9	Brinquedo do tipo cama elástica	Superi	2,00	2	1.790,94	1.790,94	3.581,88
VALOR TOTAL							58.234,34

Homologado para GUTANA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA inscrita no CNPJ/MF: 72.639.859/0001-56, pelo melhor valor de R$ 58.234,34 (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos), em 18/06/2025.

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal
Matrícula Nº 1632442

Publicado por:
Maria Josivânia Nato da Silva
Código Identificador:B75A3A8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 1PE10/2025

Aos 18 dias do mês de Junho de 2025, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Jose Marcelino - Dinarte Mariz - Equador - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2025 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa especializada em fornecimento de gás GLP, envasados em botijões de 13kg, de acordo com as normas estabelecidas pela ANP e os regramentos do INMETRO, para utilização em fogões e equipamentos de cozinha, com logística de distribuição nas unidades da Prefeitura Municipal de Equador/RN. (Será exigido do licitante a instalação e regularização no prazo de 7 (sete) dias de instalações no município de estocagem para abastecimento dos órgão municipais.); resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR - CNPJ nº 08.086.225/0001-14.

VENCEDOR: PROGAS DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA						
CNPJ: 53.256.763/0001-64						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	AQUISIÇÃO DE GÁS GLP EM BOTIJÃO DE 13KG, CHEIO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANP E DO INMETRO PARA USO EM COZINHA	Copagaz/Petrobra	BOTIJAO	1000	112,77	112.770,00
TOTAL						112.770,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Equador, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem

como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- PROGAS DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA.
53.256.763/0001-64
Item(s): 1.
Valor: R$ 112.770,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Parelhas.

Equador - RN, 18 de Junho de 2025

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:2A1619B8

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 1PE12/2025

Aos 02 dias do mês de Junho de 2025, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Jose Marcelino - Dinarte Mariz - Equador - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00012/2025 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene pessoal e descartável de forma parcelada, destinados às Secretarias Municipais, Hospitais e Programas do Município de Equador–RN, durante o ano de 2025; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR - CNPJ nº 08.086.225/0001-14.

VENCEDOR: RIOGRANDENSE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI – ME				
CNPJ: 24.114.994/0001-35				
TOTAL: 156.497,60				
1 - Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
1	ABSORVENTE INTIMO FEMININO COM ABA, FORMATO ANATÔMICO COBERTURA SUAVE COM CANAIS LATERAIS, CIRCUITO COMPLETO ANTE VAZAMENTO, TRIPLA PROTEÇÃO, COM GEL PACOTE COM 08 UNIDADE.	MODESS	PACOTE	2000
2	ALGODÃO, EMBALAGEM COM 25G	APOLO	PACOTE	100
3	COLÔNIA INFANTIL, 200 ML	FLORA NENEN	UNIDADE	200
4	COTONETE, CAIXA COM 75 UNIDADES.	COTTON	UNIDADE	200
5	CREME DENTAL, EMB. 90G	SORRISO	UNIDADE	105
6	ESCOVA DE CABELO TIPO RAQUETE, OVAL ALMOFADA EMBORRACHADA	RICCA	UNIDADE	20
7	HIDRATANTE 200ML ADULTO	MONANGE	UNIDADE	31
8	HIDRATANTE 200ML INFANTIL	JOHN SON`S	UNIDADE	150
9	SABONETE EM BARRA ANTIBACTERIANO. EMBALAGEM UNITÁRIA COM PESO MÍNIMO DE 85 GR. VALIDADE: MÍNIMA DE 80% DO TEMPO DE VENCIMENTO APRESENTADO PELO FABRICANTE, POR OCASIÃO DA ENTREGA.	PALMOLIVE	UNIDADE	300
10	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL A BASE DE GLICERINA, LIVRE DE ÁLCOOL, CORANTES E PARABENOS. EMBALAGEM MÍNIMA DE 500ML.	SUISSA	UNIDADE	285
11	SABONETE LÍQUIDO PARA AS MÃOS ANTIBACTERIANO, GLICERINADO. EM EMBALAGEM DE 5 LITROS. VALIDADE: MÍNIMA DE 80% DO TEMPO DE VENCIMENTO APRESENTADO PELO FABRICANTE, POR OCASIÃO DA ENTREGA.	SUISSA	GALÃO	400
12	SHAMPOO NEUTRO 480ML	GRANADO	UNIDADE	100
13	SHAMPOO P/ CRIANÇA, SUAVE, NEUTRO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, SEM CORANTE, QUE NÃO CAUSE ARDÊNCIA NOS OLHOS, FRASCO 200ML;	FLORA NENEN	UNIDADE	200
14	TOUCA SANFONADA COM ELÁSTICO 100 UND	MEDIX	PACOTE	230
Total do Lote 1		20.817,00		
2 - Materiais inflamáveis e comburentes				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
15	ACENDEDOR DE FOGÃO A GÁS COM BOTÃO CLICK FAÍS	BIC	UNIDADE	50
16	ALCOOL GEL 70%.500ML	POLLUX	UNIDADE	1000
17	ÁLCOOL LIQUIDO HIGIENIZADOR 70%. 5LT.	TOP CLEAR	GALÃO	440
18	ÁLCOOL, 92,8º, EMB. 1 LITRO REFINADO DE BAIXO TEOR DE ACIDEZ E ALDEÍDOS, 92,8 INPM ESPECIALMENTE INDICADO PARA LIMPEZA, NÃO INCLUINDO DESINFECÇÃO E SEM ADIÇÃO DE DESNATURANTE. CONSTAR NO ROTULO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, SELO DO INMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, NÚMERO DO INOR.	TOP CLEAR	UNIDADE	442
19	FÓSFORO MAÇO C/ 10 UNID – COMPOSTO DE CLORATO DE POTÁSSIO AGLUTINANTES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5CM CADA PALITO, EMBALADOS EM CAIXINHAS CONTENDO 40 PALITOS. EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO;	BILLA	MAÇO	245
20	ISQUEIRO – PLÁSTICO COM REGULADOR. ACENDE 3.000 SELO HOLOGRÁFICO DO INMETRO QUE GARANTE ORIGINALIDADE, QUALIDADE E SEGURANÇA	BIC	UNIDADE	100
Total do Lote 2		22.885,00		
5 - Descartáveis				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
46	BANDEJA RASA BRANCA ISOPOR PARA EMBALAR FRIOS 21L X 14W X 1.8H CENTÍMETROS C/100	ISOTERM	PACOTE	20

47	BANDEJA RASA BRANCA ISOPOR PARA EMBALAR FRIOS15L X 15W X 1.8H CENTÍMETROS C/100	TOTALPLASTA	PACOTE	20
48	BOBINA PICOTADA 25X35 C/500 UM	FLEXGAB	ROLO	390
49	BOBINA PICOTADA 40X60 C/500	FLEXGAB	ROLO	390
50	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO CONFECCIONADA COM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSLÚCIDA. DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE. PCT DE 50 UND.	STRAWPLAST	PACOTE	270
51	COPO DESCARTÁVEL DE 200 ML, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 200ML, FABRICADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, 100% RESINA VIRGEM, TRANSPARENTE, PESANDO NO MÍNIMO 220G CADA CENTO, COPOS ACONDICIONADOS EM MANGA PLÁSTICA COM 100 UNIDADES. OS COPOS DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA TÉCNICA 14865/2002 DA ABNT, AS MANGAS DEVEM CONTER QUANTIDADE E O PESO MÍNIMO DE CADA COPO, DE FORMA INDELÉVEL, OS COPOS DEVEM CONTER SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NORMA NBR;	COPOBRAS	PACOTE	1500
52	COPO DESCARTÁVEL DE 50 ML, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50ML, FABRICADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, PESANDO NO MÍNIMO 75G CADA CENTO, COPOS ACONDICIONADOS EM MANGA PLÁSTICA COM 100 UNIDADES. OS COPOS DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA TÉCNICA 14865/2002 DA ABNT, AS MANGAS DEVEM CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DO PRODUTO DE FORMA INDELÉVEL.	COPOBRAS	PACOTE	300
53	FACA DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO REFORÇADO. PACOTE COM 50 UNIDADES.	STRAWPLAST	PACOTE	60
54	GARFO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO CONFECCIONADA COM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSLÚCIDA. DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE. PCT COM 50 UNID.	STRAWPLAST	PACOTE	300
55	GUARDANAPO, CONT 50, MED. 33 CM X 33 CM, EXTRA BRANCO NÃO RECICLADO.	ELLY	PACOTE	250
56	HAMBURGUEIRA TIPO 02, COR: BRANCA, LARGURA: 15,3 CM X 15,3CM, ALTURA: 4 CM, COM TAMPA DOBRÁVEL. FARDO: 02 EMBALAGENS COM 100 HAMBURGUEIRAS.	TOTALPLASTA	FARDO	100
57	MARMITEX TAMANHO 09, DIMENSÕES: 18,5X18,5X6,5 CM, CAPACIDADE INTERNA: 1.100ML. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; COR: BRANCA, COM TAMPA.	ULTRATHERM	PACOTE	50
58	PALITO DE PICOLÉ, ?11 x 11 x 3 cm; 80 g, PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	PACOTE	200
59	PALITO P/ DENTE, CAIXA CONTENDO 100 UNID	GINA	UNIDADE	200
60	PALITO PARA ESPETO, 25CM, PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	PACOTE	200
61	PAPEL FILME DE PVC TRANSPARENTE 0,28 M X 30 M	BOREDA	UNIDADE	180
62	PAPEL HIGIÊNICO – BRANCO, EM ROLO MEDINDO 10 CM DE LARGURA X 30 MTS DE COMPRIMENTO, FOLHA DUPLA, PRODUTO ABSORVENTE, FABRICADO COM FIBRAS NATURAIS VIRGENS, 100% CELULOSE (NÃO RECICLADO) EXPRESSO NA EMBALAGEM, GOFRADO, COM ALVURA SUPERIOR A 82,8% CONFORME ABNT NBR NM–ISSO 2470, PINTAS INFERIOR A 17 MM2/M2 CONFORME NBR 8259:2002 E CONFORME NBR 15134:2007 ÍNDICE DE MACIEZ 10,7 N.M/G E TEMPO DE ABSORÇÃO 4,3. PRODUTO ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO 4 ROLOS CADA, E FARDO COM 64. OS PACOTES DEVERAM CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, BEM COMO A SUA COMPOSIÇÃO, AS MESMAS DEVEM ESTAR IMPRESSAS NA FORMA LEGÍVEL, NÃO SENDO ACEITO QUAISQUER TIPOS DE ETIQUETA QUE POSSA VIR A CONSTAR NA MESMA.	COALA	PACOTE	2000
63	PAPEL TOALHA, C/ 2 ROLOS, C/ 60 UNID., 22CM X 20CM	DUBELLE	UNIDADE	1300
64	PAPEL TOALHA, INTERFOLIADAS NATURAL C/1000 FOLHAS FORMATO 23CMX21CM	ELLY	PACOTE	400
65	PRATO TIPO CUMBUCA FUNDA DESCARTÁVEL 12CM, CAPACIDADE 300ML. TR 10 UNID.	TOTALPLASTA	PACOTE	500
66	PRATO TIPO CUMBUCA FUNDA DESCARTÁVEL 15CM, CAPACIDADE 500ML. TR 10 UNID.	TOTALPLASTA	PACOTE	500
67	PRATOS DESCARTÁVEIS FUNDO NA COR BRANCA, MEDINDO 23 CM, RESISTENTE PARA SERVIR REFEIÇÕES. DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE. PCT C/ 10 UNID.	TOTALPLASTA	PACOTE	500
68	PRATOS DESCARTÁVEIS FUNDO NA COR BRANCA, MEDINDO 26 CM, RESISTENTE PARA SERVIR REFEIÇÕES. DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE. PCT C/ 10 UNID.	TOTALPLASTA	PACOTE	300
69	PRATOS DESCARTÁVEIS RASO NA COR BRANCA, MEDINDO 15 CM, RESISTENTE PARA SERVIR REFEIÇÕES, PROFUNDIDADE 02 CM, E DIÂMETRO 15 CM. DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE. PCT C/ 10 UNID.	TOTALPLASTA	PACOTE	500
70	PRATOS DESCARTÁVEIS RASO NA COR BRANCA, MEDINDO 23 CM, RESISTENTE PARA SERVIR REFEIÇÕES. DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE. PCT C/ 10 UNID.	TOTALPLASTA	PACOTE	500
71	ROLO DE PAPEL ALUMÍNIO 30CM X 7,5MT	BOREDA	UNIDADE	150
72	SACO PAPEL BRANCO PIPOCA (7 X 16CM) (C/500), TOTALMENTE ATÓXICO E 100% HIGIÊNICO.	FESTCOLOR	PACOTE	100
73	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 09X11 EMBALAGEM COM 1.000	CRISTAL	PACOTE	10
74	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 15X30 EMBALAGEM COM 1.000	CRISTAL	PACOTE	10
75	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA SACOLÉ 04X24 EMBALAGEM CM 100	ALTOPLASTIC	KG	80
76	SACOLA PLÁSTICA VERDE RECICLADA REFORÇADA 40X50CM, EMBALAGEM COM 1 KG	VIAPLASTIC	KG	50
77	SACOLA PLÁSTICA VERDE RECICLADA REFORÇADA 50X60CM , EMBALAGEM COM 1 KG	VIAPLASTIC	KG	50
78	SACOS P/ LIXO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, SACO RESISTENTE DE COR PRETA, CONFECCIONADO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TAMANHO DE 75CM X 105CM, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 100 LITROS, TIPO (E) DOMICILIAR, EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS ATRAVÉS DE IMPRESSÃO DO FABRICANTE, OS SACOS DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9191 DE SETEMBRO DE 2008.	RAVA	PACOTE	500
79	SACOS P/ LIXO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS COMUM, SACO RESISTENTE DE COR PRETA, CONFECCIONADO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TAMANHO DE 59 CM X 62 CM, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 30 LITROS, TIPO (B) DOMICILIAR, EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS ATRAVÉS DE IMPRESSÃO DO FABRICANTE, OS SACOS DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9191 DE SETEMBRO DE 2008	RAVA	PACOTE	500
80	SACOS P/ LIXO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS COMUM, SACO RESISTENTE DE COR PRETA, CONFECCIONADO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TAMANHO DE 63 CM X 80CM, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 50 LITROS, TIPO (C) DOMICILIAR, EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS ATRAVÉS DE IMPRESSÃO DO FABRICANTE, OS SACOS DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9191 DE SETEMBRO DE 2008.	RAVA	PACOTE	500
81	SAQUINHOS PARA LANCHES. TIPO HOT DOG/ MINI CACHORRO QUENTE. SACO PLÁSTICO BRANCO LEITOSO. PRODUZIDO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 100% VIRGEM NA COR BRANCA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. AUTORIZADO PELA ANVISA.	JUNCO	PACOTE	160
Total do Lote 5		90.110,50		

7 - Toalhas e Panos para limpeza

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
102	FLANELA, DE COR BRANCA MED. 59 CM X 39 CM	FLANEBERG	UNIDADE	180

103	FLANELA, MED.LARANJA 59 CM X 39 CM	FLANEBERG	UNIDADE	500
104	PANO DE CHÃO, EM ALGODÃO 100%	AMAG	UNIDADE	800
105	PANO DE PISO ESFREGÃO 40 X67 COLORS EMB. ECONÔMICA C/3	BRILHEX	PACOTE	50
106	PANO DE PRATO, EM ALGODÃO 100% – PANO DE PRATO CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO ALVEJADO, ESTAMPADO, 50X30 DE PRIMEIRA QUALIDADE COM BORDAS EM ACABAMENTO DE OVERLOQUE	BRASIL	UNIDADE	500
107	PANOS PARA LIMPEZA – CONJUNTO 3 PANOS PARA LIMPEZA DE MICROFIBRA 30CM	ESFRE BOM	KIT	50
108	TOALHA DE BANHO, TAMANHO 86X156CM.	SANTA HELENA	UNIDADE	150
109	TOALHA DE ROSTO EM ALGODÃO, 50 CM X 70 CM CORES DIVERSAS	SANTA HELENA	UNIDADE	200
Total do Lote 7		11.474,70		

9 - Pilhas e baterias diversas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
113	PILHA ALCALINA – AAA 1,5 V, COM 2 UNIDADES	PANASONIC	PACOTE	400
114	Pilha C Grande Comum 1,5V Pacote Com 2 Unidades	PANASONIC	PACOTE	80
115	Pilha Comum AA, Tensão 1,5 Volts, Embalagem com 4 pilhas	PANASONIC	PACOTE	100
116	Pilha D Grande Comum Pacote Com 2 Unidades	PANASONIC	PACOTE	80
117	PILHA PALITO –AAA 1,5 V, COM 2 UNIDADES	PANASONIC	PACOTE	400
118	PILHA PARA BALANÇA DIGITAL	PANASONIC	UNIDADE	200
119	PILHA PARA TERMOMETRO DIGITAL	PANASONIC	UNIDADE	200
Total do Lote 9		11.210,40		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00012/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Equador, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00012/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- RIOGRANDENSE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI – ME.
24.114.994/0001-35

Lote(s): 1 - 2 - 5 - 7 - 9.
Valor: R$ 156.497,60

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Parelhas.

Equador - RN, 02 de Junho de 2025

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:5782E80F

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 2PE12/2025

Aos 02 dias do mês de Junho de 2025, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Jose Marcelino - Dinarte Mariz - Equador - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00012/2025 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene pessoal e descartável de forma parcelada, destinados às Secretarias Municipais, Hospitais e Programas do Município de Equador–RN, durante o ano de 2025; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR - CNPJ nº 08.086.225/0001-14.

VENCEDOR: RODRIGUES E RODRIGUES DISTRIBUIDORA LTDA				
CNPJ: 54.800.141/0001-18				
TOTAL: 104.135,35				
3 - Produtos para Limpeza Pesada				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
21	ÁCIDO MURIÁTICO, EMB. 1 LT. VALIDADE: MÍNIMA DE 80% DO TEMPO DE VENCIMENTO APRESENTADO PELO FABRICANTE, POR OCASIÃO DA ENTREGA.	NUTRILAR	UNIDADE	100
22	ÁGUA SANITÁRIA, EMB 1 LT EM FRASCO BRANCO RESISTENTE, CONTENDO 1000 ML, TAMPA COM ROSCA. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO E ÁGUA DESMONETIZADA, TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% A 2,5%. QUANTO À ROTULAGEM, ESTA DEVERÁ ATENDER TODAS AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI E APRESENTAR NOTIFICAÇÃO JUNTO A AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	DULAGO	UNIDADE	2000
23	CERA LÍQUIDA INCOLOR, EMBAL. 750 ML – CERA LÍQUIDA INCOLOR LEITOSO AUTO BRILHO TIPO IMPERMEABILIZANTE CONCENTRADA MÍNIMO DE 14% DE ATIVOS PERFUMADA. RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 MTS POR LITRO DE PRODUTO. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO LITRO (NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO NO ANVISA M.S;	POLIFLOR	UNIDADE	50
24	LIMPA CERAMICA E AZULEJO TRADICIONAL 1 LITRO – (AZULIM OU SIMILAR)	AZULIM	UNIDADE	200
25	LIMPA PISOS LIMPEZA PESADA 5L	MASTERPISO	GALÃO	500
26	QUEROSENE, EMBAL. 900 ML – QUEROSENE, APLICAÇÃO: USADO NA REMOÇÃO DE MANCHAS, NO PISO, NA LIMPEZA DE FOGÕES, AUXILIA NA LIMPEZA DE TAPETES E CARPETES, NA LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS E EM USO DOMÉSTICO EM GERAL, COMPOSIÇÃO: 100% HIDROCARBONETO ALIFÁTICO. O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM COM 900 ML, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES.	ITAQUA	UNIDADE	50
Total do Lote 3		17.687,50		
4 - Materiais de limpeza				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
27	AMACIANTE PARA ROUPA, EMB. 2 LT – AMACIANTE PARA ROUPAS; INDICADO PARA AMACIAR TODOS TIPOS DE TECIDOS, (APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS:) CONFORME RDC 184 DE 22/10/2001, FICHA DE SEGURANÇA FISPQ, CONFORME. NBR 1425/2001	SONHO	UNIDADE	500
28	AROMATIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL, SPRAY COM FRAGRÂNCIA DE LAVANDA, ODORIZADOR DE AMBIENTE, 360ML	GLADE	UNIDADE	330
29	AVENTAL DE MATERIAL SINTÉTICO CONFECCIONADO EXCLUSIVAMENTE PARA USO EM COZINHA, COM EXCLUSIVO TRATAMENTO IMPERMEÁVEL; PROPORCIONAM ELEVADO CONFORTO E EFICIENTE PROTEÇÃO CONTRA O CALOR IRRADIADO E PROJEÇÕES DE LÍQUIDOS QUENTES OU VAPORES. PERMITE O CONTATO COM ALIMENTOS, SEM RISCO DE CONTAMINAÇÃO. TOTALMENTE HIGIENIZÁVEL E DE LONGA VIDA ÚTIL.	ARCAPLAST	UNIDADE	150
30	DESINFETANTE, EMB. 2 LT DE PRIMEIRA QUALIDADE CONCENTRADO, ELIMINA 99,9% DE BACTÉRIAS, GERMES E FUNGOS.(Desinfetante Princípio Ativo: Cloreto Alquil Dimetil Benzil Amônio +Tensioativos , Teor Ativo: Teor Ativo Em Torno De 0,4% , Características Adicionais: Com Aroma , Composição: À Base De Quaternário De Amônio.)	SANOL	UNIDADE	2550
31	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, EMB. 400 ML ACONDICIONADO EM FRASCO, TAMPA COM LACRE DE SEGURANÇA, VÁRIAS FRAGRÂNCIA NA EMBALAGEM DEVERÃO CONSTAR OS DADOS DO FABRICANTE, BEM COMO SAC E DADOS DO CEATOX. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: CLORETO ALQUIL. DIMETIL BENZIL AMÔNIO, ÁLCOOL ETÍLICO, PROPELENTE E FRAGRÂNCIA.	GLADE	UNIDADE	400
32	DETERGENTE, EMB. 5 LT LIQUIDO PARA LAVAR LOUÇAS, TENSO ATIVO BIODEGRADÁVEL. ATESTADO DERMATOLOGICAMENTE	ECONOMICO	GALÃO	1830
33	ESPONJA ABRASIVA PROTEGE AS UNHAS, PACOTE COM 3 UNIDADES – ESPONJA DUPLA FACE – MULTIUSO COMPOSTA DE ESPUMA DE POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVOS, MEDIDAS 100MM X 75MM X 42MM, GRAVADO NA EMBALAGEM INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO.	BAKANINHA	PACOTE	1000
34	ESPONJA DE AÇO – ESPONJA DE LÃ AÇO, PACOTE COM 8 ESPONJAS DE 60 GRAMAS. VALIDADE DE 3 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO.COM SELO DO INMETRO	Q`LUSTRE	PACOTE	1165
35	ESPONJA MULTIUSO REUTILIZÁVEL. COR VERDE + AMARELA. MEDIDAS: 75MM X 110MM X 20MM (CADA). EMBALAGEM COM 4 UNIDADES DIMENSÕES DO PACOTE 24 X 15 X 3 CM	BAKANINHA	PACOTE	500
36	ESPONJAS AÇO INOX PARA LIMPEZA PESADA, EA1409– 10 – DESENVOLVIDA PARA A LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE DIFÍCIL REMOÇÃO DE SUJEIRA COMO FERROS, GRELHAS, ASSADEIRAS, CHURRASQUEIRAS, PANELAS DE ALUMÍNIO, PANELAS DE FERRO FUNDIDO, CONSTRUÇÃO CIVIL, LIMPEZA PESADA EM GERAL.	BOMBRIL	UNIDADE	200
37	LIMPA VIDRO – ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 500ML, CONSTANDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES DO RÓTULO: INSTRUÇÃO DE USO, PRECAUÇÕES E CUIDADOS E O NÚMERO DO TELEFONE DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: DODECIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, UMECTANTE, ESTABILIZANTE, SOLVENTE, CORANTE, BUTILGLICOL, SEQUESTRANTE E VEÍCULO.	PONTAL	UNIDADE	100
38	LUSTRA MÓVEIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 200ML. CONSTANDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES NO RÓTULO: MODO DE USAR, PRECAUÇÕES E CUIDADOS E O NÚMERO DO TELEFONE DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: POLÍMERO ACRÍLICO, CERA DE CARNAÚBA, AGENTE DE POLÍMERO, EMULSIFICANTE, NONILFENOL ETOXILADO, ATENUADOR DE ESPUMA, FRAGRÂNCIA, SEQUESTRANTE, ALCALINIZANTE, CONSERVANTE E VEÍCULO;	PEROBA	UNIDADE	50

39	NAFTALINA 30 GRAMAS	POLITRIZ	PACOTE	100
40	PASTILHA SANITÁRIA, EMB. 25 G	PONTAL	UNIDADE	900
41	PEDRA POME	MARCO BONI	UNIDADE	200
42	POLIDOR DE ALUMÍNIO, EMB. 490 ML,	PONTAL	UNIDADE	300
43	PRENDEDOR DE ROUPA, MAT. PLÁSTICO, C/ 12 UNID.	ESFREBOM	PACOTE	200
44	SABÃO EM BARRA (TABLETE) NEUTRO, GLICERINADO DE 1º QUALIDADE. EMBALAGEM COM 900G COM 5 BARRAS DE 180 G CADA. O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE: MÍNIMA DE 80% DO TEMPO DE VENCIMENTO APRESENTADO PELO FABRICANTE, POR OCASIÃO DA ENTREGA.	MINUANO	UNIDADE	820
45	SABÃO EM PÓ, DE 500GRS, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, ÁGUA, ALVEJANTE E CARGA. CONTÉM: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. VALIDADE: MÍNIMA DE 80% DO TEMPO DE VENCIMENTO APRESENTADO PELO FABRICANTE, POR OCASIÃO DA ENTREGA.	ALA	UNIDADE	500
Total do Lote 4		63.324,65		

6 - Materiais e equipamentos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
82	CAIXA TÉRMICA 34 LITROS	MOR	UNIDADE	10
83	BORRIFADOR COM CAPACIDADE PARA 500ML EM MATERIAL DE RESISTENTE, COM SELO DO INMETRO.	PLASUTIL	UNIDADE	114
84	CARRINHO LIMPEZA MULTIFUNÇÃO COM BALDE ÁGUA LIMPA E SUJA, ESPREMEDOR E DEMAIS ACESSÓRIOS (CARRO LIMPEZA MATERIAL: METAL E PLÁSTICO, ALTURA: 96 CM, APLICAÇÃO: LIMPEZA INDUSTRIAL E COMERCIAL, COMPRIMENTO: 114 CM, TIPO: 4 RODÍZIOS, LARGURA: 48 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 3 PRATELEIRAS, 4 BALDES, SACO FUNCIONAL E TAMPA).	GADOTI	UNIDADE	5
85	ESCOVA PLÁSTICA PARA ROUPA ESCOVA DE NYLON REDONDA PLÁSTICA SEM CABO PARA LAVAGEM DE ROUPA.	ARCAPLAST	UNIDADE	50
86	ESCOVA PLÁSTICA PARA UNHAS	ARCAPLAST	UNIDADE	50
87	ESCOVA SANITÁRIA PARA LIMPEZA DE BANHEIRO	ARCAPLAST	UNIDADE	190
88	ESPANADOR DE PENA ESPECIAL HB COM CABO DE MADEIRA ENVELOPADO COM PLASTICO UNITÁRIO	FLORESTA URBANA	UNIDADE	80
89	ESPANADOR DE PÓ ARTESANAL PENA DE AVESTRUZ MEDIDINDO 40 CM	FLORESTA URBANA	UNIDADE	120
90	LUVAS DE LÁTEX MULTIUSO AMARELA LIMPEZA ANTIDERRAPANTE IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL REFORÇADA – IDEAL PARA A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA. CONFECCIONADA EM 100% DE LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, POSSUINDO PALMA E PONTA DOS DEDOS COM TEXTURA ANTIDERRAPANTE, ANATÔMICA, SEM FORRO (NÃO FLOCADA), COM VIROLA, IMPERMEÁVEL E ECONÔMICA, REUTILIZÁVEL. TAMANHO P	TALGE	PACOTE	131
91	LUVAS DE LÁTEX MULTIUSO AMARELA LIMPEZA ANTIDERRAPANTE IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL REFORÇADA – IDEAL PARA A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA. CONFECCIONADA EM 100% DE LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, POSSUINDO PALMA E PONTA DOS DEDOS COM TEXTURA ANTIDERRAPANTE, ANATÔMICA, SEM FORRO (NÃO FLOCADA), COM VIROLA, IMPERMEÁVEL E ECONÔMICA, REUTILIZÁVEL. TAMANHO M	TALGE	PACOTE	181
92	LUVAS DE LÁTEX MULTIUSO AMARELA LIMPEZA ANTIDERRAPANTE IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL REFORÇADA – IDEAL PARA A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA. CONFECCIONADA EM 100% DE LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, POSSUINDO PALMA E PONTA DOS DEDOS COM TEXTURA ANTIDERRAPANTE, ANATÔMICA, SEM FORRO (NÃO FLOCADA), COM VIROLA, IMPERMEÁVEL E ECONÔMICA, REUTILIZÁVEL. TAMANHO G	TALGE	PACOTE	200
93	MOP GIRATÓRIO FIT, BALDE 8 LITROS, LIMPA, CENTRIFUGA, LAVA E SECA, MOP5010, FLASH LIMP	FLASHLIMP	UNIDADE	20
94	PÁ P/ LIXO COM CABO – COM BASE PLÁSTICA, DIMENSÕES APROXIMADAS, LARGURA 24 CM X COMPRIMENTO 22CM X ALTURA 8,5CM, COM CABO DE MADEIRA PINUS MEDINDO 1 MT. DEVERÁ CONSTAR NO PRODUTO ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO FABRICANTE E MARCA	ARCAPLAST	UNIDADE	165
95	PLACA DE LIMPEZA INDICANDO – PISO MOLHADO.	BRALIMPIA	UNIDADE	7
96	RODO DUPLO DO TIPO GIGANTE COM CABO DE MADEIRA	NOBRE	UNIDADE	300
97	VARAL DE TETO RESISTENTE ANTIMOFO 10 METROS	MAXEB	UNIDADE	90
98	VASSOURA DE NAYLON	CONDOR	UNIDADE	500
99	VASSOURA DE PALHA	ARTESENAL	UNIDADE	220
100	VASSOURA DE PELO	CONDOR	UNIDADE	220
101	VASSOURA PIAÇAVA	CONDOR	UNIDADE	200
Total do Lote 6		23.123,20		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00012/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Equador, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por

acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00012/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- RODRIGUES E RODRIGUES DISTRIBUIDORA LTDA.
54.800.141/0001-18
Lote(s): 3 - 4 - 6.
Valor: R$ 104.135,35

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Parelhas.

Equador - RN, 02 de Junho de 2025

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:E27F0607

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2025

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, **,** por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 12/2025**, publicada no **12/06/2025,** processo administrativo nº **313017/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a **Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA da frota de veículos de pequeno, médio e grande porte da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme especificações técnicas e quantidades previstas no Termo de Referência,** do edital de **Licitação nº 12/2025,** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: L E PNEUS LTDA - EPP - CNPJ: 08.576.605/0001-37, End. 59631-000 nº , CENTRO, Mossoró/RN, representado por FRANCISCO EDILSON XAVIER REBOUÇAS SEGUNDO – CPF: 053.754.464-05

Fornecedor: **L E PNEUS LTDA - EPP**		
CNPJ: **08.576.605/0001-37**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV. PRESIDENTE DUTRA Nº 1100-ALTO SÃO MANOEL, 0 , CENTRO, Mossoró/RN, CEP: 59631-000**		

Representante: **FRANCISCO EDILSON XAVIER REBOUÇAS SEGUNDO** - CPF: **053.754.464-05**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. VEÍCULOS DE GRANDE PORTE (ÔNIBUS/MAQUINAS E CAMINHÕES)	Serviço	Hora	630	R$ 215,00	R$ 135.450,00

R$ 135.450,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, conforme o caso, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, 12 de junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
851.752.184-68
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO EDILSON XAVIER REBOUÇAS SEGUNDO
053.754.464-05
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Wileano Leite de Góis
Código Identificador:BEBF3D64

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO P.E SRP Nº 012/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Registro de Preços Eletrônico - 12/2025					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - 0032170 - TRAMADOL 100mg - Valor Referência: 5,69					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA (08.674.752/0001-40)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	GRUPO NC - EMS	GRUPO NC - EMS	15.000,0000	12.000,00
Item: 0002 - 0009586 - TRAMADOL 50mg - Valor Referência: 1,41					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA (36.099.392/0001-35)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	CAP	HIPOLABOR-MG (MG)	45.000,0000	6.300,00
Item: 0003 - 0009584 - TOPIRAMATO 50MG - Valor Referência: 2,89					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA (08.674.752/0001-40)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	GRUPO NC - EMS	GRUPO NC - EMS	45.000,0000	8.550,00
Item: 0004 - 0009583 - TOPIRAMATO 25MG - Valor Referência: 0,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	EMS	45.000,0000	7.650,00
Item: 0005 - 0009582 - SERTRALINA 50MG - Valor Referência: 0,29					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Conexão Medica Comercial Ltda (05.359.481/0001-40)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	SERTRALINA 50MG CPR GEN - PRATI (C1)	PRATI,DONADUZZI & CIA LTDA	120.000,0000	15.600,00
Item: 0006 - 0032169 - SERTRALINA 25MG - Valor Referência: 1,38					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (37.844.754/0001-38)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	ACHÉ	ACHÉ	60.000,0000	54.600,00
Item: 0007 - 0009581 - RISPERIDONA 2MG - Valor Referência: 1,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MCW Produtos Medicos e Hospitalares (94.389.400/0001-84)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	PRATI	PRATI	120.000,0000	10.800,00
Item: 0009 - 0009579 - RISPERIDONA 1MG - Valor Referência: 0,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (29.043.834/0001-66)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	unidade	globo	80.000,0000	9.600,00
Item: 0010 - 0032167 - QUETIAPINA 200MG - Valor Referência: 1,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA (08.674.752/0001-40)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	GRUPO NC - EMS	GRUPO NC - EMS	105.000,0000	72.450,00
Item: 0011 - 0032165 - QUETIAPINA 25MG - Valor Referência: 0,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MCW Produtos Medicos e Hospitalares (94.389.400/0001-84)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	GEOLAB	GEOLAB	210.000,0000	21.000,00
Item: 0012 - 0032163 - PREGABALINA 75 MG - Valor Referência: 0,32					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (29.043.834/0001-66)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	unidade	globo	105.000,0000	23.100,00
Item: 0015 - 0009577 - PAROXETINA 20MG - Valor Referência: 0,72					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	ZYDUS	40.000,0000	8.000,00
Item: 0016 - 0032159 - PARACETAMOL+CODEINA 500/30MG - Valor Referência: 0,70					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA (08.674.752/0001-40)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UNIAO QUIMICA	UNIAO QUIMICA	120.000,0000	43.200,00
Item: 0024 - 0009562 - HALOPERIDOL 5MG - Valor Referência: 0,87					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Drogafonte Ltda (08.778.201/0001-26)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	CPR	CRISTALIA-SP (SP)	180.000,0000	18.000,00
Item: 0025 - 0032156 - HALOPERIDOL 2MG/ML SOL ORAL FR 30ML - Valor Referência: 19,88					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (48.368.182/0001-84)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	HALDOL	CELLERA	3.000,0000	53.220,00
Item: 0026 - 0009560 - HALOPERIDOL 1MG - Valor Referência: 0,21					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA (36.099.392/0001-35)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	CPR	CRISTALIA-SP (SP)	36.000,0000	7.200,00
Item: 0027 - 0009559 - GABAPENTINA 300MG - Valor Referência: 0,48					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Conexão Medica Comercial Ltda (05.359.481/0001-40)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	GABAPENTINA 300MG CAPS GEN - PRATI (C1)	PRATI,DONADUZZI & CIA LTDA	105.000,0000	33.600,00
Item: 0028 - 0009558 - FLUOXETINA 20MG - Valor Referência: 0,35					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (37.844.754/0001-38)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	TEUTO	TEUTO	210.000,0000	14.700,00
Item: 0029 - 0032154 - FENOBARBITAL 40MG/ML SOL ORAL 20ML - Valor Referência: 10,34					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA	Adjudicado em: 18/06/2025 -	FR	UNIAO QUIMICA	1.200,0000	6.204,00
DE MEDICAMENTOS LTDA	12:03:01 - Por: HOSANIRA				
(23.706.033/0001-57)	GALVAO				
Item: 0031 - 0009553 - FENITOÍNA 100MG - Valor Referência: 0,20					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	TEUTO	150.000,0000	30.000,00
Item: 0032 - 0009552 - ESCITALOPRAM 20MG - Valor Referência: 0,19					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (37.844.754/0001-38)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	CIMED	CIMED	120.000,0000	22.800,00
Item: 0033 - 0032153 - ESCITALOPRAM 10MG - Valor Referência: 0,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por:	CIMED	CIMED	150.000,0000	19.500,00

LTDA (37.844.754/0001-38)	HOSANIRA GALVAO				
Item: 0035 - 0009550 - DIAZEPAM 5MG - Valor Referência: 0,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (48.368.182/0001-84)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	SANTIAZEPAM	SANTISA	120.000,0000	6.000,00
Item: 0036 - 0009549 - DIAZEPAM 10MG - Valor Referência: 0,14					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OUROMED DISTRIBUIDORA DE	Adjudicado em: 18/06/2025 -	SANTIAZEPAM	SANTISA	180.000,0000	9.000,00
MEDICAMENTOS LTDA	12:03:01 - Por: HOSANIRA				
(48.368.182/0001-84)	GALVAO				
Item: 0037 - 0032150 - CLORPROMAZINA 4% 40MG/ML FR 20ML - Valor Referência: 12,11					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA (36.099.392/0001-35)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	FR	CRISTALIA-SP (SP)	1.500,0000	12.465,00
Item: 0040 - 0009544 - CLONAZEPAM 2MG - Valor Referência: 0,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	EMS	150.000,0000	7.500,00
Item: 0041 - 0032149 - CLONAZEPAM 2,5MG/ML FR 20ML - Valor Referência: 11,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA (36.099.392/0001-35)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	FR	GEOLAB-GO (GO)	6.000,0000	13.920,00
Item: 0042 - 0009542 - CLONAZEPAM 0,5MG - Valor Referência: 0,14					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	GEOLAB	150.000,0000	9.000,00
Item: 0044 - 0009539 - CITALOPRAM 20MG - Valor Referência: 0,14					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (48.368.182/0001-84)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	PRATI	PRATI	30.000,0000	3.900,00
Item: 0047 - 0032147 - CARBAMAZEPINA 2% 20MG/ML FR 100ML - Valor Referência: 13,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Drogafonte Ltda (08.778.201/0001-26)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	FR	HIPOLABOR-MG (MG)	6.000,0000	39.780,00
Item: 0048 - 0009533 - BROMAZEPAM 6MG - Valor Referência: 0,16					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (29.043.834/0001-66)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	unidade	brainfarma	50.000,0000	8.000,00
Item: 0049 - 0009532 - BROMAZEPAM 3MG - Valor Referência: 0,14					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI (06.132.785/0001-32)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	75.000,0000	8.250,00
Item: 0053 - 0009528 - AMITRIPTILINA 25MG - Valor Referência: 0,16					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	EMS	210.000,0000	8.400,00
Item: 0054 - 0009527 - ALPRAZOLAM 2MG - Valor Referência: 0,16					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	EMS	27.000,0000	2.970,00
Item: 0055 - 0032143 - ALPRAZOLAM 1MG - Valor Referência: 0,15					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (23.706.033/0001-57)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	UN	EMS	27.000,0000	1.890,00
Item: 0056 - 0032146 - ÁCIDO VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML 100ML SOL ORAL OU XAROPE - Valor Referência: 15,60					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Drogafonte Ltda (08.778.201/0001-26)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 12:03:01 - Por: HOSANIRA GALVAO	FR	HIPOLABOR-MG (MG)	6.000,0000	34.980,00

HOSANIRA GALVAO
Autoridade Competente

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:077D124B

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.E SRP Nº 012/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Goianinha			
Prefeitura Municipal de Goianinha			
Registro de Preços Eletrônico - 12/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - 0032170 - TRAMADOL 100mg - GRUPO NC - EMS - Valor Referência: 5,69			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA	0,80	12.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0002 - 0009586 - TRAMADOL 50mg - CAP - Valor Referência: 1,41			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	0,14	6.300,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0003 - 0009584 - TOPIRAMATO 50MG - GRUPO NC - EMS - Valor Referência: 2,89			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA	0,19	8.550,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0004 - 0009583 - TOPIRAMATO 25MG - UN - Valor Referência: 0,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,17	7.650,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0005 - 0009582 - SERTRALINA 50MG - SERTRALINA 50MG CPR GEN - PRATI (C1) - Valor Referência: 0,29			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

Conexão Medica Comercial Ltda	0,13	15.600,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0006 - 0032169 - SERTRALINA 25MG - ACHÉ - Valor Referência: 1,38			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,91	54.600,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0007 - 0009581 - RISPERIDONA 2MG - PRATI - Valor Referência: 1,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MCW Produtos Medicos e Hospitalares	0,09	10.800,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0009 - 0009579 - RISPERIDONA 1MG - unidade - Valor Referência: 0,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	0,12	9.600,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0010 - 0032167 - QUETIAPINA 200MG - GRUPO NC - EMS - Valor Referência: 1,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA	0,69	72.450,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0011 - 0032165 - QUETIAPINA 25MG - GEOLAB - Valor Referência: 0,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MCW Produtos Medicos e Hospitalares	0,10	21.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0012 - 0032163 - PREGABALINA 75 MG - unidade - Valor Referência: 0,32			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	0,22	23.100,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0015 - 0009577 - PAROXETINA 20MG - UN - Valor Referência: 0,72			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,20	8.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0016 - 0032159 - PARACETAMOL+CODEINA 500/30MG - UNIAO QUIMICA - Valor Referência: 0,70			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA	0,36	43.200,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0024 - 0009562 - HALOPERIDOL 5MG - CPR - Valor Referência: 0,87			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Drogafonte Ltda	0,10	18.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0025 - 0032156 - HALOPERIDOL 2MG/ML SOL ORAL FR 30ML - HALDOL - Valor Referência: 19,88			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	17,74	53.220,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0026 - 0009560 - HALOPERIDOL 1MG - CPR - Valor Referência: 0,21			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	0,20	7.200,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0027 - 0009559 - GABAPENTINA 300MG - GABAPENTINA 300MG CAPS GEN - PRATI (C1) - Valor Referência: 0,48			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Conexão Medica Comercial Ltda	0,32	33.600,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0028 - 0009558 - FLUOXETINA 20MG - TEUTO - Valor Referência: 0,35			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,07	14.700,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0029 - 0032154 - FENOBARBITAL 40MG/ML SOL ORAL 20ML - FR - Valor Referência: 10,34			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	5,17	6.204,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0031 - 0009553 - FENITOÍNA 100MG - UN - Valor Referência: 0,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,20	30.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0032 - 0009552 - ESCITALOPRAM 20MG - CIMED - Valor Referência: 0,19			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,19	22.800,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0033 - 0032153 - ESCITALOPRAM 10MG - CIMED - Valor Referência: 0,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,13	19.500,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0035 - 0009550 - DIAZEPAM 5MG - SANTIAZEPAM - Valor Referência: 0,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,05	6.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0036 - 0009549 - DIAZEPAM 10MG - SANTIAZEPAM - Valor Referência: 0,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,05	9.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0037 - 0032150 - CLORPROMAZINA 4% 40MG/ML FR 20ML - FR - Valor Referência: 12,11			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	8,31	12.465,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0040 - 0009544 - CLONAZEPAM 2MG - UN - Valor Referência: 0,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,05	7.500,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0041 - 0032149 - CLONAZEPAM 2,5MG/ML FR 20ML - FR - Valor Referência: 11,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	2,32	13.920,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0042 - 0009542 - CLONAZEPAM 0,5MG - UN - Valor Referência: 0,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,06	9.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0044 - 0009539 - CITALOPRAM 20MG - PRATI - Valor Referência: 0,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,13	3.900,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0047 - 0032147 - CARBAMAZEPINA 2% 20MG/ML FR 100ML - FR - Valor Referência: 13,59			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Drogafonte Ltda	6,63	39.780,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0048 - 0009533 - BROMAZEPAM 6MG - unidade - Valor Referência: 0,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	0,16	8.000,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0049 - 0009532 - BROMAZEPAM 3MG - GRUPO NC- EMS - Valor Referência: 0,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI	0,11	8.250,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0053 - 0009528 - AMITRIPTILINA 25MG - UN - Valor Referência: 0,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,04	8.400,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0054 - 0009527 - ALPRAZOLAM 2MG - UN - Valor Referência: 0,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,11	2.970,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0055 - 0032143 - ALPRAZOLAM 1MG - UN - Valor Referência: 0,15			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,07	1.890,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
0056 - 0032146 - ÁCIDO VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML 100ML SOL ORAL OU XAROPE - FR - Valor Referência: 15,60			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Drogafonte Ltda	5,83	34.980,00	Homologado em 18/06/2025 12:03:22 Por: HOSANIRA GALVAO
HOSANIRA GALVAO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:0A6B05DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO:140/2025
LICITAÇÃO: 093/2025

Ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2025**,** o Município de Ielmo Marinho/RN, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede Rua José Camilo Bezerra, nº 69, centro, CEP: 59.490-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **FERNANDO BATISTA DAMASCENO**, Brasileiro, Casado, inscrito no CPF sob n° 007.826.644-14, residente e domiciliado a Rua Poço, nº 44, Canto de Moça, Ielmo Marinho/RN – CEP: 59.490-000, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2025, RESOLVE registrar os preços propostos pela empresa **V H INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.623.886/0001-79,** estabelecida a Rua Antônio Prado, nº 27, Cidade da Esperança, Natal/RN – CEP: 59.071-440, sendo representada pelo Senhor RICARDO FERREIRA DA ROCHA, inscrito no CPF de nº 500.643.474-00, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**, **CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS,** especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 012/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. (§ 4º, art. 18 do Decreto Nº 11.462, de 2023.)
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, conforme artigo 82, da Lei 14.133, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	CAPAS DE PROCESSO – 1X0- 32X42CM – PAPEL OFF SET 120g, NAS CORES BRANCA, AZUL, VERDE, AMARELA E COR DE ROSA.	PRÓPRIA	16000	m²	R$ 0,50
2	LONA 400, COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO. Especificação : Lona 400, com impressão digital em alta resolução.	PRÓPRIA	500	m²	R$ 65,00
3	ADESIVO LEITOSO 0,10MM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO Especificação : Adesivo leitoso 0,10mm impressão digital em alta resolução	PRÓPRIA	200	m²	R$ 20,00
4	CARTAZES, TAM. 44X32CM, 4X0 COR, EM PAPEL COUCHE BRILHO 170G. Especificação : Cartazes, Tam. 44x32cm, 4x0 cor, em papel couche brilho 170g.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,70
5	CONVITES, TAM. 20X15CM, 4X0 CORES, EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 230G. Especificação : Convites, Tam. 20x15cm, 4x0 cores, Em Papel Couchê brilho 230g.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 0,20
6	CRACHÁ, 8,5X5,5CM, 4X0 COR, EM PVC Especificação : CrachÁ, 8,5x5,5cm, 4x0 cor, em PVC	PRÓPRIA	650	UND	R$ 5,80
7	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 13x37 MM	PRÓPRIA	120	UND	R$ 28,00
8	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 17x47 MM	PRÓPRIA	70	UND	R$ 26,00
9	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 22x59 MM	PRÓPRIA	40	UND	R$ 19,00
10	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 38x59 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 45,00
11	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 10x27 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 33,00
12	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 75x38 MM	PRÓPRIA	15	UND	R$ 25,50
13	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 3MM	PRÓPRIA	15	UND	R$ 42,50
14	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR + TEXTO MEDIDA 30x10 MM	PRÓPRIA	30	UND	R$ 15,80
15	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR 6 DIGITOS 10x38 MM	PRÓPRIA	10	UND	R$ 92,00
16	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR DE PÁGINAS 6 DIGITOS 40x60	PRÓPRIA	10	UND	R$ 98,00
17	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 40x40 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 92,00
18	SERVIÇO CÓPIA DE CHAVE	PRÓPRIA	200	UND	R$ 24,00
19	BLOCO DE BOLETIM DE URGÊNCIA - TAM. A4 100X1, 1X0 COR, TAMANHO 21X29,7CM PAPEL 75G F/V	PRÓPRIA	800	Bloco	R$ 6,10
20	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES, 100X1, 1X1 COR, F, 75G.	PRÓPRIA	350	Bloco	R$ 7,30
21	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, 100X1, TAMANHO 21X29CM, 1X0 CORES, F, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	200	Bloco	R$ 8,75
22	BLOCO RECEITUÁRIO MÉDICO, SIMPLES, 1X0 CORES, TAM. 15X21CM, 100X1, PAPEL PESO 75 G 100X1;	PRÓPRIA	1200	Bloco	R$ 3,80
23	BLOCOS DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 02 VIAS, PAPEL BRANCO/AMARELO / AP/SB, TAMANHO 15 X21CM C/100 FOLHAS.	PRÓPRIA	300	Bloco	R$ 9,20

24	CARTÃO DE CONTROLE DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS - FRENTE, 100X1, 1X1 COR, F, PAPEL 180G.	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 0,17
25	CARTÃO DE GESTANTE, PAPEL PESO 60, 100X1, 1X0 COR, TAMANHO 21X29,7CM PAPEL 180G F/V.	PRÓPRIA	700	UND	R$ 1,85
26	CARTÃO DE VACINA ADULTO, 4X1, PAPEL PESO 180, 6X21CM, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO FRENTE E VERSO	PRÓPRIA	800	UND	R$ 0,50
27	FICHA DE ATENDIMENTO_V3_2 - E-SUS -, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 11,90
28	FICHA DE VISITA DOMICILIAR E TERRITORIALR_V3_2 - E-SUS – ACS -, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 13,15
29	CADASTRO DOMICILIAR - E-SUS - ACS, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	300	Bloco	R$ 7,90
31	ENVELOPES PRONTUÁRIO FAMILIAR COM IMPRESSÃO 1X0 COR, PAPEL FICHA OURO 180G, TAMANHO ABERTO 60CMX36,5CM, TAMANHO FECHADO 30,5X36,5, ACABAMENTO CORTE VINDO COLAGEM, FACA CORTE ESPECIAL	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 1,05
32	VIA, TAM. 20X10CM, 1X0 COR, PAPEL OFFSET SUPER B ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - RECEITUÁRIO AZUL, 1 VIA, TAM. 20X10CM, 1X0 COR, PAPEL OFFSET SUPER BOND AZUL 75G, NUMERADO.	PRÓPRIA	400	Bloco	R$ 2,95
33	BLOCO - FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - SUS, COM 100 FOLHAS, TAM. 30X20CM, ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - SUS, COM 100 FOLHAS, TAM. 30X20CM, 1X1 COR, EM OFFSET 75G.	PRÓPRIA	100	Bloco	R$ 27,40
34	BLOCO - REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA, COM 100 FOLHAS, TAM 32X20CM,1X1 COR, EM PA	PRÓPRIA	50	Bloco	R$ 18,90
35	BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM. 32X20CM, 1X0 COR, ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM. 32X20CM, 1X0 COR, EM PAPEL OFFSET 75G.	PRÓPRIA	150	Bloco	R$ 12,40
36	BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM.: 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G. BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO DIARIO, COM 100 FOLHAS, EM PAPEL OFFSET 75G.	PRÓPRIA	200	Bloco	R$ 4,10
37	FICHA DE EXAMES CITOPATOLOGICO- COLO DE ÚTERO, F/V, 1X1 COR, TAMANHO 21X29,7CM, PAPEL 120G	PRÓPRIA	50	Bloco	R$ 8,45
38	BLOCOS DE TERMO DE INTERDIÇÃO SANITÁRIA, 3 VIAS, NUMERADAS, PAPEL AUTOCOPIATIVO, 1X0 CORES, TAMANHO 21X31CM	PRÓPRIA	5	Bloco	R$ 7,50
39	BANNER COLORIDOS COMPLETOS EM LONA, TAMANHO 1X1,50CM (DIVERSOS TEMAS QUE ENVALVAM CAMPANHAS DE SAÚDE)	PRÓPRIA	30	UND	R$ 59,90
41	CARTÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA "GATO 1X1 COR, PAPEL PESO 180G, TAMANHO 15X21CM	PRÓPRIA	2100	UND	R$ 0,20
42	TALÃO 50X3 FOLHAS (TERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	12	UND	R$ 28,50
43	TALÃO 50X3 FOLHAS (ANEXO DOTERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	6	UND	R$ 3,65
44	TALÃO 50X3 FOLHAS (TERMO DE INTIMAÇÃO), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	12	UND	R$ 14,70
45	BOLETIM DE CASAS PENDENTES CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	300	UND	R$ 1,95
46	BOLETIM DIÁRIO FRENTE E VERSO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	1900	UND	R$ 0,95
47	BOLETOM SEMANAL D7 CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	550	UND	R$ 0,49
48	ATESTADO MÉDICO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 4,40
49	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	10000	UND	R$ 0,50
50	RECEITUÁRIO AMARELO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 2,80
51	BLOCO DE FICHA DE REFERENCIA, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 4,95
52	CRACHÁ SIMPLES feito em material transparente; horizontal; incluindo espaço para escrita das informações; presília removível.	PRÓPRIA	450	UND	R$ 5,90
53	BANNER PERSONALIZADO; impressão digital de alta resolução em lona; 150 cm x 100 cm; fundo na cor cinza; gramatura mínima 380 G/M²; acabamento brilho; incluso bastão, corda e ponteira.	PRÓPRIA	60	UND	R$ 59,90
54	CANECAS PERSONALIZADAS material porcelana; cor branco; 325ml; 9,5cm x 8cm; impressão de alta qualidade e brilho.	PRÓPRIA	1300	UND	R$ 15,50
55	CERTIFICADO personalizado; papel vergê; tamanho A4; impressão em alta qualidade.	PRÓPRIA	600	UND	R$ 0,95
56	BOTTONS personalizados impressão em qualidade fotográfica; sem limites de cores; chapa frontal em alumínio com traseira em PVC; e alfinete de metal; formato rendondo; tamanho 4,5 cm.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 1,20
57	ADESIVOS FORMATO QUADRADO personalizado; dimensões 6cm x 6cm; material e impressão de alta qualidade; cores vivas; à prova d'água; acabamento de alto brilho.	PRÓPRIA	3500	UND	R$ 0,45
58	PULSEIRA DE NYLON PERSONALIZADA cores diversas; resistente a água; lacre inviolável; opções de personalização com imagens, texto, logo, código de barras e numerações.	PRÓPRIA	6500	UND	R$ 0,28
59	AGENDA PERSONALIZADA tamanho 14,5cm X 20 cm; capa e contra capa impressão digital colorida; com laminação brilhante ou fosca; miolo 14 cm x 19,5 cm; 360 pág (180 folhas); papel offset 63g; Wire-o branco, prata ou preto; peso mínimo 425gr.	PRÓPRIA	600	UND	R$ 23,00
60	FAIXA DE LONA MESH PERSONALIZADA; dimensões 100cm x 300cm; impressão digital de alta qualidade.	PRÓPRIA	70	UND	R$ 149,00
61	PANFLETOS personalizados; papel couché; impressão em alta qualidade; destinado as campanhas e eventos inerentes à Assistência Social; dimensões 15cm x 21cm.	PRÓPRIA	9000	UND	R$ 0,33
62	CANETA METÁLICA PERSONALIZADA; esferográfica; escrita azul; personalização a laser; tamanho aproximado 14cm x 0.9mm..	PRÓPRIA	750	UND	R$ 1,90
63	Brinde garrafa squeeze plástica personalizada 680 ml	PRÓPRIA	500	UND	R$ 6,70
64	EMISSÃO DE CARNÊ DE IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO VIGENTE, CONTENDO CAPA E CONTRA CAPA COLORIDA EM PAPEL	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,95

	OFFSET 150g, 4X1 CORES, COM CORTE ESPECIAL, 01 LÂMINA COTA ÚNICA EM PAPEL OFFSET 75G; ATÉ 03 LÂMINAS PARCELAS EM PAPEL OFFSET 75G, INTERCALAÇÃO E				
65	CRACHÁ PERSONALIZADO feito em pvc de alta qualidade e durabilidade; tamanho 8,5 x 5,3 cm; impressão em alta qualidade; acompanhando cordão e presília tipo "jacaré"; produzido com cristal protetor; cantos arredondados.	PRÓPRIA	100	UND	R$ 17,90
66	BANNER personalizado; impressão digital de alta resolução em lona; 120 cm x 85 cm; fundo na cor cinza; gramatura mínima 380 G/M²; acabamento brilho; incluso bastão, corda e ponteira.	PRÓPRIA	30	UND	R$ 49,50
67	COPOS PERSONALIZADOS tipo long drink; 350ml; cores diversas.	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 2,90
68	CERTIFICADO personalizado; papel couché; tamanho A4; impressão em alta qualidade e brilho.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,10
69	ADESIVOS FORMATO REDONDO personalizado; dimensão 7cm x 7cm; material e impressão de alta qualidade; cores vivas; à prova d'água; acabamento em alto brilho.	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,50
70	CALENDÁRIO DE MESA PERSONALIZADO base formato 17,8 x 14 x 6 cm; impresão 4x0 cores; cartão 300g; miolo 12 a 14 páginas; formato 17,8 x 12,2 cm; papel couché fosco 150g; wire-o; sem enobrecimento.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 7,20
71	REVELAÇÃO de fotos formato 10 x 15.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,40
72	PLACA DE AVISO PROIBIDO FUMAR; colorido; em material PVC; dimensões 20cm x 30cm.	PRÓPRIA	15	UND	R$ 9,90
73	PLACA DE AVISO PERSONALIZADA; colorida; em material PVC; acompanhando fita dupla face; nas dimensões 20cm x 30cm.	PRÓPRIA	250	UND	R$ 9,90
74	PASTA COM ORELHAS; dimensões aprox. 392 x 523mm; feita em papel 300gr; cores frente e verso; acabamento com aspecto brilhoso	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,90
75	MARCADOR DE PÁGINA PERSONALIZADO; dimensões aprox. 5 x 18 cm; impressão 4x4; papel couché fosco; 210g; sem acabamento.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 0,99
76	FOLDER PERSONALIZADO; dobra em carteira (C); em material couchê fosco 90g; cores frente e verso; 148 x 210mm (A5).	PRÓPRIA	300	UND	R$ 0,19
77	FOLHETO INFORMATIVO PERSONALIZADO; dimensões 90 x 50mm; horizontal; papel offset 90g; cor apenas na frente.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 0,18
78	CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO; carcaça standard; impressão preta; carcaça cores diversas.	PRÓPRIA	10	UND	R$ 28,90
79	BANNER TAMANHO 120X90CM, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA COLORIDA.	PRÓPRIA	30	UND	R$ 49,90
80	ADESIVO EM PAPEL VINÍLICO COLORIDO	PRÓPRIA	200	m²	R$ 3,90
81	BANNER TAMANHO 200X90CM, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA COLORIDA.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 59,90
82	CARTAZ COLORIDO 46X46CM, COLORIDO COM FOTOLITO (4 MODELOS).	PRÓPRIA	100	UND	R$ 1,90
83	FOLDER 4X4 XORES PAPEL COUCHÊ 170G, 31X22 CM (2 MODELOS)	PRÓPRIA	2500	UND	R$ 0,39
84	PASTA PARA PROCESSO TAMANHO 32X32 COR BRANCA	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,90
85	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO 1X0 CORES	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,99
86	ENVELOPO SACO 24X34 TIMBRADO 1X0 CORES	PRÓPRIA	100	UND	R$ 0,45
87	FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO, PAPEL 180G F/V 23/30 CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,36
88	ATA DE RESULTADO, PAPEL 180G F/V 21X31 CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,35
89	BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL 120X90CM	PRÓPRIA	30	UND	R$ 14,90
90	FICHA DE MATRÍCULA DO ALUNO, PAPEL 180 G F/V 23X30CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,35
91	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO PAPEL 180G 32X47CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,75
92	Bolsa para evento modelo ecobag em 100% algodão cru natural, medindo 40x34cm 9 cm de largura, com alças e fechamento com velcro, impressão em policromia com arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 9,40
93	Lixeira para carro em tnt com cores variadas e serigrafia a ser definida pela contratada no tamanho de 18x26cm.	PRÓPRIA	2500	UND	R$ 0,70
94	Wind banner – com impressão de duas faces em alta resolução com base de plástico resistente com orifício na parte de cima para preencher com água, haste de 3 metros, altura final aproximadamente 2,50m com bandeira no tamanho de 1,60x0,50m aproximad	PRÓPRIA	100	UND	R$ 119,00
95	Quadro de aviso em acrílico 3MM no tamanho A4, 21x29, com fita auto adesiva dupla face para fixação.	PRÓPRIA	150	UND	R$ 19,90
96	Placa para identificação em PVC com aplicação de adesivo em alta definição em cores, com instalação no local indicado pelo solicitante estabelecido pela prefeitura, layout a ser definido pela contratada.	PRÓPRIA	150	m²	R$ 129,90
97	Expositores com armação de metalon no tamanho de 1,40m de altura e 90cm de largura, com base para sustentação no tamanho de 90x30cm, com pvc adesivado para fixação dos dois lados do expositor.	PRÓPRIA	50	UND	R$ 429,90
98	Manta magnética com adesivo personalizado para uso de identificação dos carros do município. Tamanho e arte a serem definidos pela contratada.	PRÓPRIA	50	m²	R$ 78,00
99	MEDALHA , material acrílico, componentes cordão em cetim 75 x 4 cm, tamanho 7 x 7 cm, espessura 10 mm, características adicionais impressão de três cores em serigrafia	PRÓPRIA	500	UND	R$ 6,90
100	Confecção de troféus em acrilico 5mm com tamanho médio de 30cm de altura com corte especial, base em acrilo 2mm no tamnho de 14x5cm.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 59,00
101	Camisa em malha PV com cores a serem definidas pela contratada, com impressão em serigrafia na frente e costas, tamanhos P, M, G, GG e XG, arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 19,40
102	Camisa em malha 100% poliéster totalmente estampada pelo processo de sublimação com impressão digital de alta definição nos tamanhos P, M, G, GG e XG. Arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 21,99
103	Faixa em rafia na cor branca, medindo 5,00x0,80m com instalação, arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 28,90
104	Camisa tipo polo em malha 50% algodão e 50% poliester com gola e punho, em cores variadas, abotoamento com 3 botões e estampa localizada na altura do peito e na parte das costas em silkscrenn, com bertura nas laterais na parte inferior da camisa par	PRÓPRIA	500	UND	R$ 26,90
105	Placa em lona com impressão digital 440 gramas e aplicação de verniz - estrutura de metalon 30x30m galvanizado no tamanho de 5,00x1,00m com instalação no local indicado pelo solicitante.	PRÓPRIA	20	UND	R$ 1.405,00
106	Lona perfurada ortofônica com impressão em alta definição com instalação na sede da secretaria solicitante, tamanho a ser definida pela contratada. Layout estabelecido pela prefeitura.	PRÓPRIA	100	m²	R$ 149,90
107	Placa de inauguração em acrilico 5mm no tamanho de de 70x50cm com impressão UV.	PRÓPRIA	50	UND	R$ 299,90
108	Adesivo vinil perfurado com impressão em alta definição e aplicação de verniz, com instalação na sede da secretaria solicitante, layout estabelecido pela prefeitura, tamanhos a serem definidos pela contratante.	PRÓPRIA	150	m²	R$ 69,90

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, conforme inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 2023.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o Município de Ielmo Marinho/RN.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei 14.133/2021.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. Conforme §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços, conforme art. 30 do Decreto nº 11.462/2023.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÂO DIRETA.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes se houver.*

Município de Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Ielmo Marinho/RN
Contratante

Secretaria Municipal De Saúde
BRUNO AUGUSTO FERNANDES DA CRUZ
Secretario

Scretaria Municipal De Educação
KEILA ROSÂNEA DE LIMA SOUZA
Secretaria

Secretaria Mun. De Trabalho, Habitação, Desenv. E Assist. Social
ANTONIO INÁCIO DE SOUZA BARRETO JÚNIOR
Secretario

V H Industria E Comercio LTDA
CNPJ sob nº 07.623.886/0001-79
RICARDO FERREIRA DA ROCHA
CPF: 500.643.474-00
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3DF527C7

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO:140/2025
LICITAÇÃO: 093/2025

Ao décimo oitavo dia do mês de junho do ano de 2025**,** o Município de Ielmo Marinho/RN, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede Rua José Camilo Bezerra, nº 69, centro, CEP: 59.490-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **FERNANDO BATISTA DAMASCENO**, Brasileiro, Casado, inscrito no CPF sob n° 007.826.644-14, residente e domiciliado a Rua Poço, nº 44, Canto de Moça, Ielmo

Marinho/RN – CEP: 59.490-000, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2025, RESOLVE registrar os preços propostos pela empresa **FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.191.550/0002-30,** estabelecida a Rua do Contorno, nº 15, Nova California, Juiz de Fora/MG – CEP: 36.039-270, sendo representada pelo(a) Senhor(a) LEANDRO BAISTA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF: 051.499.366-93, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**, **CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS,** especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 012/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. (§ 4º, art. 18 do Decreto Nº 11.462, de 2023.)

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, conforme artigo 82, da Lei 14.133, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
30	CADASTRO INDIVIDUAL_V3_2 - E-SUS – ACS, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	100	Bloco	R$ 7,90
40	CARTÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA "CÃO" 1X1 COR, PAPEL PESO 180G, TAMANHO 15X21CM	PRÓPRIA	3600	UND	R$ 0,28

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, conforme inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 2023.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o Município de Ielmo Marinho/RN.

Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei 14.133/2021.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. Conforme §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços, conforme art. 30 do Decreto nº 11.462/2023.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.*

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes se houver.*

Município de Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Ielmo Marinho/RN
Contratante

Secretaria Municipal De Saúde
BRUNO AUGUSTO FERNANDES DA CRUZ
Secretario

Facilita Serviços Gerais LTDA
CNPJ sob nº 05.191.550/0002-30
LEANDRO BATISTA DE OLIVEIRA
CPF: 051.499.366-93
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:7A29D1C2

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2025 – PMIM/RN

Processo administrativo nº 140/2025
Licitação nº 093/2025

O Prefeito do Município de Ielmo Marinho/RN, **HOMOLOGA** todos os atos praticados no processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE **REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 012/2025 – PMJA com o objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**, adjudicando o objeto em epígrafe, em favor da empresa **V H INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.623.886/0001-79,** estabelecida a Rua Antônio Prado, nº 27, Cidade da Esperança, Natal/RN – CEP: 59.071-440, sendo representada pelo(a) Senhor(a) RICARDO FERREIRA DA ROCHA, portador(a) do CPF: 500.643.474-00, saiu vencedor(a) nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	CAPAS DE PROCESSO – 1X0- 32X42CM – PAPEL OFF SET 120g, NAS CORES BRANCA, AZUL, VERDE, AMARELA E COR DE ROSA.	PRÓPRIA	16000	m²	R$ 0,50
2	LONA 400, COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO. Especificação : Lona 400, com impressão digital em alta resolução.	PRÓPRIA	500	m²	R$ 65,00
3	ADESIVO LEITOSO 0,10MM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO Especificação : Adesivo leitoso 0,10mm impressão digital em alta resolução	PRÓPRIA	200	m²	R$ 20,00
4	CARTAZES, TAM. 44X32CM, 4X0 COR, EM PAPEL COUCHE BRILHO 170G. Especificação : Cartazes, Tam. 44x32cm, 4x0 cor, em papel couche brilho 170g.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,70
5	CONVITES, TAM. 20X15CM, 4X0 CORES, EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 230G. Especificação : Convites, Tam. 20x15cm, 4x0 cores, Em Papel Couchê brilho 230g.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 0,20
6	CRACHÁ, 8,5X5,5CM, 4X0 COR, EM PVC Especificação : CrachÁ, 8,5x5,5cm, 4x0 cor, em PVC	PRÓPRIA	650	UND	R$ 5,80
7	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 13x37 MM	PRÓPRIA	120	UND	R$ 28,00
8	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 17x47 MM	PRÓPRIA	70	UND	R$ 26,00
9	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 22x59 MM	PRÓPRIA	40	UND	R$ 19,00
10	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 38x59 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 45,00
11	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 10x27 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 33,00
12	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 75x38 MM	PRÓPRIA	15	UND	R$ 25,50
13	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 3MM	PRÓPRIA	15	UND	R$ 42,50
14	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR + TEXTO MEDIDA 30x10 MM	PRÓPRIA	30	UND	R$ 15,80
15	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR 6 DIGITOS 10x38 MM	PRÓPRIA	10	UND	R$ 92,00
16	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR DE PÁGINAS 6 DIGITOS 40x60	PRÓPRIA	10	UND	R$ 98,00
17	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 40x40 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 92,00
18	SERVIÇO CÓPIA DE CHAVE	PRÓPRIA	200	UND	R$ 24,00
19	BLOCO DE BOLETIM DE URGÊNCIA - TAM. A4 100X1, 1X0 COR, TAMANHO 21X29,7CM PAPEL 75G F/V	PRÓPRIA	800	Bloco	R$ 6,10
20	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES, 100X1, 1X1 COR, F, 75G.	PRÓPRIA	350	Bloco	R$ 7,30
21	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, 100X1, TAMANHO 21X29CM, 1X0 CORES, F, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	200	Bloco	R$ 8,75
22	BLOCO RECEITUÁRIO MÉDICO, SIMPLES, 1X0 CORES, TAM. 15X21CM, 100X1, PAPEL PESO 75 G 100X1;	PRÓPRIA	1200	Bloco	R$ 3,80
23	BLOCOS DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 02 VIAS, PAPEL BRANCO/AMARELO / AP/SB, TAMANHO 15 X21CM C/100 FOLHAS.	PRÓPRIA	300	Bloco	R$ 9,20
24	CARTÃO DE CONTROLE DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS - FRENTE, 100X1, 1X1 COR, F, PAPEL 180G.	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 0,17
25	CARTÃO DE GESTANTE, PAPEL PESO 60, 100X1, 1X0 COR, TAMANHO 21X29,7CM PAPEL 180G F/V.	PRÓPRIA	700	UND	R$ 1,85
26	CARTÃO DE VACINA ADULTO, 4X1, PAPEL PESO 180, 6X21CM, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO FRENTE E VERSO	PRÓPRIA	800	UND	R$ 0,50
27	FICHA DE ATENDIMENTO_V3_2 - E-SUS -, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 11,90
28	FICHA DE VISITA DOMICILIAR E TERRITORIALR_V3_2 - E-SUS – ACS -, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 13,15
29	CADASTRO DOMICILIAR - E-SUS - ACS, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	300	Bloco	R$ 7,90
31	ENVELOPES PRONTUÁRIO FAMILIAR COM IMPRESSÃO 1X0 COR, PAPEL FICHA OURO 180G, TAMANHO ABERTO 60CMX36,5CM, TAMANHO FECHADO 30,5X36,5, ACABAMENTO CORTE VINDO COLAGEM, FACA CORTE ESPECIAL	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 1,05
32	VIA, TAM. 20X10CM, 1X0 COR, PAPEL OFFSET SUPER B ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - RECEITUÁRIO AZUL, 1 VIA, TAM. 20X10CM, 1X0 COR, PAPEL OFFSET SUPER BOND AZUL 75G, NUMERADO.	PRÓPRIA	400	Bloco	R$ 2,95
33	BLOCO - FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - SUS, COM 100 FOLHAS, TAM. 30X20CM, ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - SUS, COM 100 FOLHAS, TAM. 30X20CM, 1X1 COR, EM OFFSET 75G.	PRÓPRIA	100	Bloco	R$ 27,40
34	BLOCO - REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA, COM 100 FOLHAS, TAM 32X20CM,1X1 COR, EM PA	PRÓPRIA	50	Bloco	R$ 18,90
35	BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM. 32X20CM, 1X0 COR, ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM. 32X20CM, 1X0 COR, EM PAPEL OFFSET 75G.	PRÓPRIA	150	Bloco	R$ 12,40
36	BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM.: 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G. BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO DIARIO, COM 100 FOLHAS, EM PAPEL OFFSET 75G.	PRÓPRIA	200	Bloco	R$ 4,10
37	FICHA DE EXAMES CITOPATOLOGICO- COLO DE ÚTERO, F/V, 1X1 COR, TAMANHO 21X29,7CM, PAPEL 120G	PRÓPRIA	50	Bloco	R$ 8,45
38	BLOCOS DE TERMO DE INTERDIÇÃO SANITÁRIA, 3 VIAS, NUMERADAS,	PRÓPRIA	5	Bloco	R$ 7,50

	PAPEL AUTOCOPIATIVO, 1X0 CORES, TAMANHO 21X31CM				
39	BANNER COLORIDOS COMPLETOS EM LONA, TAMANHO 1X1,50CM (DIVERSOS TEMAS QUE ENVALVAM CAMPANHAS DE SAÚDE)	PRÓPRIA	30	UND	R$ 59,90
41	CARTÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA "GATO 1X1 COR, PAPEL PESO 180G, TAMANHO 15X21CM	PRÓPRIA	2100	UND	R$ 0,20
42	TALÃO 50X3 FOLHAS (TERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	12	UND	R$ 28,50
43	TALÃO 50X3 FOLHAS (ANEXO DOTERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	6	UND	R$ 3,65
44	TALÃO 50X3 FOLHAS (TERMO DE INTIMAÇÃO), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	12	UND	R$ 14,70
45	BOLETIM DE CASAS PENDENTES CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	300	UND	R$ 1,95
46	BOLETIM DIÁRIO FRENTE E VERSO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	1900	UND	R$ 0,95
47	BOLETOM SEMANAL D7 CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	550	UND	R$ 0,49
48	ATESTADO MÉDICO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 4,40
49	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	10000	UND	R$ 0,50
50	RECEITUÁRIO AMARELO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 2,80
51	BLOCO DE FICHA DE REFERENCIA, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 4,95
52	CRACHÁ SIMPLES feito em material transparente; horizontal; incluindo espaço para escrita das informações; presília removível.	PRÓPRIA	450	UND	R$ 5,90
53	BANNER PERSONALIZADO; impressão digital de alta resolução em lona; 150 cm x 100 cm; fundo na cor cinza; gramatura mínima 380 G/M²; acabamento brilho; incluso bastão, corda e ponteira.	PRÓPRIA	60	UND	R$ 59,90
54	CANECAS PERSONALIZADAS material porcelana; cor branco; 325ml; 9,5cm x 8cm; impressão de alta qualidade e brilho.	PRÓPRIA	1300	UND	R$ 15,50
55	CERTIFICADO personalizado; papel vergê; tamanho A4; impressão em alta qualidade.	PRÓPRIA	600	UND	R$ 0,95
56	BOTTONS personalizados impressão em qualidade fotográfica; sem limites de cores; chapa frontal em alumínio com traseira em PVC; e alfinete de metal; formato rendondo; tamanho 4,5 cm.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 1,20
57	ADESIVOS FORMATO QUADRADO personalizado; dimensões 6cm x 6cm; material e impressão de alta qualidade; cores vivas; à prova d'água; acabamento de alto brilho.	PRÓPRIA	3500	UND	R$ 0,45
58	PULSEIRA DE NYLON PERSONALIZADA cores diversas; resistente a água; lacre inviolável; opções de personalização com imagens, texto, logo, código de barras e numerações.	PRÓPRIA	6500	UND	R$ 0,28
59	AGENDA PERSONALIZADA tamanho 14,5cm X 20 cm; capa e contra capa impressão digital colorida; com laminação brilhante ou fosca; miolo 14 cm x 19,5 cm; 360 pág (180 folhas); papel offset 63g; Wire-o branco, prata ou preto; peso mínimo 425gr.	PRÓPRIA	600	UND	R$ 23,00
60	FAIXA DE LONA MESH PERSONALIZADA; dimensões 100cm x 300cm; impressão digital de alta qualidade.	PRÓPRIA	70	UND	R$ 149,00
61	PANFLETOS personalizados; papel couché; impressão em alta qualidade; destinado as campanhas e eventos inerentes à Assistência Social; dimensões 15cm x 21cm.	PRÓPRIA	9000	UND	R$ 0,33
62	CANETA METÁLICA PERSONALIZADA; esferográfica; escrita azul; personalização a laser; tamanho aproximado 14cm x 0.9mm..	PRÓPRIA	750	UND	R$ 1,90
63	Brinde garrafa squeeze plástica personalizada 680 ml	PRÓPRIA	500	UND	R$ 6,70
64	EMISSÃO DE CARNÊ DE IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO VIGENTE, CONTENDO CAPA E CONTRA CAPA COLORIDA EM PAPEL OFFSET 150g, 4X1 CORES, COM CORTE ESPECIAL, 01 LÂMINA COTA ÚNICA EM PAPEL OFFSET 75G; ATÉ 03 LÂMINAS PARCELAS EM PAPEL OFFSET 75G, INTERCALAÇÃO E	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,95
65	CRACHÁ PERSONALIZADO feito em pvc de alta qualidade e durabilidade; tamanho 8,5 x 5,3 cm; impressão em alta qualidade; acompanhando cordão e presília tipo "jacaré"; produzido com cristal protetor; cantos arredondados.	PRÓPRIA	100	UND	R$ 17,90
66	BANNER personalizado; impressão digital de alta resolução em lona; 120 cm x 85 cm; fundo na cor cinza; gramatura mínima 380 G/M²; acabamento brilho; incluso bastão, corda e ponteira.	PRÓPRIA	30	UND	R$ 49,50
67	COPOS PERSONALIZADOS tipo long drink; 350ml; cores diversas.	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 2,90
68	CERTIFICADO personalizado; papel couché; tamanho A4; impressão em alta qualidade e brilho.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,10
69	ADESIVOS FORMATO REDONDO personalizado; dimensão 7cm x 7cm; material e impressão de alta qualidade; cores vivas; à prova d'água; acabamento em alto brilho.	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,50
70	CALENDÁRIO DE MESA PERSONALIZADO base formato 17,8 x 14 x 6 cm; impresão 4x0 cores; cartão 300g; miolo 12 a 14 páginas; formato 17,8 x 12,2 cm; papel couché fosco 150g; wire-o; sem enobrecimento.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 7,20
71	REVELAÇÃO de fotos formato 10 x 15.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,40
72	PLACA DE AVISO PROIBIDO FUMAR; colorido; em material PVC; dimensões 20cm x 30cm.	PRÓPRIA	15	UND	R$ 9,90
73	PLACA DE AVISO PERSONALIZADA; colorida; em material PVC; acompanhando fita dupla face; nas dimensões 20cm x 30cm.	PRÓPRIA	250	UND	R$ 9,90
74	PASTA COM ORELHAS; dimensões aprox. 392 x 523mm; feita em papel 300gr; cores frente e verso; acabamento com aspecto brilhoso	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,90
75	MARCADOR DE PÁGINA PERSONALIZADO; dimensões aprox. 5 x 18 cm; impressão 4x4; papel couché fosco; 210g; sem acabamento.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 0,99
76	FOLDER PERSONALIZADO; dobra em carteira (C); em material couchê fosco 90g; cores frente e verso; 148 x 210mm (A5).	PRÓPRIA	300	UND	R$ 0,19
77	FOLHETO INFORMATIVO PERSONALIZADO; dimensões 90 x 50mm; horizontal; papel offset 90g; cor apenas na frente.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 0,18
78	CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO; carcaça standard; impressão preta; carcaça cores diversas.	PRÓPRIA	10	UND	R$ 28,90
79	BANNER TAMANHO 120X90CM, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA COLORIDA.	PRÓPRIA	30	UND	R$ 49,90
80	ADESIVO EM PAPEL VINÍLICO COLORIDO	PRÓPRIA	200	m²	R$ 3,90

81	BANNER TAMANHO 200X90CM, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA COLORIDA.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 59,90
82	CARTAZ COLORIDO 46X46CM, COLORIDO COM FOTOLITO (4 MODELOS).	PRÓPRIA	100	UND	R$ 1,90
83	FOLDER 4X4 XORES PAPEL COUCHÊ 170G, 31X22 CM (2 MODELOS)	PRÓPRIA	2500	UND	R$ 0,39
84	PASTA PARA PROCESSO TAMANHO 32X32 COR BRANCA	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,90
85	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO 1X0 CORES	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,99
86	ENVELOPO SACO 24X34 TIMBRADO 1X0 CORES	PRÓPRIA	100	UND	R$ 0,45
87	FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO, PAPEL 180G F/V 23/30 CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,36
88	ATA DE RESULTADO, PAPEL 180G F/V 21X31 CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,35
89	BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL 120X90CM	PRÓPRIA	30	UND	R$ 14,90
90	FICHA DE MATRÍCULA DO ALUNO, PAPEL 180 G F/V 23X30CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,35
91	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO PAPEL 180G 32X47CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,75
92	Bolsa para evento modelo ecobag em 100% algodão cru natural, medindo 40x34cm 9 cm de largura, com alças e fechamento com velcro, impressão em policromia com arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 9,40
93	Lixeira para carro em tnt com cores variadas e serigrafia a ser definida pela contratada no tamanho de 18x26cm.	PRÓPRIA	2500	UND	R$ 0,70
94	Wind banner – com impressão de duas faces em alta resolução com base de plástico resistente com orifício na parte de cima para preencher com água, haste de 3 metros, altura final aproximadamente 2,50m com bandeira no tamanho de 1,60x0,50m aproximad	PRÓPRIA	100	UND	R$ 119,00
95	Quadro de aviso em acrílico 3MM no tamanho A4, 21x29, com fita auto adesiva dupla face para fixação.	PRÓPRIA	150	UND	R$ 19,90
96	Placa para identificação em PVC com aplicação de adesivo em alta definição em cores, com instalação no local indicado pelo solicitante estabelecido pela prefeitura, layout a ser definido pela contratada.	PRÓPRIA	150	m²	R$ 129,90
97	Expositores com armação de metalon no tamanho de 1,40m de altura e 90cm de largura, com base para sustentação no tamanho de 90x30cm, com pvc adesivado para fixação dos dois lados do expositor.	PRÓPRIA	50	UND	R$ 429,90
98	Manta magnética com adesivo personalizado para uso de identificação dos carros do município. Tamanho e arte a serem definidos pela contratada.	PRÓPRIA	50	m²	R$ 78,00
99	MEDALHA , material acrílico, componentes cordão em cetim 75 x 4 cm, tamanho 7 x 7 cm, espessura 10 mm, características adicionais impressão de três cores em serigrafia	PRÓPRIA	500	UND	R$ 6,90
100	Confecção de troféus em acrilico 5mm com tamanho médio de 30cm de altura com corte especial, base em acrilo 2mm no tamnho de 14x5cm.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 59,00
101	Camisa em malha PV com cores a serem definidas pela contratada, com impressão em serigrafia na frente e costas, tamanhos P, M, G, GG e XG, arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 19,40
102	Camisa em malha 100% poliéster totalmente estampada pelo processo de sublimação com impressão digital de alta definição nos tamanhos P, M, G, GG e XG. Arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 21,99
103	Faixa em rafia na cor branca, medindo 5,00x0,80m com instalação, arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 28,90
104	Camisa tipo polo em malha 50% algodão e 50% poliester com gola e punho, em cores variadas, abotoamento com 3 botões e estampa localizada na altura do peito e na parte das costas em silkscrenn, com bertura nas laterais na parte inferior da camisa par	PRÓPRIA	500	UND	R$ 26,90
105	Placa em lona com impressão digital 440 gramas e aplicação de verniz - estrutura de metalon 30x30m galvanizado no tamanho de 5,00x1,00m com instalação no local indicado pelo solicitante.	PRÓPRIA	20	UND	R$ 1.405,00
106	Lona perfurada ortofônica com impressão em alta definição com instalação na sede da secretaria solicitante, tamanho a ser definida pela contratada. Layout estabelecido pela prefeitura.	PRÓPRIA	100	m²	R$ 149,90
107	Placa de inauguração em acrilico 5mm no tamanho de de 70x50cm com impressão UV.	PRÓPRIA	50	UND	R$ 299,90
108	Adesivo vinil perfurado com impressão em alta definição e aplicação de verniz, com instalação na sede da secretaria solicitante, layout estabelecido pela prefeitura, tamanhos a serem definidos pela contratante.	PRÓPRIA	150	m²	R$ 69,90

A empresa **FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.191.550/0002-30,** estabelecida a Rua do Contorno, nº 15, Nova California, Juiz de Fora/MG – CEP: 36.039-270, sendo representada pelo(a) Senhor(a) LEANDRO BAISTA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF: 051.499.366-93, saiu vencedor(a) nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
30	CADASTRO INDIVIDUAL_V3_2 - E-SUS – ACS, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	100	Bloco	R$ 7,90
40	CARTÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA "CÃO" 1X1 COR, PAPEL PESO 180G, TAMANHO 15X21CM	PRÓPRIA	3600	UND	R$ 0,28

Para que produzam os efeitos legais nos termos do art. 71, inciso IV da Lei nº. 14.133/2021, com suas posteriores alterações.
Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:090273E3

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.004.525/0001-07, com sede na RUA JOSÉ CAMILO BEZERRA, 69, CENTRO, IELMO MARINHO/RN, CEP 59.490-000, representado por FERNANDO BATISTA DAMASCENO, PREFEITO MUNICIPAL, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e RN COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR, inscrito(a) no CNPJ 40.790.727/0001-34, com sede na R LAGO DE PEDRA, 953, CONJ DOS BANCARIOS, PITIMBU, NATAL/RN, CEP 59.068-600, representada por ANDREIA KARLA G SANTANA SEABRA DE MELO, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a(s) seguinte(s) alteração(ões) contratual(is) :

1.1.1. Acréscimo quantitativo consistente em FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES, o que equivale a 24,75% (Vinte e quatro vírgula setenta e cinco porcento) do valor inicial atualizado do Contrato, com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. Com a(s) alteração(ões), o valor total do aditivo será de R$ 163.897,71 (Cento e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos), conforme tabela abaixo:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ALMOTOLIA 125 ML	UND	06	2,9000	17,40
2	ALMOTOLIA 250 ML	UND	06	2,9000	17,40
3	ALMOTOLIA 500 ML	UND	06	3,8300	22,98
4	BOLSA DRENÁVEL PARA COLOSTOMIA COM RECORTE 19 A 64MM PERMANENTE	UND	38	22,2500	845,50
5	BOLSA PARA COLOSTOMIA DESCARTÁVEL 30 MM	UND	75	0,9700	72,75
6	CLAMP UMBILICAL BRANCO ESTÉRIL	UND	06	0,6000	3,60
7	COBERTURA PARA ÓBITO, TAM. GG 90X220CM	UND	04	7,8000	31,20
8	COBERTURA PARA ÓBITO, TAM. M 50X100CM	UND	04	6,4000	25,60
9	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 13LT	UND	250	4,1600	1.040,00
10	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 20 LITROS	UND	125	4,9300	616,25
11	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 7LT	UND	250	3,2600	815,00
12	CONECTOR MULTIVIAS 2 VIAS	UND	625	0,8600	537,50
13	CONECTOR MULTIVIAS 4 VIAS	UND	625	1,3200	825,00
14	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO 10X10	UND	25	13,7800	344,50
15	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO 10X20	UND	25	16,8300	420,75
16	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO C/PRATA 10,5 X 10,5CM	UND	25	17,2500	431,25
17	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE 10X10	UND	63	9,7200	612,36
18	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE 20X20	UND	63	15,0400	947,52
19	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA COM PRESERVATIVO	UND	625	2,2700	1.418,75
20	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	UND	1.250	0,9000	1.125,00
21	EQUIPO MICROGOTAS COM INJETOR LATERAL	UND	625	1,1000	687,50
22	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL DE 10X4,5 M	UND	250	5,7000	1.425,00
23	ESPARADRAPO MICROPORE 10CM X10MT	UND	188	5,6200	1.056,56
24	ESPÉCULO NÃO ESTÉRIL G	UND	188	1,2400	233,12
25	ESPÉCULO NÃO ESTÉRIL M	UND	375	1,2000	450,00
26	ESPÉCULO NÃO ESTÉRIL P	UND	250	1,1700	292,50
27	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE 19MM x 30M	UND	25	2,5300	63,25
28	GLICOSÍMETRO ON CALL	UND	25	22,8800	572,00
29	HIDROGEL C/ ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS 15GRS	UND	38	23,0100	874,38
30	HIDROGEL C/ ALGINATO TUBO 85G	UND	38	19,1800	728,84
31	MÁSCARA DE NÃO REINALAÇÃO ADULTO	UND	06	10,6400	63,84
32	MÁSCARA DE NÃO REINALAÇÃO INFANTIL	UND	06	10,8700	65,22
33	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO	UND	06	12,9300	77,58
34	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO PEDIÁTRICO	UND	06	12,3200	73,92
35	MÁSCARA N95 PFF2	UND	63	1,0000	63,00
36	MÁSCARA NEBULIZADOR KIT ADULTO	KIT	06	5,7000	34,20
37	MÁSCARA NEBULIZADOR KIT INFANTIL	KIT	06	6,0000	36,00
38	MÁSCARA VENTURI ADULTO	UND	06	7,7200	46,32
39	MÁSCARA VENTURI INFANTIL	UND	06	7,6700	46,02
40	PROTETOR SOLAR FATOR DE PROTEÇÃO 30 FRASCO DE 200 ML	UND	188	9,1800	1.725,84
41	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML COM AGULHA 25X07	UND	3.750	0,6400	2.400,00
42	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML COM AGULHA 13X4,5	UND	5.000	0,5600	2.800,00
43	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML COM AGULHA 25X07	UND	3.750	0,7100	2.662,50
44	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ML COM AGULHA 25X07	UND	3.750	0,5500	2.062,50
45	SERINGA DESCARTÁVEL DE 5 ML COM AGULHA 25X07	UND	2.500	0,5400	1.350,00
46	SERINGA DESCARTÁVEL DE BAIXO VOLUME DE 1ML	UND	1.875	0,5600	1.050,00
47	SONDA DE FOLEY N. 12	UND	38	1,8300	69,54
48	SONDA DE FOLEY N. 14	UND	38	1,8600	70,68
49	SONDA DE FOLEY N. 16	UND	38	1,8400	69,92
50	SONDA DE FOLEY N. 18	UND	38	1,8400	69,92
51	SONDA DE FOLEY N. 20	UND	38	1,8800	71,44
52	SONDA DE FOLEY N. 22	UND	38	1,8800	71,44
53	SONDA DE FOLEY N. 24	UND	38	1,8500	70,30
54	SONDA ENDOTRAQUEAL 4,5 C/ BALÃO	UND	13	2,4000	31,20
55	SONDA ENDOTRAQUEAL 5,5 C/ BALÃO	UND	13	2,4000	31,20
56	SONDA ENDOTRAQUEAL 6,5 C/ BALÃO	UND	13	3,2000	41,60
57	SONDA ENDOTRAQUEAL 7,0 C/ BALÃO	UND	13	2,7200	35,36
58	SONDA ENDOTRAQUEAL 8,0 C/ BALÃO	UND	13	2,7100	35,23
59	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	06	7,7000	46,20
60	UMIDIFICADOR 250 ML	UND	13	7,8000	101,40
61	ABAIXADOR DE LÍNGUA PCT C/100UND	PACOTE	38	5,9400	225,72
62	ALGODÃO HIDRÓFILO PCT.500 GR	PACOTE	125	12,5200	1.565,00
63	ATADURA DE CREPOM 10 CM X 1,8MT 13 FIOS PCT.C/12UND	PACOTE	250	4,3200	1.080,00
64	ATADURA DE CREPOM 12CM X 1,8M 13FIOS PCT. C/12UND	PACOTE	250	5,2600	1.315,00
65	ATADURA DE CREPOM 15 CM X 1,8M 13FIOS PCT.C/12UND	PACOTE	250	6,5700	1.642,50
66	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,8M 13FIOS PCT.C/12UND	PACOTE	250	8,5200	2.130,00
67	AVENTAL DESCARTÁVEL BRANCO, MANGA LONGA COM 10 UNIDADES EM TNT/POLIPROPILENO GRAMATURA MÍNIMA 30	PACOTE	125	12,7600	1.595,00
68	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO SACO PCT.C/100UND	PACOTE	13	43,7800	569,14
69	COLETOR DE URINA, SISTEMA FECHADO DE 2000ML C 100/UND	PACOTE	06	296,9000	1.781,40
70	COLETOR UNIVERSAL PARA FEZES E URINA COM PÁ 70ML PCT. C/100UND	PACOTE	625	38,4600	24.037,50
71	COLETOR UNIVERSAL PARA FEZES E URINA ESTÉRIL 80ML SEM PÁ – PACOTE COM 100	PACOTE	375	52,3300	19.623,75
72	COMPRESSA CIRURGICA 45X50CM PCT.C/50UND	PACOTE	63	36,0000	2.268,00
73	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 CM 11 FIOS PCT C/500UND	PACOTE	375	14,4000	5.400,00
74	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 CM 13 FIOS PCT C/500UND	PACOTE	375	15,3800	5.767,50
75	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM C/10 UND ESTÉRIL 11 FIOS	PACOTE	375	3,1600	1.185,00
76	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA ECG ADULTO PCT.C/50UND	PACOTE	13	15,0500	195,65
78	ESCOVA GINECOLOGICA CERVICAL NÃO ESTÉRIL PCT.C/100UND	PACOTE	13	30,9800	402,74
79	ESPATULA DE AIRES C/100UND	PACOTE	25	9,3600	234,00
80	FRALDA DESCARTÁVEL ANTIALERGICA INFANTIL, TAM G C/7 UND	PACOTE	125	7,2500	906,25
81	FRALDA DESCARTÁVEL ANTIALERGICA INFANTIL, TAM M C/8 UND	PACOTE	125	5,1800	647,50
82	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO G COM 8 UND GERIÁTRICA	PACOTE	250	14,7000	3.675,00

83	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO M COM 8 UND GERIÁTRICA	PACOTE	188	14,7000	2.763,60
84	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO XG COM 7 UND	PACOTE	188	13,1200	2.466,56
85	GAZE RAYON 7,5 CM X 7,5 CM C/ 24 UND	PACOTE	38	94,8900	3.605,82
86	LATEX N. 200 PCT. C/15MTS	PACOTE	06	24,9800	149,88
87	LATEX N. 203 PCT. C/15MTS	PACOTE	06	30,9400	185,64
88	LENÇOL DESCARTÁVEL, TNT C/ELÁSTICO 2,00M X 0,90CM C/10 UND	PACOTE	63	19,0400	1.199,52
89	PRÓ PÉ DESCARTAVEL C/100	PACOTE	38	7,4900	284,62
90	SACO P/ HOSPITALAR DE 30 LT C/100 UND	PACOTE	63	13,4000	844,20
91	SACO P/ LIXO HOSPITALAR DE 100 LT C/100 UND	PACOTE	63	32,8400	2.068,92
92	SACO P/ LIXO HOSPITALAR DE 50 LT C/100 UND	PACOTE	125	17,4000	2.175,00
93	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.06 PCT. C/10UND	PACOTE	125	5,8500	731,25
94	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.08 PCT. C/10UND	PACOTE	13	6,0500	78,65
95	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.10 PCT. C/10UND	PACOTE	25	6,1400	153,50
96	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.12 PCT. C/10UND	PACOTE	25	7,3100	182,75
97	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.14 PCT. C/10UND	PACOTE	25	7,8600	196,50
98	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.16 PCT. C/10UND	PACOTE	25	6,7900	169,75
99	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.18 PCT. C/10UND	PACOTE	25	7,4100	185,25
100	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N.14 PCT. C/10UND	PACOTE	38	8,9900	341,62
101	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N.16 PCT. C/10UND	PACOTE	38	9,7800	371,64
102	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N.18 PCT. C/10UND	PACOTE	38	9,2200	350,36
103	SONDA NASOGÁSTRICA N.08 PCT. C/10UND	PACOTE	38	7,0400	267,52
104	SONDA NASOGÁSTRICA N.10 PCT. C/10UND	PACOTE	38	7,1600	272,08
105	SONDA NASOGÁSTRICA N.12 PCT. C/10UND	PACOTE	38	7,1900	273,22
106	SONDA NASOGÁSTRICA N.14 PCT. C/10UND	PACOTE	38	7,4300	282,34
107	SONDA URETRAL N.04 PCT. C/10UND	PACOTE	250	6,0000	1.500,00
108	SONDA URETRAL N.06 PCT. C/10UND	PACOTE	250	6,0000	1.500,00
109	SONDA URETRAL N.08 PCT. C/10UND	PACOTE	375	5,8800	2.205,00
110	SONDA URETRAL N.10 PCT. C/10UND	PACOTE	375	6,1900	2.321,25
111	SONDA URETRAL N.12 PCT. C/10UND	PACOTE	375	6,7500	2.531,25
112	SONDA URETRAL N.14 PCT. C/10UND	PACOTE	375	7,0200	2.632,50
113	SONDA URETRAL N.16 PCT. C/10UND	PACOTE	250	7,0800	1.770,00
114	SONDA URETRAL N.18 PCT. C/10UND	PACOTE	250	7,4500	1.862,50
115	SONDA URETRAL N.20 PCT. C/10UND	PACOTE	250	7,6600	1.915,00
116	TOUCA DESCARTÁVEL PCT. C/100UND	PACOTE	38	7,5400	286,52
117	ÁGUA DESTILADA 5 LITROS	Galão	38	6,9000	262,20
118	ÁGUA OXIGENADA A 10 VOLUMES 1000ML	LITRO	25	4,9100	122,75
119	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,5%LITRO	LITRO	13	6,0300	78,39
120	ÁLCOOL COMUM HIDRATADO A 92,8% - LITRO	LITRO	06	5,0800	30,48
121	ÁLCOOL HIDRATADO 70% LITRO	LITRO	375	5,0800	1.905,00
122	ÁLCOOL PARA ASSEPSIA 70% GEL LITRO	LITRO	25	7,4200	185,50
123	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 0,5% 1000ML	LITRO	25	10,1200	253,00
124	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 2% 1000ML	LITRO	38	14,5100	551,38
125	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% de 1000ML	LITRO	25	8,5600	214,00
126	CLOREXIDINA AQUOSA 1,0% DE 1000ML	LITRO	06	7,9100	47,46
127	CLOREXIDINA AQUOSA 2,0%DE 1000ML	LITRO	25	14,0400	351,00
128	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% DE 1000ML	LITRO	63	14,5000	913,50
129	DETERGENTE ENZIMÁTICO	LITRO	63	30,7500	1.937,25
130	ÉTER DE 1000ML	LITRO	06	19,8000	118,80
131	FORMOL A 10%	LITRO	06	10,2300	61,38
132	GEL PARA ULTRASON E FISIOTERAPIA GALÃO 5KG	Galão	13	20,4600	265,98
133	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1%	LITRO	25	2,8800	72,00
134	POVIDINE DEGERMANTE 1000ML	LITRO	25	31,6300	790,75
135	BANDAGENS ELÁSTICAS ADESIVA EM COR PARA FISIOTERAPIA – ROLO DE 5CM X 5METROS.	UND	19	39,5500	751,45
136	CARVÃO ATIVADO P.A. COM 500GRAMAS	UND	06	66,1800	397,08
137	ETIQUETAS ADESIVAS PARA ROTULAR TUBOS DE EXAMES – ETIQUETAS EM FOLHAS PARA IMPRESSÃO	PACOTE	06	22,2300	133,38
138	FAIXA ELÁSTICA THERA BAND EXTRAFORTE DE 150CM	UND	13	32,2300	418,99
139	FAIXA ELÁSTICA THERA BAND FORTE DE 150CM	UND	13	45,7600	594,88
140	GELOX GRANDE	UND	13	7,0000	91,00
141	GELOX MÉDIO	UND	13	4,2800	55,64
142	GELOX PEQUENO	UND	13	3,4800	45,24
143	PAPEL TOALHA INTERFOLHADAS PCT C/700	PACOTE	250	10,1000	2.525,00
144	PANO MULTIUSO EM ROLO (TIPO PERFEX)	ROLO	38	42,7500	1.624,50
147	TERMO-HIGRÔMETO PARA MEDIR TEMPERATURA DE GELADEIRA	UND	06	71,1400	426,84
148	TIMER DIGITAL PARA FISIOTERAPIA	UND	03	32,9000	98,70
149	TUBETES PARA LÂMINAS COM TAMPA ROSQUEÁVEL	UND	625	0,4300	268,75
150	TUBOS PARA COLETA DE SANGUE COM TAMPA AMARELA EM ACRÍLICO COM GEL SEPARADOR DE 10 ML	UND	750	0,7900	592,50
151	TUBOS PARA COLETA DE SANGUE COM TAMPA AMARELA EM ACRÍLICO COM GEL SEPARADOR DE 5 ML	UND	375	0,6300	236,25
152	TUBOS PARA COLETA DE SANGUE COM TAMPA BRANCA EM ACRÍLICO SEM ADITIVO DE 4 ML	UND	750	0,6700	502,50
153	TUBOS PARA COLETA DE SANGUE COM TAMPA ROXA EM ACRÍLICO COM EDTA DE 4 ML	UND	375	0,5000	187,50
154	TUBOS PARA COLETA DE SANGUE COM TAMPA VERMELHA EM ACRÍLICO COM ATIVADOR DE COÁGULO DE 5 ML	UND	1.000	0,4900	490,00
Total do contrato em R$					163.897,71

3. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Exercício 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Und. Orçamentária 02.007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação 2050 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
Natureza 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento 3.3.90.30:099 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte 17200000 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte 16000000 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Região 001 Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Und. Orçamentária 02.007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação 2048 Manutenção das Ações Estratégia Saúde da Família -ESF
Natureza 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento 3.3.90.30:099 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte 17200000 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte 16000000 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Região 001 Ielmo Marinho/RN

4. CLÁUSULA QUINTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS
4.1 O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir 18 de junho de 2025.
5. CLÁUSULA SEXTA –RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
6. CLÁUSULA SÉTIMA –PUBLICAÇÃO
6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

IELMO MARINHO - RN, em 18 de junho de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO
CNPJ(MF) 08.004.525/0001-07
Contratante

RN COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR
CNPJ n° 40.790.727/0001-34
Contratado(A)

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:020D3162

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2025 – PMIM/RN

Processo administrativo nº 140/2025
Licitação nº 093/2025

A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN, através da autoridade competente, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 012/2025, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN,** na hora previamente marcada para a realização da sessão pública, deu-se início aos procedimentos previstos no ato convocatório, diretamente na plataforma do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br). Considerando o atendimento de todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2025, o Pregoeiro e sua Equipe declararam vencedora a empresa **V H INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.623.886/0001-79,** estabelecida a Rua Antônio Prado, nº 27, Cidade da Esperança, Natal/RN – CEP: 59.071-440, sendo representada pelo(a) Senhor(a) RICARDO FERREIRA DA ROCHA, portador(a) do CPF: 500.643.474-00, saiu vencedor(a) nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	CAPAS DE PROCESSO – 1X0- 32X42CM – PAPEL OFF SET 120g, NAS CORES BRANCA, AZUL, VERDE, AMARELA E COR DE ROSA.	PRÓPRIA	16000	m²	R$ 0,50
2	LONA 400, COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO. Especificação : Lona 400, com impressão digital em alta resolução.	PRÓPRIA	500	m²	R$ 65,00
3	ADESIVO LEITOSO 0,10MM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO Especificação : Adesivo leitoso 0,10mm impressão digital em alta resolução	PRÓPRIA	200	m²	R$ 20,00
4	CARTAZES, TAM. 44X32CM, 4X0 COR, EM PAPEL COUCHE BRILHO 170G. Especificação : Cartazes, Tam. 44x32cm, 4x0 cor, em papel couche brilho 170g.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,70
5	CONVITES, TAM. 20X15CM, 4X0 CORES, EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 230G. Especificação : Convites, Tam. 20x15cm, 4x0 cores, Em Papel Couchê brilho 230g.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 0,20
6	CRACHÁ, 8,5X5,5CM, 4X0 COR, EM PVC Especificação : CrachÁ, 8,5x5,5cm, 4x0 cor, em PVC	PRÓPRIA	650	UND	R$ 5,80
7	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 13x37 MM	PRÓPRIA	120	UND	R$ 28,00
8	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 17x47 MM	PRÓPRIA	70	UND	R$ 26,00
9	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 22x59 MM	PRÓPRIA	40	UND	R$ 19,00
10	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 38x59 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 45,00
11	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 10x27 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 33,00
12	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 75x38 MM	PRÓPRIA	15	UND	R$ 25,50
13	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 3MM	PRÓPRIA	15	UND	R$ 42,50
14	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR + TEXTO MEDIDA 30x10 MM	PRÓPRIA	30	UND	R$ 15,80
15	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR 6 DIGITOS 10x38 MM	PRÓPRIA	10	UND	R$ 92,00
16	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR DE PÁGINAS 6 DIGITOS 40x60	PRÓPRIA	10	UND	R$ 98,00
17	CARIMBO AUTOMÁTICO MEDIDA 40x40 MM	PRÓPRIA	20	UND	R$ 92,00
18	SERVIÇO CÓPIA DE CHAVE	PRÓPRIA	200	UND	R$ 24,00
19	BLOCO DE BOLETIM DE URGÊNCIA - TAM. A4 100X1, 1X0 COR, TAMANHO 21X29,7CM PAPEL 75G F/V	PRÓPRIA	800	Bloco	R$ 6,10
20	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES, 100X1, 1X1 COR, F, 75G.	PRÓPRIA	350	Bloco	R$ 7,30

21	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, 100X1, TAMANHO 21X29CM, 1X0 CORES, F, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	200	Bloco	R$ 8,75
22	BLOCO RECEITUÁRIO MÉDICO, SIMPLES, 1X0 CORES, TAM. 15X21CM, 100X1, PAPEL PESO 75 G 100X1;	PRÓPRIA	1200	Bloco	R$ 3,80
23	BLOCOS DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 02 VIAS, PAPEL BRANCO/AMARELO / AP/SB, TAMANHO 15 X21CM C/100 FOLHAS.	PRÓPRIA	300	Bloco	R$ 9,20
24	CARTÃO DE CONTROLE DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS - FRENTE, 100X1, 1X1 COR, F, PAPEL 180G.	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 0,17
25	CARTÃO DE GESTANTE, PAPEL PESO 60, 100X1, 1X0 COR, TAMANHO 21X29,7CM PAPEL 180G F/V.	PRÓPRIA	700	UND	R$ 1,85
26	CARTÃO DE VACINA ADULTO, 4X1, PAPEL PESO 180, 6X21CM, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO FRENTE E VERSO	PRÓPRIA	800	UND	R$ 0,50
27	FICHA DE ATENDIMENTO_V3_2 - E-SUS -, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 11,90
28	FICHA DE VISITA DOMICILIAR E TERRITORIALR_V3_2 - E-SUS – ACS -, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 13,15
29	CADASTRO DOMICILIAR - E-SUS - ACS, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	300	Bloco	R$ 7,90
31	ENVELOPES PRONTUÁRIO FAMILIAR COM IMPRESSÃO 1X0 COR, PAPEL FICHA OURO 180G, TAMANHO ABERTO 60CMX36,5CM, TAMANHO FECHADO 30,5X36,5, ACABAMENTO CORTE VINDO COLAGEM, FACA CORTE ESPECIAL	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 1,05
32	VIA, TAM. 20X10CM, 1X0 COR, PAPEL OFFSET SUPER B ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - RECEITUÁRIO AZUL, 1 VIA, TAM. 20X10CM, 1X0 COR, PAPEL OFFSET SUPER BOND AZUL 75G, NUMERADO.	PRÓPRIA	400	Bloco	R$ 2,95
33	BLOCO - FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - SUS, COM 100 FOLHAS, TAM. 30X20CM, ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - SUS, COM 100 FOLHAS, TAM. 30X20CM, 1X1 COR, EM OFFSET 75G.	PRÓPRIA	100	Bloco	R$ 27,40
34	BLOCO - REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA, COM 100 FOLHAS, TAM 32X20CM,1X1 COR, EM PA	PRÓPRIA	50	Bloco	R$ 18,90
35	BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM. 32X20CM, 1X0 COR, ESPECIFICAÇÃO: BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM. 32X20CM, 1X0 COR, EM PAPEL OFFSET 75G.	PRÓPRIA	150	Bloco	R$ 12,40
36	BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO SEMANAL, COM 100 FOLHAS, TAM.: 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G. BLOCO - DENGUE - PNCD RESUMO DIARIO, COM 100 FOLHAS, EM PAPEL OFFSET 75G.	PRÓPRIA	200	Bloco	R$ 4,10
37	FICHA DE EXAMES CITOPATOLOGICO- COLO DE ÚTERO, F/V, 1X1 COR, TAMANHO 21X29,7CM, PAPEL 120G	PRÓPRIA	50	Bloco	R$ 8,45
38	BLOCOS DE TERMO DE INTERDIÇÃO SANITÁRIA, 3 VIAS, NUMERADAS, PAPEL AUTOCOPIATIVO, 1X0 CORES, TAMANHO 21X31CM	PRÓPRIA	5	Bloco	R$ 7,50
39	BANNER COLORIDOS COMPLETOS EM LONA, TAMANHO 1X1,50CM (DIVERSOS TEMAS QUE ENVALVAM CAMPANHAS DE SAÚDE)	PRÓPRIA	30	UND	R$ 59,90
41	CARTÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA "GATO 1X1 COR, PAPEL PESO 180G, TAMANHO 15X21CM	PRÓPRIA	2100	UND	R$ 0,20
42	TALÃO 50X3 FOLHAS (TERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	12	UND	R$ 28,50
43	TALÃO 50X3 FOLHAS (ANEXO DOTERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	6	UND	R$ 3,65
44	TALÃO 50X3 FOLHAS (TERMO DE INTIMAÇÃO), CONFORME MODELO ANEXO, NUMERAÇÃO A PARTIR DO NÚMERO 01, CADA NUMERAÇÃO COM 3 VIAS CARBONADAS (PRIMEIRA FOLHA COR BRANCA, SEGUNDA FOLHA COR AMARELA, TERCEIRA FOLHA COR AZUL), AUTOCOPISTA.	PRÓPRIA	12	UND	R$ 14,70
45	BOLETIM DE CASAS PENDENTES CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	300	UND	R$ 1,95
46	BOLETIM DIÁRIO FRENTE E VERSO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	1900	UND	R$ 0,95
47	BOLETOM SEMANAL D7 CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	550	UND	R$ 0,49
48	ATESTADO MÉDICO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 4,40
49	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	10000	UND	R$ 0,50
50	RECEITUÁRIO AMARELO CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DEMANDATE.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 2,80
51	BLOCO DE FICHA DE REFERENCIA, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	250	Bloco	R$ 4,95
52	CRACHÁ SIMPLES feito em material transparente; horizontal; incluindo espaço para escrita das informações; presília removível.	PRÓPRIA	450	UND	R$ 5,90
53	BANNER PERSONALIZADO; impressão digital de alta resolução em lona; 150 cm x 100 cm; fundo na cor cinza; gramatura mínima 380 G/M²; acabamento brilho; incluso bastão, corda e ponteira.	PRÓPRIA	60	UND	R$ 59,90
54	CANECAS PERSONALIZADAS material porcelana; cor branco; 325ml; 9,5cm x 8cm; impressão de alta qualidade e brilho.	PRÓPRIA	1300	UND	R$ 15,50
55	CERTIFICADO personalizado; papel vergê; tamanho A4; impressão em alta qualidade.	PRÓPRIA	600	UND	R$ 0,95
56	BOTTONS personalizados impressão em qualidade fotográfica; sem limites de cores; chapa frontal em alumínio com traseira em PVC; e alfinete de metal; formato rendondo; tamanho 4,5 cm.	PRÓPRIA	5000	UND	R$ 1,20
57	ADESIVOS FORMATO QUADRADO personalizado; dimensões 6cm x 6cm; material e impressão de alta qualidade; cores vivas; à prova d'água; acabamento de alto brilho.	PRÓPRIA	3500	UND	R$ 0,45
58	PULSEIRA DE NYLON PERSONALIZADA cores diversas; resistente a água; lacre inviolável; opções de personalização com imagens, texto, logo, código de barras e numerações.	PRÓPRIA	6500	UND	R$ 0,28
59	AGENDA PERSONALIZADA tamanho 14,5cm X 20 cm; capa e contra capa impressão digital colorida; com laminação brilhante ou fosca; miolo 14 cm x 19,5 cm; 360 pág (180 folhas); papel offset 63g; Wire-o branco, prata ou preto; peso mínimo 425gr.	PRÓPRIA	600	UND	R$ 23,00
60	FAIXA DE LONA MESH PERSONALIZADA; dimensões 100cm x 300cm; impressão digital de alta qualidade.	PRÓPRIA	70	UND	R$ 149,00
61	PANFLETOS personalizados; papel couché; impressão em alta qualidade; destinado as campanhas e eventos inerentes à Assistência Social; dimensões 15cm x 21cm.	PRÓPRIA	9000	UND	R$ 0,33
62	CANETA METÁLICA PERSONALIZADA; esferográfica; escrita azul;	PRÓPRIA	750	UND	R$ 1,90

	personalização a laser; tamanho aproximado 14cm x 0.9mm..				
63	Brinde garrafa squeeze plástica personalizada 680 ml	PRÓPRIA	500	UND	R$ 6,70
64	EMISSÃO DE CARNÊ DE IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO VIGENTE, CONTENDO CAPA E CONTRA CAPA COLORIDA EM PAPEL OFFSET 150g, 4X1 CORES, COM CORTE ESPECIAL, 01 LÂMINA COTA ÚNICA EM PAPEL OFFSET 75G; ATÉ 03 LÂMINAS PARCELAS EM PAPEL OFFSET 75G, INTERCALAÇÃO E	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,95
65	CRACHÁ PERSONALIZADO feito em pvc de alta qualidade e durabilidade; tamanho 8,5 x 5,3 cm; impressão em alta qualidade; acompanhando cordão e presília tipo "jacaré"; produzido com cristal protetor; cantos arredondados.	PRÓPRIA	100	UND	R$ 17,90
66	BANNER personalizado; impressão digital de alta resolução em lona; 120 cm x 85 cm; fundo na cor cinza; gramatura mínima 380 G/M²; acabamento brilho; incluso bastão, corda e ponteira.	PRÓPRIA	30	UND	R$ 49,50
67	COPOS PERSONALIZADOS tipo long drink; 350ml; cores diversas.	PRÓPRIA	1000	UND	R$ 2,90
68	CERTIFICADO personalizado; papel couché; tamanho A4; impressão em alta qualidade e brilho.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,10
69	ADESIVOS FORMATO REDONDO personalizado; dimensão 7cm x 7cm; material e impressão de alta qualidade; cores vivas; à prova d'água; acabamento em alto brilho.	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,50
70	CALENDÁRIO DE MESA PERSONALIZADO base formato 17,8 x 14 x 6 cm; impresão 4x0 cores; cartão 300g; miolo 12 a 14 páginas; formato 17,8 x 12,2 cm; papel couché fosco 150g; wire-o; sem enobrecimento.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 7,20
71	REVELAÇÃO de fotos formato 10 x 15.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,40
72	PLACA DE AVISO PROIBIDO FUMAR; colorido; em material PVC; dimensões 20cm x 30cm.	PRÓPRIA	15	UND	R$ 9,90
73	PLACA DE AVISO PERSONALIZADA; colorida; em material PVC; acompanhando fita dupla face; nas dimensões 20cm x 30cm.	PRÓPRIA	250	UND	R$ 9,90
74	PASTA COM ORELHAS; dimensões aprox. 392 x 523mm; feita em papel 300gr; cores frente e verso; acabamento com aspecto brilhoso	PRÓPRIA	500	UND	R$ 1,90
75	MARCADOR DE PÁGINA PERSONALIZADO; dimensões aprox. 5 x 18 cm; impressão 4x4; papel couché fosco; 210g; sem acabamento.	PRÓPRIA	500	UND	R$ 0,99
76	FOLDER PERSONALIZADO; dobra em carteira (C); em material couchê fosco 90g; cores frente e verso; 148 x 210mm (A5).	PRÓPRIA	300	UND	R$ 0,19
77	FOLHETO INFORMATIVO PERSONALIZADO; dimensões 90 x 50mm; horizontal; papel offset 90g; cor apenas na frente.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 0,18
78	CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO; carcaça standard; impressão preta; carcaça cores diversas.	PRÓPRIA	10	UND	R$ 28,90
79	BANNER TAMANHO 120X90CM, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA COLORIDA.	PRÓPRIA	30	UND	R$ 49,90
80	ADESIVO EM PAPEL VINÍLICO COLORIDO	PRÓPRIA	200	m²	R$ 3,90
81	BANNER TAMANHO 200X90CM, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA COLORIDA.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 59,90
82	CARTAZ COLORIDO 46X46CM, COLORIDO COM FOTOLITO (4 MODELOS).	PRÓPRIA	100	UND	R$ 1,90
83	FOLDER 4X4 XORES PAPEL COUCHÊ 170G, 31X22 CM (2 MODELOS)	PRÓPRIA	2500	UND	R$ 0,39
84	PASTA PARA PROCESSO TAMANHO 32X32 COR BRANCA	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,90
85	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO 1X0 CORES	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 0,99
86	ENVELOPO SACO 24X34 TIMBRADO 1X0 CORES	PRÓPRIA	100	UND	R$ 0,45
87	FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO, PAPEL 180G F/V 23/30 CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,36
88	ATA DE RESULTADO, PAPEL 180G F/V 21X31 CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,35
89	BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL 120X90CM	PRÓPRIA	30	UND	R$ 14,90
90	FICHA DE MATRÍCULA DO ALUNO, PAPEL 180 G F/V 23X30CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,35
91	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO PAPEL 180G 32X47CM	PRÓPRIA	3000	UND	R$ 0,75
92	Bolsa para evento modelo ecobag em 100% algodão cru natural, medindo 40x34cm 9 cm de largura, com alças e fechamento com velcro, impressão em policromia com arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 9,40
93	Lixeira para carro em tnt com cores variadas e serigrafia a ser definida pela contratada no tamanho de 18x26cm.	PRÓPRIA	2500	UND	R$ 0,70
94	Wind banner – com impressão de duas faces em alta resolução com base de plástico resistente com orifício na parte de cima para preencher com água, haste de 3 metros, altura final aproximadamente 2,50m com bandeira no tamanho de 1,60x0,50m aproximad	PRÓPRIA	100	UND	R$ 119,00
95	Quadro de aviso em acrílico 3MM no tamanho A4, 21x29, com fita auto adesiva dupla face para fixação.	PRÓPRIA	150	UND	R$ 19,90
96	Placa para identificação em PVC com aplicação de adesivo em alta definição em cores, com instalação no local indicado pelo solicitante estabelecido pela prefeitura, layout a ser definido pela contratada.	PRÓPRIA	150	m²	R$ 129,90
97	Expositores com armação de metalon no tamanho de 1,40m de altura e 90cm de largura, com base para sustentação no tamanho de 90x30cm, com pvc adesivado para fixação dos dois lados do expositor.	PRÓPRIA	50	UND	R$ 429,90
98	Manta magnética com adesivo personalizado para uso de identificação dos carros do município. Tamanho e arte a serem definidos pela contratada.	PRÓPRIA	50	m²	R$ 78,00
99	MEDALHA , material acrílico, componentes cordão em cetim 75 x 4 cm, tamanho 7 x 7 cm, espessura 10 mm, características adicionais impressão de três cores em serigrafia	PRÓPRIA	500	UND	R$ 6,90
100	Confecção de troféus em acrilico 5mm com tamanho médio de 30cm de altura com corte especial, base em acrilo 2mm no tamnho de 14x5cm.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 59,00
101	Camisa em malha PV com cores a serem definidas pela contratada, com impressão em serigrafia na frente e costas, tamanhos P, M, G, GG e XG, arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	2000	UND	R$ 19,40
102	Camisa em malha 100% poliéster totalmente estampada pelo processo de sublimação com impressão digital de alta definição nos tamanhos P, M, G, GG e XG. Arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	1500	UND	R$ 21,99
103	Faixa em rafia na cor branca, medindo 5,00x0,80m com instalação, arte a ser definida pela contratada.	PRÓPRIA	200	UND	R$ 28,90
104	Camisa tipo polo em malha 50% algodão e 50% poliester com gola e punho, em cores variadas, abotoamento com 3 botões e estampa localizada na altura do peito e na parte das costas em silkscrenn, com bertura nas laterais na parte inferior da camisa par	PRÓPRIA	500	UND	R$ 26,90
105	Placa em lona com impressão digital 440 gramas e aplicação de verniz - estrutura de metalon 30x30m galvanizado no tamanho de 5,00x1,00m com instalação no local indicado pelo solicitante.	PRÓPRIA	20	UND	R$ 1.405,00
106	Lona perfurada ortofônica com impressão em alta definição com instalação na sede da secretaria solicitante, tamanho a ser definida pela contratada. Layout estabelecido pela prefeitura.	PRÓPRIA	100	m²	R$ 149,90
107	Placa de inauguração em acrilico 5mm no tamanho de de 70x50cm com impressão UV.	PRÓPRIA	50	UND	R$ 299,90
108	Adesivo vinil perfurado com impressão em alta definição e aplicação de verniz, com instalação na sede da secretaria solicitante, layout estabelecido pela prefeitura, tamanhos a serem definidos pela contratante.	PRÓPRIA	150	m²	R$ 69,90

A empresa **FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.191.550/0002-30,** estabelecida a Rua do Contorno, nº 15, Nova California, Juiz de Fora/MG – CEP: 36.039-270, sendo representada pelo(a) Senhor(a) LEANDRO BAISTA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF: 051.499.366-93, saiu vencedor(a) nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
30	CADASTRO INDIVIDUAL_V3_2 - E-SUS – ACS, 100X1, TAMANHO 21X29,7CM 1X0 CORES, F/V, PAPEL PESO 75G.	PRÓPRIA	100	Bloco	R$ 7,90
40	CARTÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA "CÃO" 1X1 COR, PAPEL PESO 180G, TAMANHO 15X21CM	PRÓPRIA	3600	UND	R$ 0,28

Em seguida, o Pregoeiro procedeu à análise das documentações exigidas no Edital. Após o julgamento, a empresa vencedora foi declarada **HABILITADA.** A autoridade competente declarou a empresa **ADJUDICADA** conforme art. 71, IV da Lei 14.133/2021, por ter atendido o Edital.
Ielmo Marinho/RN, 18 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:F4E8902F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
DECRETO Nº 078/2025

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da Prefeitura Municipal de Itaú - RN, o crédito suplementar no valor de R$ 123.000,00(cento e vinte e três mil reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária Anual 661/2024 do Município de Itaú/RN.
DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais) para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa					
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ					
	1004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO				
		2.4 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO			
			25 - 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 43.000,00
Total da Ação:					**R$ 43.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 43.000,00**
7 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA				
		2.14 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
			180 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 80.000,00
Total da Ação:					**R$ 80.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 80.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 123.000,00
Art. 2º- Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I - R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nº. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento, da seguinte forma:

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ					
	1010 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E CONTROLE DO ABASTECIMENTO				
		2.21 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			
			50 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 23.000,00
Total da Ação:					**R$ 23.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 23.000,00**
	4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
	7007 - SECRETARIA				

	MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO				
		2.30 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL			
			122 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 80.000,00
Total da Ação:					**R$ 80.000,00**
		2.73 - MANUTENÇÃO DO CRAS			
			130 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
Total da Ação:					**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 100.000,00**

Valor total da Anulação: R$ 123.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,em18/06/2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:5F960EE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS PREGÃO ELETRÔNICO - 10/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Janduís
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Eletrônico - 10/2025
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - 0005286 - ABACATE de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta, unidade com aproximadamente 01 kg cada. - Valor Referência: 11,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	ABACATE de 1ª qualidade, grau médio de a	in natura	100	790,00
Item: 0002 - 0005282 - ABACAXI de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta, unidade com aproximadamente 01 kg cada. - Valor Referência: 6,36					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	6.000	36.600,00
Item: 0003 - 0032193 - AÇAFRÃO puro, de boa qualidade, obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de açafrão previamente lavadas, descascadas e isentas de radical cianeto. O produto em pó deverá apresentar-se com coloração amarelo intenso, com odor característico, isento de contaminação, especialmente sem acréscimo de fubá, parasitas e de detritos animais. Embalagem contendo 30g com rótulo nutricional. - Valor Referência: 5,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	marata	marata	2.000	4.940,00
Item: 0004 - 0005283 - ACEROLA de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta. - Valor Referência: 12,73					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	ACEROLA de 1ª qualidade, grau médio de a	in natura	3.000	36.000,00
Item: 0005 - 0005204 - AÇUCAR CRISTAL, embalagem de1kg, na cor branca, rápida dissolução, sacarose de cana de açúcar, sem sujidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração. - Valor Referência: 5,31					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	AÇUCAR CRISTAL, embalagem de1kg, na cor	favorito	6.000	31.680,00
Item: 0006 - 0005207 - Açúcar mascavo 01 Kg - Valor Referência: 12,20					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	petribu	petribu	50	610,00
Item: 0007 - 0032194 - ADOÇANTE LIQUIDO (stevia), embalagem com 60 ml aspecto líquido, transparente e bico dosador. Sem restrições para diabetes e gestantes. Extraídos das folhas da planta stevia rebaudiana. Ingredientes : agua, edulcorante natural glicosídeo de esteviol, não contem glútem. - Valor Referência: 15,58					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	linea	linea	50	779,00
Item: 0008 - 0032195 - ALFACE in natura, de boa qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho médio. - Valor Referência: 5,12					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	3.000	15.150,00
Item: 0009 - 0005285 - ALHO bulbo, nacional, de 1ª qualidade, compacto e firme, sem lesões de origem, livre de resíduos, tamanho e cor uniforme, devendo ser bem. Desenvolvido, isento de sujidade, parasitas e larvas. - Valor Referência: 31,93					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	ALHO bulbo, nacional, de 1ª qualidade, c	in natura	1.000	31.000,00
Item: 0010 - 0025749 - Ameixa seca: Ameixas secas desidratadas, alimento rico em fibras, 100% naturais. Embalagem contendo 180g. - Valor Referência: 20,10					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	In natura	In natura	4.800	96.480,00
Item: 0011 - 0005208 - AMIDO DE MILHO 100% puro isento de matéria terrosa e de parasitas. Embalagem de 500g com rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo 06 meses a partir da data da entrega. Data de fabricação de no máximo 20 dias - Valor Referência: 6,73					

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	sinha	sinha	1.000	3.970,00
Item: 0012 - 0032196 - ARROZ BRANCO POLIDO, tipo 1, Classe Longo Fino, embalagem de 1Kg. - Valor Referência: 7,78					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	ARROZ BRANCO POLIDO, tipo 1, Classe Lon	favorito	5.000	30.000,00
Item: 0013 - 0032197 - ARROZ INTEGRAL DESCRIÇÃO: arroz integral, classe longo fino tipo1, embalagem contendo 1 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. - Valor Referência: 9,46					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	urbano	urbano	500	4.730,00
Item: 0014 - 0005211 - ARROZ PARBORIZADO, TIPO1, Classe Longo Fino, embalagem de 1 Kg. - Valor Referência: 7,55					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	fazenda	fazenda	10.000	75.500,00
Item: 0015 - 0005212 - ARROZ VERMELHO (DA TERRA), safra 2018, embalagem de 1 kg, com descrição de validade. O produto não deve apresentar grãos disforme percentual de impureza acima de 5%(grãos queimados,pedras,cascas e carunchos), sem pontos pretos devido ao rebrote. - Valor Referência: 9,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	terra livre	terra livre	1.000	9.330,00
Item: 0016 - 0005213 - AVEIA em flocos finos Contém glúten, intacta de 200g. Prazo de validade de no mínimo 06 meses da data de fabricação máxima de 45 dias. - Valor Referência: 5,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	3.000	10.650,00
Item: 0017 - 0005214 - AZEITE puro de oliva extra virgem, acidez máxima 0,7 prazo de validade mínimo de 01 ano, 500 ml. - Valor Referência: 53,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	andorinha	andorinha	100	5.313,00
Item: 0018 - 0006282 - AZEITONA VERDE EM CONSERVA 250g - Valor Referência: 7,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	campo belo	campo belo	100	780,00
Item: 0019 - 0005287 - BANANA PRATA apresentação em pencas, de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, amadurecimento médio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. - Valor Referência: 6,53					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	40.000	260.000,00
Item: 0020 - 0005288 - BATATA DOCE de 1ª qualidade, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem, sem rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvidas. - Valor Referência: 5,03					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	3.000	15.000,00
Item: 0021 - 0005289 - BATATA INGLESA, de 1ª qualidade, classe média. Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas e com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio. - Valor Referência: 7,23					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	In natura	In natura	5.000	32.450,00
Item: 0022 - 0005290 - BETERRABA de 1ª qualidade, bem formadas e com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - Valor Referência: 7,56					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	4.000	28.800,00
Item: 0023 - 0005132 - BISCOITO COMUM DOCE, embalagem de 300g com validade 30 dias. - Valor Referência: 6,25					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	1.000	2.770,00
Item: 0024 - 0005136 - BISCOITO CREAM CRACKER em embalagem de 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega, com vigência de 06 - Valor Referência: 6,76					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	1.000	3.960,00
Item: 0025 - 0020560 - BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL em embalagem de 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega, com vigência de 06 meses - Valor Referência: 7,98					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	2.500	13.725,00
Item: 0026 - 0005135 - BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalagem de 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega com vigência de 06 meses. - Valor Referência: 6,78					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	maria	forteleza	2.500	16.950,00
Item: 0027 - 0005134 - BISCOITO TIPO MAISENA, embalagem 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega com vigência de 6 meses. - Valor Referência: 6,67					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	2.500	12.225,00
Item: 0028 - 0020559 - BOLACHA COMUM SALGADA, embalagem de 300g com validade de 30 dias. - Valor Referência: 4,68					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	5.000	14.350,00
Item: 0029 - 0032198 - Bolo Sabores diversos - Valor Referência: 17,97					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	10.000	142.700,00
Item: 0030 - 0005296 - CAJÚ de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - Valor Referência: 7,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	1.000	7.000,00
Item: 0031 - 0020627 - Canela carvalho em pó, 30g por unidade. - Valor Referência: 3,76					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	149,50
Item: 0032 - 0032199 - CARNE BOVINA DE SOL, resfriada de 1ª qualidade, consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, magra, sem pele, sem gordura, sem contra peso, Kg sem pontas e abas, na embalagem plástica, o selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação. - Valor Referência: 36,93					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	friboi	friboi	5.000	135.000,00

Item: 0033 - 0005264 - CARNE BOVINA FRESCA de 1ª qualidade, consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, magra, sem pele, sem gordura, sem contra peso, sem pontas e abas, na embalagem plástica, o selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação. - Valor Referência: 37,13

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	friboi	friboi	5.000	134.850,00

Item: 0034 - 0032200 - CARNE BOVINA FRESCA MOÍDA (in natura) com 10% de gordura, e 3% aponevroses cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de parasitas e larvas, deve ser isenta de cartilagens e de ossos. Embalagem atóxica em filme de PVC transparente ou saco plástico transparente, flexível e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, em pacotes de a partir de 1kg. Na embalagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade mínima de 30 dias a partir da data da entrega, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. - Valor Referência: 27,53

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	fortboi	fortboi	7.000	138.950,00

Item: 0035 - 0005291 - CEBOLA BRANCA de 1ª qualidade, tamanho médio, bem formado com coloração própria e superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - Valor Referência: 6,30

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	3.000	18.300,00

Item: 0036 - 0020642 - Cebolinha - É uma erva que tem um bulbo. Produto podendo ser adquirido em maço. - Valor Referência: 3,90

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	1.500	5.700,00

Item: 0037 - 0005292 - CENOURA de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, bem formada com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - Valor Referência: 7,33

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	4.000	28.000,00

Item: 0038 - 0025750 - Chocolate em pó 100% cacau pact 1kg - Valor Referência: 55,77

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	melken	melken	3.000	118.500,00

Item: 0039 - 0020644 - COCO RALADO FINO (SEM AÇÚCAR): alimento rico em fibras e gordura boa (contém ácidos graxos)por ser rico em vitaminas, melhora o sistema imunológico. Embalagem contendo o conteúdo de 100g - Valor Referência: 7,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	so coco	so coco	3.000	21.000,00

Item: 0040 - 0020628 - Coco ralado, desidratado e parcialmente desengordurado 100g cada unidade. Validade 60 dias - Valor Referência: 8,27

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	so coco	so coco	3.000	24.810,00

Item: 0041 - 0005293 - COENTRO em maços cor hortaliças, classificada como verdura cor verde, fresca, aspecto e sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidade de materiais terrosos. - Valor Referência: 2,90

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	COENTRO em maços cor hortaliças, classif	in natura	2.000	4.800,00

Item: 0042 - 0032201 - COLORÍFICO (colorau) em pó fino, homogêneo, de coloração vermelha embalagem com 100g. Produto industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade pertinente do produto ofertado. - Valor Referência: 2,55

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	marata	marata	4.000	4.720,00

Item: 0043 - 0020603 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSOcongelada, in natura. A ave deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, pele aderente. Com aspecto, cor e cheiro característicos.Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a entrega - Valor Referência: 15,46

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	lar	lar	5.000	59.900,00

Item: 0044 - 0020629 - Creme de Leite Zero Lactose 200G - Valor Referência: 7,72

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	italac	italac	1.000	4.470,00

Item: 0045 - 0005150 - Creme de leite, UHT, com no máximo 20% de gordura, acondicionado em caixas de papelão de 200 gramas - Valor Referência: 5,21

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	mococa	mococa	4.000	13.560,00

Item: 0046 - 0005156 - dueto (milho e ervilha) embalagem 200g - Valor Referência: 4,53

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	da fruta	da fruta	2.000	7.980,00

Item: 0047 - 0032202 - FARINHA DE MANDIOCA, branca, isenta de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 06 meses, acondicionado em saco plástico, atóxico, contendo 1 kg. Deve atender às normas de rotulagem geral de alimentos. - Valor Referência: 7,76

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	2.000	13.000,00

Item: 0048 - 0020634 - Farinha de Linhaça - Ricas em nutrientes, possuem uma variedade de vitaminas e minerais, antioxidantes e ligninas. Essas sementes vêm em dois tipos principais: dourada (ou amarela) e marrom. Embalagem contendo 500g com rótulo nutricional. - Valor Referência: 25,93

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	1.296,50

Item: 0049 - 0032203 - Farinha de mandioca amarela isenta de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 06 meses, acondicionado em saco plástico, atóxico, contendo 1 kg. - Valor Referência: 9,11

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	1.500	9.750,00

Item: 0050 - 0032204 - FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios; sem fermento. Embalagem plástica de 1 kg. A embalagem deverá conter os dados de identificação e informações nutricionais do produto. - Valor Referência: 6,89

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	primor	primor	2.000	10.980,00

Item: 0051 - 0005227 - FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios; sem fermento. Embalagem plástica de 1 kg. A embalagem deverá conter os dados de identificação e informações nutricionais do produto. - Valor Referência: 7,03

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	primor	primor	2.000	10.960,00

Item: 0052 - 0005236 - FÉCULA DE MANDIOCA em pacotes de 1 kg; com data de fabricação e validade. - Valor Referência: 7,71

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	sinha	sinha	1.000	7.460,00

Item: 0053 - 0005229 - FEIJÃO CARIOCA tipo1, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; em pacotes de 1 kg com data de fabricação

e prazo de validade de no mínimo 12 meses, com registro no Ministério da Agricultura. - Valor Referência: 9,19

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	FEIJÃO CARIOCA tipo1, grão inteiro, aspe	belo grão	3.000	27.000,00

Item: 0054 - 0032205 - FEIJÃO DE CORDA (MACASSAR) Tipo 1, constituído de grãos inteiros e sadios, com umidade permitida de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Acondicionado em saco plástico contendo 1kg. - Valor Referência: 9,47

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	FEIJÃO DE CORDA (MACASSAR) Tipo 1, const	belo grão	2.000	18.000,00

Item: 0055 - 0005228 - Feijão Fava Branca 01 kg - Valor Referência: 24,20

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	belo grao	belo grao	50	1.210,00

Item: 0056 - 0032206 - FEIJÃO PRETO tipo 1, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. - Valor Referência: 9,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	belo grao	belo grao	2.000	19.260,00

Item: 0057 - 0032207 - FERMENTO BIOLÓGICO-características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas. Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 125g em envelopes aluminizados. Prazo de validade mínimo10 meses a contar a partir da data de entrega. - Valor Referência: 12,47

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	dona benta	dona benta	50	623,50

Item: 0058 - 0032208 - FERMENTO QUÍMICO características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva. Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo100g do produto. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega. - Valor Referência: 6,13

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	dona benta	dona benta	500	3.065,00

Item: 0059 - 0005272 - FÍGADO BOVINO FRESCO tipo víscera, congelado, sem excessos de gorduras, cartilagens e aponevroses. Características adicionais: firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeadas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, validade mínima de 180 dias. 1ªqualidade, embalagem em filme de PVC transparente, ou saco plástico transparente, empacotes de 2kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de fabricação, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e DSPOA. Com selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação. - Valor Referência: 20,80

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	fortboi	fortboi	500	10.400,00

Item: 0060 - 0017313 - FILÉ DE PEITO DE FRANGO, congelado, não temperado, de primeira qualidade, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produtoaté o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg, acondicionados em caixas lacradas com 10kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. - Valor Referência: 27,79

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	lar	lar	10.000	208.700,00

Item: 0061 - 0005277 - FILÉ DE PEIXE SEM ESPINHA (TILÁPIA) congelado, sem espinha, consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, embalados em camadas separadas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em caixas de papelão lacradas, limpas e secas,não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade,quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega - Valor Referência: 26,80

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	copacol	copacol	2.000	52.380,00

Item: 0062 - 0032209 - FLOCO DE MILHO, embalagem c/ 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, sem sujidade, umidade, gorgulho. - Valor Referência: 2,52

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	FLOCO DE MILHO, embalagem c/ 500g, com i	gostozin	12.000	29.400,00

Item: 0063 - 0032210 - Folha de louro - O produto deve conter folhas espessas e cheirosas. Embalagem com 100g contendo rótulo nutricional. - Valor Referência: 6,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	300,00

Item: 0064 - 0020604 - FRANGO CONGELADO, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg, acondicionados em caixas lacradas com10kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. - Valor Referência: 14,27

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	friato	friato	8.000	114.160,00

Item: 0065 - 0005297 - GOIABA VERMELHA de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - Valor Referência: 6,45

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	GOIABA VERMELHA de 1ª qualidade,	in natura	5.000	30.000,00

Item: 0066 - 0005235 - Goma fresca, lavada e peneirada. - Valor Referência: 10,47

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	sinha	sinha	4.000	41.800,00

Item: 0067 - 0005240 - Granola pct 300g - Valor Referência: 11,88

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	100	1.188,00

Item: 0068 - 0020570 - Iogurte Natural Pote de 150ml. É o produto que não tem adição de substâncias, além das já presentes em sua receita. O iogurte natural é um alimento saudável, que, além de conter todos os nutrientes do leite, como proteínas, carboidratos, vitaminas e sais minerais, possui micro-organismos vivos que exercem uma influência positiva no organismo. - Valor Referência: 6,03

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	betania	betania	5.000	30.150,00

Item: 0069 - 0032211 - JERIMUM, maduro de boa qualidade, cheiro, aspecto e sabor próprios, tamanho uniforme, isento de enfermidades com ausência de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos, oriundos de manuseio e transporte. - Valor Referência: 4,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	JERIMUM, maduro de boa qualidade, cheiro	in natura	1.000	4.600,00

Item: 0070 - 0017310 - LARANJA FRESCA, de 1ª qualidade, em grau médio de amadurecimento, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta. - Valor Referência: 7,40

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	LARANJA FRESCA, de 1ª qualidade, em grau	in natura	5.000	36.000,00

Item: 0071 - 0020646 - Leite de coco: O leite de coco é um produto obtido a partir da trituração e prensagem das amêndoas ou polpa albuminosa do coco maduro. Embalagem contendo 200ml de seu conteúdo. - Valor Referência: 9,46

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	do coco	do coco	500	4.730,00

Item: 0072 - 0032212 - LEITE EM PÓ A BASE DE SOJA, com embalagem de 200g. Isento de lactose, contendo vitaminas e minerais, 100% vegetal com soja não transgênica. - Valor Referência: 20,33

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	natu s	natu s	600	11.538,00
Item: 0073 - 0020576 - LEITE EM PÓ DESNATADO, embalagem de 200g. - Valor Referência: 10,96					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	aurora	aurora	3.000	27.660,00
Item: 0074 - 0020575 - LEITE EM PÓ INTEGRAL, sem adição de açúcar, contendo vitaminas, minerais e leticina de soja, pacote com 200g, produto industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade de 12 meses. - Valor Referência: 10,16					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	LEITE EM PÓ INTEGRAL, sem adição de açúc	italac	15.000	124.050,00
Item: 0075 - 0020630 - Leite em Pó, Zero Lactose, Ninho, 700g Zero lactose Cálcio, ferro, zinco, vitaminas a, d, c e. o produto não contém gluten. - Valor Referência: 48,60					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	NESTLE	NESTLE	500	17.400,00
Item: 0076 - 0005168 - LEITE PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro, com registro obrigatório e prazo de validade pertinente ao produto. - Valor Referência: 8,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	LEITE PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro	betania	5.000	40.500,00
Item: 0077 - 0005169 - Leite UHT Desnatado embalagem 01litro - Valor Referência: 7,93					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	elege	elege	1.000	6.900,00
Item: 0078 - 0006276 - Leite UHT Integral embalagem 01litro - Valor Referência: 8,23					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	elege	elege	3.000	19.380,00
Item: 0079 - 0017311 - MAÇÃ de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal,					

livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - Valor Referência: 12,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	3.000	37.500,00
Item: 0080 - 0032213 - MACARRÃO fino, tipo espaguete de semolina ou sêmola, com ovos, embalado em pacotes de 500g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas. - Valor Referência: 3,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	10.000	35.900,00
Item: 0081 - 0005172 - MACARRÃO INTEGRAL macarrão espaguete integral. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. - Valor Referência: 6,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	500	3.385,00
Item: 0082 - 0005175 - Macarrão ninho- pct 500 gramas - Valor Referência: 9,28					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	5.000	46.400,00
Item: 0083 - 0005174 - Macarrão para lasanha pct com 500 gramas - Valor Referência: 9,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	5.000	46.650,00
Item: 0084 - 0005176 - Macarrão Parafuso, embalagem com 500g, com massa de sêmola ou ovos. Deve conter no mínimo 1,5g de fibra alimentar na porção padrão de 100g, com prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega - Valor Referência: 6,54					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	vitarela	vitarela	5.000	32.700,00
Item: 0085 - 0032214 - MACAXEIRA , de 1ª qualidade, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem, sem rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvidas. - Valor Referência: 5,98					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	MACAXEIRA , de 1ª qualidade, sem rama, t	in natura	4.000	22.000,00
Item: 0086 - 0020611 - MAMÃO de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida e em grau médio de amadurecimento, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio de transporte. - Valor Referência: 4,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	MAMÃO de 1ª qualidade, livre de sujidade	in natura	5.000	22.500,00
Item: 0087 - 0005304 - MANGA de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - Valor Referência: 4,72					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	MANGA de 1ª qualidade, com aspecto, cor,	in natura	5.000	23.500,00
Item: 0088 - 0020640 - Manjericão - É uma erva aromática rica em óleos essenciais e antioxidantes que tem vários benefícios para a saúde. Embalagem contendo 50g de seu produto com rótulo nutricional - Valor Referência: 5,70					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	285,00
Item: 0089 - 0005242 - MANTEIGA DA TERRA produto líquido em temperatura ambiente, em embalagem plástica atóxica de 500g, com aroma e sabor característico. Constando no rótulo o selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação, lote e composição. - Valor Referência: 22,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	jucurutu	jucurutu	4.000	91.200,00
Item: 0090 - 0032215 - MARACUJÁ de 1º qualidade, em grau médio de amadurecimento, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e lavas, tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta. - Valor Referência: 9,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	MARACUJÁ de 1º qualidade, em grau médio	in natura	4.000	32.680,00
Item: 0091 - 0020631 - Margarina com Sal Zero Lactose Pote 500g - Valor Referência: 13,27					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	delicia	delicia	500	5.760,00
Item: 0092 - 0005245 - Margarina light 500g - Valor Referência: 9,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	delicia	delicia	500	4.685,00
Item: 0093 - 0005246 - Margarina sem sal c/500g - Valor Referência: 9,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	delicia	delicia	500	3.235,00
Item: 0094 - 0032216 - MARGARINA VEGETAL cremosa, com sal, no mínimo 65% de lipídeos e 0% de gorduras trans, embalada em potes de plástico de 500g, enriquecida de vitaminas; apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares, isenta de ranço e de bolores; embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. - Valor Referência: 8,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	delicia	delicia	3.000	19.410,00
Item: 0095 - 0020612 - MELANCIA de 1º qualidade redonda, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura com polpa firme e intacta. - Valor Referência: 3,37					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	10.000	33.000,00
Item: 0096 - 0032217 - MELÃO de 1º qualidade redonda, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura com polpa firme e intacta. - Valor Referência: 5,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	5.000	26.000,00
Item: 0097 - 0005251 - MILHO EM CONSERVA, tipo milho verde, ingredientes água e sal acondicionada em latas de 280gramas de peso liquido, sem glúten, com prazo de validade - Valor Referência: 4,69					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	da fruta	da fruta	2.000	8.940,00
Item: 0098 - 0032218 - MILHO PARA MUNGUNZÁ grãos de milho amarelo com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos e não violados. Deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, lote, data de validade e quantidade do produto. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega. - Valor Referência: 4,10					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	pula pula	pula pula	5.000	19.850,00
Item: 0099 - 0005250 - MILHO PARA PIPOCA Descrição: Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de pipoca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g. - Valor Referência: 5,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	pula pula	pula pula	4.000	17.480,00
Item: 0100 - 0005252 - MILHO VERDE in natura - Valor Referência: 4,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	1.000	4.500,00
Item: 0101 - 0032219 - ÓLEO VEGETAL refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. - Valor Referência: 12,10					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	primor	primor	2.000	19.680,00
Item: 0102 - 0020581 - Orégano pact 10g - Valor Referência: 3,83					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	1.000	3.830,00
Item: 0103 - 0020585 - PACOTE DE PÃO DE FORMA fatiado 400/500 gramas - Valor Referência: 11,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	5.000	32.350,00
Item: 0104 - 0020584 - PACOTE DE PÃO INTEGRAL DE FORMA fatiado 400/500 gramas - Valor Referência: 12,60					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	5.000	44.250,00
Item: 0105 - 0006279 - PÃO DE TRIGO tipo sedinha, composto de farinha de trigo, água, sal e fermento químico, com 50g cada, em saco de polietileno atóxico, resistente e transparente, de forma a manter a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações. - Valor Referência: 1,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	100.000	67.000,00
Item: 0106 - 0025751 - Pão de trigo, tipo francês composto por farinha de trigo, água, sal e fermento químico, 50 gramas cada, em saco atóxico, resistente e transparente, mantendo a integridade do produto. A embalagem deverá conter data de validade e fabricação do produto. - Valor Referência: 1,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A TEIXEIRA DA SILVA (13.736.820/0001-98)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	DA CASA	DA CASA	100.000	67.000,00
Item: 0107 - 0020638 - Páprica doce - Pode ser mais vermelha ou amarelada e o seu sabor depende principalmente do nível de capsaicina. Embalagem contendo 50g de seu produto com rótulo nutricional. - Valor Referência: 12,23					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	kisabor	kisabor	1.200	14.676,00
Item: 0108 - 0020639 - Páprica picante - É uma especiaria feita com pimentão ou pimenta seca. Páprica é salpicada sobre peixes, carnes, aves, canapés, batatas, ovos, tortas salgadas e molhos. Embalagem contendo 50g de seu produto com rótulo nutricional. - Valor Referência: 12,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	kisabor	kisabor	1.200	15.108,00
Item: 0109 - 0005274 - PEITO DE FRANGO CONGELADO congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produtoaté o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg, acondicionados em caixas lacradas com 10kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. - Valor Referência: 20,60					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	lar	lar	10.000	179.700,00
Item: 0110 - 0024635 - POLPA DE FRUTAS - ACEROLA - Valor Referência: 15,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - ACEROLA	daboa	1.500	22.500,00
Item: 0111 - 0024636 - POLPA DE FRUTAS - MANGA - Valor Referência: 15,28					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - MANGA	DA BOA	900	13.500,00
Item: 0112 - 0020860 - POLPA DE FRUTAS - GOIABA - Valor Referência: 18,27					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - GOIABA	DA BOA	1.500	18.000,00

Item: 0113 - 0024637 - POLPA DE FRUTAS - CAJÁ - Valor Referência: 18,93

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - CAJARANA	DA BOA	900	10.800,00

Item: 0114 - 0024638 - POLPA DE FRUTAS - CAJARANA - Valor Referência: 28,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - CAJARANA	DA BOA	900	10.800,00

Item: 0115 - 0020862 - POLPA DE FRUTAS - CAJU - Valor Referência: 14,60

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - CAJU	DA BOA	900	10.800,00

Item: 0116 - 0020863 - POLPA DE FRUTAS - ABACAXI - Valor Referência: 15,65

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	POLPA DE FRUTAS - ABACAXI	DA BOA	900	10.800,00

Item: 0117 - 0020633 - Pêra - fruta rica em magnésio, fósforo, selênio, fibras, vitaminas A, C e complexo B. Deve apresentar as características de qualidade bem formada a e com colocação uniforme. Amadurecimento médio, devendo não conter danos físicos oriundos de manuseio e transporte. - Valor Referência: 19,29

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	200	3.840,00

Item: 0118 - 0005255 - Pimenta do reino, em pó, com cheiro, cor e sabor próprio. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, peso líquido de 50g, marca do fabricante e prazo de validade. - Valor Referência: 8,46

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	900	7.614,00

Item: 0119 - 0020617 - PIMENTA esp. Verde (pimenta de cheiro), pct com 500g. - Valor Referência: 8,20

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	2.000	16.200,00

Item: 0120 - 0020615 - PIMENTÃO VERDE de 1ª qualidade, tamanho médio e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica (perfurações e cortes). - Valor Referência: 11,30

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	1.000	11.200,00

Item: 0121 - 0020582 - PLACA DE OVO DE GALINHA, cor vermelha, sem rachaduras, tamanho médio, com peso de aproximadamente 60g, embalagem em lâminas de papelão forte, inodoros e secos, em caixilhos ou divisórios celulares para 15 unidades, com certificação. - Valor Referência: 18,32

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	PLACA DE OVO DE GALINHA, cor vermelha, s	fortegema	8.000	120.000,00

Item: 0122 - 0032220 - PROTEINA TEXTUARIZADA DE SOJA ingredientes: óleo vegetal refinado, orégano, salsa, cebola, alho em pó desidratado. Embalagem: pacote de polietileno leitoso, atóxico com 400g cada. Prazo de validade de 180 dias a partir da data de fabricação. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial; ficha técnica assinada pelo técnico responsável. - Valor Referência: 8,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	soy	soy	1.000	8.500,00

Item: 0123 - 0032221 - QUEIJO DE COALHO de 1ª qualidade, embalagem original a vácuo, em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente. Conter os dados de identificação, informações nutricionais, nº de lote, embalagem a partir de 500g, com certificação SIF, SIM ou SIE. Prazo de validade mínimo de 45 dias. - Valor Referência: 38,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	matuto	matuto	2.000	65.940,00

Item: 0124 - 0005261 - QUEIJO ralado Pct 100g - Valor Referência: 9,10

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	biana	biana	300	2.730,00

Item: 0125 - 0020599 - QUEIJO tipo Mussarela fatiado, validade de 06 dias na entrega. - Valor Referência: 42,90

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	biana	biana	3.000	101.910,00

Item: 0126 - 0005307 - REPOLHO, espécie branco, sem indícios de germinação, maturação natural, embalado adequadamente, isento de sumidades e / ou objetos estranhos. - Valor Referência: 7,30

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	950	6.840,00

Item: 0127 - 0020600 - REQUEIJÃO cremoso tradicional 180g - Valor Referência: 9,81

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	betania	betania	2.000	17.880,00

Item: 0128 - 0005263 - REQUEIJÃO light 180g - Valor Referência: 11,76

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	betania	betania	2.000	23.520,00

Item: 0129 - 0020587 - SAL refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou empedrado, embalado em pacotes de Kg. Embalagem com fabricação e data de validade - Valor Referência: 1,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	gustavo	gustavo	1.000	1.630,00

Item: 0130 - 0020635 - Salsa desidratada- Conhecida como salsinha, salsa-de-comer ou salsa-hortense. Produto devendo conter 100g em sua embalagem e rótulo nutricional. - Valor Referência: 6,20

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	500	3.100,00

Item: 0131 - 0032222 - SARDINHA enlatada, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipientes de folha de flanbres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 130g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. - Valor Referência: 8,58

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	88	88	6.000	51.480,00

Item: 0132 - 0005171 - Semente de chia pct 200g - Valor Referência: 11,13

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	556,50

Item: 0133 - 0006290 - Semente de linhaça pct 200g - Valor Referência: 11,13

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	556,50

Item: 0134 - 0020632 - Tangerina - Doces, ou de pouca acidez, atrativas pela sua cor avermelhada, algumas com poucas ou sem sementes, de aroma e sabor agradáveis. 1 o qualidade nacional in natura. Apresentando em unidades, deve apresentar as características de qualidade bem formada a e com colocação uniforme. Amadurecimento médio, devendo não conter danos físicos oriundos de manuseio e transporte. - Valor Referência: 16,95

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	3.000	50.100,00
Item: 0135 - 0020643 - Tomate cereja - 1ª qualidade, com 2 a 3 centímetros de diâmetro, duas cavidades e polpa, polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. Produto podendo ser adquirido em kg. - Valor Referência: 20,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	50	1.010,00
Item: 0136 - 0020613 - TOMATE de 1ª qualidade, tamanho médio, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. - Valor Referência: 8,49					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (47.014.400/0001-10)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	TOMATE de 1ª qualidade, tamanho médio, c	in natura	6.000	42.000,00
Item: 0137 - 0020641 - Tomilho - pode ser nas versões fresca ou seca. Embalagem contendo 50g de seu produto com rotulo nutricional. - Valor Referência: 10,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	yoki	yoki	50	424,50
Item: 0138 - 0005312 - Uva - verde, nacional, boa qualidade, tamanho e coloração uniforme e sem caroços, devendo ser devendo se bem desenvolvido e maduro, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos sem danificações aparentes. - Valor Referência: 16,97					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	2.000	33.000,00
Item: 0139 - 0020616 - UVA PASSA 500g - Valor Referência: 16,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (40.056.807/0001-60)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	in natura	In natura	1.000	16.900,00
Item: 0140 - 0025752 - Uva roxa sem semente: Uva roxa sem semente de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme e sem caroços, devendo ser devendo se bem desenvolvido e maduro, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos sem danificações aparentes - Valor Referência: 17,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428 (36.375.221/0001-91)	Adjudicado em: 18/06/2025 - 10:56:07 - Por: Elvécio Gurgel de Sales	IN NATURA	IN NATURA	4.000	69.600,00

ELVECIO GURGEL DE SALES:26202697415
Assinado digitalmente por ELVECIO GURGEL DE SALES:26202697415
ND:C=BR,O=ICP-Brasil, OU= Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, OU= RFB e- CPF A1, OU=(EMBRANCO),OU=31014048000182,OU=presencial,CN=ELVECIO GURGEL DE SALES:26202697415
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.18 11:32:37-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Autoridade Competente

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:D0166265

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS PREGÃO ELETRÔNICO - 10/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS			
Pregão Eletrônico - 10/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - 0005286 - ABACATE de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta, unidade com aproximadamente 01 kg cada. - ABACATE de 1ª qualidade, grau médio de a - Valor Referência: 11,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	7,90	790,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0002 - 0005282 - ABACAXI de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta, unidade com aproximadamente 01 kg cada. - IN NATURA - Valor Referência: 6,36			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	6,10	36.600,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0003 - 0032193 - AÇAFRÃO puro, de boa qualidade, obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de açafrão previamente lavadas, descascadas e isentas de radical cianeto. O produto em pó deverá apresentar-se com coloração amarelo intenso, com odor característico, isento de contaminação, especialmente sem acréscimo de fubá, parasitas e de detritos animais. Embalagem contendo 30g com rótulo nutricional. - marata - Valor Referência: 5,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	2,47	4.940,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0004 - 0005283 - ACEROLA de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta. - ACEROLA de 1ª qualidade, grau médio de a - Valor Referência: 12,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	12,00	36.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0005 - 0005204 - AÇUCAR CRISTAL, embalagem de1kg, na cor branca, rápida dissolução, sacarose de cana de açúcar, sem sujidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração. - AÇUCAR CRISTAL, embalagem de1kg, na cor - Valor Referência: 5,31			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	5,28	31.680,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0006 - 0005207 - Açúcar mascavo 01 Kg - petribu - Valor Referência: 12,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	12,20	610,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0007 - 0032194 - ADOÇANTE LIQUIDO (stevia), embalagem com 60 ml aspecto líquido, transparente e bico dosador. Sem restrições para diabetes e gestantes. Extraídos das folhas da planta stevia rebaudiana. Ingredientes : agua, edulcorante natural glicosídeo de esteviol, não contem glútem. - linea - Valor Referência: 15,58			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	15,58	779,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0008 - 0032195 - ALFACE in natura, de boa qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho médio. - IN NATURA - Valor Referência: 5,12			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	5,05	15.150,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0009 - 0005285 - ALHO bulbo, nacional, de 1ª qualidade, compacto e firme, sem lesões de origem, livre de resíduos, tamanho e cor uniforme, devendo ser bem. Desenvolvido, isento de sujidade, parasitas e larvas. - ALHO bulbo, nacional, de 1ª qualidade, c - Valor Referência: 31,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	31,00	31.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0010 - 0025749 - Ameixa seca: Ameixas secas desidratadas, alimento rico em fibras, 100% naturais. Embalagem contendo 180g. - In natura - Valor Referência: 20,10			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	20,10	96.480,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0011 - 0005208 - AMIDO DE MILHO 100% puro isento de matéria terrosa e de parasitas. Embalagem de 500g com rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo 06 meses a partir da data da entrega. Data de fabricação de no máximo 20 dias - sinha - Valor Referência: 6,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,97	3.970,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0012 - 0032196 - ARROZ BRANCO POLIDO, tipo 1, Classe Longo Fino, embalagem de 1Kg. - ARROZ BRANCO POLIDO, tipo 1, Classe Lon - Valor Referência: 7,78			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	6,00	30.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0013 - 0032197 - ARROZ INTEGRAL DESCRIÇÃO: arroz integral, classe longo fino tipo1, embalagem contendo 1 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. - urbano - Valor Referência: 9,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,46	4.730,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0014 - 0005211 - ARROZ PARBORIZADO, TIPO1, Classe Longo Fino, embalagem de 1 Kg. - fazenda - Valor Referência: 7,55			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	7,55	75.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0015 - 0005212 - ARROZ VERMELHO (DA TERRA), safra 2018, embalagem de 1 kg, com descrição de validade. O produto não deve apresentar grãos disforme percentual de impureza acima de 5%(grãos queimados,pedras,cascas e carunchos), sem pontos pretos devido ao rebrote. - terra livre - Valor Referência: 9,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,33	9.330,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0016 - 0005213 - AVEIA em flocos finos Contém glúten, intacta de 200g. Prazo de validade de no mínimo 06 meses da data de fabricação máxima de 45 dias. - yoki - Valor Referência: 5,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,55	10.650,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0017 - 0005214 - AZEITE puro de oliva extra virgem, acidez máxima 0,7 prazo de validade mínimo de 01 ano, 500 ml. - andorinha - Valor Referência: 53,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	53,13	5.313,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0018 - 0006282 - AZEITONA VERDE EM CONSERVA 250g - campo belo - Valor Referência: 7,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	7,80	780,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0019 - 0005287 - BANANA PRATA apresentação em pencas, de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, amadurecimento médio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. - IN NATURA - Valor Referência: 6,53			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	6,50	260.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0020 - 0005288 - BATATA DOCE de 1ª qualidade, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem, sem rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvidas. - IN NATURA - Valor Referência: 5,03			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	5,00	15.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0021 - 0005289 - BATATA INGLESA, de 1ª qualidade, classe média. Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas e com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio. - In natura - Valor Referência: 7,23			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,49	32.450,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0022 - 0005290 - BETERRABA de 1ª qualidade, bem formadas e com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - IN NATURA - Valor Referência: 7,56			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	7,20	28.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0023 - 0005132 - BISCOITO COMUM DOCE, embalagem de 300g com validade 30 dias. - DA CASA - Valor Referência: 6,25			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	2,77	2.770,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0024 - 0005136 - BISCOITO CREAM CRACKER em embalagem de 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega, com vigência de 06 - vitarela - Valor Referência: 6,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,96	3.960,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0025 - 0020560 - BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL em embalagem de 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega, com vigência de 06 meses - vitarela - Valor Referência: 7,98			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	5,49	13.725,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0026 - 0005135 - BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalagem de 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega com vigência de 06 meses. - maria - Valor Referência: 6,78			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,78	16.950,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0027 - 0005134 - BISCOITO TIPO MAISENA, embalagem 400g, produto industrializado em até 30 dias antes da data da entrega com vigência de 6 meses. - vitarela - Valor Referência: 6,67			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	4,89	12.225,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0028 - 0020559 - BOLACHA COMUM SALGADA, embalagem de 300g com validade de 30 dias. - DA CASA - Valor Referência: 4,68			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	2,87	14.350,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0029 - 0032198 - Bolo Sabores diversos - DA CASA - Valor Referência: 17,97			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	14,27	142.700,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0030 - 0005296 - CAJÚ de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - IN NATURA - Valor Referência: 7,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	7,00	7.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0031 - 0020627 - Canela carvalho em pó, 30g por unidade. - yoki - Valor Referência: 3,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	2,99	149,50	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0032 - 0032199 - CARNE BOVINA DE SOL, resfriada de 1ª qualidade, consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, magra, sem pele, sem gordura, sem contra peso, Kg sem pontas e abas, na embalagem plástica, o selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação. - friboi - Valor Referência: 36,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	27,00	135.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0033 - 0005264 - CARNE BOVINA FRESCA de 1ª qualidade, consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, magra, sem pele, sem gordura, sem contra peso, sem pontas e abas, na embalagem plástica, o selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação. - friboi - Valor Referência: 37,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	26,97	134.850,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0034 - 0032200 - CARNE BOVINA FRESCA MOÍDA (in natura) com 10% de gordura, e 3% aponevroses cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de parasitas e larvas, deve ser isenta de cartilagens e de ossos. Embalagem atóxica em filme de PVC transparente ou saco plástico transparente, flexível e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, em pacotes de a partir de 1kg. Na embalagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade mínima de 30 dias a partir da data da entrega, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. - fortboi - Valor Referência: 27,53			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	19,85	138.950,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0035 - 0005291 - CEBOLA BRANCA de 1ª qualidade, tamanho médio, bem formado com coloração própria e superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - IN NATURA - Valor Referência: 6,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	6,10	18.300,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0036 - 0020642 - Cebolinha - É uma erva que tem um bulbo. Produto podendo ser adquirido em maço. - IN NATURA - Valor Referência: 3,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	3,80	5.700,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0037 - 0005292 - CENOURA de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, bem formada com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - IN NATURA - Valor Referência: 7,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	7,00	28.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0038 - 0025750 - Chocolate em pó 100% cacau pact 1kg - melken - Valor Referência: 55,77			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	39,50	118.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0039 - 0020644 - COCO RALADO FINO (SEM AÇÚCAR): alimento rico em fibras e gordura boa (contém ácidos graxos)por ser rico em vitaminas, melhora o sistema imunológico. Embalagem contendo o conteúdo de 100g - so coco - Valor Referência: 7,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	7,00	21.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0040 - 0020628 - Coco ralado, desidratado e parcialmente desengordurado 100g cada unidade. Validade 60 dias - so coco - Valor Referência: 8,27			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	8,27	24.810,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0041 - 0005293 - COENTRO em maços cor hortaliças, classificada como verdura cor verde, fresca, aspecto e sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidade de materiais terrosos. - COENTRO em maços cor hortaliças, classif - Valor Referência: 2,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	2,40	4.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0042 - 0032201 - COLORÍFICO (colorau) em pó fino, homogêneo, de coloração vermelha embalagem com 100g. Produto industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade pertinente do produto ofertado. - marata - Valor Referência: 2,55			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	1,18	4.720,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0043 - 0020603 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSOcongelada, in natura. A ave deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, pele aderente. Com aspecto, cor e cheiro característicos.Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a entrega - lar - Valor Referência: 15,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	11,98	59.900,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0044 - 0020629 - Creme de Leite Zero Lactose 200G - italac - Valor Referência: 7,72			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	4,47	4.470,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0045 - 0005150 - Creme de leite, UHT, com no máximo 20% de gordura, acondicionado em caixas de papelão de 200 gramas - mococa - Valor Referência: 5,21			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,39	13.560,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0046 - 0005156 - dueto (milho e ervilha) embalagem 200g - da fruta - Valor Referência: 4,53			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,99	7.980,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0047 - 0032202 - FARINHA DE MANDIOCA, branca, isenta de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 06 meses, acondicionado em saco plástico, atóxico, contendo 1 kg. Deve atender às normas de rotulagem geral de alimentos. - yoki - Valor Referência: 7,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,50	13.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0048 - 0020634 - Farinha de Linhaça - Ricas em nutrientes, possuem uma variedade de vitaminas e minerais, antioxidantes e ligninas. Essas sementes vêm em dois tipos principais: dourada (ou amarela) e marrom. Embalagem contendo 500g com rótulo nutricional. - yoki - Valor Referência: 25,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	25,93	1.296,50	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0049 - 0032203 - Farinha de mandioca amarela isenta de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 06 meses, acondicionado em saco plástico, atóxico, contendo 1 kg. - yoki - Valor Referência: 9,11			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,50	9.750,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0050 - 0032204 - FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios; sem fermento. Embalagem plástica de 1 kg. A embalagem deverá conter os dados de identificação e informações nutricionais do produto. - primor - Valor Referência: 6,89			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	5,49	10.980,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0051 - 0005227 - FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios; sem fermento. Embalagem plástica de 1 kg. A embalagem deverá conter os dados de identificação e informações nutricionais do produto. - primor - Valor Referência: 7,03			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	5,48	10.960,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0052 - 0005236 - FÉCULA DE MANDIOCA em pacotes de 1 kg; com data de fabricação e validade. - sinha - Valor Referência: 7,71			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	7,46	7.460,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0053 - 0005229 - FEIJÃO CARIOCA tipo1, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; em pacotes de 1 kg com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses, com registro no Ministério da Agricultura. - FEIJÃO CARIOCA tipo1, grão inteiro, aspe - Valor Referência: 9,19			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	9,00	27.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0054 - 0032205 - FEIJÃO DE CORDA (MACASSAR) Tipo 1, constituído de grãos inteiros e sadios, com umidade permitida de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Acondicionado em saco plástico contendo 1kg. - FEIJÃO DE CORDA (MACASSAR) Tipo 1, const - Valor Referência: 9,47			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	9,00	18.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0055 - 0005228 - Feijão Fava Branca 01 kg - belo grao - Valor Referência: 24,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	24,20	1.210,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0056 - 0032206 - FEIJÃO PRETO tipo 1, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. - belo grao - Valor Referência: 9,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,63	19.260,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0057 - 0032207 - FERMENTO BIOLÓGICO-características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas. Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 125g em envelopes aluminizados. Prazo de validade mínimo10 meses a contar a partir da data de entrega. - dona benta - Valor Referência: 12,47			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	12,47	623,50	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0058 - 0032208 - FERMENTO QUÍMICO características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva. Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo100g do produto. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega. - dona benta - Valor Referência: 6,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,13	3.065,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0059 - 0005272 - FÍGADO BOVINO FRESCO tipo víscera, congelado, sem excessos de gorduras, cartilagens e aponevroses. Características adicionais: firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeadas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, validade mínima de 180 dias. 1ªqualidade, embalagem em filme de PVC transparente, ou saco plástico transparente, empacotes de 2kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de fabricação, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e DSPOA. Com selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação. - fortboi - Valor Referência: 20,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	20,80	10.400,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0060 - 0017313 - FILÉ DE PEITO DE FRANGO, congelado, não temperado, de primeira qualidade, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produtoaté o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg, acondicionados em caixas lacradas com 10kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. - lar - Valor Referência: 27,79

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	20,87	208.700,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0061 - 0005277 - FILÉ DE PEIXE SEM ESPINHA (TILÁPIA) congelado, sem espinha, consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, embalados em camadas separadas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em caixas de papelão lacradas, limpas e secas,não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade,quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega - copacol - Valor Referência: 26,80

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	26,19	52.380,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0062 - 0032209 - FLOCO DE MILHO, embalagem c/ 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, sem sujidade, umidade, gorgulho. - FLOCO DE MILHO, embalagem c/ 500g, com i - Valor Referência: 2,52

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	2,45	29.400,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0063 - 0032210 - Folha de louro - O produto deve conter folhas espessas e cheirosas. Embalagem com 100g contendo rótulo nutricional. - yoki - Valor Referência: 6,00

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,00	300,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0064 - 0020604 - FRANGO CONGELADO, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg, acondicionados em caixas lacradas com10kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. - friato - Valor Referência: 14,27

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	14,27	114.160,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0065 - 0005297 - GOIABA VERMELHA de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - GOIABA VERMELHA de 1ª qualidade, - Valor Referência: 6,45

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	6,00	30.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0066 - 0005235 - Goma fresca, lavada e peneirada. - sinha - Valor Referência: 10,47

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	10,45	41.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0067 - 0005240 - Granola pct 300g - yoki - Valor Referência: 11,88

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	11,88	1.188,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0068 - 0020570 - Iogurte Natural Pote de 150ml. É o produto que não tem adição de substâncias, além das já presentes em sua receita. O iogurte natural é um alimento saudável, que, além de conter todos os nutrientes do leite, como proteínas, carboidratos, vitaminas e sais minerais, possui micro-organismos vivos que exercem uma influência positiva no organismo. - betania - Valor Referência: 6,03

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,03	30.150,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0069 - 0032211 - JERIMUM, maduro de boa qualidade, cheiro, aspecto e sabor próprios, tamanho uniforme, isento de enfermidades com ausência de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos, oriundos de manuseio e transporte. - JERIMUM, maduro de boa qualidade, cheiro - Valor Referência: 4,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	4,60	4.600,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0070 - 0017310 - LARANJA FRESCA, de 1ª qualidade, em grau médio de amadurecimento, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta. - LARANJA FRESCA, de 1ª qualidade, em grau - Valor Referência: 7,40

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	7,20	36.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0071 - 0020646 - Leite de coco: O leite de coco é um produto obtido a partir da trituração e prensagem das amêndoas ou polpa albuminosa do coco maduro. Embalagem contendo 200ml de seu conteúdo. - do coco - Valor Referência: 9,46

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,46	4.730,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0072 - 0032212 - LEITE EM PÓ A BASE DE SOJA, com embalagem de 200g. Isento de lactose, contendo vitaminas e minerais, 100% vegetal com soja não transgênica. - natu s - Valor Referência: 20,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	19,23	11.538,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0073 - 0020576 - LEITE EM PÓ DESNATADO, embalagem de 200g. - aurora - Valor Referência: 10,96

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,22	27.660,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0074 - 0020575 - LEITE EM PÓ INTEGRAL, sem adição de açúcar, contendo vitaminas, minerais e leticina de soja, pacote com 200g, produto industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade de 12 meses. - LEITE EM PÓ INTEGRAL, sem adição de açúc - Valor Referência: 10,16

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	8,27	124.050,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0075 - 0020630 - Leite em Pó, Zero Lactose, Ninho, 700g Zero lactose Cálcio, ferro, zinco, vitaminas a, d, c e. o produto não contém gluten. - NESTLE - Valor Referência: 48,60

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	34,80	17.400,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0076 - 0005168 - LEITE PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro, com registro obrigatório e prazo de validade pertinente ao produto. - LEITE PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro - Valor Referência: 8,13

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	8,10	40.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0077 - 0005169 - Leite UHT Desnatado embalagem 01litro - elege - Valor Referência: 7,93

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,90	6.900,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0078 - 0006276 - Leite UHT Integral embalagem 01litro - elege - Valor Referência: 8,23

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,46	19.380,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0079 - 0017311 - MAÇÃ de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - IN NATURA - Valor Referência: 12,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	12,50	37.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0080 - 0032213 - MACARRÃO fino, tipo espaguete de semolina ou sêmola, com ovos, embalado em pacotes de 500g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas. - vitarela - Valor Referência: 3,90

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,59	35.900,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0081 - 0005172 - MACARRÃO INTEGRAL macarrão espaguete integral. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. - vitarela - Valor Referência: 6,80

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,77	3.385,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0082 - 0005175 - Macarrão ninho- pct 500 gramas - vitarela - Valor Referência: 9,28

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,28	46.400,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0083 - 0005174 - Macarrão para lasanha pct com 500 gramas - vitarela - Valor Referência: 9,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,33	46.650,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0084 - 0005176 - Macarrão Parafuso, embalagem com 500g, com massa de sêmola ou ovos. Deve conter no mínimo 1,5g de fibra alimentar na porção padrão de 100g, com prazo de validade mínima de 6 meses a partir da

data de entrega - vitarela - Valor Referência: 6,54

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,54	32.700,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0085 - 0032214 - MACAXEIRA , de 1ª qualidade, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem, sem rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvidas. - MACAXEIRA , de 1ª qualidade, sem rama, t - Valor Referência: 5,98

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	5,50	22.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0086 - 0020611 - MAMÃO de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida e em grau médio de amadurecimento, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio de transporte. - MAMÃO de 1ª qualidade, livre de sujidade - Valor Referência: 4,90

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	4,50	22.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0087 - 0005304 - MANGA de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio de transporte. - MANGA de 1ª qualidade, com aspecto, cor, - Valor Referência: 4,72

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	4,70	23.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0088 - 0020640 - Manjericão - É uma erva aromática rica em óleos essenciais e antioxidantes que tem vários benefícios para a saúde. Embalagem contendo 50g de seu produto com rótulo nutricional - yoki - Valor Referência: 5,70

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	5,70	285,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0089 - 0005242 - MANTEIGA DA TERRA produto líquido em temperatura ambiente, em embalagem plástica atóxica de 500g, com aroma e sabor característico. Constando no rótulo o selo de inspeção (SIF, SIE ou SIM), e dados da origem, validade, fabricação, lote e composição. - jucurutu - Valor Referência: 22,80

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	22,80	91.200,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0090 - 0032215 - MARACUJÁ de 1º qualidade, em grau médio de amadurecimento, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e lavas, tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta. - MARACUJÁ de 1º qualidade, em grau médio - Valor Referência: 9,30

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	8,17	32.680,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0091 - 0020631 - Margarina com Sal Zero Lactose Pote 500g - delicia - Valor Referência: 13,27

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	11,52	5.760,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0092 - 0005245 - Margarina light 500g - delicia - Valor Referência: 9,80

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,37	4.685,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0093 - 0005246 - Margarina sem sal c/500g - delicia - Valor Referência: 9,00

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,47	3.235,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0094 - 0032216 - MARGARINA VEGETAL cremosa, com sal, no mínimo 65% de lipídeos e 0% de gorduras trans, embalada em potes de plástico de 500g, enriquecida de vitaminas; apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares, isenta de ranço e de bolores; embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. - delicia - Valor Referência: 8,66

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,47	19.410,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0095 - 0020612 - MELANCIA de 1º qualidade redonda, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura com polpa firme e intacta. - IN NATURA - Valor Referência: 3,37

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	3,30	33.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0096 - 0032217 - MELÃO de 1º qualidade redonda, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura com polpa firme e intacta. - IN NATURA - Valor Referência: 5,30

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	5,20	26.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0097 - 0005251 - MILHO EM CONSERVA, tipo milho verde, ingredientes água e sal acondicionada em latas de 280gramas de peso liquido, sem glúten, com prazo de validade - da fruta - Valor Referência: 4,69

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	4,47	8.940,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0098 - 0032218 - MILHO PARA MUNGUNZÁ grãos de milho amarelo com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos e não violados. Deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, lote, data de validade e quantidade do produto. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega. - pula pula - Valor Referência: 4,10

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,97	19.850,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0099 - 0005250 - MILHO PARA PIPOCA Descrição: Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de pipoca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g. - pula pula - Valor Referência: 5,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	4,37	17.480,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0100 - 0005252 - MILHO VERDE in natura - IN NATURA - Valor Referência: 4,66

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	4,50	4.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0101 - 0032219 - ÓLEO VEGETAL refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. - primor - Valor Referência: 12,10

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,84	19.680,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0102 - 0020581 - Orégano pact 10g - yoki - Valor Referência: 3,83

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	3,83	3.830,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0103 - 0020585 - PACOTE DE PÃO DE FORMA fatiado 400/500 gramas - DA CASA - Valor Referência: 11,59

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	6,47	32.350,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0104 - 0020584 - PACOTE DE PÃO INTEGRAL DE FORMA fatiado 400/500 gramas - DA CASA - Valor Referência: 12,60

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	8,85	44.250,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0105 - 0006279 - PÃO DE TRIGO tipo sedinha, composto de farinha de trigo, água, sal e fermento químico, com 50g cada, em saco de polietileno atóxico, resistente e transparente, de forma a manter a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações. - DA CASA - Valor Referência: 1,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	0,67	67.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0106 - 0025751 - Pão de trigo, tipo francês composto por farinha de trigo, água, sal e fermento químico, 50 gramas cada, em saco atóxico, resistente e transparente, mantendo a integridade do produto. A embalagem deverá conter data de validade e fabricação do produto. - DA CASA - Valor Referência: 1,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A TEIXEIRA DA SILVA	0,67	67.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0107 - 0020638 - Páprica doce - Pode ser mais vermelha ou amarelada e o seu sabor depende principalmente do nível de capsaicina. Embalagem contendo 50g de seu produto com rótulo nutricional. - kisabor - Valor Referência: 12,23

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	12,23	14.676,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

0108 - 0020639 - Páprica picante - É uma especiaria feita com pimentão ou pimenta seca. Páprica é salpicada sobre peixes, carnes, aves, canapés, batatas, ovos, tortas salgadas e molhos. Embalagem contendo 50g de seu produto com rótulo nutricional. - kisabor - Valor Referência: 12,59

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	12,59	15.108,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0109 - 0005274 - PEITO DE FRANGO CONGELADO congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produtoaté o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg, acondicionados em caixas lacradas com 10kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. - lar - Valor Referência: 20,60			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	17,97	179.700,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0110 - 0024635 - POLPA DE FRUTAS - ACEROLA - POLPA DE FRUTAS - ACEROLA - Valor Referência: 15,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	15,00	22.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0111 - 0024636 - POLPA DE FRUTAS - MANGA - POLPA DE FRUTAS - MANGA - Valor Referência: 15,28			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	15,00	13.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0112 - 0020860 - POLPA DE FRUTAS - GOIABA - POLPA DE FRUTAS - GOIABA - Valor Referência: 18,27			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	12,00	18.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0113 - 0024637 - POLPA DE FRUTAS - CAJÁ - POLPA DE FRUTAS - CAJARANA - Valor Referência: 18,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	12,00	10.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0114 - 0024638 - POLPA DE FRUTAS - CAJARANA - POLPA DE FRUTAS - CAJARANA - Valor Referência: 28,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	12,00	10.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0115 - 0020862 - POLPA DE FRUTAS - CAJU - POLPA DE FRUTAS - CAJU - Valor Referência: 14,60			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	12,00	10.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0116 - 0020863 - POLPA DE FRUTAS - ABACAXI - POLPA DE FRUTAS - ABACAXI - Valor Referência: 15,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	12,00	10.800,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0117 - 0020633 - Pêra - fruta rica em magnésio, fósforo, selênio, fibras, vitaminas A, C e complexo B. Deve apresentar as características de qualidade bem formada a e com colocação uniforme. Amadurecimento médio, devendo não conter danos físicos oriundos de manuseio e transporte. - IN NATURA - Valor Referência: 19,29			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	19,20	3.840,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0118 - 0005255 - Pimenta do reino, em pó, com cheiro, cor e sabor próprio. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, peso líquido de 50g, marca do fabricante e prazo de validade. - yoki - Valor Referência: 8,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	8,46	7.614,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0119 - 0020617 - PIMENTA esp. Verde (pimenta de cheiro), pct com 500g. - IN NATURA - Valor Referência: 8,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	8,10	16.200,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0120 - 0020615 - PIMENTÃO VERDE de 1ª qualidade, tamanho médio e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica (perfurações e cortes). - IN NATURA - Valor Referência: 11,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	11,20	11.200,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0121 - 0020582 - PLACA DE OVO DE GALINHA, cor vermelha, sem rachaduras, tamanho médio, com peso de aproximadamente 60g, embalagem em lâminas de papelão forte, inodoros e secos, em caixilhos ou divisórios celulares para 15 unidades, com certificação. - PLACA DE OVO DE GALINHA, cor vermelha, s - Valor Referência: 18,32			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	15,00	120.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0122 - 0032220 - PROTEINA TEXTUARIZADA DE SOJA ingredientes: óleo vegetal refinado, orégano, salsa, cebola, alho em pó desidratado. Embalagem: pacote de polietileno leitoso, atóxico com 400g cada. Prazo de validade de 180 dias a partir da data de fabricação. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial; ficha técnica assinada pelo técnico responsável. - soy - Valor Referência: 8,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	8,50	8.500,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0123 - 0032221 - QUEIJO DE COALHO de 1ª qualidade, embalagem original a vácuo, em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente. Conter os dados de identificação, informações nutricionais, nº de lote, embalagem a partir de 500g, com certificação SIF, SIM ou SIE. Prazo de validade mínimo de 45 dias. - matuto - Valor Referência: 38,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	32,97	65.940,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0124 - 0005261 - QUEIJO ralado Pct 100g - biana - Valor Referência: 9,10			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	9,10	2.730,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0125 - 0020599 - QUEIJO tipo Mussarela fatiado, validade de 06 dias na entrega. - biana - Valor Referência: 42,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	33,97	101.910,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0126 - 0005307 - REPOLHO, espécie branco, sem indícios de germinação, maturação natural, embalado adequadamente, isento de sumidades e / ou objetos estranhos. - IN NATURA - Valor Referência: 7,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	7,20	6.840,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0127 - 0020600 - REQUEIJÃO cremoso tradicional 180g - betania - Valor Referência: 9,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	8,94	17.880,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0128 - 0005263 - REQUEIJÃO light 180g - betania - Valor Referência: 11,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	11,76	23.520,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0129 - 0020587 - SAL refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou empedrado, embalado em pacotes de Kg. Embalagem com fabricação e data de validade - gustavo - Valor Referência: 1,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	1,63	1.630,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0130 - 0020635 - Salsa desidratada- Conhecida como salsinha, salsa-de-comer ou salsa-hortense. Produto devendo conter 100g em sua embalagem e rótulo nutricional. - yoki - Valor Referência: 6,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	6,20	3.100,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0131 - 0032222 - SARDINHA enlatada, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipientes de folha de flanbres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 130g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. - 88 - Valor Referência: 8,58			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	8,58	51.480,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0132 - 0005171 - Semente de chia pct 200g - yoki - Valor Referência: 11,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	11,13	556,50	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0133 - 0006290 - Semente de linhaça pct 200g - yoki - Valor Referência: 11,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	11,13	556,50	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0134 - 0020632 - Tangerina - Doces, ou de pouca acidez, atrativas pela sua cor avermelhada, algumas com poucas ou sem sementes, de aroma e sabor agradáveis. 1 o qualidade nacional in natura. Apresentando em unidades, deve apresentar as características de qualidade bem formada a e com colocação uniforme. Amadurecimento médio, devendo não conter danos físicos oriundos de manuseio e transporte. - IN NATURA - Valor Referência: 16,95			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	16,70	50.100,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0135 - 0020643 - Tomate cereja - 1ª qualidade, com 2 a 3 centímetros de diâmetro, duas cavidades e polpa, polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. Produto podendo ser adquirido em kg. - IN NATURA - Valor Referência: 20,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	20,20	1.010,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0136 - 0020613 - TOMATE de 1ª qualidade, tamanho médio, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. - TOMATE de 1ª qualidade, tamanho médio, c - Valor Referência: 8,49			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	7,00	42.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0137 - 0020641 - Tomilho - pode ser nas versões fresca ou seca. Embalagem contendo 50g de seu produto com rotulo nutricional. - yoki - Valor Referência: 10,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	8,49	424,50	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0138 - 0005312 - Uva - verde, nacional, boa qualidade, tamanho e coloração uniforme e sem caroços, devendo ser devendo se bem desenvolvido e maduro, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos sem danificações aparentes. - IN NATURA - Valor Referência: 16,97			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	16,50	33.000,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0139 - 0020616 - UVA PASSA 500g - in natura - Valor Referência: 16,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A D S CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	16,90	16.900,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales
0140 - 0025752 - Uva roxa sem semente: Uva roxa sem semente de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme e sem caroços, devendo ser devendo se bem desenvolvido e maduro, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos sem danificações aparentes - IN NATURA - Valor Referência: 17,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANGELO ANDRADE ARAUJO 08624190428	17,40	69.600,00	Homologado em 18/06/2025 10:57:52 Por: Elvécio Gurgel de Sales

ELVECIO GURGEL DE SALES:26202697415
Assinado digitalmente por ELVECIO GURGEL DE SALES:26202697415 ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=SecretariadaReceitaFederaldoBrasil-RFB,OU=RFBe-CPFA1,OU=(EMBRANCO),OU=31014048000182,OU=presencial,CN=ELVECIOGURGELDESALES:26202697415
Razão:EusouoautordestedocumentoLocalização:Data:2025.06.1811:32:00-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Autoridade Competente

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:EAC0D1B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 035/2025 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 17020001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025

O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para possível contratação dos serviços de hospedagem, alimentação e translado aos hospitais/clinicas médicas na cidade de Natal/RN**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): **ANDRE M SANTOS**					
CNPJ: 18.117.266/0001-84					
Endereço: Rua Alamanda, 3430, Candelaria, Natal/RN, CEP: 59.065.480					
Email: tallysonrony@yahoo.com.br					
Fone: (84) 9.9423-5302					
Representante: **André Maciel Santos** – CPF: 102.646.304-16					
LOTE ÚNICO - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSLADO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
01	MEIA DIÁRIA – ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO POR PESSOA (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E LANCHE) SEM TRANSLADO	UND	3000	R$ 46,84	R$ 140.520,00
02	DIÁRIA COMPLETA - ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO POR PESSOA (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, LANCHE E JANTAR) SEM TRANSLADO	UND	1000	R$ 76,10	R$ 76.100,00
03	MEIA DIÁRIA – ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO POR PESSOA (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E LANCHE) COM TRANSLADO	UND	3000	R$ 52,63	R$ 157.890,00
04	DIÁRIA COMPLETA - ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO POR PESSOA (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, LANCHE E JANTAR) COM TRANSLADO	UND	1000	R$ 108,39	R$ 108.390,00
TOTAL:					**R$ 482.900,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada neste processo.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo **Município de Jucurutu/ RN** por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 44.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP e no site oficial do **Município de Jucurutu/ RN**.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o **Município de Jucurutu/ RN** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/ RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo **Município de Jucurutu/ RN** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/ RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o **Município de Jucurutu/ RN** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do **Município de Jucurutu/ RN**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo **Município de Jucurutu/ RN**, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 25 e 26, ambos do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do **Município de Jucurutu/ RN** a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jucurutu/RN, 11 de junho de 2025.

Assinaturas

___
Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal

_____
André Maciel Santos
Representante legal do fornecedor registrado

Publicado por:
Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Código Identificador:E74B4CA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 07010001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para possível** a**quisição eventual e gradativa de suprimentos e equipamentos de informática**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): **SANTO ANTÔNIO INFORMÁTICA LTDA**						
CNPJ: 70.307.939/0001-89				Email:	Telefone:	
Rua Renato Dantas, nº 869, Centro, Caicó, CEP: 59.300-000				santoantonioinformatica@hotmail.com	(84) 3417-2802	
Representante: Isley Fonseca Damasceno de Araújo – CPF: 288.905.314-87						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00002	ADAPTADOR RECEPTOR BLUETOOTH 5.3 PARA PC – transmissão de dados rápida, conexão estável até 20m, chip 5.3, tecnologia plug and play, conecta até 5 dispositivos simultaneamente, som Hi-Fi de alta definição, tipo de conector: USB, bluetooth padrão 5.3, protocolos suportados: A2DP / HSP / AVRCP / HID, compatibilidade: Windows 8.1 / Windows 10 / Windows 11.	BASEUS	UND	20,000000	65,53	1.310,60
00004	ALICATE DESCASCADOR DE FIBRA DROP: Especificações: Diâmetro da fibra: 125 µm. Diâmetro do revestimento: 250 µm. Quantidade de núcleo de fibra: 1-2. Temperatura: -20 ~ + 45°C	ACRILATO	UND	14,000000	77,12	1.079,68
00006	BATERIA 12V 7A PARA NOBREAK	PIONEIRO	UND	65,000000	114,90	7.468,50
00007	BATERIA 3V CR-2032 PARA PLACA MÃE - CARTELA COM 5 UNIDADES, Tipo: Lithium. Tamanho: Moeda - CR2032, Voltagem: 3V, Embalagem: Cartela: Contém 05 unidades.	INTELBRAS 2032	CARTELA	42,000000	14,90	625,80
00016	CABO DE REDE CAT6 AZUL - 305 M - categoria do cabo de rede: Categoria 6, Comprimento: 305 m, conector de entrada: 8P8C | RJ45 CAT6, Conector de saída: 8P8C | RJ45 CAT6, Ambiente: Interior/Exterior, Cabo Revestido com Cobre, Alta velocidade (1000 MBps), Fios sólidos 24 AWG (0,50mm), 4 pares trançados (UTP-CFTV), Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0mm, Não Blindado (U/UTP), garantia mínima de 1 ano.	FURUKAWA	UND	34,000000	1.080,75	36.745,50
00017	CABO DE REDE UTP CATEGORIA 5E - rohs quantidade (caixas com 300 metros); cabo de 04 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre, 24a wg, isolados em polietileno de alta densidade; capa externa em pvc não propagante a chama ; marcação sequencial métrica decrescente; resistência de isolamento de 1000 mo.km; acondicionado em caixa de papelão; cor azul; marcação sequencial métrica decrescente (305 - 001m) na embalagem; compatível com os seguintes padrões: atm -155 (utp), af-phy 0015.000 y af-phy00018.000, 155/51/25 mbps; tp- pmd , ansi x3t9.5, 100 mbps; gigabit ethernet, iee 802.3z, 1000mbps; 100base-tx, ieee 802.3u, 100 mbs; 100base-t4, ieee 802.3u, 100 mbps; 100vg-anylan, ieee802.12 100 mbps; 10base-t, ieee802.3, 10 mbps; token ring ieee802.5, 4/16 mbps; 3x-as400, 1bm, 10 mbps	CFTV	UND	23,000000	329,00	7.567,00
00023	CAIXA DE CABO CFTV CAT5 CERTIFICADO 300M AZUL - Aplica-se a todos os tipos de redes suportando conexão gigabit, revestido em PVC Retardante a Chamas CMX, Composição: Alumínio Cobreado Plástico PEAD PVC, Conector de entrada: RJ-45; Conector de saída:RJ-45; Tipo de cabo de rede: 4 Pares; Categoria do cabo de rede: 5, na Cor Azul; Origem: 5; Bitola 051mm fio Rígido; Impedância 100 +/- 15Ohms; Garantia (meses) 12; Frequência 100Mhz, Comprimento 300 metros, condutores 8x051mm (4 Pares).	FURUKAWA	UND	25,000000	316,00	7.900,00
00028	CARTUCHO DE TONER AMARELO TN-319Y DE ULTRA RENDIMENTO (6.000 PÁGS) -CONFORME ISO/IEC 19798 PARA AS MULTIFUNCIONAIS LASER BROTHER MODELOS L8400CDN, L8600CDW E MFC-L8850CDW. UTILIZE O TONER TN-319C E SUPRIMENTOS ORIGINAIS DO FABRICANTE PARA PROLONGAR A VIDA ÚTIL DO SEU EQUIPAMENTO	BROTHER	UND	40,000000	531,09	21.243,60
00029	CARTUCHO DE TONER CIANO TN-319C DE ULTRA RENDIMENTO (6.000 PÁGS) - CONFORME ISO/IEC 19798 PARA AS MULTIFUNCIONAIS LASER BROTHER MODELOS L8400CDN, L8600CDW E MFC-L8850CDW. UTILIZE O TONER TN-319C E SUPRIMENTOS ORIGINAIS DO FABRICANTE PARA PROLONGAR A VIDA ÚTIL DO SEU EQUIPAMENTO	BROTHER	UND	40,000000	450,68	18.027,20
00030	CARTUCHO DE TONER MAGENTA TN-319M DE ULTRA RENDIMENTO (6.000 PÁGS) - CONFORME ISO/IEC 19798 PARA AS MULTIFUNCIONAIS LASER BROTHER MODELOS L8400CDN, L8600CDW E MFC-L8850CDW. UTILIZE O TONER TN-319C E SUPRIMENTOS ORIGINAIS DO FABRICANTE PARA PROLONGAR A VIDA ÚTIL DO SEU EQUIPAMENTO	BROTHER	UND	40,000000	324,71	12.988,40
00031	CARTUCHO DE TONER PRETO TN-319BK DE ULTRA RENDIMENTO (6.000 PÁGS) -CONFORME ISO/IEC 19798 PARA AS MULTIFUNCIONAIS LASER BROTHER MODELOS L8400CDN, L8600CDW E MFC-L8850CDW. UTILIZE O TONER TN-319C E SUPRIMENTOS ORIGINAIS DO FABRICANTE PARA PROLONGAR A VIDA ÚTIL DO SEU EQUIPAMENTO.	BROTHER	UND	40,000000	626,33	25.053,20
00033	CARTUCHO DE TONNER COLORIDO MAGENTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER DCPL 3551	BROTHER	UND	40,000000	364,91	14.596,40
00034	CARTUCHO DE TONNER COLORIDO YELLOW COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER DCPL 3551	BROTHER	UND	40,000000	342,77	13.710,80
00035	CARTUCHO DE TONNER PRETO COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASERJET PRO MFP M426-SERIE	MASTERPRINT	UND	60,000000	99,00	5.940,00
00037	CARTUCHO DE TONNER PRETO DE ALTA CAPACIDADE (TN-3472) – IMPRIME ATÉ 12000 PÁGINAS – COMPATIVEL COM IMPRESSORA BROTHER DPC DN L5502DM	MASTERPRINT	UND	40,000000	79,90	3.196,00
00038	CARTUCHO DE TONNER PRETO DE ALTA CAPACIDADE (TN-3472) – IMPRIME ATÉ 12000 PÁGINAS – COMPATIVEL COM IMPRESSORA BROTHER DPC5502	MASTERPRINT	UND	25,000000	79,90	1.997,50
00039	CARTUCHO DE TONNER PRETO DE ALTA CAPACIDADE (TN-650) – IMPRIME ATÉ 8000 PÁGINAS – COMPATIVEL COM IMPRESSORA BROTHER DPC-8080	MASTERPRINT	UND	25,000000	69,90	1.747,50
00040	CARTUCHO DE TONNER PRETO DE ALTA CAPACIDADE COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER DCP 8112	MASTERPRINT	UND	20,000000	79,90	1.598,00
00041	CARTUCHO DE TONNER PRETO DE ALTA CAPACIDADE COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASERJET PRO MFP 135	MASTERPRINT	UND	54,000000	68,00	3.672,00
00047	CONECTOR RJ45 100 UNIDADES PLUG DE CRIMPAGEM E MANUTENÇÃO - Materiais ecológicos e transparentes, Original, Novo, Categoria: 5e, Segmento: Fast, Tipo: RJ45 (8P8C), Conector: Termoplástico, Largura dos condutores: 0,35mm, 08 Conectores banhados a ouro, 3 Meses de Garantia Contra Defeitos de Fabricação. Pacote contendo 100und	BR CABOS	UND	22,000000	21,00	462,00
00052	ESTABILIZADOR BIVOLT, 500VA, 4 TOMADAS - Potência de 500VA; Microprocessado; Filtro de linha integrado (em modo comum e diferencial) com atenuação em RFI e EMI; 4 tomadas de saída; Tensão de entrada: 115/220V; Tensão de saída: 115V; Alarme sonoro de indicação; Chave liga-desliga embutida e temporizada; Medição e análise em TRUE RMS; Proteção contra Subtensão 115V: 91V; Proteção contra Subtensão em 220V: 174V; Proteção contra Sobretensão 115V: 143V; Proteção contra	TS-SHARA	UND	41,000000	169,90	6.965,90

	Sobretensão em 220V: 272V; Rendimento: >92%; Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz(+/-5%) com detecção automática; Supressor de transientes para rede elétrica: 150Vrms, 35J*, 2,5kA**; Grau de proteção: IP 20; Peso: 1.55kg; Altura: 170mm; Largura: 88mm; Comprimento: 120mm; Estabilizador produzido conforme as normas NBR 5410 e NBR 14136.					
00057	Fita/Ribbon de Cera para Etiquetas Couché 1/2 pol. Compatível com Impressora Térmica Zebra ZD230. Especificações: Largura: 110 mm. Tamanho: 74 metros. Diâmetro Interno Tubo: 0,5 pol (12,7mm).	RN	UND	100,000000	11,00	1.100,00
00062	FONTE PARA PC – Especificações: Fonte ATX, potência mínima de 650 Watts real, com PFC Ativo, tipo Full-range, selo 80 Plus bronze, bivolt automática 115/230v (não chaveada). FAN de 180mm. - ATX (Pinos): 1; EPS (8 Pinos): 1; PCI-E (6+2 Pinos): 2; SATA (15 Pinos): 5; Molex (4 Pinos): 2; FDD (4 Pinos): 1. Garantia mínima: 1 ano.	KCAS	UND	80,000000	449,90	35.992,00
00063	Gabinete Mid-Tower ATX. Especificações: Cor: Preto. Dimensões mínimas: 36,5 x 21,6 x 46,5 cm. Suporte para placa-mãe: ATX, Micro-ATX, Mini-ITX. Suporte de Fans: Frontal: 120 mm (3x) / 140 mm (2x). Topo: 120 mm (2x) / 140 mm (2x). Traseira: 120 mm (1x). Suporte para Water Cooler: Lateral: 240 mm / 280 mm. Topo: 240 mm / 360 mm. Traseira: 120 mm. Slots de Expansão (Placa de Vídeo): 7. Material: Aço, Plástico, Vidro Temperado. Posição do Compartimento para Fonte de Alimentação: Parte Inferior.	VALIANTE	UND	20,000000	247,38	4.947,60
00064	GARRAFA DE TINTA ORIGINAL T504 AMARELO 70 ML - Compatível com os modelos de impressora: L355, L375, L4150, L4160 e L6171.	EPSON	UND	80,000000	41,70	3.336,00
00065	GARRAFA DE TINTA ORIGINAL T504 MAGENTA 70 ML - Compatível com os modelos de impressora: L355, L375, L4150, L4160 e L6171.	EPSON	UND	80,000000	41,96	3.356,80
00066	GARRAFA DE TINTA ORIGINAL T504 PRETO 127 ML - Compatível com os modelos de impressora: L355, L375, L4150, L4160 e L6171.	EPSON	UND	80,000000	41,96	3.356,80
00067	GARRAFA TINTA ORIGINAL T504 CIANO 70 ML - Compatível com os modelos de impressora: L355, L375, L4150, L4160 e L6171.	EPSON	UND	80,000000	41,96	3.356,80
00069	HD EXTERNO - Interface: USB 3.0 com até 5 Gb / s de taxa de transferência - Armazenamento 1TB - Velocidade de rotação: até 5400 RPM - Tempo Médio de Busca: 12ms - Cache do Buffer: 8MB - Dimensões e Peso: 3.1 "W x 4.7" D x 0.59 "H; 5,2 onças - Suporte ao Microsoft Windows 8, 7, XP ou Vista.	TOSHIBA	UND	77,000000	420,00	32.340,00
00070	HEADSET H390 USB C/ MICROFONE - Especificações: - Sensibilidade de entrada: -62 dBV / µbar, -42 dBV / Pa + / - 3 Db. - Comprimento do cabo: 8 pés. - Conexões: USB compatível (1.1 e 2.0). Resposta de frequência: - Headset: 20 Hz-20 kHz. - Microfone: 100 Hz-10 kHz. Requisitos do Sistema: - Mac OS X (10.2.8 ou posterior). - WINDOWS 10 e anteriores. - Porta USB. Garantia de 01 ano. Garantia mínima: 1 ano.	GOLDENTEC	UND	50,000000	89,00	4.450,00
00071	HUB MD9 7 PORTAS USB 3.0 + INTERRUPTOR DE ENERGIA - XC-HUB7 - HUB USB 3.0 de alta velocidade com 7 portas, LED indicador de status, tamanho slim, compatível com Windows 2000/2003/XP/Vista/ 7/8 e MacOS 10.x ou superior, compatível com a versão USB: 1.1/2.0/ 3.0. Garantia mínima: 1 ano.	MD9	UND	42,000000	77,16	3.240,72
00080	MEMÓRIA DDR4 8GB 3200 MHZ - Tipo de memória: DDR4, Capacidade total: 8GB (1 x 8GB). Frequência mínima: 3200Mhz. Com dissipador de calor. Garantia mínima: 1 ano.	HIKSEMI	UND	40,000000	134,74	5.389,60
00085	MONITOR 18,5" - Resolução: HD - 1366x768; Tipo de tela: LCD LED, Formato da tela: Widescreen 16x9; Tamanho da tela: 18,5"; Recursos - Painel Anti-reflexivo - SmartControl Lite; Conexões: 1x VGA - 1x HDMI; Frequência de atualização: 60Hz; Tempo de resposta 5 ms; Posição da tela: Horizontal; Ângulo de visão - Horizontal = 90°C - Vertical = 65°C, Recursos de imagem: Brilho 200 cd/m², Contraste - Dinâmico: 20.000.000:1 - Estático: 700:1, Pixel Pitch 0,3 mm, Plug&Play DDC/CI - Mac OS X - sRGB - Windows 7 - Windows 8, Inclinação: -3°/10°, Base removível, Voltagem: Bivolt, Tipo de tomada: 10ª, Consumo aproximado de energia, Ligado < 15,24 W (típico) 17,65 W (máximo) - Stand By < 0,5 W, Cor: Preto, Dimensões do produto: Largura 43,7cm, Altura 33,8cm, Profundidade 17cm, acompanha Cabo de força, Garantia mínima: 1 ano.	VALIANTE	UND	20,000000	309,00	6.180,00
00087	MOUSE ÓPTICO – com fio – conexão usb –velocidade de 1200dpi – 3 botões (c/ scroll)	MULTILASER	UND	198,000000	10,50	2.079,00
00092	NOTEBOOK NÍVEL II – Especificações: processador mínimo Core i5 de 12ª geração ou Ryzen 5 de 7º Geração, com Placa de Vídeo Integrada ao Processador. Memória RAM mínima DDR4 de 8GB 3200Mhz ou DDR5 5500Mhz. SSD tipo NVMe PCIe 4.0 x4 2280 de no mínimo 512GB de armazenamento. Tela de 15.6" resolução mínima HD (1366x768) Antirreflexo no formato 16:9 widescreen. WiFi 11ac 2x2. Bluetooth 5.1. Conexões míninas: 1x USB 3.2 Gen 1, 1x USB-C 3.2, 1x HDMI. Alto-falantes (2 x 1.5W), Teclado no Padrão Brasileiro ABNT2. Bateria mínima de 3 células 40W e Sistema Operacional Windows 11 Home. Garantia mínima: 1 ano.	RYZEN 7520 LENOVO	UND	57,000000	3.027,40	172.561,80
00094	PASTA TÉRMICA. Especificações: Tipo: Prata. Construção: Silicone, Óxido Metálico e Carbono. Condutividade Térmica mínima: 4.8W/M-K. Temperatura Operacional: 50-240ºC. Pote 30g	DEEPCOOL	UND	37,000000	49,90	1.846,30
00096	PC DESKTOP NÍVEL II COMPLETO MICRO ATX - Especificações técnicas: Processador mínimo Core i5 de 11º geração ou Ryzen 5 de 5º geração, com placa gráfica integrada ao processador e sistema de arrefecimento original padrão do processador (FAN + Dissipador). Placa Mãe micro-atx, com socket e chipset compatíveis com o processador, com conexões mínimas: HDMI, VGA, pelo menos 4 portas USB-A, audio HD 5.1 canais (3 conexões), rede ethernet gigabit 10/100/1000. Slots de expansão mínimos: PCI-e x1, PCI-e x16, slot M.2 PCIe Gen3 x4 compatível com SSD's tipo NVMe e M.2 Sata3. Memória RAM: 8GB DDR4, com 2 módulos de 4GB operando em dual-channel, com frequências mínimas de 2400Mhz. Armazenamento mínimo: SSD 240GB tipo NVMe PCIe Gen3 x4. Fonte ATX, potência mínima de 350W real, com PFC Ativo e bivolt automática 115/230v (não chaveada). Gabinete de tamanho compacto micro-atx, com conexões frontais: 2x USB-A + 2x Aúdio. Acessórios: Mouse optico, teclado padrão ABNT2. Monitor Tipo da tela: led. Tamanho da tela: 19.5". Formato da tela: 16x9. Resolução mínima: 1440x900. Frequência de até 75Hz. Conexões: hdmi + vga. Cores: Mais de 16 milhões. Garantia mínima: 1 ano.	CORE I5 INTEL 12º GERAÇÃO - VALIANTE	UND	63,000000	2.539,00	159.957,00
00097	PC DESKTOP NÍVEL III COMPLETO MICRO ATX - Especificações técnicas: Processador mínimo Core i7 de 12º geração ou Ryzen 7 de 5º geração, com placa gráfica integrada ao processador e sistema de arrefecimento original padrão do processador (FAN + Dissipador). Placa Mãe micro-atx, com socket e chipset compatíveis com o processador, com conexões mínimas: HDMI, VGA, pelo menos 4 portas USB-A, áudio HD 5.1 canais (3 conexões), rede ethernet gigabit 10/100/1000. Slots de expansão mínimos: PCI-e x1, PCI-e x16, slot M.2 PCIe Gen3 x4 compatível com SSD's tipo NVMe e M.2 Sata3. Memória RAM: 16GB DDR4, com 2 módulos de 8GB operando em dual-channel, com frequências mínimas de 2666Mhz. Armazenamento mínimo: SSD 480GB tipo NVMe PCIe Gen3 x4. Fonte ATX, potência mínima de 500W real, com PFC Ativo, selo 80 Plus bronze e bivolt automática 115/230v (não chaveada). Gabinete de tamanho compacto micro-atx, com conexões frontais: 2x USB-A + 2x Aúdio. Acessórios: Mouse optico, teclado padrão ABNT2. Monitor Tipo da tela:	CORE I7 12700 - VALIANTE	UND	35,000000	4.200,00	147.000,00

	led. Tamanho da tela: 21.5". Formato da tela: 16x9. Resolução mínima: 1920x1080 (FHD). Frequência de até 75Hz. Conexões: hdmi + vga + DisplayPort. Cores: Mais de 16 milhões. Garantia mínima: 1 ano.					
00101	PLACA MÃE MICRO ATX – Especificações: Chipset H510. Socket LGA1200. Compatível com os processadores Intel de 10º e 11º geração com gráficos integrados. Tipo de memória: DDR4. Slots de memória: 2 dual-channel. Slots de Expansão: 1 x PCIe 4.0/3.0 x16; 2 x slots PCIe 3.0 x1; Armazenamento: Suporta 1 x slot M.2 e 4 x portas SATA 6Gb/s; Slot M.2 (Key M), tipo 2242/2260/2280 (suporta os modos PCIe 3.0 x4 e SATA). Portas I/O no painel Traseiro mínimas: 2 x portas USB 3.2 Gen 1 (2 x Tipo A); 2 x portas USB 2.0 (2 x Tipo-A); 1x porta D-Sub; 1x porta HDMI. 3 x conectores de áudio. Garantia mínima: 1 ano.	BIOSTAR	UND	25,000000	503,98	12.599,50
00102	PLACA MÃE MICRO-ATX B650M-P - Especificações: Socket AM5. Compatível com processadores Ryzen série 7000/8000. Memória RAM: 4x DDR5, capacidade máxima de memória 256 GB de suporte de memória DDR5 7200+(OC), com suporte para AMD EXPO. Compatível com processadores com gráficos integrados.	MSI	UND	20,000000	999,00	19.980,00
00103	PLACA MÃE MICRO-ATX LGA 1151 CHIPSET - desenvolvida para suportar processadores celeron, pentium, core i3, i5 e i7 de 6ª e 7ª geração – 2 soquetes ddr4 dimm com capacidade para até 32gb – saída de video vga e hdmi – 4 conexões sata iii – realtek 8111f gb lan – 8 portas usb: 2 x 3.0 e 6 x 2.0 – codec de áudio realtek alc661	BIOSTAR	UND	25,000000	368,00	9.200,00
00104	PROCESSADOR i3 DE 10º GERAÇÃO – Especificações: Socket: FCLGA1200. Núcleos: 4; Threads: 8. Frequência: Base 3.60 GHz; Turbo máx: 4.30 Ghz. Com Placa Gráfica Integrada ao Processador. Conjunto de instruções: 64-bit. TDP: 65W. Velocidade de barramento: 8 GT/s. Cache: 6 MB Smart Cache. Nº máximo de canais de memória: 2. Largura de banda máxima da memória: 41.6 GB/s. Com sistema de arrefecimento original do fabricante, com FAN + Dissipador. Garantia mínima: 1 ano.	INTEL	UND	26,000000	961,33	24.994,58
00107	PROCESSADOR RYZEN 7 7º Geração - Especificações: Socket AM5. DRAM: DDR5. Cache mínimo: 40MB. Núcleos: 8. Threads: 16. Frequência: 5.3 (máx turbo) / 3.8 Ghz. Eficiência: 5nm	AMD	UND	20,000000	2.606,67	52.133,40
00115	SSD 120GB - Especificações: Formato: 2,5 pol, Interface: SATA Rev. 3.0 (6Gb/s) - compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0 (3Gb/s), Capacidades: 240GB, NAND: TLC, Performance de referência - até 500MB/s para leitura e 350MB/s para gravação, Temperatura de armazenamento: -40 °C a 85 °C, Temperatura de operação: 0 °C a 70 °C, Vibração quando em operação: 2,17G pico (7 - 800 Hz), Vibração quando não está em operação: 20G pico (10- 2000 Hz), Expectativa de vida útil: 1 milhão de horas MTB. Garantia mínima: 1 ano.	HIKVISION	UND	50,000000	103,40	5.170,00
00116	SSD 240GB - Especificações: Formato: 2,5 pol, Interface: SATA Rev. 3.0 (6Gb/s) - compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0 (3Gb/s), Capacidades: 240GB, NAND: TLC, Performance de referência - até 500MB/s para leitura e 350MB/s para gravação, Temperatura de armazenamento: -40 °C a 85 °C, Temperatura de operação: 0 °C a 70 °C, Vibração quando em operação: 2,17G pico (7 - 800 Hz), Vibração quando não está em operação: 20G pico (10 - 2000 Hz), Expectativa de vida útil: 1 milhão de horas MTB. Garantia mínima: 1 ano.	HIKVISION	UND	55,000000	159,90	8.794,50
00117	SSD 480GB - Especificações: Formato: 2,5 pol, Interface: SATA Rev. 3.0 (6Gb/s) - compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0 (3Gb/s), Capacidades: 240GB, NAND: TLC, Performance de referência - até 500MB/s para leitura e 350MB/s para gravação, Temperatura de armazenamento: -40 °C a 85 °C, Temperatura de operação: 0 °C a 70 °C, Vibração quando em operação: 2,17G pico (7 - 800 Hz), Vibração quando não está em operação: 20G pico (10 - 2000 Hz), Expectativa de vida útil: 1 milhão de horas MTB. Garantia mínima: 1 ano.	ADATA	UND	87,000000	257,00	22.359,00
00123	SWITCH 08 PORTAS 10/100/1000 MBPS BIVOLT - Características: Caixa de plástico, de uso em mesa ou de montagem na parede - Sistema Plug and Play, não precisa configurar - O design sem ventoinha garante funcionamento silencioso; Voltagem: Bivolt; Cor: Branco; Certificações: CE, RoHS; Dimensões do produto: Largura: 12,7cm Altura: 6,6cm Profundidade: 2,3cm; 8 Portas 10/100/1000Mbps; Conexão: Plug and Play; Recursos: Auto MDI/MDIX; acompanha 1 Fonte de energia; 01 ano Garantia. Garantia mínima: 1 ano.	TP-LINK	UND	42,000000	158,80	6.669,60
00124	SWITCH 16 PORTAS - Especificações: Certificação: FCC, CE, RoHs; Dimensões aprox.: 294 x 180 x 44 mm; Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x; Interface: 16 portas RJ45 com Autonegociação 10/100/1000 Mbps (Auto MDI / MDIX); Mídia de rede: 10Base-T: UTP cabo categoria 3, 4, 5 (máximo 100m); EIA/TIA-568 100Ù STP (máximo 100m); 100Base-Tx: UTP cabo categoria 5, 5e (máximo 100m); EIA/TIA-568 100Ù STP (máximo 100m); 1000Base-T: UTP cabo categoria 5, 5e cable (maximum 100m); Fonte de Alimentação: 100-240VAC, 50/60Hz. Garantia mínima: 1 ano.	TP-LINK	UND	30,000000	558,86	16.765,80
00126	TABLET BSM-X200 TAB A8 WI-FI - grafite men, Cinza, Capacidade de armazenamento da memória 64 GB Tamanho da tela 10.5, Sistema operacional . Android 11, Tela grande de 10.5", Performance: Octa-core com 4GB de RAM e 64GB de memória interna, Quatro Alto-Falantes com assinatura Dolby Atmos, Bateria de Longa duração de 7.040mAh e Fast Charging 15W, Garantia: 1 ano	SAMSUNG	UND	26,000000	1.411,90	36.709,40
00133	TINTA PARA IMPRESSORA HP, GT51 xl, cor Preta, 90 ml.	HP	UND	25,000000	69,63	1.740,75
00134	TONER DE TINTA COMPATIVEL COM IMPRESSORAS HP LASER MONO M426DW - HP CF226A 226A CF226AB | M426 M426FDW M426DW M402DN M402N	MASTERPRINT	UND	94,000000	77,82	7.315,08
Total:						1.008.817,61

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada neste processo.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contado da data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo **Município de Jucurutu/ RN** por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 44.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP e no site oficial do **Município de Jucurutu/ RN**.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o **Município de Jucurutu/ RN** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/ RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo **Município de Jucurutu/ RN** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/ RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o **Município de Jucurutu/ RN** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do **Município de Jucurutu/ RN**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo **Município de Jucurutu/ RN**, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 25 e 26, ambos do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do **Município de Jucurutu/ RN** a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jucurutu/ RN, 16 de junho de 2025.

Assinaturas

_____
Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal

_____
Isley Fonseca Damasceno de Araújo
Representante legal do fornecedor registrado

Publicado por:
Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Código Identificador:F432B39F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 043/2025 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 12030001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição gradativa de gêneros alimentícios perecíveis (frutas, verduras, laticínios, carnes e frios),** especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E LIMPEZA MEDIO OESTE LTDA**
CNPJ: 50.511.009/0001-35
Endereço: Rua Joao Cunha, 25, Centro, Triunfo Potiguar/RN, CEP: 59685-000
Email: distribuidoramediooesteltda@gmail.com

Telefone: (84) 9.9695-8362 – 9.9699-0665						
Representante: **Fabia Paloma Costa de Almeida** - CPF: 154.142.814-59						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00017	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE - (alcatra, chá de dentro, coxão mole, patinho, lombo), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio tipo de corte: característico da peça conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e Publicada no DOU de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento de manipulação para consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. O produto poderá ser entregue em embalagens de 2kg a 5kg, conforme solicitação do setor requisitante.	FRIBOI	KG	2.350,000000	29,99	70.476,50
Total:						70.476,50

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada neste processo.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contado da data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo **Município de Jucurutu/ RN** por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 44.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP e no site oficial do **Município de Jucurutu/ RN**.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o **Município de Jucurutu/ RN** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/ RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo **Município de Jucurutu/ RN** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o **Município de Jucurutu/ RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/ RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o **Município de Jucurutu/ RN** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do **Município de Jucurutu/ RN**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo **Município de Jucurutu/ RN**, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 25 e 26, ambos do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do **Município de Jucurutu/ RN** a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jucurutu/ RN, 17 de junho de 2025.

Assinaturas

_____

Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal

_____

Fabia Paloma Costa de Almeida
Representante legal do fornecedor registrado

Publicado por:
Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Código Identificador:F778AF69

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 031/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 22040002/2025

OBJETO:Contratação para a aquisição de veículo automotivo ambulância zero KM, tipo A, Pick-UP, 4x4, para transporte de pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Jucurutu/RN.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame;
Considerando, que após os lances e negociações diretas com a Pregoeira, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes;

ADJUDICOo presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **LIZARD SERVICOS LTDA**						
CNPJ: **30.536.715/0001-24**					Email:	Telefone: **84999859660**
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	VEÍCULO AUTOMOTIVO AMBULÂNCIA ZERO KM, TIPO (A) PICK-UP 4X4 ANO E MODELO 2025/2025, NAS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE SIMPLES, COM TRAÇÃO 4X4, ZERO KM, AIRBAG PARA OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO COM (A.B.S.) NAS QUATRO RODAS, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL NO MINIMO 80 LITROS, TIPO DE COMBUSTIVEL DIESEL, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO, IMPLEMENTADO COM BAÚ DE ALUMÍNIO E PODENDO SER TAMBÉM BAÚ EM FIBRA DE VIDRO (PRFV) ADAPTADO COM PORTAS TRASEIRAS COM CAPACIDADE MÍNIMO DE CARGA 1.000 KG. MOTOR NO MINIMO 2.3 - POTÊNCIA MÍNIMA 150 CV; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN; SNORKEL PARA CAPTAÇÃO DO AR DE ADMISSÃO DO MOTOR E DIFERENCIAL; CAPACIDADE VOLUMÉTRICA NÃO INFERIOR A 5,5 METROS CÚBICOS NO TOTAL. SISTEMA ELÉTRICO: ORIGINAL DO VEÍCULO, COM MONTAGEM DE BATERIA ADICIONAL MÍNIMO 100A.INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES DE 80A E 120 A. INVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA (12V) PARA ALTERNADA (110V) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000W DE POTÊNCIA MÁXIMA CONTÍNUA, COM ONDA SENOIDAL PURA. PAINEL ELÉTRICO INTERNO MÍNIMO DE UMA RÉGUA INTEGRADA COM NO MÍNIMO 04 TOMADAS, SENDO 02 TRIPOLARES (2P+T) DE 110 VCA E 02 PARA 12 V (POTÊNCIA MÁXIMA DE 120 W), INTERRUPTORES COM TECLAS DO TIPO ILUMINADAS; ILUMINAÇÃO NATURAL E ARTIFICIAL. SINALIZADOR FRONTAL SECUNDÁRIO: BARRA LINEAR FRONTAL O VEÍCULO SEMI EMBUTIDO NO DEFLETOR FRONTAL, 02 SINALIZADORES A LEDS EM CADA LADO DA CARENAGEM FRONTAL DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA COM TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1,0A POR SINALIZADOR. 02 SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA MÍNIMO DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO, COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO...	TOYOTA	UND	2,000000	284.000,00	568.000,00
Total:						568.000,00

Valor TotalR$ **568.000,00 (**quinhentos e sessenta e oito mil reais);

Jucurutu/ RN, 18 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:0D1135EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 031/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 22040002/2025

OBJETO:Contratação para a aquisição de veículo automotivo ambulância zero KM, tipo A, Pick-UP, 4x4, para transporte de pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Jucurutu/RN.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso IV, do artigo 71º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **LIZARD SERVICOS LTDA**						
CNPJ: **30.536.715/0001-24**					Email:	Telefone: **84999859660**
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	VEÍCULO AUTOMOTIVO AMBULÂNCIA ZERO KM, TIPO (A) PICK-UP 4X4 ANO E MODELO 2025/2025, NAS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE SIMPLES, COM TRAÇÃO 4X4, ZERO KM, AIRBAG PARA OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO COM (A.B.S.) NAS QUATRO RODAS, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL NO MINIMO 80 LITROS, TIPO DE COMBUSTIVEL DIESEL, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO, IMPLEMENTADO COM BAÚ DE ALUMÍNIO E PODENDO SER TAMBÉM BAÚ EM FIBRA DE VIDRO (PRFV) ADAPTADO COM PORTAS TRASEIRAS COM CAPACIDADE MÍNIMO DE CARGA 1.000 KG. MOTOR NO MINIMO 2.3 - POTÊNCIA MÍNIMA 150 CV; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN; SNORKEL PARA CAPTAÇÃO DO AR DE ADMISSÃO DO MOTOR E DIFERENCIAL; CAPACIDADE VOLUMÉTRICA NÃO INFERIOR A 5,5 METROS CÚBICOS NO TOTAL. SISTEMA ELÉTRICO: ORIGINAL DO VEÍCULO, COM MONTAGEM DE BATERIA ADICIONAL MÍNIMO 100A.INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES DE 80A E 120 A. INVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA (12V) PARA ALTERNADA (110V) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000W DE POTÊNCIA MÁXIMA CONTÍNUA, COM ONDA SENOIDAL PURA. PAINEL ELÉTRICO INTERNO MÍNIMO DE UMA RÉGUA INTEGRADA COM NO MÍNIMO 04 TOMADAS, SENDO 02 TRIPOLARES (2P+T) DE 110 VCA E 02 PARA 12 V (POTÊNCIA MÁXIMA DE 120 W), INTERRUPTORES COM TECLAS DO TIPO ILUMINADAS; ILUMINAÇÃO NATURAL E ARTIFICIAL. SINALIZADOR FRONTAL SECUNDÁRIO: BARRA LINEAR FRONTAL O VEÍCULO SEMI EMBUTIDO NO DEFLETOR FRONTAL, 02 SINALIZADORES A LEDS EM CADA LADO DA CARENAGEM FRONTAL DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA COM TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1,0A POR SINALIZADOR. 02 SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA MÍNIMO DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO, COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO...	TOYOTA	UND	2,000000	284.000,00	568.000,00
Total:						568.000,00

Valor TotalR$ **568.000,00 (**quinhentos e sessenta e oito mil reais);

CONVOQUEM-SE a empresa acima mencionada para a assinatura do **Contrato administrativo.**

Jucurutu/RN, 18 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:C649228A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 034/2025 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 16060001/2025)

O **MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, inscrito no CNPJ nº 08.095.283/0001-04 e com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000, **torna público por meio de Agente de Contratação**, designada pelo designada pela **Portaria nº 137/2025,** que realizará **DISPENSA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese **do art. 75, II (demais compras e serviços**), nos termos da **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021** e do **DECRETO MUNICIPAL Nº 1.419, DE 10 DE ABRIL DE 2024**, e demais normas aplicáveis.

E-mail para envio da proposta e documentação:
cotacoesdispensas@hotmail.com

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE FIGURINOS TÍPICOS JUNINOS DESTINADOS AOS USUÁRIOS (CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS) DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso de Contratação Direta** e seus anexos.

1.2 A adjudicação do objeto é **POR LOTE**

1.3 O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:
2.1 A presente chamada pública ficará aberta por um período de três (03) dias úteis, contados a partir da data de sua publicação no **PNCP e Site oficial do Município** e os respectivos documentos deverão ser encaminhados para o **endereço eletrônico oficial para os processos de contratação direta: cotacoesdispensas@hotmail.com** fazendo referência **ao Processo Administrativo nº 16060001/2025 – Dispensa nº 034/2025.**

2.2 O limite para apresentação da proposta de preços juntamente com a documentação de habilitação será o dia **24 de junho de 2025, às 17 h.**

3 – DA HABILITAÇÃO
3.1 Os documentos de habilitação estão especificados no Termo de Referência.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
4.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome pelo seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

4.2 A Proposta de Preços deverá:
a) conter as especificações detalhadas;
b) ser formulada em linguagem clara, sem rasuras e entrelinhas, rubricada nas primeiras folhas, e assinada na última ou utilizado o certificado digital para a assinatura, de acordo com o modelo ANEXO II do termo de referência;
c) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
d) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas com tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto desta **dispensa**, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
e) conter os dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ, endereço e telefone para contato, e bem como a indicação, mediante nome e documentos pessoais, da pessoa responsável pela assinatura do contrato decorrente deste procedimento e indicação do nome do estabelecimento bancário, localidade e número da conta - corrente em que deverá ser efetivado o pagamento;

4.3 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo e seus Anexos.

4.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente termo de referência e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

4.5 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela Administração.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.1 As condições de pagamento estão especificadas no Termo de Referência.

6 – DA CONTRATAÇÃO
6.1 Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o **contrato administrativo**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o **Município de Jucurutu/RN** para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá disponibilizar o instrumento contratual para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.6 Na assinatura do **contrato administrativo** será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
i) fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
l) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 7.1.a deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1. a 7.1.l;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.b a 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.h a 7.1.l, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

7.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1 Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme disciplinamento do **decreto Nº 776/2023, art 9º, § 1º:**

Não há previsão dos serviços no PCA 2025;
o valor a ser despendido no exercício financeiro se enquadra no limite do inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade para o ano de 2025, **subclasse CNAE:** ***14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.***

8.2 No caso de todos os **fornecedores** restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;
b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 As providências dos subitens "a" e 0 do 8.1 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente do **Município de Jucurutu/RN** na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

8.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o **Município de Jucurutu/RN** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7 As normas disciplinadoras deste **Aviso de Contratação Direta** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse o **Município de Jucurutu/RN**, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.8 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.9 O **Município de Jucurutu/RN** poderá revogar o presente **Aviso de Contratação Direta**, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

8.10 O **Município de Jucurutu/RN** deverá anular o presente **Aviso de Contratação Direta**, no todo ou em partes, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.11 A anulação do procedimento de **Contratação Direta**, não gera direito à indenização, ressalvada do disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo **Município de Jucurutu/RN**.

8.13 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Valores Máximos de Referência;
ANEXO III - Modelo da Proposta de Preços;
ANEXO IV – Modelo de Declaração Nepotismo
ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato.

Jucurutu/ RN, _____ de 2025.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Ref. Processo Administrativo nº 16060001/2025
Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social

TERMO DE REFERÊNCIA
DEFINIÇÃO DO OBJETO
Constitui objeto deste documento a **AQUISIÇÃO DE FIGURINOS TÍPICOS JUNINOS DESTINADOS AOS USUÁRIOS (CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS) DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**
01	**CONJUNTO FEMININO – SAIA E CROPPED: Saia** rodada de filó (babado) e saia rodada de babado de tecido e fitas na barra e **Blusa** com alças em dois babados e amarração de fitas para ajuste de tamanho. **TECIDO:** TRICOLINE ESTAMPADO DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16
02	**CONJUNTO MASCULINO – CALÇA, CAMISA E COLETE: Camisa** de mangas longas em tecido plano - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO. **Calça** de cor lisa e aviamentos juninos - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO e **Colete** estampado em tecido plano – **TECIDO**: TRICOLINE DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16
LOTE 02 – FIGURINO DE IDOSOS			
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**
03	**VESTIDO** – rodado, modelo godê até o comprimento do joelho, com babado no busto. **TECIDO:** CHITA (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24
04	**CONJUNTO MASCULINO – CAMISA E CALÇA: Camisa:** de manga longa em tecido plano **– TECIDO:** CHITA ESTAMPADA e **Calça**: de cor lisa e detalhes estampados e aviamentos juninos - **TECIDO:** CHITA. (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24

O BEM objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, pois ospadrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais demercado, conforme o art. 6° inciso XIII da Lei 14.133 de 2021.
O prazo de vigência inicial da contratação é de **05 (cinco) meses**, nos termos do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
A aquisição de figurinos típicos para a festividade cultural "São João do Seu Juca" é uma ação essencial para garantir a efetiva participação dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Jucurutu/RN — abrangendo crianças, adolescentes e idosos — nas atividades culturais e artísticas programadas para o período junino.
O evento tem como objetivo principal valorizar a cultura nordestina, promover a integração entre as gerações e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio da vivência das tradições populares. A participação ativa dos usuários do SCFV nas festividades juninas contribui para o desenvolvimento da autonomia, da sociabilidade e da identidade cultural dos envolvidos.

A utilização de trajes típicos é parte fundamental dessa vivência, pois permite que os participantes se sintam inseridos no contexto cultural, além de promover maior encantamento, autoestima e engajamento nas apresentações de dança, teatro e demais atividades recreativas previstas no cronograma do evento.
Considerando que muitos dos usuários do SCFV pertencem a famílias em situação de vulnerabilidade social e não possuem condições de adquirir figurinos por conta própria, a aquisição institucional desses trajes garante o acesso igualitário e inclusivo à participação cultural, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social.
Dessa forma, justifica-se a aquisição de figurinos juninos como parte das ações do SCFV, visando o fortalecimento de vínculos, a valorização da cultura local e o estímulo à participação cidadã nas festividades do "São João do Seu Juca".
Além disso, **justifica-se que a aquisição dos figurinos seja realizada em lote**, tendo em vista que as apresentações culturais, especialmente as danças típicas de quadrilha, exigem a padronização dos trajes dos casais participantes. O conjunto de figurinos, composto por peças coordenadas entre si (vestido e traje masculino), deve seguir um padrão visual que preserve a harmonia estética do grupo e assegure a identidade do espetáculo junino. A aquisição em lote, portanto, é essencial para garantir essa uniformidade, evitando disparidades entre os trajes e promovendo uma apresentação visualmente coesa, organizada e representativa da cultura tradicional nordestina. Aquisição e não o aluguel é a necessidade, tendo em vista que pode ser usado nos próximos anos.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
A solução possível é uma contratação de empresa especializada em serviços de aquisição de figurinos típicos juninos destinados aos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do município de Jucurutu/Rn, que será realizada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO,** com adjudicação **POR LOTE**, nos termos do Art. 75, inciso II, conforme explanado a seguir:
"Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;(art.75 da Lei 14.133/21 atualizado pelo Decreto Nº 12.343 de 30/12/2024)."
A realização da contratação direta de que se refere esse instrumento possibilitará que a necessidade demandada seja suprida em atendimento ao que preconiza a legislação, possibilitando eficiência no suprimento da necessidade.
Portanto, a escolha desta modalidade se fundamenta na necessidade de atender prontamente às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo uma gestão transparente e eficiente dos recursos públicos.
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Não é admitida a subcontratação do objeto.
Não haverá exigência de garantia de proposta e garantia de contrato.
CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA
O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no Termo de Referência, obedecer às normas e padrões estabelecidos pela ABNT.
CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
Recomenda-se que seja observado, os seguintes critérios de sustentabilidade:
Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
Não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
Não descartar produtos químicos em local inapropriado.
Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.
Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.
Esses requisitos visam a garantir a seleção de empresas qualificadas e capacitadas para atender à necessidade da **Secretaria Municipal de Assistência Social de Jucurutu/RN.** Seguem os Requisitos para participação no processo:
Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividades relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipais, Estaduais e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.
Os materiais objeto desta aquisição devem ser entregues dentro da padronização estabelecida no Termo de Referência, sendo passivo, se a Agente de Contratação julgar necessário, a emissão de Relatório de Conformidade pela Coordenadoria de Apoio Administrativo responsável por este Estudo Técnico Preliminar, atestando ou não a conformidade da proposta vencedora com as especificações do objeto contidas no Edital e no Termo de Referência. Deste modo, este Relatório de Conformidade Técnica julgara esta conformidade, se couber, podendo ser utilizado como suporte para a desclassificação da proposta.
Obrigações da administração municipal enquanto contratante:
Deverá cumprir integralmente com todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato, garantindo que ambas as partes respeitem suas obrigações.
Efetuar os pagamentos devidos à empresa contratada de acordo com os prazos e condições estabelecidos no contrato, assegurando o pagamento pontual pelo fornecimento do objeto do contrato.
Fornecer a empresa contratada todas as informações e documentos necessários para a correta entrega dos bens em tela.
Designar responsável para garantir que a empresa esteja entregando os bens objeto desta contratação de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Manter registros precisos e atualizados da entrega dos bens, para garantir a eficiência na execução dos recursos públicos.
Em casos de problemas ou irregularidades identificadas na entrega dos bens em tela, a administração municipal deve comunicar imediatamente a empresa contratada e tomar as medidas necessárias para resolver a situação de forma rápida e eficaz. Portanto, na não resolução dos problemas comunicados, a administração deverá acionar as cláusulas contratuais para sanção administrativa contra a contratada.
Requisitos obrigacionais imputadas a contratada
A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, direta ou indiretas, decorrentes de qualquer custo adicionais para a entrega dos bens objeto desta contração.
A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis ao fornecimento do objeto, não arcando Administração Municipal com qualquer ônus em caso de acidente.

A CONTRATADA deverá responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
A CONTRATADA deverá fornecer os produtos de acordo com as suas especificações;
A contratada deverá cumprir fielmente todos os prazos definidos no Termo de Referência.
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
EXECUÇÃO DO OBJETO
Os produtos serão requisitados de conforme a competente ORDEM DE COMPRA espedida pela CONTRATANTE;
Os produtos serão fornecidos em até dez (5) dias do recebimento da AUTORIZAÇÃO DE COMPRA, a ser encaminhada através de qualquer e-mail institucional do município, através do qual serão contados dos prazos para entrega e consequente abertura de processos administrativos de punição, nas quantidades, locais, dias e horários indicados no momento da solicitação, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, fretes, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do **fornecimento.**
O item deve ser entregue no Município de Jucurutu/RN, com endereço estabelecido na Ordem de Compra/ Nota de Empenho, dentro do horário de expediente que é das 7h às 12h e 14h às 17h.
Local de Entrega: Praça João Eufrásio de Medeiros, 14, Centro, Jucurutu/RN. CEP.: 59.330-000.
Da garantia:
O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O Município de Jucurutu/ RN poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Jucurutu/ RN poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
Fiscalização
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
Fiscalização Técnica
O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;
Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.
Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecida.
Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial.
Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. e
Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
Fiscalização Administrativa
O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços/entrega dos produtos com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes, revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.
Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;
Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
Gestor do Contrato

A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.
Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata a gestão de contrato;
Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
MEDIÇÃO E PAGAMENTO
Do recebimento
Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois (02) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
Liquidação
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.**
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, **conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/ RN.**
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
O prazo de validade;
A data da emissão;
Os dados do contrato e do órgão contratante;
O período respectivo de execução do contrato;
O valor a pagar; e
Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
A Administração deverá:
verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do Município de Jucurutu/RN, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **Município de Jucurutu/RN**.
Prazo de pagamento
O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **TRINTA (30) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, **conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/ RN.**
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX(X)	(1)
TX = 6% - Percentual da Taxa Anual	(2)
I = (6/100)/365 = 0,00016438	(3)

FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de entregado atestado da execução do fornecimento constante na Nota Fiscal, com visto do funcionário competente do setor de recebimento definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
SELEÇÃO DO FORNECEDOR
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
O contrato será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR LOTE**, nos termos do Art. 75, inciso II.
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
Habilitação jurídica:
Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
Habilitação fiscal e trabalhista:
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo à sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
Qualificação Econômico-Financeira:
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
Participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte situadas no âmbito local e **Regional 02**, conforme Art. 2º, inciso VII, que determina a regionalização com limites geográficos da Região do Seridó, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que envolvem as cidades de Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jucurutu, São Fernado, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas, para os itens cujo valor total for até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos da Lei Municipal nº 1.113/2024.

Esta medida tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico local, incentivar a geração de emprego e renda na região, valorizar a mão de obra e os fornecedores tradicionais de confecção de figurinos típicos juninos, garantindo a preservação da cultura local e o fortalecimento de vínculos comunitários, considerando a relevância sociocultural das festividades juninas para o público-alvo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Jucurutu/RN.

A regionalização justifica-se, ainda, pela necessidade de assegurar a economicidade, eficiência administrativa e viabilidade logística, permitindo entregas ágeis, acompanhamento direto do fornecimento e eventuais ajustes de peças, de forma a atender tempestivamente o cronograma das atividades culturais e sociais previstas para crianças, adolescentes e idosos assistidos pelo SCFV.

A restrição ora estabelecida respeita o princípio da competitividade, limitando-se a itens de valor compatível com a capacidade de fornecimento das empresas locais, sem prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Na hipótese de inexistirem empresas locais ou regionais habilitadas ou interessadas, será permitida a participação de empresas de outras regiões, nos termos do subitem 9.8.1.

Não havendo empresa local ou regional que cote o item cujo valor total for até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), este será CLASSIFICADO, após a publicidade dos licitantes arrematantes, para as demais empresas interessadas participantes do certame.

Preferência ME/EPP/Equiparadas na Participação na Licitação: Sim.

Regionalização: Sim.

ESTIMATIVA DO PREÇO

O valor estimado para a contratação solicitada, foi baseado levando em consideração prévia de cotação realizada com fornecedor local, ficando para tanto, a importância global prévia estimada de **R$ 15.160,00 (quinze mil cento e sessenta reais).**

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral **Município de Jucurutu/RN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social;

II - Fontes de Recursos:

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;

III - Programa de Trabalho:

0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS

IV - Elemento de Despesa:

339030 – MATERIAL DE CONSUMO

V – Projeto/Atividade:

2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA

2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Não há no Município de Jucurutu/ RN o Plano de Contratações Anual para o exercício financeiro de 2025 diante de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração.

No entanto, a presente a aquisição goza de previsibilidade do Planejamento Estratégico desta Administração, por meio do Plano Plurianual 2022 a 2025, instituído pela Lei Municipal n° 1039/2021, através da FUNÇÃO: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.008 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo

AÇÕES: 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA
2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jucurutu/RN, 17 de junho de 2025.

_____

Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Portaria nº 294/2025

O presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora

Joelma de Fátima Lopes de Medeiros.

ANEXO II
VALORES MÁXIMOS DE REFERÊNCIA
(VALOR MÁXIMO A SER ADJUDICADO)

LOTE 01 – FIGURINO - CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	**CONJUNTO FEMININO – SAIA E CROPPED: Saia** rodada de filó (babado) e saia rodada de babado de tecido e fitas na barra e **Blusa** com alças em dois babados e amarração de fitas para ajuste de tamanho. **TECIDO:** TRICOLINE ESTAMPADO DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16	R$ 223,33	R$ 3.573,28
02	**CONJUNTO MASCULINO – CALÇA, CAMISA E COLETE: Camisa** de mangas longas em tecido plano - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO**. Calça** de cor lisa e aviamentos juninos - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO e **Colete** estampado em tecido plano – **TECIDO**: TRICOLINE DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16	R$ 223,33	R$ 3.573,28
LOTE 02 – FIGURINO - IDOSOS					
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
03	**VESTIDO** – rodado, modelo godê até o comprimento do joelho, com babado no busto. **TECIDO:** CHITA (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24	R$ 200,00	R$ 4.800,00
04	**CONJUNTO MASCULINO – CAMISA E CALÇA: Camisa:** de manga longa em tecido plano – **TECIDO:** CHITA ESTAMPADA e **Calça**: de cor lisa e detalhes estampados e aviamentos juninos - **TECIDO:** CHITA. (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24	R$ 185,00	R$ 4.440,00

TOTAL	R$ 16.386,56

A presente Pesquisa de Preço foi elaborado pela servidora Gisele Viana Pereira de Medeiros – Pesquisador Oficial.

JoelmJoJoelafiane

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA

Ref. Processo Administrativo nº 16060001/2025 – Dispensa nº 034/2025

Srª. Agente de Contratação

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, propõe ao **Município de Jucurutu/RN**, **a aquisição dos itens** abaixo indicados, nas seguintes condições:

Valores:

LOTE 01 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**
01	**CONJUNTO FEMININO – SAIA E CROPPED: Saia** rodada de filó (babado) e saia rodada de babado de tecido e fitas na barra e **Blusa** com alças em dois babados e amarração de fitas para ajuste de tamanho. **TECIDO:** TRICOLINE ESTAMPADO DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16
02	**CONJUNTO MASCULINO – CALÇA, CAMISA E COLETE: Camisa** de mangas longas em tecido plano - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO. **Calça** de cor lisa e aviamentos juninos - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO e **Colete** estampado em tecido plano – **TECIDO**: TRICOLINE DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16
LOTE 02 – FIGURINO DE IDOSOS			
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**
03	**VESTIDO** – rodado, modelo godê até o comprimento do joelho, com babado no busto. **TECIDO:** CHITA (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24
04	**CONJUNTO MASCULINO – CAMISA E CALÇA: Camisa:** de manga longa em tecido plano **– TECIDO:** CHITA ESTAMPADA e **Calça**: de cor lisa e detalhes estampados e aviamentos juninos - **TECIDO:** CHITA. (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com: tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, carga e descarga, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no **fornecimento dos produtos** objeto desta Licitação.

c) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 60 dias).

d) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber **a nota de empenho/ autorização de compra** no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), (endereço residencial) como responsável legal desta empresa.

e) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente).

f) E-mail para o recebimento da AC e Telefone de Contato: _____.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Local e data,

_____

Nome e Cargo do Representante da Empresa
CPF nº

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

A empresa....., inscrita no CNPJ nº ..... , com sede na ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a)....., infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF/MF nº ....., **para os fins de classificação de sua proposta neste Processo Licitatório**, em cumprimento ao disposto no art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que **NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS SITUAÇÕES ABAIXO DESCRITAS QUE IMPORTE NA PRÁTICA DE NEPOTISMO**:

1 - vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores do **Município de Jucurutu/ RN** e com servidores Municipais ocupantes de cargo efetivo ou comissionado que desempenhem função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2 - que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Atenciosamente,

Local e data.

_____
(assinatura do representante legal)

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI **O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN** E A EMPRESA .....

MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Iogo Nielson Queiroz e Silva, brasileiro, casado, gestor público, portador de RG nº 19.44.995 (SSP/RN) e CPF nº 061.555.994-83, residente na Rua Ludgero Bezerra, nº 200, COHAB, Jucurutu/ RN, CEP: 59.330-000, e o(a) empresa ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº .....*, *sediado(a) na .....*, *em* ..... doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de **Dispensa de Licitação**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE FIGURINOS TÍPICOS JUNINOS DESTINADOS AOS USUÁRIOS (CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS) DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

LOTE 01 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**
01	**CONJUNTO FEMININO – SAIA E CROPPED: Saia** rodada de filó (babado) e saia rodada de babado de tecido e fitas na barra e **Blusa** com alças em dois babados e amarração de fitas para ajuste de tamanho. **TECIDO:** TRICOLINE ESTAMPADO DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16
02	**CONJUNTO MASCULINO – CALÇA, CAMISA E COLETE: Camisa** de mangas longas em tecido plano - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO. **Calça** de cor lisa e aviamentos juninos - **TECIDO:** TRICOLINE DE ALGODÃO e **Colete** estampado em tecido plano – **TECIDO**: TRICOLINE DE ALGODÃO (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	16
LOTE 02 – FIGURINO DE IDOSOS			
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid. Med.**	**Qtd.**
03	**VESTIDO** – rodado, modelo godê até o comprimento do joelho, com babado no busto. **TECIDO:** CHITA (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24
04	**CONJUNTO MASCULINO – CAMISA E CALÇA: Camisa:** de manga longa em tecido plano **– TECIDO:** CHITA ESTAMPADA e **Calça**: de cor lisa e detalhes estampados e aviamentos juninos - **TECIDO:** CHITA. (CORES E TAMANHOS A COMBINAR NA ORDEM DE COMPRA). **OBS: Incluindo aviamentos.**	und	24

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Autorização de Contratação Direta;
A Proposta do contratado; e
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
- O prazo de vigência inicial da contratação é de 05 (cinco) meses, nos termos do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
O valor da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (….).
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **____ de 2025**.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (IBGE)- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de **um (01) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **um (01) mês**.
Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
As partes deverão cumprir a *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)*, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do *art. 6º da LGPD*.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do *art. 15 da LGPD*, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do *art. 16 da LGPD*, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (*LGPD, art. 37*), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias;
Moratória de 0,05% zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a trinta (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 11% a 19% do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo **Município de Jucurutu/RN** decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o **Município de Jucurutu/RN**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral **Município de Jucurutu/RN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:
10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social;

II - Fontes de Recursos:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
III - Programa de Trabalho:
0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS
IV - Elemento de Despesa:
339030 – MATERIAL DE CONSUMO
V – Projeto/Atividade:
2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA
2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e na imprensa oficial do Município – FAMUP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)
Fica eleito o **Foro da Jucurutu/RN** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Jucurutu/RN, a data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	***XXXXXXXXXX***
Prefeito Municipal	P/Contratada
P/Contratante	

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:978C54B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18060001/2025 SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA EMERGENCIAL

O Pesquisador Oficial do Município de Jucurutu/ RN torna pública a solicitação para **COTAÇÃO DE PREÇOS** para a**DISPENSA EMERGENCIAL** conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo, que deverá ser enviada até o dia **23 de junho de 2025 às 17 horas** a partir desta publicação na imprensa oficial do Município – FEMURN para o e-mail: cotacoesdispensas@hotmail.com. As cotações deverão ser apresentadas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada juntamente com a documentação de habilitação descrita no Termo de Referência. **A apuração no presente certame será EXCLUSIVA para** Participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte situadas no **âmbito Regional 01**, conforme Art. 2º, inciso V, **que determina a regionalização com limites geográficos do Estado do Rio Grande do Norte (RN)**, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que envolvem todos os municípios do Estado do RN, para os itens cujo valor total for até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos da Lei Municipal nº 1.113/2024**.**

Para mais informações, segue o contato: (84) 99488-2037.

Objetivo:**AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS.**

Observação:O detalhamento e especificações acerca da prestação do serviço e/ou aquisição de produtos constam no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 250 MG	COMP	3.750	0,37	1.387,50
2	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500 MG	COMP	5.250	0,75	3.937,50
3	Alprazolam 1mg	COMP	750	0,07	52,50
4	Alprazolam 2mg	COMP	2.000	0,56	1.120,00
5	Amitriptilina, Cloridrato 25mg	COMP	30.250	0,04	1.210,00
6	BIPERIDENO, CLORIDRATO 4MG	COMP	250	0,37	92,50
7	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	25	2,00	50,00
8	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML	FR	75	7,80	585,00
9	CETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	25	85,97	2.149,25
10	CLOMIPRAMINA 10MG	COMP	250	1,00	250,00
11	Clomipramina 25mg	COMP	1.500	1,00	1.500,00
12	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	500	2,58	1.290,00
13	Clorpromazina, Cloridrato de 100mg	COMP	2.000	1,00	2.000,00
14	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	FR	150	5,00	750,00
15	DESVENLAFAXINA, SUCCINATO MONOIDRATADO 50 MG	COMP	1.000	2,00	2.000,00
16	Duloxetina, cloridrato 30mg	COMP	1.250	2,00	2.500,00
17	Duloxetina, cloridrato 60mg	COMP	1.250	2,00	2.500,00
18	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	150	13,32	1.998,00
19	FENITOÍNA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 120ML	FR	25	4,08	102,00
20	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	125	5,21	651,25
21	FENTANILA, CITRATO 0,05 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	150	6,00	900,00
22	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	FR	150	9,00	1.350,00
23	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	150	3,56	534,00
24	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO ,50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	200	1,10	220,00
25	Imipramina, Cloridrato 25mg	COMP	500	1,00	500,00
26	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	75	14,00	1.050,00
27	Lorazepam 2mg	COMP	1.250	0,13	162,50
28	MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	150	4,00	600,00
29	MIDAZOLAM 2MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	25	12,00	300,00
30	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	500	6,00	3.000,00
31	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	500	3,00	1.500,00
32	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	150	7,00	1.050,00

33	**NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 10MG**	COMP	250	1,00	250,00
34	**Nortriptilina, Cloridrato de 25mg**	COMP	3.000	1,00	3.000,00
35	**Nortriptilina, Cloridrato de 50mg**	COMP	500	1,00	500,00
36	**NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 75MG**	COMP	250	1,00	250,00
37	**Paroxetina, Cloridrato 20mg**	COMP	4.500	0,20	900,00
38	**PERICIAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML**	FR	75	27,00	2.025,00
39	**PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML**	FR	150	9,00	1.350,00
40	**PREGABALINA 75MG**	COMP	1.750	0,24	420,00
41	**PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 20 ML**	FR	250	11,00	2.750,00
42	**Risperidona 1mg**	COMP	8.000	0,12	960,00
43	**RISPERIDONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML**	FR	250	10,00	2.500,00
44	**TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG**	COMP	2.000	0,15	300,00
VALOR TOTAL					**R$ 52.497,00**

Jucurutu/RN, 18 de junho de 2025.

GISELE VIANA PEREIRA DE MEDEIROS
Pesquisador Oficial
Portaria nº 294/2025

Ref. Processo Administrativo nº 18060001/2025
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO
Constitui objeto deste documento a **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 250 MG	COMP	3.750
2	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500 MG	COMP	5.250
3	ALPRAZOLAM 1MG	COMP	750
4	ALPRAZOLAM 2MG	COMP	2.000
5	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG	COMP	30.250
6	BIPERIDENO, CLORIDRATO 4MG	COMP	250
7	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	25
8	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML	FR	75
9	CETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	25
10	CLOMIPRAMINA 10MG	COMP	250
11	CLOMIPRAMINA 25MG	COMP	1.500
12	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	500
13	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE 100MG	COMP	2.000
14	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	FR	150
15	DESVENLAFAXINA, SUCCINATO MONOIDRATADO 50 MG	COMP	1.000
16	DULOXETINA, CLORIDRATO 30MG	COMP	1.250
17	DULOXETINA, CLORIDRATO 60MG	COMP	1.250
18	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	150
19	FENITOÍNA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 120ML	FR	25
20	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	125
21	FENTANILA, CITRATO 0,05 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	150
22	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	FR	150
23	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	150
24	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO ,50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	200
25	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 25MG	COMP	500
26	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FR	75
27	LORAZEPAM 2MG	COMP	1.250
28	MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FR	150
29	MIDAZOLAM 2MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	25
30	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	500
31	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	500
32	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FR	150
33	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 10MG	COMP	250
34	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 25MG	COMP	3.000
35	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 50MG	COMP	500
36	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 75MG	COMP	250
37	PAROXETINA, CLORIDRATO 20MG	COMP	4.500
38	PERICIAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML	FR	75
39	PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	FR	150
40	PREGABALINA 75MG	COMP	1.750
41	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 20 ML	FR	250
42	RISPERIDONA 1MG	COMP	8.000
43	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	FR	250
44	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG	COMP	2.000

Os **bens** objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, pois ospadrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais demercado, conforme o art. 6° inciso XIII da Lei 14.133 de 2021.
O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.411/24, art. 2º, II.
A duração do contrato é de 03 (três) meses, nos termos do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, haja vista ser o tempo adequado para o processamento e contratação dos itens que foram fracassados ou desertos do Pregão Eletrônico nº 028/2025, vale salientar que o novo pregão já se encontra em andamento.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

– FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se a necessidade considerando que a aquisição de medicamentos psicotrópicos, pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Jucurutu/RN, visa garantir o fornecimento dos medicamentos à população, de modo a atender as necessidades essenciais no que tange a saúde pública municipal. Assim, a presente contratação tem a finalidade de atender de forma mais eficiente à gerência de saúde deste município e a manutenção dos serviços de saúde pública preventiva e curativa, assim proporcionando uma melhor qualidade de vida aos pacientes que necessitam. O objetivo principal é promover assistência pública em saúde através da continuidade do fornecimento de psicotrópicos aos munícipes, uma vez que a descontinuidade do tratamento pode causar grandes prejuízos às pessoas que fazem uso de tais medicamentos.
2.2 Assim, a aquisição dos medicamentos psicotrópicos se torna indispensável tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN visa assegurar a qualidade da assistência farmacêutica e garantir a continuidade dos tratamentos ofertados à população, para tanto, propõe a aquisição gradativa de medicamentos psicotrópicos para atender às demandas de saúde mental do município.
2.3 A aquisição gradativa justifica-se pela necessidade de adequação ao perfil epidemiológico da população atendida, bem como pela busca da utilização racional dos recursos públicos, evitando desperdícios e assegurando o abastecimento contínuo de medicamentos essenciais. É importante destacar que os medicamentos psicotrópicos são imprescindíveis para o tratamento de transtornos mentais e comportamentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia e transtorno bipolar, que, quando não tratados adequadamente, podem acarretar agravamento dos quadros clínicos, aumento de internações hospitalares e comprometimento significativo da qualidade de vida dos usuários.
2.4 Além disso, a aquisição de forma gradativa permite ajustes conforme a demanda real apresentada, considerando a variação do número de pacientes atendidos e a complexidade dos tratamentos. Tal estratégia possibilita uma gestão mais eficiente do estoque, evitando a falta ou o excesso de medicamentos, além de garantir a segurança dos pacientes quanto à continuidade do tratamento prescrito.
2.5 Nesse contexto, ressalta-se que a ausência de medicamentos psicotrópicos pode levar à desassistência terapêutica, aumentando a vulnerabilidade dos usuários e comprometendo os objetivos do cuidado integral preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, a aquisição gradativa representa uma medida estratégica para garantir a efetividade dos tratamentos e a promoção da saúde mental no município de Jucurutu/RN.
2.6 De modo que o processo licitatório de nº 028/2025 na modalidade registro de preço eletrônicos da Prefeitura Municipal de Jucurutu sob o processo interno de nº 24030001/2025 apresentou os itens listados em tabela anexada como desertos ou fracassados. Diante disso solicitamos a abertura de uma dispensa emergencial para que os pacientes que fazem uso destes medicamentos não tenham seus tratamentos interrompidos pela ausência dos mesmos.

3. - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
3.1 A solução possível é uma **aquisição emergencial de medicamentos psicotrópicos** que deverá ser realizado por meio de **DISPENSA EMERGENCIAL** de licitação e critério de julgamento de **MENOR PREÇO** e adjudicação será **POR ITEM**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei n° 14.133/2021.
"Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)
VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;"
3.2 A realização da contratação direta de que se refere esse instrumento possibilitará que a necessidade demandada seja suprida em atendimento ao que preconiza a legislação, possibilitando eficiência no suprimento da necessidade.
3.3 Portanto, a escolha desta modalidade se fundamenta na necessidade de atender prontamente às demandas das **Secretaria Municipal de Saúde**, garantindo uma gestão transparente e eficiente dos recursos públicos.
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Não é admitida a subcontratação do objeto.
Não haverá exigência de garantia de proposta ou garantia de contrato.
CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA
4.3.1 O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no termo de referência.
4.3.2 Os critérios de avaliação legal compreendem aspectos de rotulagem, embalagens e documentação pertinente regulamentados pela ANVISA e Associação Brasileira de Normas Técnicas.
CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
Recomenda-se que seja observado, no que for possível, os seguintes critérios de sustentabilidade:
Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.
Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
Não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
Não descartar produtos químicos em local inapropriado.
Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.
Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.
4.5 DA HABILITAÇÃO TECNICA
4.5.1 Certificado de Regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do domicílio ou sede da empresa licitante.
4.5.2 Autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador.
4.5.3 Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.
4.5.4 Comprovante de registro do medicamento na ANVISA, conforme a Lei n.º 6.360/76.
4.5.5 Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.
4.6 OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ENQUANTO CONTRATANTE

Deverá cumprir integralmente com todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato, garantindo que ambas as partes respeitem suas obrigações.
Efetuar os pagamentos devidos à empresa contratada de acordo com os prazos e condições estabelecidos no contrato, assegurando o pagamento pontual pela execução do serviço do objeto do contrato.
Fornecer a empresa contratada todas as informações e documentos necessários para a correta execução dos serviços em tela.
Designar responsável para garantir que a empresa esteja executando os serviços objeto desta contratação de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Manter registros precisos e atualizados da execução dos serviços, para garantir a eficiência na execução dos recursos públicos.
Em casos de problemas ou irregularidades identificadas na execução dos serviços em tela, a administração municipal deve comunicar imediatamente a empresa contratada e tomar as medidas necessárias para resolver a situação de forma rápida e eficaz. Portanto, na não resolução dos problemas comunicados, a administração deverá acionar as cláusulas contratuais para sanção administrativa contra a contratada.

REQUISITOS OBRIGACIONAIS IMPUTADAS A CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, direta ou indiretas, decorrentes de qualquer custo adicionais para a execução dos serviços objeto desta contração.
A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis à execução do serviço, não arcando Administração Municipal com qualquer ônus em caso de acidente.
A CONTRATADA deverá responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as suas especificações;
A contratada deverá cumprir fielmente todos os prazos definidos no Termo de Referência.

EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras, onde constem a data de fabricação e validade dos produtos, sendo que não serão recebidos produtos em embalagem violada (furadas, rasgadas, amassadas);

A Contratada deverá comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Quando constatada irregularidade nos objetos da entrega, o **Município de Jucurutu/ RN** efetuará a devolução das mercadorias, sendo a empresa fornecedora obrigada a retirar o objeto recusado e repor por produto adequado;
Os materiais deverão conter em suas embalagens: número de lote, data de validade e nome comercial;
Transportar os materiais obedecendo os critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e quando for o caso, esterilidade deles.
O **prazo de entrega dos bens deverá ser realizado em até dez (10) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho. Se houver dificuldade no cumprimento do prazo, a empresa deverá emitir, por escrito, esclarecendo a dificuldade de encontrar a medicação ou material, e esta dependerá de previa e expressa aprovação, também por escrito, da CONTRATANTE;

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Farmácia Básica: Farmácia Básica, Praça João Eufrásio de Medeiros, s/n, Centro, Jucurutu/RN – CEP: 59.330-000.

A contratada deverá fornecer os produtos de acordo com as suas especificações, devidamente embalados, em condições perfeitas para uso e dentro do prazo de validade determinado na descrição de cada item.

GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;
Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.
Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecida.
Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial.
Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. e

Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
Fiscalização Administrativa
O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços/entrega dos serviços com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes, revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.
Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;
Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
Gestor do Contrato
A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.
Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata a gestão de contrato;
Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO
Do recebimento
Os **materiais** serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
Os **materiais** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois (02) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos **materiais** nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
Liquidação
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias** úteis para fins de liquidação.
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, **conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/ RN.**

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
O prazo de validade;
A data da emissão;
Os dados do contrato e do órgão contratante;
O período respectivo de execução do contrato;
O valor a pagar; e
Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
A Administração deverá:
verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **Município de Jucurutu/RN**.
Prazo de pagamento
O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **TRINTA (30) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, **conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/ RN.**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 **TX = Percentual da taxa anual = 6%**

365.

FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado através de conta corrente da **contratada**, no Banco por ele indicado, contados da data de entregado atestado da execução do serviço constante na Nota Fiscal, com visto do funcionário competente do setor de recebimento definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

SELEÇÃO DO FORNECEDOR
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA EMERGENCIAL** de licitação e critério de julgamento de **MENOR PREÇO** e adjudicação será **POR ITEM**, com fundamento na hipótese do **art. 75, inciso VIII da Lei n° 14.133/2021**.
9.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
Habilitação jurídica:
Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**.

Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes Estadual**, se houver, relativo à sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

Certificado do Registro do material na ANVISA ou comprovação da sua revalidação ou a comprovação de sua isenção, conforme previsão explicitada no item. A comprovação do registro, da revalidação ou de sua dispensa dar-se-á por meio de:

a.1) Publicação no D.O.U (item 7, parte 3, do Regulamento Técnico anexo à RDC n° 185, de 22 de outubro de 2001) ou cópia emitida eletronicamente, através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou ainda, indicação do número de registro do produto junto à ANVISA, possibilitando a consulta ao site oficial da agência;

a.2) Comprovação da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia de registro vencida, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida e não apreciada nos termos e condições previstas nos §§ 1° e 6° do Art. 12° da Lei n° 6.360, de 23 de dezembro de 1976, §§ 2° e 3° do Art. 8° do Decreto n° 8.077, de 14 de agosto de 2013, c/c RDCs n° 185, de 22 de outubro de 2001, n° 211, de janeiro de 2018, e n° 212, de 22 janeiro de 2018;

a.3) Para os produtos isentos de registro na ANVISA, a licitante deverá comprovar essa isenção através de:

Documento ou informe do site da ANVISA, desde que contenha data e hora da consulta, informando que o objeto por ela ofertado é isento de registro;

Ou Resolução da Diretoria Colegiada – RDC, que comprove a isenção do objeto ofertado.

A não apresentação do registro, da sua isenção ou da comprovação do pedido de revalidação implicará desclassificação da proposta sobre o item colocado.

Alvará Sanitário Vigente, expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária estadual ou municipal da sede do licitante

Estando o Alvará Sanitário vencido, deverá ser comprovada a solicitação de renovação junto ao respetivo órgão de vigilância.

Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que solicitado anteriormente à data de vencimento do referido documento.

Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) – expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), nos termos e condições previstas na RDC n° 16, de 01 abril de 2014. Quanto à validade, no Art. 99° da Lei n° 13.043/2014 extinguiu a obrigatoriedade de renovação anual de Autorização de Funcionamento e Autorização Especial junto à ANVISA para todas as empresas (fabricantes, distribuidoras, importadoras, farmácias, drogarias etc., inclusive as que atuam em portos, aeroportos e fronteiras), ou indicar o número da Autorização, possibilitando a consulta ao site oficial da agência.

Certificado de Regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Federal de Farmácia.

Preferência ME/EPP/Equiparadas na Participação na Licitação: Sim. Justifica-se dada a necessidade emergencial de suprir os serviços de odontologia com os insumos elencados nesta demanda e considerando que a regionalização poderá possibilitar mais celeridade na entrega.

9.4 Participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte situadas no **âmbito Regional 01**, conforme Art. 2º, inciso V, **que determina a regionalização com limites geográficos do Estado do Rio Grande do Norte (RN)**, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que envolvem todos os municípios do Estado do RN, para os itens cujo valor total for até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos da Lei Municipal nº 1.113/2024.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1 O valor foi estimado para contratação por um período de **03 (três) meses**, culminando no valor global de **R$ 52.497,00 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais)**, mediante valores provenientes de processo anterior, conforme explanado no DFD.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral **Município de Jucurutu/RN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

09.009 – Fundo Municipal de Saúde;

II - Fontes de Recursos:

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

III - Programa de Trabalho:

0010 - SAUDE PARA TODOS

IV - Elemento de Despesa:

– MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
V – Plano Interno:
2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA
2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL
2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL
2018 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

12 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
12.1 Não há até o momento no Município de Jucurutu/ RN o Plano de Contratações Anual para o exercício financeiro de 2025 diante de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração.
12.2 No entanto, a presente a contratação goza de previsibilidade do Planejamento Estratégico desta Administração, por meio do Plano Plurianual 2022 a 2025, instituído pela Lei Municipal n° 1039/2021, através da **FUNÇÃO:** 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; AÇÕES: 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2018 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

Jucurutu/RN, 18 de junho de 2025.

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Portaria n° 294/2025
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:0FD0429E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO CULTURAL DE CRIAÇÃO DA LOGOMARCA DO FESTIVAL LITERÁRIO DA SERRA DE SANTANA - FLISS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA NOVA/RN - N. 001/2025.

EDITAL DE CONCURSO CULTURAL DE CRIAÇÃO DA LOGOMARCA DO FESTIVAL LITERÁRIO DA SERRA DE SANTANA - FLISS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA NOVA/RN - N. 001/2025.

1. OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto a realização de um Concurso Cultural voltado para os alunos da rede municipal de ensino da cidade de Lagoa Nova/RN, com a finalidade de selecionar a logomarca que representará o Festival Literário da Serra de Santana (FLISS), nos termos da Lei Municipal n. 902/2025 que institui o Calendário Literário Municipal de Lagoa Nova, define o dia 28 de abril, dia da Biblioteca Pública Municipal Prof. Bernadete Xavier Gomes como marco de sua abertura, estabelece diretrizes para ações literárias nas escolas, bibliotecas escolares e bibliotecas públicas e institui o Festival Literário da Serra de Santana (FLISS) como evento cultural culminante, em consonância com as Leis Federais nº 12.244/2010 e nº 14.837/2024.

2. CONTEXTO
2.1. O Festival Literário da Serra de Santana é um evento culminante das ações de fomento à leitura e à literatura no município de Lagoa Nova. Esta iniciativa reconhece a importância crucial da leitura, da literatura e das bibliotecas escolares no processo educativo e no desenvolvimento de uma sociedade grafocêntrica, em consonância com as Leis Federais nº 12.244/2010 e nº 14.837/2024.

3. DATA DO FESTIVAL
3.1. O Festival faz parte do Calendário Literário Municipal e será celebrado anualmente no dia 28 de abril, dia da Biblioteca Pública Municipal Prof. Bernadete Xavier Gomes como marco de sua abertura.

4. OBJETIVOS
4.1. O Concurso Cultural tem como objetivos:
• **Promoção da Criatividade**: Estimular a expressão artística e a criatividade dos participantes, incentivando-os a desenvolver conceitos visuais originais que representem a identidade do evento.
• **Fomento à Leitura e à Literatura**: Reforçar a importância da leitura e da literatura na formação cultural e educacional da comunidade, promovendo o evento como um espaço de valorização dessas práticas.
• **Engajamento da Comunidade**: Envolver alunos, artistas e a comunidade em geral, promovendo a participação ativa e o senso de pertencimento em relação ao evento literário.
• **Valorização do Talento Local**: Proporcionar uma plataforma para que os participantes possam mostrar seu talento e potencial, contribuindo para a valorização de artistas e criadores locais.
• **Educação Cultural**: Oferecer uma oportunidade para que os participantes aprendam sobre design gráfico, branding e a importância de uma identidade visual, promovendo a educação cultural.
• **Construção da Identidade do Evento**: Criar uma logomarca que represente de forma eficaz os valores e a missão do evento literário, estabelecendo uma identidade visual forte e reconhecível.
• **Fortalecimento das Bibliotecas**: Destacar o papel das bibliotecas e do acesso à literatura como fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e crítica.
• **Conscientização sobre a Cultura Literária**: Promover reflexões sobre a importância da cultura literária e seu impacto na sociedade, incentivando o debate e a troca de ideias entre os participantes.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar do concurso apenas os alunos do Ensino Fundamental “Anos Finais” regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Nova/RN.

6. INSCRIÇÕES
6.1. As inscrições serão realizadas no período de 23/06/2025 a 30/06/2025. As escolas interessadas deverão entregar na Secretaria Municipal de Educação as inscrições acompanhadas dos respectivos trabalhos vencedores e uma breve descrição do conceito da logomarca, explicando a inspiração, os elementos escolhidos e como eles se relacionam com os temas do festival e a identidade do município.
6.2. A Escola inscrita se responsabilizará em realizar uma prévia seleção de 4 (quatro) trabalhos de acordo com os critérios estabelecidos no item 7 (sete).

7.**CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO**
7.1. As propostas devem:
• **Originalidade e Criatividade**: As propostas devem ser originais, criativas e inéditas, garantindo que a logomarca não copie ou se assemelhe a outras já existentes. A criatividade deve ser evidenciada na abordagem visual e conceitual da obra.
• **Representação Temática**: A logomarca deve representar de forma clara e eficaz os temas centrais do festival, tais como leitura, literatura e cultura Lagoanovense. É importante que elementos visuais que remetam à identidade do Município de Lagoa Nova sejam incorporados, refletindo sua história, tradições e características culturais.
• **Formato e Qualidade**: As propostas devem ser apresentadas em formato digital, em alta resolução (mínimo de 300 dpi), para garantir a qualidade da impressão e reprodução. O arquivo deve ser enviado em formatos compatíveis, como PNG, JPEG ou SVG.
• **Descrição do Conceito**: Cada proposta deve ser acompanhada de uma breve descrição do conceito da logomarca, explicando a inspiração, os elementos escolhidos e como eles se relacionam com os temas do festival e a identidade do município.
• **Versatilidade**: A logomarca deve ser projetada de forma a ser versátil, podendo ser utilizada em diferentes materiais e formatos, como banners, camisetas, mídias digitais e impressas, sem perder a legibilidade e a identidade visual.
• **Simplicidade e Clareza**: A logomarca deve ser simples e clara, facilitando a compreensão imediata dos elementos que a compõem, evitando excessos que possam prejudicar a comunicação visual.

8. AVALIAÇÃO
8.1. As propostas serão avaliadas por uma comissão julgadora composta por profissionais da área de artes, língua portuguesa e história que considerarão a criatividade, a originalidade e a adequação ao tema.

9. PREMIAÇÃO
9.1. O autor da logomarca escolhida receberá um prêmio simbólico, além da divulgação de seu trabalho durante o Festival. Todos os participantes finalistas receberão certificados de participação.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão organizadora do concurso. A participação no concurso implica na aceitação total deste Edital.

(assinado eletronicamente)
Márcia Maria de Araújo
Secretária Municipal de Educação

CRONOGRAMA DO EDITAL DO CONCURSO CULTURAL - CRIAÇÃO DA LOGOMARCA DO FESTIVAL LITERÁRIO DA SERRA DE SANTANA (FLISS).

Atividade	Data
Publicação do Edital	20/06/2025
Período de Inscrições	23/06/2025 à 30/06/2025
Prazo para Entrega das Propostas	23/06/2025 à 30/06/2025
Avaliação das Propostas	01/07/2025
Divulgação do Resultado	03/07/2025
Cerimônia de Premiação	07/07/2025

Observações:

• **Data de Publicação**: Data em que o edital será oficialmente divulgado.
• **Período de Inscrições**: Tempo durante o qual os participantes poderão se inscrever e enviar suas propostas.
• **Prazo para Entrega das Propostas**: Data limite para a entrega das logomarcas, que deve ser até o final do período de inscrições.
• **Avaliação das Propostas**: Data em que a comissão julgadora irá analisar as propostas recebidas.
• **Divulgação do Resultado**: Data em que será anunciado o vencedor do concurso e as propostas destacadas.
• **Cerimônia de Premiação**: Data marcada para a entrega do prêmio ao vencedor e a celebração do evento.

As datas específicas devem ser preenchidas conforme o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e a logística do concurso.

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)
MÁRCIA MARIA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:AF9B0DBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/2025

O(A) Prefeitura Municipal de Lucrécia, com sede no(a) Rua dos Poderes, 256, Centro, na cidade de Lucrécia - RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.045/0001 - 88, neste ato representado(a) pelo(a) Antonio Walter de Araújo, Prefeito, empossado conforme termo publicado no Diário da FEMURN em 08 de janeiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 120.672-9, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 019/2025, publicada na FEMURN de 19/05/2025, processo administrativo n.º 110400125, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 1012 de 04 de maio de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de ar condicionados para atender a necessidades das Unidades de Saúde do Município de Lucrécia/RN, integram esta ata o Termo de Referência Anexo I do Edital nº 019/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ItemdoTR	**DENYS KELVIN AMARAL DA SILVA - ME – CNPJ Nº 13.315.612/0001 - 15** Rua Diretora Vilene Camara, 65, Centro, Frutuoso Gomes - RN.Representante: Denys Kelvin Amaral da Silva.						
	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	ValorUnitárioR$	*Validade*
1	274 - AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUs	AGRATTO	Unidade	20	1	2.200,00	12 Meses
2	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS F 220V	Philco	Unidade	10	1	3.090,00	12 Meses

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Lucrécia

Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Sec. Mun. de Saúde

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Prefeitura Municipal de Lucrécia	***DENYS KELVIN AMARAL DA SILVA***
C.N.P.J. nº 08.349.045/0001 - 88	Proprietário
ANTONIO WALTER DE ARAÚJO	CPF nº 076.867.364 - 07
Cpf nº 877.598.614 - 00	

Lucrécia – RN, 17 de junho de 2025.

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:0A4BA7E8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1498/2025, 18 DE JUNHO DE 2025

Decreto Nº. 1498/2025 Lucrécia/ RN, 18/06/2025.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 22.160,00 (vinte e dois mil e cento e sessenta reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ R$ 22.160,00 (vinte e dois mil e cento e sessenta reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:

I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 18/06/2025.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
2.201 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
	957 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 22.000,00
Total da Ação:			**R$ 22.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 22.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
	736 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15021002	R$ 160,00
Total da Ação:			**R$ 160,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 160,00**

Valor total Suplementado: R$ 22.160,00

Redução

2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
1.45 - Programa Educação Ambiental			
	946 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 21.000,00
Total da Ação:			**R$ 21.000,00**
2.201 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
	951 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:			**R$ 1.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 22.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
	727 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15021002	R$ 160,00
Total da Ação:			**R$ 160,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 160,00**

Valor total Reduzido: R$ 22.160,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Kylson Kennedy Bandeira
Código Identificador:E8192AFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO N. 02/2025 - EDUCAÇÃO - RESULTADO PRELIMINAR

EDITAL Nº 002/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CHAMADA IMEDIATA E/OU CADASTRO DE RESERVA POR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES DE EJA, AUXILIAR DE ENSINO E MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

RESULTADO PRELIMINAR DE PSS 002/2025

A comissão organizadora deste processo seletivo vem através deste, publicar o resultado preliminar do Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2025.

PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR DE EJA, AUXILIAR DE ENSINO E MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

RESULTADO DE PROFESSOR(A) – MODALIDADE EJA					
Candidato	Pontuação	Nº de inscrição	Situação	Classificação	Justificativa
José Mario de Souza	**13,0**	**04**	**Aprovado**	**1º**	**Item 9.1**
Ianara Shibele Cavalcante	**13,0**	**16**	**Aprovada**	**2º**	**Item 9.1**
Arthur Leandro Costa	**13,0**	**07**	**Aprovado**	**3º**	**Item 9.1**

Maria Juliana do Nascimento	**13,0**	**37**	**Aprovada**	**4º**	**Item 9.1**
Francisco Heronildes da Silva	**12,0**	**38**	**Aprovado**	**5º**	-
José Mário Araújo do Nascimento	**11,0**	**33**	**Aprovado**	**6º**	-
Maria José de Oliveira	**9,0**	**19**	**Aprovada**	**7º**	**Item 9.1**
Maria Márcia Duarte	9,0	20	Classificada	8º	Item 9.1
Elivânio Carneiro do Nascimento Júnior	9,0	02	Classificado	9º	Item 9.1
Francisco Gilberlândio da Costa	8,0	01	Classificado	10º	Item 9.1
Vanessa Mirli Costa Conrado	8,0	41	Classificada	11º	Item 9.1
Josefa Cleidimar da Silva	8,0	39	Classificada	12º	Item 9.1
Fabrício Carlos Pires Filgueira	8,0	23	Classificado	13º	Item 9.1
José Guilherme Andrade Valcácer	8,0	47	Classificado	14º	Item 9.1
Geoneide Maria das Graças de Souza	7,5	46	Classificada	15º	Item 9.1
Yanick Noah de Carvalho Inocêncio	7,5	27	Classificado	16º	Item 9.1
Valdeirla Maria Domingos Lima	6,5	22	Classificada	17º	-
Albertina Fernandes da Silva Alfredo	6,0	35	Classificada	18º	-

Luciana Allany Dias da Silva	5,5	11	Classificada	19º	-
Maria Luana Fernandes	5,0	42	Classificada	20º	-
Cristiano José Adelino	3,5	40	Classificado	21º	-
Tayane Regiane Monte dos Santos	2,5	49	Classificada	22º	-
-	-	-	-	-	-
João Filho de Queiroz	**4,0**	**43**	**Aprovado (PCD)**	**1º**	-

RESULTADO DE AUXILIAR DE ENSINO					
Candidato	Pontuação	Nº de inscrição	Situação	Classificação	Justificativa
Maria Janaína Maia Silva Lopes	**13,0**	**06**	**Aprovada**	**1º**	**Item 9.1**
Maria Luciene Fernandes	**13,0**	**18**	**Aprovada**	**2º**	**Item 9.1**
Marleide Higino da Silva	**13,0**	**13**	**Aprovada**	**3º**	**Item 9.1**
Jacksandra Fabrimária Paiva Pereira Lacerda	**13,0**	**25**	**Aprovada**	**4º**	**Item 9.1**
Regineide Fernandes da Silva	**13,0**	**29**	**Aprovada**	**5º**	**Item 9.1**
Francisca Andreza Raiany de Medeiros	**13,0**	**05**	**Aprovada**	**6º**	**Item 9.2**
Maria Cleusinere de Paula Silva	**13,0**	**17**	**Aprovada**	**7º**	**Item 9.2**
Antônia Poliana Chaves de Oliveira	**12,0**	**09**	**Aprovada**	**8º**	-
Sandra Gerlane Sarmento Galdino	**11,5**	**24**	**Aprovada**	**9º**	**Item 9.1**
Andreza Ozana de Oliveira Nascimento	**11,5**	**15**	**Aprovada**	**10º**	**Item 9.1**
Maria de Lourdes de Jesus	**11,0**	**28**	**Aprovado**	**11º**	**Item 9.1**
Aloma Daniela Umbelino da Silva	**11,0**	**12**	**Aprovada**	**12º**	**Item 9.1**
Elizama Cibely Batista Pontes	9,0	31	Classificada	13º	-
Alcimara Francinete Dias	8,5	32	Classificada	14º	-
Luzinete Maria da Silva	8,0	50	Classificada	15º	-
Janaécia Martins da Silveira	7,5	14	Classificada	16º	-
Narla Helia da Costa	4,0	10	Classificada	17º	-
Caroline Iana Fontes de Araújo	3,0	03	Classificada	18º	-
Amanda de Freitas Matias	2,0	30	Classificada	19º	-
Erisbegna Carla Batista	1,5	34	Classificada	20º	-
Maria Leiliane Ferreira	1,0	21	Classificada	21º	-
RESULTADO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR					

CANDIDATO	**Pontuação**	**Nº de Inscrição**	**Situação**	**Classificação**	**Justificativa**
Genezita Cristina Neta	**4,0**	**36**	**Aprovada**	**1º**	**Item 9.1**
Jeruslândia Monária da Silva	**4,0**	**44**	**Aprovada**	**2º**	**Item 9.1**
Ylla Ataana de Paiva Silva	4,0	08	Classificada	3º	Item 9.1
Maria Luzia Costa Silva	3,0	26	Classificada	4º	-

Publicado por:
Junho Aldaelio Alves de Oliveira
Código Identificador:15B60AFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°24/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/RN, E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM O INTUITO DE GARANTIR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGNOS E RESPEITOSOS PARA A POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE PARA AQUELES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O Município de Monte Alegre/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN**, inscrita no CNPJ: 08.365.900/0001-44,** situado na Avenida João de Paiva, nº 373, Centro, CEP: 59.182-000, Monte Alegre/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, Lei Federal nº 14.770 de 22 de Dezembro de 2024, Decreto Municipal n.º 003/2024 pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu prefeito André Rodrigues da Silva, brasileiro, Solteiro, portador do CPF/MF sob o n.º038.026.844-27, residente e domiciliado na cidade de Monte Alegre/RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 10/2025-SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto eventual Contratação de uma empresa especializada em serviços funerários, com o intuito de garantir a prestação de serviços dignos e respeitosos para a população, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social, conforme a especificação do tempodereferência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **MARIELMA LOURENCO DA SILVA 06406227476**		
CNPJ: **22.188.060/0001-12**	Telefone: **(84) 8491440020**	Email:
Endereço: **AV JUVENAL LAMARTINE , 36 , CENTRO, Monte Alegre/RN, CEP: 59182-000**		
Representante: **MARIELMA LOURENCO DA SILVA** - CPF: **064.062.274-76**		

LOTE ÚNICO

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0043986 - Aquisição de Kit contento urna mortuária simples, Material: Madeira, Tipo Madeira: Pinus, envernizado, sem visor, capacidade para até 90kg, contendo 06 alças. 02 unidades de vela, vestimenta, ornamentação do corpo, e cortejo Fúnebre.	urna perola	UND	50,000000	650,000	32.500,00
2	0043987 - Aquisição de Kit contento urna mortuária simples, Material: Madeira, Tipo Madeira: Pinus, envernizado com visor capacidade para até 100kg, contendo 06 alças, 02 unidades de vela, vestimenta, ornamentação do corpo, e cortejo Fúnebre.	URNA PEROLA	UND	70,000000	650,000	45.500,00
3	0043988 - Aquisição de Kit contento urna mortuária infantil, Material: Madeira, Tipo Madeira: Pinus, medindo 50cm x 1,00 cm, envernizado sem visor, 02 unidades de vela, vestimenta, ornamentação do corpo e, cortejo Fúnebre.	URNA PEROLA	UND	15,000000	600,000	9.000,00
4	0043989 - Aquisição de Kit contento urna mortuária infantil, Material: Madeira, Tipo Madeira: Pinus, medindo 1,20cm x 1,60 cm envernizado sem visor, 02 unidades de vela, vestimenta, ornamentação do corpo e, cortejo Fúnebre	URNA PEROLA	UND	15,000000	300,000	4.500,00
5	0043990 - Higienização do corpo com aplicação de produtos químicos específicos	N/C	UND	160,000000	200,000	32.000,00
6	0043991 - Coroa de flores média artificial	GRILLO	UND	100,000000	100,000	10.000,00
7	0043992 - Coroa de flores média Natural	PROPRIA	UND	100,000000	196,000	19.600,00
8	0043993 - Pacote de flores Naturais com 20 unidades	PROPRIA	UND	250,000000	45,000	11.250,00
9	0013715 - Translado intermunicipal do Corpo por KM rodado	N/C	Km	5000,000000	4,200	21.000,00
10	0043994 - Translado simples, contemplando todo o território municipal.	N/C	Km	5000,000000	2,000	10.000,00
11	0043995 - Kit com 02(dois) Castiçais para suporte de urna mortuária, 01(um) Castiçal com crucifixo e suporte para vela.	PROPRIA	UND	160,000000	130,000	20.800,00
12	0043996 - Aquisição de Kit contento urna mortuária Especial GG, Material: Madeira, Tipo Madeira: Pinus, envernizado com visor, capacidade superior a 100kg. Contendo 08 alças, 02 unidades de vela, vestimenta, ornamentação do corpo, cortejo Fúnebre.	URNA PEROLA	UND	25,000000	1.080,000	27.000,00
VALOR GLOBAL LOTE ÚNICO						**243.150,00**

O valor da presente é de R$ 243.150,00, (duzentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta reais)

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação nos moldes que determina as Leis nº 14.133/2021 e 14.770/2023.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Monte Alegre/RN,17 de junho de 2025.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Marielma Lourenco Da Silva 06406227476
Representante Legal:
MARIELMA LOURENCO DA SILVA,
CPF/MF: 064.062.274-76

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:B628A857

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°25/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/RN, E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE MONTE ALEGRE/RN, **CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O Município de Monte Alegre/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN**, inscrita no CNPJ: 08.365.900/0001-44,** situado na Avenida João de Paiva, nº 373, Centro, CEP: 59.182-000, Monte Alegre/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, Lei Federal nº 14.770 de 22 de Dezembro de 2024, Decreto Municipal n.º 003/2024 pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu prefeito André Rodrigues da Silva, brasileiro, Solteiro, portador do CPF/MF sob o n.º038.026.844-27, residente e domiciliado na cidade de Monte Alegre/RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 12/2025-SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.
1.1. A presente Ata tem por objeto eventual Contratação de empresa para execução de serviços de borracharia para atender a demanda da frota de veículos da Prefeitura de Monte Alegre/RN., conforme a especificação do tempodereferência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **JONATE ELEN FERREIRA MIRANDA GOMES**		
CNPJ: **35.204.975/0001-16**	Telefone: **(84) 9166-7723**	Email:
Endereço: **1A R JOAO ELISIO UBARANA, 12 , CENTRO, Monte Alegre/RN, CEP: 59182-000**		
Representante: **JONATE ELEN FERREIRA MIRANDA GOMES** - CPF: **070.787.194-84**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0037436 - Conserto de pneus para veículos leves (incluso: troca de pito e troca de refil macarrão para remendo)	CM BORRACHARIA	Unidade	300,000000	22,000	6.600,00
2	0037437 - Conserto de pneus com câmara para caminhões (incluso: remendo da câmara ou troca de câmara de ar e protetor)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	54,000	1.620,00
3	0037438 - Conserto de pneus sem câmara para caminhões (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	107,000	5.350,00
4	0037439 - Conserto de pneus com câmara para ônibus (incluso: remendo da câmara ou troca de câmara de ar e protetor)	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	54,000	2.700,00
5	0037440 - Conserto de pneus sem câmara para ônibus (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	107,000	3.210,00
6	0037441 - Conserto de pneus com câmara para Micro ônibus (incluso: remendo da câmara ou troca de câmara de ar e protetor)	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	45,000	2.250,00
7	0037442 - Conserto de pneus sem câmara para Micro ônibus (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	107,000	3.210,00
8	0037443 - Conserto de pneus sem câmara para Van (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	20,000000	107,000	2.140,00
9	0037444 - Conserto de pneus com câmara para tratores (incluso: remendo da câmara ou troca de câmara de ar e protetor)	CM BORRACHARIA	Unidade	40,000000	193,000	7.720,00
10	0037445 - Conserto de pneus sem câmara para tratores (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	20,000000	284,000	5.680,00
11	0037446 - Conserto de pneus sem câmara para máquinas (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	267,000	8.010,00
12	0037447 - Conserto de pneus sem câmara para aro 16 (incluso: troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	67,000	2.010,00
13	0037448 - Conserto de pneus com câmara para aro 16 (incluso: remendo da câmara ou troca de câmara ou protetor)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	44,000	1.320,00
14	0037449 - Conserto de pneus com ou sem câmara de ar para motocicletas (incluso: troca de pito ou câmara de ar)	CM BORRACHARIA	Unidade	40,000000	20,000	800,00
15	0037450 - Troca de pneus para veículos leves	CM BORRACHARIA	Unidade	200,000000	20,000	4.000,00
16	0037451 - Troca de pneus para aro 16	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	44,000	2.200,00
17	0033511 - Troca de pneus para Micro Ônibus	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	44,000	2.200,00
18	0037452 - Troca de pneus para ônibus e caminhões	CM BORRACHARIA	Unidade	80,000000	53,000	4.240,00
19	0037453 - Troca de pneus para tratores	CM BORRACHARIA	Unidade	40,000000	194,000	7.760,00
20	0037454 - Troca de pneus para máquinas (retroescavadeira, pá mecânica e motoniveladora)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	150,000	4.500,00
21	0037455 - Troca de pneus para carroção do trator	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	45,000	1.350,00
22	0037456 - Troca de pneus para motocicleta	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	19,000	570,00

23	0037457 - Rodizio de pneus para veículos leves	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	40,000	2.000,00
24	0037458 - Rodizio de pneus para aro 16	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	40,000	1.200,00
25	0037459 - Rodizio de pneus para Micro ônibus	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	130,000	3.900,00
26	0037460 - Rodizio de pneus para ônibus e caminhões	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	151,000	7.550,00
27	0037467 - Vulcanização pneus para ônibus e caminhões	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	360,000	10.800,00
28	0037461 - Manchão n° 3	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	78,000	3.900,00
29	0037462 - Manchão n° 4	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	88,000	4.400,00
30	0037463 - Manchão n° 5	CM BORRACHARIA	Unidade	50,000000	100,000	5.000,00
31	0037464 - Vulcanização pneus aro 14,15	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	100,000	3.000,00
32	0037465 - Vulcanização pneus aro 16	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	102,000	3.060,00
33	0037466 - Vulcanização pneus para Micro ônibus aro 17,5	CM BORRACHARIA	Unidade	20,000000	260,000	5.200,00
34	0037469 - Vulcanização pneus carroção de trator	CM BORRACHARIA	Unidade	20,000000	106,000	2.120,00
35	0040745 - Vulcanização pneus para máquinas (Retroescavadeira, motoniveladora e pá mecânica)	CM BORRACHARIA	Unidade	20,000000	647,000	12.940,00
36	0037468 - Vulcanização pneus tratores	CM BORRACHARIA	Unidade	20,000000	647,000	12.940,00
37	0040856 - Troca de anel de vedação para máquinas (incluindo anel de vedação)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	188,000	5.640,00
38	0044318 - Conserto de pneus com câmara para carro de mão (incluindo troca de pito)	CM BORRACHARIA	Unidade	30,000000	8,000	240,00
39	0040855 - Deslocamento por quilometragem - km Rodados	CM BORRACHARIA	Unidade	1000,000000	4,700	4.700,00

O valor da presente é de R$ 168.030,00, (cento e sessenta e oito mil e trinta reais)

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação nos moldes que determina as Leis nº 14.133/2021 e 14.770/2023.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Monte Alegre/RN,17 de junho de 2025.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Jonate Elen Ferreira Miranda Gomes
Representante Legal:
JONATE ELEN FERREIRA MIRANDA GOMES,
TCPF/MF: 070.787.194-84

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:FF28C010

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 02 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
2026								
AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	27.650.447,00	0,00	108,47	29.475.450,68	0,00	104,46	1.825.003,68	6,60
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	27.650.447,00	0,00	108,47	29.475.450,68	0,00	104,46	1.825.003,68	6,60
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	27.740.447,00	0,00	108,82	29.328.577,39	0,00	103,94	1.588.130,39	5,72
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	27.393.537,00	0,00	107,46	28.958.732,65	0,00	102,63	1.565.195,65	5,71
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	256.910,00	0,00	1,01	516.718,03	0,00	1,83	259.808,03	101,13
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	256.910,00	0,00	1,01	516.718,03	0,00	1,83	259.808,03	101,13
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1966-9887-755). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:38.								
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.								

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB Nominal	0,00	0,00
Receita Corrente Liquida – RCL	25.492.447,00	28.215.695,68

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	***HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES***
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:5B7F73AA

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 04 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2026						
AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	8.696.497,68	100,00	7.874.755,46	100,00	12.627.086,52	100,00
TOTAL	8.696.497,68	100,00	7.874.755,46	100,00	12.627.086,52	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1769-0991-331). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:46.						

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	***HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES***
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:01D5515D

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 05 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2026			
AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2022 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2639-8291-124). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:47.			

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	***HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES***
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:56C80C5D

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 06 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
2026			
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2022**	**2023**	**2024**
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2022**	**2023**	**2024**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2022**	**2023**	**2024**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2022**	**2023**	**2024**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2022**	**2023**	**2024**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII-	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema e-Pública (2293-8438-649). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:47.			
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.			
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).			

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	*HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES*
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:B8178DB7

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 07 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2026						
AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	
FONTE: Sistema e-Pública (1657-2723-138). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:48.						

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	*HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES*
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:0BFA6424

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 08 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2026	
AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2042-9658-803). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:48.	

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	*HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES*
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:5B390092

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES
EDITAL CHAMADA PÚBLICA - Nº 001 2025 - POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB

EDITAL CHAMADA PÚBLICA - Nº 001/2025
PREMIAÇÃO DE INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS
POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB – PILÕES/RN

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES,** por meio da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, torna público o presente **Edital de Premiação de Iniciativas Artísticas e Culturais** dos diversos segmentos artísticos para fazedores de arte e cultura do Município de **PILÕES/RN** direcionadas ao setor cultural dentro da Politica Nacional Aldir Blanc - PNAB.
Este Edital está em conformidade Com a Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc
- PNAB, regulamentada pelo Decreto n° 11.740 de 18 de outubro de 2023, e demais legislações pertinentes a matéria e, ainda regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital de Concurso Público e propostas levantadas em consulta pública realizado pela **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** e demais condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - O presente Edital de premiação será realizado com recursos financeiros provenientes da Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB, visando apoiar de forma exclusiva as diversas manifestações culturais e artísticas produzidas no município.

1.1 - O presente Edital está atrelado à **Meta 01 – Fomento Cultural - Plano de Ação e do Plano de Aplicação Anual de Recursos – PAAR,** para o municipio de **PILÕES/RN**.
1.2 - Para efeitos deste Edital entende-se por:

a) PRÊMIO: modalidade de repasse financeiro para **PROJETOS CULTURAIS** selecionados **por mérito e critérios objetivos, reconhecendo sua importante atuação no fomento, desenvolvimentoe acesso aos bens culturais no Município** e em consonância com Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB;

b) PROPONENTE: pessoa física maior de 18 (dezoito) anos ou menor com anuência de pais ou responsável legal ou pessoa juridica responsável pela candidatura do projeto e veracidade das informações;
c) PROJETO CULTURAL: proposta inscrita neste Edital que demonstre de forma clara e objetiva o mérito da iniciativa artística ou cultural apresentada contendo, conjunto de atividades, ações e ou produtos resultantes de processos criativos, pesquisas e vivências, exequíveis, mensuráveis erealizados por agentes culturais e artísticos;

d) CONTRAPARTIDA: A critério da Secretaria de Cultura poderá vir ser solicitada do proponente, se carecterizando como atividade artística ou cultural a ser pelo **PROPONENTE**;

e) AÇÕES AFIRMATIVAS: é o conjunto de procedimentos que asseguram medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural repassado por meio deste Edital, considerando a adoção de medidas que garantam a ampla participação social, observando os recortes de vulnerabilidade histórica, social e econômica.

2 - DO OBJETO

2.1 - Este Edital tem por finalidade reconhecer e premiar **PROJETOS CULTURAIS que já foram realizados,** ligados aos **DIFERENTES SETORES DA CULTURA**, contemplando as múltiplas manifestações artísticas e culturais de acordo com a Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB, regulamentada pelo Decreto n° 11.740 de 18 de outubro de 2023.

3 - DA INSCRIÇÃO
3.1 - A inscrição é gratuita e podem inscrever propostas de candidatura de PROJETO CULTURAL, somente PROPONENTE Pessoa Fisica maior de 18 (dezoito) anos ou Pessoa Jurídica.
3.1.1. Artistas menores de 18 (dezoito) anos podem ser representados por meio de seurepresentante legal.
3.2 - O PROPONENTE pode ser aqueles cadastrados ou não no Cadastro Municipal de Cultura com todas as informações preenchidas corretamente e confirmadas até o período de análise de habilitação da proposta.
3.3. O período de inscrições de candidatura de propostas de **PROJETO CULTURAL** será de **15 a 24 de maio de 2025,** de forma presencial na sede da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura,** situada na Avenida Pedro Nonato Fernandes, 226, Centro, Pilões/RN – CEP: 59.960-000, ou via e-mail: **secretariadeculturapiloes@gmail.com**
3.4 - Todos os campos obrigatórios da proposta de inscrição e demais documentos do PROJETO CULTURAL devem ser devidamente preenchidos e a ausência de informações, irregularidades ou o preenchimento cominformações incongruentes, a inscrição será inabilitada.
3.5 - As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do PROPONENTE, dispondo as comissões responsáveis pela execução deste Edital, o direito de excluir aquele que fornecer dados inverídicos, incongruentes ou inadequados.

3.6 - Não serão permitidas alterações no **PROJETO CULTURAL** inscrito após o término do período de inscrição e durante períodos de análise.

4 - DO PROJETO CULTURAL
4.1 - O **PROJETO CULTURAL** deverá ter sido realizado entre **2018 e 2023** ou estar apto à realização demonstrado conforme informações comprobatórias fornecidas no ato da inscrição, e ser enquadrado em um dos seguintes formatos:
4.1.1 - **APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA** – espetáculo ou show de música, artes cênicas, circo, cinema e outras, solo ou coletivo;

4.1.2 – **EXPOSIÇÃO / FESTA / FESTIVAL** – exposição de obras de artes plásticas, fotografia e afins, solo ou coletiva. festas populares e festivais culturais e/ou artisticos;
4.1.3 - **PUBLICAÇÃO** – publicação de obras literárias nos segmentos: ficção, conto, crônica, poemas, romance, quadrinhos e outras; e
4.1.4 - **OFICINA** – oficina de formação artística, vivência, imersão e transmissão de conhecimento das diversas linguagens artísticas.

5 - DOS VALORES

5.1 – O valor total dos prêmios é de R$ 46.970,00 (quarenta e seis mil, novicentos e setenta reais) e serão divididos nas seguintes modalidades:

CATEGORIA/LINGUAGEM/ ÁREA ARTISTICA	QUANT. PREMIOS	VALOR POR PREMIO	VALOR TOTAL
MUSICA - Individual	03	2.000,00	6.000,00
ARTES CENICAS – Individual	02	4.500,00	9.000,00
ARTESANATO (Diversificado) - Individual	10	1.000,00	10.000,00
GRUPOS DE QUADRILHA	02	5.000,00	10.000,00
GRUPO MUSICAL	02	4.500,00	9.000,00
CINEMA itinerante	01	2.970,00	2.970,00
TOTAL PARA AS PROPOSTAS			**46.970,00**

5.2 - Os valores acima mencionados poderão sofrer incidência de impostos, conforme legislação vigente.
5.3 - Em conformidade com a Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB, regulamentada pelo Decreto n° 11.740 de 18 de outubro de 2023, serão adotadas medidas considerando a garantia de cotas com reserva de vagas para cada modalidade sendo de, no mínimo, **20% (vinte por cento)** para pessoas negras e **10% (dez por cento)** para pessoas indígenas e ciganas, que concorrerão, concomitantemente, às vagas destinadasà ampla concorrência.

5.4 - Caso o número de classificados em quaisquer dos caso das áreas culturais seja inferior ao mínimo previsto no subitem 5.1, os valores excedentes serão redistribuídos para os **PROJETOS CULTURAIS** seguindo classificação de seleção publicada, ou redistribuido entre os demais classificados no edital**.**
5.5 - Na hipótese de não haver quantitativo suficiente de propostas aptas para fazer jus ao montante inicialmente disponibilizado neste Edital, poderá o órgão promotor do edital realizar novos editais, se necessário.

5.6 - A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** poderá optar pela não utilização total dos recursos disponíveis caso entenda que as propostas apresentadas são insatisfatórias.
5.7 - Serão consideradas insatisfatórias propostas que não atingirem a pontuação mínima de 10 (dez) pontos após a análise do Comitê de Acompanhamento Cultural.

5.8. O valor total disponível para essa Chamada Pública é de **R$ 46.970,00 (quarenta e seis mil, novicentos e setenta reais)**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15.001 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
FUNÇÃO	13 – Cultura
SUB-FUNÇÃO	392 – Difusão cultural
PROGRAMA	2000 – Politicas Públicas Administrativas
AÇÃO	038 – Apoio ao Setor Cultural (Lei da Politica Nacional Aldir Blanc - PNAB)
ELEMENTO	33.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Valor	**R$ 46.970,00 (quarenta e seis mil, novicentos e setenta reais)**

6 - CRONOGRAMA DO EDITAL

6.1 - O **PROPONENTE** deve atentar-se para o seguinte cronograma de prazos:

AÇÃO	DETALHE	DATA
Prazo inicial para apresentação de propostas	A contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Município	16/06/2025
Prazo para impugnação do Edital	01 (um) dia útil	17/06/2025
Prazo final para apresentação de propostas	10(dez) dias corridos após o prazo de impugnação do Edital	18 a 20/06/2025
Resultado Preliminar	02 (dois) dias após o encerramento das inscrições	23/06/2025
Prazo para apresentação de recursos	01 (um) dia a contar da data de publicação do resultado preliminar	24/06/2025
Resultado dos Recursos	01 (um) dia após o encerramento do prazo de apresentação de recursos	25/06/2025
Resultado de Homologação Final	01 (um) dia após o resultado recurso	27/06/2025
Pagamento aos contemplados	02 (dois) dias após o resultado da publicação de Homologação Final	30/06/2025

7 - DA HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO
7.1 - A lista das **PROPOSTAS** habilitadas e inabilitadas será publicada no Diario Oficial do municipio ou da FEMURN.
7.2 - Será **DESCLASSIFICADA** e consequentemente sem direito a recurso, a proposta:
a) cujo PROPONENTE não esteja cadastrado;
b) cujas ações não estejam alinhadas ou enquadradas na PNAB, não possua finalidade predominantemente artístico-cultural, ou que não esteja alinhada com as diretrizes do presente Edital; e
c) apresentada de forma incompleta até a finalização do período de inscrição.
7.3 - Será **INABILITADA** a proposta:
a) cujo proponente não se enquadra na condição de fazedor de cultura;
b) que não seja clara ou preenchida de forma incorreta.

7.4 - As propostas **INABILITADAS** seguirão os prazos de recursos apresentados no CRONOGRAMA DO EDITAL para regularização, sendo deferidas ou não, após analisadas pela **Comitê Gestor de Cultura** e o resultado publicado pela **Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

7.5 - Entende-se por proposta **HABILITADA** aquela cuja inscrição estiver completa com todas as informações obrigatórias devidamente preenchidas.
7.6 - As **PROPOSTAS** serão classificadas de acordo com sua pontuação seguindo os critérios objetivosde análise em ordem decrescente e os excedentes ao número de vagas existentes serão consideradas suplentes.

7.7 - A decisão da análise final é irrecorrível e irrevogável e os resultados serão divulgados no **Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

8 - DOS IMPEDIMENTOS
8.1 - Ficam impedidos de participar deste Edital:

I - membros do Comitê Gestor de Cultura e servidores funcionários da **Secretaria Municipal de Cultura** e seus cônjuges ou companheiros estáveis.
II - Pessoas envolvidas diretamente na etapa de elaboração desta chamada pública, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
III - Cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
IV - Pessoas que exerçam cargo em comissão no município;
VI - Membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros);
VII - Pessoas jurídicas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas nos itens I, II e III deste caput.

8.2 - Em atendimento dos princípios básicos da Administração Pública, em especial o princípio da moralidade, instituídos no artigo 37, caput, da Constituição da República, recomenda-se que pessoas que exerçam cargos na administração pública (municipal, estadual e federal) não participem do edital, afim de que não sejam diminuidas as possibilidades de seleção dos reais fazedores de cultura do município.
8.3 – Não serão aceitas propostas com qualquer tipo de menção preconceituosa, discriminatória, caluniosa, que incitem a violência, ao uso de drogas, álcool etc.

9 - DA SELEÇÃO

9.1. A análise e seleção da inscrição deste Edital, será realizada pelo **Comitê de Acompanhamento Cultural**, composta por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, conforme decreto municipal.

10 - DOS CRITÉRIOS

10.1 Os Projetos serão avaliados e classificados em ordem decrescente, somando-se os pontos conforme os seguintes **CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO** e a soma da pontuação referente aos **CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS**, conforme tabelas abaixo.
a) Critérios de análise de mérito referentes a qualificação do **PROJETO** e seus **INTEGRANTES**:

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO			
Nº	**RUBRICA**	**DESCRIÇÃO**	**PONTOS**
1	**ESTÉTICA**	O **PROJETO CULTURAL** satisfaz por seus aspectos técnicos considerando a percepção, sensação, equilíbrio, sensibilidade e beleza entre outros?	De 0 a 5 pontos.
2	**SINGULARIEDADE E ORIGINALIDADE**	O **PROJETO CULTURAL** realizado demonstra caráterímpar, particular, especial ou personal?	De 0 a 5 pontos.
3	**PESQUISA E VIVÊNCIA**	O **PROJETO CULTURAL** apresenta preocupação nocampo do processo criativo por meio de imersão, pesquisa ou vivência?	De 0 a 5 pontos.
4	**QUALIDADE DA APRESENTAÇÃO**	O material apresentado demonstra qualidade para ser reproduzido?	De 0 a 5 pontos.
5	**QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA**	Os profissionais envolvidos no **PROJETO** demonstram capacidade técnica de realização da contrapartida?	De 0 a 5 pontos.

b) CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS previstas na realização da **CONTRAPARTIDA**:

CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS			
Nº	**RUBRICA**	**DESCRIÇÃO**	**PONTOS**
1	**PÚBLICO-ALVO**	O perfil do público a que o **PROJETO CULTURAL** é direcionado, os recortes de vulnerabilidade social e as especificidades territoriais estão previstas na realização da **CONTRAPARTIDA?**	**1 ponto**: SIM
			0 ponto: NÃO
2	**CONTRAPARTIDA**	A **CONTRAPARTIDA** aborda linguagens, expressões, manifestações e temáticas de grupos historicamente vulnerabilizados socialmente?	**1 ponto**: SIM
			0 ponto: NÃO
3	**PROPONENTE E INTEGRANTES DA CONTRAPARTIDA**	Considerando o estímulo à participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidadestradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente?	**2 pontos**: Plenamente.
			1 pontos: Parcialmente
			0 pontos: Não atende
4	**ACESSIBILIDADE**	A **CONTRAPARTIDA** prevê instrumentos de acessibilidade tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais comrampa e outros que garantam a acessibilidade?	**1 ponto**: SIM
			0 ponto: NÃO

10.2 Será utilizada pelo Comitê Gestor, como critério de desempate, a maior nota dos quesitos específicos dos **CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO**, de acordo com a seguinte ordem de critérios: **1, 2, 3, 4 e 5 do item 10.1.**

10.3 Permanecendo o empate, a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** convocará os PROPONENTES das propostas empatadas cuja presença será obrigatória e realizará sorteio.

10.4 A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a **PNAB** na página no Diario Oficial do municipio ou da FEMURN.

11 - DOS DOCUMENTOS APÓS A SELEÇÃO

11.1 - Após o processo de seleção, os PROPONENTES das PROPOSTAS selecionadas deverão obrigatoriamente ao prazo descrito no CRONOGRAMA DO EDITAL, apresentar os seguintes documentos:
a) Formulário de Proposta/Inscrição – Anexo I
b) Cópia do RG e CPF;
c) Portifolio de atividades;
d) Regularidadae com as Receitas Federal, Estadual e Municipal (por meio de Certidão Negativa de debitos) e

11.2 - A não apresentação dos documentos mencionados no subitem 11.1. acarretará na **DESCLASSIFICAÇÃO** do projeto aprovado e projeto suplente será contemplado;

11.3 - A qualquer momento a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** poderá solicitar outros documentos comprobatórios deinformações ou informações prestadas no ato da inscrição.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

12.1 - Cabe ao PROPONENTE buscar as informações sobre o andamento de seu processo.

12.2 - O PROPONENTE que, por algum motivo, desistir de receber a premiação, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**
12.3 - Caberá ao PROPONENTE responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura Municipal de o plenoressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título.

12.4 - A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos,contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo PROPONENTE para fins de realização da proposta inscrita, tais como ECAD, Sated, ANCINE, entre outros.
12.5 - Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos emlei.

12.6 - A omissão de quaisquer informações a titulares de direitos de autor ou propriedade, responsabilizará quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

12.7 - O PROPONENTE premiado deverá divulgar o recebimento do apoio emergencial de forma explícita, visível e destacada.
12.8 - Deverá o PROPONENTE, obrigatoriamente, exibir em todos os produtos artístico-culturais e peçasde divulgação das iniciativas apoiadas com os recursos da Lei ALDIR BLANC, as marcas do Governo Federal e brasão oficial do Município de **PILÕES/RN**, de acordo com os padrões de identidade visual fornecido e suas orientações.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriunda da **Politica Nacional Aldir Blanc - PNAB**
13.2 - O ônus decorrente da participação nesse Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do PROPONENTE.

13.3 - A inscrição no presente Edital de premiação implica na total aceitação das normas nele contidas e ciência das legislações nele citadas, sobre as quais o PROPONENTE não poderá alegar desconhecimento.
13.4 - Qualquer alteração no andamento da proposta selecionada deverá ser autorizada previamente pela **Secretaria Municipal de Cultura** que terá 05 (cinco) dias para análise e manifestação.

13.5 - A qualquer tempo, esse edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.
13.6 - Para mais informações referentes à **Politica Nacional Aldir Blanc - PNAB**, atenderá presencialmente na sede da **Secretaria Municipal de Cultura,** sito a sito a Avenida Pedro Nonato Fernandes, 226, Centro, Pilões/RN – CEP: 59.960-000, Telefone: ou via e-mail: **secretariadeculturapiloes@gmail.com**

Pilões/RN, 16 de junho de 2025.

MARIA MADALENA DE SOUSA
Prefeita Municipal

EDITAL CHAMADA PÚBLICA - Nº 001/2025
PREMIAÇÃO DE INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS
POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB - PILÕES/RN

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO/PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL:

Edital nº **001/2025**	**EDITAL DE PREMIAÇÃO DE INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS – PNAB – PILÕES/RN**

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome do proponente:_____
Nome Social/Artístico/Fantasia (ou grupo representante):_____
Data de nascimento: / /
Endereço completo:_____
Bairro:_____Cidade:_____
CEP:_____
Telefone (com DDD):_____ E-mail:_____

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO CANDIDATO

Título da Proposta

Breve Histórico do Proponente

Experiencia, Premios Alcançados, Materiais produzidos e/ou publicados
(cite via links de sites, redes sociais e outros, ou portfolio).

Informações adicionais
Escreva aqui informações adicionais que possam auxiliar na análise do seu projeto

Declaro, para fins de inscrição no edital acima referenciado, que concordo e atendo às condições de inscrição estabelecidas no **Edital Nº 001/2025 – PREMIAÇÃO DE INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS – PNAB – PILÕES/RN.**
Declaro, que estou ciente de que, caso não apresente toda a documentação estipulada ou a apresente com alguma irregularidade, perderei, automaticamente, o direito ao valor que venha ser contemplado, sendo convocado o suplente, pela ordem decrescente de classificação.

Declaro que estou de acordo com as normas estipuladas na Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB e caso tenha alguma irregularidade na inscrição, estou ciente que sofrerei os sansões penais previstas em lei.

...../RN, ... de .....de .....

_____
Nome e Assinatura do Proponente
CPF

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:21E407EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 600, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 600, DE 18 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Fiscal do Município de Portalegre/RN, nos termos dos artigos 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para atender às finalidades abaixo especificadas.

02	PODER EXECUTIVO		
02.07.00	SEC. MUN TRABALHO HABITAÇÃO E ASS SOCIAL – SEMTHAS		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.391	PATRIMÔNIO HITÓRICO, ARTISTICO E ARQUEOLÓGICO		
08.391.0014	GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.391.0014.2314	CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAJES		
2.669.0000	OUTROS RECURSOS VINCULADO À ASSISTÊNCIA		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$**	**20.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2315	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND – TEMPO INTEGRAL		
1.569.0000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.3.90.36.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA**	**R$**	**30.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2315	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND – TEMPO INTEGRAL		
1.569.0000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.04.00	**CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**	**R$**	**80.000,00**
TOTAL		**R$**	**130.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária previstas na Lei Orçamentária anual nº 584, de 23 de dezembro de 2024, conforme dispõe o art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

02	PODER EXECUTIVO		
02.07.00	SEC. MUN TRABALHO HABITAÇÃO E ASS SOCIAL – SEMTHAS		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.391	PATRIMÔNIO HITÓRICO, ARTISTICO E ARQUEOLÓGICO		
08.391.0014	GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.391.0014.2070	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL QUILOMBOLA		
1.500.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$**	**20.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		

02.04.00	SEC. MUN EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2296	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB VAAT 70%		
1.542.1070	FUNDEB VAAT 70%		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.11.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL**	**R$**	**110.000,00**
TOTAL		**R$**	**130.000,00**

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas, no que for necessário, as Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2025, em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:CB0F5907

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180601/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180601/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS/70321492000100	
	Valor Contratado R$:	330.254,0400

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
11	22617	BATATA DOCE.	BATATA DOCE.	DA TERRA	KG	408,00	4,98	2.031,84
13	14357	REPOLHO DE PRIMEIRA BRANCO.	REPOLHO DE PRIMEIRA BRANCO.	DA TERRA	KG	148,00	8,99	1.330,52
27	21144	POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA	pacote com 1KG.	BOA	KG	1.768,00	9,58	16.937,44
30	301	MAÇA DE PRIMEIRA IN NATURA NACIONAL	MAÇA DE PRIMEIRA IN NATURA NACIONAL	DA TERRA	KG	3.236,00	13,98	45.239,28
32	22611	.MELANCIA	MELANCIA	DA TERRA	KG	1.768,00	2,82	4.985,76
39	22632	.TOMATE	TOMATE	DA TERRA	KG	4.032,00	6,17	24.877,44
42	296	MAMÃO DE PRIMEIRA IN NATURA	MAMÃO DE PRIMEIRA IN NATURA	DA TERRA	KG	3.204,00	3,84	12.303,36
47	21159	CEBOLA BRANCA	CEBOLA BRANCA	DA TERRA	KG	3.204,00	6,17	19.768,68
48	9797	MELÃO DE PRIMEIRA IN NATURA	MELÃO DE PRIMEIRA IN NATURA	DA TERRA	KG	1.772,00	3,96	7.017,12
49	300	PIMENTÃO VERDE	PIMENTÃO VERDE	DA TERRA	KG	1.044,00	6,58	6.869,52
54	19925	ALHO COM CASCA KG	PESO LÍQUIDO DE 1KG, DE PRIMEIRA, SEM RÉSTIA. GRAÚDO DO TIPO COMUM, CABEÇA INTEIRA FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS CURADOS, SEM DANOS MECÂNICOS OU CAUSADO POR PRAGAS. EMBALAGEM COM	DA TERRA	KG	212,00	35,49	7.523,88

			IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.					
56	24806	CENOURA DE PIRMEIRA...	CENOURA DE PRIMEIRA...	DA TERRA	KG	3.204,00	6,44	20.633,76
57	4091	CHUCHU DE PRIMEIRA	CHUCHU DE PRIMEIRA	DA TERRA	KG	172,00	4,98	856,56
67	26735	UVA ROXA SEM SEMENTE	UVA ROXA SEM SEMENTE	DA TERRA	KG	3.636,00	14,28	51.922,08
69	24775	MANGA..	MANGA	DA TERRA	GF	1.968,00	5,28	10.391,04
73	21146	POLPA DE FRUTA SABOR MANGA	pacote com 1KG.	BOA	KG	1.368,00	9,78	13.379,04
75	302	BANANA PACOVAN	BANANA PACOVAN	DA TERRA	KG	3.060,00	1,00	3.060,00
81	21156	-BATATA INGLESA	pacote pesado com1KG.	DA TERRA	KG	3.204,00	7,58	24.286,32
89	24568	Polpa de fruta sabor goiaba 1kg	Polpa de fruta sabor goiaba 1kg	BOA	KG	1.768,00	8,89	15.717,52
101	21154	-ABACAXI	ABACAXI	DA TERRA	UND	2.720,00	6,58	17.897,60
103	9490	MACAXEIRA	MACAXEIRA	DA TERRA	UND	2.000,00	4,98	9.960,00
107	30857	.GOIABA.	Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	DA TERRA	KG	2.256,00	5,88	13.265,28

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 18/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 18/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS
70321492000100
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:5BDF1D98

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180602/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180602/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA/24594947000136
Valor Contratado R$:	476.150,5200

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
2	27180	ERVILHA PACOTE 500 G	ERVILHA PACOTE 500 G	bonara	UND	1.040,00	4,49	4.669,60
5	24574	Sal Refinado 1kg	Sal Refinado 1kg	cavalinho	KG	228,00	0,98	223,44
9	24557	Margarina 500g	Margarina 500g	delicata	UND	4.964,00	6,90	34.251,60
14	9496	MAIONESE TRADICIONAL 500G	MAIONESE TRADICIONAL 500G	liza	UND	244,00	9,88	2.410,72
17	22616	.ARROZ VERMELHO	ARROZ VERMELHO	timbauba	KG	932,00	8,76	8.164,32
20	16335	DOCE DE GOIABA ...	DOCE DE GOIABA ...	neci	UND	268,00	4,48	1.200,64
23	11991	REFRIGERANTE SABOR LARANJA-2L	REFRIGERANTE SABOR LARANJA-2L	iti	UND	428,00	5,84	2.499,52
26	24565	Polpa de fruta sabor cajarana 1kg	Polpa de fruta sabor cajarana 1kg	da roçada	KG	1.368,00	9,58	13.105,44
33	21129	CHÁ SABOR CAMOMILA	pacote com 120g.	lesn	PCT	928,00	5,38	4.992,64
40	21295	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO.	COXA E SOBRE COXA DE	rico	KG	585,00	13,98	8.178,30

			FRANGO.					
44	24547	Extrato de tomate pct de 340g	Extrato de tomate pct de 340g	julieta	PCT	384,00	4,38	1.681,92
46	27182	SALSICHA PACOTE 5KG	SALSICHA PACOTE 5KG	bom todo	UND	232,00	45,00	10.440,00
50	21141	OLEO DE SOJA	garrafa com 900ML.	liza	GRF	224,00	9,90	2.217,60
52	26993	OVOS DE GALINHA BANDEJA COM 30	OVOS DE GALINHA BANDEJA COM 30	jr ovos	Ban	1.494,00	28,00	41.832,00
53	24560	Milho para pipoca pct 500g	Milho para pipoca pct 500g	belo grão	PCT	420,00	4,58	1.923,60
59	21296	ADOÇANTE LIQUIDO	frasco com 100ML.	sadio	FRC	132,00	4,39	579,48
62	21180	REFRIGERANTE SABOR COLA	fardo com 6 unidades, 2 litros cada.	iti	FD	828,00	6,99	5.787,72
63	18527	QUEIJO COALHO;	Características: ostentarão na peça ou na embalagem, o nome da sua tipificação ou variedade, o número do registro, o nome do município de origem, e as datas de fabricação e validade; rotulagem conforme o exigido pela ANVISA. Produzido conforme legislação estadual vigente para tal produto. O acondicionamento para transporte deverá obedecer ao estabelecido pela legislação vigente. O leite, produto base para produção do queijo, deverá ser proveniente de rebanho sadio, que não apresente sinais clínicos de doenças infectocontagiosas, mastite, brucelose e tuberculose e cujos testes oficiais de zoonoses realizados pelos órgãos competentes apresentem resultados negativos. Os demais ingredientes utilizados para a produção deverão estar em perfeito estado. Embalado à vácuo em embalagens de 1kg, de material plástico e livre de bisfenol A, livre de sujidades, contaminantes químicos, físicos ou leite coalhado; deverá apresentar o número do alvará sanitário, SIF ou SIE ou SIM.	da terra	KG	180,00	38,90	7.002,00
66	26581	CARNE BOVINA (COSTELA)	2° qualidade, congelada, industrilizada,agricultura, pecuária e abastecimento, com prazo de validade minimo de 08 meses. composição centesimal:proteina minima de 22 gramas, gorduras totais máxima de 7,9 gramas, gorduras saturadas máxiam de 3 gramas e sódio máximo de 38 mg	frigol	KG	1.557,00	23,50	36.589,50
74	24567	Polpa de fruta sabor maracujá 1kg	Polpa de fruta sabor maracujá 1kg	seranha	KG	1.768,00	22,58	39.921,44
76	21124	-BISCOITO TIPO MAIZENA	PACOTE COM 400g.	estrela	PCT	6.664,00	5,84	38.917,76
79	21275	CARNE FRESCA MOIDA	de primeira qualidade	jbe carnes	KG	1.580,00	29,99	47.384,20
84	21168	BALAS SORTIDAS	PACOTE COM 1KG.	santa rita	KG	260,00	14,64	3.806,40
88	24575	Vinagre 750ml	Vinagre 750ml	sadio	UND	200,00	2,18	436,00
92	18764	QUEIJO MUSSARELA	Pedaço. EmbaLagem com dados de identificação, data de fabricação e de vaLidade, peso Liquido e registro no Ministerio da Saude e/ou AgricuLtura. Deverá ser transportado em carros fechados re53igerados, em embaLagens e temperaturas corretas (10ºc ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando a características do produto. De modo que as embaLagens não se apresente aLteradas.	jucurutu	KG	376,00	45,00	16.920,00
97	21170	BOLACHAS AMANTEIGADAS	pacote com 250G.	oeste massas	PCT	6.220,00	5,99	37.257,80
100	21178	PIRULITO	Pacote com 50 unidades.	pop	PCT	416,00	19,44	8.087,04
105	21128	-CAFÉ TORRADO E MOÍDO	pacote com 250g.	bangu	PCT	4.988,00	19,18	95.669,84

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 18/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 18/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA
24594947000136
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:A22F5BE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180603/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180603/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante, e especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	MIRAGEM ATACAREJO LTDA/11939808000155	
	Valor Contratado R$:	327.872,2800

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
3	16250	FLOCOS DE MILHO 500g	FLOCOS DE MILHO 500g	NORDESTINO	UND	7.128,00	1,88	13.400,64
6	14700	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO ..	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO ..	FINNA	KG	392,00	5,10	1.999,20
10	8971	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO	ITALAC	UND	828,00	9,48	7.849,44
15	6537	FEIJÃO PRETO TIPO 1	FEIJÃO PRETO TIPO 1	DUZÉ	KG	204,00	7,58	1.546,32
21	24549	Farinha de Mandioca 1kg	Farinha de Mandioca 1kg	NOSSO GRÃO	KG	4.028,00	5,55	22.355,40
24	27178	REFRIGERANTE SABOR LIMAO 2 LT	REFRIGERANTE SABOR LIMAO 2 LT	REFRI	LT	428,00	5,68	2.431,04
25	26565	AÇAFRÃO	integro sem irregularidades no produto, cheiro e aroma caracteristico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade minima de 6 meses . unidade de 50g	LIRIO DOS VALES	UND	376,00	6,45	2.425,20
29	27165	AMIDO DE MILHO PACOTE COM 1KG	AMIDO DE MILHO PACOTE COM 1KG	KIMIMO	PCT	176,00	15,90	2.798,40
34	27179	REFRIGERANTE SABOR UVA 2 LT	REFRIGERANTE SABOR UVA 2 LT	REFRI	LT	428,00	5,30	2.268,40
35	24569	Pimenta de reino em pó pct 100g	Pimenta de reino em pó pct 100g	SODIO	PCT	200,00	11,45	2.290,00
37	27168	RAPADURA BARRA 1KG	RAPADURA BARRA 1KG	SAO JOSÉ	BAR	304,00	5,22	1.586,88
45	24571	Presunto cozido 1kg	Presunto cozido 1kg	PERDIGÃO	KG	332,00	28,39	9.425,48
51	24479	FÉCULA DE MANDIOCA-	FÉCULA DE MANDIOCA-	LOPES	KG	436,00	5,54	2.415,44
55	3814	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA SEM OSSO.	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA SEM OSSO.	FRIGOL	UND	1.694,00	33,18	56.206,92
60	21123	-BISCOITO TIPO CREAM CRACKER	pacote com 400g.	ESTRELA	PCT	6.664,00	5,58	37.185,12
61	21171	BOLOS EM SABORES DIVERSOS.	pesando em média de 300 a 400g, data de fabricação e data de validade, com no maximo 3 dias de produção.	MAIS SABOR	UND	1.652,00	11,50	18.998,00
64	16399	ARROZ PARBOLIZADO ...	ARROZ PARBOLIZADO ...	FAZENDA	KG	7.168,00	5,68	40.714,24
71	21134	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1	pacote com 1KG.	DUZÉ	PCT	5.960,00	5,37	32.005,20
72	32094	BATATA PALHA.	BATATA PALHA 130g	MINEIRISSIMO	UND	276,00	6,25	1.725,00
77	25834	SALGADINHO DE MILHO TIPO PIPOCA 25G	SALGADINHO DE MILHO TIPO PIPOCA 25G	REIZINHO	UND	4.024,00	0,84	3.380,16
80	15046	CARNE DE CHARQUE	CARNE DE CHARQUE	FORTELLI	PCT	1.224,00	18,98	23.231,52
86	16248	CREME DE LEITE 200g	CREME DE LEITE 200g	MOCOCA	UND	1.020,00	2,83	2.886,60
87	24570	Peito de frango com osso 1kg	Peito de frango com osso 1kg	LAR	KG	1.036,00	17,00	17.612,00
90	32095	- LEITE CONDENSADO	LEITE CONDENSADO 395g	MOCOCA	UND	224,00	4,73	1.059,52
91	14639	REPOLHO DE PRIMEIRA ROXO..	REPOLHO DE PRIMEIRA ROXO..	IN NATURA	KG	112,00	12,95	1.450,40
93	15114	COLORÍFICO ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM..	COLORÍFICO ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM...	DONA CLARA	UND	296,00	1,12	331,52
96	24515	BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE	1.050G	CHOCOMAIS	UND	400,00	30,39	12.156,00
99	24559	Milho para Mungunzá pct 500g	Milho para Mungunzá pct 500g	DONA CLARA	PCT	416,00	3,45	1.435,20
102	11990	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ- 2L	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ- 2L	REFRI	UND	828,00	5,68	4.703,04

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 18/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 18/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MIRAGEM ATACAREJO LTDA
11939808000155
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:7D03906E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180604/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180604/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 004/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA/70046685000192	
	Valor Contratado R$:	404.841,3200

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
1	21138	-MACARRÃO TIPO ESPAGUETE.	pacote com 500G.	BOM SABOR	PCT	7.128,00	3,45	24.591,60
4	21276	LINGUIÇA CALABRESA	defumada.	TOMY	KG	408,00	29,80	12.158,40
7	24566	Polpa de fruta sabor caju 1kg	Polpa de fruta sabor caju 1kg	SABOR DA SERRA	KG	1.768,00	9,35	16.530,80
12	9985	MILHO VERDE EM CONSERVA.	MILHO VERDE EM CONSERVA.	FUGINI	UND	260,00	3,85	1.001,00
16	21119	ACHOCOLATADO EM PÓ 400g	ACHOCOLATADO EM PÓ 400g	MOCOCA	UND	924,00	8,10	7.484,40
18	21132	CHÁ SABOR ERVA-DOCE	pacote com 120g.	LESN	PCT	928,00	8,99	8.342,72
19	21292	LINGUIÇA DE FRANGO	LINGUIÇA DE FRANGO	AVIVAR	KG	387,00	19,40	7.507,80
22	16062	ARROZ BRANCO TIPO 1...	ARROZ BRANCO TIPO 1...	FAZENDA	KG	976,00	5,99	5.846,24
28	21298	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA	pacote com 400G,	CAMIL	PCT	228,00	5,90	1.345,20
31	3513	CALDO DE GALINHA.	CALDO DE GALINHA.	ARISCO	UND	184,00	1,19	218,96
38	24563	Orégano pct 100g	Orégano pct 100g	LESN	PCT	188,00	8,99	1.690,12
41	71	BISCOITO DE GOMA	Pacotes de 1Kg.	VITAKERO	PÇ	268,00	19,99	5.357,32
43	21300	CEREAL INFANTIL EM PÓ	de arroz, pacote com 230G.	ALNUTRY	PCT	340,00	5,88	1.999,20
58	24553	Iorgute pct de 1 litro	Iorgute pct de 1 litro	COOPALL	LT	2.296,00	5,50	12.628,00
65	21125	BOLO AMANTEIGADO	em média 300 a 400g, data de fabricação, data de validade, produzido com no maximo 5 dias.	DA CASA	UND	3.136,00	25,00	78.400,00
68	10707	PÃO DE QUEIJO	PÃO DE QUEIJO	DA CASA	UND	4.404,00	1,99	8.763,96
78	21131	CHÁ SABOR CIDREIRA	pacote com 120g.	LESN	PCT	928,00	8,99	8.342,72
82	21130	CHÁ SABOR CANELA	pacote com 120g.	LESN	PCT	928,00	8,49	7.878,72
83	24850	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE 50G	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE 50G	DA CASA	UND	12.804,00	0,85	10.883,40
85	21126	BOLO DE LEITE.	em média 300 a 400g, data de fabricação, data de validade, produzido com no maximo 5 dias.	DA CASA	UND	3.126,00	24,20	75.649,20
94	21136	FRANGO INTERNO	FRANGO INTERNO	COGRAN	KG	3.739,00	14,80	55.337,20
95	24485	MANTEIGA DA TERRA-	MANTEIGA DA TERRA-	PORTO	LT	204,00	19,99	4.077,96
104	24458	AÇUCAR REFINADO-	AÇUCAR REFINADO-	ALEGRE	KG	7.128,00	4,80	34.214,40
106	32161	- MINI SALGADOS VARIADOS.	- MINI SALGADOS VARIADOS.	DA CASA	CEN	304,00	48,00	14.592,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 18/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 18/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA
70046685000192
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:EE4631BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025 – PMR/RN

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025 – PMR/RN
Processo Administrativo n° 059/2025

Á vista das manifestações anteriores e, com fundamento no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto Municipal n° 1024 de 19 de janeiro de 2022, bem como na informação da Secretaria Municipal de Finanças, que assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para suporte da despesa aqui tratada, além do Parecer da Assessoria Jurídica deste município, **AUTORIZO E RATIFICO** a dispensa de licitação para contratação da empresa: **A. CANDIDO DE OLIVEIRA - ME,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.764.834/0001-76, com sede na Dr. Heráclito Vilar, Nº 1067 A, Centro - Macaíba/RN, CEP: 59280-000, que consistirá na: **AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA EXECUÇÃO DE SHOWS PIROTÉCNICOS DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN**, no valor global de R$ 48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais), mediante contratação direta, conforme especificação abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	**TORTA HARMONIA 155 TUBOS EM LEQUE (BAIXO RUIDO)**	CX	Super	10	R$ 2.000,00	R$ 20.000,00
02	**TORTA MWX 150 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Ouro	04	R$ 500,00	R$ 2.000,00
03	**TORTA SUBLIME 280 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Líder	04	R$ 2.000,00	R$ 8.000,00
04	**TORTA GIRANDOLA 468 CORES (BAIXO RUIDO)**	CX	Mais	10	R$ 220,00	R$ 2.200,00
05	**TORTA SERENA 60 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Mais	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00
06	**TORTA CENTAUROS 120 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Mais	06	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00

Riachuelo/RN, em 18 de junho de 2025

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:F30F722B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONTRATO N° 036/2025

TERMO DE CONTRATO n° 036/2025
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Contratação direta

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN
(Processo Administrativo n° 058/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN E RP - SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA – ME.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO*, com sede na Av. Luiz de Gonzaga Cavalcanti, 346 – Centro, na cidade de Riachuelo/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.364.655/0001-50, neste ato representado(a) pelo(a) Excelentíssimo Senhor Prefeito,* ***JOÃO BASÍLIO NETO****, brasileiro, capaz, inscrito(a) no CPF/MF nº 875.556.464-04, portador(a) da Carteira de Identidade nº 001258389 ITEP/RN, residente e domiciliado a Av. Luiz de Gonzaga Cavalcanti, 320, Centro, Riachuelo/RN*, doravante denominado **CONTRATANT**E, e o(a) **RP - SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME**, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.255.075/0001-84, sediado(a) na* RUA ANTÔNIO LUCAS DE ARAUJO, 21, ROSA DOS VENTOS, PARNAMIRIM/RN, doravante designado **CONTRATADO**, *neste ato representado(a) por* **RAYANE RICHELLY DE OLIVEIRA BEZERRA**, RG n° 003131207 ITEP/RN e CPF: 066.883.034-42, *conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 058/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da* ***Dispensa de Licitação n° 026/2025***, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SONDAGENS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Execução de sondagens a percussão para simples reconhecimento de solos SPT em terrenos localizado nas redondezas do Município de Riachuelo/RN	40	SERV.	R$ 1.000,00	R$ 40.000,00

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
A Proposta do contratado; e

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato ou Nota de empenho, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de 40.000,00 (quarenta mil reais)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *06 de junho de 2025*.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura de Riachuelo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 10.% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
O contrato poderá ser extinto:
caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura de Riachuelo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 05 - SEC.MUN.DE SAÚDE - SEMUS
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj/Ativ: 10.301.0006.2045.0000 - Manut da Secretaria Municipal de Saúde
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMUS

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 06 - SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO-SEMEDC
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ: 12.361.0007.2120.0000 - MANUT.DO FUNDO MUN.DE EDUCAÇÃO
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMEDC

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 07 - SEC. MUN. DE OBRAS E SERV.URBANOS - SEMOS
Unidade: 01 - SEC MUN DE OBRAS E SERV URBANOS
Proj/Ativ: 15.452.0008.2081.0000 - MAN.DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMOS

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo do Potengi/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Riachuelo/RN, 18 de junho de 2025

Prefeitura Municipal De Riachuelo
JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito
Representante Legal Do Contratante

RP - Sondagens E Serviços LTDA - ME
RAYANE RICHELLY DE OLIVEIRA BEZERRA
Representante Legal Do Contratado

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:99AF6DBF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONTRATO N° 040/2025

TERMO DE CONTRATO N° 040/2025
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Contratação direta

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN
(Processo Administrativo n° 059/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN E: A. CANDIDO DE OLIVEIRA – ME.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO*, com sede na Av. Luiz de Gonzaga Cavalcanti, 346 – Centro, na cidade de Riachuelo/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.364.655/0001-50, neste ato representado(a) pelo(a) Excelentíssimo Senhor Prefeito,* ***JOÃO BASÍLIO NETO****, brasileiro, capaz, inscrito(a) no CPF/MF nº 875.556.464-04, portador(a) da Carteira de Identidade nº 001258389 ITEP/RN, residente e domiciliado a Av. Luiz de Gonzaga Cavalcanti, 320, Centro, Riachuelo/RN*, doravante denominado **CONTRATANT**E, e o(a) **A. CANDIDO DE OLIVEIRA - ME**, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.764.834/0001-76, sediado(a) na* Rua Dr. Heráclito Vilar, Nº 1067 A, Centro - Macaíba/RN, CEP: 59280-000, doravante designado **CONTRATADO**, *neste ato representado(a) por* **ALAM CÂNDIDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1940021 ITEP, inscrito no CPF sob o nº 036.748.494-37, *conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 059/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da* ***Dispensa de Licitação n° 027/2025***, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA EXECUÇÃO DE SHOWS PIROTÉCNICOS DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	**TORTA HARMONIA 155 TUBOS EM LEQUE (BAIXO RUIDO)**	CX	Super	10	R$ 2.000,00	R$ 20.000,00
02	**TORTA MWX 150 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Ouro	04	R$ 500,00	R$ 2.000,00
03	**TORTA SUBLIME 280 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Líder	04	R$ 2.000,00	R$ 8.000,00
04	**TORTA GIRANDOLA 468 CORES (BAIXO RUIDO)**	CX	Mais	10	R$ 220,00	R$ 2.200,00
05	**TORTA SERENA 60 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Mais	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00
06	**TORTA CENTAUROS 120 TUBOS (BAIXO RUIDO)**	CX	Mais	06	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
A Proposta do contratado; e
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato ou Nota de empenho, prorrogável por até 10 (anos) na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
O valor total da contratação é de R$ 48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, 12/06/2025.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.
CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura de Riachuelo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 10.% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
O contrato poderá ser extinto:

caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura de Riachuelo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 02 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade: 01 - SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO
Proj/Ativ: 04.122.0003.2007.0000 - MAN.DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Categoria: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
F.R: Orçamento Geral da SEMAD

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo do Potengi/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Riachuelo/RN, 18 de junho de 2025

Prefeitura Municipal de Riachuelo
JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito
Representante Legal do Contratante

A. Candido de Oliveira - ME
ALAM CÂNDIDO DE OLIVEIRA
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:F0AD135E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 012_2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN
Praça dos Pescadores, S/N, Centro, Rio do Fogo, RN - CEP: 59.578-000
CNPJ: 01.612.393/0001-57
DECRETO Nº 12, DE 02 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 102.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferido pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 6º da Lei Orçamentária Anual Nº 213/2024 de 17.12.2024
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 02 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**102.000,00**
01 .001 CAMARA MUNICIPAL					**102.000,00**
	2001 MAN DOS SERVIÇOS DO PODER LEGISLATIVO				**102.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	70.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**102.000,00**
90 .999 RESERVA DE CONTIGENCIA					**102.000,00**
	0999 RESERVA DE CONTIGENCIA				**102.000,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	102.000,00

Publicado por:
Francisca Kely Silva de Lira
Código Identificador:8337D087

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1045/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTANA DO MATOS/RN.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN inscrito no **CNPJ nº 08.110.439/0001- 89**, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – CEP: 59.520-000, por intermédio do Prefeito Municipal, o Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, separado, portador de RG nº **.467.*** - SSP/SP, inscrito do CPF nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000, doravante denominada **CONTRATANTE,** também chamado de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro lado à empresa **A. AZEVEDO DA SILVA EIRELI EPP**, inscrita no **CNPJ nº 27.008.156/0001-75**, com sede à Rua Capitão Pedro Ceciliano, 117 – Centro – Jardim do Seridó/RN – CEP: 59.343-000, representada pelo Sr. Anaelson Azevedo da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CNH sob o nº ***34948*** – DETRAN/RN, inscrito no CPF sob o nº ***.832.354-**, residente à Rua Geraldo Bezerra de Carvalho, 210 – Bela Vista – Jardim do Seridó/RN – CEP: 59.343-000, doravante denominada **CONTRATADA** e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 003/2025**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.

A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTANA DO MATOS**,** que é parte integrante desta ATA, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: A. AZEVEDO DA SILVA EIRELI EPP						
CNPJ: 27.008.156/0001-75						
ENDEREÇO: Capitão Pedro Ceciliano, 117 – Centro – Jardim do Seridó/RN – CEP: 59.343-000.						
LOTE 1 – CARNES E FRIOS						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QTD**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
001	**POLPA DE FRUTA** -sabores variados: polpa de fruta, sabores variados, de primeira qualidade, embalagem individual de 1kg, em saco plástico transparente e resistente, com especificações de ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. registro no ministério da agricultura ou no ministério da saúde.	Seridó	kg	1.660	R$ 5,00	R$ 8.300,00
002	**CARNE BOVINA COM OSSO** (músculo) congelada - carne bovina com osso (músculo), congelada, sem adição de sal e/ou temperos. embalada a vácuo. inspecionada.	Frigorifico Azevedo	Kg	1.500	R$ 25,00	R$ 37.500,00

	aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades. com inspeção e rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega do produto. embalagem atóxica e resistente de 1kg.					
003	**CARNE BOVINA COXÃO MOLE**. características técnicas: carne bovina, cortada em fatias (bife) de 60/70g, congelada, sem gordura (percentual admitido de até 5% por peça), sem cartilagens e nervos. carne de cor vermelha cereja, elástica, firme e com odor agradável. embalagem: deve estar intacta. acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, contendo 1kg. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n° de registro em órgão competente (sim s.i.e ou s.i, f), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. prazo de validade: mínimo de 6 meses. apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorífico), de acordo com a legislação vigente.	Frigorifico Azevedo	Kg	1.620	R$ 34,00	R$ 55.080,00
004	**CARNE BOVINA EM CUBOS** tipo acém congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 ou 2 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	Frigorifico Azevedo	Kg	1.220	R$ 29,00	R$ 35.380,00
005	**CARNE BOVINA – TIPO MÚSCULO**, cortada em cubos, in natura, congelada, sem gordura, sem pelanca, sem sebo. Com aspecto, cor e cheiro característicos. livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. embalagem: deve estar intacta, polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg. na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a legislação vigente.	Frigorifico Azevedo	Kg	1.080	R$ 29,00	R$ 31.320,00
006	**CARNE DE SOL BOVINA**, salgada, curada, seca, embalada a vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. embalagem contendo 5kg, identificação, procendência, lote, data de validade, peso líquido, número do registro da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção do sif. validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data de entrega	Frigorifico Azevedo	Kg	1.700	R$ 34,30	R$ 58.310,00
007	**CARNE MOÍDA** de primeira. características técnicas: peça de carne moida de 1° - máximo 10% de gordura embalagem 1kg-carne bovina, congelada, sem gordura (percentual admitido de até 10%). Carne de cor vermelha cereja, elástica, firme e com odor agradável, carne dianteiro. embalagem: deve estar intacta. acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa, de até 20 kg (embalados em pacotes de 1 kg, de forma que não grudem nos demais, depois de congelados, com a especificação do peso em cada pacote). a rotulagem deve conter no mínimo as	Frigorifico Azevedo	Kg	1.350	R$ 16,87	R$ 22.774,50

	seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n° de registro em órgão competente (sim s.i.e ou s.i,f), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. prazo de validade: mínimo de 6 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorífico), de acordo com a legislação vigente.					
008	**CARNE SUÍNA DE PERNIL** primeira qualidade, sem pele e sem go - carne suína de pernil, primeira qualidade, sem pele e sem gordura	Suinco	Kg	100	R$ 18,20	R$ 1.820,00
009	**CHARQUE BOVINO** dianteiro, sadio, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico. isento de: coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, a vácuo, transparente e resistente, peso líquido de 01 a 05 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega	Frigorifico Azevedo	Kg	200	R$ 25,00	R$ 5.000,00
010	**COSTELA BOVINA**-de primeira qualidade, resfriada e no máximo 10% de sebo e gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionada em saco plástico, transparente, atóxico.embalagem de 1kg.	Frigorifico Azevedo	Kg	720	R$ 16,00	R$ 11.520,00
011	**COXA E SOBRE COXA**-coxa e sobre de frango, de primeira qualidade, congelados, em embalagem filme de pvc transparente ou saco plático transparente. embalagem de 1kg	Real/Granja Brasilia	Kg	1.500	R$ 9,50	R$ 14.250,00
012	**LINGUIÇA CALABRESA**. - linguiça suína, calabresa, especial, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larva. embalagem: à vácuo em saco de polietileno com peso de 02 até 03kg. contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo e validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura. Validade mínima de 02 (dois) meses, a contar da data de entrega.	Sunico	Kg	100	R$ 15,34	R$ 1.534,00
013	**PEITO DE FRANGO** (sem osso) - peito de frango congelado, in natura com 1 kg, etiqueta com identificação de origem, data da embalagem e prazo de validade, transporte em temperatura abaixo de 5º	Real/Granja Brasislia	Kg	2.500	R$ 20,00	R$ 50.000,00
014	**PEIXE, TIPO FILÉ DE MERLUZA**, embalado em saco plástico transparente pesando 800g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura.	Pescados da Cruz	Pct	100	R$ 26,00	R$ 2.600,00
015	**PEIXE EM POSTA** congelado de 1º qualidade sem sal (dourado, pescada, meca) isenta de sujidades como; escamas, barbatanas, guerras, vísceras e postas que antecedem a cabeça e o rabo. sem sal. o peso de água perdida não pode ultrapassa 15% do total do peso do produto. embalado em saco plástico e caixa de papelão. devidamente lacradas e identificadas obrigatoriamente com selo de serviço de inspeção federal do ministério da agricultura (sif). embalagem com peso de 1kg.	Pescados da Cruz	Kg	300	R$ 25,00	R$ 7.500,00
016	**PRESUNTO DE PERU**: presunto de peru cozido, em embalagem plástica resistente e fechada, contendo dados de identificação, data de fab. e prazo de validade. c/ 3kg	Sadia	Kg	320	R$ 22,00	R$ 7.040,00
017	**QUEIJO MUSSARELA**: em embalagem plástica resistente e fechada, contendo dados de identificação, data de fab. e prazo de validade. c/ 1kg	Retiro	Kg	445	R$ 34,00	R$ 15.130,00
018	**SALSICHA** – apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico,	Rara	Kg	410	R$ 7,50	R$ 3.075,00

	limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção do sif. deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega .					
019	**GOMA DE MANDIOCA**, preparo p/ tapioca. embalagem de polietineno atoxico, contendo 1kg, os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro.	Sinhá Maria	Kg	520	R$ 4,50	R$ 2.340,00
020	**MANTEIGA** tipo: primeira qualidade, composição: com sal manteiga; de primeira qualidade; podendo conter: creme de leite pasteurizado e sal. acondicionado em embalagem apropriada, potes de 200g, sem aditivos e gordura trans. rotulagem conforme a legislação vigente. deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega	Natulact	Unid	95	R$ 19,70	R$ 1.871,50
021	**IOGURTE SABORES VARIADOS**, com consistência cremosa ou líquida, acondicionada embalagem de saco plástico. ingredientes obrigatórios: leite pasteurizado; soro de queijo pasteurizado e desnatado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizantes. a embalagem deverá conter 900ml, os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção do sif. validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	Clan	Pct	500	R$ 4,50	R$ 2.250,00
TOTAL DO LOTE: R$ 374.595,00(trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e cinco reais)						

Valor total da contratação R$ 374.595,00(trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e cinco reais).
Para o presente registro de preço não teve cadastro de reserva.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação somente para os órgãos da administração direta do município de Santana do Matos/RN.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santana do Matos/RN, 17 de junho de 2025.

Município Santana do Matos/RN
CNPJ nº 08.110.439.0001-89
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF sob nº ***.079.094-**
Contratante

A. Azevedo da Silva EIRELI EPP
CNPJ nº 27.008.156/0001-75
ANAELSON AZEVEDO DA SILVA
CPF nº ***.832.354-**
Contratada

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:E3127DE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 264 / 2025, DE 12 JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE AS NOMEAÇÕES PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, de conformidade com o Art. 53, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Miguel/RN,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os titulares dos cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, cujos nomes, cargos e siglas constam na relação abaixo, em conformidade com a Lei Complementar nº 005, de 26 de fevereiro de 2025,

Onde lê-se:

NOME COMPLETO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SIGLA
JOSE ALVES LIRA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	CC2
PAULO HENRIQUE FERNANDES DE CARVALHO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO	CC2
ALDIMAR SABINO DE OLIVEIRA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	CC2
JOSE ALTAIR SILVA BEZERRA-	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	CC2
FRANCISCO JEFFERSON NEGREIROS RUFINO	COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	CC3
AMANDA BEATRIZ DA SILVA	CHEFE DA DIVISÃO DE URBANISMO	CC4
VITÓRIA MARIANA DA SILVA	CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	CC4
FRANCINALDO NUNES TEIXEIRA	CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO	CC4

Leia-se:

NOME COMPLETO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SIGLA
JOSE ALVES LIRA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	CC2

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE CARVALHO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO	CC2
ALDIMAR SABINO DE OLIVEIRA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	CC2
JOSE ALTAIR SILVA BEZERRA-	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	CC2
FRANCISCO JEFFERSON NEGREIROS RUFINO	COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	CC3
FRANCINALDO NUNES TEIXEIRA	CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO	CC4

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 12 DE JUNHO DE 2025.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordao Lima Moreno
Código Identificador:A841EBE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE VENCEDORES - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 20379184-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

VENCEDORES DO PROCESSO
Prefeitura Municipal de São Tomé
Prefeitura Municipal de São tome
Registro de Preços Eletrônico - 05/2025

RADIANY F MALHEIRO - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 21.565.342/0001-29 - Endereço: rua padre oliveira rolim - CEP: 59155600 - UF: RN - Município: - Telefone: (84) 3645-3657							
Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001	0001	LOTE 01 - KIT DE ENXOVAL Banheira para Bebê, Material: Plástico, resistente, atóxico. Capacidade mínima 20 litros. Medidas: 73 cm x Largura: 39,5 cm x Altura: 25 cm. Cores: transparente, branca. verde e amarelo.	CAJOVIL	CAJOVIL	200 UN	R$ 27,59	R$ R$ 5.518,00
	0002	Pomada infantil para assaduras com 45gr	LUKINHA	LUKINHA	200 UN	R$ 12,53	R$ R$ 2.506,00
	0003	Cueiro para bebê, em tecido flanelado e antialérgico, medindo no minimo 0,80 x 0,80. Material: tecido 100% Algodão. Cores branca, verde e amarelo. Pacote com 01 unidades.	MINASREY	MINASREY	200 UN	R$ 14,00	R$ R$ 2.800,00
	0004	Fralda descartável Infantil, tamanho Pequeno (P), gel ultra absorvente, com barreiras lateral antivazamentos, prática, anatômica e confortável com polpa de celulose, gel polímero super absorvente, elásticos, filme de polietileno, fibras de polipropileno e adesivo termoplástico, tecido interno macio, embalada em pacote com no minimo 20 unidades. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade.	CONFORT BABY	CONFORT BABY	200 UN	R$ 15,50	R$ R$ 3.100,00
	0005	Fralda em tecido 100% algodão, branca, pacote com 5 pecas no tamanho de 0.70 x 0.70 cm cada.	MINASREY	MINASREY	200 UN	R$ 15,25	R$ R$ 3.050,00
	0006	Fralda em tecido 100% algodão, estampada, pacote com 5 pecas no tamanho de 0.70 x 0.70 cm cada.	MINASREY	MINASREY	200 UN	R$ 15,80	R$ R$ 3.160,00
	0007	Conjunto de camisetinha regata, 100% algodão c/3.	DENGO DA VOVÓ	DENGO DA VOVÓ	200 UN	R$ 14,00	R$ R$ 2.800,00
	0008	Conjunto escova plástica com cerdas macias com pente de plástico com pontas arredondadas, resistente, atóxico Cores: transparente, branca, verde e amarelo.	CEFISA	CEFISA	200 UN	R$ 6,90	R$ R$ 1.380,00
	0009	Conjunto de bebê, composta por 01 camiseta manga longa e 01 Calça comprida, com elástico na cintura e com punho na barra. Material: 100% Algodão Tamanho P (MIJAOZINHO E PAGAOZINHO), cores: transparente, branca. verde e amarelo.	DENGO DA VOVÓ	DENGO DA VOVÓ	200 UN	R$ 12,13	R$ R$ 2.426,00
	0010	Lavanda infantil, 100ML.	DRAGON BABY	DRAGON BABY	200 UN	R$ 6,15	R$ R$ 1.230,00
	0011	Pacote de lenço umedecido sem álcool com 75 und.	COTTON	COTTON	200 UN	R$ 4,00	R$ R$ 800,00
	0012	Conjunto pagaozinho de bebê, composta por 05 pecas; 01 camiseta manga longa e 01 Calça comprida, com elástico na cintura e com punho na barra, luva para recém nascido, 100 % algodão, material lavável com elástico no punho. Material: 100% Algodão Tamanho P (MIJAOZINHO E PAGAOZINHO), cores: transparente, branca. verde e amarelo.	BIJU BABY	BIJU BABY	200 UN	R$ 16,00	R$ R$ 3.200,00
	0013	Sabonete infantil, glicerinado, em barra, formulação suave, hipoalergênico, fragrância suave, indicado para bebes, peso mínimo: 80 gramas. Dermatologicamente testado.	FLORA	FLORA	200 UN	R$ 6,10	R$ R$ 1.220,00
	0014	Saboneteira Material: Plástico, resistente, atóxico, Cores: rosa, azul, verde e amarelo.	MAMITA	MAMITA	200 UN	R$ 3,00	R$ R$ 600,00
	0015	Shampoo infantil formulação suave, hipoalergênico, fragrância suave, indicado para bebes, peso mínimo 100ML Dermatologicamente testado .	DRAGON BABY	DRAGON BABY	200 UN	R$ 6,15	R$ R$ 1.230,00
	0016	Toalha de Banho com Capuz, com Forro de Fralda, para bebê com as seguintes descrições: confeccionada em 100 % algodão, com touca, parte interior revestida em fralda antialérgica, nas medidas minimas: 0,70 x 0,90 cm. Cores rosa, azul, verde bebe e amarelo claro.	INCOMFRAL	INCOMFRAL	200 UN	R$ 29,90	R$ R$ 5.980,00
	0017	Calca enxuta, 100% poliéster, estampada, tamanho 3.	CHUMBINHO	CHUMBINHO	200 UN	R$ 10,00	R$ R$ 2.000,00
TOTAL DO LOTE							R$ 43.000,00
TOTAL DO VENCEDOR							R$ 43.000,00
Valor Total:							R$ 43.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:1702074D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 408, DE 12 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 408, DE 12 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 12 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**10.000,00**
	2069 Manutenção das Ações de Saúde Bucal				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16013110	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**10.000,00**
	2064 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS - Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP				**10.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:28355124

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 410, DE 02 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 30.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 410, DE 02 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 02 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.000,00**
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**30.000,00**
	2076 Manutenção Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**30.000,00**
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**30.000,00**
	2060 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	30.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:C099F11F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 411, DE 05 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 411, DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**10.000,00**
	2021 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**10.000,00**
	2021 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	10.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:012D6059

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 412, DE 02 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 412, DE 02 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 02 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**10.000,00**
	2052 Promoção e Eventos Culturais				**10.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**10.000,00**
	2052 Promoção e Eventos Culturais				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:AC063993

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 413, DE 16 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 20.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 413, DE 16 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 16 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**20.000,00**
	2055 Promoções e Eventos Esportistas				**20.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**20.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**20.000,00**
	2021 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:01671450

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 414, DE 05 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 414, DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**10.000,00**
	2115 Manutenção do Programa de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Familia- IGDBF				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**10.000,00**
	1058 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:D57622FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 416, DE 05 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 200.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 416, DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**200.000,00**
07 .001 Secretaria Munic. de Obras e Instalação					**200.000,00**
	2083 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos				**200.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	200.000,00
Anexo II (Redução)					**200.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**200.000,00**
	2022 Manutenção do setor de Ensino Fundamental				**200.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	200.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:474E527E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SETOR DE PREGÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 44-2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2025
MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.807.667/0001-05, sediado na Colono José São Bezerra nº S/N, Vila Brasília, , Centro, Serra do Mel - RN, aqui representada pela sua Gestora, a Senhora THAYNA AZEVEDO DE OLIVEIRA, CPF nº 105.755.604-10, residente e domiciliado no Município de Serra do Mel/RN, doravante denominado órgão **GERENCIADOR** e **DE OUTRO LADO a empresa SM LOCACOES, SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA-ME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº35.098.562/0001-02, sediado na rua Manoel e Felino dos Santos, 100, CEP: 59.663-000, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, neste ato representado pelo Sr. Enzo Alexandre Medeiros de Siqueira, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 148.949.304-20, com endereço eletrônico **prccom.construcoeseservicos@gmail.com**, conforme atos constitutivos da empresa apresentado nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº 31314/2025, e em observância às disposições da Lei 14.133, de 2021, e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2025**, decorrente do Pregão Eletrônico nº **10/2025,** processo nº **31314/2025**, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133, de 2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O ÓRGÃO GERENCIADOR será o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerais básicos, visando atender as necessidades das famílias carentes do Município de Serra do Mel/RN, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital regente do certame.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor Total(R$)
1	FERETRO ADULTOS: Féretro adulto confeccionada de pinus com 18 de espessura forro em tecido TNT, bico, babado em renda acabamento em verniz de alto brilho com tampa com cristo ou bíblia na tampa, com 04 chavetas,06 alças ou vara dourado com visor e sem visor, dimensões: largura parte inferior ombros 58cm, largura parte superior 64cm, na parte superior 1,96m, altura 22cm, até 100kg, modelo sextavado.	Ser	100,00	R$ 1.789,01	R$ 178.901,00
2	FERETRO INFANTIS: Féretro (infantil), confeccionada de pinus com 18 de espessura forro em tecido TNT acabamento em verniz de alto brilho com tampa com 04 chavetas, com visor e sem visor, dimensões: largura parte inferior ombros 43cm, comprimento parte inferior 1,40mm, na parte superior 1,46m, altura 20cm, modelo sextavado.	Ser	30,00	R$ 945,26	R$ 28.357,80
3	FERETRO ADULTOS ESPECIAL: Féretro adulto confeccionada em pinus com 18 de espessura forro em tecido TNT, bico, babado em renda, acabamento em verniz de alto brilho com tampa, cristo ou bíblia na tampa, com 04 chavetas,06 alças ou varão dourado com visor e sem visor, 2,10m, altura, acima de 100kg.	Ser	30,00	R$ 2.546,07	R$ 76.382,10
4	VESTIMENTAS UNISEX TECIDOS EM CETIM COMPATIVEL COM O GENERO IDADE E TAMANHO.	Ser	160,00	R$ 220,47	R$ 35.275,20
5	ORNAMENTACAO COM ENDREDOM - Com flores naturais composta de flores do campo, flores nobres, rosas, lírios, antúrios e com edredom.	Ser	100,00	R$ 381,42	R$ 38.142,00
6	ORNAMENTACAO SEM ENDREDOM - Com flores naturais composta de flores do campo, flores nobres, rosas, lírios, antúrios e sem edredom.	Ser	100,00	R$ 445,80	R$ 44.580,00
7	GUIRLANDA: Com flores Naturais, sendo elas: flores do campo, flores nobres, rosas, lírios, antúrios de tamanho médio com no mínimo 200 flores.	Ser	100,00	R$ 298,21	R$ 29.821,00
8	TRANSPORTE PARA DENTRO E FORA DO MUNICIPIO Transporte/Remoção, com trajeto a ser definido no momento da prestação do serviço.	Km	30.000,00	R$ 6,20	R$ 186.000,00
9	SERVICOS DE HIGIENIZACAO/CONSERVACAO – Serviços de preparação do torso e demais com higienização interna e externa com utilização de demais produtos químicos necessários para conservação com duração mínima de 48hs.	Ser	160,00	R$ 1.059,63	R$ 169.540,80
Valor global R$					R$ 786.999,90

3.1.1. Nas contratações decorrentes desta ata de registro de preço, o quantitativo a ser eventualmente adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado no Termo de Referência.

3.2. O presente instrumento caracteriza-se como documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 3.1, onde são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas conforme condições definidas no edital e seus anexos, propostas de preços apresentadas e ata do Pregão Eletrônico nº **10/2025**, que integram este instrumento.
3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na respectiva ARP e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.
4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUINTA – REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

5.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ata, e havendo a oscilação de mercado, poderá adotar uma das medidas previstas abaixo, se for o caso.
5.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.
5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:
I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;
II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;
III – convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.
5.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:
I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;
II – promover a negociação com os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, observado o procedimento descrito no subitem 6.6.
5.4.1. Não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 5.6, ou não existindo licitantes que aderiram ao preço do vencedor nem existindo licitantes remanescentes, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.
5.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicitar a revisão do preço registrado e comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:
I – proceder às negociações na forma do subitem 6.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;
II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante se frustrada a negociação de que trata o inciso I deste item.
5.5.1. Diante da inexistência de licitantes que reduziram ao preço do vencedor ou de licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração, por ele, de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.
5.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.
5.5.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei 14.133, de 2021.
5.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.
Da negociação para fins de revisão de preço
5.6. As negociações de que tratam os subitens 5.4.1 e 5.5 deverão observar o seguinte procedimento:
5.6.1. O órgão gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, bem como os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.
5.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do supracitado item 5.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convoca-los para negociação, sempre na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.
5.7. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.
5.8. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar, na fase de planejamento consolidado os quantitativos no relatório do ETP, será considerado participante para efeito do remanejamento.
5.9. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

6.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca diferente daquele registrado na ARP, se for comprovado o motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que não haja majoração do preço registrado, e também o novo produto deve possuir, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores.
6.2. A aceitação de que trata o subitem 6.1, poderá ser precedida de parecer técnico, solicitado pelo gerenciador, que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e a aceitação da substituição deverá ser consignada na ARP através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ARP

7.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:
I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 5.3 e no inciso I do subitem 5.4 desta ARP.
II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 5.2);
IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;
V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133, de 2021.
7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;
IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;
V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o órgão gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:
I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do respectivo preço registrado;
II - proceder às negociações com os licitantes que reduziram seus preços ao valor do vencedor, e também com os licitantes remanescentes na forma do subitem 5.6.
7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o órgão gerenciador deverá motivar a sua decisão no processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e também dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
8.1.1. Publicar o extrato da ARP na imprensa oficial do Município, com a indicação do número da respectiva licitação, do objeto e endereço eletrônico onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.
8.1.2. Publicar nos mesmos moldes delineados no subitem 8.1.1 eventuais alterações que possam ocorrer na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca e/ou modelo, quantitativos dos itens ou de seus preços.
8.1.3. Divulgar, mediante publicação no portal do município e no PNCP, o preço registrado, com indicação dos fornecedores, e essa informação deverá ficar disponível durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
8.1.4. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:
8.1.4.1. Emitir a autorização de compra;
8.1.4.2. Indicar para os Órgãos e/ou Entidades Participantes da ARP, os fornecedores e seus respectivos saldos dos itens, visando subsidiar os pedidos de compras.
8.1.4.3. Proceder atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado, nos termos previstos na Cláusula Quinta.
8.1.4.5. Se necessário, promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos e/ou entidades participantes.
8.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133, de 2021.
8.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, nos termos da Clausula Sexta;
8.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do "*termo de adesão*".
8.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, quando houver situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.
8.1.6. Emitir decisão de forma explícita, sobre todas as solicitações e reclamações elaboradas pelos detentores da Ata de RP, que forem relacionadas ao gerenciamento da ata, com exceção dos requerimentos que forem manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios.
8.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 8.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de até *30(trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123 da Lei)
8.2. São obrigações dos ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES da ata:
8.2.1. Solicitar o uso da ARP ao órgão gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida a ordem de classificação.
8.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.
8.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa, correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.
8.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.
8.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de RP, ou do descumprimento das obrigações contratuais, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.
8.2.8. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no Edital.
8.2.9. Não participar em mais de uma ata de registro de preços, que tenha o mesmo objeto, no prazo de validade desta ARP, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021).
8.2.10. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor da ata de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
8.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP (fornecedor):
8.3.1. Manter, durante a vigência do RP, todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
8.3.2. Responder no prazo de até 05 (dias) dias as solicitações, pedidos e/ou informações, feitas pelo Órgão Gerenciador e Órgãos e/ou Entidades participantes.
8.3.3. Na hipótese do preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados na ARP, **comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento** realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

8.3.4. No caso de solicitação de revisão de preço, deverá comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados.
8.3.5. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente do registrado na ARP, conforme disposto na cláusula sétima deste instrumento, deverá comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores ao registrado, não podendo haver majoração do preço registrado.
8.3.6. Caso solicite o cancelamento do item registrado, deverá comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:
der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total da ARP;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto registrado sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ARP;
praticar ato fraudulento na execução da ARP;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:
I) **Advertência**, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta ARP, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV) **Multa por descumprimento de prazos e obrigações**
1. moratória de 0,5% (cinco décimas por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
1.1. A contratante a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá recusar o objeto solicitado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança.
3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado, no caso de inexecução total pelo fornecedor.
3.1. Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo acima estabelecido, as hipóteses em que o fornecedor não apresentar situação regular conforme as exigências da Administração.
4. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.
IV.1) **Multa por extinção contratual**
1. nas hipóteses de rescisão unilateral, o órgão gerenciador aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente.
2. não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor.
9.3. A aplicação das sanções previstas nesta ARP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4. Todas as sanções previstas nesta ARP poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o órgão;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8. A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ARP ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9. O órgão gerenciador deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11. Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma ARP ou de outros contratos

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações para cada um, fixadas no Termo de Referência.
10.2. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio do instrumento de contrato, dentro do prazo de validade da respectiva ARP, podendo esse ser substituído por nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei 14.133, de 2021.
10.3. Por força do § 2º do artigo 86 da Lei 14.133, de 2021 fica autorizado a utilização da ata de registro de preços, gerenciada pela Administração Pública municipal, por órgãos ou entidades não participantes, observados requisitos dos Incisos I, II e III do § 2º.
10.4. Será admitida a forma eletrônica na celebração da contratação, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
10.5. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei 14.133, de 2021.
10.6. A formalização dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.
10.6.1. Se o instrumento de contrato for substituído por outro instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da Ata.
10.7. Na assinatura do contrato:
I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação;
II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 12.2 do Edital;
10.8. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 4.1), haja vista que o prazo de duração dos contratos segue o disposto pelo Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.
10.9. O instrumento que se utilizará da Ata de Registro de Preços será a Ordem de fornecimento, em modelo padronizado do órgão, podendo ser firmado contrato com o prazo de vigência da contratação, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.
10.10. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
10.11. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, substituição no caso de defeito, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

*Serra do Mel/RN, **09** de **junho** de 2025.*

Fundo Municipal De Assistencia Social-FMAS
CNPJ nº 14.807.667/0001-05
THAYNA AZEVEDO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social
CPF nº 105.755.604-10
Representante Legal
Gerencidador Da Ata

SM Locacoes, Servicos E Construcoes LTDA
CNPJ 35.098.562/0001-02
ENZO ALEXANDRE MEDEIROS DE SIQUEIRA
CPF sob o nº 148.949.304-20
Representante Legal
Detentor Da Ata

TESTEMUNHAS:

1- CPF:

2- CPF:

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:CF8CB68A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 202506170001 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050011/2025 FORNECEDOR GRAFICA SERRINHENSE EIRELI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 202506170001
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050011/2025

O(A) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, situada no(a)--, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Rosânia Maria Teixeira Ferreira, portador do CPF nº CPF/MF Nº 970.522.644-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços do fornecedor GRAFICA SERRINHENSE EIRELI, localizado na R Eugenio Costa, 550, Centro, Serrinha Dos Pintos / Rn - Cep: 59.808-000, inscrito no CNPJ/MF Nº 32.045.095/0001-56, representado(a) pelo(a) Senhor(a) --,indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, ATENDER ÀS DEMANDAS RECORRENTES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 0011/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ 292.420,40 (duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	EMPLASTIFICAÇÃO TAMANHO A4	DIVERSAS	UND	1500.0	5,10	7.650,00
	EMPLASTIFICAÇÃO TAMANHO A4					
2	CONFECÇÃO DE ADESIVO FOSCO EM IMPRESSÃO DIGITAL TAMANHO 0,25X0,40 CM	DIVERSAS	M²	200.0	6,20	1.240,00
	CONFECÇÃO DE ADESIVO FOSCO EM IMPRESSÃO DIGITAL TAMANHO 0,25X0,40 CM					
3	CONFECÇÃO DE ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL BRILHO COM BLACKOUT, TAMANHO 0,60X0,90 CM	DIVERSAS	M²	200.0	5,20	1.040,00
	CONFECÇÃO DE ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL BRILHO COM BLACKOUT, TAMANHO 0,60X0,90 CM					
4	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 279X210MM	DIVERSAS	UND	150.0	2,45	367,50
	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 279X210MM					
5	CONFECÇÃO DE CRACHÁ NO FORMATO 0,30X2,10	DIVERSAS	UND	500.0	3,20	1.600,00
	CONFECÇÃO DE CRACHÁ NO FORMATO 0,30X2,10					
6	CONFECÇÃO DE FOLDER NO FORMATO 300X210MM	DIVERSAS	UND	1000.0	2,50	2.500,00
	CONFECÇÃO DE FOLDER NO FORMATO 300X210MM					
7	CONFECÇÃO DE FOLDER NO FORMATO 315X215MM	DIVERSAS	UND	1000.0	2,55	2.550,00
	CONFECÇÃO DE FOLDER NO FORMATO 315X215MM					
8	CONFECÇÃO DE CÓPIAS FOTOSTATICA P&B	DIVERSAS	UND	10000.0	0,65	6.500,00
	CONFECÇÃO DE CÓPIAS FOTOSTATICA P&B					
9	CONFECÇÃO DE DIÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	DIVERSAS	UND	1000.0	18,20	18.200,00
	CONFECÇÃO DE DIÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
10	CONFECÇÃO DE DIÁRIO DO FUNDAMENTAL I	DIVERSAS	UND	500.0	15,70	7.850,00
	CONFECÇÃO DE DIÁRIO DO FUNDAMENTAL I					
11	CONFECÇÃO DE CARTAZ COLORIDO 65X65MM	DIVERSAS	UND	700.0	2,20	1.540,00
	CONFECÇÃO DE CARTAZ COLORIDO 65X65MM					
12	CONFECÇÃO DE FAIXA DE NYLON MEDINDO 5,00XO80CM	DIVERSAS	UND	30.0	70,10	2.103,00
	CONFECÇÃO DE FAIXA DE NYLON MEDINDO 5,00XO80CM					
13	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC A3	DIVERSAS	UND	70.0	15,30	1.071,00
	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC A3					
14	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC A4	DIVERSAS	UND	80.0	8,50	680,00
	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC A4					
15	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC TAMANHO 21X15CM	DIVERSAS	UND	60.0	4,20	252,00
	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC TAMANHO 21X15CM					
16	CONFECÇÃO DE BOLSA TAMANHO PADRÃO	DIVERSAS	UND	120.0	31,20	3.744,00
	CONFECÇÃO DE BOLSA TAMANHO PADRÃO					
17	CONFECÇÃO DE COPO PERSONALIZADO	DIVERSAS	UND	520.0	3,80	1.976,00
	CONFECÇÃO DE COPO PERSONALIZADO					
18	PASTA ESCOLAR PERSONALIZADA	DIVERSAS	UND	1000.0	2,62	2.620,00
	PASTA ESCOLAR PERSONALIZADA					
19	ENVELOPES, 1X0 CORES, NO FORMATO 240X340 (MM) FECHADO, 370 X 540 (MM) ABERTO	DIVERSAS	UND	1100.0	1,32	1.452,00
	ENVELOPES, 1X0 CORES, NO FORMATO 240X340 (MM) FECHADO, 370 X 540 (MM) ABERTO					
20	ADESIVOS COLORIDOS TAMANHO 18	DIVERSAS	UND	1000.0	5,20	5.200,00
	ADESIVOS COLORIDOS TAMANHO 18					
21	BLOCOS PARA ANOTAÇÕES, A 1 X 0 CORES, NO FORMATO 150 X 200 (MM) ABERTO, 150 X 1 "VIAS"	DIVERSAS	BLC	200.0	3,10	620,00
	BLOCOS PARA ANOTAÇÕES, A 1 X 0 CORES, NO FORMATO 150 X 200 (MM) ABERTO, 150 X 1 "VIAS"					
22	CONVITES PERSONALIZADOS COLORIDOS FORMATO 36 E 18.	DIVERSAS	UND	200.0	1,60	320,00
	CONVITES PERSONALIZADOS COLORIDOS FORMATO 36 E 18.					
23	CONVITE 10 X 21 - CONVITES EM PAPEL COCHE 40 KG, TAMANHO 10 X 21 CM	DIVERSAS	UND	200.0	1,35	270,00
	CONVITE 10 X 21 - CONVITES EM PAPEL COCHE 40 KG, TAMANHO 10 X 21 CM					
24	FAIXAS PARA DIVULGAÇÃO	DIVERSAS	UND	52.0	126,10	6.557,20
	FAIXAS PARA DIVULGAÇÃO					
25	PANFLETOS PARA DIVULGAÇÃO	DIVERSAS	UND	3000.0	1,00	3.000,00
	PANFLETOS PARA DIVULGAÇÃO					
26	PAINEL PARA DIVULGAÇAO	DIVERSAS	UND	15.0	576,00	8.640,00
	PAINEL PARA DIVULGAÇAO					
27	ADESIVA ETIQUETA PERSONALIZADA FOLHA A4	DIVERSAS	UND	100.0	5,40	540,00
	ADESIVA ETIQUETA PERSONALIZADA FOLHA A4					
28	CANECAS DE ACRILICO PERSONALIZADOS.	DIVERSAS	UND	400.0	4,30	1.720,00

	CANECAS DE ACRILICO PERSONALIZADOS.					
29	MOCHILA SACO PERSONALIZADOS 33X40	DIVERSAS	UND	100.0	39,20	3.920,00
	MOCHILA SACO PERSONALIZADOS 33X40					
30	BOTON 45 CM REDONDO PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS.	DIVERSAS	UND	500.0	9,20	4.600,00
	BOTON 45 CM REDONDO PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS.					
31	BOTON 0,08X0, 08CM REDONDO PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS.	DIVERSAS	UND	2000.0	0,48	960,00
	BOTON 0,08X0, 08CM REDONDO PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS.					
32	PLACA CONFECCIONADA EM LONA COM ESTRUTURA DE METAL GALVANIZADO	DIVERSAS	M²	50.0	170,00	8.500,00
	PLACA CONFECCIONADA EM LONA COM ESTRUTURA DE METAL GALVANIZADO					
33	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 270X210MM	DIVERSAS	UND	150.0	2,40	360,00
	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 270X210MM					
34	FAIXA SERIGRAFADA EM TECIDOS TAMANHO 4X1	DIVERSAS	UND	20.0	100,00	2.000,00
	FAIXA SERIGRAFADA EM TECIDOS TAMANHO 4X1					
35	CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA MEDINDO 1,10 X 2,00M	DIVERSAS	UND	100.0	102,00	10.200,00
	CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA MEDINDO 1,10 X 2,00M					
36	ENCADERNAÇÃO 100 FOLHAS	DIVERSAS	UND	1000.0	6,70	6.700,00
	ENCADERNAÇÃO 100 FOLHAS					
37	CONFECÇÃO DE CRACHÁ NO FORMATO 0,09X0,14	DIVERSAS	UND	100.0	14,30	1.430,00
	CONFECÇÃO DE CRACHÁ NO FORMATO 0,09X0,14					
38	CARIMBO AUTOMÁTICO (CAIXA AUTOMÁTICA 302)	DIVERSAS	UND	50.0	51,20	2.560,00
	CARIMBO AUTOMÁTICO (CAIXA AUTOMÁTICA 302)					
39	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 18X47MM - 303	DIVERSAS	UND	25.0	60,20	1.505,00
	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 18X47MM - 303					
40	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 38X14 MM - 302	DIVERSAS	UND	50.0	48,20	2.410,00
	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 38X14 MM - 302					
41	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 43X43MM - 343	DIVERSAS	UND	18.0	60,10	1.081,80
	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 43X43MM - 343					
42	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 60X40MM - 4927	DIVERSAS	UND	10.0	105,00	1.050,00
	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 60X40MM - 4927					
43	CONFCÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 75X38MM - 4926	DIVERSAS	UND	12.0	80,20	962,40
	CONFCÇÃO DE CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO EM RESINA FOTOELETROSTATICA-UV 75X38MM - 4926					
44	CARIMBO DE MADEIRA TAMANHO: 40 X 70MM	DIVERSAS	UND	10.0	18,20	182,00
	CARIMBO DE MADEIRA TAMANHO: 40 X 70MM					
45	PANFLETOS DIVIDIDOS EM 4 MODELOS	DIVERSAS	UND	2000.0	1,20	2.400,00
	PANFLETOS DIVIDIDOS EM 4 MODELOS					
46	CONFECÇÃO DE TROFÉU EM ACRILICO DOURADO 3MM COM BASE DE MARMORE	DIVERSAS	UND	200.0	45,20	9.040,00
	CONFECÇÃO DE TROFÉU EM ACRILICO DOURADO 3MM COM BASE DE MARMORE					
47	IMPRESSÃO DE PLANTA E PAPEL COCHÉ 90 G TAMANHO A1	DIVERSAS	UND	80.0	10,20	816,00
	IMPRESSÃO DE PLANTA E PAPEL COCHÉ 90 G TAMANHO A1					
48	PRODUÇÃO DE PLACA EM ACM E ACABAMENTO DUPLA FACCE EM LEDE E ACRILICO	DIVERSAS	UND	25.0	320,00	8.000,00
	PRODUÇÃO DE PLACA EM ACM E ACABAMENTO DUPLA FACCE EM LEDE E ACRILICO					
49	PRODUÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO REFLETIVA	DIVERSAS	UND	45.0	170,00	7.650,00
	PRODUÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO REFLETIVA					
50	IMPRESSÃO DE ADESIVO FOSCO BLECKOUT	DIVERSAS	M	150.0	45,00	6.750,00
	IMPRESSÃO DE ADESIVO FOSCO BLECKOUT					
51	IMPRESSÃO EM ADESIVO TRANSPARENTE	DIVERSAS	M	100.0	45,20	4.520,00
	IMPRESSÃO EM ADESIVO TRANSPARENTE					
52	CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA 440 G TAMANHO 1.10X0,90	DIVERSAS	UND	20.0	49,70	994,00
	CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA 440 G TAMANHO 1.10X0,90					
53	IMPRESSÃO EM LONA FOSCO 440G	DIVERSAS	M	40.0	120,00	4.800,00
	IMPRESSÃO EM LONA FOSCO 440G					
54	IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA BRILHO 440G	DIVERSAS	M	150.0	48,20	7.230,00
	IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA BRILHO 440G					
55	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 210/139 MM EM PAPEL COUCHÊ 300G	DIVERSAS	UND	150.0	2,50	375,00
	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 210/139 MM EM PAPEL COUCHÊ 300G					
56	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 210/139 MM EM PAPEL COUCHE 250 G	DIVERSAS	UND	150.0	2,45	367,50
	CONFECÇÃO DE CERTIFICADO NO FORMATO 210/139 MM EM PAPEL COUCHE 250 G					
57	ENVELOPES 1X0CORES, NO FORMATO 180 X 250 MM FECHADO, 380 X 270 MM ABERTO	DIVERSAS	UND	500.0	1,10	550,00
	ENVELOPES 1X0CORES, NO FORMATO 180 X 250 MM FECHADO, 380 X 270 MM ABERTO					
58	ENVELOPES 1X0 CORES, NO FORMATO 110 X 230 MM FECHADO, 260 X 260 MM ABERTO	DIVERSAS	UND	400.0	0,98	392,00
	ENVELOPES 1X0 CORES, NO FORMATO 110 X 230 MM FECHADO, 260 X 260 MM ABERTO					
59	IMPRESSÃO DE ADESIVO FOSCO BLECKUT	DIVERSAS	M	200.0	35,20	7.040,00
	IMPRESSÃO DE ADESIVO FOSCO BLECKUT					
60	IMPRESSÃO DE ADESIVO BRILHO	DIVERSAS	M	200.0	32,20	6.440,00
	IMPRESSÃO DE ADESIVO BRILHO					
61	CONFECÇÃO DE DISPLAY DE MESA EM ACRILICO MM	DIVERSAS	UND	50.0	17,00	850,00
	CONFECÇÃO DE DISPLAY DE MESA EM ACRILICO MM					
62	BLS DE ENCAMINHAMENTO COM 100 FOLHAS 100X2, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G.	DIVERSAS	BLC	30.0	19,60	588,00

	BLS DE ENCAMINHAMENTO COM 100 FOLHAS 100X2, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G.					
63	BLS DE RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21 X30CM, PAPEL AP 56G.	DIVERSAS	BLC	2000.0	10,20	20.400,00
	BLS DE RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21 X30CM, PAPEL AP 56G.					
64	BLS DE RECEITUARIO COMUM COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G	DIVERSAS	BLC	2000.0	10,20	20.400,00
	BLS DE RECEITUARIO COMUM COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G					
65	BLS DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES (DIVERSOS) COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G.	DIVERSAS	BLC	1500.0	10,20	15.300,00
	BLS DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES (DIVERSOS) COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G.					
66	BLS DE FICHA DE REFERÊNCIA COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X15CM, PAPEL AP 56G.	DIVERSAS	BLC	100.0	14,20	1.420,00
	BLS DE FICHA DE REFERÊNCIA COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X15CM, PAPEL AP 56G.					
67	ENVELOPES DE PRONTUARIOS, FORMATO 31 X 44 CM, PAPEL AP 120G. 1X0 COR, AMARELO.	DIVERSAS	UND	300.0	3,40	1.020,00
	ENVELOPES DE PRONTUARIOS, FORMATO 31 X 44 CM, PAPEL AP 120G. 1X0 COR, AMARELO.					
68	BLS DE CADASTRO INDIVIDUAL F/V COM 100 FOLHAS, FORMATO 21X30 CM, 1X1 COR PAPEL AP 90G. SB	DIVERSAS	BLC	100.0	14,20	1.420,00
	BLS DE CADASTRO INDIVIDUAL F/V COM 100 FOLHAS, FORMATO 21X30 CM, 1X1 COR PAPEL AP 90G. SB					
69	BLS DE FICHA DE ANTENDEMENTO INDIVIDUAL E INICIAL COM OU (F/V) COM 100 FOLHAS FORMATO 21X30 CM, 1X1 COR PAPEL AP 90G. SB	DIVERSAS	BLC	100.0	14,20	1.420,00
	BLS DE FICHA DE ANTENDEMENTO INDIVIDUAL E INICIAL COM OU (F/V) COM 100 FOLHAS FORMATO 21X30 CM, 1X1 COR PAPEL AP 90G. SB					
70	BLS DE BOLETIM MENSAL DE DOSES APLICADAS SL - API F/V COM 100 FOLHAS FORMATO 21X30 CM, 1X1 COR PAPEL AP 90G. SB	DIVERSAS	BLC	30.0	16,30	489,00
	BLS DE BOLETIM MENSAL DE DOSES APLICADAS SL - API F/V COM 100 FOLHAS FORMATO 21X30 CM, 1X1 COR PAPEL AP 90G. SB					
71	BLS DE FICHA DE PRODUÇÃO ODONTOLÓGICA COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X15CM,PAPEL AP 56G.	DIVERSAS	BLC	100.0	15,30	1.530,00
	BLS DE FICHA DE PRODUÇÃO ODONTOLÓGICA COM 100 FOLHAS 100X1, FORMATO 21X15CM,PAPEL AP 56G.					
72	BLS DE RECEITUARIO AZUL COM 100 FOLHAS 50X2, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G.	DIVERSAS	BLC	200.0	10,30	2.060,00
	BLS DE RECEITUARIO AZUL COM 100 FOLHAS 50X2, FORMATO 21X30CM, PAPEL AP 56G.					
73	CARTÕES DE HIPERTENSOS E DIABETICOS FORMATO 10 X 15CM, PAPEL TP 250, 1X1 COR	DIVERSAS	UND	5000.0	1,40	7.000,00
	CARTÕES DE HIPERTENSOS E DIABETICOS FORMATO 10 X 15CM, PAPEL TP 250, 1X1 COR					
74	BL DE RELAÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS COM 100 FOLHAS FORMATO 21X30 CM 1X1 COR 90G	DIVERSAS	BLC	30.0	16,30	489,00
	BL DE RELAÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS COM 100 FOLHAS FORMATO 21X30 CM 1X1 COR 90G					
75	BLS DE ATENDIMENTO ANTI-RABICO HUMANO COM 100 FOLHAS, FORMATO 21X29,7CM, PAPEL OFFSET 75 GR 1X0 COR. SB	DIVERSAS	BLC	10.0	18,30	183,00
	BLS DE ATENDIMENTO ANTI-RABICO HUMANO COM 100 FOLHAS, FORMATO 21X29,7CM, PAPEL OFFSET 75 GR 1X0 COR. SB					
76	BLS DE FICHA DE INVESTIGAÇAO DENGUE E FEBRE CHICUGUNYA COM 100 FOLHAS, FORMATO 21X29,7CM, PAPEL OFFSET 75GR 1X0COR SB	DIVERSAS	BLC	10.0	18,30	183,00
	BLS DE FICHA DE INVESTIGAÇAO DENGUE E FEBRE CHICUGUNYA COM 100 FOLHAS, FORMATO 21X29,7CM, PAPEL OFFSET 75GR 1X0COR SB					
77	CARTÃO ACOMP./RECEM-NASCIDO E DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO - ESPELHO MENINOSE MENINAS.	DIVERSAS	UND	2000.0	1,40	2.800,00
	CARTÃO ACOMP./RECEM-NASCIDO E DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO - ESPELHO MENINOSE MENINAS.					
78	CADERNETA DA CRIANÇA	DIVERSAS	UND	200.0	18,20	3.640,00
	CADERNETA DA CRIANÇA					
79	CADERNETA DA GESTANTE	DIVERSAS	UND	200.0	18,20	3.640,00
	CADERNETA DA GESTANTE					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

SERRINHA DOS PINTOS/RN, 17 de junho de 2025

Secretaria De Educação
CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Representante legal do órgão gerenciador

GRAFICA SERRINHENSE EIRELI
CNPJ/MF Nº 32.045.095/0001-56
--
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:5667C6AB

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 202506170002 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28050012/2025 FORNECEDOR FLOR E OLIVEIRA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 202506170002
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28050012/2025

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, situada Na Rua Eugenio Costa, 72, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Rosânia Maria Teixeira Ferreira, portador do CPF nº CPF/MF Nº 970.522.644-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços do fornecedor FLOR E OLIVEIRA LTDA, localizado na Avenida Gov. Tarcisio De Vasconcelos Maia, 1450, Candelária, Natal / Rn - Cep: 59.065-780, inscrito no CNPJ/MF Nº 12.689.295/0002-15, representado(a) pelo(a) Senhor(a) --,indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TRANSPORTE RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, REALIZADAS NA CAPITAL DO ESTADO., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 00012, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ 205.480,00 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	DIESEL S- 500	vibra	LT	10000.0	6,30	63.000,00
	DIESEL COMUM					
2	DIESEL S10	vibra	LT	7000.0	6,34	44.380,00
	DIESEL S10					
3	GASOLINA COMUM	vibra	LT	15000.0	6,54	98.100,00
	GASOLINA COMUM					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

SERRINHA DOS PINTOS/RN, 17 de junho de 2025

Secretaria Municipal de Transporte
CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Representante Legal do Órgão Gerenciador

Flor e Oliveira LTDA
CNPJ/MF Nº 12.689.295/0002-15
MAXWELL FLOR DE OLIVEIRA
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:9BB88EE0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 19/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS ODONTOLOGICOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS QUE PRESTARÃO SEUS SERVIÇOS, NA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA NO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, POR UM PERIODO DE 12 MESES.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, AV. INTERVENTOR MARIO CAMARA, 0 , NOSSA SENHORA DO NAZARE, Natal/RN, CEP: 59062-600.
FORNECEDOR: JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ: 27.029.083/0001-06)**,** AV. JOÃO XXIII, 0 , COHABINAL, Parnamirim/RN, CEP: 59140-690.
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

LOTE 1

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0012287 - ABRIDOR DE BOCA ABRITEC EMBALAGEM COM 2 UNIDADES. TAMANHO G E P.	MAQUIRA	UND	10,000000	7,190	71,90
2	0012288 - ÁCIDO FOSFORICO GEL A 37% SERINGA COM 2,5 ML PCT 3 UNDADES	SS WHITE	PCT	60,000000	2,590	155,40
3	0005437 - ADESIVO 3M™ ADPER™ SINGLE BOND 2 – SOLVENTUM -COM TAMPA FLIP TOP;PRIMER E ADESIVO EM UM FRASCO SÓ; 1 FRASCO DE ADESIVO COM 3G.	3M	Fr	15,000000	131,600	1.974,00
4	0005435 - ADESIVO DENTAL, FR COM 4ML. PRIME & BOND/SINGLE BOND. NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA TRATADA QUE PROMOVEM MAIOR ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA AO ADESIVO. REF:DENTSPLY SIRONA	DENTSPLY	Fr	25,000000	57,360	1.434,00
5	0005436 - ADESIVO PARA ESMALTE E DENTINA (Master Bond Refil 1FR DE 5ML)	BIODINAMICA	Fr	20,000000	20,990	419,80
6	0012289 - AFASTADOR LABIAL EXPANDEX ADULTO AUTOCLAVÁVEL	MAQUIRA	UND	6,000000	9,300	55,80
7	0012290 - AFASTADOR LABIAL EXPANDEX INFANTIL AUTOCLAVÁVEL	MAQUIRA	UND	6,000000	9,300	55,80
8	0012291 - AFASTADOR MINESSOTA CONFECCIONADO EM AÇO INOX AUTOCLAVAVEL.	GOLGRAN	UND	3,000000	9,990	29,97
9	0005438 - AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVAL CURTA 30 G CX C/ 100 UNDADES. BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL.	DCARE	CX	60,000000	26,650	1.599,00
10	0005442 - AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVAL LONGA, BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL, COM 100 UND.	PROCARE	CX	2,000000	27,300	54,60
11	0012292 - ALAVANCA APICAL RETA ADULTO, CONFECCIONADA EM AÇO INOX.	GOLGRAN	UND	15,000000	35,830	537,45
12	0005447 - ALAVANCA RETA INFANTIL, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL.	GOLGRAN	UND	6,000000	32,300	193,80
13	0005448 - ALAVANCA SELDIN 1-L CONFECCIONADA EM AÇO INOX.	GOLGRAN	UND	10,000000	35,070	350,70
14	0005449 - ALAVANCA SELDIN 1-R, CONFECCIONADA EM AÇO INOX.	GOLGRAN	UND	10,000000	35,070	350,70
15	0005450 - ALGODÃO EM ROLOS, ALGODÃO EM ROLETE PARA USO ODONTOLOGICO, HIDROFILO, BOA ABSORÇÃO, MACIO, INODORO, COMPACTO, COR BRANCA EMBALADO EM PCTS DE PLASTICO ATOXICO CONTENDO 100 ROLETES COM APROXIMADAMENTE 4 CM DE COMP X 1 CM DE DIAMETRO	SS PLUS	PCT	200,000000	2,590	518,00
16	0012293 - ALVEOLEX (CURATIVO ALVEOLAR COM PRÓPOLIS 10 G)	BIODINAMICA	UND	15,000000	40,580	608,70
17	0005453 - ANESTÉSICO INJETÁVEL ARTICANA 4% C/ EPINEFRINA 1:100000 CX COM 50 ANESTUBES DE 1,8 ML CADA	DFL	CX	30,000000	168,870	5.066,10
18	0012294 - ANESTÉSICO INJETÁVEL CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% C/ FILEFRINA CX COM 50 TUBETES DE 1,8 ML.	SS WHITE	CX	110,000000	60,700	6.677,00
19	0005454 - ANESTÉSICO INJETÁVEL CLORIDRATO DE MEPIVACAINA 3% S/ VASOCONTRUTOR DE 1,8ML 50 ANESTUBES	DLA	CX	30,000000	145,000	4.350,00
20	0012295 - ANESTÉSICO INJETAVÉL MEPIVACAÍNA MEPIADRE 2% 1:100.000 CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8 ML.	DFL	UND	30,000000	151,000	4.530,00
21	0005457 - ANESTÉSICO TÓPICO A BASE DE BENZOCAINA EM GEL C/ 20% DE PRINCIPIO ATIVO POTE COM 12 GRS.	DFL	Fr	50,000000	16,870	843,50
22	0012296 - APLICADOR DENTAL REGULAR (1,5 MM) - (TIPO MICROBRUSH), EMBALAGEM COM 100 UNDADES.	ANGELUS	CX	30,000000	16,330	489,90
23	0012297 - APLICADOR DENTAL REGULAR (FINO) - (MICROBRUSH), EMBALAGEM COM 100 UNDADES.	ANGELUS	CX	20,000000	13,560	271,20
24	0005461 - AVENTAL TNT DESCARTAVEL POSSUI MANGA LONGA, PUNHO DE ELÁSTICO, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, CONFECCIONADO EM TNT, COM ABERTURA NA PARTE DE TRÁS, ALEM DA TIRA QUE FECHA NA CINTURA E POR TRÁS DO PESCOÇO, FABRICADA EM 100% POLIPROPILENO.	MEDIX	UND	100,000000	4,030	403,00
25	0012298 - BABADOR DESCARTAVEL, IMPERMEAVEL E COMPOSTO POR FIBRA DE CELULOSE VERGUIS E FILME DE POLIETILERIO OTÓXICO COM DIMENSOES 32 CX X 47 CM CX COM 100 UNDADES.	SS PLUS	PCT	200,000000	27,000	5.400,00
26	0005463 - BANDA MATRIZ DE AÇO (5MM) NA METRAGEM DE 0,05X5X500 MM	I.DENTAL	UND	15,000000	2,950	44,25
27	0005464 - BANDA MATRIZ DE AÇO (7MM) NA METRAGEM DE 0,05X7X500 MM	I.DENTAL	UND	5,000000	1,340	6,70
28	0005465 - BANDEJA P/ INSTRUMENTAL EM AÇO INOXIDÁVEL LISA, AUTOCLÁVEL, 22 X 17 X 1 OU 1,5CM	FLEXINOX	UND	15,000000	30,860	462,90
29	0005466 - BICARBONATO-PÓ DE BICARBONATO EXCLUSIVO PARA USO ODONTOLOGICO, IDEAL PARA USO EM APARELHOS DE PROFILAXIA, CX COM 15 PCTS DE 40 GRAMAS.	IODONTOSUL	CX	30,000000	50,630	1.518,90
30	0005468 - BROCA CARBIDE ESFÉRICA 6 PRODUZIDAS EM CARBURETO DE TUGSTÊNIO SOBRE HASTES AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL.	MICRODONT	UND	10,000000	13,000	130,00
31	0005470 - BROCA CIRÚGICA HASTE LONGA Nº 05	MICRODONT	UND	20,000000	13,000	260,00
32	0005471 - BROCA CIRUGICA HASTE LONGA Nº 06	MICRODONT	UND	20,000000	15,000	300,00
33	0005472 - BROCA CIRURGICA Nº 04	MICRODONT	UND	20,000000	14,480	289,60
34	0005473 - BROCA CIRURGICA Nº 06	MICRODONT	UND	20,000000	14,920	298,40
35	0005474 - BROCA CIRURGICA Nº 08	MICRODONT	UND	20,000000	17,250	345,00
36	0005475 - BROCA CIRURGICA Nº 702L (FISURA CÓNICA)	MICRODONT	UND	15,000000	12,000	180,00
37	0005476 - BROCA CIRURGICA Nº 702R (FISURA CÓNICA)	MICRODONT	UND	15,000000	18,000	270,00
38	0002137 - BROCA CIRÚRGICA, material aço inoxidável, formato ponta ativa cônica, tipo laminada, encaixe universal, tipo uso reusável e esterilizável.	MICRODONT	UND	15,000000	25,280	379,20
39	0002138 - BROCA de alta rotação diamantada cilíndrica plana 1090	FAVA	UND	5,000000	4,790	23,95
40	0002139 - BROCA de alta rotação diamantada cilíndrica plana 1091	FAVA	UND	8,000000	4,660	37,28
41	0002140 - BROCA de alta rotação diamantada cilíndrica plana 1092	FAVA	UND	8,000000	5,330	42,64
42	0002141 - BROCA de alta rotação diamantada cônica invertida 1031	FAVA	UND	8,000000	4,100	32,80
43	0002143 - BROCA de alta rotação diamantada cônica invertida 1033	FAVA	UND	15,000000	4,350	65,25
44	0012299 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1011	FAVA	UND	20,000000	4,000	80,00
45	0012300 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1012	FAVA	UND	30,000000	4,000	120,00
46	0012301 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1012 HL	FAVA	UND	20,000000	4,000	80,00
47	0012302 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1013	FAVA	UND	20,000000	3,000	60,00
48	0012303 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1014 HL	FAVA	UND	20,000000	3,670	73,40
49	0012304 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1015 HL	FAVA	UND	20,000000	4,070	81,40
50	0012305 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1032	FAVA	UND	15,000000	3,000	45,00
51	0012306 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1112FF	FAVA	UND	15,000000	4,000	60,00
52	0012307 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1190	FAVA	UND	20,000000	3,000	60,00
53	0012308 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2200	FAVA	UND	10,000000	3,000	30,00

54	0012309 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2200F	FAVA	UND	10,000000	3,000	30,00
55	0012310 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3017 HL	FAVA	UND	10,000000	3,000	30,00
56	0012311 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195	FAVA	UND	12,000000	3,000	36,00
57	0005489 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195F	FAVA	UND	20,000000	3,000	60,00
58	0012312 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1034 INVERTIDA	FAVA	UND	15,000000	3,000	45,00
59	0005497 - BROCAS CARBIDE Nº 2	MICRODONT	UND	10,000000	11,330	113,30
60	0012313 - BROCAS CARBIDE Nº 3	MICRODONT	UND	10,000000	11,730	117,30
61	0012314 - BROCAS CARBIDE Nº 56	MICRODONT	UND	5,000000	5,450	27,25
62	0005501 - BROCAS CARBIDE Nº 6	MICRODONT	UND	8,000000	13,000	104,00
63	0005502 - BROCAS CARBIDE Nº 699	MICRODONT	UND	5,000000	37,660	188,30
64	0012315 - BROCAS CARBIDE Nº 7	MICRODONT	UND	5,000000	6,030	30,15
65	0012316 - BROCAS CARBIDEA Nº 702	MICRODONT	UND	10,000000	12,670	126,70
66	0012317 - BROCAS CARBIDES Nº 710L	MICRODONT	UND	10,000000	11,840	118,40
67	0005506 - BROCAS DIAMANTADAS Nº 2135	FAVA	UND	15,000000	3,000	45,00
68	0005507 - BROCAS DIAMANTADAS Nº 3082	FAVA	UND	10,000000	2,670	26,70
69	0005508 - BROCAS DIAMANTADAS Nº 3083	FAVA	UND	10,000000	2,650	26,50
70	0005509 - BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195	FAVA	UND	20,000000	4,000	80,00
71	0012318 - BROQUEIRO DE ALUMÍNIO COM 24 FUROS FG E CA	PERFURA BRAG	UND	5,000000	29,370	146,85
VALOR GLOBAL LOTE 1					**43.168,44**	

LOTE 3

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
144	0005602 - LÂMINAS DE BISTURI Nº 11 ÏLÂMINA ESTÉRIL, AÇO CARBONO EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FORMA DE SACHE COM INIBIDOR DE CORROSÃO LINCENCIADA DE ACORDO DO A ISSO 9002. REEMBALADA EM CXS DE 100 UNDADES	UNIQMED	CX	20,000000	22,000	440,00
145	0005603 - LÂMINAS DE BISTURI Nº 15 ÏLÂMINA ESTÉRIL, AÇO CARBONO EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FORMA DE SACHE COM INIBIDOR DE CORROSÃO LINCENCIADA DE ACORDO DO A ISSO 9002. REEMBALADA EM CXS DE 100 UNDADES	UNIQMED	CX	40,000000	28,600	1.144,00
146	0002217 - LIMA PARA OSSO, tipo Soldin, nº 12, confeccionada em aço inox.	GOLGRAN	UND	10,000000	37,670	376,70
147	0005604 - LUVA DE PROCEDIMENTO G, NÃO ALÉRGICA, TAMANHO GRANDE, PRODUZIDA COM LÁTEX ORIGINAL, ANTIDERRAPANTE, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, PRODUTO DE USO ÚNICO, CX COM 100 UNDADES.	MEDIX	CX	150,000000	19,840	2.976,00
148	0005605 - LUVA DE PROCEDIMENTO M, NÃO ALÉRGICA, TAMANHO MÉDIO, PRODUZIDA COM LÁTEX ORIGINAL, ANTIDERRAPANTE, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, PRODUTO DE USO ÚNICO, CX COM 100 UNDADES.	MEDIX	CX	150,000000	19,840	2.976,00
149	0005606 - LUVA DE PROCEDIMENTO P, NÃO ALÉRGICA, TAMANHO PEQUENO, PRODUZIDA COM LÁTEX ORIGINAL, ANTIDERRAPANTE, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, PRODUTO DE USO ÚNICO, CX COM 100 UNDADES.	MEDIX	CX	100,000000	29,280	2.928,00
150	0012356 - MANDRIL PARA CONTRA-ÂNGULO DISCOS POP-ON – MICRODONT	MICRODONT	UND	15,000000	24,570	368,55
151	0012357 - MÁSCARA TRIPLA DESCARTÁVEL COM FILTRO (BFE =95%) CAIXA 50 UN.	MEDIX	CX	100,000000	5,720	572,00
152	0005613 - OCULOS P/ PROTEÇÃO – EPI.	SSPLUS	UND	10,000000	4,100	41,00
153	0005614 - OLEO LUBRIFICANTE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200 ML.	INDUSBELLO	UND	15,000000	27,430	411,45
154	0005615 - OTOSPORIN - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (POLIMIXINA B + NEOMICINA + HIDOCORTISONA FR COM 10 ML.	FQM	Fr	20,000000	17,350	347,00
155	0005616 - PAPEL CARBONO CONTACTO PAPER – COMPATÍVEL COM O DA ANGELUS.	I.DENTAL	UND	20,000000	2,280	45,60
156	0005620 - PAPEL TOALHA MACIO E COM GRANDE PODER DE ABSORÇÃO DE 2 DOBRAS- ROLO COM 1000 FOLHAS	NOBRE	PCT	100,000000	28,950	2.895,00
157	0012358 - PASTA DE POLIMENTO DIAMANTADA - AAF - EMBALAGEM COM 1 SERINGA DE 3G E 2 PONTAS APLICADORAS.	AF DO BRASIL	UND	15,000000	21,120	316,80
158	0005622 - PASTA PROFILATICA TUBO C/ 90 G	IODONTOSUL	UND	50,000000	3,900	195,00
159	0012359 - PEÇA DE MÃO RETA/ DO CONTRA ÂNGULO COM DESIGN ERGONÔMICO, CORPO METÁLICO, COM SISTEMA DE CONEXÃO NO EQUIPO ODONTOLÓGICO TIPO UNIVERSAL BORDEN (ISO 9168) E CONEXÃO TIPO INTRA (ISO 3964) NO CONTRA ÂNGULO / PEÇA RETA. É AUTOCLAVÁVEL A 135°C. TRABALHA COM 20.000 RPM (MÁX.). PRESSÃO DE TRABALHO 60 A 80 PSI	NSK	UND	6,000000	794,000	4.764,00
160	0012360 - PEDRA POMES EXTRAFINA - FRASCO COM NO MÍNIMO 100 G.	IODONTOSUL	Fr	15,000000	3,580	53,70
161	0012361 - PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO Nº 317.	GOLGRAN	UND	20,000000	12,330	246,60
162	0012362 - PINCA HALSTEAD HEMOST MOSQUITO RETA - 14CM	GOLGRAN	UND	25,000000	35,670	891,75
163	0012363 - PINÇA KELLY RETA - 14CM	GOLGRAN	UND	10,000000	34,120	341,20
164	0005632 - PLACA DE VIDRO GROSSA DE ESPESSURA 20MM LISA PESO 511G	ORTO CENTRAL	UND	6,000000	21,020	126,12
165	0012364 - PONTA SHOFU FG - TIPO CHAMA	AMERICAN BURRS	UND	20,000000	9,720	194,40
166	0012365 - PONTA SHOFU FG - TIPO CILÍNDRICA	AMERICAN BURRS	UND	20,000000	9,720	194,40
167	0012366 - PONTA SHOFU FG - TIPO ESFÉRICA	AMERICAN BURRS	UND	20,000000	9,720	194,40
168	0012367 - PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1-S - PARA ULTRASSON - POTÊNCIA: 70 % (MÉDIA- ALTA) USO COM REFRIGERAÇÃO, AUTOCLAVAVEL.	SCHUSTER	UND	15,000000	64,950	974,25
169	0005635 - PORTA AGULHA MAYO-HEGAR DELICADO COM VÍDEA. MED.17CM CONFECIONADA EM AÇO INOX.	GOLGRAN	UND	15,000000	160,220	2.403,30
170	0005636 - PORTA ALGODÃO.	GOLGRAN	UND	5,000000	52,980	264,90
171	0005639 - PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE CONFECCIONADO EM AÇO INOX	GOLGRAN	UND	5,000000	20,930	104,65
172	0005640 - POSICIONADOR RADIOGRÁFICO ADULTO AUTOCLAVÁVEL. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 5 PECAS + POTE PARA ARMAZENAMENTO.	MAQUIRA	Kit	3,000000	62,400	187,20
173	0005641 - POSICIONADOR RADIOGRÁFICO INFANTIL AUTOCLAVÁVEL. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 5 PEÇAS +POTE PARA ARMAZENAMENTO.	MAQUIRA	Kit	3,000000	62,400	187,20
174	0002237 - POTE DAPPEN DE SILICONE cores variadas, formato cilíndrico, características adicionais 2 cavidades, tipo dappen.	OGP	UND	5,000000	2,680	13,40
175	0005643 - PRENDEDOR DE GUARDANAPO METÁLICO COM GARRAS TIPO JACARÉ NAS EXTREMIDADES, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 45 CM.	IODONTOSUL	UND	5,000000	5,660	28,30
176	0005644 - PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FILME TERMOPLÁSTICO, TRANSPARENTE, E FLEXÍVEL, COM VISEIRA, AJUSTE EM ELÁSTICO E APOIO EM ESPUMA PARA RETENÇÃO DE SUOR. OBS: APRESENTAR AMOSTRA NA LICITAÇÃO.	MICRODONT	UND	10,000000	36,900	369,00
177	0012368 - RAIO-X STANDARD COLUNA MÓVEL BIVOLT; MOVIMENTAÇÃO SUAVE E PRECISA; CABEÇOTE ROTACIONAL; TECNOLOGIA DE ISOLAMENTO E BAIXA RADIAÇÃO; CONTROLE DE EXPOSIÇÃO DIGITAL; DISPARADOR À DISTÂNCIA	D700	UND	1,000000	10.073,780	10.073,78
178	0012369 - RESINA APPLIC FLOW EMB. C/ 1 SERINGA COM 2 G E 5 PONTEIRAS COR A2	MAQUIRA	UND	20,000000	14,450	289,00
179	0012370 - RESINA FILTEK™ Z250 XT – SOLVENTUM MICROHÍBRIDA. COR A1	3M	UND	5,000000	90,190	450,95
180	0012371 - RESINA FILTEK™ Z250 XT – SOLVENTUM MICROHÍBRIDA. COR A2	3M	UND	15,000000	90,190	1.352,85
181	0012372 - RESINA FILTEK™ Z250 XT – SOLVENTUM MICROHÍBRIDA. COR A3	3M	UND	15,000000	90,190	1.352,85
182	0012373 - RESINA FILTEK™ Z250 XT – SOLVENTUM MICROHÍBRIDA. COR A3,5	3M	UND	10,000000	90,190	901,90
183	0012374 - RESINA FILTEK™ Z250 XT – SOLVENTUM MICROHÍBRIDA. COR OA2	3M	UND	6,000000	58,830	352,98
184	0012375 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR A2D	ULTRADENT	UND	6,000000	102,960	617,76
185	0012376 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR A3D	ULTRADENT	UND	6,000000	102,960	617,76
186	0012377 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR B1B	ULTRADENT	UND	6,000000	102,960	617,76
187	0012378 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR B2B	ULTRADENT	UND	6,000000	102,960	617,76
188	0012379 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR BL2	ULTRADENT	UND	10,000000	102,960	1.029,60
189	0012380 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR XWB	ULTRADENT	UND	7,000000	102,960	720,72
190	0012381 - RESINA FORMA - NANOHÍBRIDA. SERINGA COM 4G. COR XWE	ULTRADENT	UND	8,000000	102,960	823,68
191	0012382 - RESINA MASTER FILL- COR A1	BIODINAMICA	UND	8,000000	11,570	92,56
192	0012383 - RESINA MASTER FILL- COR A2	BIODINAMICA	UND	20,000000	11,570	231,40

193	0012384 - RESINA MASTER FILL- COR A3	BIODINAMICA	UND	15,000000	11,570	173,55
194	0005652 - RESTAURADOR IRM LIQUIDO 15 ML	IODONTOSUL	UND	2,000000	13,280	26,56
195	0005653 - RESTAURADOR IRM PÓ 38G	IODONTOSUL	UND	2,000000	14,690	29,38
196	0012385 - REVELADOR RADIOGRÁFICO - FR COM 475 ML.	IODONTOSUL	UND	50,000000	10,550	527,50
197	0012386 - RIOHEX 2% SOLUÇÃO ALCÓOLICA – REFERÊNCIA: RIOQUÍMICA / BIODINAMICA OU SIMILAR, FRASCO CONTENDO 1 LITRO	RIOQUIMICA	Fr	2,000000	24,700	49,40
198	0012387 - SABONETE LIQUIDO ANTIBACTERIANO - FR COM 1L.	RIOQUIMICA	UND	30,000000	16,330	489,90
199	0005659 - SELANTE FLUROSHIELD - EMBALAGEM COM 2G.	DENTSPLY	UND	10,000000	59,370	593,70
200	0005660 - SERINGA DE CARPULE PARA TUBETES ANESTÉSICOS DOBRAVEL COM SISTEMA DE REFLUXO ESPECIFICAÇÃO: CONFECCIONADA EM AÇO INOX, REGISTRO NO MS.	GOLGRAN	UND	30,000000	49,850	1.495,50
201	0012388 - SINDESMÓTOMO CONFECCIONADO EM AÇO INOX. N°1	GOLGRAN	UND	20,000000	7,630	152,60
202	0009036 - SORO FISIOLOGICO À 0,9% SOLUÇÃO ESTERIL 500ML.	FARMARIN	UND	300,000000	5,330	1.599,00
203	0012389 - SUGADOR CIRURGICO (SUGADOR DE SANGUE CX C/20 UND.	INDUSBELLO	CX	10,000000	24,570	245,70
204	0005666 - SUGADOR DESCARTÁVEL PCT COM 40 UNDADES.	SS PLUS	PCT	200,000000	7,800	1.560,00
205	0005667 - SUPORTE PARA PERFURO CORTANTE 7 LITROS SÃO DESENVOLVIDOS NO TAMANHO ADEQUADO PARA A SUA PRECISÃO, SENDO POSSIVEL A UTILIZAÇÃO DESTE SOBRE A BANCADA E NA PARADE PARA AMIOR FACILIDADE NO USO, MANTENHA O SUPORTE FIXADO A DISTÂNCIA DE NO MINIMO 1,20 M DO CHÃO	DESCARPACK	UND	3,000000	32,920	98,76
206	0005668 - TAÇA DE BORRACHA CONTRA ÂNGULO	MICRODONT	UND	80,000000	1,240	99,20
207	0005669 - TESOURA GOLDMANN FOX C/ SERRILHA CURVA 13CM CONFECCIONADA EM AÇO INOX.	GOLGRAN	UND	20,000000	31,670	633,40
208	0012390 - TESOURA GOLDMANN FOX C/ SERRILHA RETA 13CM CONFECCIONADA EM AÇO INOX.	GOLGRAN	UND	20,000000	31,670	633,40
209	0005670 - TIRA DE AÇO P/ ACABAMENTO EM AMÁLGAMA PACT C/ 12 UNDADE. TAM 4MM X 6MM	I.DENTAL	PCT	12,000000	7,830	93,96
210	0005671 - TIRAS ABRASIVAS DE POLIESTER PARA POLIMENTO EM RESINA COMPOSTA EMBALAGEM COM 150 UNDADES.	I.DENTAL	UND	12,000000	6,660	79,92
211	0005672 - TIRAS DE POLIESTES C/ 50 UNDADE DE 10X120X0,05MM	I.DENTAL	CX	50,000000	1,790	89,50
212	0005673 - TOUCA DESCARTÁVEL COM 100 UNDADES TIPO ELÁSTICO.	MEDIX	PCT	30,000000	7,800	234,00
213	0005677 - VERNIZ CAVITÁRIO A BASE DE RESINA COPAL, FRASCO COM NO MÍNIMO 10 ML	AF DO BRASIL	FRASCO	5,000000	9,720	48,60
214	0002134 - BOBINAS LISAS, produzido em papel grau cirúrgico e filme laminado (poliéster/polipropileno); - indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno; - permeável ao vapor e ao ar, impermeável a micro-organismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos; selagem tripla multilínea e indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. medidas aproximadas: 15cm x 100m (variação máxima de 2cm para mais na largura).	ESTERILCARE	UND	180,000000	63,850	11.493,00
215	0002135 - BOBINAS LISAS, produzido em papel grau cirúrgico e filme laminado (poliéster/polipropileno); - indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno; - permeável ao vapor e ao ar, impermeável a micro-organismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos; selagem tripla multilínea e indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. medidas aproximadas: 10cm x 100m (variação máxima de 2cm para mais na largura).	ESTERILCARE	UND	180,000000	42,560	7.660,80
216	0012391 - BOBINAS LISAS, PRODUZIDO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO (POLIÉSTER/POLIPROPILENO); - INDICADO PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE A VAPOR OU ÓXIDO DE ETILENO; - PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRO-ORGANISMO, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS; SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA E INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS: 35CM X 100M (VARIAÇÃO MÁXIMA DE 2CM PARA MAIS NA LARGURA).	ESTERILCARE	UND	180,000000	98,230	17.681,40
217	0012392 - BOBINAS LISAS, PRODUZIDO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO (POLIÉSTER/POLIPROPILENO); - INDICADO PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE A VAPOR OU ÓXIDO DE ETILENO; - PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRO-ORGANISMO, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS; SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA E INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS: 200CMX100M (VARIAÇÃO MÁXIMA DE 2CM PARA MAIS NA LARGURA). 20CMX100M	ESTERILCARE	UND	150,000000	85,140	12.771,00
VALOR GLOBAL LOTE 3						**106.274,91**

Valor Total: R$ 149.443,35 (Cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos..)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.
.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:2AB7C267

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 07/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: J.S.R MERCANTIL LTDA (CNPJ: 50.627.112/0001-45)**,** RUA DA AZEITONA, 0 , CENTRO, Extremoz/RN, CEP: 59575-000.
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	0007472 - BOLA OFICIAL DE BASQUETEBOL EM BORRACHA RESISTENTE, CIRCUNFERÊNCIA, 70CM, CÂMARA BUTIL, PESO APROXIMADO 600 GRAMAS	PENALTY	UND	5,000000	74,000	370,00
16	0001720 - CAIXA TÉRMICA, NOME CAIXA TERMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPACIDADE: 34 LITROS- 40 LITROS P/ TRANSPORTAR ALIMENTOS.	SCALIBU	UND	6,000000	155,000	930,00

Valor Total: R$ 1.300,00 (um mil, e trezentos reais.)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:9FC7B1C4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 13/2025

Lote: 65705 - LOTE 01 - Quantidade: 533 - Valor Referência: 308.900,050

Item	Produto	Fornecedor	CNPJ/CPF	Modelo	Marca/Fabricante	Quant.	Valor Final	Valor total	Situação
1	1 - 0012108 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA-01 INFANTIL - 02 A 05 ANOS CADEIRA Ref: CJA-01 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções, proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo. Ponteiras, sapatas, assento e encosto em polipropileno, injetados na cor LARANJA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Assento (340x260mm) e encosto (336x168mm) em polipropileno injetados na cor LARANJA. Altura do assento ao chão 260mm. MESA Ref: CJA-01 Mesa Laterais e suporte dos porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Travessa superior para fixação do tampo confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções, proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor LARANJA. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada revestido na face superior em laminado melamínico acabamento texturizado na cor CINZA e revestimento na face inferior em chapa de balanceamento. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Altura da mesa: 464mm. O fornecedor deverá apresentar certificação de conformidade válida, emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, atestando o cumprimento da Portaria INMETRO nº 401/2020.	N/C	N/C	CJA-01	MARCA PRÓPRIA	150	190,00	28.500,00	N/C
	2 - 0012109 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA-04 CADEIRA Ref: CJA-04 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Ponteiras, sapatas, assento e encosto em polipropileno, injetados na cor VERMELHA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Assento (400x350mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno pigmentados na cor VERMELHA. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem no processo MIG em todas as junções. Altura do assento ao chão 380mm. MESA Ref: CJA-04 Mesa Laterais e suporte do porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Travessa superior para fixação do tampo confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor VERMELHA. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada (MDP), acabamento texturizado na cor CINZA. Porta livros (503x304mm) em polipropileno injetado na cor CINZA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, na cor CINZA. Altura da mesa 640mm. O fornecedor deverá apresentar certificação de conformidade válida, emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, atestando o cumprimento da Portaria INMETRO nº 401/2020.	N/C	N/C	CJA-04	MARCA PRÓPRIA	60	290,00	17.400,00	N/C
	3 - 0012110 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA-05 CADEIRA Ref: CJA-05 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Ponteiras, sapatas, assento e encosto em polipropileno, injetados na cor VERDE. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, na cor CINZA. Assento (400x390mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno pigmentados na cor VERDE. Fixação do assento e encosto à estrutura através de rebites de repuxo. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Altura do assento ao chão 430mm. MESA Ref: CJA-05 Mesa Laterais e suporte do porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Travessa superior para fixação do tampo confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor VERDE, fixadas à estrutura através de rebites de repuxo. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada (MDP), acabamento texturizado na cor CINZA. Fitas de bordo em PVC com “primer”, acabamento texturizado na cor VERDE coladas com adesivo “hot melting”. Porta livros (503x304mm) em polipropileno injetado na cor CINZA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Altura da mesa: 710mm. O fornecedor deverá apresentar certificação de conformidade válida, emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, atestando o cumprimento da Portaria INMETRO nº 401/2020.	N/C	N/C	CJA-05	MARCA PRÓPRIA	60	290,00	17.400,00	N/C
	4 - 0012111 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA-06 CADEIRA Ref: CJA-06 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno na cor AZUL, fixadas. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Assento (400x430mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno na cor AZUL. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Altura do assento ao chão 460mm. MESA Ref: CJA-06 Mesa Laterais e suporte do porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor AZUL. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada (MDP), acabamento texturizado na cor CINZA. Porta livros (503x304mm) em polipropileno injetado na cor CINZA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Altura da mesa: 760mm. O fornecedor deverá apresentar certificação de conformidade válida, emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, atestando o cumprimento da Portaria INMETRO nº 401/2020.	N/C	N/C	CJA-06	MARCA PRÓPRIA	170	320,00	54.400,00	N/C
	5 - 0012112 - CONJUNTO PROFESSOR CJP-01 CADEIRA PROFESSOR Ref: CJP-01 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm, em chapa 14 (1,90mm). Ponteiras e sapatas em polipropileno injetados na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Nos moldes das ponteiras e sapatas da cadeira deve ser grafado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 microns na cor cinza. Assento(400x430mm) e encosto (396 x 198mm) em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor cinza. Fixação do assento e encosto à estrutura através de rebites de repuxo 4,8mm, comprimento 16mm. Nos moldes do assento e encosto deve ser grafado com o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. As peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Solda deve possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro de união. Devem	N/C	N/C	CJP-01	MARCA PRÓPRIA	45	430,00	19.350,00	N/C

	ser eliminados respingos ou irregularidade de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Altura do assento ao chão 460mm. MESA PROFESSOR Ref: CJP-01 Mesa Laterais e suporte da saia em tubo de aço de 29x58mm em chapa 16(1,5mm) e suporte da saia em tubo 25x60(parede 1,50mm). Travessa superior confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm (1 ¼") chapa 16(1,5mm). Pés em tubo de aço secção circular 38mm (1 ½") em chapa 16(1,5mm). Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e rebites de repuxo 4.8x16mm. Nos moldes das ponteiras e sapatas da mesa deve ser grafado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. As peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Solda deve possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro de união. Devem ser eliminados respingos ou irregularidade de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Tampo(1200x650mm) em madeira aglomerada (MDP) de 18mm de espessura revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado na cor cinza e na face inferior em chapa de balanceamento - contra placa fenólica de 0,6mm. Fitas de bordo em PVC com "primer", acabamento texturizado na cor cinza coladas com adesivo "hot melting", dimensões nominais de 22mm(largura) x 3mm(espessura). Fixação do tampo à estrutura através de 06 porcas garra rosca métrica m6(diâmetro 6mm e comprimento 10mm), 06 parafusos rosca métrica M6(diâmetro 6mm), comprimento 47mm cabeça panela Philips. Painel frontal em madeira aglomerada (MDP), com espessura de 18mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, acabamento frost, na cor cinza. Dimensões acabadas de 250mm (largura) x 1119mm (comprimento) x 18mm (espessura) admitindo-se tolerâncias de +/- 1mm para largura e comprimento e +/- 0,3mm para espessura. Fixação do painel à estrutura através de aletas de fixação em número de 06 chapa 14(parede 1,90mm) nas dimensões 35x25 e parafusos auto atarraxantes 4.8x16mm. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 microns na cor cinza. Altura da mesa: 760mm.								
	6 - 0012113 - CONJUNTO REFEITÓRIO M2B-04 BANCOS Ref: M2B-04 Bancos Bancos: Estrutura: Pés em tubo de aço 1 1/2" em chapa 16 (1,5mm). Travessa longitudinal em tubo de aço 40x40mm em chapa 16 (1,5mm). Travessas transversais em tubo de secção retangular 20x50mm em chapa 16 (1,5mm). Suportes estruturais e de fixação do tampo em chapa de aço espessura de 3mm. Aletas de fixação do tampo em chapa de aço 14 (1,9mm). Fixação do tampo à estruturas através de parafusos 1/4" x 2 1/2", cabeça chata, bicromatizados; parafusos 1/4" x 2", cabeça chata, bicromatizados e parafusos para aglomerado, de 4,5mm x 22mm, cabeça panela, fenda Phillips, bicromatizados. . Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor vermelho. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor vermelha fixadas à estrutura através de encaixe. Assento (1350x350mm) em madeira aglomerada (MDP) espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento frost, na cor branca. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento frost, na cor branca. Furação e colocação de buchas em zamac, auto-atarrachantes, rosca interna 1/4", 13mm de comprimento. Topos transversais e longitudinais encabeçados com fita de bordo em PVC com primer, 29mm (largura) x 3mm (espessura), na cor vermelha coladas com adesivo "Hot Melting". Altura 380mm. MESA Ref: M2B-04 Mesa Mesa: estrutura: Pés em tubo de aço 1 1/2" em chapa 16 (1,5mm). Travessa longitudinal em tubo de aço 40x40mm em chapa 16 (1,5mm). Travessas transversais em tubo de secção retangular 20x50mm em chapa 16 (1,5mm). Suportes estruturais e de fixação do tampo em chapa de aço espessura de 3mm. Aletas de fixação do tampo em chapa de aço 14 (1,9mm). Fixação do tampo à estruturas através de parafusos 1/4" x 2 1/2", cabeça chata, bicromatizados; parafusos 1/4" x 2", cabeça chata, bicromatizados e parafusos para aglomerado, de 4,5mm x 22mm, cabeça panela, fenda Phillips, bicromatizados. . Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor vermelho. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor vermelha fixadas à estrutura através de encaixe. Tampo(1500x700mm) em madeira aglomerada (MDP) espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento frost, na cor branca. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento frost, na cor branca. Furação e colocação de buchas em zamac, auto-atarrachantes, rosca interna 1/4", 13mm de comprimento. Topos transversais e longitudinais encabeçados com fita de bordo em PVC com primer, 29mm (largura) x 3mm (espessura), na cor vermelha coladas com adesivo "Hot Melting". Altura 640mm.	N/C	N/C	CJRF	MARCA PRÓPRIA	42	780,00	32.760,00	N/C
	7 - 0012114 - MESA PARA CADEIRANTE A mesa para cadeirante deve ser constituída de estrutura metálica formada à partir de tubos de secção oblonga e circular e tampo fabricado em aglomerado com revestimento melamínico com fitas de borda e porta-livros plástico. O tampo deve ter dimensões aproximadas de 900x600 mm fabricado em chapa de aglomerado de 18mm de espessura com revestimento melamínico branco cristal em ambas as faces, com fita de borda de 3 mm de espessura com cantos arredondados com 6 porcas-garra alojadas diretamente no tampo. a altura do tampo até o chão deve ser de aproximadamente 820mm. Estrutura metálica da mesa deve ser confeccionada em tubos de aço 1010/1020, sendo a base do tampo um "u" de secção circular ø 31,75 mm com espessura de parede de 1,5 mm com 6 furos passantes de ø 7,0 mm, por esses furos devem ser inseridos parafusos cabeça panela fenda philips m6x45 mm que se fixarão nas porcas-garra do tampo. a esse "u" devem ser soldadas duas camisas metálicas de tubo oblongo 29x58mm e espessura de parede de 1,9mm unidas entre sí por um tubo oblongo 29x58mm com espessura de parede de 1,5mm. as pernas da mesas devem ser fabricadas com tubo oblongo 29x58mm espessura 1,9mm soldados aos pés da mesa fabricados em tubo de ø38,10mm e espessura de 1,5mm com ponteiras plásticas de acabamento padrão fde/fnde fixadas por meio de rebites tipo pop. a montagem das pernas da mesa ao conjunto estrutural do tampo deve ocorrer por meio de 4 parafusos, dois em cada perna. Todos os componentes da estrutura metálica devem ser fabricados em tubo de aço industrial, tratados por conjuntos de banhos químicos, e receber pintura epóxi em pó. O porta-livros deve ser injetado em polipropileno na cor cinza, medindo aproximadamente 503x302 sendo fixado na travessa por meio de 4 rebites de repuxe pop em alumínio com ø 4x10 mm.	N/C	N/C	MMA01	MARCA PRÓPRIA	6	883,00	5.298,00	N/C
	8 - 0012115 - ARMÁRIO EM AÇO COM 02 PORTAS DE ABRIR Armário vertical confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020, com espessura mínima de 0,50 mm em todas as partes. Recebe tratamento antiferruginoso por fosfatização e acabamento com pintura eletrostática a pó epóxi na cor cinza padrão RAL 7035, com espessura mínima de 40 micras, aplicada em estufa de cura a 180?°C. Dimensões Totais do Armário: • Altura: 1.980 mm ±10 mm • Largura: 900 mm ±10 mm • Profundidade: 400 mm ±10 mm Componentes e Especificações Técnicas: • Portas: 02 (duas) portas de abrir, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 0,50 mm, dotadas de reforço interno vertical (mínimo 01 por porta), dobradiças internas invisíveis e puxadores verticais embutidos em PVC ou aço. o Altura mínima de cada porta: 1.950 mm o Largura mínima de cada porta: 440 mm • Fechadura: Tipo Yale ou similar, com sistema de travamento em três pontos (superior, inferior e central), posicionada no centro das portas, fornecida com duas chaves por armário. • Prateleiras: 04 (quatro) prateleiras internas reguláveis na altura, confeccionadas em aço com espessura mínima de 0,50 mm, com capacidade mínima de carga de 30 kg uniformemente distribuída por prateleira. o Largura mínima da prateleira: 860 mm o Profundidade mínima da prateleira: 380 mm • Pés: Sapatas plásticas antiderrapantes (obrigatórias caso o modelo não possua rodapé fechado). Capacidade de Carga: • Carga por prateleira: Mínimo de 30 kg (distribuída uniformemente) • Carga total do armário: Mínimo de 120 kg (distribuída uniformemente)	N/C	N/C	CJA-08	MARCA PRÓPRIA	150	190,00	28.507,00	N/C
	9 - 0012116 - ARQUIVO DE AÇO VERTICAL COM 04 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS Arquivo vertical confeccionado em chapas de aço SAE 1010/1020, com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento com pintura eletrostática a pó epóxi, aplicada em estufa com cura mínima de 180?°C, na cor cinza padrão RAL 7035 (ou equivalente). Dimensões Totais do Móvel: • Altura total: 1.335 mm ±10 mm • Largura total: 470 mm ±10 mm • Profundidade total: 650 mm ±10 mm Componentes e Especificações Técnicas: • Gavetas: 04 (quatro) gavetas deslizantes, com capacidade para pastas suspensas nos formatos A4 ou ofício, dotadas de trilhos telescópicos com rolamentos em aço, permitindo deslizamento suave e abertura	N/C	N/C	CJA-09	MARCA PRÓPRIA	150	190,00	28.508,00	N/C

	total da gaveta (100%). Dimensões mínimas por gaveta: o Altura útil interna: 290 mm o Largura útil interna: 390 mm o Profundidade útil interna: 580 mm o Altura frontal externa aproximada: 310 mm o Largura frontal externa aproximada: 460 mm o Capacidade de carga por gaveta: mínimo de 30 kg (distribuídos uniformemente) • Puxadores: Horizontais embutidos, em aço ou PVC de alta resistência. • Porta-etiquetas: Estampado em todas as gavetas, em conformidade com a face do puxador. • Fechadura: Tipo Yale ou equivalente, com tranca simultânea de todas as gavetas, acompanhada de 02 (duas) chaves por unidade. • Sistema de segurança: Mecanismo anti-tombamento que permite a abertura de apenas uma gaveta por vez, garantindo estabilidade e segurança no uso. • Estrutura: Reforçada, com dobras duplas e reforços internos, garantindo estabilidade e resistência ao uso diário.								
	10 - 0012117 - ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS CINZA - 194CM X 70CM X 30CM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: 6 Prateleiras de aço 70cm X 30cm com reforço inferior para uma melhor resistência; 4 Colunas de aço 90cm Bipartidas; 1 Kit parafuso e porca para montagem; 4 Pés de plástico L; MEDIDAS DO PRODUTO MONTADO: Estante de aço cinza com 164cm de altura x 70cm de comprimento x 30cm de profundidade	N/C	N/C	CJA-10	MARCA PRÓPRIA	150	190,00	28.509,00	N/C
N/C	VENCEDOR	MOVEPLAST INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA	30.231.212/0001-40	N/C	N/C	N/C	N/C	########	Adjudicado em: 10/06/2025 - 13:02:25 - FRANCISCO MACEDO DA SILVA

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:C638EC67

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 15/2025

Item	Produto	Fornecedor	CPF/CNPJ	Modelo	Marca/Fabricante	Quant	Valor Final	Valor Total	Situação
1	AÇAFRÃO – 100G Descrição: Especiaria de cor amarelo alaranjada, obtida a partir da cúrcuma (raiz pura).	N/C	N/C	CASA DO MILHO PIPOCA	CASA DO MILHO PIPOCA	179	3,00	537,00	N/C
2	ACHOCOLATADO LIQUIDO Descrição: líquido, sabor: chocolate, características adicionais: enriquecido com vitaminas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	N/C	N/C	BOA VIDA	BOA VIDA	781	5,00	3.905,00	N/C
3	ACHOCOLATADO LIQUIDO SEM LACTOSE Descrição: líquido, sabor: chocolate, características adicionais: enriquecido com vitaminas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	N/C	N/C	ITALAC	ITALAC	94	6,99	657,06	N/C
4	AÇÚCAR REFINADO Descrição: açúcar refinado, emb. com 1 kg, na cor branca, sacarose de cana de açúcar, embalagem em polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a resolução 12/78 da Comissão Nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA.	N/C	N/C	PURO MEL	PURO MEL	1406	4,00	5.624,00	N/C
5	ADOÇANTE LÍQUIDO (Edulcorante stévea) c/ 100 ml Descrição: edulcorante stévea, o produto deverá ter marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade	N/C	N/C	ADOCYL	ADOCYL	30	3,00	90,00	N/C
6	AMIDO DE MILHO– 500G Descrição: Sem glúten e embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote,quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	KIMIMO	KIMIMO	500	7,00	3.500,00	N/C
7	ARROZ – TIPO 1 Descrição: arroz branco, sub – polido, classe longo fino tipo 1, embalagem contendo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	N/C	N/C	PANELAÇO	PANELAÇO	3058	6,00	18.348,00	N/C
8	ARROZ PARBOILIZADO – TIPO 1 Descrição: Tipo 1, longo, constituídos de graus inteiros, com teor de unidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem contendo 1Kg, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	PANELAÇO	PANELAÇO	4799	4,80	23.035,20	N/C
9	AVEIA EM FLOCOS. Peso líquido de 500g. Embalagem plástica de polietileno, transparente, resistente, com solda reforçada, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega, rotulagem de acordo com a legislação.	N/C	N/C	YOKI	YOKI	569	4,00	2.276,00	N/C
10	BEBIDA LÁCTEA – 1 LITRO Descrição: Sabores variados, com consistência cremosa ou líquida, acondicionada embalagem de saco plástico. Ingredientes obrigatórios: leite pasteurizado; soro de queijo pasteurizado e desnatado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizantes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do	N/C	N/C	NATURAL DA VACA	NATURAL DA VACA	2345	4,01	9.403,45	N/C

	SIF. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.								
11	BEBIDA LÁCTEA SEM LACTOSE– com no mínimo 850 ml, descrição: Bebida láctea UHT. Sem lactose. Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em garrafa resistente ou caixa, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	AURORA	AURORA	90	4,01	360,90	N/C
12	BISCOITO DOCE TIPO MARIA SEM LACTOSE Descrição: biscoito doce, dupla embalagem, contendo 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenado zero trans. açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos. VITAMINAS b1, b2, b6 e PP	N/C	N/C	3 DE MAIO	4 DE MAIO	60	4,70	282,00	N/C
13	BISCOITO DOCE, sequilho. Descrição: Sem lactose, que não tenha na composição leite ou glutén 0% de gordura trans, serão rejeitados biscoitos queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem de 400 gramas.	N/C	N/C	NAZINHA	NAZINHA	30	3,00	90,00	N/C
14	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA Descrição: sem recheio, embalagem de 400g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.	N/C	N/C	MARILAN	MARILAN	2345	4,70	11.021,50	N/C
15	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO Descrição: Embalagem plástica, contendo 3 pacotes individuais, peso aproximado 330g. Isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto	N/C	N/C	MARILAN	MARILAN	625	4,00	2.500,00	N/C
16	BISCOITO INTEGRAL, salgado, tipo cream cracker integral; embalagem de 400g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto. PRAZO DE VALIDADE: Mínimo de 06 meses.	N/C	N/C	VITARELA	VITARELA	625	4,00	2.500,00	N/C
17	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER Descrição sem recheio, embalagem de 400g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.	N/C	N/C	MARILAN	MARILAN	2345	4,20	9.849,00	N/C
18	BOLO DE OVOS – 500 G Descrição: Bolo com aproximadamente 500g, embalagem transparente contendo data de fabricação e validade mínima de 2 (dois) dias.	N/C	N/C	CASA DO BOLO	CASA DO BOLO	1875	6,50	12.187,50	N/C
19	CAFÉ EM PÓ – 250G Descrição: café, tipo torrado, apresentação moído, tipo embalagem alto vácuo, validade prazo mínimo de 1 ano, normas técnicas laudo de classificação de café feito pela ABIC.	N/C	N/C	SUPREMO	SUPREMO	1000	12,00	12.000,00	N/C
20	COLORÍFICO EM PÓ – 1ª QUALIDADE Descrição: Condimento industrial, colorau em pó. Pacote c/ 100 gramas.	N/C	N/C	CORINGA	CORINGA	3214	1,00	3.214,00	N/C
21	FARINHA DE MANDIOCA TIPO FINA 01 – 1KG Descrição: Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	BREJINHO	BREJINHO	670	4,00	2.680,00	N/C
22	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO – 1KG Descrição: Especial sem fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 70 (setenta) dias a partir da data de entrega.	N/C	N/C	FINNA	FINNA	336	4,00	1.344,00	N/C
23	FEIJÃO CARIOCA Descrição: Tipo 1, acondicionado em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg	N/C	N/C	QUERO QUERO	QUERO QUERO	603	5,80	3.497,40	N/C
24	FEIJÃO MACASSAR BRACO – TIPO 1 Descrição: Acondicionado em embalagem transparente, isento de sujidades, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, e apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg.	N/C	N/C	QUERO QUERO	QUERO QUERO	603	5,50	3.316,50	N/C
25	FEIJÃO PRETO Descrição: Tipo 1, acondicionado em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades,	N/C	N/C	QUERO QUERO	QUERO QUERO	641	6,50	4.166,50	N/C

	não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg								
26	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ – 100 G Descrição: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado.	N/C	N/C	ROYAL	ROYAL	188	4,00	752,00	N/C
27	FLOCOS DE MILHO TIPO FLOCÃO Descrição: Milho não transgênico em flocos. Embalagem de 500 mg, 1ª qualidade, contendo identificação, marca do fabricante, prazo de validade. Deverá apresentar validade mínima de 5 (cinco) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	BOMILHO	BOMILHO	6046	1,40	8.464,40	N/C
28	LEITE DE SOJA EM PÓ Descrição: Composto de proteína isolada de soja. Isento de lactose e glúten, c/ sacarose e maltodextrina, instantâneo, c/ boa adaptabilidade, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem de 300g.	N/C	N/C	SUPRASOY	SUPRASOY	135	20,00	2.700,00	N/C
29	LEITE EM PÓ INTEGRAL – 200G Descrição: A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	AURORA	AURORA	11156	8,00	89.248,00	N/C
30	LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE - 380G Descrição: A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	N/C	N/C	NESTLÊ	NESTLÊ	180	15,00	2.700,00	N/C
31	MACARRÃO DE ARROZ ESPAGUETE- SEM GLÚTEM- PCT 500 Descrição: pacote de peso líquido 500g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.	N/C	N/C	URBANO	URBANO	60	5,00	300,00	N/C
32	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVO – PCT 500 G Descrição: pacote de peso líquido 500g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.	N/C	N/C	VITARELA	VITARELA	9598	2,80	26.874,40	N/C
33	MARGARINA 80% DE LIPÍDIOS – 500G Descrição: Com 80% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis - embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA. Embalagem de 500 gramas	N/C	N/C	QUALY	QUALY	156	5,50	858,00	N/C
34	ÓLEO DE SOJA – 900ML Descrição: 1ª qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado; limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso liquido 900ml.	N/C	N/C	LIZA	LIZA	715	7,60	5.434,00	N/C
35	OVO DE GALINHA - BANDEJA C/30 Descrição: Classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais; acondicionados em embalagem apropriada com 15 unidades. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal.	N/C	N/C	GRANJA ALMEIDA	GRANJA ALMEIDA	419	18,00	7.542,00	N/C
36	PÃO TIPO HOT DOG- PACOTE DE 500 G Descrição: embalagem de 500g íntegra, limpa, resistente, plástica, com informação nutricional, validade, lote e data de fabricação. Com gramatura de 50g cada pão.	N/C	N/C	CASARÃO	CASARÃO	1563	5,00	7.815,00	N/C
37	POLPA DE ACEROLA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	N/C	N/C	RN POLPAS	RN POLPAS	625	4,40	2.750,00	N/C
38	POLPA DE CAJÁ – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	N/C	N/C	RN POLPAS	RN POLPAS	313	6,00	1.878,00	N/C
39	POLPA DE GOIABA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	N/C	N/C	RN POLPAS	RN POLPAS	625	4,40	2.750,00	N/C
40	POLPA DE MANGA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	N/C	N/C	RN POLPAS	RN POLPAS	625	4,40	2.750,00	N/C
41	POLPA DE MARACUJÁ – 1kg Descrição: Frutas	N/C	N/C	RN POLPAS	RN POLPAS	625	8,50	5.312,50	N/C

	selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.								
42	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA Descrição: cor média escura similar à carne cozida, embalada em saco plástico transparente de polipropileno, de 400g, contendo rotulagem, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade e registro no órgão competente.	N/C	N/C	SUPRESOY	SUPRESOY	698	4,50	3.141,00	N/C
43	SAL REFINADO Descrição: Sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 1Kg.	N/C	N/C	LEBRE	LEBRE	321	1,00	321,00	N/C
44	VINAGRE DE ÁLCOOL-500 ML Descrição: embalado em garrafa de conteúdo líquido de 500ml, com data de validade e fabricação.	N/C	N/C	MARATÁ	MARATÁ	201	1,90	381,90	N/C
N/C	VENCEDOR	RIOGRANDENSE COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI ME	24.114.994/0001-35	N/C	N/C	N/C	N/C	306.097,21	Adjudicado em 11/06/2025 - 10:06:28 - por FRANCISCO MACEDO DA SILVA
45	CARNE BOVINA CHARQUEADA Descrição: 1ª qualidade, magra, sem aparas, contendo no máximo 5% de gordura igualmente distribuída, apresentando cor e cheiro característico, devendo ser prensada e acondicionada a vácuo com especificação da data de fabricação e prazo de validade. Deverá conter o registro no Ministério da Agricultura, SIF e dados do fabricante. Embalagem de 1KG. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data da entrega do produto.		N/C	CARNE DE CHARQUE	FREEZER	870	1,90	1.653,00	N/C
46	CARNE BOVINA DE 2ª Descrição: Tipo músculo, traseiro, apresentação cortado sem osso, resfriada, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios.	N/C	N/C	CARNE DE SEGUNDA MUSCULO	FRIBOI	5506	18,99	##########	N/C
47	CARNE BOVINA MOIDA Descrição: Carne Bovina tipo moída, dianteira sem osso tipo paleta ou acém, sem pelanca, sem gordura, congelada, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionada em embalagem própria, sem sujidades e ação de micróbios. congelada a -12 graus, contendo na embalagem selo de inspeção federal (S.I.F), a origem, a validade, a data de fabricação. Acondicionado em caixa de papelão lacrada. Embaladas em saco plástico, limpo e íntegro. Descongelamento em torno de 8%.	N/C	N/C	CARNE MOÍDA	FREEZER	4799	12,99	##########	N/C
48	CARNE BOVINA TIPO COSTELA Descrição: Carne bovina tipo costela, tiras, resfriada, no máximo 10% de sebo e gordura, cor aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Acondicionada em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais.	N/C	N/C	COSTELA BOVINA	FRIBOI	1250	12,99	##########	N/C
49	CARNE BOVINA TIPO COXÃO MOLE Descrição: apresentação em peça inteira, congelada, de 1ª qualidade, sem osso, sem pele, máximo de 10% de gordura, embalagem à vácuo, em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado e resistente, contendo externamente os dados de identificação, a procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 180 dias a partir da data da entrega do produto.	N/C	N/C	CARNE BOVINA COXÃO MOLE	FRIBOI	535	20,99	##########	N/C
50	PEITO DE FRANGO Descrição: Apresentar-se congelado, embalado em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega. Descongelamento em torno de 8%.	N/C	N/C	PEITO DE FRANGO	AVIVAR	10535	11,98	##########	N/C
N/C	VENCEDOR	FRANCISCO DAS CHAGAS LUCENA	04.445.142/0001-13	N/C	N/C	N/C	N/C	338.757,40	N/C
51	ABACAXI DE 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas. Com gramatura unitária de no mínimo 1,5 Kg.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1694	4	R$ 6.776,00	N/C
52	ACEROLA – 1ª QUALIDADE Descrição: Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras, isentas de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, isenta de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio e transporte.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	938	4,01	R$ 3.761,38	N/C
53	ALFACE1ª QUALIDADE Descrição: Fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	503	3,00	R$ 1.509,00	N/C
54	ALHO – 1ª QUALIDADE Descrição: Alho branco in-natura, de 1ª qualidade, sem réstia, bulho inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isentos sujidades, parasitas e larvas.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	964	33,00	##########	N/C

55	BANANA PRATA – 1ª QUALIDADE Descrição: Em pencas de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em pencas integra.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	2118	2,50	R$ 5.295,00	N/C
56	BATATA DOCE – 1ª QUALIDADE Descrição: Branca/roxa, primeira qualidade, tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	2143	3,51	R$ 7.521,93	N/C
57	BATATA INGLESA – 1ª QUALIDADE Descrição: Comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	893	5,00	R$ 4.465,00	N/C
58	CEBOLA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem réstia, nova, com casca sã e sem ruptura, isenta de sujidades, substâncias terrosas e sujeiras. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1928	4,00	R$ 7.712,00	N/C
59	CENOURA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem folhas, primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	603	4,00	R$ 2.412,00	N/C
60	COENTRO – 1ª QUALIDADE Descrição: De Primeira qualidade, hortaliça classificada como verdura fresca, cor verde, aspecto e sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	2901	1,90	R$ 5.511,90	N/C
61	GOIABA VERMELHA – 1ª QUALIDADE Descrição: Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras, isentas de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, isenta de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio e transporte.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	938	4,00	R$ 3.752,00	N/C
62	JERIMUM DE LEITE Descrição: Boa qualidade, tamanho e coloração uniformes isenta, materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1205	2,90	R$ 3.494,50	N/C
63	LARANJA COMUM – 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas, com casca fina. Com gramatura unitária de no mínimo 100 gramas.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1338	3,50	R$ 4.683,00	N/C
64	MAÇÃ VERMELHA NACIONAL – 1ª QUALIDADE Descrição: Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. Com gramatura unitária de no mínimo 100 gramas.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1906	7,50	##########	N/C
65	MACAXEIRA – 1ª QUALIDADE Descrição: Raiz no tamanho normal de crescimento, uniforme, fresca, inteiras sem ferimentos causados por objetos cortantes, não fibrosa, livre de materiais terrosos, isenta de manchas roxas e outros defeitos que comprometam a qualidade do produto.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1518	3,50	R$ 5.313,00	N/C
66	MAMÃO FORMOSA – 1ª QUALIDADE Descrição: DE primeira, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho livre de sujidades, parasitas e larvas.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	625	2,90	R$ 1.812,50	N/C
67	MARACUJÁ AZEDO – 1ª QUALIDADE Descrição: Tamanho e colorações uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	235	7,00	R$ 1.645,00	N/C
68	MELANCIA – 1ª QUALIDADE Descrição: Redonda, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	2564	2,50	R$ 6.410,00	N/C
69	MELÃO - 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	2050	3,00	R$ 6.150,00	N/C
70	PIMENTÃO VERDE – 1ª QUALIDADE Descrição: 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1285	4,00	R$ 5.140,00	N/C
71	TOMATE – 1ª QUALIDADE Descrição: Tipo comum, tamanho médio, primeira, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho.	N/C	N/C	IN NATURA	IN NATURA	1606	4,00	R$ 6.424,00	N/C
N/C	VENCEDOR	RIOGRANDENSE COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI ME	24.114.994/0001-35	N/C	N/C	N/C	N/C	306.097,21	Adjudicado em 11/06/2025 - 10:06:28 - por FRANCISCO MACEDO DA SILVA

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:473C83CD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ARP Nº 27/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025.

OBJETO: Registro para futura Registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para o serviço de coleta, transporte, tratamento por destruição térmica (incineração) e disposição final dos resíduos do serviço de saúde-RSS dos grupos “A”, “B” e “E” gerados no município de Touros/ RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS- CNPJ: 08.234.155/0001-02.

Fornecedor: **ECOLIMP SOLUÇÕES E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.**					
CNPJ: **45.299.125/0001-00.**					
Endereço: **Faz Jaqueira, 23, Jacoca, Ceará Mirim/RN, CEP: 59270-000.**					
Representante: **Marcelo Sabino Pinho Marinho Canuto** - CPF: **107.xxx.844-21.**					
Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0031479 - Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes dos serviços de saúde do Grupo A (Infectantes)- Coleta em frequência semanal (bombona de 200litros)	BOMBONA	1500,000000	172,500	258.750,00
2	0031480 - Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes dos serviços de saúde do Grupo B (Químicos e Medicamentos) Coleta em frequência semanal (bombona de 200 litros.	BOMBONA	750,000000	172,500	129.375,00
3	0031481 - Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes dos serviços de saúde do Grupo E (Perfuro Cortante) Coleta em frequência semanal (bombona 200 litros).	BOMBONA	1000,000000	172,500	172.500,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal: 14.133/2021 e suas atualizações posteriores c/c Decreto Municipal: 58/2023 e 107/2024.
VIGÊNCIA: 18/06/2025 à 18/06/2026.

Touros/RN, 18/06/2025.

ASSINATURAS: Pedro Ferreira de Farias Filho- P/Órgão Gestor, e, Marcelo Sabino Pinho Marinho Canuto - P/**Contratada**

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:319A12BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 009/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025.

EMENTA: Estabelece o Regimento Interno da Iª Conferência Municipal da Cidade de Umarizal/RN.

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Iª Conferência Municipal das Cidades - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades -, convocada por meio da Portaria nº 087, de 17 de junho de 2025, na forma do Anexo.

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO
REGIMENTO INTERNO DA Iª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE UMARIZAL/RN
CAPÍTULO I
Disposições Gerais
SEÇÃO I
Dos Objetivos

Art. 1º São objetivos da Xª Conferência Municipal da Cidade de Umarizal/RN:
I - Sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;
II - Propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça, etnia e pessoa com deficiência, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade;
III - promover a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados às políticas locais de desenvolvimento urbano; e
IV - Escolher as delegadas e os delegados para a Iª Conferência Estadual das Cidades.
Art. 2º São finalidades da Conferência Municipal:
Indicar prioridades de atuação para a municipalidade;
Escolher as delegadas e os delegados para a VIª Conferência Estadual das Cidades, conforme seu Regimento Interno;
Aprovar as propostas para a Etapa Estadual;
Instituir o Conselho Municipal das Cidades.

SEÇÃO II
Do Temário

Art. 3º A Iª Conferência Municipal da Cidade terá como temática: “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".
§ 1º Os debates, proposições e os documentos de todas as etapas da Conferência Municipal da Cidade devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
§ 2º A Conferência Municipal deverá debater o temário da 6ª Conferência Nacional das Cidades, expresso em seu Texto-Base, adequando a sua realidade e cultura local.
Art.4º Os eixos de debate da Conferência Municipal, são:

§ 1º Eixo: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas:
As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU1;
A Política de Saneamento Básico da PNDU1;
A Política de Mobilidade Urbana da PNDU1;
§ 2º Eixo: Gestão estratégica e financiamento:

Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, Gestão das regiões metropolitanas e Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local;
Controle social e gestão democrática das cidades;
§ 3º Eixo: Grandes temas transversais:
Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas;
Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle; armado dos Territórios Populares.
Parágrafo único. A Etapa Municipal será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias.

CAPÍTULO II
DA ETAPA MUNICIPAL
SEÇÃO I
Da Realização
Art. 5 A Iª Conferência Municipal da Cidade ocorrerá no dia 27 de junho de 2025, no auditório da Câmara Municipal dos Vereadores, localizado na Rua Jocelyn Villar, Nº 395, Centro, dás 08:30hs até às 17:00hs.
Parágrafo único. A Conferência Municipal da Cidade terá tempo necessário para debater o temário com carga horária mínima de duração mínima de 08hs, excluindo o tempo da cerimônia de abertura, para não haver prejuízo no conteúdo dos debates.

Art. 6 A metodologia da Iª Conferência ocorrerá da seguinte forma:
Presença de painéis, grupos de discussão e plenárias;
Credenciamento e comprovação de vínculo com a entidade e segmento;
Direito de voz e voto a todos os representantes dos segmentos presentes;
A Conferência Municipal da Cidade será presidida pela Técnica de Infraestrutura Ianna Mirelly Dantas da Costa (Engenheira Civil).

Art. 7 Caso a citada acima não possa presidir a audiência, a mesma deve ser substituída por Francisco Joseilton de Moraes Nunes (Secretário Municipal de Infraestrutura).

SEÇÃO II
Da Comissão Organizadora da Conferência Municipal
Art. 8 Para a Realização da Conferência Municipal, foi criada a Comissão Organizadora, conforme publicado no DECRETO N° 08 DE 17 DE JUNHO DE 2025**,** com a participação de diversos segmentos como estabelecido no artigo 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e realização da Etapa Municipal.

SEÇÃO III
Da Convocatória da Conferência Municipal
Art. 9 A convocação para a Iª Conferência Municipal da Cidade foi realizada por meio da publicação da PORTARIA N° 087/2025 DE 13 DE JUNHO DE 2025 e divulgada via meios oficiais do município.

SEÇÃO IV
Dos Participantes da Conferência Municipal
Art. 10 A Conferência Municipal será pública e acessível a todos os cidadãos, que serão admitidos mediante credenciamento.
§ 1º Cada participante da conferência municipal deverá ser identificado como pertencente a um segmento ou entidade.
§ 2º Para que seja credenciada como pessoa delegada, no ato do credenciamento, a pessoa participante deverá apresentar comprovante de associação, filiação ou outro tipo de vínculo à entidade ou ao segmento que se propõe representar, por meio de documentos exemplificados a seguir, mas não restritos a:
I – ficha de cadastro, filiação ou associação devidamente preenchida e assinada;
II – carteira, crachá de identificação ou outro documento similar;
III – declaração, de lavra da entidade, atestando que a pessoa participante é associada, filiada ou vinculada à entidade, conforme modelo constante do Anexo III deste Regimento Interno; ou
IV – ata de eleição e/ou de posse de dirigente, liderança ou membro de instância decisória, ou meio de prova assemelhado.
§ 3º A Comissão Organizadora Municipal terá como parâmetro o conhecimento da realidade local, de forma a evitar o cerceamento da participação popular, sempre que houver ambiguidade ou dificuldade, por parte do cidadão, de seu enquadramento em uma entidade ou segmento.
§ 4º O participante que não puder ser identificado como pertencente a um segmento ou entidade será credenciado como observador.
Art. 11 As pessoas participantes da Conferência Estadual se distribuirão em três categorias:
I - delegadas e delegados;
II - observadoras e observadores;
III - convidadas e convidados.
§ 1º As delegadas e delegados terão direito a voz e voto na análise e votação das propostas e estarão habilitadas a votar e serem votadas como delegadas e delegados para a Conferência Estadual;
§ 2º As observadoras e observadores terão direito a voz e voto apenas nas etapas de análise e votação das propostas, não tendo direito a voz e voto na etapa de eleição das delegadas e delegados para a Conferência Estadual.
§ 3º Os critérios para escolha das convidadas e convidados, que terão direito apenas a voz, serão definidos pela Comissão Organizadora Municipal.
SEÇÃO V
Da Eleição dos Delegados Municipais para a Etapa Estadual
Art. 12 O quantitativo de delegados municipais a serem eleitos na Conferência Municipal e que participarão da Etapa Estadual será conforme Regimento Interno da Conferência Estadual das Cidades, conforme Apêndice 1 da PORTARIA Nº 70, DE 14 DE ABRIL DE 2025.
Art. 13 O quantitativo de 2 delegados é o número que serão escolhidos para a Etapa estadual de acordo com as distribuições do Regimento Interno da Conferência Estadual das Cidades.
Parágrafo único. As delegadas e os delegados a serem eleitos na Etapa Municipal para a Etapa Estadual deverão necessariamente estar presentes na Conferência Municipal.

Art. 14 A escolha dos (as) delegados (as) representantes de cada segmento para a Conferência Estadual das Cidades será efetuada pelos participantes da Conferência Municipal, em eleições feitas pelos respectivos participantes de cada segmento, reunidos em local definido pela Comissão Organizadora.
§ 1º O (a) interessado em pleitear vaga como delegado (a) deverá, no ato da eleição, apresentar-se ao respectivo segmento com a indicação de delegado suplente, que o substituirá em eventual necessidade, devendo o suplente pertencer ao mesmo segmento do titular.
§ 2º O segmento deverá encaminhar, até o final da Conferência Municipal, relação contendo as informações de identificação de cada delegado (a) e respectivo (a) suplente, para que conste do Relatório Final da Conferência Municipal.
§ 3º Cada reunião para a eleição de delegado (a) deverá ser presidida por um membro da Comissão Organizadora.

SEÇÃO VI

Do Relatório Final da Conferência Municipal

Art. 15 O relatório final da Conferência Municipal deverá ser elaborado e publicado conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
§ 1º O envio de relatório final da Conferência Municipal da Cidade em desacordo com o modelo definido implicará na não incorporação das propostas municipais no Caderno de Propostas da Etapa Estadual.
§ 2º O relatório final deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora da Conferência Estadual das Cidades de seu estado nos termos definidos em resolução do Conselho das Cidades.
§ 3º A Comissão Organizadora Municipal deverá preencher formulário eletrônico disponibilizado na forma definida em Resolução do Conselho das Cidades.

SEÇÃO VII

Da Eleição do Conselho Municipal das Cidades

Art. 16 A eleição das entidades titulares e suplentes do Conselho Municipal da Cidade será realizada no dia da Iª Conferência, sob os termos acordados pela comissão e apresentados durante o evento.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Art. 17 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Preparatórias Municipais, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

ANEXO I

Distribuição dos delegados a serem eleitos na Conferência Municipal para a Etapa Estadual

PP Municipal	Movimentos Populares	Trabalhadores	Empresários	Academia	ONGs	Total
-	-	-	-	-	-	2

ANEXO II

Composição da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade

Entidade	**Segmento**
Prefeitura Municipal de Umarizal	**Poder Público Municipal**
Representantes	
Matheus Henrique de Amorim Paiva CPF: 102.820.384-50	
2 - Ianna Mirelly Dantas da Costa CPF: 701.275.084-73	
3 - Francisco Gabriel Azevedo CPF: 100.848.054-12	
4- Francisco Joseilton de Moraes Nunes CPF: 056.491.584-01	
5- Christian de Menezes Reis 109.028.654-63	
6- José Nobre Fernandes Dantas Filho CPF: 084.649.124-98	
7- Evando de Oliveira Lima CPF: 099.612.764-00	
Entidade	**Segmento**
Grupo Encanto do Nordeste - Umarizal	**Movimento Popular**
Representante	
Francinalda Medeiros de Amorim CPF: 079.555.184-38	
Entidade	**Segmento**
Escola de Capoeira Nacional – Origem Angola	**Movimento Popular**
Representante	
Francisco Leonardo Alves de Souza CPF: 702.298.004-75	
Entidade	**Segmento**
Sindicato dos Servidores de Umarizal-RN (SINDSERPU)	**Entidades sindicais representativas dos trabalhadores**
Representante	
Ana Maria Fidelis Barboza CPF: 021.970.134-24	
Entidade	**Segmento**
Classe Lojista no âmbito municipal – CDL Umarizal/RN	**Entidades empresariais relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano**
Representante	
Paulo Henrique Costa Monteiro CPF: 087.370.324-37	

ANEXO III

Modelo de Declaração de Filiação, Associação ou Vinculação a Entidade

Eu, _____, CPF _____, dirigente/responsável/servidor da entidade _____, pertencente ao segmento _____ da 6ª Conferência Nacional das Cidades, declaro, para fins de credenciamento na Conferência Municipal da Cidade, que o(a) sr(a). _____, CPF _____, é filiado/associado/vinculado a esta entidade, podendo ser habilitado à condição de pessoa delegada.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração
[nome do município], _____ de _____ de 2024

_____
[nome do dirigente]
[cargo do dirigente]

Umarizal/RN, 18 de junho de 2025

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:5945E2FB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 107/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 065/2025

CONTRATO Nº. 059/2025

EMENTA: TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES LABORATORIAIS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA CIDADE DE VÁRZEA/RN. CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

- DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

Pelo Presente instrumento, sendo de um lado como**CONTRATANTE**, a**Prefeitura Municipal de VÁRZEA/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo**Prefeito Municipal**, senhor**Getúlio Luciano Ribeiro**, **inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97**, **brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN**; e do outro lado como CONTRATADA, **FP COMERCIO E SERVICO LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 07.366.605/0001-40, com sede na R RORAIMA, Nº 611, NEOPOLIS, NATAL/RN neste ato, representada pelo Sr. FELIPE ANDRÉ BERNARDO DE ASSIS, inscrito no CPF n°. 009.537.724-70**, Residente e domiciliado na RUA DOS PINTASSILGOS, 90, PITIMBU, NATAL/RN, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:

1.2 - DOS FUNDAMENTOS
A presente contratação encontra-se fundamentada na CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA N°. 065/2025, na forma do art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA DO OBJETO:

2.1 – **DO OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES LABORATORIAIS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA CIDADE DE VÁRZEA/RN.

CLAUSULA TERCEIRA DO PRAZO:

3.1 - O prazo de validade do presente contrato é de 02/**06/2025 a 02/06/2026**, podendo ser prorrogado na forma da lei conforme art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, mediante assinatura de termos aditivos, havendo acordo entre as partes.

CLAUSULA - QUARTA DO VALOR:
4.1.O valor total previsto deste contrato é de**R$ 60.918,00 (Sessenta mil novecentos e dezoito reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUNT	R$ VALOR UNIT.	R$ VALOR TOTAL
01	CAIXA DE PERFURO CORTANTES 3 L	UND	50	R$5,40	R$270,00
02	CALIBRADOR PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	12	R$130,00	R$1.560,00
03	CONTROLE PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	12	R$270,00	R$3.240,00
04	DILUENTE Z5 DN PARA HEMATOLOGIA 20 LTS	UND	12	R$600,00	R$7.200,00
05	KIT CORANTE LEISHMAN	KIT	6	R$75,00	R$450,00
06	LAMINULA PARA MICROSCOPIA 24X24MM	CXA	8	R$10,00	R$80,00
07	LUGOL 500 ML	LTR	6	R$128,00	R$768,00
08	PAPEL PARA IMPRESSORA 57MM X 40MM PARA EQUIPAMENTO HEMATOLOGIA	ROL	25	R$16,00	R$400,00
09	PCR LATEX 5ML	FRA	12	R$85,00	R$1.020,00
10	PONTEIRA DE 0-200 MICROLITROS	PCT	10	R$22,00	R$220,00
11	TESTE RAPIDO BETA HCG 50 UND	CXA	20	R$75,00	R$1.500,00
12	TESTE RAPIDO SANGUE OCULTO	CXA	10	R$88,00	R$880,00
13	TIRAS DE URINA 150UND	CXA	30	R$49,00	R$1.470,00
14	TUBO COM EDTA 4ML- 100UN	CXA	30	R$82,00	R$2.460,00
15	TUBO COM GEL SEPARADOR 100UN - 5ML	CXA	30	R$120,00	R$3.600,00
16	TUBO DE TRANSPORTE COM 100 (TAMPA BRANCA)	CXA	10	R$89,00	R$890,00
17	REAGENTE ÁCIDO URICO PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$80,00	R$640,00
18	REAGENTE ALBUMINA PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$70,00	R$560,00
19	REAGENTE AMILASE PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$180,00	R$1.440,00
20	REAGENTE ANTI-A	UND	04	R$32,00	R$128,00
21	REAGENTE ANTI-AB	UND	04	R$32,00	R$128,00
22	REAGENTE ANTI-B	UND	04	R$32,00	R$128,00
23	REAGENTE ANTI-D	UND	04	R$59,00	R$236,00
24	REAGENTE BILIRRUBINA DIRETA PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$100,00	R$800,00
25	REAGENTE BILITTUBINA TOTAL PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$100,00	R$800,00

26	REAGENTE CÁLCIO PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	06	R$105,00	R$630,00
27	REAGENTE COLESTEROL HDL PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	12	R$300,00	R$3.600,00
28	REAGENTE COLESTEROL LDL PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	10	R$180,00	R$1.800,00
29	REAGENTE COLESTEROL TOTAL PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	20	R$130,00	R$2.600,00
30	REAGENTE CREATINIA PARA EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICO	KIT	10	R$88,00	R$880,00
31	REAGENTE DE COOMBS	FRA	04	R$69,00	R$276,00
32	REAGENTE FERRO PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	06	R$185,00	R$1.110,00
33	REAGENTE FOSFATASE ALCALINA PARA AUTOMÁTICO	KIT	08	R$118,00	R$944,00
34	REAGENTE GAMA GT PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$240,00	R$1.920,00
35	REAGENTE GLICOSE EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICO	KIT	10	R$120,00	R$1.200,00
36	REAGENTE LIPASE PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	04	R$800,00	R$3.200,00
37	REAGENTE LISE PARA QUIPAMENTO DE HEMATOLOGIA	UND	06	R$580,00	R$3.480,00
38	REAGENTE MAGNÉSIO PARA EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO	KIT	08	R$140,00	R$1.120,00
39	REAGENTE MIF	UND	06	R$65,00	R$390,00
40	REAGENTE PROTEINAS TOTAIS PARA EQUIPAMENTO	KIT	08	R$90,00	R$720,00
41	REAGENTE TGO PARA EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICO	KIT	10	R$107,00	R$1.070,00
42	REAGENTE TGP PARA EQUIPAMNETOS AUTOMÁTICO	KIT	10	R$108,00	R$1.080,00
43	REAGENTE TRIGLICERIDES PARA EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICO	KIT	10	R$210,00	R$2.100,00
44	REAGENTE UREIA PARA EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICO	KIT	10	R$145,00	R$1.450,00
45	REAGENTE VDRL	UND	06	R$80,00	R$480,00

CLAUSULA QUINTA - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

5.1 Pela perfeita execução do objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Várzea efetuará o pagamento dopreço proposto pela licitante vencedora, seguindo o estabelecido pela resolução 032/2016 do TCE-RN e do Decreto Municipal nº 015/2025 que estabelece a ordem cronológica dos pagamentos em âmbito municipal, conforme segue abaixo.

CAPÍTULO III DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 4º- A liquidação da despesa consistirá na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, tais como: o contrato, a nota de empenho, a Nota Fiscal ou fatura, o comprovante da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, objetivando apurar:
I - A origem e o objeto do que se deve pagar;
II - A importância exata a pagar;
III - A regularidade fiscal do contratante junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais;
IV - A regularidade trabalhista e previdenciária do contratante decorrentes dos contratos celebrados nos moldes da Lei nº 8.666, de 1993; e
V - A quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Art. 5º- O estabelecimento do procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança, efetuado junto ao setor de compras, pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras nas respectivas Unidades Gestoras.

§ 1º- A Nota Fiscal deverá possuir o atesto do Fiscal de Contrato, o qual procederá a conferência das mercadorias entregues no que diz respeito a quantidade, unidade, peso, marca, embalagem, validade e demais especificações constantes na nota fiscal.

§ 2º- Devidamente protocolada a solicitação de cobrança, deverá ser encaminhada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, pelo Setor de Compras ao Setor de gestão orçamentário-financeira para que este proceda ao registro contábil da fase da despesa "*em liquidação"*" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil do Município.

§ 3º- Após o registro contábil da fase da despesa "*em liquidação"*, o Setor de Gestão Orçamentário-financeira do Município encaminhará a correspondente documentação aos responsáveis pelos atos que compõem a fase da liquidação, a saber:
I - Gestor do contrato – para proceder a conferência da regularidade das condições e especificidade dos bens e/ou serviços prestados pelo fornecedor em conformidade com as condições da contratação e consequente emissão do Termo de Recebimento definitivo do objeto;
II - O Coordenador do Almoxarifado/Patrimônio que deverá proceder os registros dos bens duráveis, quando for o caso, para os quais emitirá guias de tombamento;

§ 4º- Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo em caso de má-fé, o credor terá até 05 (cinco) dias úteis para sanar as pendências. Após este prazo, a obrigação de pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da respectiva ordem cronológica.

§ 5º- No caso de interrupção da ordem cronológica, citada no § 3º, o crédito suspenso será novamente inscrito na ordem cronológica após ter sido corrigido o erro ou falha motivadora da suspensão da exigibilidade.

§ 6º- O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à unidade administrativa contratante.

§ 7º- No caso de inadimplência do contratado junto a ente público, observada durante o procedimento de liquidação, caso o contratado não apresente sua regularidade fiscal dentro do prazo estipulado no § 3º, o valor inadimplido será retido do montante a ser pago ao contratado.

Art. 6º- A tramitação entre o protocolamento e a liquidação regular das despesas deverão ocorrer no prazo máximo de:
I - Até o 30º dia subsequente à apresentação dos documentos para despesas provenientes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite previsto no parágrafo 4º do art. 3º deste decreto; e,
II - Em 45 dias corridos contados da apresentação dos documentos, para os demais casos.

CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

Art. 7º- As obrigações de pagamentos decorrentes de contratos celebrados com a Administração Pública Municipal terão como marco inicial a apresentação do documento de cobrança (Nota Fiscal ou Fatura), devidamente acompanhada da apresentação dos documentos comprobatórios da manutenção dos requisitos exigidos no contrato.

Parágrafo único. O pagamento de que trata o "caput" deve ocorrer:
I - Até o 5º dia útil subsequente após a liquidação para as despesas provenientes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite previsto no parágrafo quarto do artigo 3º deste decreto;
II - Em 30 dias corridos contados da liquidação, para os demais casos.
Art. 8º- Havendo recursos disponíveis para solver obrigação de natureza contratual e onerosa que esteja na ordem de classificação é vedado o pagamento parcial de crédito.

§ 1º- O pagamento parcial será permitido se houver indisponibilidade financeira para o pagamento integral, hipótese em que o saldo a pagar permanecerá na mesma ordem de classificação.

§ 2º- Poderá ser justificada ainda a não efetivação do pagamento nos prazos previstos no Parágrafo Único, do art. 7º, nos casos em que as datas de quitação coincidirem com o período de substituição de titulares da conta bancaria da fonte pagadora afetada, até que a instituição bancaria libere a movimentação através desses.

§ 3º- O fornecedor que, por razões particulares, não dispor de conta bancaria para recepcionar o pagamento através de transferência eletrônica, prevista na legislação para os casos de quitação com recursos federais, este será automaticamente suspenso da classificação da ordem cronológica até que seja sanada essa condição.

Art. 9º- A quebra da ordem cronológica de pagamentos somente ocorrerá nas seguintes hipóteses:
I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

§ 1º- As situações previstas nos incisos acima devem ser feitas mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente.

§ 2º- Os atos de que trata o § 1º deste artigo deverão ser publicados na imprensa oficial e disponibilizados nos sites oficiais dos respectivos Poderes e Órgãos.

§ 3º- A publicação do ato declaratório de quebra da ordem cronológica deve ocorrer até o 5º dia útil subsequente a sua assinatura.

§ 4º- No caso de insuficiência de fundos, a data de pagamento poderá ser postergada mantendo-se a ordem cronológica de pagamento dos contratos.

§ 5º- Não se sujeitarão às disposições deste Decreto os pagamentos decorrentes de:
I - Suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com operacionalização pautada em dispositivos da Lei Estadual nº 4.041, de 17 de dezembro de 1971;
II - Remuneração e demais verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatória, a exemplo de diárias, ajudas de custo, auxílios, dentre outras;
III - Obrigações tributárias;
IV - Outras despesas que não sejam regidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de1993 ou Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, contratações com concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgotos, telefonia fixa e móvel, Impressa Oficial, Internet e Serviço Postal (Correios) caráter permanente e necessário que atuam de forma administrativa e na execução da despesa pública, pessoas jurídicas inscritas na forma de Micro Empreendedor Individual (MEI); manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias; locação de veículos e imóveis de utilidade indispensável ao funcionamento dos serviços públicos; medicamentos e materiais hospitalares (quando restarem extremamente prejudicados os serviços essenciais de saúde); e serviços de caráter continuado prestados por profissionais da saúde.

CAPÍTULO V DOS RESTOS A PAGAR

Art. 10- Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica de pagamento, deverá ser observado o que se segue:
I - As despesas inscritas como restos a pagar processados, observada a estrita ordem cronológica dos seus correspondentes atestos, terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição; e
II - Toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial para observância da ordem cronológica de pagamento a sua efetiva liquidação, o que, nos termos do presente Decreto, corresponderá à data da emissão do seu respectivo atesto.

Art. 11- O disposto no artigo anterior aplicar-se-á aos Restos a Pagar inscritos a partir do exercício financeiro de 20, restando ao Estado e aos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte o dever de estabelecimento de cronograma de pagamento para as suas dívidas contraídas ao longo dos exercícios anteriores, respeitado o prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 12- Os gestores das unidades administrativas designarão, por atos específicos, responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, intitulados Fiscal de Contrato e Gestor de Contratos, respectivamente.

Art. 13- Compete ao Fiscal de Contratos, verificar:
I - A execução do contrato;
II - A regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado; e
III - Acompanhar o recebimento de bens decorrentes de compras.

§ 1º- Com relação ao inciso I, no caso de obras e serviços de engenharia, a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados ficará a cargo do Engenheiro Responsável Técnico da Prefeitura Municipal de 2025, e ocorrerá na forma do cronograma físico das medições;

Art. 14- Sobre as verificações efetuadas, o Gestor de Contratos emitirá relatório mensal informando:
I - No caso de contratação de mão-de-obra terceirizada, se os salários e vantagens foram pagos corretamente aos empregados e se foram pagos de acordo com a legislação trabalhista;
II - Sobre a manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado, se as obrigações foram efetivamente cumpridas e recolhidas na forma da legislação em vigor; e
III - no caso de prestação de serviço, se os mesmos forem efetivamente executados em quantidade e qualidade especificada e no recebimento de materiais, se as quantidades e valores unitários e totais forem efetivamente recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO:
6.1. O objeto deste processo deverá ser executado em estrita conformidade com a proposta apresentada no que tange, quantidade e preço e conforme Projeto Básico Simplificado do presente Processo de Dispensa nº. 065/2025.
6.2. Os serviços deverão ser prestados, conforme solicitação do Ordenador de Despesa.

CLAUSULA SETIMA– DO REAJUSTE:

7.1 - Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedida pelo Governo Federal.
7.2 - Decorrido o prazo acima estipulado, automaticamente, os preços mensais serão corrigidos monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
7.3 - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES:

8.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o estabelecido no art. 124 da Lei Federal N° 14.133/2021, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento).
8.2 - As alterações a que se referem ao item anterior serão consideradas formalizadas mediante 6 § 4º, inciso I do art. 92 da Lei 14.133/2021 aditamento contratual a ser emitido pela CONTRATANTE, após consentimento expresso da autoridade superior competente.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2025.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 - FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 20100 - MANUT. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
20170-

ELEMENTO DE DESPESA:33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES DE RECURSOS: 16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
15001002- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CLÁUSULA DECIMA - DAS RESPONSABILIDADES

10.1 - DA CONTRATANTE:

10.1.1 - O Contratante é responsável exclusivo pela segurança de suas informações confidenciais e proprietárias.

10.2 - DO CONTRATADO:

I - O Contratado deverá cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste contrato, observadas as especificações deste contrato, sob pena de responder pelo descumprimento contratual, nos termos do artigo 156 da Lei n° 14.133/2021;
II - Reparar, corrigir ou refazer à suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os serviços objeto do Contrato em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções;
III - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, em consonância com o disposto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
IV - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista pelo art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
V - Atender as solicitações de informações extraordinárias solicitadas pela Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato por infração;
VI - A emissão de informações, pareceres ou qualquer outro dado, com exceção dos requerimentos (formulários de pedidos), deverá ser feito em papel timbrado do próprio contratado;

VII - O CONTRATADO, não se responsabilizará pelos erros, falhas, omissões ou má fé do responsável por cada setor que venha a comprometer a fidelidade dos serviços, aqui contratados, devendo comunicar à pessoa do Presidente da Câmara, representante da CONTRATANTE, os deslizes ocorridos e prejudicados à Administração, para que se tomem as medidas de correção necessárias.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS:

11.1 - As despesas de estadia e alimentação decorrentes dos serviços ora contratados quaisquer que sejam as circunstâncias e o lugar, correrão por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES:

12.1 - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/2021 com as devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

13.1 - A fiscalização e posterior atesta da execução do referido contrato ficará na responsabilidade do Fiscal de Contratos, o Sr. Daniel Cordeiro dos Santos Junior, RG n° 003.420.845, em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.
13.2 - O Gestor de contratos deverá fazer a validade dos documentos que comprovam a regularidade fiscal do contratado como também a regularidade do documento fiscal emitido para que seja encaminhado ao setor para efetiva liquidação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES:
14.1 - O descumprimento, por parte da contratada, de qualquer das normas contratuais implicará na aplicação de penalidades, consistente em multas, conforme definido neste contrato, rescisão contratual e as multas previstas no art. 156 da Lei federal n° 14.133/2021.
14.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da contratada, ficando a mesma, garantido o contraditório e a ampla defesa, sujeita às seguintes penalidades:
I - Advertência;
II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo IPCA;
III - Suspensão temporária de participação em licitação com a administração pública e com a Prefeitura Municipal de Várzea/RN pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso § 5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.
13.3 - As multas lançadas pelo contratante serão deduzidas diretamente dos créditos que o contratado tiver em razão do presente contrato.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE:

15.1 - Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficial aqui considerado os sítios:
https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DECIMA SEXTA-DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1.O presente contrato poderá ser rescindido com fulcro no que preceitua a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.
16.2.– O processo de dispensa nº. 065/2025 fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.
16.3 Fica eleito o Fórum da Comarca de Santo Antônio/RN, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que mais privilegiado, para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato.
E por estarem assim ajustados, combinados e contratados, as partes formam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, o que fazem na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram.

Várzea/RN, 02 de JUNHO de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional
Prefeitura Municipal De Várzea
Contratante

FELIPE ANDRÉ BERNARDO DE ASSIS
Representante Legal
FPComércio E Serviço Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
ASSINATURA:
CPF:

_____
ASSINATURA:
CPF:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:3AEFC116

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 507, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Rua Manoel Andrade, 12, Centro, Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000 CNPJ: 08.002.404/0001-26
Email: gabinete@bomjesus.rn.gov.br

LEI Nº 507, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026, e será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
I - As Metas Fiscais;
II - As Prioridades da Administração Pública Municipal;
III - Da Estrutura dos Orçamentos;
IV - As Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Município;
V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - As Disposições inerentes às Despesas com Pessoal e encargos sociais;
VII - As Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária;
VIII - Da Transparência e da Participação Popular; e
IX - As Disposições Gerais.

CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS
Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais relativas às receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão apresentadas nos Demonstrativos anexos a esta Lei, elaborados em conformidade com a Portaria nº 699, de 07 de julho de 2023 expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprova a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e os Fundos Municipais que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Portaria STN/MF nº 699/2023.
Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º, do art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e providências.

CAPÍTULO II METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I
- Metas Anuais, será elaborado em valores correntes e constantes, relativo às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência de 2026 e para os dois seguintes.

Parágrafo Único **-** Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN/MF nº 699/2023.

CAPÍTULO III
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Art. 9º - Caso sejam verificadas alterações na projeção das receitas e despesas primárias decorrentes de alterações da legislação e mudanças na conjuntura econômica, bem como nos parâmetros macroeconômicos utilizados para a estimativa das receitas e despesas que compõem o Projeto de Lei Orçamentária Anual, as Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas, mediante justificativa por meio de Projeto de Lei específico, alterando o Anexo I de Metas Fiscais.

CAPÍTULO IV
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 10º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

CAPÍTULO V
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 11 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

CAPÍTULO VI
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

CAPÍTULO VII
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 13 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, apurando o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS, conforme modelo da Portaria STN/MF nº 699/2023.

CAPÍTULO VIII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 14 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

CAPÍTULO IX
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
Art. 15 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO X
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 16 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN/MF nº 699/2023, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.
Art. 17 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

Art. 18 - A finalidade do conceito de Resultado Nominal é indicar a avaliação da política fiscal nas contas públicas, ou seja, se haverá *superávit* ou *déficit*. O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.
Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Art. 19 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

CAPÍTULO XI
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Art. 20 - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2026 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual aprovado para vigorar no quadriênio 2026-2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - O estabelecimento das metas físicas necessárias à concretização das prioridades dispostas no caput deste artigo para o exercício de 2026, será efetivado em consonância ao que dispõe o Plano Plurianual aprovado e suas alterações para o mesmo período.
§ 2º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 será dada maior prioridade:
a) às políticas de inclusão;
b) ao atendimento integral à criança, ao adolescente e ao idoso;
c) ao atendimento à sociedade em ações de saúde;

d) à promoção do desenvolvimento do ensino público municipal;

e) à austeridade na gestão dos recursos públicos;
f) à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
g) à promoção do desenvolvimento urbano e rural; e
h) utilização de pelo menos 1% da Receita Corrente Líquida do ano imediatamente anterior, com ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
§ 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir os valores nominais das ações estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO XII
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS
Art. 21 – O orçamento para o exercício de 2026 e as suas execuções, obedecerão aos seguintes princípios:

I. Unidade;
II. Totalidade;
III. Universalidade;
IV. Anualidade;
V. Exclusividade Orçamentária;
VI. Especificação, Especialização ou Discriminação, Clareza, Programação;
VII. Publicidade e Transparência;
VIII. Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas;
IX. Equilíbrio Orçamentário;
X. Legalidade;
XI. Orçamento Bruto;
XII. Realismo Orçamentário.
Art. 22 – O orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como seus fundos e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, devendo esse estar expresso no Plano Plurianual (PPA).

II – *Atividade*, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *Operação especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V – *Unidade orçamentária*, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

VI – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial, os quais devem estar expressos no Plano Plurianual (PPA). A codificação deverá seguir o dispõe o PPA.

*VII - Recurso Ordinário***,** aquele previsto para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
*VIII. Recurso Vinculado***,** aquele que por força de legislação, normativa, convênio ou similares, deve ser aplicado em despesas específicas, ou ainda deve ter controle específico;
*IX - Execução Orçamentária***,** o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
XI - Remanejamento de dotações, movimentação de recursos orçamentários quando em uma reforma administrativa, ou criação e extinção de órgãos;

*XII - Transposição de dotações***,** movimentação de recursos orçamentários no âmbito dos programas de trabalho, quando o motivo for a repriorização de ações governamentais;

*XIII - Transferências de dotações***,** são realocações no âmbito das categorias econômicas de despesas, cujo motivo seja a repriorização de gastos governamentais.
§1°- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento.
§2°- A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.
Art. 23 - A Lei Orçamentária para o exercício de 2026 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando os respectivos vínculos com os Fundos, bem como com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. As despesas serão desdobradas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto à sua natureza, classificadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, em conformidade com as Portarias SOF/STN nº 42/1999 e Interministerial nº 163/2001, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) vigente, e com as determinações relativas às fontes de recurso, conforme os seguintes anexos:

I. Demonstrativo da Receita e Despesa;
II. Receitas por Categorias Econômicas;
III. Despesa por Categorias Econômicas;
IV. Programa Trabalho Governo por órgão;
V. Programa Trabalho Governo por função;
VI. Demonstrativo da despesa por funções, Subfunções conforme vínculo com os recursos;
VII. Demonstrativo da Receita Corrente Liquida;
VIII. Despesas por fonte de recurso;
IX. Receita por fonte de recurso;
X. Demonstrativo das despesas por órgãos e funções;

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado ao Poder Legislativo no prazo estabelecido pela Lei Orgânica do Município pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de:

I. Mensagem;
II. Texto do Projeto de Lei;
III. Tabelas explicativas das estimativas da receita e previsão da despesa;
IV. Orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei.

Parágrafo Único - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

CAPÍTULO XIII
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO
Art. 25 – O orçamento para o exercício financeiro de 2026 observará, entre outros, os princípios da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas respectivas fundações, fundos, empresas públicas e demais entidades da administração pública municipal, conforme disposto nos artigos 1º, § 1º, 4º, inciso I, alínea "a", e 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Adicionalmente, serão respeitados os princípios da unidade, universalidade e anualidade, conforme estabelecido no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 26 – Os estudos para a definição das estimativas de receita para o exercício financeiro de 2026 deverão observar as normas técnicas e legais, considerando os efeitos de alterações na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, variações nos índices de preços, crescimento econômico, ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos últimos três exercícios, bem como projeções para os dois subsequentes, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 27 – Na execução do orçamento, caso se verifique que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações orçamentárias e observadas as respectivas fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, conforme previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
§ 1º - As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

I - Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
II - Despesas a título de ajuda de custo;
III - Despesas com locação de mão de obra;
IV - Despesas com locação de veículos;

V - Despesas com combustíveis;
VI - Despesas com treinamento;
VII - Transferências voluntárias a instituições privadas;
VIII - Outras despesas de custeio;
IX - Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
X - Despesas com comissionados;
XI - Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XII - Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes.

§ 2º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.
Art. 28 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2026, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2026 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.
Art. 29 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).
§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se houver, do excesso de arrecadação, em último caso com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 30 - O Orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até três por cento (3%) da Receita Corrente Líquida apurada no primeiro semestre de 2025, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).
Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso este não se concretize, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 31 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão na Lei Orçamentária Anual se previamente contemplados no Plano Plurianual (PPA), conforme disposto no art. 5º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Art. 32 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas, bem como o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, quando aplicável, conforme o disposto no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Art. 33 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026, com dotações vinculadas e fontes de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras fontes extraordinárias, serão executados prioritariamente com essas fontes. Caso necessário, poderão ser complementados com fontes próprias, de acordo com o ingresso no fluxo de caixa, conforme disposto no art. 8º, § único, e no art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Art. 34 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, conforme consta no Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 35 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

§ 2º - O município deverá formalizar "Termo de Convênio" que conterá cláusulas necessárias ao cumprimento das normas do direito público, bem como as obrigações entre as partes.
Art. 36 - Os procedimentos administrativos relacionados à estimativa do impacto orçamentário-financeiro e à declaração do ordenador da despesa, conforme estabelecido no art. 16, itens I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deverão ser inseridos no processo que contiver os autos da licitação ou, quando aplicável, sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujos valores não sejam superiores aos limites fixados para dispensa de licitação (art. 75, Inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021), devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 37 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 38 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 39 - A previsão das receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro de 2026 serão orçadas a preços correntes.

Art. 40 - A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, até a Modalidade de Aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001.

§ 1º - A suplementação, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza da Despesa para outro, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167 VI da Constituição Federal).

§ 2º - Os limites para suplementação serão de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício de 2026, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.
§ 3º - A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa, de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no § 2º deste artigo e poderá ser feita por Portaria da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças no âmbito do Poder Executivo e por Portaria Legislativa do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo.
§ 4º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 5º - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 6º - O Poder Executivo e Legislativo poderá incluir novas naturezas de despesas que não forem previstas na Lei Orçamentária Anual, mediante decreto, para correta classificação da despesa, por anulação de dotação, enquadrando-se nos casos previstos nos parágrafos 1 e 3.

§ 7º - Não incidirão no limite estabelecido no caput deste artigo e na abertura de crédito prevista no § 2º, os créditos orçamentários consignados para despesas com pessoal e encargos patronais, e os destinados às dotações para execução das despesas decorrentes de emendas parlamentares.
Art. 41 - Durante a execução orçamentária de 2026, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2026 (art. 167, I da Constituição Federal).

§ 1º - A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2026 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026-2029 e com esta Lei.

§ 2º - Além do disposto no caput deste artigo, a inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2026 também dependerá de autorização do Poder Legislativo, por meio de Lei, salvo as exceções previstas na própria Lei Orçamentária Anual, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 42 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 43 – A execução do orçamento obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações posteriores.
§ 1º – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em créditos adicionais, em decorrência da insuficiência dos valores aprovados, da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações em suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 2º - A autorização para suplementação constará da Lei Orçamentária de 2026, nos termos do § 8º do art. 165 da Constituição Federal, limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais abertos para a cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo.
§ 4º - O Poder Executivo não poderá transpor, transferir ou remanejar recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais, salvo por solicitação formal subscrita por seus respectivos autores, observado o valor e a fonte de recursos consignados em cada uma delas, excetuando-se tais retificações do limite do remanejamento orçamentário.

§ 5º - O Poder Executivo poderá suplementar as dotações decorrentes de emendas parlamentares individuais, visto adequação de projetos e orçamentos através de aditivos, devidamente justificados.

Art. 44 – É obrigatória a destinação de recursos e para a execução de emendas parlamentares individuais, observados os cronogramas financeiros de arrecadação.

§ 1º - A Execução Orçamentária e Financeira das emendas individuais aprovadas será obrigatória, segundo critérios equitativos dentro da programação prioritária incluída na Lei Orçamentária Anual, financiada exclusivamente com recursos consignados na reserva parlamentar instituída com a finalidade de dar cobertura às referenciadas emendas.
§ 2º - Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal, às emendas apresentadas, independentemente da autoria.
§ 3º - As programações orçamentárias das emendas parlamentares, não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.
§ 4º - As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual, ou às proposições que o modifiquem, somente poderão ser apreciadas caso:

I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que dispõem sobre:

a) Dotações de pessoal e seus encargos;
b) Serviço da dívida.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 45 - A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 46 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 47 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL
Art. 48 - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal poderão, no exercício de 2026, mediante lei autorizativa específica, criar cargos, empregos e funções, reestruturar carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, bem como admitir ou contratar pessoal, a qualquer título – seja por concurso público ou em caráter temporário, conforme a legislação –, observados os limites e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2026.
Art. 49 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2026, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).
Art. 50 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 51 - O orçamento do Município de Bom Jesus/RN, para o exercício de 2026 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 01 de julho de 2025.
Parágrafo Único - As despesas com o pagamento de Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor - RPV, devem ser identificadas como operações especiais, ter dotação orçamentária específica e não podem ser canceladas por meio de Decreto para atender outras finalidades.
Art. 52 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):
I - Redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;
II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
IV - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 53 - Para os efeitos desta Lei e dos registros contábeis, considera-se terceirização de mão de obra, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de pessoal para o desempenho de atividades ou funções que guardem relação com aquelas previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal ou que sejam próprias da Administração Pública Municipal. Nos casos em que houver a utilização de materiais ou equipamentos pertencentes ao contratado ou a terceiros, deverão ser feitas as devidas deduções.
Parágrafo Único - Quando a contratação de mão de obra envolver, também, o fornecimento de materiais ou a utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa deverá ser classificada em outros elementos que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 54 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 55 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 56 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO XVII
DA TRANSPARÊNCIA E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Seção I
Da Transparência
Art. 57 - Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo tornará disponíveis, por meio dos sites https://site.bomjesus.rn.gov.br/ e https://site.bomjesus.rn.gov.br/transparencia-municipal, para acesso de toda a sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

I - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
II - Lei Orçamentária Anual - LOA;
III – Relatório Resumido de Execução Orçamentária, a cada publicação; e
IV – Relatório de Gestão Fiscal, a cada publicação.

Seção II
Da Participação Popular
Art. 58 - Fica assegurada a participação dos cidadãos na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026, o Poder Executivo promoverá Audiência Pública convocada e realizada exclusivamente para esse fim, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000.

§ 1º - O Poder Executivo realizará Audiência Pública com a utilização dos meios disponíveis.

§ 2º - A Audiência eletrônica será amplamente divulgada nos meios de comunicação, no portal do Governo de Bom Jesus e redes sociais, com antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data estabelecida para sua realização, a fim de convocar a população para sua participação,

CAPÍTULO XVIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 59 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o fim do exercício financeiro de 2025, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no § 2º, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atendimento das despesas com:

I - Pessoal e encargos sociais;
II - Contribuições, aportes e transferências aos fundos públicos de natureza previdenciária;
III - Precatórios e sentenças judiciais, inclusive as consideradas de pequeno valor;
IV - Serviço da dívida;
V - Transferências constitucionais ou legais por repartição de receita; e
VI - Obrigações tributárias e contributivas.

Art. 60 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.
Art. 61 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 62 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 63 - Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:

I - Vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964;
II - Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou
III - Referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depende de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.
§ 1º - Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.
Art. 64 - No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2026, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 65 - Com vista ao cumprimento das metas fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual para 2026, o Poder Executivo publicará Decreto da Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa, os quais serão discriminados em anexos.

Parágrafo Único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2026, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de 2024 e 2025 e/ou outro condicionante de natureza econômico-financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 66 – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração do Orçamento as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como, na classificação orçamentária da receita e despesa, por alteração na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 ao Poder Legislativo.

Art. 67 – As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do município, sem alteração do valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo e, no caso do Poder Legislativo, por portaria do Presidente da Casa.

Art. 68 - Fica possibilitado os contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 ultrapassarem o exercício financeiro do ano corrente, conforme dispõe o art. 105 da mesma, desde que verificada a disponibilidade de créditos orçamentários.
Art. 69 - As Entidades Privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 70 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas à cobertura de despesas de entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:
I - Sejam vinculadas a organismos nacionais e internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial; e

II - Atendam ao disposto no artigo 204 da Constituição Federal ou no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 71 - É vedada a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, a título de "contribuições" para Entidades Privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que atendam, primordialmente, a uma das seguintes condições:
I - De atendimento direto e gratuito ao público e voltado ao ensino ou representantes de entidades das escolas públicas estaduais e municipais do ensino básico, incluindo as transferências destinadas ao pagamento das despesas com pessoal e outras despesas correntes abrangidas no termo pactuado, bem como dispêndios de capital;

II - Voltadas às ações de Saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;
III - De serviços sociais autônomos, Organizações Sociais, Organizações Sociais de Interesse Público, Organizações de Sociedade Civil e fundações privadas, conforme definidos nas Leis n° 13.019, de 2014, n° 9.637, de 1998, n° 9.790, de 1999 e n° 10.406, de 2002;

IV - De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas à atividade cultural, ao esporte e lazer; e

V - Entidades que desempenham ações voltadas à ressocialização do apenado e do egresso, seja na educação, no trabalho ou no apoio à família, incluindo transferências destinadas ao pagamento das despesas de pessoal e outras despesas correntes, abrangidas no Termo pactuado, bem como dispêndios de capital.
Art. 72 - Fica ressalvado ao Poder Executivo observar o andamento de suas obras, sua compatibilidade e continuidade, para incluir novos projetos em conformidade com o que dispõe o art. 45 da LRF.

Art. 73 - O Poder Executivo disponibilizará, por meios eletrônicos, as programações contidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como as prestações de contas consolidadas anualmente, apuradas no respectivo Balanço Geral do Município e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF).

Parágrafo Único - O disposto no ***caput*** deste artigo refere-se também aos Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD) dos diversos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, que serão publicados após a sanção da LOA 2026.

Art. 74 - O cálculo referente ao duodécimo a ser repassado ao Poder Legislativo será baseado nas Receitas Arrecadadas do Exercício Anterior, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar de forma unilateral, crédito adicional suplementar, por anulação parcial, no valor da diferença entre o orçado para o Poder Legislativo e o total do repasse do duodécimo, afim de ajustar o orçamento do Poder Legislativo.

§ 2º - Fica vedada o repasse de duodécimo baseado no valor previsto na Lei Orçamentária Anual para o Poder Legislativo, quando este estiver superior ao cálculo conforme dispõe o art. 29-A da CF.

Art. 75 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus/RN, 17 de junho de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59.270-000
CNPJ: 08.002.404/0001-26 - Telefone: (84) 3253-2209
http://www.bomjesus.rn.gov.br

ANEXO - DESPESAS QUE NÃO SÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

A Lei Complementar nº 101/2000 trás no parágrafo segundo do artigo 9º aspecto que versa sobre a limitação de empenhos, vejamos:

"§ 2º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações **constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida**, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias."

Desta forma, são despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município as elencadas a seguir:

I- Alimentação Escolar (Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009 e Lei Federal nº 13.987, de 07/04/2020);

II- Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças com Idade entre 0 a 6 anos (Lei Federal nº 10.836, de 9/1/2004);

III- Atenção à Saúde da População dos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema Único de Saúde (Portaria MS nº 384, de 04/04/2003);

IV- Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei Federal nº 9.313, de 13/11/1996);

V- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação FUNDEB (Emenda Constitucional nº 108, de 26/08/2020 e Lei Federal nº 14.113, de 25/12/2020);

VI- Financiamento da Atenção Básica – Programa Previne Brasil (Portaria MS nº 2.979, de 12/11/2019);

VII- Ações de Assistência Farmacêutica Básica (Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990); VIII - Ações de Vigilância Sanitária (Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990);

IX- Ações para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990);
X- Ações para Epidemiologia e Controle das Doenças (Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990);
XI- Pessoal e Encargos Sociais;

XII- Benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

XIII - Sentenças Judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor (RPV) e débitos periódicos vincendos;

XIV - Serviço da Dívida;

XV - Serviço de Benefícios Eventuais, conforme Legislação Municipal;

XVI - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD (Lei Federal nº 12.058, de 13/10/2009);

XVII - Apoio ao Transporte Escolar (Lei Federal nº 10.880, de 09/06/2004);

XVIII - Dinheiro Direto na Escola (Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009); e

XIX - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei Federal nº 10.420, de 10/04/2002, alterada pela Lei Federal nº 10.700, de 09/07/2003).

MARGEM DE EXPANSÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo propósito é assegurar que novas despesas somente sejam criadas quando houver fontes sustentáveis de financiamento. Tais fontes compreendem o aumento permanente de receita ou a redução de outras despesas de natureza continuada.

Nos termos do § 3º do art. 17 da LRF, considera-se aumento permanente de receita aquele decorrente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo ou da criação ou majoração de tributos ou contribuições. Nesta estimativa, entende-se como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica — isto é, a elevação da grandeza econômica ou quantitativa sobre a qual incidem alíquotas, resultando no aumento da arrecadação. Consideram-se também os efeitos da legislação vigente sobre a arrecadação total.

Contudo, a definição de parâmetros seguros para estimativas de receita e demais indicadores fundamentais à realização de projeções confiáveis encontra-se comprometida. Fatores conjunturais e imprevisíveis têm dificultado a construção de cenários consistentes e sustentáveis.

Dessa forma, diante da incerteza quanto ao desempenho da atividade econômica no próximo exercício, não é possível projetar qualquer margem de expansão para despesas obrigatórias de caráter continuado. Ao contrário, mantido o atual cenário, projeta-se uma tendência de retração nos níveis de despesa, apesar do reconhecimento de que as demandas da população deverão ser significativamente maiores e mais urgentes no período vindouro.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE BOM JESUS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
1. Receita - Base Calculo.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2022)**	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Realizada Média**	**Estimado**	**Ajuste**	**Estimado Ajustado**
IPTU	150.356,32	197.514,41	247.739,99	198.537,00	207.392,00	51.397,00	258.789,00
ISS	557.455,76	667.594,23	714.899,62	646.650,00	675.491,00	71.293,00	746.784,00
ITBI	60.148,31	65.213,76	92.250,38	72.537,00	75.772,00	20.592,00	96.364,00
IRRF	1.363.502,58	1.462.095,56	1.687.897,88	1.504.499,00	1.571.600,00	151.578,00	1.723.178,00
Demais Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	92.088,27	124.245,84	174.397,33	130.244,00	136.053,00	46.122,00	182.175,00
Taxas (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	388.946,79	426.527,41	487.664,49	434.380,00	453.753,00	78.381,00	532.134,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais (RPPS)	1.010.744,07	1.733.125,93	2.055.483,82	1.599.785,00	1.671.135,00	426.023,00	2.097.158,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	669.670,88	628.192,53	503.284,63	600.383,00	627.160,00	0,00	627.160,00
Aplicações Financeiras (RPPS)	69.060,71	114.123,99	200.286,56	127.824,00	133.525,00	0,00	133.525,00
Outras Receitas Patrimoniais	540.000,00	0,00	0,00	180.000,00	188.028,00	-188.028,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	18.601.046,33	19.087.966,50	21.509.053,60	19.732.689,00	20.612.767,00	1.010.481,00	21.623.248,00
Cota-Parte do FPM - EXTRAORDINÁRIA	1.719.710,47	1.882.573,44	2.214.194,64	1.938.826,00	2.025.298,00	101.207,00	2.126.505,00
Cota-Parte do ICMS	2.753.461,15	3.182.861,31	4.392.415,53	3.442.913,00	3.596.467,00	991.850,00	4.588.317,00
Cota-Parte do IPVA	235.761,76	308.809,43	287.584,52	277.385,00	289.756,00	10.654,00	300.410,00
Cota-Parte do ITR	3.885,14	5.422,76	3.426,19	4.245,00	4.434,00	-854,00	3.580,00
Transferências da LC nº 61/1989	3.601,63	6.560,02	8.784,89	6.316,00	6.598,00	2.579,00	9.177,00
Transferências do FUNDEB	13.331.354,01	14.506.758,58	14.809.677,49	14.215.930,00	14.849.960,00	1.009.327,00	15.859.287,00
Outras Transferências Correntes	7.592.923,16	6.855.363,36	9.866.032,94	8.104.773,00	8.466.246,00	1.224.998,00	9.691.244,00
Outras Transferências Correntes (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS- Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022 - Principal	4.023,93	0,00	0,00	1.341,00	1.401,00	-401,00	1.000,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2022)**	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Realizada Média**	**Estimado**	**Ajuste**	**Estimado Ajustado**
Transf. da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal	0,00	66.131,92	0,00	22.044,00	23.027,00	-22.027,00	1.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais(RPPS)	0,00	0,00	1.857,94	619,00	647,00	1.293,00	1.940,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.564,99	22.708,56	28.833,93	18.036,00	18.840,00	11.280,00	30.120,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos(RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Demais Receitas Correntes (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00	1.398.731,73	466.244,00	487.038,00	-486.038,00	1.000,00
Operações de crédito (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	143.700,00	0,00	47.900,00	50.036,00	-49.036,00	1.000,00
Outras Alienações de Bens (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	2.003.686,71	2.618.224,10	960.019,01	1.860.643,00	1.943.628,00	-1.913.628,00	30.000,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO — Exercício: **2026**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Realizada (2022)	Realizada (2023)	Realizada (2024)	Realizada Média	Estimado	Ajuste	Estimado Ajustado
Convênios (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	300.000,00	349.837,00	663.761,71	437.866,00	457.395,00	185.969,00	643.364,00
Outras Transferências de Capital (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - INTRA	2.028.873,38	2.969.735,01	4.218.674,25	3.072.428,00	3.209.458,00	1.418.975,00	4.628.433,00
Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionista - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal - Parcelamento - INTRA	35.139,19	61.854,27	104.782,92	67.259,00	70.259,00	37.741,00	108.000,00
Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - (RPPS) INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - Financeiras - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - Financeiras (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	51.963,06	17.321,00	18.094,00	0,00	18.094,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras (RPPS) - INTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Dedução FUNDEB	-3.720.208,97	-3.817.593,02	-4.093.533,80	-3.877.112,00	-4.122.553,00	-202.096,00	-4.324.649,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO — Exercício: **2026**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Realizada (2022)	Realizada (2023)	Realizada (2024)	Realizada Média	Estimado	Ajuste	Estimado Ajustado
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Dedução do FUNDEB	-776,95	-1.084,49	-685,18	-849,00	-887,00	171,00	-716,00
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022 - Dedução do Fundeb	-804,78	0,00	0,00	-268,00	-280,00	80,00	-200,00
Cota-Parte do ICMS - Dedução do FUNDEB	-550.692,03	-649.583,80	-878.482,91	-692.920,00	-719.293,00	-198.370,00	-917.663,00
Cota-Parte do IPVA - Dedução do FUNDEB	-47.152,16	-61.761,61	-57.516,66	-55.477,00	-57.951,00	-2.131,00	-60.082,00
Cota-Parte do IPI - Municípios - Dedução do FUNDEB	-720,21	-1.311,90	-1.756,88	-1.263,00	-1.320,00	-516,00	-1.836,00
Transf . Analítica da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Dedução FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.605,00	4.405,00	-200,00
TOTAL GERAL	49.197.650,44	52.955.805,10	61.651.723,62	54.601.728,00	56.964.369,00	3.794.271,00	60.758.640,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

2. DESPESA - BASE CALCULO.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - DESPESA BASE DE CÁLCULO Exercício: **2026** Pág.: 1/2

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Realizada (2022)	Realizada (2023)	Realizadav(2024)	Realizada Média	Estimado	Ajuste	Estimado Ajustado
Pessoal e Encargos Sociais (3167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3167) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191)	2.055.126,75	2.995.241,69	4.252.392,64	3.100.920,00	3.239.221,00	1.349.437,00	4.588.658,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX)	17.900.080,44	19.770.620,37	21.256.448,53	19.642.383,00	20.518.433,00	1.708.614,00	22.227.047,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX) (RPPS)	3.214.099,76	4.026.343,90	4.514.191,98	3.918.212,00	4.092.964,00	600.000,00	4.692.964,00
Juros e Encargos da Dívida (3267)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3267) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3291)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3291) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (32XX)	26.532,20	37.634,41	114.591,04	59.586,00	62.244,00	57.458,00	119.702,00
Juros e Encargos da Dívida (32XX) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3367)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3367) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391)	0,00	0,00	158.787,08	52.929,00	55.290,00	110.579,00	165.869,00
Outras Despesas Correntes (3391) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (33XX)	18.632.288,31	19.761.620,42	23.514.815,50	20.636.241,00	21.556.617,00	1.864.209,00	23.420.826,00
Outras Despesas Correntes (33XX) (RPPS)	88.311,00	138.410,65	118.900,74	115.207,00	120.345,00	0,00	120.345,00
Investimentos (4491)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (44XX)	4.621.622,51	3.069.242,84	3.690.922,14	3.793.929,00	3.963.138,00	-2.134.909,00	1.828.229,00
Investimentos (44XX) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Concessão de empréstimos e financiamentos (45XX66)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos (45XX66) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (45XX64)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (45XX64) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (45XX63)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (45XX63) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (45XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (45XX) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (4691)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - DESPESA BASE DE CÁLCULO Exercício: **2026**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Realizada (2022)	Realizada (2023)	Realizadav(2024)	Realizada Média	Estimado	Ajuste	Estimado Ajustado
Amortização da Dívida (4691) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (46XX)	1.425.046,87	2.432.206,50	3.328.902,86	2.395.385,00	2.502.219,00	447.781,00	2.950.000,00
Amortização da Dívida (46XX) (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	130.000,00
TOTAL GERAL	47.963.107,84	52.231.320,78	60.949.952,51	53.714.792,00	56.110.471,00	4.648.169,00	60.758.640,00

	RPPS	INTRA	Demais	Geral
Receitas	2.232.623,00	4.754.527,00	53.771.490,00	60.758.640,00
Despesas	4.958.309,00	4.754.527,00	51.045.804,00	60.758.640,00
Saldo	-2.725.686,00	0,00	2.725.686,00	0,00

Resultado Primário - Previsão

	Valor Previsto
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha	1.953.055,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-71.751,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

3. RECEITA.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	49.303.339,00	59.028.680,55	52.976.798,00	57.152.054,00	60.634.095,00	63.338.377,00	66.163.270,00
Receita Tributária	2.358.706,00	3.404.849,69	2.795.223,00	2.954.917,00	3.539.424,00	3.697.283,00	3.862.182,00
IPTU	184.263,00	247.739,99	170.143,00	187.731,00	258.789,00	270.331,00	282.388,00
ISS	529.076,00	714.899,62	585.215,00	603.179,00	746.784,00	780.091,00	814.883,00
ITBI	91.668,00	92.250,38	57.765,00	59.343,00	96.364,00	100.662,00	105.152,00
IRRF	1.037.958,00	1.687.897,88	1.405.000,00	1.463.664,00	1.723.178,00	1.800.032,00	1.880.313,00
Taxas	110.741,00	174.397,33	128.100,00	167.500,00	182.175,00	190.300,00	198.787,00
Contribuições de Melhoria	405.000,00	487.664,49	449.000,00	473.500,00	532.134,00	555.867,00	580.659,00
Receita de Contribuições	877.080,00	2.055.483,82	1.491.211,00	1.599.236,00	2.097.158,00	2.190.691,00	2.288.396,00
Contribuições Sociais	877.080,00	2.055.483,82	1.491.211,00	1.599.236,00	2.097.158,00	2.190.691,00	2.288.396,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	711.483,00	703.571,19	867.561,00	487.060,00	760.685,00	794.612,00	830.052,00
Aplicações Financeiras	691.483,00	703.571,19	862.561,00	486.060,00	760.685,00	794.612,00	830.052,00
Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	0,00	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	45.347.870,00	52.834.083,98	47.798.603,00	52.083.841,00	54.203.768,00	56.621.256,00	59.146.565,00
Cota-Parte do FPM	21.379.249,00	23.466.162,42	21.905.422,00	24.508.597,00	23.749.753,00	24.808.992,00	25.915.473,00
Cota-Parte do ICMS	2.834.683,00	4.392.415,53	2.871.512,00	3.199.581,00	4.588.317,00	4.792.956,00	5.006.722,00
Cota-Parte do IPVA	279.218,00	287.584,52	325.510,00	320.000,00	300.410,00	313.808,00	327.804,00
Cota-Parte do ITR	4.549,00	3.426,19	2.600,00	2.195,00	3.580,00	3.740,00	3.907,00
Transferências da LC nº 61/1989	3.881,00	8.784,89	5.881,00	5.903,00	9.177,00	9.586,00	10.014,00
Transferências do FUNDEB	13.832.116,00	14.809.677,49	15.533.000,00	15.402.200,00	15.859.287,00	16.566.611,00	17.305.482,00
Outras Transferências Correntes	7.014.174,00	9.866.032,94	7.154.678,00	8.645.365,00	9.693.244,00	10.125.563,00	10.577.163,00
Outras Receitas Correntes	8.200,00	30.691,87	24.200,00	27.000,00	33.060,00	34.535,00	36.075,00
Multa e Juros de Mora	0,00	1.857,94	1.000,00	1.000,00	1.940,00	2.027,00	2.117,00
Indenizações e Restituições	8.200,00	28.833,93	23.200,00	16.000,00	30.120,00	31.463,00	32.866,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.051.629,00	3.022.512,45	2.017.000,00	1.674.376,00	675.364,00	705.486,00	736.952,00
Operações de crédito	200.000,00	1.398.731,73	80.000,00	5.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS					Exercício: **2026** Pág.: 2/2		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	10.000,00	2.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	10.000,00	2.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
Transferência de Capital	2.851.629,00	1.623.780,72	1.927.000,00	1.667.376,00	673.364,00	703.396,00	734.768,00
Convênios	2.032.021,00	960.019,01	1.560.000,00	20.000,00	30.000,00	31.338,00	32.736,00
Outras Transferências de Capital	819.608,00	663.761,71	367.000,00	1.647.376,00	643.364,00	672.058,00	702.032,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	1.119.904,00	4.534.207,31	2.525.321,00	4.663.021,00	4.754.527,00	4.966.579,00	5.188.088,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.119.904,00	4.534.207,31	2.525.321,00	4.663.021,00	4.754.527,00	4.966.579,00	5.188.088,00
DEDUÇÕES (IV)	-5.853.628,00	-7.287.745,81	-6.650.279,00	-7.121.207,00	-7.536.029,00	-7.872.135,00	-8.223.233,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	-866.582,00	-2.055.483,82	-1.491.211,00	-1.599.236,00	-2.097.158,00	-2.190.691,00	-2.288.396,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00

Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	-392.836,00	-200.286,56	-477.401,00	-164.760,00	-133.525,00	-139.480,00	-145.701,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-4.594.210,00	-5.031.975,43	-4.681.667,00	-5.347.211,00	-5.305.346,00	-5.541.964,00	-5.789.136,00
RECEITA TOTAL	48.880.662,00	61.553.424,88	52.837.452,00	58.142.240,00	60.758.640,00	63.468.478,00	66.299.174,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	43.449.711,00	51.740.934,74	46.326.519,00	50.030.847,00	53.098.066,00	55.466.242,00	57.940.037,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
4. DESPESA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.484.179,00	49.518.947,79	41.545.883,00	46.848.999,00	50.580.884,00	52.836.791,00	55.193.312,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.862.298,00	25.770.640,51	25.499.172,00	28.329.399,00	26.920.011,00	28.120.643,00	29.374.824,00
Juros e Encargos da Dívida	275.208,00	114.591,04	302.529,00	302.000,00	119.702,00	125.041,00	130.618,00
Outras Despesas Correntes	15.346.673,00	23.633.716,24	15.744.182,00	18.217.600,00	23.541.171,00	24.591.107,00	25.687.870,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.066.354,00	7.019.825,00	6.639.925,00	6.478.654,00	4.793.229,00	5.007.007,00	5.230.319,00
Investimentos	7.025.178,00	3.690.922,14	4.870.925,00	3.678.654,00	1.843.229,00	1.925.437,00	2.011.311,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.041.176,00	3.328.902,86	1.769.000,00	2.800.000,00	2.950.000,00	3.081.570,00	3.219.008,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	480.000,00	400.000,00	500.000,00	522.300,00	545.595,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	44.550.533,00	56.538.772,79	48.665.808,00	53.727.653,00	55.874.113,00	58.366.098,00	60.969.226,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.858.137,00	4.411.179,72	4.106.644,00	4.284.587,00	4.754.527,00	4.966.579,00	5.188.089,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.857.137,00	4.252.392,64	4.105.644,00	4.283.587,00	4.588.658,00	4.793.312,00	5.007.094,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.000,00	158.787,08	1.000,00	1.000,00	165.869,00	173.267,00	180.995,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	60.000,00	130.000,00	130.000,00	135.798,00	141.855,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	3.858.137,00	4.411.179,72	4.171.644,00	4.414.587,00	4.884.527,00	5.102.377,00	5.329.944,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	48.408.670,00	60.949.952,51	52.837.452,00	58.142.240,00	60.758.640,00	63.468.475,00	66.299.170,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
5. RESTOS A PAGAR E DESPESAS PRIMARIAS.PDF										
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026										
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS						Exercício: **2026**				
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2022)**	**Realizada (2022)**	**Previsão (2023)**	**Realizada (2023)**	**Previsão (2024)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	409.566,97	409.566,97	193.144,01	193.144,01	33.610,19	33.610,19	109.179,83	42.873,00	44.785,00	46.782,00
DESPESAS CORRENTES	187.066,97	187.066,97	193.144,01	193.144,01	25.382,29	25.382,29	2.856,00	2.022,00	2.112,00	2.206,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	34.230,33	34.230,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (RPPS)	0,00	0,00	968,00	968,00	0,00	0,00	720,00	510,00	533,00	557,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	187.066,97	187.066,97	157.945,68	157.945,68	25.382,29	25.382,29	2.136,00	1.512,00	1.579,00	1.649,00
Outras Despesas Correntes (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	222.500,00	222.500,00	0,00	0,00	8.227,90	8.227,90	106.323,83	40.851,00	42.673,00	44.576,00
Investimentos	222.500,00	222.500,00	0,00	0,00	8.227,90	8.227,90	106.323,83	40.851,00	42.673,00	44.576,00
Investimentos (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos										
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	482.911,52	73.344,55	893.235,47	700.091,46	411.856,59	306.196,31	538.900,73	312.089,00	326.008,00	340.548,00
DESPESAS CORRENTES	223.151,02	36.084,05	195.244,01	2.100,00	41.042,29	15.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	34.230,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (RPPS)	0,00	0,00	968,00	0,00	1.760,00	1.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	223.151,02	36.084,05	160.045,68	2.100,00	25.882,29	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	13.400,00	13.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	259.760,50	37.260,50	697.991,46	697.991,46	370.814,30	290.536,31	538.900,73	312.089,00	326.008,00	340.548,00
Investimentos	259.760,50	37.260,50	697.991,46	697.991,46	370.814,30	290.536,31	538.900,73	312.089,00	326.008,00	340.548,00
Investimentos (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026										
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS							Exercício: **2026**			
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2022)**	**Realizada (2022)**	**Previsão (2023)**	**Realizada (2023)**	**Previsão (2024)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	892.478,49	482.911,52	1.086.379,48	893.235,47	445.466,78	339.806,50	648.080,56	354.962,00	370.793,00	387.330,00
Definição de Percentual de Pagamento										
A = (soma da previsão 2022/2023/2024) / 3										
B = (soma dos pagamentos 2022/2023/2024) / 3										
C = B / A * 100										
Cálculo da Previsão 2026										
D = Previsão 2025										
E = Previsão dos Pagamentos = D * C (Percentual encontrado)										

MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
6. RESULTADO PRIMARIO.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
RECEITAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	43.439.213,00	51.739.076,80	46.325.519,00	50.029.847,00	53.096.126,00	55.464.214,00	57.937.918,00

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.358.706,00	3.404.849,69	2.795.223,00	2.954.917,00	3.539.424,00	3.697.283,00	3.862.182,00
IPTU	184.263,00	247.739,99	170.143,00	187.731,00	258.789,00	270.331,00	282.388,00
ISS	529.076,00	714.899,62	585.215,00	603.179,00	746.784,00	780.091,00	814.883,00
ITBI	91.668,00	92.250,38	57.765,00	59.343,00	96.364,00	100.662,00	105.152,00
IRRF	1.037.958,00	1.687.897,88	1.405.000,00	1.463.664,00	1.723.178,00	1.800.032,00	1.880.313,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	515.741,00	662.061,82	577.100,00	641.000,00	714.309,00	746.167,00	779.446,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	318.647,00	503.284,63	390.160,00	322.300,00	627.160,00	655.131,00	684.350,00
Aplicações Financeiras (II)	298.647,00	503.284,63	385.160,00	321.300,00	627.160,00	655.131,00	684.350,00
Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	0,00	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	40.753.660,00	47.802.108,55	43.116.936,00	46.736.630,00	48.898.422,00	51.079.292,00	53.357.428,00
Cota-Parte do FPM	17.409.506,00	19.372.628,62	17.864.855,00	19.867.122,00	19.425.104,00	20.291.464,00	21.196.463,00
Cota-Parte do ICMS	2.267.746,00	3.513.932,62	2.297.210,00	2.559.665,00	3.670.654,00	3.834.365,00	4.005.378,00
Cota-Parte do IPVA	223.374,00	230.067,86	260.408,00	256.000,00	240.328,00	251.047,00	262.244,00
Cota-Parte do ITR	3.639,00	2.741,01	2.080,00	1.756,00	2.864,00	2.992,00	3.125,00
Transferências da LC 61/1989	3.105,00	7.028,01	4.705,00	4.722,00	7.341,00	7.668,00	8.010,00
Transferências do FUNDEB	13.832.116,00	14.809.677,49	15.533.000,00	15.402.200,00	15.859.287,00	16.566.611,00	17.305.482,00
Outras Transferências Correntes	7.014.174,00	9.866.032,94	7.154.678,00	8.645.165,00	9.692.844,00	10.125.145,00	10.576.726,00
Demais Receitas Correntes	8.200,00	28.833,93	23.200,00	16.000,00	31.120,00	32.508,00	33.958,00
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	8.200,00	28.833,93	23.200,00	16.000,00	31.120,00	32.508,00	33.958,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	43.140.566,00	51.235.792,17	45.940.359,00	49.708.547,00	52.468.966,00	54.809.083,00	57.253.568,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	877.080,00	2.268.091,90	1.493.211,00	6.273.257,00	6.853.625,00	7.159.297,00	7.478.602,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	392.836,00	200.286,56	477.401,00	164.760,00	133.525,00	139.480,00	145.701,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.051.629,00	3.022.512,45	2.017.000,00	1.674.376,00	675.364,00	705.486,00	736.952,00
Operações de Crédito (VIII)	200.000,00	1.398.731,73	80.000,00	5.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	10.000,00	2.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	10.000,00	2.000,00	1.000,00	1.045,00	1.092,00
Transferências de Capital	2.851.629,00	1.623.780,72	1.927.000,00	1.667.376,00	673.364,00	703.396,00	734.768,00
Convênios	2.032.021,00	960.019,01	1.560.000,00	20.000,00	30.000,00	31.338,00	32.736,00
Outras Transferências de Capital	819.608,00	663.761,71	367.000,00	1.647.376,00	643.364,00	672.058,00	702.032,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	2.851.629,00	1.623.780,72	1.937.000,00	1.669.376,00	674.364,00	704.441,00	735.860,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	46.869.275,00	55.127.664,79	49.370.570,00	57.651.180,00	59.996.955,00	62.672.821,00	65.468.030,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	45.992.195,00	52.859.572,89	47.877.359,00	51.377.923,00	53.143.330,00	55.513.524,00	57.989.428,00
DESPESAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO	38.015.484,00	49.294.898,79	41.237.594,00	44.840.569,00	50.522.102,00	52.775.388,00	55.129.170,00

FONTES RPPS) (XVIII)							
Pessoal e Encargos Sociais	22.585.557,00	25.508.841,17	25.397.921,00	26.494.969,00	26.815.705,00	28.011.685,00	29.261.006,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	275.208,00	114.591,04	302.529,00	302.000,00	119.702,00	125.041,00	130.618,00
Outras Despesas Correntes	15.154.719,00	23.671.466,58	15.537.144,00	18.043.600,00	23.586.695,00	24.638.662,00	25.737.546,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	37.740.276,00	49.180.307,75	40.935.065,00	44.538.569,00	50.402.400,00	52.650.347,00	54.998.552,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	2.326.832,00	4.632.372,72	4.414.933,00	6.293.017,00	4.813.309,00	5.027.983,00	5.252.231,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.045.358,00	6.446.650,53	6.624.925,00	6.463.654,00	4.778.229,00	4.991.338,00	5.213.952,00
Investimentos	7.004.182,00	3.117.747,67	4.855.925,00	3.663.654,00	1.828.229,00	1.909.768,00	1.994.944,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.041.176,00	3.328.902,86	1.769.000,00	2.800.000,00	2.950.000,00	3.081.570,00	3.219.008,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	7.004.182,00	3.690.922,14	4.855.925,00	3.663.654,00	1.828.229,00	1.909.768,00	1.994.944,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	471.992,00	0,00	540.000,00	530.000,00	630.000,00	658.098,00	687.449,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	20.996,00	0,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	15.669,00	16.368,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	47.564.278,00	56.930.428,14	50.765.923,00	55.040.240,00	57.688.938,00	60.261.865,00	62.949.544,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	45.216.450,00	52.298.055,42	46.330.990,00	48.732.223,00	52.860.629,00	55.218.213,00	57.680.945,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-1.059.919,09	-2.142.569,85	-1.395.353,00	2.610.940,00	1.953.055,00	2.040.163,00	2.131.156,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	914.596,42	236.870,97	1.546.369,00	2.645.700,00	-71.751,00	-74.949,00	-78.290,00
Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.							
MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
7. RESULTADO NOMINAL.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	691.483,00	503.284,63	862.561,00	321.300,00	525.731,00	549.179,00	573.672,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	275.208,00	114.591,04	302.529,00	302.000,00	119.702,00	125.041,00	130.618,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.192.020,00	0,00	2.106.401,00	2.665.000,00	334.278,00	349.189,00	364.764,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-1.873.687,12	-1.384.900,60	-222.421,00	-2.848.598,05	-767.329,95	-871.978,00	-910.867,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	22.428.752,00	23.271.540,76	21.110.425,00	23.271.540,76	24.309.451,00	25.393.653,00	26.526.210,00
DEDUÇÕES (XL)	6.874.469,00	4.487.818,71	5.333.721,00	4.646.238,71	4.758.399,00	4.970.623,00	5.192.313,00
Disponibilidade de Caixa	6.874.469,00	4.487.818,71	5.333.721,00	4.646.238,71	4.758.399,00	4.970.623,00	5.192.313,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.068.064,96	4.708.617,17	5.441.120,00	4.874.831,36	4.918.621,00	5.137.991,00	5.367.145,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	193.596,00	108.459,83	107.399,00	112.288,46	42.873,00	44.785,00	46.782,00

(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	112.338,63	0,00	116.304,18	117.349,00	122.583,00	128.050,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	15.554.283,00	18.783.722,05	15.776.704,00	18.625.302,05	19.551.052,00	20.423.030,00	21.333.897,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-1.683.299,00	-1.384.900,60	-222.421,00	-2.848.598,05	-767.329,95	-871.978,00	-910.867,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
8. MONTATE DA DIVIDA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.428.752,00	23.271.540,76	21.110.425,00	23.271.540,76	24.309.451,00	25.393.653,00	26.526.210,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	22.428.752,00	23.271.540,76	21.110.425,00	23.271.540,76	24.309.451,00	25.393.653,00	26.526.210,00
DEDUÇÕES (II)	6.874.468,96	4.487.818,71	5.333.721,00	4.646.238,72	4.758.399,00	4.970.623,00	5.192.313,00
Ativo Disponível	7.068.064,96	4.708.617,17	5.441.120,00	4.874.831,36	4.918.621,00	5.137.991,00	5.367.145,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	193.596,00	108.459,83	107.399,00	112.288,46	42.873,00	44.785,00	46.782,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	112.338,63	0,00	116.304,18	117.349,00	122.583,00	128.050,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	15.554.283,04	18.783.722,05	15.776.704,00	18.625.302,04	19.551.052,00	20.423.030,00	21.333.897,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
9. RESULTADO PRIMARIO PPP.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - RESULTADO PRIMÁRIO PPP					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
10. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
DEMONSTRATIVO DE PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS		Exercício: **2026**	
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES	**Valor**	**Providências**	**Valor**
Demandas Judiciais	325.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	325.000,00
Outros Passivos Contingentes	75.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contigência	75.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	**400.000,00**	SUBTOTAL	**400.000,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor**	**Providências**	**Valor**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	100.000,00	Contingenciamento de Despesas	100.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	**100.000,00**	SUBTOTAL	**100.000,00**
TOTAL	**500.000,00**	TOTAL	**500.000,00**

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
11. DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	
METAS ANUAIS	Exercício: **2026**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	56.004.113	53.612.974	0,06	0,00	58.501.899	53.421.513	0,06	0,00	61.111.086	52.818.570	0,06	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	53.144.330	50.875.292	0,06	0,00	55.514.569	50.693.607	0,06	0,00	57.990.520	50.121.452	0,06	0,00
Receitas Primárias Correntes	52.468.966	50.228.763	0,06	0,00	54.809.083	50.049.386	0,06	0,00	57.253.568	49.484.501	0,06	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.539.424	3.388.306	0,00	0,00	3.697.283	3.376.206	0,00	0,00	3.862.182	3.338.100	0,00	0,00
Transferências Correntes	48.898.422	46.810.666	0,06	0,00	51.079.292	46.643.496	0,05	0,00	53.357.428	46.117.051	0,05	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	31.120	29.791	0,00	0,00	32.508	29.685	0,00	0,00	33.958	29.350	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	675.364	646.529	0,00	0,00	705.486	644.221	0,00	0,00	736.952	636.951	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	55.874.113	53.488.525	0,06	0,00	58.366.098	53.297.505	0,06	0,00	60.969.226	52.695.960	0,06	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	52.860.629	50.603.704	0,06	0,00	55.218.213	50.422.987	0,06	0,00	57.680.945	49.853.885	0,06	0,00
Despesas Primárias Correntes	50.402.400	48.250.431	0,06	0,00	52.650.347	48.078.118	0,05	0,00	54.998.552	47.535.481	0,05	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	26.815.705	25.670.788	0,03	0,00	28.011.685	25.579.111	0,03	0,00	29.261.006	25.290.411	0,03	0,00
Outras Despesas Correntes	23.586.695	22.579.643	0,02	0,00	24.638.662	22.499.006	0,02	0,00	25.737.546	22.245.070	0,02	0,00
Despesas Primárias de Capital	1.828.229	1.750.171	0,00	0,00	1.909.768	1.743.921	0,00	0,00	1.994.944	1.724.239	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	354.962	339.807	0,00	0,00	370.793	338.593	0,00	0,00	387.330	334.771	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	60.758.640	58.164.503	0,07	0,00	63.468.478	57.956.788	0,07	0,00	66.299.174	57.302.657	0,06	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	59.996.955	57.435.339	0,07	0,00	62.672.821	57.230.226	0,06	0,00	65.468.030	56.584.296	0,06	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	60.758.640	58.164.503	0,07	0,00	63.468.475	57.956.785	0,07	0,00	66.299.170	57.302.653	0,06	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	57.688.938	55.225.864	0,07	0,00	60.261.865	55.028.641	0,06	0,00	62.949.544	54.407.557	0,06	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	-71.751	-68.688	0,00	0,00	-74.949	-68.440	0,00	0,00	-78.290	-67.666	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	1.953.055	1.869.668	0,00	0,00	2.040.163	1.862.992	0,00	0,00	2.131.156	1.841.967	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	525.731	503.285	0,00	0,00	549.179	501.488	0,00	0,00	573.672	495.827	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	119.702	114.591	0,00	0,00	125.041	114.182	0,00	0,00	130.618	112.894	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	24.309.451	23.271.540	0,03	0,00	25.393.653	23.188.433	0,02	0,00	26.526.210	22.926.716	0,02	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	19.551.052	18.716.305	0,02	0,00	20.423.030	18.649.466	0,02	0,00	21.333.897	18.438.978	0,02	0,00

MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

METAS ANUAIS — Exercício: **2026** Pág.: 2/2

Variáveis	Período		
	2026	2027	2028
PIB real (crescimento % anual)	3,20	3,40	2,40
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	61,05	63,85	66,40
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	4,90	6,19	5,92
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,46	4,83	5,65
Projeção do PIB do Estado - R$ mil	80.181.000.000,00	90.000.000.000,00	94.891.041.000,00

Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:

Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025;

Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 12/01/2025

NOTA: Noas:

1) As informações relativas às receitas e despesas foram obtidas a partir de estudos fundamentados em dados históricos, com a aplicação de critérios técnicos específicos para a apuração dos resultados apresentados.

2) A apuração da Meta de Resultado Primário seguiu a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, conforme diretrizes das Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conformidade com as normas de Contabilidade Pública.

3) A dívida consolidada é estimada com base no montante atual e nas projeções de amortização.

4) O valor dos restos a pagar para o exercício de 2026 foi estimado com base na tendência observada em 2025. Para os exercícios de 2027 e 2028, considerou-se a aplicação de 50% desse valor.

5) As receitas de convênios não são previstas, em razão de sua natureza incerta. No entanto, como via de regra geram despesa primária no mesmo exercício de ingresso, não impactam a meta de resultado primário.

MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

12. DEMONSTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR							Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2024 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas em 2024 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.312.131	0,06	97,24	57.019.218	0,06	110,20	6.707.087	13,33
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	47.877.359	0,05	92,53	52.859.573	0,06	102,16	4.982.214	10,41
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	48.665.808	0,05	94,06	56.538.773	0,06	109,27	7.872.965	16,18
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	46.330.990	0,05	89,54	52.298.055	0,06	101,08	5.967.065	12,88
Receita Total (COM FONTES RPPS)	52.837.452	0,06	102,12	61.553.425	0,07	118,96	8.715.973	16,50
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	49.370.570	0,05	95,42	55.127.665	0,06	106,55	5.757.095	11,66
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	52.837.452	0,06	102,12	60.949.953	0,07	117,80	8.112.501	15,35
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	50.765.923	0,06	98,12	56.930.428	0,06	110,03	6.164.505	12,14
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	1.546.369	0,00	2,99	236.871	0,00	0,46	-1.309.498	-84,68
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-1.395.353	0,00	-2,70	-2.142.570	0,00	-4,14	-747.217	53,55
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	21.110.425	0,02	40,80	23.271.541	0,03	44,98	2.161.116	10,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	15.776.704	0,02	30,49	18.783.722	0,02	36,30	3.007.018	19,06

		R$ 1,00
Parâmetros	**Valor Previsto 2024**	**Valor Realizado 2024**
PIB nominal	80.181.000.000,00	90.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	46.326.519,00	51.740.934,74
Fonte dos Parâmetros:		
Governo do Estado do Rio Grande do Nort: Assecom-RN em 12/01/2025		
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida		

MUNICIPIO DE BOM JESUS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
13. DEMONSTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF										
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026										
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES							Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)							R$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**									
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	47.760.758	48.303.245	1,14	53.479.219	10,72	56.004.113	4,72	58.501.899	4,46	61.111.086	4,46
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	46.192.195	47.957.359	3,82	51.382.923	7,14	53.144.330	3,43	55.514.569	4,46	57.990.520	4,46
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	44.550.533	48.665.808	9,24	53.727.653	10,40	55.874.113	4,00	58.366.098	4,46	60.969.226	4,46
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	45.216.450	46.330.990	2,46	48.732.223	5,18	52.860.629	8,47	55.218.213	4,46	57.680.945	4,46
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.880.662	52.837.452	8,09	58.142.240	10,04	60.758.640	4,50	63.468.478	4,46	66.299.174	4,46
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	46.869.275	49.370.570	5,34	57.651.180	16,77	59.996.955	4,07	62.672.821	4,46	65.468.030	4,46
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.408.670	52.837.452	9,15	58.142.240	10,04	60.758.640	4,50	63.468.475	4,46	66.299.170	4,46
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	47.564.278	50.765.923	6,73	55.040.240	8,42	57.688.938	4,81	60.261.865	4,46	62.949.544	4,46
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	914.596	1.546.369	69,08	2.645.700	71,09	-71.751	-102,71	-74.949	0,00	-78.290	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-1.059.919	-1.395.353	0,00	2.610.940	0,00	1.953.055	-25,20	2.040.163	4,46	2.131.156	4,46
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	22.428.752	21.110.425	-5,88	23.271.541	10,24	24.309.451	4,46	25.393.653	4,46	26.526.210	4,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	15.554.283	15.776.704	1,43	18.625.302	18,06	19.551.052	4,97	20.423.030	4,46	21.333.897	4,46
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	-1.683.299	-222.421	0,00	-2.848.598	0,00	-767.330	0,00	-871.978	0,00	-910.867	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**									
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	49.671.188	50.718.407	2,11	53.479.219	5,44	53.612.974	0,25	53.421.513	-0,36	52.823.136	-1,12
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.039.883	50.355.227	4,82	51.382.923	2,04	50.875.292	-0,99	50.693.607	-0,36	50.125.784	-1,12
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES	46.332.554	51.099.098	10,29	53.727.653	5,14	53.488.525	-0,45	53.297.505	-0,36	52.700.515	-1,12

RPPS)											
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	47.025.108	48.647.540	3,45	48.732.223	0,17	50.603.704	3,84	50.422.987	-0,36	49.858.194	-1,12
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.835.888	55.479.325	9,13	58.142.240	4,80	58.164.503	0,04	57.956.788	-0,36	57.307.610	-1,12
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	48.744.046	51.839.099	6,35	57.651.180	11,21	57.435.339	-0,37	57.230.226	-0,36	56.589.187	-1,12
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.345.017	55.479.325	10,20	58.142.240	4,80	58.164.503	0,04	57.956.785	-0,36	57.307.607	-1,12
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	49.466.849	53.304.219	7,76	55.040.240	3,26	55.225.864	0,34	55.028.641	-0,36	54.412.260	-1,12

MUNICIPIO DE BOM JESUS								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES								Exercício: **2026**			
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	951.180	1.623.687	70,70	2.645.700	62,94	-68.688	-102,60	-68.440	0,00	-67.672	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-1.102.316	-1.465.121	0,00	2.610.940	0,00	1.869.668	-28,39	1.862.992	-0,36	1.842.126	-1,12
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	23.325.902	22.165.946	-4,97	23.271.541	4,99	23.271.540	0,00	23.188.433	-0,36	22.928.697	-1,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	16.176.454	16.565.539	2,41	18.625.302	12,43	18.716.305	0,49	18.649.466	-0,36	18.440.571	-1,12
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	-1.750.631	-233.542	0,00	-2.848.598	0,00	-734.568	0,00	-796.254	0,00	-787.334	0,00
Nota:											
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º:											
II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;											

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
4,46	4,83	5,65	4,46	4,83	5,65
1,04	1,05	1,06	1,04	1,05	1,06
Fonte Índices de Inflação:					
Banco Central do Brasil					
Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025					

MUNICIPIO DE BOM JESUS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
14. DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)				R$ 1,00		
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	-59.263.757	0,00	-16.111.897	0,00	10.224.271	100,00
TOTAL	**-59.263.757**	**0,00**	**-16.111.897**	**0,00**	**10.224.271**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-15.175.076	0,00	-28.247.568	0,00	-114.711	0,00
TOTAL	**-15.175.076**	**0,00**	**-28.247.568**	**0,00**	**-114.711**	**0,00**
NOTA: Fontes: Balanço Patrimonial do Município 2022, 2023 e 2024.						
Em suma, o patrimônio líquido é impactado pelo resultado do exercício, que representa o desempenho da entidade em determinado período, e também por ajustes de exercícios anteriores, que visam corrigir erros ou mudanças de critérios contábeis de exercícios passados.						

MUNICIPIO DE BOM JESUS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
15. DEMONSTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS	**2024 (a)**	**2023 (b)**	**2022 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**143.700**	**0**
Alienação de Bens Móveis	0	143.700	0

Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**100.239**	**0**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**100.239**	**0**
Investimentos	0	100.239	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	**2024 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2022 (i) = ((Ic - IIf)**
Valor (III)	**43.461**	**43.461**	**0**
NOTA: Fonte: RREO - Anexo 11 (LRF, § 1º art. 53, inciso III) Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos -6º bimestre/2023, publicado em 30.01.2024.			

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
16. DEMONSTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ 1,00		
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.728.450**	**4.868.037**	**3.137.146**
Receita de Contribuições dos Segurados	**2.055.483**	**1.733.124**	**1.010.743**
Ativo	1.690.285	1.401.376	813.753
Inativo	365.198	331.688	196.990
Pensionista	0	60	0
Receita de Contribuições Patronais	**4.323.457**	**3.031.589**	**2.064.012**
Ativo	4.323.457	3.031.589	2.064.012
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**188.866**	**103.324**	**62.391**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	188.866	103.324	62.391
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**160.644**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	158.787	0	0
Demais Receitas Correntes	1.857	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**6.569.663**	**4.868.037**	**3.137.146**

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**4.400.852**	**3.930.503**	**2.381.650**
Aposentadorias	4.266.389	3.816.314	2.278.890
Pensões por Morte	134.463	114.189	102.760
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**3.516**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	3.516	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**4.400.852**	**3.934.019**	**2.381.650**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**2.168.811**	**934.018**	**755.496**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**2.937.106**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**30.000**	**20.996**	**20.000**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.340.469	228.931	569.687
Investimentos e Aplicações	0	1.030.645	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0

Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Receitas Correntes	302.553	232.671	150.942
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**302.553**	**232.671**	**150.942**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Despesas Correntes (XIII)	**232.239**	**230.733**	**148.076**
Pessoal e Encargos Sociais	113.339	92.323	59.765
Demais Despesas Correntes	118.900	138.410	88.311
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**232.239**	**230.733**	**148.076**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**70.314**	**1.938**	**2.866**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	158.662	100.587	81.180

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026				
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Exercício: **2026**	
Investimentos e Aplicações	0		0	0
Outro Bens e Direitos	0		0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**		**2023**	**2022**
Contribuições dos Servidores	0		0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0		0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**		**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**		**2023**	**2022**
Aposentadorias	0		0	0
Pensões	0		0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0		0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**		**0**	**0**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**		**0**	**0**
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
NOTA: Nota: Informações Extraídas do Balanço Anual de 2024 – Município de Bom Jesus/RN.				

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**

MUNICIPIO DE BOM JESUS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
17. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R$ milhares		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2025	5.086.003	7.711.791	-2.625.788	896.896
2026	5.397.102	7.845.747	-2.448.644	-1.551.749
2027	6.336.418	7.829.102	-1.492.683	-3.044.432
2028	7.163.900	8.478.760	-1.314.861	-4.359.293
2029	9.697.791	8.671.709	1.026.082	-3.333.210
2030	9.549.759	8.850.411	699.349	-2.633.862
2031	9.393.380	9.056.217	337.163	-2.296.699

2032	9.290.197	9.009.261	280.936	-2.015.763
2033	9.116.381	9.269.537	-153.156	-2.168.919
2034	9.015.543	9.175.891	-160.349	-2.329.268
2035	8.892.437	9.182.398	-289.962	-2.619.229
2036	8.771.682	9.131.513	-359.830	-2.979.060
2037	8.601.443	9.304.016	-702.572	-3.681.632
2038	8.474.215	9.246.429	-772.214	-4.453.846
2039	8.343.521	9.192.401	-848.880	-5.302.726
2040	8.229.271	9.022.737	-793.466	-6.096.193
2041	8.054.188	9.119.718	-1.065.531	-7.161.723
2042	7.931.745	8.948.890	-1.017.144	-8.178.868
2043	7.793.867	8.828.542	-1.034.675	-9.213.543
2044	7.648.625	8.701.690	-1.053.064	-10.266.607
2045	7.489.810	8.617.475	-1.127.666	-11.394.273
2046	7.325.967	8.511.799	-1.185.832	-12.580.105
2047	7.170.489	8.346.635	-1.176.146	-13.756.252
2048	6.999.719	8.214.958	-1.215.238	-14.971.490
2049	6.816.127	8.147.281	-1.331.154	-16.302.644
2050	6.651.671	7.944.240	-1.292.569	-17.595.213
2051	6.472.616	7.797.033	-1.324.417	-18.919.630
2052	6.286.383	7.652.951	-1.366.568	-20.286.198

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2053	6.083.559	7.585.101	-1.501.541	-21.787.739
2054	5.902.978	7.369.499	-1.466.521	-23.254.259
2055	5.700.075	7.262.692	-1.562.617	-24.816.877
2056	2.178.936	6.947.038	-4.768.101	-29.584.978
2057	2.154.855	6.588.967	-4.434.112	-34.019.090
2058	2.049.347	6.651.729	-4.602.383	-38.621.472
2059	2.017.341	6.355.771	-4.338.429	-42.959.902
2060	1.949.973	6.253.205	-4.303.232	-47.263.134
2061	1.944.555	5.856.634	-3.912.078	-51.175.212
2062	1.929.685	5.530.825	-3.601.140	-54.776.353
2063	1.911.094	5.247.685	-3.336.591	-58.112.943
2064	1.904.539	4.921.837	-3.017.298	-61.130.241
2065	1.895.976	4.628.966	-2.732.990	-63.863.231
2066	1.896.239	4.311.073	-2.414.834	-66.278.065
2067	1.893.956	4.029.312	-2.135.356	-68.413.421
2068	1.896.387	3.744.316	-1.847.929	-70.261.350
2069	1.899.832	3.475.309	-1.575.478	-71.836.827
2070	1.904.232	3.221.193	-1.316.961	-73.153.788
2071	1.909.519	2.980.646	-1.071.127	-74.224.915
2072	1.915.619	2.752.255	-836.636	-75.061.551
2073	1.922.462	2.534.688	-612.226	-75.673.777
2074	1.929.991	2.326.883	-396.893	-76.070.669
2075	106.427	2.128.115	-2.021.688	-78.092.357
2076	96.905	1.937.929	-1.841.023	-79.933.380
2077	87.812	1.756.179	-1.668.367	-81.601.747
2078	79.139	1.582.765	-1.503.627	-83.105.374
2079	70.881	1.417.625	-1.346.744	-84.452.118
2080	63.046	1.260.911	-1.197.866	-85.649.984
2081	55.655	1.113.107	-1.057.452	-86.707.436
2082	48.743	974.850	-926.108	-87.633.543
2083	42.333	846.655	-804.322	-88.437.865

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2084	36.445	728.898	-692.453	-89.130.319
2085	31.092	621.833	-590.741	-89.721.060
2086	26.276	525.525	-499.249	-90.220.308
2087	21.988	439.761	-417.773	-90.638.082
2088	18.204	364.072	-345.868	-90.983.950
2089	14.892	297.840	-282.948	-91.266.898
2090	12.021	240.426	-228.406	-91.495.302
2091	9.558	191.162	-181.604	-91.676.906
2092	7.470	149.394	-141.925	-91.818.831
2093	5.724	114.486	-108.762	-91.927.593
2094	4.289	85.787	-81.498	-92.009.091
2095	3.131	62.626	-59.494	-92.068.585
2096	2.216	44.320	-42.104	-92.110.689
2097	1.510	30.209	-28.699	-92.139.387
2098	983	19.655	-18.672	-92.158.059
2099	603	12.052	-11.449	-92.169.508

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
18. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2025	0	0	0	0
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0

2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
19. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DE PLANO MILITARES.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2025	0	0	0	0
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0

2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2026** Pág.: 2/3	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0

2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
20. DEMONSTRATIVO 7 - RENUNCIA DE RECEITA.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA					Exercício: **2026**	
AMF -Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)					R$ 1,00	
Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2026	**2027**	**2028**	
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU	Isenção	Empresas Loteadoras Cadastradas	17.263	18.126	19.033	Programa de educação fiscal, show de prêmios, programa de dívida ativa, programa de cadastro imobiliário, programa do censo municipal
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU - 30% em Parcela Única	Desconto Cota Única	Contribuintes	164.666	172.900	181.545	A renúncia de receita está contemplada na estimativa de arrecadação, nos termos do art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000, devendo ser compensada por meio do incremento da arrecadação, especialmente por meio de programas de educação fiscal, entre outras medidas
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU - 15% em três vezes	Desconto	Contribuintes	82.333	86.450	90.772	Programa de educação fiscal, show de prêmios, programa de dívida ativa, programa de cadastro imobiliário, programa do censo municipal
TOTAL			**264.262**	**277.476**	**291.350**	
NOTA: O Município não considera, para o período demonstrado, a ocorrência de renúncia de receitas.						

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
21. DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM E EXPANSAO DE DESPESA.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	Exercício: **2025**
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)	R$ 1,00
Eventos	**Valor previsto para 2026**
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**0**
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I + II)	**0**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	**0**
Novas DOCC	0
Novas DOCC Geradas por PPP	0

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	

Ação
Unidade Orçamentária: **01.101 - CÂMARA MUNICIPAL**
1001 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1002 - INFORMATIZAÇÃO DO LEGISLATIVO
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0011 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1003 - REEQUIPAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0011 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1006 - MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2001 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0011 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2123 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0011 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida — Exercício: **2025**
Exercício: 2026
Ação
Unidade Orçamentária: **02.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0014 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2018 - MANUTENÇÃO CONV. PARA MAN. DE FORUM E DELEGACIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0014 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS
Sub-Função: 695 - TURISMO
Programa: 0024 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

2039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2069 - GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0014 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2096 - DIVULGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Programa: 0014 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2112 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0014 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **03.101 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS**	
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. ADMINISTRAÇÃO	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2015 - CONTRIBUIÇÃO P/ PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS	
Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA	
Programa: 0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA	
Programa: 0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2083 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECEDORES DE ENERGIA	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0007 - ADMINISTRAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2126 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2127 - PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	

Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

2134 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

2183 - COOPERAÇÃO FUNC. PARA CUSTEIO COMP. E SUBSIDIÁRIO DAS ATIV. DE SEG. PÚBLICA DO TERRITÓRIO
Descrição: COOPERAÇÃO FUNCIONAL PARA CUSTEIO COMPLEMENTAR E SUBSIDIÁRIO DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

Exercício: 2026
Ação
Unidade Orçamentária: **03.701 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS**

0011 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Sub-Função: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

0706 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
Programa: 0010 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

1052 - CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Sub-Função: 997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

1202 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO IPBS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO
Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
Programa: 0010 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

2094 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Sub-Função: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

2182 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO
Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
Programa: 0010 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **04.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS**	
1005 - PAGAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0007 - ADMINISTRAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0016 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **05.101 - SECRETARIA MUNIC. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE**	
1007 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E/OU PASSAGENS MOLHADAS	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0137 - MOBILIDADE RURAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1008 - CONSTRUÇÃO, PERFURAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE POÇOS E CISTERNAS	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0120 - OFERTA DE ÁGUA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1051 - AQUISIÇÃO DE TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0101 - AGRICULTURA FAMILIAR	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1057 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ABATEDOURO MUNICIPAL	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO	
Programa: 0136 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1067 - CONSTRUÇÃO DE CASA DE FARINHA COMUNITÁRIA	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Programa: 0101 - AGRICULTURA FAMILIAR	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1069 - REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE MERCADO PÚBLICO	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO	
Programa: 0136 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1085 - REFORMA DO GALPÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA - LIVRE	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 692 - COMERCIALIZAÇÃO	
Programa: 0136 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	

Ativo: Sim	
1106 - INSTALAÇÃO DE FEIRA AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0136 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1203 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE AGROINDUSTRIAS	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0101 - AGRICULTURA FAMILIAR	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1204 - AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE REUSO DE AGUAS CINZAS	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0101 - AGRICULTURA FAMILIAR	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0017 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2033 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE CORTE DE TERRA DO PEQUENO AGRICULTOR	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0101 - AGRICULTURA FAMILIAR	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2057 - CONSTRUÇÃO DE ABATEDOURO MUNICIPAL	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 602 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	
Programa: 0016 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2067 - CONSTRUÇÃO DE CASA DE FARINHA COMUNITÁRIA	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 601 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	
Programa: 0017 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2084 - PROGRAMA DE IMUNIZAÇÃO DOS REBANHOS	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0101 - AGRICULTURA FAMILIAR	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2085 - ABASTECIMENTO D`AGUA POR CARRO PIPA	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0120 - OFERTA DE ÁGUA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2114 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0017 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2186 - FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Sub-Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
Programa: 0161 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2193 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO/CIM/AMLAP	
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL	
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	
Programa: 0122 - PLANEJAMENTO URBANO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **06.101 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**	
1010 - REFORMA E URBANIZAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTE	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0112 - ESPORTE E LAZER	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1013 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA E/OU EQUIP. DE UNI. ESCOLAR	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1016 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRA DE ESPORTE E/OU CAMPO DE FUTEBOL	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0112 - ESPORTE E LAZER	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1017 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA P/ESPORTE AMADOR	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0112 - ESPORTE E LAZER	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1047 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE CENTRO CULTURAL	
Função: 13 - CULTURA	
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Programa: 0107 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

1049 - REESTRUTURAÇÃO E EQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
Função: 13 - CULTURA	
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Programa: 0107 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1050 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO E/OU REFORMAS DE CRECHES COMUNITÁRIA	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1059 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE ATLETAS COM ALUNOS DAS ESCOLA MUNICIPAIS	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	
Programa: 0112 - ESPORTE E LAZER	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1098 - FOMENTO A EDITORES E ESCRITORES DA TERRA	
Função: 13 - CULTURA	
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Programa: 0107 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1212 - CONSTRUÇÃO DE CRECHE E ESCOLA	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0018 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA FUNDEB 70%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2009 - FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB - 30%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2010 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE DESPORTO E LAZER	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0112 - ESPORTE E LAZER	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2011 - FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB - 70%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	

Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0022 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2026 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - BRALF	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2032 - FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM FINANCIAMENTO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2035 - PROGRAMA DINH. DIRETO NA ESCOLA - PDDE	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2038 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SABERES DA TERRA - PROJOVEM CAMPO	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2041 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	
Função: 13 - CULTURA	
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Programa: 0107 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2042 - PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL - PTERN	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2045 - DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SEGUNDO TEMPO	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2047 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE CENTRO CULTURAL	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 13 - CULTURA	

Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0048 - CULTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2048 - CONSTRUÇÃO DE TEATRO MUNICIPAL
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0048 - CULTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2049 - CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA E PINACOTECA
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0048 - CULTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2050 - EQUIPAMENTO PARA BIBLIOTECA E PINACOTECA
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0107 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2052 - INCENTIVO E PROMOÇÃO DO ESPORTE AMADOR
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa: 0112 - ESPORTE E LAZER
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2059 - PROGRAMA MUNICIPAL BOM DE BOLA CRAQUE NA ESCOLA
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0042 - ENSINO FUNDAMENTAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2065 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA FUNDEB 30%
Descrição: MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA FUNDEB 30%
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2071 - PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES E COMEMORATIVAS
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0086 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2081 - TRANSPORTE ESCOLAR COM O FUNDEB 30%

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**

Exercício: 2026
Ação
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2086 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0113 - FLORESTAS, PREFENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E INCÊNDIO

Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2087 - FINANCIAMENTO DE EJA - EDUCÃÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2088 - OPERACIONALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2089 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PNAE
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2095 - OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO NO MUNICIPIO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2098 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PANAEQ (QUILOMBOLA)
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2105 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2106 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE

Exercício: 2026
Ação
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2107 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE FUNDEB 70%
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2108 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE FUNDEB 30%
Descrição: MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE FUNDEB 30%
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

2113 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2115 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2120 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa: 0022 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2124 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PNAE PRÉ-ESCOLA
Descrição: FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PNAE - PRÉ-ESCOLA
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2125 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PNAE - CRECHE
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2135 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS POR MEIO DE EDITAIS
MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida — Exercício: **2025**
Exercício: 2026
Ação
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0107 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2140 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO A POLITICA NACIONAL LEI ALDIR BLANC
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0086 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2190 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INCENTIVO À CULTURA - LC 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0086 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2200 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0123 - ENSINO FUNDAMENTAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2201 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - EI NOVAS TURMAS
Função: 12 - EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0110 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **07.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO**	
1019 - IMPLEMENTAÇÃO E AÇÕES VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE AMBIENTAL	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1020 - URBANIZAÇÃO DA LAGOA DO MEIO	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1024 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0122 - PLANEJAMENTO URBANO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1025 - URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0118 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1027 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PRAÇAS E CANTEIROS E/OU ARBORIZAÇÃO	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0058 - URBANISMO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1028 - IMPLANTAÇÃO DE PLANTAS DEMONSTRATIVAS DE FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVA	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0013 - ENERGIAALTERNATIVA RENOVÁVEL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1040 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
Função: 26 - TRANSPORTE	
Sub-Função: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Programa: 0134 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1044 - AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1053 - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR PARA LIMPEZA URBANA	
MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	

Ação
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1054 - CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1055 - CONSTRUÇÃO DE LAVANDERIA MUNICIPAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0133 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1056 - URBANIZAÇÃO DA LAGOA NO CENTRO DA CIDADE
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0118 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1058 - CONSTRUÇÃO DE LAGOA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0122 - PLANEJAMENTO URBANO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1063 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL
Programa: 0130 - RESÍDUOS SÓLIDOS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1064 - IMPLANTAÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO DE ESGOTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0131 - SANEAMENTO BÁSICO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1066 - CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E FOSSAS
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Programa: 0131 - SANEAMENTO BÁSICO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1068 - IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**

Exercício: 2026
Ação
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS
Sub-Função: 695 - TURISMO
Programa: 0006 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1070 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO TEXTIL
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS
Sub-Função: 691 - PROMOÇÃO COMERCIAL

Programa: 0105 - COMERCIO E SERVIÇOS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1075 - CONSTRUÇÃO DA ESTÁTUA DO PADROEIRO MUNICIPAL
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 695 - TURISMO
Programa: 0006 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1077 - CONSTRUÇÃO DE LAGOA DE CAPTAÇÃO DE ESGOTOS
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0131 - SANEAMENTO BÁSICO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1101 - AQUISIÇÃO DE UM TRATOR PARA COMPACTAÇÃO DO LIXO
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0130 - RESÍDUOS SÓLIDOS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1102 - RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1103 - AQUISIÇÃO DE COLETORES DE LIXO
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1104 - CONSTRUÇÃO DE LAGOA PARA ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0131 - SANEAMENTO BÁSICO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1105 - ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida — Exercício: **2025**
Exercício: 2026
Ação
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0131 - SANEAMENTO BÁSICO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1110 - AQUISIÇÃO DE CAÇAMBAS PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL
Programa: 0130 - RESÍDUOS SÓLIDOS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1201 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO COM URBANIZAÇÃO E QUIOSQUES
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

1206 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0137 - MOBILIDADE RURAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1207 - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS VIAS PÚBLICAS
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0118 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
1213 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2000 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2053 - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA LIMPEZA
MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida — Exercício: **2025**
Exercício: 2026
Ação
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0052 - SAÚDE BUCAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2054 - CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0052 - SAÚDE BUCAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2055 - CONSTRUÇÃO DE LAVANDERIA MUNICIPAL
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0052 - SAÚDE BUCAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2056 - EXTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2058 - CONSTRUÇÃO DE LAGOA CAPTAÇÃO DE ÀGUAS PLUVIAIS
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Programa: 0058 - URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2076 - AQUISIÇÃO DE MOTOS
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0052 - SAÚDE BUCAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2077 - LAGOA DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0052 - SAÚDE BUCAL
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2091 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2118 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2122 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2180 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Função: 15 - URBANISMO	
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **08.701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
1011 - MANUTENÇÃO DO CADASTRO DO SUS	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0172 - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
1012 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	

Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1014 - MELHORIAS SANITÁRIA DOMICILIARES
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0131 - SANEAMENTO BÁSICO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1021 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1029 - AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1030 - AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE SAÚDE E DEMAIS EQUIPAMENTOS
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1031 - AQUISIÇÃO DE UTI MÓVEL
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0172 - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1060 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1061 - CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIA DE SAUDE

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
1062 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
1079 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA 5 PASSAGEIROS	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	

1080 - AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DO LABORATÓRIO DA UNIDADE DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1093 - AQUISIÇÃO DE MOTOS
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0172 - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1094 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1095 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1096 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UBS NAS COMUN DE GROSSOS, PIABAS, SANTA CATARINA E PASSAGEM COMPRIDA
Descrição: CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UBS NAS COMUNIDADES DE GROSSOS, PIABAS, SANTA CATARINA E PASSAGEM COMPRIDA
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2013 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2023 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2024 - PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO DE COOPERAÇAO ENTRE A PREFEITURA E O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE	
Descrição: PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO DE COOPERAÇÃO ENTRE A PREFEIT E SERVIÇO DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA SAMU	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2025 - MANUTENÇÃO DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	

2027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS - SAÚDE BUCAL - LRPD
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2028 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2029 - MANUTENÇÃO DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇA
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2030 - MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - PAP
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2031 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2036 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2040 - MANUTENÇÃO OUTROS PROGRAMAS FUNDO A FUNDO	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0010 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2060 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2061 - REEQUIPAMENTO DO HOSPITAL MATERNIDADE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2062 - AMPLIAÇÃO / REFORMA DO HOSPITAL MATERNIDADE	
Função: 10 - SAÚDE	

Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0085 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2063 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0076 - SANEAMENTO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2064 - IMPLANTAÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO ESGOTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0076 - SANEAMENTO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2066 - CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E FOSSAS

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 17 - SANEAMENTO	
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0076 - SANEAMENTO	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2070 - PROGRAMA PREVINE BRASIL	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2078 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2079 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS C/ 15 PASSAGEIROS	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0085 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2080 - AMPLIAÇÃO E REEQ. DO LABORATÓRIO DO HOSPITAL	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0085 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2082 - PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - QUALIFAR	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2092 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAUDE DRª ZILDA	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0172 - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL	

Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2093 - AQUISIÇÃO DE MOTOS
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0010 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2099 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2100 - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA -PSE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2101 - MANUTENÇAO DO NÚCLEO DE ASSISÊNCIA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2111 - MANUTENÇÃO DO CADASTRO DO SUS	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2117 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2132 - REABILITAÇÃO ORAL PROTÉTICA, PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2133 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19	
Função: 10 - SAÚDE	
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	

Unidade Orçamentária: **09.101 - SEC. MUNIC. DO TRABALHO,HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL**
1004 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DA SEC MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1009 - MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0012 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
1015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DA SEC MUNIC DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2020 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0012 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2097 - SEGURANÇA ALIMENTAR
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2116 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2195 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2198 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA PARA A PESSOA IDOSA - CMAS - CMDI
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2199 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Esfera: 02 - Seguridade Social	

Ativo: Sim

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**

Exercício: 2026

Ação

Unidade Orçamentária: **09.701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1065 - IMPLANTAÇÃO DO CRAS ITINERANTE

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

1211 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MAC) - IMPLANTAÇÃO DO CREAS

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2014 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2021 - MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF - CRAS

Descrição: MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF - CRAS

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2037 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2043 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA -BPC NA ESCOLA

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Programa: 0127 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2044 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2073 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ENXERGA MELHOR

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Programa: 0097 - ASSISTÊNCIAAO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim

2074 - GERAÇÃO DE RENDA

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**

Exercício: 2026
Ação
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2102 - ACREDITANDO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE COM DIGNIDADE
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2103 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – IGD-SUAS
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2109 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0103 - PROGRAMA BOLSA FAMILIA
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2128 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ
Descrição: PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ.
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2129 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2130 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSITÊNCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2136 - FORTALECIMENTO DO CRAS ITINERANTE
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2139 - ATUAÇÃO DO SUAS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**

Exercício: 2026
Ação
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

2184 - DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2185 - EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2191 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2194 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO AO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCADSUAS
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2196 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **09.702 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
1214 - CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ELO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2090 - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2104 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2119 - PAGAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - COSERN	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Esfera: 02 - Seguridade Social	
Ativo: Sim	
2131 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA	

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2181 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ATEND A CRIANÇA E AO ADOLESC - SELO UNICEF
Descrição: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - SELO UNICEF
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim
2197 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO ELO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0126 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Esfera: 02 - Seguridade Social
Ativo: Sim

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **09.703 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**	
1038 - PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
Função: 16 - HABITAÇÃO	
Sub-Função: 482 - HABITAÇÃO URBANA	
Programa: 0119 - MORADIA DÍGNA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2138 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
Função: 16 - HABITAÇÃO	
Sub-Função: 482 - HABITAÇÃO URBANA	
Programa: 0186 - POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2192 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
Função: 16 - HABITAÇÃO	
Sub-Função: 482 - HABITAÇÃO URBANA	
Programa: 0186 - POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **10.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO**	
1208 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0187 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
1209 - CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0187 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

1210 - RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0016 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2137 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE CONSCIÊNCIA FISCAL
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0187 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2187 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0187 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **11.101 - OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
2188 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Programa: 0188 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **12.101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
2189 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0189 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **13.101 - REC. SOB SUP. SEC. MUN. ADM. E GESTÃO DE PESSOAS**	
0701 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIO DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
Programa: 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
0704 - CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
Programa: 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

0707 - CONTRIBUIÇÕES A ASSOCIAÇÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES DE MUNICIPIOS
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
Programa: 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2017 - CONTRIBUIÇÃO À CONFED NAC.DOS MUN.E FEDERAÇÃO DOS MUN.DO RN E ASSOC DOS MUN. AGRESTE POTIGUAR-AMLAP
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
Programa: 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim
2019 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO
Descrição: PAGAMENTO DE PREC. P/FORÇA DE MAND. JUDICIAL
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0007 - ADMINISTRAÇÃO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **13.102 - REC. SOB. SUP. DA SEC. MUN. PLANEJ. E FINANÇAS**	
0702 - PAGAMENTO DE DÍVIDA PACTUADA COM INSS, FGTS E OUTROS	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
Programa: 0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
0703 - PAGAMENTOS DE COMPROMISSOS PACTUADOS COM A CAERN E IBAMA	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
Programa: 0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
0705 - SERVIÇO DA DÍVIDA MUNICIPAL INTERNA	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	
Programa: 0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
0708 - PAGAMENTO DA DIVIDA PACTUADA COM REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
Programa: 0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	
2005 - PAGAMENTO DE DÍVIDA PACTUADA COM INSS E FGTS	
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
Programa: 0201 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	

Unidade Orçamentária: **14.105 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
2110 - FUNCIONAMENTO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 124 - CONTROLE INTERNO
Programa: 0012 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	
Unidade Orçamentária: **99.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
2999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
Sub-Função: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim	

MUNICIPIO DE BOM JESUS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida	Exercício: **2025**
Exercício: 2026	
Ação	

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:1F5AEA06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
POLITICA MUNICIPAL PARA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

PREFEITO
José Ademir de Medeiros

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Dione de Medeiros Lima

COORDENADORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Luzia Carla de Medeiros

EQUIPE DE ELABORAÇÃO
Dione de Medeiros Lima Juliana Medeiros Paiva e Silva
Luzia Carla de Medeiros Magaly Barros de Medeiros Maivânia de Sousa Medeiros Maria Glória de Jesus
Maria Rozelândia de Medeiros Naide Lopes de Morais
Patrícia Larice dos Santos Medeiros Sandra Medeiros da Silva

SUMÁRIO
APRESENTAÇÃO..... 04
EDUCAÇÃO INTEGRAL..... 05
A POLITICA PARA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN..... 07
Atribuições da Secretaria Municipal de Educação..... 05

Atribuições das Unidades de Ensino com oferta de Educação em Tempo Integral..... 09
Organização Curricular..... 10
Educação Infantil em Tempo Integral..... 10
Educação Ensino Fundamental em Tempo Integral..... 13
Organização dos Ateliês..... 14
Processo avaliativo na Educação de Tempo Integral..... 16
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 17
REFERÊNCIAS..... 18
ANEXO 1 MATRIZ CURRICULAR EDUCAÇÃO INFANTIL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL CRECHE E PRÉ-ESCOLA..... 21
ANEXO 2 MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL..... 22
ANEXO 3 MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL 23

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ipueira/RN através da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de implementação da Política Municipal para Escola em tempo Integral formulou este documento orientador que trata da política de expansão da oferta da Educação em Tempo Integral nas escolas da Rede Pública Municipal do Município de Ipueira/RN, considerando que a Educação em Tempo Integral propõe formar cidadãos plenos e preparados para a vida, por meio de práticas sociais atrelado a vida cotidiana sendo potencializador das aprendizagens. Nessa concepção os estudantes da educação infantil, do ensino fundamental anos iniciais e anos finais, ressignifica a promoção do desenvolvimento e a implementação ao ensino integral dos alunos, por meio dos aspectos intelectual, afetivo, social, físico e cultural.
O que referência as discussões e a organização deste documento são ditames legais: Os artigos 205, 206, e 217 da Constituição Federal (1988), Lei n° 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei n° 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação) na meta 6, Lei nº 430/2015 (Plano Municipal de Educação), Lei 14.640 de 2023 que institui o Programa de Escola em Tempo Integral e o Documento Curricular do Rio Grande do Norte: Ensino Fundamental – DCRN-EF (RIO GRANDE DO NORTE, 2018a) e Documento Curricular do Rio Grande do Norte: Educação Infantil (RIO GRANDE DO NORTE, 2018b). O sentido desse documento se assenta na ideia de que a educação do Rio Grande do Norte-RN resulta do intercâmbio entre as orientações nacionais e a diversidade de saberes, experiências e vivências, próprios do RN, e que dão, consequentemente. Identidade ao território potiguar.
O referido documento está organizado da seguinte forma: Inicialmente discorre sobre da Educação Integral em sua organização conceitual, em seguida apresenta a proposta para implementação da política para escola em tempo integral no município de Ipueira/RN – atribuições dos órgãos responsáveis, organização curricular e processo avaliativo.

Portanto, uma proposta pensada com o intuito de atender a Meta 6 do Plano Municipal de Educação (Lei nº 430/2015), que planeja “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.” E, especialmente, promover uma educação de qualidade e igualitária para todos.

As discussões sobre a Implementação da Política de Educação Integral apontam para uma estratégia política e pedagógica escolhida, para que o direito à educação e à plena aprendizagem seja acessado por todos e atenda às demandas de estudantes e profissionais da educação, esta é a concepção de Educação Integral. Uma estratégia que promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. Tal escolha não se funda apenas na defesa de princípios e concepções pedagógicas que acreditam que a Educação Integral e Integrada é a perspectiva mais adequada para perseguir os princípios aqui colocados, mas também vem reafirmar e reforçar que a Educação Integral é um direito, conforme estabelecido, entre outras normas, no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014).
Nesse contexto, entende-se que o ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões

do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.
Sobre a organização da Educação Integral muitos são os olhares e que pode ser entendido a partir de vários contextos:
Para Aires; Garcia; Brito (2001) A educação integral como uma premissa dos direitos humanos que possui como ideia central a democracia formativa,

Entendemos a educação integral como uma premissa dos direitos humanos que possui como ideia central a democracia formativa. Em outras palavras, caracteriza-se como uma educação integral para todos e todas e como conjugação das potencialidades do sujeito, proporcionando equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e socioculturais (GUARÁ, 2006) e sustentada na intersetorialidade da gestão pública e nos valores de justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. (AIRES; GARCIA; BRITO, 2001)

O olhar de Jaqueline Moll (2008), sobre a educação integral é na perspectiva da reinvenção da escola e, defende,

Trata-se de reaproximar os tempos da vida dos tempos da escola, entendendo-os em seu continuum. Trata-se de avançar na qualificação do espaço escolar como espaço de vida, como espaço de conhecimentos e valores, como espaço no qual a vida transita em sua complexidade e inteireza, como espaço no qual cada aluno possa conhecer as artes, as ciências, as temáticas, a literatura para que possa, também, ressituar-se na cidade, compreendendo-a, compreendendo-se e incorporando-se a ela (MOLL, 2008, p. 15).

Sobre os Fundamentos e Concepções, que a educação integral é pontuada, no Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte assim está posto,

A educação integral visa a formação e o desenvolvimento humano em todas as suas facetas, o que requer compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, revelando uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, considerando-os como sujeitos de aprendizagem respeitados em suas singularidades e diversidades (RIO GRANDE DO NORTE, 2018a, 2018, p. 18).

Assim sendo, entende-se que os esforços para conseguir ampliar o atendimento aos estudantes na Educação Integral, buscando superar a fragmentação e desarticulação entre as atividades e ações ofertadas pelas escolas e para isso, a pretensão é promover maior integração entre as ações existentes, bem

como proporcionar um formato de atendimento que possa ser progressivamente estendido a todas as instituições de ensino, tornando efetiva a política de Educação Integral.
Contudo, compreende-se que nesse novo formato existe, ainda, um grande desafio pela frente: a Meta 6 do PNE estabelece que a oferta de Educação Integral deveria atingir, em 10 anos de vigência do Plano (até 2024), o mínimo de 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da Educação Básica.

A Secretaria Municipal de Educação é a responsável pela implantação e implementação da oferta de Educação em Tempo Integral nas instituições de ensino da rede municipal pública, via assistência técnica e financeira do MEC por meio da pactuação de matrículas, bem como pelo acompanhamento das Atividades de Ampliação de jornada desenvolvidas nas Instituições de Ensino Infantil e Fundamental que se apresentarão com uma jornada mínima igual ou superior a 7 horas diárias, contabilizando carga horária mínima igual ou superior a 35 horas semanais e 1.400 horas anuais. Ainda, a Secretaria Municipal de Educação.
São atribuições da Secretaria Municipal de Educação:

3.2 Atribuições da Secretaria Municipal de Educação

Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, bem como as orientações para o Programa Escola em Tempo Integral.
Organizar a oferta de Educação Integral em Tempo Integral – nas instituições de ensino da rede pública municipal.
Elaborar e expedir documentação relacionada às especificidades da oferta da Educação Integral em Tempo Integral.
Orientar quanto à elaboração do Projeto Político-Pedagógico, Proposta

Pedagógica C u r r i c u l a r e R e g i m e n t o Escolar, pelas instituições de ensino.
Orientar e acompanhar o trabalho dos técnicos pedagógicos, responsáveis pela Educação Integral em Tempo Integral, no que se refere à organização e ao funcionamento das ações, propostas Pedagógicas Curriculares e demais encaminhamentos.
Organizar formação continuada para os técnicos pedagógicos e profissionais que atuam nas instituições de ensino que ofertam Educação Integral em Tempo Integral.
Articular relações com equipes dos departamentos e setores da Secretaria de Educação nas questões referentes à demanda, suprimento, registro escolar, vida legal dos estudantes e outras que se fizerem necessárias para o funcionamento das instituições que ofertam Educação Integral em Tempo Integral.
Sistematizar informações relativas aos espaços e à infraestrutura escolar com o objetivo de planejar a implantação e a implementação da oferta da Educação Integral em Tempo Integral, de acordo com a real demanda e capacidade física das instituições de ensino.
Elaborar diagnósticos e propor ações para o uso adequado dos espaços físicos, visando ao atendimento da demanda para implantação e implementação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de ensino da rede pública municipal.
Acompanhar como as turmas se configuram, as matrículas e o rendimento escolar dos estudantes das instituições de ensino, emitindo relatórios sempre que solicitados.
Analisar com a direção, equipe pedagógica e professor (es) das instituições de ensino, as situações que requerem atenção, especialmente aquelas relacionadas ao ensino e aprendizagem e ao abandono, entre outras, para a proposição de ações de superação dos desafios identificados.
Disponibilizar às instituições de ensino, por meio das equipes disciplinares, subsídios pedagógicos aos professores.
Disponibilizar às instituições de ensino, por meio das equipes pedagógicas, subsídios pertinentes às estratégias de planejamento, de integração dos Planos de Trabalho Docente e Avaliação.

Avaliar e emitir pareceres pedagógicos sobre o Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular e Regimento Escolar das instituições de sua jurisdição.
Articular-se com CME para o tratamento das questões referentes à homologação da ETI, demanda, registro escolar, e outras que se fizerem necessárias, para o funcionamento das instituições que ofertam Educação Integral em Tempo Integral.

Atribuições das Unidades de Ensino com oferta de Educação em Tempo Integral

As atividades pedagógicas com o alunado da Educação Infantil deve permanecer na escola e, as atividades com o alunado do Ensino Fundamental realizado em contraturno, em espaços como: Ginásio Poliesportivo, Pátio da escola e Centro Educacional de Educação Integral. Todas as atividades deverão ser mediadas pelo trabalho coletivo da equipe pedagógica, professores e monitores educacionais. São atribuições das unidades de Ensino com oferta de Educação Integral:
Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, bem como as orientações para a oferta da Educação Integral em Tempo Integral
Elaborar ou adequar o Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular regulamentados no Regimento Escolar, condizente com o tempo ampliado e expressando os seguintes fundamentos:

Realização de planejamento conjunto das atividades escolares;
Fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática;
Organização adequado do trabalho pedagógico, visando ao diálogo constante entre as áreas do conhecimento;
Organização dos espaços e tempos, de forma a favorecer o projeto educativo da unidade escolar;
Composição de matriz curricular com base em critérios estritamente pedagógicos, centrados no estudante que se pretende formar;
Proposição e execução de Proposta Pedagógica Curricular, de modo a expressar a

articulação entre o conjunto das atividades ampliadas e dos componentes curriculares ofertados.

Organização Curricular

A organização da Matriz Curricular do Tempo Integral deve configurar não apenas um simples aumento de carga horária, mas a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, bem como de afirmação, proteção e resgate de direitos. Para isso, é preciso que haja um espaço-tempo a ser utilizado sistemática e intencionalmente para: o desenvolvimento humano e social; a construção de identidades e exercício da autonomia e o respeito à diversidade étnico-racial e cultural, de gênero, de orientação sexual e de crenças.
Dessa forma, os componentes curriculares do contraturno serão desenvolvidos de forma articulada e complementar aos da Base Nacional Comum Curricular, de modo a propiciar ampliação, aprofundamento e diversificação curricular, visando ao desenvolvimento das habilidades e competências que fundamentam o processo de aprendizagem dos estudantes.

Educação Infantil em Tempo Integral

O currículo na Educação Infantil em Tempo Integral abrangerá o trabalho por Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, devendo atender aos direitos da aprendizagem que asseguram o desenvolvimento da aprendizagem e as condições necessárias para que as crianças aprendam a desempenhar um papel ativo na sociedade onde convivem. Sendo assim, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil- BNCC (BRASIL, 2018): devemos possibilitar os direitos de aprendizagem que são eles
Conviver - com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar - cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
Participar - ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
Explorar - movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
Expressar - como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
Conhecer-se - e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
No que diz respeito ao trabalho pedagógico, esse será organizado a partir dos Campos de Experiências estabelecidos pela BNCC (BRASIL,2018) a saber:
O Eu, o Outro e o Nós - [...] na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Corpo, Gestos e Movimentos - [...] na Educação Infantil, o corpo das crianças e dos bebês ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).
Traços, Sons, Cores e Formas - [...] na Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação - [...] Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. [...]. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. [...].
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações - [...] a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas

curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.
Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEIs para organizar um currículo para a Educação Infantil é preciso considerar dois grandes eixos, as interações e a brincadeira (a ludicidade); os princípios éticos, políticos e estéticos e a indissociabilidade entre o cuidar e educar; a criança como ser integral que se relaciona com o mundo a partir do seu corpo em vivências concretas com diferentes parceiros e em distintas linguagens. (BRASIL, 2009). Nesse contexto, as Atividades Complementares da Parte Diversificada na Educação Infantil em Tempo Integral, definidas na Matriz Curricular no Anexo I deste documento deverá assegurar:
Momento de Alimentação, Higiene e Descanso: Tempo de orientação sobre alimentação, higiene durante o banho e tempo reservado para o descanso da criança como forma de promover o desenvolvimento e o aprendizado.
Momento de Literatura Infantil: Contação de histórias, leitura dialogada, motivação para leitura com manuseios de livros e práticas de leitura;
Momento de Recreação: Desenvolvimento de habilidades motoras, movimentos e brincadeiras.
Momento de Musicalização: Utilização de sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
Momento de Linguagem Oral e Escrita: Proposta de atividades com o uso da linguagem oral e escrita, inseridas em situações significativas, através das interações e brincadeiras.
Momento de Jogos Pedagógicos: Utilização da prática de jogos e brincadeiras como um recurso de ensino aprendizagem, envolvendo os campos de experiência.

Ensino Fundamental em Tempo Integral

A organização curricular da Escola em Tempo Integral inclui o currículo do Ensino Fundamental e Componentes Complementares da Parte Diversificada. Para

a Formação Geral Básica a Matriz Curricular será organizada conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Documento Curricular do Rio Grande do Norte - DCRN, composto das seguintes áreas do conhecimento e componentes curriculares, de acordo com o Anexo II e III deste documento: Área de Linguagem: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física; Área de Matemática: Matemática; Área de Ciências da Natureza: Ciências; Área de Ciências Humanas: História e Geografia e Ensino Religioso.
A matriz dos componentes complementares da Parte Diversificada será constituída baseada na estrutura curricular 2023 emitida pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do esporte e do lazer, Estado do Rio Grande do Norte. Organizada pelos seguintes componentes curriculares nos Anos Iniciais: Estudo Orientado em Língua Portuguesa, Estudo Orientado em Matemática, Educação Desportiva e Saúde e Linguagens Artísticas Integradas. E para os Anos Finais é composta dos seguintes componentes curriculares a saber: Estudo Orientado em Língua Portuguesa, Estudo Orientado em Matemática, Educação Desportiva e Saúde, Linguagens Artísticas Integradas, Assembleia de Classe e Iniciação Científica. E, os componentes curriculares serão organizados a partir de ateliês.

3.3.4 Organização dos Ateliês

Ateliê Estudo Orientado
Leitura, Letramento e Produção de texto
Desenvolver através do apoio pedagógico em Letramento/Alfabetização a função social da língua portuguesa, comunicação verbal, leitura e escrita e a compreensão e produção de textos dos mais diversos gêneros em diferentes situações comunicativas, tanto na modalidade escrita quanto na modalidade oral.
Ampliar as ações de leitura na escola através do projeto de leitura com atividades diversas e lúdica, a fim de potencializar o imaginário, ampliar o vocabulário, instigar o prazer pela leitura e despertar no alunado o desvendar dos mistérios dos mundos através da literatura.
Letramento Matemático
Potencializar através do apoio pedagógico em Matemática as aprendizagens matemáticas significativas por meio de resoluções de problemas, mobilizando os recursos cognitivos dos educandos.
Trabalhar educação financeira como como forma de instigar os estudantes a se organizarem desde cedo financeiramente sem ser seduzido pelo consumismo, mostrando como avaliar o dinheiro e planejar para consumir.
Ateliê Educação Desportiva e Saúde
Práticas Esportivas e Recreativas
Incentivar através da Recreação e lazer/Brinquedoteca às práticas de recreação e lazer como potencializadoras do aprendizado das convivências humanas em prol da Saúde e da Alegria. E, também, priorizar o brincar como elemento fundamental da constituição da criança e do adolescente.
Jogos Esportivos
Adotar ações de prática de atividades esportivas na escola considerando que além de benefícios físicos desenvolve potencialmente os aspectos socioemocionais na formação do indivíduo. E, também, por considerar que o esporte facilita o processo educativo, promove a socialização, a cooperação, a participação, o prazer, a iniciativa, servindo de aprendizado para a vida em sociedade.
Educação Nutricional
Inserir no ambiente escolar uma discussão fundamentada e contextualizada que estimule pensar e adotar práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, através de ações educativas sobre alimentação, tendo em vista a segurança alimentar e nutricional, assim como, proporcionar fundamentação teórica básica sobre alimentação, educação alimentar, saber popular e segurança alimentar e nutricional aos alunos; exercitar os conhecimentos adquiridos numa perspectiva interdisciplinar e promover, a confecção de material sobre alimentação saudável.
Educação, Cidadania e Sustentabilidade
Implantar a horta escolar e um viveiro de plantas nativas de forma interdisciplinar e vivenciada onde a natureza possa ser compreendida como um todo dinâmico e o ser humano como parte integrante e agente de transformação do ambiente

em que vive.

Ateliê Linguagens Artísticas Integradas

Iniciação Musical

Percussão

Iniciar musicalmente os alunos/alunas por meio da percussão através de técnicas de performance em diversos instrumentos de percussão por meio de uma abordagem integradora, tratando de aspectos relacionados não só com a mecânica e a técnica instrumental, mas também com performance, apreciação e criação musical.

Flauta Doce

Desenvolver a prática musical no ambiente escolar, por meio do instrumento flauta doce, introduzindo a teoria básica da música. Especificamente, buscou-se ensinar as técnicas básicas deste instrumento de sopro, introduzir as noções iniciais de partitura, promover o contato com outros instrumentos musicais e ferramentas tecnológicas específicas da área, ampliar o repertório musical dos educandos, levando em conta a diversidade cultural, o regionalismo e contexto social que eles estão inseridos, desenvolvendo o processo de ensino- aprendizagem da música.

Teatro

Promover Teatro na escola por meio dos jogos teatrais de processos de socialização e criatividade, desenvolvendo nos educandos a capacidade de comunicação pelo corpo em processos de reconhecimentos em práticas coletivas.

Artes Visuais

Ampliar as ações de Artes Visuais na escola focando em exercício das potencialidades perceptivas e imaginativas da criança de forma a direcionar o fazer da mesma, a partir de oficinas de desenho e pintura, recorte e colagem, montagem. Também, realização de atividades a partir das formas geométrica, considerando aspectos como: linha, volume, cor, tamanho, textura, entre outros. E, oficinas de artesanato como uma oportunidade de trabalhar o empreendedorismo estimulando a criatividade, a colaboração e o pensamento crítico.

Dança

Incluir a dança como uma atividade educativa, recreativa e criativa, e também propiciar situações para a construção do conhecimento, independente de se estar brincando, pulando ou dançando, levando os alunos a conhecerem a si próprios e/com os outros; a explorarem o mundo da emoção e da imaginação; a criarem; a explorarem novos sentidos, movimentos livres.

Ateliê Iniciação Científica

Aulas experimentais no ensino de ciências

Aulas experimentais no ensino de Ciências como forma de ajudar o estabelecimento de uma relação entre conceitos teóricos de Ciências com aulas práticas experimentais que permitirão que os alunos tenham contato direto com os fenômenos, manipulando os materiais e equipamentos, realizando
observações, enfrentando os resultados não previstos, cuja interpretação desafia sua imaginação e raciocínio.

Ateliê Assembleia de Classe

As Lideranças de classe

Incentivar a organização das lideranças de classe como um importante instrumento que permitirá aos estudantes participarem ativamente não só do planejamento de atividades, mas também da resolução de problemas de convivência entre os estudantes no ambiente escolar. Uma forma de dialogar a respeito de todos os assuntos que interessam e que sejam pertinentes ao
trabalho desenvolvido e à convivência do grupo.

3.3.5 Processo avaliativo na Educação de Tempo Integral

A avaliação é um instrumento necessário e permanente do trabalho docente a permear o processo de ensino aprendizagem. (LIBÂNEO, 1994). Nesse contexto, é importante afirmar que de acordo com o art. 31 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, na Educação Infantil a avaliação ―far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção. Sobre a avaliação para o Ensino Fundamental a BNCC pressupõe a avaliação, isto é, a construção e a aplicação "de procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem" (BRASIL, 2018). A "avaliação é formativa quando permite orientar e aperfeiçoar aprendizagens sem preocupação de classificar, certificar, selecionar". (PERRENOUD, 1999), também, é formativa toda "avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo". (HOFFMANN, 1996).

Em se tratando da atividade avaliativa na Educação de Tempo Integral a necessidade de empregá-la está firmada no conceito sobre o processo educativo pelo qual as ações pedagógicas visam ao desenvolvimento da formação humana integral, considerando o estudante sob uma dimensão de integralidade para atender os aspectoscognitivos, político-sociais, ético-culturais e socioemocionais. E, muitas são as possibilidades de instrumentos avaliativos. Para tal, elencamos tanto para a Educação Infantil quanto para o Ensino Fundamental uma diversificação de sugestões: Portfólio, Relatórios, Fichas Descritivas, Diário de Bordo, Fóruns, Blogs, Autoavaliação, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração em gestão educacional perpassa a atenção sobre as bases de organização que estruturam e dão norte aos estabelecimentos de ensino. Assim, ao compreendermos que para se fazer gestão é preciso pensar nos aspectos políticos, econômicos, culturais e pedagógicos.

No que diz respeito a implantação da Política Pública da Escola em Tempo Integral, sabemos que demanda compromisso com uma educação de qualidade, planejamento e monitoramento constante da Secretaria de Educação frente as ações intersetoriais a serem desenvolvidas.

No que constitui a demanda escolar consideramos que o processo de implementação da Política Pública da Escola em Tempo Integral centrado no constatar, analisar, interpretar e tomar decisões em prol de um resultado satisfatório. Por essa razão, buscaremos nas ações desenvolvidas, avaliá-las e de acordo com os momentos que se fizerem necessários repensar a atuação de todos os envolvidos, com a constatação dos problemas e dos avanços, em busca das possíveis soluções.

Para tanto, Secretaria Municipal de Educação deverá criar em seu organograma um grupo de trabalho específico, com assessoria aos projetos e oficinas, possuindo um núcleo de Acompanhamento das Escolas de Tempo Integral para assistir periodicamente as instituições de ensino, tanto de forma presencial quanto virtual, promovendo encontros com os diversos profissionais da escola, no sentido de levantar dados que possam orientar às demandas a serem atendidas e as orientações para o Programa Escola em Tempo Integral. E, também, consideraremos a participação da comunidade escolar que é de suma importância para os aspectos do território educativo.

Portanto, entende-se que para a implementação da Política Pública para Escola em Tempo Integral o esforço e compromisso coletivo na intencionalidade da formação do educando em sua integralidade seja um dos aspectos fundamentais que ultrapassam a ampliação do tempo na escola.

REFERÊNCIAS

AIRES, Ana Maria Pereira; GARCIA, Maria de Fátima; BRITO, Nazineide. Educação integral no 'Documento Curricular do Rio Grande do Norte: Ensino Fundamental': potencialidades interculturais e decoloniais Revista Retratos da Escola, Brasília, v.
15, n. 33, p. 845-864, set./dez. 2021. Disponível em:
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

. Ministério da Educação - MEC. **Educação Integral: texto de referência para o debate nacional**. Brasília, 2009.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2009.

. **Plano Nacional de Educação (2014 – 2024)** – 2015. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Brasília: MEC/SEB.

GADOTTI, Moacir. Educação integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.

. **Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) – 2015**. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP.

. **Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

. **Portaria nº 1.495, de 2 de Agosto de 2023**. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a- nformacao/acoes-e-progra mas/programas/programas_suplementares/educacao- basica/portaria -no-1-495-de-2-de-agosto-de-2023.pdf/view. Acesso em: 10 mar.
2024.

. **Portaria nº 2.036, de 23 de Novembro de 2023**. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Acesso em: 12 mar. 2024.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec/Nova série, v. 1, n. 2, p 15-24. ago. 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168. Acesso em: 17 ago. 2021.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2017.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.
IPUEIRA. **Plano Municipal de Educação (2015 – 2025)**. Secretaria Municipal de Educação, 2015.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 (coleção magistério. 2º grau. série formação do professor)

MOLL, Jaqueline. **Educação Integral na perspectiva da reinvenção da escola: elementos para o debate brasileiro**. In: Revista Salto para o futuro: Educação Integral, Ano XVIII, boletim 13, ago. 2008. Disponível em http://www.ufrgs.br/projetossociais/Biblioteca/4_TV_Escola_Educacao_Integral.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PERRENOUD, Philipe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.
RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura**. Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte: Educação Infantil** [recurso eletrônico] / Secretaria da Educação e da Cultura. – Dados eletrônicos – Natal: Offset, 2018b.

SÁ-CHAVES, I. Portfólios reflexivos: estratégia de formação e de supervisão. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000.

ANEXO I
MATRIZ CURRICULAR
EDUCAÇÃO INFANTIL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL CRECHE E PRÉ-ESCOLA

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	CARGA HORÁRIA / AMPLIADA	
		SEMANAL	ANUAL
Conviver Brincar Participar Explorar Expressar Conhecer-se	Eu, outro e nós Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	20h/a	800h
PARTE DIVERSIFICADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL		**CARGA HORÁRIA / AMPLIADA**	
		SEMANAL	**ANUAL**
Orientação alimentar, higiene e hora de descanso.		1h	40h
Musicalização		1h	40h
Literatura infantil / Contação de História		3h	120h
Recreação		4h	160h
Linguagem oral e escrita		4h	160h
Jogos pedagógicos		2h	80h
TOTAL		**15h**	**600h**

ANEXO II
MATRIZ CURRICULAR – ANOS INICIAIS
ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
			S	A	S	A	S	A	S	A	S	A
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
		Língua Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
	MATEMÁTICA	Matemática	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS HUMANA	História	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
		Geografia	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL / ANUAL DE HORAS-AULAS DA BASE NACIONAL CURRICULAR			**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**
PARTE	ATELIÊS	ATIVIDADES										
	ESTUDO ORIENTADO	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160

DIVERSIFICADA		Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	EDUCAÇÃO DESPORTIVA E SAÚDE	Práticas Esportivas e Recreativa	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
		Educação Nutricional	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40
	LINGUAGENS ARTÍSTICAS INTEGRADAS	Iniciação Musical (Percussão e Flauta doce) Teatro	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
TOTAL SEMANAL/ANUAL DE HORAS – AULA DA PARTE DIVERSIFICADA			**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**
TOTAL DE HORAS-AULA			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

LEGENDA: S – Semana A - Anual

ANEXO III
MATRIZ CURRICULAR – ANOS FINAIS
ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

			6º Ano		**7º Ano**		**8º Ano**		**9º Ano**	
	ÁREA DO CONHECIMENTO	**COMPONENTES CURRICULARES**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	**LINGUAGENS**	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160
		Língua Inglesa	02	80	02	80	02	80	02	80
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
	MATEMÁTICA	Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS HUMANA	História	04	160	04	160	02	160	02	160
		Geografia	02	80	02	80	04	80	04	80
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL / ANUAL DE HORAS-AULAS DA BASE NACIONAL CURRICULAR			**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**
PARTE DIVERSIFICADA	**ATELIÊS**	**ATIVIDADES**								
	ESTUDO ORIENTADO	Língua Portuguesa	04	160	04	160	02	80	02	80
		Matemática	04	160	04	160	02	80	02	80
	EDUCAÇÃO DESPORTIVA E SAÚDE	Jogos Esportivos	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade	-	-	-	-	02	80	02	80
		Educação Nutricional	01	40	01	40	01	40	01	40
	LINGUAGENS ARTÍSTICAS INTEGRADAS	Iniciação Musical (Percussão e Flauta doce) Teatro Artes Visuais	02	80	02	80	03	120	03	120
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Experimentos em Ciências	01	40	01	40	02	80	02	80
	ASSEMBLEIA DE CLASSE	As Lideranças de Classe	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL/ANUAL DE HORAS – AULA DA PARTE DIVERSIFICADA			**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**
TOTAL DE HORAS-AULA			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

LEGENDA: S – Semana A - Anual

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:EA8CC41A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 454/2025

LEI MUNICIPAL Nº. 454/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da lei orçamentária aunual para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lagoa Salgada – Estado do Rio Grande do Norte, **Excelentíssimo Senhor Francisco Caninde Freire,**

Faz Saber que a Câmara Municipal **Aprovou** e eu **Sanciono** a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°- Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2°, da Constituição Federal e no art. 4° da Lei Complementar Federal n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município de Lagoa Salgada, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026, e será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - As Metas Fiscais;
Il - As Prioridades da Administração Municipal;
III - A Estrutura dos Orçamentos;
IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;
VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - As Disposições Gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS FISCAIS

Art. 2° - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4° da Lei Complementar n° 101, de quatro de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos Demonstrativos | a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria STN/MF n° 699, de 07 de julho de 2023, que aprova a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF e Portaria STN/FM n° 924, de 28 de abril de 2025, que altera a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Art. 3° - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta, constituída pelas Autarquias, Fundos Municipais e Empresas Públicas que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de junho de 2025.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

ANEXO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil							
1. Receita.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS						Exercício: **2026**	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.283.668,86	45.061.058,80	46.507.378,70	53.143.730,00	51.973.806,00	50.896.151,00	52.820.025,00
Receita Tributária	1.609.312,18	1.622.715,81	1.026.000,00	1.219.630,00	1.740.738,00	1.810.367,00	1.878.800,00
IPTU	12.091,45	19.722,36	23.000,00	22.630,00	25.610,00	26.634,00	27.641,00
ISS	69.386,56	73.208,43	165.000,00	198.000,00	96.503,00	100.363,00	104.157,00
ITBI	19.241,74	14.601,30	33.000,00	33.000,00	25.258,00	26.268,00	27.261,00
IRRF	1.488.629,00	1.509.565,77	755.000,00	906.000,00	1.577.496,00	1.640.596,00	1.702.611,00
Taxas	19.963,43	5.617,95	50.000,00	60.000,00	15.871,00	16.506,00	17.130,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	295.530,40	343.849,05	451.000,00	541.200,00	359.322,00	373.695,00	387.820,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	4.074,67	1.000,00	1.200,00	4.258,00	4.428,00	4.595,00
Demais contribuições	295.530,40	339.774,38	450.000,00	540.000,00	355.064,00	369.267,00	383.225,00

Receita Patrimonial	177.914,06	79.227,11	176.400,00	216.780,00	92.792,00	96.504,00	100.152,00
Aplicações Financeiras	177.914,06	79.227,11	176.400,00	216.780,00	92.792,00	96.504,00	100.152,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	1.000,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	38.039.840,08	42.931.943,20	44.847.978,70	51.111.896,00	49.693.881,00	48.525.029,00	50.359.274,00
Cota-Parte do FPM	15.730.505,43	18.276.933,93	20.350.000,00	23.820.000,00	22.099.396,00	22.983.372,00	23.852.143,00
Cota-Parte do ICMS	2.836.206,79	2.770.156,79	3.300.000,00	3.264.000,00	3.694.814,00	3.842.607,00	3.987.858,00
Cota-Parte do IPVA	230.198,80	243.706,26	350.000,00	435.720,00	284.673,00	296.060,00	307.251,00
Cota-Parte do ITR	1.240,43	1.984,80	3.000,00	3.600,00	2.074,00	2.157,00	2.239,00
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	5.510,13	4.000,00	4.800,00	5.758,00	5.988,00	6.214,00
Transferências do FUNDEB	9.895.735,74	12.617.293,36	9.971.978,70	9.940.776,00	13.185.072,00	13.712.475,00	14.230.807,00
Outras Transferências Correntes	9.345.952,89	9.016.357,93	10.869.000,00	13.643.000,00	10.422.094,00	7.682.370,00	7.972.762,00
Outras Receitas Correntes	161.072,14	83.323,63	5.000,00	53.024,00	87.073,00	90.556,00	93.979,00
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	161.072,14	83.323,63	5.000,00	53.024,00	87.073,00	90.556,00	93.979,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	2.300.000,00	2.760.000,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS — Exercício: **2026**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	2.300.000,00	2.760.000,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
Convênios	0,00	0,00	1.590.000,00	1.908.000,00	2.098.000,00	2.181.920,00	2.264.397,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	710.000,00	852.000,00	937.200,00	974.688,00	1.011.531,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-3.482.409,61	-3.917.604,45	-4.042.400,00	-5.301.624,00	-4.093.897,00	-4.257.653,00	-4.418.592,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-3.482.409,61	-3.917.604,45	-4.042.400,00	-5.301.624,00	-4.093.897,00	-4.257.653,00	-4.418.592,00
RECEITA TOTAL	36.801.259,25	41.143.454,35	44.764.978,70	50.602.106,00	50.915.109,00	49.795.106,00	51.677.361,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	36.801.259,25	41.143.454,35	42.464.978,70	47.842.106,00	47.879.909,00	46.638.498,00	48.401.433,00

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE — ***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***

Prefeito - CPF: ###.280.794-## — Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

2. DESPESA.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS — Exercício: **2026**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.688.492,05	40.495.338,21	35.347.278,70	39.330.066,00	42.609.284,00	44.313.656,00	45.988.712,00
Pessoal e Encargos Sociais	25.688.492,05	27.356.329,69	21.861.485,09	22.966.014,00	28.587.365,00	29.730.860,00	30.854.687,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	34.377,75	27.500,00	33.000,00	35.925,00	37.362,00	38.774,00
Outras Despesas Correntes	0,00	13.104.630,77	13.458.293,61	16.331.052,00	13.985.994,00	14.545.434,00	15.095.251,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	1.803.807,10	9.319.300,00	11.153.960,00	4.570.625,00	4.753.450,00	4.933.131,00
Investimentos	0,00	334.501,27	8.434.300,00	10.126.960,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00

Inversões Financeiras	0,00	0,00	270.000,00	324.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	270.000,00	324.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	1.469.305,83	615.000,00	703.000,00	1.535.425,00	1.596.842,00	1.657.203,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	98.400,00	118.080,00	700.000,00	728.000,00	755.518,00
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	25.688.492,05	42.299.145,31	44.764.978,70	50.602.106,00	47.879.909,00	49.795.106,00	51.677.361,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	25.688.492,05	42.299.145,31	44.764.978,70	50.602.106,00	47.879.909,00	49.795.106,00	51.677.361,00

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE				***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***			
Prefeito - CPF: ###.280.794-##				Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##			

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
3. RESULTADO PRIMARIO.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
RECEITAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.801.259,25	41.143.454,35	42.464.978,70	47.842.106,00	46.756.462,00	48.626.721,00	50.464.812,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.609.312,18	1.622.715,81	1.026.000,00	1.219.630,00	1.740.738,00	1.810.367,00	1.878.800,00
IPTU	12.091,45	19.722,36	23.000,00	22.630,00	25.610,00	26.634,00	27.641,00
ISS	69.386,56	73.208,43	165.000,00	198.000,00	96.503,00	100.363,00	104.157,00
ITBI	19.241,74	14.601,30	33.000,00	33.000,00	25.258,00	26.268,00	27.261,00
IRRF	1.488.629,00	1.509.565,77	755.000,00	906.000,00	1.577.496,00	1.640.596,00	1.702.611,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.963,43	5.617,95	50.000,00	60.000,00	15.871,00	16.506,00	17.130,00
Receitas de Contribuições	295.530,40	343.849,05	451.000,00	541.200,00	359.322,00	373.695,00	387.821,00
Receita Patrimonial	177.914,06	79.227,11	176.400,00	216.780,00	92.792,00	96.504,00	100.152,00
Aplicações Financeiras (II)	177.914,06	79.227,11	176.400,00	216.780,00	92.792,00	96.504,00	100.152,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	34.557.430,47	39.014.338,75	40.805.578,70	45.810.272,00	44.476.537,00	46.255.599,00	48.004.060,00
Cota-Parte do FPM	12.248.095,82	14.963.600,56	16.889.000,00	19.260.000,00	17.679.517,00	18.386.698,00	19.081.715,00
Cota-Parte do ICMS	2.836.206,79	2.216.125,65	2.780.000,00	2.611.200,00	2.955.851,00	3.074.085,00	3.190.285,00
Cota-Parte do IPVA	230.198,80	194.965,17	290.000,00	348.576,00	227.738,00	236.848,00	245.801,00
Cota-Parte do ITR	1.240,43	1.587,88	2.400,00	2.880,00	1.659,00	1.725,00	1.790,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	4.408,20	3.200,00	3.840,00	4.606,00	4.790,00	4.971,00
Transferências do FUNDEB	9.895.735,74	12.617.293,36	9.971.978,70	9.940.776,00	13.185.072,00	13.712.475,00	14.230.807,00
Outras Transferências Correntes	9.345.952,89	9.016.357,93	10.869.000,00	13.643.000,00	10.422.094,00	10.838.978,00	11.248.691,00
Demais Receitas Correntes	161.072,14	83.323,63	6.000,00	54.224,00	87.073,00	90.556,00	93.979,00
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	161.072,14	83.323,63	6.000,00	54.224,00	87.073,00	90.556,00	93.979,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	36.623.345,19	41.064.227,24	42.288.578,70	47.625.326,00	46.663.670,00	48.530.217,00	50.364.660,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	0,00	2.300.000,00	2.760.000,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	2.300.000,00	2.760.000,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
Convênios	0,00	0,00	1.590.000,00	1.908.000,00	2.098.000,00	2.181.920,00	2.264.397,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	710.000,00	852.000,00	937.200,00	974.688,00	1.011.531,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00	2.300.000,00	2.760.000,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	36.623.345,19	41.064.227,24	44.588.578,70	50.385.326,00	49.698.870,00	51.686.825,00	53.640.588,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	36.623.345,19	41.064.227,24	44.588.578,70	50.385.326,00	49.698.870,00	51.686.825,00	53.640.588,00
DESPESAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	25.688.492,05	40.495.338,21	35.347.278,70	39.330.066,00	42.609.284,00	44.313.656,00	45.988.712,00
Pessoal e Encargos Sociais	25.688.492,05	27.356.329,69	21.861.485,09	22.966.014,00	28.587.365,00	29.730.860,00	30.854.687,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	34.377,75	27.500,00	33.000,00	35.925,00	37.362,00	38.774,00
Outras Despesas Correntes	0,00	13.104.630,77	13.458.293,61	16.331.052,00	13.985.994,00	14.545.434,00	15.095.251,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	25.688.492,05	40.460.960,46	35.319.778,70	39.297.066,00	42.573.359,00	44.276.294,00	45.949.938,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	0,00	1.803.807,10	9.319.300,00	11.153.960,00	4.570.625,00	4.753.450,00	4.933.131,00
Investimentos	0,00	334.501,27	8.434.300,00	10.126.960,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	270.000,00	324.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	270.000,00	324.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	1.469.305,83	615.000,00	703.000,00	1.535.425,00	1.596.842,00	1.657.203,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	0,00	334.501,27	8.704.300,00	10.450.960,00	3.035.200,00	3.156.608,00	3.275.928,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	98.400,00	118.080,00	700.000,00	728.000,00	755.518,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	25.688.492,05	40.795.461,73	44.122.478,70	49.866.106,00	46.308.559,00	48.160.902,00	49.981.384,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	25.688.492,05	40.795.461,73	44.122.478,70	49.866.106,00	46.308.559,00	48.160.902,00	49.981.384,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	10.934.853,14	268.765,51	466.100,00	519.220,00	3.390.311,00	3.525.923,00	3.659.204,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	10.934.853,14	268.765,51	466.100,00	519.220,00	3.390.311,00	3.525.923,00	3.659.204,00
Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.							
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE				***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***			
Prefeito - CPF: ###.280.794-##				Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##			

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
4. RESULTADO NOMINAL.PDF	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV – RESULTADO NOMINAL					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	177.914,06	79.227,11	176.400,00	216.780,00	82.792,00	82.792,00	82.792,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00	34.377,75	27.500,00	33.000,00	35.925,00	35.925,00	35.925,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	11.112.767,20	313.614,87	615.000,00	703.000,00	3.437.178,00	3.572.790,00	3.706.071,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	0,00	0,00	19.265.035,01	1.326.163,01	1.400.000,00	1.300.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	20.968.382,10	19.499.076,27	20.968.382,10	19.499.076,27	18.376.535,00	17.376.535,00	16.376.535,00
DEDUÇÕES (XL)	1.119.361,26	234.041,26	1.119.361,26	234.041,26	437.663,00	837.663,00	1.137.663,00
Disponibilidade de Caixa	1.119.361,26	234.041,26	1.119.361,26	234.041,26	437.663,00	837.663,00	1.137.663,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.487.253,37	970.344,24	1.487.253,37	970.344,24	1.014.010,00	1.314.010,00	1.514.010,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	367.892,11	551.528,54	367.892,11	551.528,54	576.347,00	476.347,00	376.347,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	184.774,44	0,00	184.774,44	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00	19.849.020,84	19.265.035,01	17.938.872,00	16.538.872,00	15.238.872,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00	0,00	0,00	19.265.035,01	1.326.163,01	1.400.000,00	1.300.000,00
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE				***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***			
Prefeito - CPF: ###.280.794-##				Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##			

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
5. MONTATE DA DIVIDA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	18.591.815,69	19.499.076,27	18.591.815,69	19.499.076,27	18.376.535,00	17.376.535,00	15.376.535,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	18.591.815,69	19.499.076,27	18.591.815,69	19.499.076,27	18.376.535,00	17.376.535,00	15.376.535,00
DEDUÇÕES (II)	11.736.970,13	234.210,20	11.736.970,13	234.210,20	437.839,00	837.839,00	1.137.839,00
Ativo Disponível	36.801.259,25	970.513,18	36.801.259,25	970.513,18	1.014.186,00	1.314.186,00	1.514.186,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	25.064.289,12	551.528,54	25.064.289,12	551.528,54	576.347,00	476.347,00	376.347,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	184.774,44	0,00	184.774,44	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	6.854.845,56	19.264.866,07	6.854.845,56	19.264.866,07	17.938.696,00	16.538.696,00	14.238.696,00
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE				***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***			
Prefeito - CPF: ###.280.794-##				Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##			

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
6. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026				
DEMONSTRATIVO DE PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS			Exercício: **2026**	
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			R$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES	**Valor**		**Providências**	**Valor**
obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.	0,00			0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00			0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00			0,00
Assunção de Passivos	0,00			0,00
Assistências Diversas	0,00			0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00			0,00
SUBTOTAL	**0,00**		SUBTOTAL	**0,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor**		**Providências**	**Valor**
emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.	0,00			0,00
extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.	0,00			0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00			0,00
Discrepância de Projeções	0,00			0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00			0,00
Frustração de Arrecadação	0,00			0,00
SUBTOTAL	**0,00**		SUBTOTAL	**0,00**

TOTAL	**0,00**	TOTAL	**0,00**
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE		***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***	
Prefeito - CPF: ###.280.794-##		Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##	

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

7. DESMONTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

METAS ANUAIS — Exercício: **2026**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	**2026**				**2027**				**2028**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.915.109	48.722.592	0,05	0,00	49.795.106	45.818.095	0,04	0,00	51.677.361	45.817.325	0,04	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	49.698.870	47.558.727	0,04	0,00	51.686.825	47.558.727	0,04	0,00	53.640.588	47.557.929	0,04	0,00
Receitas Primárias Correntes	46.663.670	44.654.230	0,04	0,00	48.530.217	44.654.230	0,04	0,00	50.364.660	44.653.480	0,04	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.740.738	1.665.778	0,00	0,00	1.810.367	1.665.778	0,00	0,00	1.878.800	1.665.751	0,00	0,00
Transferências Correntes	44.476.537	42.561.279	0,04	0,00	46.255.599	42.561.280	0,04	0,00	48.004.060	42.560.564	0,04	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	446.395	427.172	0,00	0,00	464.251	427.172	0,00	0,00	481.800	427.166	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	3.035.200	2.904.498	0,00	0,00	3.156.608	2.904.498	0,00	0,00	3.275.928	2.904.449	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.879.909	45.818.095	0,04	0,00	49.795.106	45.818.095	0,04	0,00	51.677.361	45.817.325	0,04	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	46.308.559	44.314.411	0,04	0,00	48.160.902	44.314.411	0,04	0,00	49.981.384	44.313.666	0,04	0,00
Despesas Primárias Correntes	42.573.359	40.740.056	0,04	0,00	44.276.294	40.740.057	0,04	0,00	45.949.938	40.739.372	0,04	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	28.587.365	27.356.330	0,02	0,00	29.730.860	27.356.331	0,02	0,00	30.854.687	27.355.871	0,02	0,00
Outras Despesas Correntes	13.985.994	13.383.726	0,01	0,00	14.545.434	13.383.727	0,01	0,00	15.095.251	13.383.501	0,01	0,00
Despesas Primárias de Capital	3.035.200	2.904.498	0,00	0,00	3.156.608	2.904.498	0,00	0,00	3.275.928	2.904.449	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	99.891	95.589	0,00	0,00	103.886	95.589	0,00	0,00	107.813	95.587	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	50.915.109	48.722.592	0,05	0,00	49.795.106	45.818.095	0,04	0,00	51.677.361	45.817.325	0,04	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	49.698.870	47.558.727	0,04	0,00	51.686.825	47.558.727	0,04	0,00	53.640.588	47.557.929	0,04	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	47.879.909	45.818.095	0,04	0,00	49.795.106	45.818.095	0,04	0,00	51.677.361	45.817.325	0,04	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	46.308.559	44.314.411	0,04	0,00	48.160.902	44.314.411	0,04	0,00	49.981.384	44.313.666	0,04	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	3.390.311	3.244.317	0,00	0,00	3.525.923	3.244.316	0,00	0,00	3.659.204	3.244.263	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	3.390.311	3.244.317	0,00	0,00	3.525.923	3.244.316	0,00	0,00	3.659.204	3.244.263	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	82.792	79.227	0,00	0,00	82.792	76.180	0,00	0,00	82.792	73.404	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	35.925	34.378	0,00	0,00	35.925	33.056	0,00	0,00	35.925	31.851	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	18.376.535	17.585.201	0,01	0,00	17.376.535	15.988.715	0,01	0,00	16.376.535	14.519.492	0,01	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	17.938.872	17.166.385	0,01	0,00	16.538.872	15.217.954	0,01	0,00	15.238.872	13.510.836	0,01	0,00

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

METAS ANUAIS — Exercício: **2026**

Variáveis	**Período**		
	2026	**2027**	**2028**
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	68,00	69,70	71,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	6,00	5,90	5,90
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,50	4,00	3,78
Projeção do PIB do Estado - R$ mil	100.679.394.501,00	106.820.837.565,00	113.336.908.656,50

Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:

Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025;

Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 12/01/2025

NOTA: Para os cálculos das Metas foram utilizados a Inflação Média (% anual) Projetada com Base em Índice Oficial de Inflação.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE	***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***
Prefeito	Secretario De Administração E Finanças
CPF: ###.280.794-##	- CPF:###.859.904-##

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

8. DESMONTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR — Exercício: **2026**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c) = (b - a)	Variação % (c/a) x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	44.764.979	0,05	108,80	41.143.454	0,05	100,00	-3.621.524	-8,09
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.588.579	0,05	108,37	41.064.227	0,05	99,81	-3.524.351	-7,90
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	44.764.979	0,05	108,80	42.299.145	0,05	102,81	-2.465.833	-5,51
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	44.122.479	0,05	107,24	40.795.462	0,05	99,15	-3.327.017	-7,54
Receita Total (COM FONTES RPPS)	44.764.979	0,05	108,80	41.143.454	0,05	100,00	-3.621.524	-8,09
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	44.588.579	0,05	108,37	41.064.227	0,05	99,81	-3.524.351	-7,90
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	44.764.979	0,05	108,80	42.299.145	0,05	102,81	-2.465.833	-5,51
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	44.122.479	0,05	107,24	40.795.462	0,05	99,15	-3.327.017	-7,54
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	466.100	0,00	1,13	268.766	0,00	0,65	-197.334	-42,34
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	466.100	0,00	1,13	268.766	0,00	0,65	-197.334	-42,34
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	18.591.816	0,02	45,19	19.499.076	0,02	47,39	907.261	4,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	6.854.846	0,01	16,66	19.264.866	0,02	46,82	12.410.021	181,04

R$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB nominal	80.181.000.000,00	90.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	42.464.978,70	41.143.454,35
Fonte dos Parâmetros:		
Governo do Estado do Rio Grande do Nort: Assecom-RN em 12/01/2025		
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida		

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR — Exercício: **2026**

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE — ***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***

Prefeito – — Secretario de Administração e Finanças –

CPF: ###.280.794-## — CPF:###.859.904-##

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

9. DESMONTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES — Exercício: **2026**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	36.801.259	44.764.979	21,64	50.602.106	13,04	50.915.109	0,62	49.795.106	-2,20	51.677.361	3,78
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.623.345	44.588.579	21,75	50.385.326	13,00	49.698.870	-1,36	51.686.825	4,00	53.640.588	3,78
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	25.688.492	44.764.979	74,26	50.602.106	13,04	47.879.909	-5,38	49.795.106	4,00	51.677.361	3,78
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	25.688.492	44.122.479	71,76	49.866.106	13,02	46.308.559	-7,13	48.160.902	4,00	49.981.384	3,78
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	36.801.259	44.764.979	21,64	50.602.106	13,04	50.915.109	0,62	49.795.106	-2,20	51.677.361	3,78
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	36.623.345	44.588.579	21,75	50.385.326	13,00	49.698.870	-1,36	51.686.825	4,00	53.640.588	3,78
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	25.688.492	44.764.979	74,26	50.602.106	13,04	47.879.909	-5,38	49.795.106	4,00	51.677.361	3,78
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	25.688.492	44.122.479	71,76	49.866.106	13,02	46.308.559	-7,13	48.160.902	4,00	49.981.384	3,78
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	10.934.853	466.100	-95,74	519.220	11,40	3.390.311	552,96	3.525.923	4,00	3.659.204	3,78
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	10.934.853	466.100	-95,74	519.220	11,40	3.390.311	552,96	3.525.923	4,00	3.659.204	3,78
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	18.591.816	18.591.816	0,00	19.499.076	4,88	18.376.535	-5,76	17.376.535	-5,44	15.376.535	-11,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	6.854.846	6.854.846	0,00	19.264.866	181,04	17.938.696	-6,88	16.538.696	-7,80	14.238.696	-13,91
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	19.265.035	0,00	1.326.163	-93,12	1.400.000	5,57	1.300.000	-7,14
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	38.641.322	47.003.228	21,64	50.602.106	7,66	48.722.592	-3,71	45.818.095	-5,96	45.817.325	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38.454.512	46.818.008	21,75	50.385.326	7,62	47.558.727	-5,61	47.558.727	0,00	47.557.929	0,00
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	26.972.917	47.003.228	74,26	50.602.106	7,66	45.818.095	-9,45	45.818.095	0,00	45.817.325	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	26.972.917	46.328.603	71,76	49.866.106	7,64	44.314.411	-11,13	44.314.411	0,00	44.313.666	0,00

RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	38.641.322	47.003.228	21,64	50.602.106	7,66	48.722.592	-3,71	45.818.095	-5,96	45.817.325	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	38.454.512	46.818.008	21,75	50.385.326	7,62	47.558.727	-5,61	47.558.727	0,00	47.557.929	0,00
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	26.972.917	47.003.228	74,26	50.602.106	7,66	45.818.095	-9,45	45.818.095	0,00	45.817.325	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	26.972.917	46.328.603	71,76	49.866.106	7,64	44.314.411	-11,13	44.314.411	0,00	44.313.666	0,00

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES								Exercício: **2026**			
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	11.481.596	489.405	-95,74	519.220	6,09	3.244.317	524,84	3.244.316	0,00	3.244.263	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	11.481.596	489.405	-95,74	519.220	6,09	3.244.317	524,84	3.244.316	0,00	3.244.263	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	19.521.406	19.521.406	0,00	19.499.076	-0,11	17.585.201	-9,82	15.988.715	-9,08	13.632.889	-14,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	7.197.588	7.197.588	0,00	19.264.866	167,66	17.166.216	-10,89	15.217.792	-11,35	12.624.077	-17,04
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	19.265.035	0,00	1.269.056	-93,41	1.288.185	1,51	1.152.584	-10,53
Nota:											
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º:											
II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;											

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
4,62	4,83	5,65	4,50	4,00	3,78
1,05	1,05	1,06	1,05	1,04	1,04
Fonte Índices de Inflação:					
Banco Central do Brasil					
Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025					
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE			***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***		
Prefeito –			Secretario de Administração e Finanças		
CPF: ###.280.794-##			CPF:###.859.904-##		

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
10. DESMONTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026							
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)				R$ 1,00			
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**		**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00		0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00		0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	-2.586.077	0,00		-5.259.522	0,00	-9.951.315	0,00
TOTAL	**-2.586.077**	**0,00**		**-5.259.522**	**0,00**	**-9.951.315**	**0,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**		**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio	0	0,00		0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00		0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00		0	0,00	0	0,00
TOTAL	**0**	**0,00**		**0**	**0,00**	**0**	**0,00**
NOTA: A Evolução do Patrimônio Líquido foi extraída do Balanço Patrimonial na linha de Resultados Acumulados.							
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE			***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***				
Prefeito			Secretario de Administração e Finanças –				
CPF: ###.280.794-##			CPF:###.859.904-##				

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
11. DESMONTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			Exercício: **2026**
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	**2024 (a)**	**2023 (b)**	**2022 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	**2024**	**2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi) (i) = ((Ic - IIf)**	**2022**
Valor (III)	**0**	**0**	**0**
NOTA: O Município não teve receita de alienação de ativos nos últimos anos.			
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE	***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***		
Prefeito –	Secretario De Administração E Finanças –		
CPF: ###.280.794-##	CPF:###.859.904-##		

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
12. DESMONTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Exercício: **2026**
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (I)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0**	**0**	**0**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**0**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Despesas Correntes (XIII)	**0**	**0**	**0**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**0**	**0**	**0**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**	**2023**	**2022**
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**	**2023**	**2022**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**	**0**	**0**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
NOTA: O Município não possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.				

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE	***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***
PREFEITO - CPF: ###.280.794-##	Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
13. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R$ milhares		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Exercício: **2026**		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0

2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Exercício: **2026**		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE		***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***		
Prefeito - CPF: ###.280.794-##		Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##		
MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
14. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R$ milhares		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0

2053	0	0	0	0
MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		Exercício: **2026**		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		Exercício: **2026**		
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE		***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***		
Prefeito - CPF: ###.280.794-##		Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##		

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
15. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DE PLANO MILITARES.PDF	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0

2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2026**	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE	***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***
Prefeito - CPF: ###.280.794-##	Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
16. DESMONTRATIVO 7 - RENUNCIA DE RECEITA.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						Exercício: **2026**
AMF -Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R$ 1,00
Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2026	**2027**	**2028**	
NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	0	0	0	NADA CONSTA
TOTAL			**0**	**0**	**0**	
NOTA: O Município não trabalha com a hipótese de renúncia de receita.						

Francisco Canindé Freire	***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***
Prefeito - CPF: ###.280.794-##	Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##

MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
17. DESMONTRATIVO 8 - MARGEM E EXPANSAO DE DESPESA.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	Exercício: **2025**
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)	R$ 1,00
Eventos	**Valor previsto para 2026**
Aumento Permanente da Receita	500.000
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**500.000**

Redução Permanente de Despesa (II)	200.000
Margem Bruta (III) = (I + II)	**700.000**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	**0**
Novas DOCC	0
Novas DOCC Geradas por PPP	0

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE	***TOMAZ PAULINO DE ARAÚJO RAMOS***
Prefeito - CPF: ###.280.794-##	Secretario de Administração e Finanças - CPF:###.859.904-##

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:A6441D53

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 001 -2025 - PNAB - PREMIAÇÃO QUADRILHAS JUNINAS

RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025
O MUNICÍPIO DE MARTINS (RN), por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, TORNA PÚBLICO o **RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO,** nos termos do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025,** cujo regulamento foi elaborado com base na Lei Federal nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei Federal nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
Notas:
1. Não foram interpostos recursos para essa fase.
2. Foram selecionadas as propostas com as maiores notas, respeitando a quantidade de vagas disponíveis em cada categoria, seguindo a ordem decrescente de pontuação.
3. Nesta etapa não cabe mais recurso.
4. Os proponentes **SELECIONADOS** deverão enviar documentação referente a "Etapa de Habilitação" prevista no edital, para o e-mail cultura@martins.rn.gov.br até o dia 22 de junho de 2025 conforme cronograma(Anexo x) do edital.
5. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas por meio do e-mail cultura@martins.rn.gov.br ou presencialmente na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
COMISSÃO DE ANÁLISE
Genaldo Silva Lima - Parecerista
Yasmim da Costa Carvalho - Parecerista
Alice Brunna Lobato Ribeiro Teixeira Barreto - Coordenadora do processo
Genaldo Silva Lima: é graduado em direito - UFCG, pós graduando em gestão e produção cultural, pesquisador, realizador audiovisual e produtor cultural, consultor na área de cultura, funcionário da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Catolé do Rocha - PB desde 2017 .
Yasmim da Costa Carvalho: Empreendedora socioambiental com experiência em produções de economia criativa, com 5 anos de atuação, multiartista e ativista ambiental. Coordenadora de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Martins/RN

.

Premiação Quadrilha Junina de Competição

PROPONENTE	CNPJ/CPF	NOTA POR CRITÉRIO								NOTA	SITUAÇÃO
		CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH		
ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL LAMPIÃO DE GÁS	44.XXX.XXX/0001-57	15	20	20	20	-	-	-	-	75	SELECIONADO

Premiação Quadrilha Junina Comunitária

PROPONENTE	CPF/CNPJ	NOTA POR CRITÉRIO								NOTA	SITUAÇÃO
		CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH		
Francisca iranilda da silva	026.XXX.XXX-39	05	20	20	-	-	-	-	-	45	SELECIONADO
Antonia Neide da Silva Maria	012.XXX.XXX-92	05	10	20	-	-	-	-	-	35	SELECIONADO

Martins 18 de Junho de 2025

ALICE BRUNNA LOBATO RIBEIRO TEIXEIRA BARRETO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:C92305E6

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 002 -2025 - PNAB - PROJETOS CULTURAIS

RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

O MUNICÍPIO DE MARTINS (RN), por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, TORNA PÚBLICO o **RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO,** nos termos do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025,** cujo regulamento foi elaborado com base na Lei Federal nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei Federal nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

Notas:
1. Não foram interpostos recursos para essa fase.
2. Foram selecionadas as propostas com as maiores notas, respeitando a quantidade de vagas disponíveis em cada categoria, seguindo a ordem decrescente de pontuação.
3. Nesta etapa não cabe mais recurso.
4. Os proponentes **SELECIONADOS** deverão enviar documentação referente a "Etapa de Habilitação" prevista no edital, para o e-mail cultura@martins.rn.gov.br até o dia 22 de junho de 2025 conforme cronograma(Anexo x) do edital.
5. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas por meio do e-mail cultura@martins.rn.gov.br ou presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

COMISSÃO DE ANÁLISE
Genaldo Silva Lima - Parecerista Yasmim da Costa Carvalho - Parecerista
Alice Brunna Lobato Ribeiro Teixeira Barreto - Coordenadora do processo
Genaldo Silva Lima: é graduado em direito - UFCG, pós graduando em gestão e produção cultural, pesquisador, realizador audiovisual e produtor cultural, consultor na área de cultura, funcionário da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Catolé do Rocha - PB desde 2017 .
Yasmim da Costa Carvalho: Empreendedora socioambiental com experiência em produções de economia criativa, com 5 anos de atuação, multiartista e ativista ambiental. Coordenadora de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Martins/RN

FOMENTO CULTURAL - CATEGORIA A											
PROPONENTE	CNPJ	NOTA POR CRITÉRIO								NOTA	SITUAÇÃO
		CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH		
SOCIEDADE ARTÍSTICA E CULTURAL - SAC		10	15	10	12	10	-	-	-	57	SELECIONADO
FOMENTO CULTURAL - CATEGORIA B											
PROPONENTE	CPF	NOTA POR CRITÉRIO								NOTA	SITUAÇÃO
		CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH		
Marla Pinheiro de Andrade		10	08	10	08	10	-	-	-	46	SELECIONADO

Martins 18 de Junho de 2025

ALICE BRUNNA LOBATO RIBEIRO TEIXEIRA BARRETO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:A61DD7DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 01 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2026

R$ 1,00

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) X 100	% RCL (a/RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) X 100	% RCL (b/RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) X 100	% RCL (c/RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.517.000,00	0,00	0,000	114,090	34.739.204,00	0,00	0,000	119,790	35.330.000,00	0,00	0,000	119,760
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31.817.000,00	0,00	0,000	111,640	34.039.204,00	0,00	0,000	117,380	34.630.000,00	0,00	0,000	117,390
Receitas Primárias Correntes	29.617.000,00	0,00	0,000	103,920	31.739.204,00	0,00	0,000	109,450	32.207.640,00	0,00	0,000	109,180
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Demais Receitas Primárias Correntes	29.617.000,00	0,00	0,000	103,920	31.739.204,00	0,00	0,000	109,450	32.207.640,00	0,00	0,000	109,180
Receitas Primárias de Capital	2.200.000,00	0,00	0,000	7,720	2.300.000,00	0,00	0,000	7,930	2.422.360,00	0,00	0,000	8,210
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.517.000,00	0,00	0,000	114,090	34.739.204,00	0,00	0,000	119,790	35.330.000,00	0,00	0,000	119,760
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	31.617.000,00	0,00	0,000	110,940	33.739.204,00	0,00	0,000	116,340	34.330.000,00	0,00	0,000	116,370
Despesas Primárias Correntes	28.217.000,00	0,00	0,000	99,010	30.189.204,00	0,00	0,000	104,100	30.780.000,00	0,00	0,000	104,340
Pessoal e Encargos Sociais	14.517.000,00	0,00	0,000	50,940	15.000.000,00	0,00	0,000	51,720	15.300.000,00	0,00	0,000	51,860
Outras Despesas Correntes	13.700.000,00	0,00	0,000	48,070	15.189.204,00	0,00	0,000	52,380	15.480.000,00	0,00	0,000	52,470
Despesas Primárias de Capital	3.400.000,00	0,00	0,000	11,930	3.550.000,00	0,00	0,000	12,240	3.550.000,00	0,00	0,000	12,030
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	200.000,00	0,00	0,000	0,700	300.000,00	0,00	0,000	1,030	300.000,00	0,00	0,000	1,020
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	200.000,00	0,00	0,000	0,700	300.000,00	0,00	0,000	1,030	300.000,00	0,00	0,000	1,020
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.057.257,00	0,00	0,000	21,250	6.602.000,00	0,00	0,000	22,770	6.733.000,00	0,00	0,000	22,820
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	3.397.257,00	0,00	0,000	11,920	4.366.000,00	0,00	0,000	15,060	4.409.000,00	0,00	0,000	14,950
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema e-Pública (1916-8330-099). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2025 e hora de emissão: 15:22.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R$ 1,00

Parâmetros	2026	2027	2028
PIB nominal	0,00	0,00	0,000
Receita Corrente Líquida - RCL	28.500.000,00	29.000.000,00	29.500.000,000

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	***HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES***
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:7B83E539

GABINETE DA PREFEITA
ANEXO 03 RISCOS FISCAIS LDO 2026.

MUNICIPIO DE PARANA											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
2026											
AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)											**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	38.166.010,00	27.650.447,00	(27,55)	30.333.832,00	9,70	32.517.000,00	7,20	34.739.204,00	6,83	35.330.000,00	1,70
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38.166.010,00	27.650.447,00	(27,55)	30.333.832,00	9,70	31.817.000,00	4,89	34.039.204,00	6,98	34.630.000,00	1,74
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	38.166.010,00	27.740.447,00	(27,32)	30.533.832,00	10,07	32.517.000,00	6,49	34.739.204,00	6,83	35.330.000,00	1,70
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	37.394.360,00	27.393.537,00	(26,74)	29.733.832,00	8,54	31.617.000,00	6,33	33.739.204,00	6,71	34.330.000,00	1,75
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	771.650,00	256.910,00	(66,71)	600.000,00	133,54	200.000,00	(66,67)	300.000,00	50,00	300.000,00	-
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	771.650,00	256.910,00	(66,71)	600.000,00	133,54	200.000,00	(66,67)	300.000,00	50,00	300.000,00	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	-	6.070.993,00	-	6.057.257,00	(0,23)	6.602.000,00	8,99	6.733.000,00	1,98
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	-	3.130.993,00	-	3.397.257,00	8,50	4.366.000,00	28,52	4.409.000,00	0,98
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	-	2.976.993,00	-	250.264,00	(91,59)	953.743,00	281,09	83.000,00	(91,30)
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	6.065.276,61	-	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	1.607.860,77	-	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	1.430.168,20	-	(1.430.168,20)	(200,00)	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-

MUNICIPIO DE PARANA	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES	
2026	
Continuação	
AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)	**R$ 1,00**
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.	
JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE	***HUGO RICARDO FERNANDES TÔRRES***
Prefeita	Contador
CPF: 02164326423	Reg. CRC-PB 012601/O T-RN

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:7ED31DE7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO CME Nº 001, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

RESOLUÇÃO CME Nº 001, de 18 de junho de 2025.

Define Diretrizes Gerais para a Implantação da Política de Educação Integral em Escola de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São Bento do Trairi/RN.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN,** no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 135/97 que criou este Conselho e considerando a Lei nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação, Lei Nº 10. 049 de 27 de janeiro de 2016 que instituiu e aprovou o Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grade do Norte, Lei de Nº 105/2015 de 01 de julho de 2015 que instituiu e aprovou o Plano Municipal de Educação do Município de São Bento do Trairi/RN e:
CONSIDERANDO que o artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola;
CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, garante às crianças e aos adolescentes a proteção integral e todos os seus direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;
CONSIDERANDO que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre as políticas sociais para a inclusão das crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, bem como o papel fundamental que a educação exerce nesse contexto;
CONSIDERANDO que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência comunitária, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, de acordo com o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da vida escolar de crianças, adolescentes e jovens, de modo a promover, além do aumento da jornada, a oferta de novas atividades formativas e de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento;
CONSIDERANDO a ampliação da obrigatoriedade da educação para a faixa etária de 4 a 17 anos, apontando para um cenário de melhoria da qualidade da educação, que também poderá ser promovida por meio da escola de tempo integral;
CONSIDERANDO a promoção dos cidadãos nos aspectos cultural e social, no uso dos serviços públicos e bens culturais, no desenvolvimento da identidade pessoal e cidadã, na autonomia e participação qualificada, contribui, simultaneamente, para o desenvolvimento do Município, por meio das práticas pedagógicas interdisciplinares que poderão promover a atuação cidadã responsável;
CONSIDERANDO que a política de implantação da escola de tempo integral para uma educação integral poderá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação e do rendimento escolar, elevando os níveis de aprendizagem, na medida em que for desenvolvido um currículo integrador e emancipatório com aprofundamento e amplitude dos conhecimentos, em complexidade e abrangência, relacionados à realidade da comunidade local e à macroestrutura;
CONSIDERANDO que a escola de tempo integral oportuniza ao educador o desenvolvimento de uma pedagogia de intervenção, interação e responsabilidade social mais efetiva e comprometida com toda a comunidade escolar.

R E S O L V E:
Art. 1º Implantar a Educação Integral em Tempo Integral na Rede Pública Municipal de Ensino, de forma gradativa, assegurando o desenvolvimento humano e social dos estudantes, a ampliação da jornada escolar, a integração das áreas de conhecimento, os saberes e as experiências.

Art. 2º A implantação, já iniciada em 2022 com o Ensino Fundamental I, será ampliada anualmente da seguinte forma:
I - em 2023 atenderá ao 6º ano;
II - em 2024 atenderá ao 7º ano;
III - em 2025 atenderá ao 8º ano;
IV- em 2026 atenderá 9° ano.

§1º A Educação Infantil em tempo integral será implantada logo que seja construída e equipada uma escola com estrutura apropriada para Educação Infantil, que será construída em regime de colaboração com a União, conforme a estratégia 6.2 e 6.3 da meta 6 do Plano Municipal de Educação (PME), universalizando a Educação em Tempo Integral na Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município.

§2º Esta Resolução define diretrizes gerais a serem observadas na implantação da política de Educação Integral em Escola de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São Bento do Trairi/RN.

§3º A política define as diretrizes e as concepções que contemplam a cadeia de ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

DAS CONCEPÇÕES
Art. 3º A Educação Integral visa a formação integral do estudante independente do tempo de permanência na escola e a Escola de Tempo Integral pode ser um dos bons caminhos para efetivar a educação integral eficiente, pois esta exige mais tempo disponível de estudantes, de professores e de outros agentes sociais, que podem contribuir com a escola.

§1º A formação integral, efetivada por meio da Educação Integral, é aquela que considera o sujeito em sua condição multidimensional (física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética), inserido num contexto de relações.

§2º A Escola de Tempo Integral é aquela que oferece uma carga horária mínima igual ou superior a sete horas diárias, com atendimento diário aos estudantes em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos. Incluindo-se nesse período o tempo destinado a todas as atividades didático-pedagógicas, como: atividades curriculares, educação cidadã, ambiental, alimentação, descanso, passeios, higienização, brincadeiras dirigidas, artes marciais, esportes, educação socioemocional, artes cênicas, música, dança e acompanhamento pedagógico, tornando a escola um ambiente alegre, expansivo, comunicativo e espontâneo.

Art. 4º A Escola de Tempo Integral para uma Educação Integral na Rede Municipal de Ensino tem como principais objetivos:
- Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;
- Adequar as condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;
- Atender aos estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;
- Oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;
- Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;
- Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- Aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes.

Art. 5º Na educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola de Tempo Integral funcionará em único com uma jornada de 8 horas/aula diárias de 50 (cinquenta) minutos por dia e carga horária semanal de 40 horas, computando o horário do almoço, lanche e a higienização e descanso.

PÚBLICO ALVO
Art. 6º O público-alvo para a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar será para os estudantes matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Trairi/RN.

DAS ESCOLAS
Art. 7º A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental que implantar o regime de Tempo Integral e continuar atendendo em regime parcial terá suas matrizes curriculares de todos os anos constituídas da seguinte forma:

I - Pelos componentes curriculares e respectivas cargas horárias que compõem as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Educação Infantil da escola sendo:
4h25min diárias no Ensino Regular, com atividades ministradas por docentes conforme legislação específica;
3h e 35min diárias para as atividades da parte diversificada, a serem desenvolvidas com metodologias, estratégias, recursos didáticos - pedagógicos específicos e com as cargas horárias que se encontram estabelecidas na presente Resolução.

Art. 8º A organização curricular da Escola de Tempo Integral inclui o currículo básico do Ensino Fundamental I e II, Educação Infantil e Componentes Complementares direcionados para Formação Geral Básica e Atividades Complementares.

Parágrafo Único. Para a Formação Geral Básica, a Matriz Curricular será organizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Rio Grande do Norte (DCRN), composto das seguintes áreas e componentes curriculares da Base Comum e Diversificada de acordo com os **Anexos II a IV**, desta Resolução.

EDUCAÇÃO INFANTIL
EIXOS ESTRUTURANTES- BNCC
BASE NACIONAL COMUM

AREA DO CONHECIMENTO INDENTIDADE E AUTONOMIA:
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS:
O eu, o outro e o nós (EO)
COMPONENTES CURRICULARES:
Ensino Religioso
Natureza e Sociedade

AREA DO CONHECIMENTO LINGUAGENS CONHECIMENTO DE MUNDO
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS:
Corpo, Gestos e Movimentos (CG)
Traços, Cores e Formas (TS)
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação (EF)
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e transformações (ET)
COMPONENTES CURRICULARES:
Educação /Música
Artes Visuais e Dança
Língua Portuguesa
Matemática / Natureza e Sociedade / Ciências Humanas e da Natureza

ENSINO FUNDAMENTAL I
Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Arte e Educação Física;

Área de Matemática e Ciências da Natureza: Matemática e Ciências Naturais;
Área de Ciências Humanas: Geografia, História e Ensino Religioso.
ENSINO FUNDAMENTAL II
Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física;

Área de Matemática e Ciências da Natureza: Matemática e Ciências Naturais
Área de Ciências Humanas: Geografia, História e Ensino Religioso.

II – A **Matriz Curricular Parte diversificada**
ENSINO INFANTIL
Formação de Hábitos de Higiene, boas maneiras e Almoço;
Atividades de Linguagem e Matemática: Hora da Leitura / Contação de História / Reescrita / Ouvindo e Fazendo Histórias / Língua Inglesa e Desafios de Matemática e Lógica / Tabuadas Operações Básicas;
Atividades Artísticas: Produção Artísticas Diversas / Teatro / Música / Dança / Datas comemorativas;
Atividades Esportivas e Psicomotoras: Modalidades Esportivas / Atividades de Psicomotricidades / Jogos e Brincadeiras Dirigidas / Dia do Brinquedo / Recreações;
Atividades de Participação Social: Saúde / Qualidade de Vida / Meio Ambiente e Socioemocional

III – **A Matriz da Parte Diversificada**
ENSINO FUNMENTAL I

Leitura / Escrita / Reescrita / Oficina de Redação/ Produção Literárias e de Gêneros textuais adequados.
Laboratório de Matemática e Lógica: Desafios de Matemática e Lógica / Oficinas de Matemática e Lógica / Tabuadas / Reforço às Operações Básicas.
Educação Desportivas: Modalidades Esportivas Diversas / Atividades Coletivas/ Jogos e Competições/ Recreações.
Educação Cultura e Saberes Artísticos: Produções Artísticas Diversas / Teatro / Música / Dança / Datas Comemorativas.
Atividades de Participação Social: Saúde / Qualidade de Vida / Meio Ambiente / Sustentabilidade / Cidadania /Socioemocional.
Orientações de Estudo: Reforço Escolar / Acompanhamento Pedagógico e PEI (Plano de Estudo Individualizado).
Formação de Hábitos de Higiene / Boas Maneiras e Almoço.

IV – **A Matriz da Parte Diversificada**
ENSINO FUNMENTAL II

Leitura / Escrita / Reescrita / Oficina de Redação/ Produção Literárias e de Gêneros textuais.
Laboratório de Matemática e Lógica: Desafios de Matemática e Lógica / Oficinas de Matemática e Lógica / Tabuadas / Reforço às Operações e Conteúdos Basilares de Matemática.
Educação Desportivas: Modalidades Esportivas Diversas / Atividades Coletivas/ Jogos e Competições.
Educação Cultura e Saberes Artísticos: Produções Artísticas Diversas / Teatro / Música / Dança / Datas Comemorativas.
Atividades de Participação Social: Saúde / Qualidade de Vida / Meio Ambiente / Sustentabilidade / Cidadania /Socioemocional.
Orientações de Estudo: Reforço Escolar / Acompanhamento Pedagógico e PEI (Plano Estudo Individualizado).
Formação de Hábitos de Higiene / Boas Maneiras e Almoço.

Art. 9º A avaliação do desempenho escolar dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, para a parte da Base Comum Curricular, se processará de acordo com as diretrizes emadas do Conselho Estadual de Educação:

I - Na Educação Infantil, o processo de acompanhamento do desenvolvimento infantil precisa considerar o percurso trilhado pelas crianças, sem julgamentos ou atribuição de notas e fornecer elementos para a equipe repensar as práticas, devendo considerar a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano através de múltiplos instrumentos de registros (portfólios, fichas, relatórios, rubricas, diálogos com a família, entre outros).

II – A avaliação do Ciclo de Alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, em conformidade com a Legislação Brasileira, visará o acompanhamento do desempenho da aprendizagem do estudante, sem fins de retenção por desempenho. O registro ocorrerá por meio de relatórios analíticos/descritivos, que constará avanços e dificuldades dos estudantes, cotidianamente, pelo professor, visando ao replanejamento das ações e à elaboração de um relatório semestral e um conclusivo no final do ano letivo, os quais devem ser incluídos no Sistema Integrado de Gestão da Educação SISAEDUC;

III - Na avaliação do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, os componentes da Base Comum Curricular serão avaliados e quantificados de acordo com as Diretrizes do Sistema Estadual, emanadas do Conselho Estadual de Educação

Art. 10º. A avaliação do desempenho escolar dos estudantes nas atividades da parte diversificada da Educação Integral da Educação Infantil e Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais, ocorrerá por meio da observação rotineira dos estudantes, observando e registrando suas manisfestações, ações e atitudes, bem como sua participação, engajamento e envolvimento nas atividades de aprendizagem da Parte Diversificada.

§1º Os registros formais das avaliações de desempenho escolar dos componentes curriculares, ofertados na Parte Diversificada, poderão constituir insumos norteadores da avaliação final/global do educando, que, entretanto, isoladamente não poderão definir a continuidade ou não do estudante no ano subsequente ou o seu direito à certificação de conclusão do Ensino Fundamental.

§2º Nas oficinas de Produção Textual e Laborátorio de Matemática e Lógica, serão observadas as diversas atividades para atribuição de notas, que isoladamente não poderão definir a promoção do aluno e sim medir o conhecimento mediante utilização de metodologias diversas.

Art. 11 O Horário de Aulas será distribuído com 08 aulas de 50 minutos, com pausa para o lanche e o almoço, e descanso, conforme descrito no **Anexo V** da presente Resolução.

Parágrafo Único. Para uma melhor organização das atividades é necessária a interlocução entre a Base Nacional Comum e Parte Diversificada para promover a integração curricular de maneira a tornar a aprendizagem mais significativa e multidimensional.

Art. 12º A escola que oferecer educação integral em tempo integral deve alinhar sua proposta ao Projeto Político Pedagógico escolar aprovado pelo Conselho Escolar, o qual refletirá as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização e funcionamento da escola, segundo as orientações preconizadas na legislação própria, de modo que:

I - Apresente os fins e os objetivos da educação integral em escola de tempo integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidade de ensino oferecido;

II - Explicite as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;

III - Fundamente a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, garantindo a integração entre as partes comum e diversificada do currículo e materializadas nos planos de curso, projetos interdisciplinares, planos anuais e demais documentos que explicitem as ações pedagógicas desenvolvidas pela instituição.

IV- Aponte os critérios de organização da escola: especifique seu regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação;

V - Indique as formas de gestão da escola, os recursos humanos e respectivas atribuições, os serviços oferecidos, bem como sobre o corpo discente, os pais ou responsáveis e o Círculo de Pais e Mestres;

VI - Indique os princípios que orientam as relações entre todos os membros da comunidade escolar;

VII - Descreva a metodologia utilizada pela escola;

VIII - Apresente as disposições gerais.

DA GESTÃO DA ESCOLA
Art. 13 A escola de tempo integral necessita de, no mínimo, os seguintes profissionais, sendo que os profissionais da educação devem possuir a titulação prevista na legislação vigente:

I - Equipe diretiva da escola (diretor e vice-diretor);

II - Coordenador pedagógico para cada escola;

Art. 14 A implantação da educação em tempo integral impõe a necessidade de repensar os critérios de organização do quadro de pessoal das escolas, o qual precisa ser adequado a essa realidade.

I - Professores das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares;

II - Professor coordenador das áreas de Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas;

III - Coordenação de Turma e/ou Supervisor de pátio;

IV - Profissionais de apoio não específicos da educação (profissionais/servidores de outras áreas, estudantes universitários, estagiários, entre outros atores sociais), que atuam de forma temporária nas atividades pedagógicas dos temas/projetos específicos.

§1º As atividades educativas são de responsabilidade dos gestores e dos professores da escola, contudo outros profissionais de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo, dentro e fora da escola, sob a orientação da coordenação pedagógica.

§2º Cabe à direção/equipe diretiva e à coordenação pedagógica propor e organizar espaços e tempos que permitam as articulações necessárias, de forma a realizar uma gestão integrada de toda a escola e, intersetorialmente, articulada às outras políticas públicas do Município.

§3º A formação continuada e diferenciada para o corpo docente e demais profissionais que atuam na educação integral em escola de tempo integral é de suma importância, a fim de buscar a superação das dificuldades encontradas no cotidiano da tarefa educativa, considerando seus diferentes perfis, contextos e as inovações que se impõem como exigências, interesses e expectativas das atuais gerações.

DA REGULARIZAÇÃO DO NOVO REGIME ESCOLAR
Art. 15 A proposta de mudança do regime escolar de turno parcial para o turno integral de cada escola deve ser encaminhada ao Conselho Municipal de Educação, por meio da Mantenedora, acompanhada dos documentos necessários, os quais farão parte do processo de alteração de regime escolar:

I - Ofício de encaminhamento da Mantenedora;

II - Ofício de encaminhamento da escola;

III - Proposta de regimento escolar de educação integral em regime de tempo integral para aprovação;

IV - Formulário próprio com dados de identificação da escola, informações sobre a estrutura física e de equipamentos, sobre o corpo docente, corpo técnico de apoio e corpo discente, de forma a demonstrar a disponibilidade de espaços físicos e instalações adequadas às especificidades da educação integral em regime de tempo integral, considerando a diversidade do currículo e carga horária diária da escola;

V - Síntese da proposta curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), contendo a distribuição da carga horária pretendida nas diferentes áreas do conhecimento e nos componentes curriculares da Base Nacional Comum, bem como dos temas/projetos da parte diversificada do currículo.

§1º O Conselho Municipal de Educação, mediante os documentos encaminhados, realizará a análise dos aspectos relevantes à mudança do regime escolar, podendo decidir pela verificação "*in loco*" para averiguar as condições gerais da escola, como:

I - Carga horária diária, semanal e anual, sendo necessária a previsão de, no mínimo 200 dias letivos e 40 horas semanais, bem como horário de início e término do turno único e horários de intervalos para lanches e almoço;

II - Número de vagas, turmas e salas;

III - Currículo da escola, espaços para desenvolver o trabalho proposto e recursos humanos qualificados e suficientes;

IV - Organização e articulação do currículo entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, verificando se o disposto é possível e exequível, bem como a metodologia adotada, critérios e periodicidade da avaliação;

V - Orientação para os registros na documentação geral da escola e dos estudantes em função do novo regime escolar.

Art. 16 Aprovar a Justificativa presente no **Anexo – I** da presente resolução.

Art. 17 Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de janeiro de 2022.

JULIANA PATRÍCIA OLIVEIRA PESSOA DANTAS
Presidente do CME de São Bento do Trairi/RN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ANTÔNIO SALÚSTIO, Nº 60 – CENTRO, CEP 59210-000
E-MAIL: seceducsbt@hotmail.com
TEL: (84) 98621-8565

ANEXO – I

JUSTIFICATIVA
Repensar a escola e seus objetivos é uma questão fundamental para a qualidade equidade na Educação a fim de que se ofereça uma formaação voltada para o desenvolvimento pleno da pessoa, com igualdade de condições de acesso e permanência, garantia de padrões de qualidade e a possibilidade do pleno exercício da cidadania.
A ampliação das tarefas da escola contemporânea para além do currículo básico pressupõe uma visão de educação democrática, humanista, compromissada com a transformação social e com a diversidade, com a ética e com a cultura e com a justiça. Assim, desenvolvendo uma prática educativa significativa que contemple a diversidade e as mais variadas necessidades dos seus estudantes e do seu território.
Neste contexto, as concepções e práticas da educação de tempo integral, baseadas na ampliação da jornada escolar, vem promover a reestruturação da escola, respondendo aos desafios de seu tempo histórico.
Existem, hoje, muitas concepções de educação de tempo integral. Essa concepção, no entanto, não pode se limitar apenas ao aumento do tempo e do espaço nos projetos políticos pedagógicos das escolas que aderirem a este modelo de prática educativa. É necessário que se reconheça o sentido e a identidade de cada grupo, de forma que a construção da proposta de trabalho coletiva seja baseada na sistematização do conhecimento universalizado e na atenção as realidades locais.
Os pressupostos da educação de tempo integral é a de que o estudante deve "desenvolver a curiosidade, o questionamento, a observação, descobrir, experimentar, identificar e distinguir, relacionar, classificar, sistematizar, criar, jogar, debater, comparar, concluir, entre outras experiências formadoras."
A escola de tempo integral propõe o redimensionamento da estrutura organizacional com novos espaços e maior tempo de permanência dos estudantes, a ampliação das matrizes curriculares e o compromisso da equipe escolar. O currículo básico objetivará ser enriquecido com atividades diversificadas de forma articulada com o projeto político pedagógico da instituição.
A extensão do horário escolar e a ampliação dos espaços usados nas atividades escolares, por si só, não garantem a melhoria da qualidade do ensino. No entanto, quando se discute a educação de tempo integral, é necessário que se fale sobre a questão do tempo a ampliação da jornada escolar, tendo como referência o espaço físico em que cada escola está inserida.
As atividades complementares de apoio pedagógico, a prática de atividades esportivas, culturais e artísticas, o conhecimento do mundo em que se vive e o acesso ao mundo digital, a gestão do meio ambiente, o estudo de línguas e a prática da leitura, devem estar em sintonia com a matriz curricular básica de forma que aglutinem conhecimentos e não haja a fragmentação em disciplinas tradicionais e diversificadas. Na ampliação do tempo pedagógico e do uso dos espaços deve-se manter o equilíbrio entre as atividades com características pedagógicas e de caráter lúdico.
Deve-se ainda considerar como variável crucial a premissa para que essa modalidade de ensino realmente se efetive é necessário a participação da comunidade escolar no diálogo para a construção do projeto político pedagógico da escola.
A escola é vista, ao longo do tempo, como um espaço privilegiado da formação do estudante. Na escola de tempo integral há uma revisão deste parâmetro quando a cidade passa a ser considerada como espaço sociocultural, construído potencialmente como espaço educador. Um novo contato social é articulado entre a escola e a comunidade, onde o professor, intencionalmente, transforma-a em possibilidades educativas para a consolidação do projeto maior que é ver o estudante como protagonista de sua formação.

Faz parte integrante deste processo de inserção da escola no espaço comunitário, considerar os tempos dos atores que estarão, a partir de agora, envolvidos no processo de aprendizagem: o aluno, o professor, a equipe escolar, a comunidade em que a escola está inserida.
A escola, deste ponto de vista, vai se transformar no centro da construção de uma rede de saberes culturais, políticos, sociais, simbólicos, morais e éticos de um território. E esse território é o espaço onde "a realização da vida em sociedade acontece".
O Projeto Político Pedagógico da escola é que vai promover o encontro entre as diferenças de identidade da comunidade que a escola está inserida, permitindo que os processos educativos sejam construídos a partir do diálogo norteador, promovendo em seu planejamento o uso dos novos espaços e a necessidade de uma nova visão temporal que evite a fragmentação de sua proposta educacional. Requer elaboração, realização de experiências e planejamento, de forma que a aprendizagem, em qualquer dos espaços ou tempos existentes, esteja contextualizado a ação educativa que se propõe.
O professor é o mediador nesta nova visão da escola. É necessário que atue como "aquele que reinventa a relação com o mundo, que reinventa sua relação com o conteúdo que ensina, com o espaço da sala de aula e com seus estudantes". Seu planejamento pressupõe uma relação de compromisso com o projeto de educação que foi construído coletivamente e é o responsável pela efetivação desta intencionalidade por meio de sua ação educativa.
A escola percebida deste novo ponto de vista requer a democratização de sua gestão. Assim, cabe a este novo Gestor potencializar a participação social da comunidade onde a escola está inserida, agregando valores e conhecimentos que serão significativos às crianças e adolescentes que ali viverem.
Torna-se indispensável que esta equipe educacional participe de programas de formação continuada e a criação de novos espaços e tempos de reflexão de sua prática profissional. Programas onde as necessidades destes profissionais devem ser priorizadas para que seu planejamento seja estruturado em atividades inovadoras e criativas, em sintonia com a prática que requer a nova proposta educacional. Programas que possibilitarão a implantação do uso de novos recursos didáticos e tecnológicos, que favoreçam a contextualização que se faz necessária e estimule a apropriação dos saberes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ANTÔNIO SALÚSTIO, Nº 60 – CENTRO, CEP 59210-000
E-MAIL: seceducsbt@hotmail.com
TEL: (84) 98621-8565

ANEXO – II
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL- ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO BENTO DO TRAIRI/ RN
MATRIZ CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 08 HORAS DIÁRIAS

		AREAS DO CONHECIMENTO	CAMPOS DE EXPERIENCIAS	COMPONENTES CURRICULARES	TURMAS					
					BEBÊS (0 A 1 ANO E 6 MESES) BERÇARIO I E II		CRIANÇAS BEM PEQUENAS (1 ANO E 7 MESES A 3 ANOS E 11 MESES) MATERNAL I E II		CRIANÇAS PEQUENAS (4 A 5 ANOS E 11 MESES) PRÉ-ESCOLAR I E II	
					CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/ /AULA)	CARGA HORÁRIA ANUAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/ /AULA)	CARGA HORÁRIA ANUAL	CARGA HORÁRI SEMANAL (HORAS/ /AULA)	CARGA HORÁRIA ANUAL
EIXOS ESTRUTURANTES - BNCC	BASE NACIONAL COMUN	IDENTIDADE E AUTONOMIA	O eu, o outro e o nós (OE)	Ensino Religioso	-	-	01	50	01	50
				Natureza e Sociedade	02	100	02	100	02	100
		LINGUAGENS CONHECIMENTO DE MUNDO	Corpo, gestos e movimento (CG)	Educação	02	100	02	100	02	100
				Música	02	100	01	50	01	50
			Traços, sons, cores e formas (TS)	Artes visuais e Dança	03	150	03	150	03	100
			Escuta, fala, pensamento e imaginação (EF)	Língua Portuguesa	05	250	05	250	05	250
			Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações (ET)	Matemática	04	200	04	200	04	200
				Natureza e Sociedade Ciências Humanas e da Natureza	02	100	02	100	02	100
			TOTAL GERAL		20	1.000	20	1.000	20	1.000
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		INTEGRAL	OFICINAS CURRICULARES							
			Contação de História e Iniciação Musical		08	320	08	320	08	320
			Higiene e Saúde com Autonomia		02	80	02	80	02	80
			Linguagem Recreativa com Prática de Esporte e Lazer		03	120	03	120	03	120
			Reciclagem		02	80	15	80	02	80
			TOTAL		15	600	15	600	15	600
			TOTAL GERAL		1.600		40	1.600	40	1.600

Fundamento Legal :LDBEN nº 9.394/96, Res. SE 93/08.

Dias letivos: 200 dias	Período: Integral diurno
Carga horária Anual: 1600h	Tempo destinado ao almoço e higienização: 1hora e 30min
Carga Horária Diária: 8h	
Carga Horária Semanal: 40horas	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ANTÔNIO SALÚSTIO, Nº 60 – CENTRO, CEP 59210-000
E-MAIL: seceducsbt@hotmail.com
TEL: (84) 98621-8565

ANEXO – III
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL- ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO BENTO DO TRAIRI/ RN
MATRIZ CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 08 HORAS DIÁRIAS
Fundamento Legal :LDBEN nº 9.394/96, Res. SE 93/08.

Dias letivos: **200 dias**	Período: **Integral diurno**
Carga horária Anual: **1600h**	Duração das aulas: **50 minutos**
Carga Horária Semanal: **40 horas**	Tempo destinado ao almoço e higienização: ***50 minutos***
Carga Horária Diária: **8h**	Tempo destinado ao recreio: 15 **minutos**

COMPONENTES CURRICULARES			ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS									
			1º Ano		**2º Ano**		**3º Ano**		**4º Ano**		**5º ANO**	
		S		Anual	s	Anual	s	Anual	S	Anual	s	Anual
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	5		200	5	200	5	200	5	200	5	200
	Matemática	5		200	5	200	5	200	5	200	5	200
	Ciências Naturais	4		160	4	160	4	160	4	160	4	160
	História	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Geografia	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Educação Física	2		80	2	80	2	80	2	80	2	80
	Arte	2		80	2	80	2	80	2	80	2	80
	Ensino Religioso	1		40	1	40	1	40	1	40	1	40
Carga Horária Total em termos de hora		25h		1000h	25h	1000h	25h	1000h	25h	1000h	25	1000h

Legenda: S- Semanal

Observações:
A carga horária é administrada em tempos de 50 minutos. Ensino Fundamental I - 1º ao 5º ano de escolarização.
O currículo deverá ser composto de uma Base Comum integradas e articuladas aos aspectos da vida cidadã (Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura e Linguagens) com as Áreas do Conhecimento.
A Educação Física será desenvolvida na forma de Recreação e Lazer e contará com o regente de classe e/ou com professores especializados.
O ensino de Artes contemplará três linguagens artísticas: artes visuais, música e dança.
As Unidades Escolares devem observar a demanda das disciplinas da Parte Diversificada oferecida em sua escola, para proceder de forma correta na distribuição de carga horária de 1000 horas nos Históricos Escolares.

COMPONENTES CURRICULARES			ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS									
			1º Ano		**2º Ano**		**3º Ano**		**4º Ano**		5º Ano	
		S		Anual	S	Anual	S	120	S	Anual	S	Anual
BASE MUNICIPAL INTEGRAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Leitura e Produção Textual	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Laboratório de Matemática e Lógica	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Práticas Esportivas	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Cultura e Saberes Artísticos	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Cidadania/ Sustentabilidade/ Socioemocional	3		120	3	120	3	120	3	120	3	120
Carga Horária Total em termos de Horas		15h		600h	15h	600h	600h	120	15h	120	15h	600h

Legenda: S- Semanal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ANTÔNIO SALÚSTIO, Nº 60 – CENTRO, CEP 59210-000

E-MAIL: seceducsbt@hotmail.com
TEL: (84) 98621-8565

ANEXO V
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL- ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO BENTO DO TRAIRI/ RN
MATRIZ CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – 08 HORAS DIÁRIAS

COMPONENTES CURRICULARES		ENSINO FUNDAMENTAL II			
		6º e 7º Anos		**8º e 9º Anos**	
		Semanal	Anual	Semanal	Anual
BASE NACIONAL COMUM E DIVERSIFICADA	Língua Portuguesa	4	160	4	160
	Matemática	4	160	4	160
	Ciências Naturais	4	160	4	160
	História	4	160	2	80
	Geografia	2	80	4	160
	Educação Física	2	80	2	80
	Arte	2	80	2	80
	Ensino Religioso	1	40	1	40
	Língua Inglesa	2	80	2	80
Carga Horária em termos de Horas		25h	1000h	25h	1000h

Observações:
A carga horária é administrada em tempos de 50 minutos.
Ensino Fundamental – Anos Finais - 6º ao 9º ano de escolarização.
1- O currículo deverá ser composto de uma Base Comum e da Parte Diversificada, conforme distribuição acima.
2 - Será incluso na Parte Diversificada Língua Estrangeira Moderna.
3- Dias Letivos – 200

COMPONENTES CURRICULARES		ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	
		6º ao 9º Ano	
		Semanal	Anual
BASE MUNICIPAL INTEGRAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Leitura e Produção Textual	4	160
	Laboratório de Matemática e Lógica	3	120
	Projeto de Vida e Educação Socioemocional	2	80
	Educação Desportiva e Saúde	2	80
	Educação Cultural e Artística	2	80
	Cidadania e Sustentabilidade	2	80
Carga Horária em termos de Horas		15h	600h

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ANTÔNIO SALÚSTIO, Nº 60 – CENTRO, CEP 59210-000
E-MAIL: seceducsbt@hotmail.com
TEL: (84) 98621-8565

ANEXO V

DISTRIBIÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL

ENTRADA	SAÍDA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
7h00	7h50	Aula 01	Aula 01	Aula 01	Aula 01	Aula 01
7h50	8h40	Aula 02	Aula 02	Aula 02	Aula 02	Aula 02
8h40	9h30	Aula 03	Aula 03	Aula 03	Aula 03	Aula 03
9h30	9h45	INTERVALO LANCHE	INTERVALO LANCHE	INTERVALO LANCHE	INTERVALO LANCHE	INTERVALO LANCHE
9h45	10h35	Aula 04	Aula 04	Aula 04	Aula 04	Aula 04

10h35	11h25	Aula 05	Aula 05	Aula 05	Aula 05	Aula 05
11h25	12h15	ALMOÇO REPOUSO	ALMOÇO REPOUSO	ALMOÇO REPOUSO	ALMOÇO REPOUSO	ALMOÇO REPOUSO
12h15	13h05	Aula 06	Aula 06	Aula 06	Aula 06	Aula 06
13h05	13h55	Aula 07	Aula 07	Aula 07	Aula 07	Aula 07
13h55	14h45	Aula 08	Aula 08	Aula 08	Aula 08	Aula 08
14h45	15h00	LANCHE	LANCHE	LANCHE	LANCHE	LANCHE

São Bento do Trairi/RN, 18 de junho de 2025

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:2E09C312

